

ANAIS DO IV SEMINÁRIO ESTUDANTIL DE PESQUISAS DO CAHL

SUMÁRIO

OS MORTOS VIVOS: ATUAÇÃO DOS ESPÍRITOS NA SOCIEDADE MOÇAMBICANA E NA GUERRA	04
<i>Valdir Alves</i>	
O IMAGINÁRIO CARMELITA NOS PAINÉIS CENTRAIS DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO DE CACHOEIRA	13
<i>Gilcimar Barbosa</i>	
POLÍTICA SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA VELHICE: O CASO DO BOLSA FAMÍLIA NAS CIDADES DE SÃO FÉLIX E CACHOEIRA-BA	23
<i>Vanessa Cunha Boaventura</i>	
DOS SIMPATICÍSSIMOS AOS INCIVILIZADOS: NOTAS SOBRE CONFLITOS SOCIAIS, RACIAIS E DE NACIONALIDADE NO FUTEBOL LEGISLADO DE SALVADOR 1901 - 1933	38
<i>Lucas Santos Café</i>	
FOUCAULT, GENEALOGIA E PODER	50
<i>Lucas Santos Café</i>	
POLÍTICAS PÚBLICAS E OS SINDICATOS RURAIS DO BAIXO PARAGUAÇÚ: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	65
<i>Aldemir Rildon Carneiro</i>	
A INDEPENDÊNCIA DA BAHIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: UMA IDENTIDADE AINDA EM CONSTRUÇÃO	77
<i>Danielle Machado Cavalcante</i>	
BALIZAS TRANSGRIDEM A HETERONORMATIVIDADE EM ESPAÇOS PÚBLICOS – UMA ANÁLISE DO 25 DE JUNHO EM CACHOEIRA	92
<i>Caio Barbosa Conceição</i>	
UMA REFLEXÃO SOBRE <i>A GREVE</i> DE EISENSTEIN: A MONTAGEM SOVIÉTICA COMO ESTRATÉGIA IDEOLÓGICA	109
<i>Elen Linth Marques Dantas</i>	
NOTAS TEÓRICAS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS: DOS PARADIGMAS CLÁSSICOS AOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS	123
<i>Fred Igor Santiago Ferreira</i>	
PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO SISTEMA DE PROTEÇÃO	

SOCIAL BRASILEIRO: O CASO DO BPC NAS CIDADES DE CACHOEIRA E SÃO FÉLIX-BA	133
<i>Fernanda Ferreira de Jesus</i>	
A ESCRITA E A REESCRITA DO ROMANCE TOTAL DA AMÉRICA LATINA: DE OS SERTÕES A GUERRA DO FIM DO MUNDO	148
<i>Leonardo Guimarães Leite</i>	
PERCEÇÃO DOS SINDICALIZADOS RURAIS DOS MUNICÍPIOS DE CACHOEIRA, SÃO FÉLIX E MARAGOGIPE – BAHIA –, NO BAIXO PARAGUAÇÚ, SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO RURAL	163
<i>Gerinaldo da Silva Lima</i>	
A PERFORMANCE NO RECÔNCAVO DA BAHIA: INTERCÂMBIOS ENTRE A PERFORMANCE-ART E A CULTURAL PERFORMANCE	178
<i>Violeta Martinez</i>	
A EDUCAÇÃO JESUÍTA NO RECÔNCAVO DA BAHIA: O REGULAMENTO E O COTIDIANO DO SEMINÁRIO DE BELÉM DA CACHOEIRA	193
<i>Alfredo Pinto, Antonio Modesto e Robson Matos</i>	
OS MÚLTIPLOS PAPÉIS DO SEGURO ESPECIAL RURAL NA REGIÃO DO BAIXO PARAGUAÇÚ	209
<i>Edson Mendes da Silva</i>	
POESIA MARGINAL (?): UM ARTEFATO DE REVOLUÇÃO, TRABALHO & LINGUAGEM	221
<i>Maira Castanheiro Magalhães de Moraes</i>	
O BAIANO NO DISCURSO DOS JORNAIS DO RECÔNCAVO	238
<i>Evelin Lourena Moura</i>	
O LOBOLO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A ATUAL SOCIEDADE DO SUL DE MOÇAMBIQUE. TEXTOS DO WLSA E SEU OLHAR PARA AS QUESTÕES REFERENTES A MULHER MOÇAMBICANA	252
<i>Flávia Palha</i>	
REGIONALIZAÇÃO DA RIQUEZA NO RECÔNCAVO DA BAHIA: CACHOEIRA (1837-1889)	265
<i>Ulton Freitas Rocha</i>	
DOGMA 95: UMA SUBVERSÃO NORMATIVA	274
<i>Leandro S. Rodrigues</i>	
NAS TERRAS DA LIBERDADE: A PEQUENA PROPRIEDADE DE TERRA NO RECONCAVO BAIANO (1850-1890)	283
<i>Clissio Santos Santana</i>	
(RE) TORNANDO À ESCOLA: ESBOÇOS DA VIDA UNIVERSITÁRIA	293
<i>Mariana Leal dos Santos, Janice Ferreira da Silva e Silva, Zenilda Nascimento Santana</i>	

e Larisse Miranda de Brito

DAMÁRIO DACRUZ, BIOGRAFADO A “TODO RISCO” – HISTÓRIA DO POETA E FOTÓGRAFO QUE CONTRIBUI SÓCIO-CULTURALMENTE PARA A CIDADE DE CACHOEIRA 304
Elton Vitor Coutinho

A PERCEÇÃO DOS SINDICALIZADOS RURAIS DOS MUNICÍPIOS: MURITIBA E CABACEIRAS DO PARAGUAÇÚ - BAHIA NO BAIXO PARAGUAÇÚ SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO RURAL 318
Gleidson Oliveira Santos

A SINCRONIA DO CORPO E O TEMPO NA SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DO FILME “O CURIOSO CASO DE BENJAMIN BUTTON” 333
Jamille Oliveira dos Santos

AS FACES DE JÚLIO CÉSAR: UM ESTUDO SOBRE IDENTIDADE POLÍTICA EM CÉSAR E PLUTARCO 343
Antonio Modesto dos Santos Júnior

A RESIGNIFICAÇÃO DO TERMO REVOLUÇÃO ATRAVÉS DO DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF: DA LUTA NA ESQUERDA ARMADA À CANDIDATURA PARA PRESIDÊNCIA DO BRASIL 352
Murilo Pinto Silva Santos

A RIQUEZA IMATERIAL E O PROCESSO PRODUTIVO DAS CERAMISTAS DE COQUEIROS - MARAGOGIPE /BAHIA 362
Queilane Salvador Santos

LAVOURA FUMAGEIRA DO RECÔNCAVO DA BAHIA: UMA TENTATIVA DE CARACTERIZAÇÃO (1773-1831) 369
Ana Paula de Albuquerque Silva

REFLEXÕES SOBRE ARTE E ARTESANATO EM CACHOEIRA-BA 380
Zaine Gabriela de Carvalho da Silva

REPRESENTAÇÕES SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA COMUNIDADE DO CAHL 390
Lorena Santos Souza

A MONTAGEM CINEMATOGRAFICA E A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES PELO CINEMA SOVIÉTICO: O CASO DE VLADIMIR ILITCH LÊNIN 401
André Ricardo Araujo Virgens

O TRAJE DE BECA DA IRMANDADE DA BOA MORTE: SÍMBOLO IDENTITÁRIO E DE COMUNICAÇÃO DE VALORES SÓCIO-CULTURAIS 417
Joseane Vitena dos Santos

OS MORTOS VIVOS: ATUAÇÃO DOS ESPÍRITOS NA SOCIEDADE MOÇAMBICANA E NA GUERRA

Valdir Alves¹

Introdução

Moçambique é um país com processos migratórios constantes e de sucessivas conquistas, desde a sua antiguidade. Os primeiros habitantes de Moçambique foram provavelmente os Khoisan. Segundos os arqueólogos eles eram caçadores e deviam habitar a região há aproximadamente 10.000 anos. Por volta do século I ao IV começaram a desaparecer com a chegada dos Bantos, mas o desaparecimento não se deu por morte gerada por lutas, mais por redução de território, já que a quantidade de Bantos que chegava deixava cada vez menos espaço para os habitantes nativos

No século XV surge um grande império que abrangia uma grande região e ocupava um vasto território, parte do que hoje é o Zimbábue, África do Sul e Moçambique. Este império era conhecido como Império Mwenemutapas. Pela presença de minas de ouro em suas terras e por estarem livres das moscas Tsé-Tsé, fator determinante que impede a criação em diversas regiões da África, puderam criar gados e, posteriormente, fazer comércios com os árabes. Este comércio possibilitou um grande crescimento populacional e uma troca cultural.

Muitos dos africanos aderiram a religião dos árabes tornando-se islãs. Por volta de 1497, Vasco da Gama chega a Moçambique e fica impressionado com a quantidade de africanos que praticavam a religião dos Árabes e com os laços comerciais. Décadas mais tarde os portugueses, na tentativa de estreitar os laços comerciais com o império, fundam um povoado português e conseqüentemente uma igreja católica.

Devido a conflitos internos e os diversos conflitos por causa da imposição dos portugueses ao comércio, o império Mwenemutapas rui em meados do fim do século XVII. Surge assim uma sucessão de impérios. O império de Marave é um deles. Ele era formado por pequenos reinados e foi muito importante pra penetração portuguesa no país, pois muitos colonos portugueses que queriam fixar-se naquela região foram integrados às famílias dos chefes locais.

¹ Estudante do Curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Bolsista do CNPq, com o Projeto Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). Políticas de Gênero e Sexualidade. Orientador: Prof. Dr. Osmundo Pinho.

Pode-se observar que desde o início da construção da sociedade moçambicana há uma confluência entre as religiões: as religiões tradicionais dos africanos, a religião islã dos árabes e o catolicismo dos portugueses, Èmile Durkheim em seu livro *As Formas Elementares Da Vida Religiosa* vai dizer : “Não há religiões falsas, todas correspondem a condições dadas da existência humana”(DURKHEIM,2003 p)

1. Período Colonial e os assimilados

Portugal chega a costa de Moçambique no Oceano Índico no início do século XV e a partir de então desenvolve, ou melhor, se envolve com o já existente e consolidado comércio moçambicano. No século seguinte concede concessões de grande parcela do território a campanha privada. Só em 1885, com a retaliação do continente Africano na conferência de Berlim que vai ser oficializada e consolidada a colonização de Moçambique.

No início do século XX Portugal começa a mandar portugueses para a administração da colônia entre eles estavam líderes religiosos para civilizar os moçambicanos. Os diversos líderes usavam o poder coercitivo da Igreja como principal força civilizadora e a principal forma de educação, isso terá um grande impacto na formação da Frente de Libertação de Moçambique, a FRELIMO.

Segundo o pesquisador Lorenzo Macagno em seu ensaio *Política e Cultura no Moçambique Pós-Socialismo*: “assim, a língua portuguesa se impôs em virtude da própria formação sociocultural dos líderes da FRELIMO, que eram assimilados e filhos de assimilados que de fato, haviam aprendido a falar e escrever em português durante o regime colonial” (MACAGNO, 2003, p84).

Sobre construção da democracia moçambicana, uma passagem do ensaio supracitado que leva o título de *As políticas Lingüísticas e a unidade nacional* diz:

Ao que parece, os argumentos sobre os quais se apóiam as políticas de multilinguismo em Moçambique oscilam entre os extremos de uma espécie anticolonial (Não isenta de certo conservacionismo e essencialismo). E de um questionamento das políticas homogeneizantes da etapa socialista (quando as diferentes línguas moçambicanas teriam sido marginalizada pelo Estado). Há ainda uma justificativa de cunho mais pedagógico, segundo a qual em contextos com variedades de línguas o ensino multilíngüe favorece o processo de transmissão de conhecimentos (MACAGNO, 2003, p 85)

Outra instância foi criada, uma espécie de tribunal dos ativos onde se julgavam as práticas religiosas e o não pagamento dos impostos.

Os portugueses também criaram uma política de aculturação no país que foi a política conhecida como assimilação. Segundo Alcinda Manuel Honwana, em seu livro *Espíritos Vivos, Tradições Modernas*:

De acordo com a política de “assimilação” criada pelos portugueses, os nativos africanos que cumprissem certos requisitos podiam receber um estatuto privilegiado, semelhante se bem que sempre inferior, aos portugueses. A primeira legislação relativa á assimilação foi introduzida em janeiro de 1917 estipulando que os moçambicanos podiam perder sua condição de indígena e adquirir a cidadania portuguesa se preenchesse um determinado número de requisitos: Falar corretamente a língua portuguesa; exercer uma profissão e ter um rendimento que garantisse a subsistência da família; ter adquirido os hábitos e maneira dos portugueses; ser cristão (de preferência católico romano); não praticar ou acreditar em cultos de possessão, feitiçaria e outros tipos de superstições. (HONWANA, 2002, p. 130)

O intuito dessa política era criar uma classe intermediária que poderia ser utilizada como elo entre os nativos não aculturados e os portugueses, além de ser utilizada também em alguns cargos públicos. Um ponto que pode ser considerado mais importante nesse processo de aculturação é a repressão as religiões tradicionais.

Os portugueses sabiam que os líderes espirituais que praticavam a possessão, feitiçaria, adivinhação, exorcismo e rituais de cura espiritual exerciam grande poder sobre a comunidade moçambicana, especialmente a comunidade rural.

Moçambique é um país onde os espíritos agem como os vivos, onde há uma simbiose entre eles e os espíritos. O país tem cerca de vinte milhões de habitantes, esse número seria ainda maior se os mortos fossem contados, porque para os moçambicanos o mundo dos espíritos é uma extensão do mundo dos vivos. Todas as práticas dos nativos estão atreladas a tradição.

Segundo Alcinda Honwana, durante a colheita, por exemplo, são feitas oferendas aos ancestrais para que ela fosse próspera. Quando os jovens saíam para encontrar trabalho nas minas da África do Sul, na volta eles faziam rituais de limpeza para que todas as impurezas adquiridas fossem deixadas pra trás. Além disso, no ritual da compra da noiva, conhecido como *Lobolo*, muitas vezes, a família do noivo além de pagar o dote a família da noiva ainda oferece presentes aos ancestrais.

Alguns relatos da mesma autora mostram como são surpreendentes as relações com o espíritos e o poder que eles exercem nessa sociedade. Ela diz que quando os

mipfhukwa, os espíritos vingadores, atormentam alguma família, esta tem que conceder que uma de suas filhas case-se com ele. Esse espírito teria sido, em algum momento da história morto por um antepassado dessa família. Concedido o casamento, essa jovem que geralmente tem idade entre doze e dezessete anos, passa a viver na *palhota* do espírito, local construído no quintal de sua casa.

Entre as obrigações da mulher está cuidar da casa, mantendo limpa e organizada e cuidar de um animal que é oferecido ao espírito. “Algumas *nsati wa svikwembu* poderão casar com homens vivos se as famílias as apoiarem e, em especial, se os maridos espíritos as autorizarem. Nestas circunstâncias, realiza-se um ritual no qual o homem obtém autorização do espírito para desposa a *nsati wa svikwembu*.” (HONWANA, 2002, p.68)

Essas associações de espíritos com os vivos mostram que as religiões tradicionais exercem total influência na população de Moçambique. Os líderes religiosos são os habitantes mais respeitados, eles são responsáveis pelas principais atividades culturais do país

O ritual para o nascimento de um líder religioso começa quando o indivíduo que foi escolhido pelo espírito fica seriamente doente e a medicina ocidental não consegue lhe trazer a cura. O doente é levado pelos familiares para um líder espiritual que lhe dá o diagnóstico: a doença é a do chamamento e o doente precisa ser “feito” para receber o espírito.

A família tem um grande papel no processo de iniciação. A estadia e todos os serviços que são feitos no ritual são pagos por ela. O local, geralmente, ficava em regiões isoladas normalmente em florestas, até que o espírito se desenvolva e assim possa se tornar um novo líder. Com as guerras civis em Moçambique o local de iniciação passou a ser dentro das cidades. Lembrando que este rito pode durar até anos, pois nem todos os iniciados conseguem passar facilmente de estágio já que há uma luta interna dos espíritos.

Existe a crença de que os espíritos que possuem um indivíduo são como bebês e que só durante a iniciação se desenvolvem no corpo dessa pessoa(...) Tal como o embrião um embrião, os espíritos crescem no interior do corpo humano. (...) Não admira que a maioria das pessoas de cujos espíritos “saem”, sejam mulheres (...) (HONWANA, 2002, p. 54)

Os espíritos dos anciões são os mais poderosos já que em vida eram os que mais tinha poderes na sociedade, já, os das crianças não tem o mesmo poder. Afinal, no convívio social elas não estavam na mesma posição. Apesar disso, Honwana afirma que na relação existente entre os próprios espíritos nem sempre as hierarquias estabelecidas socialmente vigoram. Quando o espírito se manifesta através dos médiuns, há situações em que alguns que na sociedade faziam parte de uma escala inferior se manifestam primeiro, mostrando que há uma hierarquia que pode ser diferenciada entre os próprios espíritos.

A posição da mulher nestas tradições é de extrema importância. “Segundo Frantz Fanon, Homi Bhabba considera que a identidade do sujeito pós-colonial se baseia no mimetismo da cultura colonial, uma imitação que produz uma auto-consciência (selfhood) dividida em várias e diferentes identidades. “(HONWANA, 2002)

Uma das múltiplas identidades assumida pelas mulheres moçambicanas é a de sacerdotisa. Este título é recebido através da possessão dos espíritos. Como diz Honwana, podemos considerar “os espíritos não só como agentes externos que controlam e mudam as identidades das pessoas, mas como a própria essência da identidade humana.”

Por ser a essência da identidade humana, estas mulheres que recebem seus corpos os espíritos, acabam exercendo grande poder sobre a comunidade moçambicana.

A função do *nymusoro* é exercida por mulheres, em maioria. Isso acontece porque esses são os espíritos de estrangeiros, ex-combatentes, que pediram essas mulheres em casamento. Honwana afirma que teorias indicam que a possessão está mais associada a mulher porque ela está mais ligada ao lar e aos costumes. Essa ligação pode ser explicada pela grande emigração dos homens em busca de trabalho, sendo assim, as mulheres acabam assumindo as responsabilidades da casa e na sociedade e pouco a pouco ganharam grande importância nos rituais e práticas religiosas.

2. A FRELIMO e o Novo Homem

A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) chegou ao poder em 1975 com exaustivas lutas contra o exercito colonial Português, os revolucionários que

conquistaram a independência de Moçambique tinham em suas mãos uma grande missão: um país com treze milhões de pessoas.

(...) mas as condições da luta e da vitória foram tais que os dirigentes da Frelimo herdaram o país sem nunca terem visto confrontados com essa diversidade social, sem terem sido obrigados a assumi-la e a conceber politicamente os seus efeitos. Eles não dispunham praticamente de nenhum mecanismo político ou social de ligação que lhes permitisse reconhecer a existência dos diferentes componentes, por vezes contraditórios, da sociedade colonizada que lhes era dado governar...Foi de acordo com esta (falta de) perspectiva que foram formuladas os grandes eixos da “estratégia de desenvolvimento” do jovem estado para o mundo rural: a edificação das “aldeias comunais”.

Porém, 80% da população Moçambicana vivem da zona rural e com esse novo projeto do governo teriam que sair de suas terras para viverem nestas aldeias comunais. No entusiasmo do primeiro ano de independência as populações rurais responderam favoravelmente com fervor pois viram na FRELIMO, agora governo, uma luta anticolonial, mas com o passar do tempo não foi só as suas terras que o povo teve que deixar em nome do progresso, mas muitos dos seus costumes, o que levou a insatisfação de toda comunidade.

A FRELIMO promove um discurso antitradicionalista, “rotulando-as de obscurantistas e supersticionistas.” (HONWOANA, 2002) imprimindo uma ideologia na qual alegava que as práticas tradicionais não permitiriam a emancipação da mulher. E nem a criação do novo homem

3 A RENAMO e as tradições

A RENAMO, em sua gênese, por ser composta de pequenos burgueses falidos e ex-soldados portugueses, recebeu recursos bélicos internacionais para que estes militassem e Moçambique deixasse de ser um país comunista, voltando, assim, a viver em um regime monopolista.

Apesar de todo incentivo bélico e financeiro, a RENAMO logo deixou seus ideais capitalistas para trás. Um dos motivos foi a estratégia de sobrevivência em solos moçambicanos. A RENAMO começou a atuar em cima da frágil política de modernização da FRELIMO.

A FRELIMO criou políticas que proibiam as práticas religiosas alegando que tais práticas impediam o desenvolvimento de um país em fase de construção. Um outro ponto crítico na política da FRELIMO, foi a criação das aldeias comunais, que eram aldeias de uso coletivo onde tudo que fosse produzido era dividido para todas as comunidades. Neste período as comunidades rurais eram mais de 80% da população moçambicana.

Diante deste quadro a RENAMO viu a possibilidade de conseguir apoio perante as comunidades rurais. O discurso imprimido foi o de que todos que apoiassem a milícia teriam a liberdade de cultivar suas tradições e não teriam que sair de suas terras para cultivar em terras alheias, como era o propósito das aldeias comunais. Já que as tradições consistiam no cultivo das suas próprias terras.

Para manter-se forte no combate a RENAMO começa a fazer investidas nas comunidades em busca de pessoas para serem integrantes da milícia.

Nestas investidas nas comunidades, eram seqüestrados crianças, mulheres e líderes espirituais, como foi o caso da líder espiritual Mwamadjosi que se tornou uma lenda. Segundo relatos, Mwamadjosi deu imunidade aos soldados que conseguiam tornar-se invisíveis diante dos soldados da FRELIMO, e imune a balas deflagradas por este.

Esta líder espiritual era respeitada até pelos líderes do governo. A história sobre esta mulher diz que ela alcançou um posto de oficial da RENAMO por causa das proezas alcançadas.

Diz-se que Mwamadjosi era muito competente na descoberta das posições das tropas do Governo e na protecção dos combatentes da Renamo. Ela organiza rituais para imunizar os rebeldes contra as balas antes de partirem para incursões militares. Na Manhiçavmuitos informantes reconhecem os poderes de Mwamadjosi, dizendo que ela conseguia que as balas dos soldados governamentais falhassem o alvo e que suas armas encravassem em pleno combate. Alguns adivinhos e curandeiros locais referiram-se às dificuldades que tiveram para neutralizar os poderes de Mwamadjosi, pois, segundo eles, ela tinha acesso a plantas especiais das florestas de Mambone (a cerca de 400 km de Manhiça). (HONWANA 2002)

4. O triunfo da tradição

A preservação da religião foi um processo que em Moçambique encontrou grande dificuldade para existir. A princípio, com a chegada dos árabes houve um grande processo de islamização do povo, no norte de Moçambique. Logo após os portugueses impuseram o catolicismo como religião oficial através de uma política conhecida como política dos assimilados.

Após o período de guerra anticolonial a Frelimo com sua ideologia marxista-leninista traz como ideal uma visão de sociedade moderna com a presença de um Novo Homem que se distanciava das tradições.

Apesar disto as tentativas de afastamento das culturas tradicionais em Moçambique, praticamente fracassaram. No período pós-guerra entre Frelimo e Renamo as tradições foram de suma importância para a reconstrução do novo país. Ainda assim, como o triunfo da religião tradicional, toda a inserção de diversas culturas ao longo da história fizeram com que a sociedade moçambicana tenha se tornado uma espécie de mosaico de religiões, repletas de sincretismos.

Os ritos mais bárbaros ou os mais extravagantes, os mitos mais estranhos traduzem alguma necessidade humana, algum aspecto da vida, seja da vida individual ou social.(...) No fundo portanto, não há religiões falsas. Todas são verdadeiras a seu modo; todas correspondem, ainda que de maneiras diferentes, a condições dadas da existência humana. (DURKHEIM, 2003, p. VII)

Referências Bibliográficas

DURKHEIM, Émile. As Formas Elementares da Vida Religiosa: O sistema totêmico na Austrália; tradução Paulo Neves. – São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$frelimo-\(frente-de-libertacao-de-mocambique\)>](http://www.infopedia.pt/$frelimo-(frente-de-libertacao-de-mocambique)>).

HONWANA, Alcinda M. Espíritos Vivos, Tradições Modernas: Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique. Trad. Orlando Mendes; Promédia, 2002.

MACAGNO, Lorenzo. Política e Cultura no Moçambique Pós-Socialista. 2003.

RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana). In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2010. [Consult. 2010-06-13]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$renamo-\(resistencia-nacional-mocambicana\)](http://www.infopedia.pt/$renamo-(resistencia-nacional-mocambicana))>.

O IMAGINÁRIO CARMELITA NOS PAINÉIS CENTRAIS DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO DE CACHOEIRA

Gilcimar Barbosa¹

Resumo: o presente trabalho tem o intuito de analisar os três painéis centrais da Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira, revelando os sentidos atribuídos às representações, identificando sobre qual ótica o imaginário bíblico neles se faz presente para reafirmar a vinculação da ordem à figura do profeta Elias, ao mesmo tempo em que busca analisar a relação de Maria (Nossa Senhora do Carmo) com Elias e conseqüentemente com os carmelitas.

Palavras Chaves: HISTÓRIA – PAINÉIS – IMAGINÁRIO

A utilização das representações imagéticas no Ocidente Medieval já apresentava certos conhecimentos e valores próprios às formas de representações que estavam vinculadas aos cultos da cristandade, participando de forma intensa da dinâmica das relações entre o homem e o mundo sobrenatural, entre o terrestre e o celeste. Apesar do cristianismo se utilizar de imagens nesse contexto para propagar seus ideais e ensinamentos, de início, a própria cristandade recriminava essa prática. O uso das imagens se configurava como algo próprio ao mundo das aparências e dos enganos, ideologia que estava associada a uma tentativa de distinguir-se das *práxis* conduzidas pelas religiões pagãs. Com o tempo, o ocidente cristão passou a reconhecer cada vez mais a importância do papel das imagens junto aos seus planos de conquista.

No ano 600, Gregório - o Grande - em sua carta ao Bispo Serenos de Marselha, justifica seu uso afirmando que elas preenchiam uma útil função de instrução, permitindo aos iletrados compreender as histórias sagradas. Instruir, emocionar e rememorar, estas foram as justificativas adotadas pelos clérigos ao longo da Idade Média. Esculpidas ou pintadas, com o início da baixa Idade Média o culto aos santos torna-se impraticável sem as imagens, estreitando-se assim as relações entre santos, milagres e imagens.

Na América Portuguesa temos o reflexo de uma cultura já presente no ocidente medieval, onde adquiriu uma importância crescente, dando lugar a práticas cada vez mais comuns, com papéis

¹ Estudante do Curso de Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. O texto do presente artigo resultou de um projeto desenvolvido como bolsista de permanência (PROPAAE) entre 2008 e 2009, sob a orientação da Prof.a Tânia Maria Pinto de Santana.

múltiplos no bojo das complexas interações sociais e, como não poderia deixar de ser, a utilização das imagens por parte da cristandade no Novo Mundo faz com que esse seja um dos seus traços distintivos².

No teto da nave central da Igreja e Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira encontramos a referência ao imaginário carmelita, cuja elaboração remonta ao século IX, imaginário este que é propagado na América Portuguesa através das inúmeras representações encontradas nesta e em outras instituições carmelitas aqui fundadas. Na Igreja do Carmo de Cachoeira evidenciam-se temáticas carmelitanas que se apresentam em pinturas de teto, a exemplo do mito de fundação da ordem carmelitana - século IX a.C. - que está vinculado ao personagem bíblico Elias, temática que mais a frente iremos abordar de maneira mais precisa. Também é marcante na azulejaria e no coro da igreja a representação de N. Senhora do Carmo Protetora.

Na Igreja e Ordem Terceira do Carmo de São Cristóvão, no estado de Sergipe, identificamos novamente a iconografia mariana de N. Senhora do Carmo Protetora, presente em um dos painéis em caixotão da sacristia. Na azulejaria da Igreja e Ordem Terceira do Carmo de João Pessoa, na Paraíba, cenas do personagem bíblico Elias fazem menção aos episódios como o confronto contra os profetas de Baal, além da subida de Elias aos céus por meio de uma carruagem flamejante.

Quanto à disposição espacial da igreja em Cachoeira, esta se apresenta bem definida, com capela, sacristia, consistório e carneiras. Esses ambientes se apresentam com estilos diferentes, já que não foram construídos no mesmo período. No interior da igreja é surpreendente a riqueza dos elementos decorativos do barroco e rococó, com predominância à talha dourada principalmente em seu altar mor, suas paredes laterais foram decoradas com painéis de azulejo português em tom azul e fundo branco, onde cenas bíblicas são narradas. No forro da nave, que é abaulado, estão distribuídos onze painéis em caixotão, com pinturas que representam fatos narrativos da história carmelitana. Segundo Carlos Ott³, os painéis teriam sido pintados por José Teófilo de Jesus, um dos alunos do grande pintor baiano José Joaquim da Rocha. Os onze quadros estão dispostos desde o arco cruzeiro até o coro. Abaixo do coro da igreja notam-se três grandes medalhões com molduras, circundados por uma pintura floral, com temática carmelitana.

A narrativa adotada pelo pintor ou por quem encomendou as obras, segue um dos modelos de narrativa pictural proposto por Franz Wickoff, que é a monocênica, onde cada quadro representa um único episódio religioso. Wickoff distingue três modalidades de narrativas: a narrativa contínua, na qual uma série de episódios de histórias distintas se sucedem em ordem cronológica sem

² BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 481 à 523.

³ OTT, Carlos. **História da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira**, Salvador, BA. Publicação da universidade Federal da Bahia, 1978, p. 17.

interrupção sobre um único fundo e comum a todos eles, a narrativa monocênica, esta que acreditamos se enquadrar nas pinturas de teto do Carmo, se caracteriza por cada quadro representar um único episódio histórico e, por fim a narrativa policênica, que ocorre quando no interior de um único quadro, são representados vários momentos de uma mesma história ⁴.

Nesse sentido acreditamos que os painéis da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira só se enquadrariam na segunda proposta de narrativa, a monocênica, por duas simples e objetivas razões que se auto-explicam nos próprios conceitos das narrativas, tendo vários painéis e com planos de fundo distintos, o que faz com que as outras duas propostas de narrativas sejam de imediato descartadas (narrativa contínua e policênica).

Para leitura dos painéis da Ordem do Carmo em Cachoeira adotaremos a metodologia proposta e aplicada por Luis Sobral à disposição da narrativa das pinturas de teto da Ordem de São Francisco em Salvador, onde a história começa com os quadros octogonais da coluna central. Aqui seguirei mais ou menos a mesma sequência numérica adotada por Sobral na Ordem do São Francisco, ao menos para que tenhamos um referencial de posicionamento dos painéis no teto da Ordem do Carmo.

Acreditamos que os painéis do Carmo têm como ponto de partida para sua narrativa as três representações centrais, nas quais a Virgem N. Sra. do Carmo se faz presente, havendo algumas pequenas variações de um painel para o outro, que entendemos também corresponderem a momentos distintos da história carmelitana. Apoiado no que já foi dito, a narrativa começa tendo por base os três quadros centrais no sentido altar-central para o coro da igreja, contrariamente a disposição dos painéis na Ordem do São Francisco, que tem seu início nos quatro quadros centrais, mas à partir da entrada e seguindo um movimento que corresponde à trajetória do fiel em direção a capela-mor.

Aqui trabalharemos com a idéia de que os três painéis centrais apontam para um dos mais importantes aspectos da história das ordens religiosas na América Colonial, que se refere ao imaginário religioso europeu no contexto colonial. Os painéis analisados aparentam ter relação com o mito de fundação da Ordem, eles refletem o que a instituição propõe como seu processo histórico de consolidação, o qual teria passado por três períodos, o primeiro seria o profético (Antigo Testamento), em que Elias é visto como o precursor dos carmelitas, o segundo momento refere-se ao contexto do nascimento de Cristo, o Messias (Novo Testamento) e, por fim, temos no século XII a criação do convento em louvor a N. Senhora no Monte Carmelo, fazendo ainda parte desse processo o surgimento dos Carmelitas Descalços no século XVI. Há uma reconstrução de sua

⁴ SOBRAL, Luis. **Eva Maria, Tota Pulchra**: narração e alegoria nas pinturas do teto de S. Francisco de Salvador. Anais do 4º Congresso de História da Bahia. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Fundação Gregório de Matos. 2001, p. 177.

história partindo do próprio imaginário bíblico, do seu universo sobrenatural, dando ênfase ao vínculo dos carmelitas com o profeta Elias e com o culto mariano, especificamente a invocação de N. Sra. do Carmo. A obra *A Rubrica Prima*, regra oficial incorporada às Constituições de 1281, expressa a convicção dos carmelitas em sua vinculação histórica com Elias. Para o autor da *Rubrica Prima*, esta “é testemunho da verdade, que desde os tempos em que Elias e Eliseu viviam no Monte Carmelo, a Ordem Carmelita já se fazia presente”. Outra obra a tratar deste assunto é a *Tractatus de Institutione et peculiaribus religiosorum carmelitarum* (1370-1380), do catalão Filipe Ribot. Estes documentos revelam o momento de construção deste imaginário que vincula os carmelitas ao profeta Elias (século IX a.C.), aquele que é considerado pelos luminares da Igreja Católica como seu patriarca e primeiro instituidor da vida monástica.

Inspirador e modelo de vida religiosa, Elias viveu nas matas que cobriam o planalto do Monte Carmelo (palavra hebraica que significa “jardim”), em Samália, na Palestina, passando a ser saudado como o primeiro carmelita⁵. No Monte Carmelo segundo o Antigo Testamento existiam altares dedicados às divindades locais, no entanto, após uma briga entre Elias e os sacerdotes de Baal, Javé ateou fogo em todos os altares, construído posteriormente nesse mesmo local um convento em louvor a N. Senhora⁶. Esse convento teria sido construído no século XI d.C., de forma que o calabrês Bertoldo, durante as cruzadas no século XI, teria fixando-se no referido convento, difundido num segundo momento os princípios carmelitanos pelo Ocidente. Após participar de várias batalhas, este também teria redigido os primeiros estatutos da Ordem, aprovados por Inocêncio IV em 1245⁷.

Partindo propriamente para as representações da Ordem do Carmo, no **primeiro painel** temos a figura de Maria, que se encontra sentada numa nuvem com o Menino Jesus em seu colo (perna direita), trajando um perisônio branco. Quanto a Senhora, está com uma coroa dourada na cabeça, seu traje é composto nas cores, branco vermelho e azul. A nuvem em que se encontra flutua sobre uma cidade (destacam-se uma igreja e uma fonte, da qual brota água), entre as nuvens que estão atrás da Virgem Maria vêem-se oito anjos, quatro a sua direita e quatro a sua esquerda. Fitas na cor azul e vermelha envolvem o corpo dos anjos. Do lado esquerdo da Senhora sobre uma nuvem, mas num nível mais baixo, identifica-se uma figura feminina, com um véu na cor preta que recobre a sua cabeça, vestindo ainda um habito vermelho e uma túnica branca. Ela nada carregava em suas mãos, apenas gesticulava na direção da cidade.

⁵ HONOR, André. **Do monte Carmo à Parahyba**: a presença da cultura carmelita na cidade de João Pessoa, XIII Encontro de História Anpuh-Rio, Rio de Janeiro, 2008, p. 2.

⁶ CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. **A Pintura Religiosa na Bahia**, 1790 – 1850. I Vol. Porto. 2003, p. 223 e 224.

⁷ MATTOS, Waldemar. **Os Carmelitas Descalços na Bahia**. Salvador. 1964, p. 5 e 6.

Já do lado direito da Virgem, apresenta-se também em uma nuvem e em um nível mais baixo que o de Maria, um senhor com cabelo e barba branca, carregando um livro sagrado (identificamos em letras garrafais três palavras, logo no início do capítulo: **EGO PLAN TAVI**, ele veste um hábito vermelho e uma túnica na cor branca.

Essa paisagem nos remete ao que poderia ser o Monte Carmelo, local de origens da história dos



Fig. 01 – Painel 01 – Nossa Sr. do Carmo e Elias no Monte Carmelo

carmelitas, onde ocorreu o milagre da chuva realizado pelas preces de Elias, o precursor carmelitano:

“E disse ao seu moço: Sobe agora, e olha para a banda do mar. E subiu, e olhou, e disse: *Não há nada*. Então disse ele: Torna lá sete vezes. E sucedeu que, à sétima vez, disse: Eis aqui uma pequena nuvem, como a mão de um homem, subindo do mar. Então disse ele: Sobe e dize a Acabe: Aparelha o teu carro, e desce, para que a chuva te não apanhe. E sucedeu que, entretanto, os céus se enegreceram com nuvens e vento, e veio uma grande chuva”⁸.

De maneira que a igreja pode simbolizar o convento que ali foi construído em louvor a Nossa Senhora do Carmo ainda no século XI/XII d.C., ou o eremitério de Elias e Eliseu, que remonta a um contexto anterior ao nascimento de Cristo, no século IX. Nessa conjuntura, um terceiro elemento que são os personagens, dá muito mais sentido a esse episódio, em especial dois que conseguimos identificar, que seriam Elias e Nossa Senhora do Carmo. Elias é representado como um senhor de cabelo e barba branca que segura um livro religioso aberto, contendo no início do capítulo as iniciais **EGO PLAN TAVI** (eu plantei), como se fizesse uma alusão à idéia dele ter fundado a ordem. O que os carmelitas tentam fazer tendo como referencial ou modelo a figura de Elias, é a constituição da verificação histórica da existência dos carmelitas anteriormente à fundação do convento, no século XI.

Em Elias se inspiraram os primeiros eremitas que, por volta do séc. XI iniciaram no Monte Carmelo um novo estilo de vida que originou a Ordem dos Irmãos da Bem-aventurada Virgem Maria. Elias é considerado como protótipo da vida religiosa perfeita, o primeiro a sustentar esse

⁸ Bíblia. Português. **A Bíblia Sagrada**. Velho e Novo Testamento, I Reis, 18: 43-44-45. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969, p. 418.

ideal, um exemplo que inspira a vida monástica, contemplativa, de pobreza, abnegação, solidão e, ao mesmo tempo amoroso para com Deus e para com o próximo. Essa seria a forma mais simples de um eremita adquirir a paz celestial. Em Hebreus no capítulo 11 (A natureza da fé e exemplos de fé tirados do Velho Testamento), esse ideal é exaltado:

“E outros experimentam escárnios e açoites, e até cadeias e prisões. Foram apedrejados, serrados, tentados, mortos ao fio da espada; andaram vestidos com peles de ovelhas e de cabras, desamparados, aflitos e maltratados.

(Dos quais o mundo não é digno), errantes pelos desertos e montes, e pelas covas e cavernas da terra”.

Os carmelitas enquanto filhos do Profeta Elias reelaboram, recriam as lendas judaicas, de maneira que estas fundamentam as informações sobre suas origens. Na tradição judaica Elias é considerado como o precursor do Messias, por ser amigo dos humildes, benfeitor dos pobres e libertador dos fieis. Na tradição carmelitana, Elias é o precursor dos carmelitas, visto como o fundador ideal da Ordem⁹. Nascido por volta do século IX a.C., foi no Monte Carmelo que Elias teria realizado o seu maior milagre, tornando-se dessa forma um profeta e, o monte desde então, transformou-se em um ambiente sagrado de meditação e reflexão, onde eremitas e monges buscavam se refugiar na procura de uma vida de contemplação religiosa. A verificação histórica se daria por meio da apropriação do imaginário bíblico, segundo o qual os carmelitas seriam a continuação do eremitério de Elias e Eliseu no Monte Carmelo (séc. IX a.C.), sendo esta uma tentativa de estabelecer a ordem carmelita como a mais antiga de todas as ordens¹⁰.

A mesma lógica é dada à figura de Maria, há uma tentativa de aproximação entre Elias e Maria, nessa interpretação, sugere-se que o profeta Elias já rendia o culto a Virgem, de maneira a prevê-la numa nuvem que de início era pequena e despercebida, mas que pela graça de Deus, se transformaria em uma tempestade que faria chover para todos o Divino Salvador. Esse episódio é reinterpretado na Bíblia em I Reis, 18: 43-44-45.

No sentido mais restrito, o que poderia explicar o fato da Virgem do Carmo localizar-se nos três quadros principais é o sentido atribuído à Maria pelos carmelitas, com um caráter peculiar, o de *‘fratres beatae Mariae’*, o que é uma espécie de espiritualidade mariana, que do termo irmãos, passou para o termo *‘irmã’*, que viram realizados em Maria. Teria sido Elias quem levou os carmelitas a chamar a Virgem de Nazaré de irmã e eles mesmos de seus irmãos, na medida em que

⁹ MISSAL. **Irmãos da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo**: próprio dos santos missal. Roma, 2004, p. 40.

¹⁰ HONOR, André. **Anais do II Encontro Internacional de História Colonial**: memórias azuis - a formação da ordem carmelita na azulejaria do Carmo em João Pessoa, Caicó, 2008, p. 5.

o escapulário, como um elemento distintivo da Virgem, surge como um símbolo que teria significado um sinal de fraternidade.

Existem várias possibilidades para que Maria tenha sido considerada ‘irmã dos carmelitas’, das quais podemos citar: a virtude do projeto de Deus que quis na igreja a instituição de um grupo religioso de seus frades; porque os carmelitas são uma fraternidade dedicada ao seu culto, a Ordem é uma casa de Maria, onde ela se revela ‘irmã’, no dom de particular intimidade de graça, auxílio para intimidade com Deus e com sua palavra, centro de particular vocação eclesial; pela conformidade que, segundo Elias, a Virgem, os carmelitas tem tido com Maria, ‘irmã’ que também é primícia de virgindade entre as mulheres; pela semelhança de sua vida com a vida de Maria, que a regra da Ordem parece incutir nas suas prescrições e nas suas perspectivas espirituais¹¹.

Trata-se de posicionamentos que levam em conta a condição humana de Maria, sublinhando a fiel correspondência do pobre, que como todos os homens, caminhou na fé, vivendo na fé sua aventura de discípula de Cristo, de contemporânea da palavra, de serva do mistério da salvação. Como ‘irmã’ Maria é a humilde criatura de fé, de amor que caminha junto de cada um dos homens, a fim de educá-los para o evangelho. A primeira alusão feita entre a figura de Maria e a dos carmelitas teria sido feita em 1370, em alguns versos do *Defensorium Ordinis* de João de Hildesheim¹².

O terceiro personagem desse primeiro painel não nos foi possível identificar, caracteriza-se por estar sobre uma nuvem, mas em um nível mais baixo que o de Maria, com um véu na cor preta que recobre a sua cabeça, um habito vermelho e túnica branca. Ela nada carregava em suas mãos, apenas gesticulava na direção da cidade.



Fig. 02 – Painel 02 – Visão de Stock recebendo o escapulário

No **segundo painel**, temos a Virgem Maria que está sentada em um trono. Tem ela uma coroa dourada, suas vestes são nas cores vermelho, branco e azul, o Menino Jesus (traja um perisônio) está sentado em seu colo (perna direita). O pé esquerdo da Virgem repousa sobre uma almofada.

No plano de fundo entre as nuvens no céu, verifica-se a presença de cinco anjos, três a sua direita e dois a sua esquerda.

¹¹ FIORE, Stefano de, e MEO, Salvatore. **Dicionário de Mariologia**. São Paulo: Paulus, 1995, p. 627 e 628.

¹² DA VIRGEM, Daniel. **Espectaculum Carmelitanum**. Antuerpia, 1680, p. 708.

Do lado direito, ajoelhado e segurando parte das vestes da Virgem, encontra-se um senhor aparentando ter entre 30 e 40 anos, vestindo um hábito vermelho e túnica branca. Abaixo do trono da Senhora nota-se a presença de um anjo (elemento que pela primeira vez aparece no primeiro plano), segurando um livro sagrado fechado.

A Virgem parece estar dentro de um edifício, já que do seu lado esquerdo se vê parte de uma parede e mais ao fundo uma grade baixa.

Como destaque mais uma vez figura a representação da Virgem, tendo do seu lado direito um personagem aparentemente jovem, trajando vestes características dos carmelitas, que como um ato simbólico está segurando o manto da virgem.

O escapulário na tradição carmelita é considerado como uma extensão do manto de Maria, no 12º volume da *Nova Enciclopédia Católica* é definido como fragmentos de tecidos que formam os distintivos das várias congregações, em que notadamente o de N. Sra. do Monte Carmelo está presente¹³. O painel em questão parece remeter à relação entre o manto da Virgem, enquanto escapulário, e a devoção que os carmelitas dedicam à N. Sra. do Carmo. A Ordem dos Carmelitas propaga a fé em Maria principalmente através de seu escapulário, que simboliza as virtudes marianas, conduzindo os fieis à Cristo. Levando em consideração que nesse segundo painel o escapulário ainda não está materializado, só vindo se fazer presente no terceiro quadro, podemos deduzir que este representa um momento da história carmelitana que é intermediário ao surgimento do convento e a posterior aparição da Virgem a Simão Stock, momento em que o escapulário enquanto símbolo da salvação lhe é entregue.

O que nos permite realizar essa afirmação é uma figura que temos em menor evidência, um anjo segurando um livro fechado, de forma que o anjo em muitos momentos bíblicos simboliza uma visão, nesse sentido, como Simão Stock está intimamente ligado ao “objeto escapulário”, assim como a irmandade do escapulário que ele fundou está vinculada a Ordem Carmelita, o segundo painel pode ser representativo de uma visão de Stock ainda em sua juventude, o que nos remete a um contexto posterior ao surgimento do convento e anterior a aparição de Nossa Senhora.

Fazendo uma leitura daquilo que Simão Stock representou para a os carmelitas, podemos dizer que foi um membro muito ativo da Ordem, que vivenciou um período crítico da história carmelita. Segundo sua biografia, Stock era eremita e vivia no condado de Kent, atraído pela vida monástica dos carmelitas e adoração mariana, pediu admissão como noviço. Já em 1225, Stock foi eleito Coadjuvante do Superior Geral da Ordem, passando em 1245, a Superior Geral. A imagem de São Simão está associada com a comunicação de um privilégio extraordinário, a revelação do escapulário enquanto símbolo da salvação, privilégio concebido pela Virgem à Stock e a todos os

¹³ *Nova Enciclopédia Católica*, vol. 12, RJ: Ed. Renes, 1969, p. 1147.

carmelitas. A ele é atribuída a fundação da Irmandade do Escapulário – que está intimamente vinculada à Ordem Carmelita – após Maria lhe ter feito uma aparição, trazendo-lhe um escapulário: “Meu dilecto filho - disse-lhe a rainha do céu – eis o escapulário, que será o distintivo da minha Ordem. Aceita-o como um penhor do privilégio que alcancei para ti e para todos os membros da Ordem do Carmo. Aquele que morrer vestido deste escapulário, estará livre do fogo do inferno”¹⁴

No período em que Stock foi eleito superior da ordem (1245), houve um grande desenvolvimento. Simão Stock estabeleceu casas em quatro cidades universitárias: Cambridge, Oxford, Paris e Bolonha, tendo como resultado o fato de um grande número de jovens ingressarem na Ordem. Fez numerosas fundações na Inglaterra, Irlanda e, provavelmente também na Escócia, Espanha e outros países do continente¹⁵.

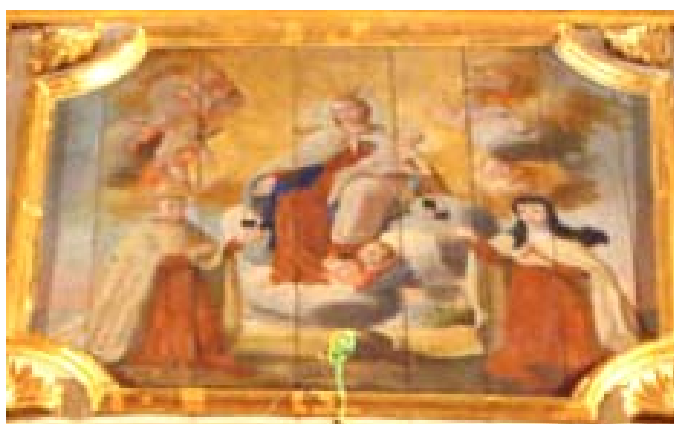


Fig. 03 – Painel 03 – Maria e o Menino Jesus entregam o escapulário a Simão Stock e Tereza de Ávila.

No **terceiro painel** a Virgem está sentada em uma nuvem, possui uma coroa dourada na cabeça. No que se refere ao seu traje, tem um hábito vermelho e mais duas túnicas, uma branca que está por cima de outra azul. Em seu colo (perna esquerda), está o Deus Menino, trajando uma roupa branca. Maria está oferecendo com sua mão direita, um escapulário a São Simão Stock, este que veste um hábito vermelho e uma túnica branca.

Quanto ao Menino Jesus, ele também está oferecendo um escapulário, mas a uma senhora que tem um véu preto recobrando sua cabeça, um hábito vermelho e uma túnica branca.

No plano de fundo, entre as nuvens no céu, estão presentes oito anjos, quatro em cada lado da Virgem. Na mesma nuvem em que Maria está sentada, aparecem duas cabeças de anjo.

O pé esquerdo da virgem está repousando na cabeça de um destes anjos.

Na presente cena temos efetivamente o momento em que a Virgem Santíssima entrega o escapulário a Simão Stock, concomitante ao instante que o menino Jesus também entrega o escapulário a uma figura feminina que está vestida com trajes característicos dos carmelitas. Acreditamos ser esta Tereza de Ávila, apesar de não possuir atributos que nos possibilite identificá-la, sua contribuição na difusão da ordem, inclusive para a América, foi de suma importância,

¹⁴ LEHMANN, João Batista. **Leitura Religiosa da Vida dos Santos de Deus, Para Todos os Dias do Ano, Apresentadas ao Povo Cristão:** festa de Nossa Senhora do Carmo. Minas Gerais: II Edição. Tip. Do “Lar Catholico”. 1935, p. 50 e 51.

¹⁵ THURSTON, Herbert J., e ATTWATER, Donald. **Vida dos Santos de Butler.** Petrópolis: Vozes, 1988, p. 163.

fundando no século XVI a Ordem dos Carmelitas Descalços, vertente que segue os dogmas mais tradicionais da Ordem Carmelitana.

Nascida na cidade de Ávila em 1515, Santa Teresa de Jesus, como seria consagrada na sua canonização em 1622, teve uma importância vital para a propagação da Ordem Carmelita. Ela presenciava as constantes irregularidades que se faziam presentes no âmbito da instituição. Teresa propunha um severo enrijecimento das regras dentro dos mosteiros no intuito de resgatar a fé cristã, apesar do medo de que essas regras assustem e terminem por afastar novos adeptos da ordem, o que vemos é um movimento completamente oposto, no século XVI há uma verdadeira difusão de conventos dos Carmelitas Descalços¹⁶.

Desde suas origens os Carmelitas foram se ramificando, novas vertentes foram criadas, das quais podemos citar, os Carmelitas Conventuais, aqueles que aceitam os benefícios do Papa Eugênio; Carmelitas Observantes, eram fieis as regras primitivas; Carmelitas terceiros, que foram instituídos pelo Papa Sixto IV, no século XV; Carmelitas Descalços, os que aceitavam a reforma de Santa Tereza de Ávila e São João da Cruz. Os Descalços adotaram o rito romano, enquanto os Carmelitas Calçados obedeceram a Igreja do Santo Sepulcro de Jerusalém, trajando habito, escapulário e cruz na cor marrom. Nas festas solenes usam uma capa larga e capuz branco¹⁷.

A Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira – as ordens terceiras eram destinadas aos leigos de ambos os sexos, sendo a sua principal finalidade a difusão do escapulário – funcionou vinculada a um convento de frades de Carmelitas Calçados – fundado em 1688. Nessa igreja observamos, ricamente representados em sua pintura, um amplo panorama do imaginário carmelita que associa personagens bíblicos e personagens da própria história carmelita – das diferentes vertentes que dela conhecemos – tanto dos carmelitas calçados quanto dos carmelitas descalços. No processo de propagação dos carmelitas na América Portuguesa, a recorrência ao imaginário foi um aspecto importante no desenvolvimento do culto carmelita, em especial a Nossa Senhora do Carmo, além de permitir a eficácia da prática de seus ideais entre os membros destas instituições.

¹⁶ HONOR, André. **Anais do II Encontro Internacional de História Colonial**, op. cit., p. 2.

¹⁷ MATTOS, Waldemar. **Os Carmelitas Descalços na Bahia**, op. cit., p. 6.

POLÍTICA SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA VELHICE: O CASO DO BOLSA FAMÍLIA NAS CIDADES DE SÃO FÉLIX E CACHOEIRA-BA¹

Vanessa Cunha Boaventura²

Resumo: Este artigo aborda a temática: políticas sociais e envelhecimento, dando enfoque ao programa de transferência de renda denominado Bolsa Família. O trabalho objetivou analisar o impacto do Bolsa Família na vida dos idosos residentes nos municípios de Cachoeira e São Félix – BA. É feito um apanhado geral sobre o programa desde a sua implementação, explanando sobre as condicionalidades, entre outros; em seguida é apresentada a análise dos dados obtidos através de uma pesquisa quantitativa, com aplicação de entrevistas nos municípios acima mencionados, nas quais estão contidas informações socioeconômicas das famílias beneficiárias. É válido ressaltar a importância desses programas enquanto mecanismos de proteção social e estratégia de enfrentamento da pobreza.

Palavras-chave: Programa de Transferência de Renda, Bolsa Família, velhice, proteção social.

Abstract: This article it's about the social politics and aging, giving focus to the income transfer program called Bolsa Family's. This study propose to analyze the Bolsa Family's impact in the resident seniors' life in the municipal districts of Cachoeira and São Félix - BA. The article shows a whole panora about the program from since his implementation, problems explaining his conditionalities and so on. Afterwards it will be presented an analysis of the data obtained by a quantitative research, which include the application of interviews with senior ab 60 years old in the municipal districts above mentioned. The socioeconomic data of the beneficiary families helps to understand the life condition of those people. Therefore is important do realize how an income transfer program can make a difference in people life as a mechanism of social protection and strategy to fight against the poverty.

Key words: Income Transfer Program, Bolsa Family's, poverty, social protection, aging.

1. Introdução

Os programas de transferência de renda surgiram como uma alternativa de combate à pobreza. No caso brasileiro, a idéia geral destes é estabelecer uma articulação entre a transferência monetária – conferir certa autonomia a família para definir como melhor utilizar o benefício, pois essa melhor do que ninguém é capaz de discernir sobre quais são

¹Cachoeira e São Félix estão localizadas no Recôncavo Baiano, possuem respectivamente uma população (segundo o IBGE, estimativa da população 2009) de 33.782 e 16.208 e um IDH (PNUD/2000) de 0,681 e 0,657, ambos médio e o índice de desenvolvimento familiar (2009) de 0,52 e 0,54.

² Bolsista voluntária PIBIC e Acadêmica do quarto semestre do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) – Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), Cachoeira - BA. Email: vcboaventuraa@hotmail.com / tel.: (75)8803-2335/ (75)9158-1456. Orientadora: Prof.a Marina da Cruz Silva.

suas necessidades; e políticas educacionais – as quais visam possibilitar a articulação com políticas e programas no campo da educação e saúde.

Considerando a reflexão acima, o presente artigo visar discutir e analisar a importância das políticas sociais no âmbito do envelhecimento, com ênfase para o programa de transferência de renda denominado Bolsa Família. Esse programa foi criado em 2003, fruto da unificação de todos os benefícios sociais do governo federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás). O escrito em foco é fruto e resultado da pesquisa quantitativa, de caráter participativo, realizada nos municípios de Cachoeira e São Félix – BA, no período de fevereiro a abril de 2010, na qual foram aplicadas, respectivamente, quarenta e vinte e duas entrevistas. A quantidade de entrevistas aplicadas respeitou o cálculo amostral de 20% do total, da qual se retirou a porcentagem relativa ao pré-teste, isto é, 10% dos 20% do total de idosos que compõem a amostragem da pesquisa de campo.

Um dos atributos centrais da pesquisa era traçar o perfil dos idosos³ beneficiários do programa, a fim de conhecer o impacto do Bolsa Família em suas vidas. Ressalta-se o cuidado com a preservação da identidade dos sujeitos pesquisados, logo, optou-se pela não identificação dos mesmos.⁴ O presente texto está estruturado em três partes. A primeira versa sobre o programa de transferência de renda denominado Bolsa Família, no qual se faz um apanhado geral sobre o mesmo. A segunda parte trata sobre o *impacto do Bolsa Família na vida dos idosos residentes nas cidades de Cachoeira e São Félix – BA*, expõe os dados obtidos através da análise das entrevistas realizadas nos dois municípios supracitados. E a terceira apresenta a conclusão que se chegou após a realização da pesquisa.

2. Programas de Transferência de Renda – O Bolsa Família e a Proteção à Pessoa Idosa

Embora grande parte do debate sobre as políticas sociais, nos últimos anos, tenha se dado em torno dos programas de transferência de renda para famílias pobres, a implantação dos programas de renda no Brasil aconteceu paralelamente aos processos setoriais de formação e implementação da política de assistência social. Nesse sentido, Behring e Boschetti afirmam que (2008, p. 51):

³ Nesta pesquisa, são consideradas idosas as pessoas com 60 anos de idade ou mais de acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa.

⁴ Em respeito aos entrevistados, que se demonstraram um tanto receosos quanto às informações que iriam repassar, não houve a gravação das entrevistas. Contudo, teve-se o cuidado em se garantir a descrição de tudo o que falavam, através da anotação minuciosa e cuidadosa dos fatos relatados.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Os programas de transferências condicionados contra a pobreza são políticas sociais correntemente empregadas em várias partes do mundo para combater e reduzir a pobreza. Nesse sentido, a pobreza é compreendida não apenas como um problema de natureza econômica, política e ideológica, mas como uma forma de violação dos direitos fundamentais do ser humano.

É válido lembrar que as primeiras tentativas de programas de transferência no Brasil limitava-se a concessão de benefícios e ajuda de forma indireta, geralmente com a distribuição de cestas básicas em áreas carentes. Na década de 80, houve uma mudança significativa na concepção de proteção social no Brasil, sendo os anos 90 um divisor de águas nesse setor, sobretudo com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). É durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que os chamados programas de distribuição de renda ganharam uma maior impulso no país, muitos dos quais em parceria a ONGs. Esses programas estavam agrupados na chamada Rede de Proteção Social, de abrangência nacional.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva, houve continuidade dos programas de transferência de renda, havendo uma melhor sistematização de programas e projetos, os quais passaram a fazer parte de um programa maior, isto é, do Programa Bolsa Família (PBF). O PBF é, portanto, um programa de transferência direta de renda com condicionalidades⁵, que beneficia famílias em situação de pobreza⁶ e extrema pobreza⁷, havendo um valor adicional para a família com crianças e adolescentes de até 17 anos⁸.

O programa em destaque pretende assegurar um mínimo de proteção social a essas famílias, através da transferência de renda e do acesso à rede de serviços, contribuindo de alguma forma, apesar dos limites e deficiências dessa política social, para a emancipação das famílias beneficiárias. Uma das características básicas do programa é exatamente procurar

⁵ Ao entrar no Programa, a família se compromete a cumprir condicionalidades do Bolsa Família nas áreas de saúde e educação, que são: manter as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola; cumprir os cuidados básicos em saúde, que é seguir o calendário de vacinação para as crianças de 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para gestantes e mães em amamentação.

⁶ Com renda mensal por pessoa de R\$70 a R\$140.

⁷ Com renda mensal por pessoa de até R\$70.

⁸ Até 2007 o programa incluía os jovens até 15 anos. No ano de 2008 o PBF foi ampliado para incluir os jovens entre 16 e 17 anos (Medida Provisória nº 411, de 28/12/2007).

associar a transferência do benefício financeiro ao acesso direto a direitos sociais básicos tais como saúde, alimentação, educação e assistência social. O PBF tem se destacado, sobretudo por garantir uma renda, ainda que irrisória, a pessoas igualmente capazes de serem inseridas no mercado de trabalho, renda essa que, para as famílias em situação de extrema pobreza e/ou pobreza representa uma das únicas saídas para mitigar a fome, representando, portanto, esse programa um grande avanço no campo das políticas de proteção social no Brasil.

Porém, autores como Zimmermann (2005, p. 31) elencam críticas sobre as condicionalidades, visto que: *“mesmo que as intenções dessa condicionalidade sejam positivas, esse tipo de política reforça os velhos mecanismos de dependência e falta de provisão de autonomia aos pobres nas políticas sociais brasileiras.”* É válido destacar que o Bolsa Família tem assegurado uma renda também para a população idosa, que não consegue se enquadrar nos critérios exigidos para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC⁹) e para aqueles, que apesar de possuírem alguma outra fonte de renda, com a aposentadoria, encontram-se em situação de pobreza, definida pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), e são chefes de família, sendo, pois, potencial beneficiário do PBF. Cabe destacar que o fato dos idosos receberem o benefício se dá, principalmente, por duas razões: o PBF é fruto da unificação de programas anteriores e também, porque alguns idosos, principalmente avós, inscrevem-se no programa por criarem seus netos.

Ademais, estudos têm comprovado a contribuição ímpar dos idosos no que concerne à chefia familiar e o cuidado prestado para com seus netos. Estudo da Fundação Perseu Abramo, realizado no ano de 2007, revela que o número de idosos que se considera chefe de família no Brasil chega a 71%. Desse modo, sem lugar a dúvidas, o segmento idoso tem assumido o cuidado psicológico e financeiro para com os seus, tendo, muitas vezes, nos programas de transferência de renda, uma forma de assegurar o mínimo de sobrevivência para si e seus familiares.

3. Perfil dos Idosos Beneficiários de Cachoeira e São Félix

A idade dos idosos cachoeiranos, beneficiários do PBF, varia entre 60 e 83 anos de idade, sendo que 17,5% (o equivalente a 7 idosos) têm 67 anos de idade. A média de idade é de 63 anos. Já em São Félix a idade varia entre 60 e 89 anos de idade, sendo que 22,7% (5

⁹ Tem direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) os idosos com ou acima dos 65 anos, que não tenha direito à Previdência Social, e pessoas com deficiência que não podem trabalhar cuja renda familiar *per capita* seja inferior a ¼ de um salário mínimo.

idosos) têm 64 anos de idade e a idade média é de 67 anos. De acordo com o IPEA¹⁰ há um progressivo crescimento da população idosa e muito idosa¹¹ entre 1980 e 2007, este que acompanha o crescimento da expectativa de sobrevida para homens e mulheres de 55, 60 e 65 anos.

Quanto à ocupação dos idosos cachoeiranos 57,5% informaram que são aposentados, 32,5% não possuem nenhuma ocupação e 10% são pensionistas. Dos são felistas 18,2% são aposentados, 50% não tem nenhuma ocupação e 18,2% são pensionistas. É notório que mais da metade dos idosos (57,5%) possui uma renda fixa, a qual não é suficiente para garantir um mínimo de sobrevivência, de modo que esses idosos acabam sendo potenciais beneficiários do Bolsa Família, e assumem, como veremos a seguir, a responsabilidade financeira de netos e até mesmo de filhos, que estão desempregados e/ou impossibilitados de vender sua força de trabalho. De acordo com a pesquisa do IPEA acerca da renda das pessoas idosas¹², 39,4% dos 19,9 milhões de idosos brasileiros estimados pela PNAD 2007 estavam concentrados em domicílios com renda *per capita* entre um e dois salários mínimos (SM), enquanto um percentual um pouco menor vivia em domicílios com renda *per capita* abaixo de um SM.

No que tange à escolaridade em Cachoeira: 30% (12 idosos) dos entrevistados informaram que não são alfabetizados, 20% (8 idosos) são alfabetizados (apenas assinam o próprio nome), 7,5% (3 idosos) fizeram apenas o Mobral¹³, 40% (16 idosos) possuem o ensino fundamental incompleto e 2,5% (1 idoso) fizeram curso técnico. E em São Félix: 36,4% afirmaram que não são alfabetizados, 27,2% são alfabetizados (apenas assinam o próprio nome) e 36,4% possuem ensino fundamental incompleto.

Os dados nacionais revelam que houve aumento significativo no percentual de idosos alfabetizados do país, 64,8% sabem ler e escrever, porém cabe destacar que entre os idosos 89% não passaram da 8ª série do ensino Fundamental (18% não tiveram nenhuma educação formal) e apenas 4% chegaram ao 3º grau de escolaridade (completo ou incompleto).¹⁴

¹⁰ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, disponível no site <http://www.ipea.gov.br>;

¹¹ Segundo o IPEA é considerado “muito idoso” aquele com idade igual ou superior a 80 anos.

¹² Dados extraídos da pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2009. BATISTA Analia Soria JACCOUD, Luciana; et al. “Os idosos em situação de dependência e a proteção social no Brasil.” In: Série Seguridade Social. Brasília, abril de 2009.

¹³ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um projeto do governo brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos.

¹⁴ Dados disponíveis em: <http://www2.fpa.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/1-perfil-socio-demografico-dos-idoso>

Quanto à variável, cor, 42,5% dos idosos cachoeiranos declararam-se negros, 22,5% morenos e 17,5% pardos. Dos são felistas: 13,7% declararam-se negro/preto, 4,5% “negona”, 18,2% branco, 4,5% claro, 31,8% moreno, 9,1% morena clara, 4,5% são pardos e 13,7% escuro. Foi usado o critério de auto-declaração de cor, esta que pode estar associada pela forma como o indivíduo vê o outro ou até mesmo de como ele imagina ser visto pela sociedade. Os dados nacionais revelam que, entre a população idosa, metade declara-se de cor branca (51%), 31% pardos e 12% da cor preta.¹⁵

Os idosos foram questionados quando ao aspecto religioso e em Cachoeira informaram o seguinte: 40% são evangélicos/cristão, 47,5% católicos e 12,5% não pertencem a nenhuma religião e em São Félix: 9,2% informaram que são evangélicos/cristão, 63,6% católicos, 4,5% estudam a bíblia (com os “Testemunhas de Jeová”) e 22,7% não freqüenta nenhuma religião. Quanto a esse aspecto, no âmbito nacional tem-se: a predominância da católica se acentua entre os idosos 73,8%, evangélica é de 15,4%, 7,4% não tem religião e 3,4% pertencem a outras religiões.

No que se tange à composição familiar dos beneficiários, constatou-se que a composição, a quantidade de membros que residem com os idosos (estes que podem ser filhos, netos, bisnetos, genros/noras, entre outros), escolaridade e ocupação dos mesmos. É muito comum a imagem de famílias numerosas, com grande número de filhos e também com a presença de outros membros. Os dados sobre a população idosa brasileira¹⁶ revelam, em termos de composição familiar que cerca de metade da população idosa vive com ao menos um filho ou filha (54%) e com cônjuge (51%), e quase 1/3 com neto ou neta (30%). Mas há diferenças por gênero: entre os homens 71% residem com a parceira – que tende a ser quem mais lhe ajuda (58%) –, 51% com filho/a e apenas 24% com neto/a; entre as idosas, 57% residem com filho/a – para a maioria, a pessoa que mais lhes dá atenção –, apenas 36% com o parceiro e 36% com neto/a. Logo, percebe-se que a realidade do Recôncavo da Bahia não se diferencia da brasileira.

Dos idosos entrevistados em Cachoeira: 17,5% afirmaram que residem com duas pessoas, 17,5% com quatro e 27,5% com seis ou mais pessoa, quanto ao parentesco familiar, destaca-se que desses 39,9% são filhos, 47,2% netos e 5,5% referem-se ao (à) esposo (a), sendo que há a presença de membros como bisnetos (3,8%), genro/nora (1,2%), irmão (1,2%),

¹⁵ Dados disponíveis em: <http://www2.fpa.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/1-perfil-socio-demografico-dos-idoso>

¹⁶ Dados disponíveis em: <http://www2.fpa.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/1-perfil-socio-demografico-dos-idoso>

cunhado (0,6%) e sobrinho (0,6%). Já em São Félix: 9,1% afirmaram que moram sozinhos, 18,2% moram com apenas uma pessoa, 27,3% residem com três pessoas e 13,6% com quatro pessoas. Em relação ao parentesco familiar, 11,3% são esposo (a), 37,1% são filhos, 46,8% netos, mas há também que se destacar a presença de outros membros como: 1,6% são genro/nora, 1,6% irmão (ã) e 1,6% sobrinho.

A faixa etária das pessoas que compõe o lar dos idosos entrevistados de Cachoeira é a seguinte: 14,7% têm entre 0 e 6 anos; 9,6% entre 7 e 12 anos; 15,4% entre 13 e 17 anos, 13,5% entre 18 e 24 anos, 32,5% de 25 – 59 anos e 4,3% de 60 ou mais. Quanto à escolaridade das crianças e adolescentes que residem com os idosos, percebeu-se que 7,4% estão no jardim ou pré-escola, 31,9% estão cursando o ensino fundamental e 6,1% estão no ensino médio. Cabe destacar que das pessoas adultas que residem com os idosos apresentam uma baixa escolaridade, isto é, 23,9% têm ensino fundamental incompleto (parou de estudar) e 14,1% concluíram apenas o ensino médio.

Em São Félix, faixa de idade das pessoas que residem com os idosos é: 11,3% de zero a seis anos, 16% entre sete e doze anos, 24,2% entre treze e dezessete anos, 19,4% entre dezoito e vinte e quatro anos, 22,6% entre vinte e cinco e cinquenta e nove anos e 6,5% de sessenta ou mais. É válido ressaltar que os dados comprovam os que os estudos em âmbito nacional têm confirmado, isto é, os idosos têm uma contribuição ímpar no que diz respeito ao cuidado de netos/bisnetos. Da totalidade de pessoas que residem: 6,5% dos adultos não são alfabetizados. Das crianças, 4,8% estão no jardim/pré-escola, 19,4% pararam de estudar no ensino fundamental, 46,8% estão cursando o ensino fundamental, 1,6% não concluíram o ensino médio, 8% estão cursando o ensino médio e 9,7% concluíram o ensino médio.

Um ponto de destaque refere-se à ocupação dos familiares, é que a grande maioria vive de ocupações esporádicas e sem nenhum vínculo empregatício, que lhes garantam os direitos trabalhistas. Desse modo, dos Cachoeiranos: 51,4% informaram que sobrevivem fazendo bicos, 34,7% estão desempregados, 8,3% são aposentados e apenas 2,8% possuem carteira assinada. Dos são felistas: 14,3% trabalham com carteira assinada e 61,9% fazem bicos. Logo, os dados revelam o alto índice de informalidade entre os membros familiares dos idosos. Essa questão ainda pode estar relacionada à baixa escolaridade dos mesmos, bem com a baixa oferta de emprego em municípios de pequeno porte com o de Cachoeira e São Félix. Essas pessoas além de não terem estudado muito, não possuem cursos de formação e/ou qualificação profissional. Embora, muitas vezes, o grau de instrução dos filhos, netos ou demais membros que residem com o beneficiário seja superior ao deles, eles não conseguem se inserir em postos de trabalho mais competitivos e melhor remunerado.

3.1 Renda Individual, familiar e despesas mensais

A renda mensal individual da maioria dos idosos cachoeiranos (67,5%) oscila entre um a dois salários mínimos, 27,5% percebem menos de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e 5% menos de meio salário mínimo. Destaca-se ainda que 25% dos idosos entrevistados vivem somente do benefício do Bolsa Família. Somando a renda mensal individual com a dos outros membros da família, tem-se que a renda familiar de 82,5% dos entrevistados corresponde de um a dois salários mínimos, 12,5% menos de meio salário mínimo e 5% menos de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Verificou-se que as pessoas que moram com o idoso, 42,5% não trabalham, 27,5% só uma pessoa trabalha e 17,5% apenas duas pessoas trabalham.

No que tange à renda individual do idoso são felista: 40,9% vivem com menos de $\frac{1}{4}$ de um salário mínimo, 9,1% com menos de meio salário mínimo e 50% varia de um a dois salários mínimos. Faz-se um alerta para o fato que 18,2% dos beneficiários vivem somente com o valor do benefício, encontrando-se em situação de pobreza e ou extrema pobreza. Um dado preocupante, pois esses idosos chegaram à velhice sem um mínimo de proteção social que seria a aposentadoria.

Os dados revelam, sem surpresa alguma, que os idosos possuem uma renda muito baixa, a saber: 18,1% percebe menos de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, 13,7% menos de meio salário mínimo e 68,2% de um a dois salários mínimos. Ademais, um número significativo de adultos que residem sob o mesmo teto que os idosos, não possuem uma renda mensal fixa. 57,1% desses afirmaram que não trabalham, 14,3% apenas uma pessoa trabalha, 23,8% duas pessoas trabalham e 4,8% quatro pessoas trabalham. Apesar da presença de outras pessoas que trabalham a renda dessa família não chega a superar dois salários mínimos, o que demonstra a baixa empregabilidade e acesso às condições precárias de trabalho tanto para o idoso em si, como para os seus.

Na questão de múltipla escolha, acerca das principais despesas mensais, dos idosos de Cachoeira têm-se que 100% pagam água, 95% luz, 97,5% gás, 95% alimentação e 72,5% medicação. Quando questionados sobre o que costumam pagar com o benefício do Bolsa Família foi explicitado que: 20,8% compram material escolar, 10,4% remédio, 14,3% pagam todas as contas e 22% ajudam em casa. Ou seja, o valor do benefício é de suma importância para a manutenção e até mesmo sustentação das casas dos beneficiários. Quanto aos gastos dos idosos de São Félix: 95,5% dos idosos afirmaram que gastam sua renda com alimentação, 95,5% pagam água, 100% luz, 90,9% gás, e 68,2% medicação. E em relação à renda advinda do Bolsa Família: comprar o material escolar dos netos (20,5%), gás (10,3%),

pagar energia elétrica (10,2%), comprar merenda ou lanche (10,2) e 15,4% pagam todas as contas. (água, luz, alimentação, remédios, entre outros). É interessante frisar que a renda advinda do programa é investida, em grande, no cuidado para com os netos (material escolar) e para quitar os gastos mensais fixos com energia, água e gás.

3.2 Condições de moradia das famílias beneficiárias

A situação habitacional é um elemento importante, pois caracteriza as condições de vida de uma família e, assim, pode-se compreender melhor as condições socioeconômicas de um grupo social. De acordo com o IPEA: *“o local de residência da população idosa pode indicar a natureza do desafio a ser enfrentado pelas políticas sociais em seu objetivo de melhorar a proteção desse grupo”*, uma vez que, no meio urbano as pessoas idosas podem se beneficiar de uma série de facilidades que regem seu cotidiano, a exemplo da proximidade dos serviços de saúde, convívio social, educação, entre outros. Com relação à localidade dos domicílios de Cachoeira foram entrevistados 87,5% na zona urbana e 12,5% na zona rural. Em São Félix entrevistou-se 95,5% de idosos que residem na zona urbana e 4,5% na zona rural.

Em Cachoeira, observou-se que 87,5% dos domicílios são próprios, 7,5% foram declarados como cedidos e 5% são alugados. Já em São Félix: 63,6% informaram que são os proprietários, 4,5% moram de aluguel e 13,7% tiveram o domicílio cedido. Cabe destacar que os domicílios declarados como cedidos, geralmente, tem por “cedente” alguém da própria família e algumas pessoas moram em conjuntos habitacionais do governo. Em relação ao tipo de construção do domicílio verifica-se, em ambas cidades, que 100% são de bloco/tijolo.

No que se refere às condições infra-estruturais dos domicílios de Cachoeira, 20% dos entrevistados informaram que seus domicílios possuem quatro cômodos, 30% cinco e os 30% restantes seis ou mais cômodos. Averiguou-se que 37,5% das casas têm piso, 50% não tem e 12,5% têm em uma parte da casa. Dessas, 92,5% possuem banheiro e 7,5% não. Notou-se que 100% dos domicílios possuem energia elétrica, sendo que 92,5% são ligações de energia elétrica oficial e 7,5% não oficiais. Em relação ao destino de esgoto, os dados revelaram que 77,5% possuem cobertura de rede pública de esgoto, 10% utilizam fossa e 12,5% são a céu aberto. Contatou-se que 87,5% do lixo é coletado, 10% é queimado e 2,5% têm outro destino.

Em São Félix, quanto à infra-estrutura das casas, constatou-se o seguinte: 13,7% possuem três cômodos, 27,2% quatro, 36,4% cinco e 22,7% seis ou mais. Constatou-se que

45,4% das casas têm piso, 45,4% não o possuem e 9,2% têm-no em uma parte da casa. 95,5% das casas têm banheiro e apenas 4,5% não. Das casas, 100% são cobertas por energia elétrica. Os dados revelaram que 86,4% são cobertos pela rede pública de esgoto, 9,1% usam fossa e 4,5% são a céu aberto. Averiguou-se que 100% do lixo são coletados.

Os dados das cidades se equiparam aos dados nacionais¹⁷ que revelam que 56,8% dos domicílios com responsáveis idosos apresentavam saneamento adequado, isto é, com escoadouros ligados à rede geral ou fossa séptica, servidos de água proveniente da rede geral de abastecimento e com lixo coletado direta ou indiretamente pelos serviços de limpeza.

3.3 Lazer e engajamento social e questões subjetivas de saúde do idoso

O lazer tem sido considerado o tempo livre do homem. No que tange ao tempo livre e ao lazer dos cachoeiranos tem-se que: 29,9% dos idosos costumam fazer seus afazeres domésticos (cozinhar, lavar, arrumar a casa) - principalmente as mulheres, 24,7% afirmam ir à rua e fazer feira e 14,4% vão à igreja. Dos são felistas: 7,5% dos idosos entrevistados explicitaram que não saem de casa durante o dia por problema de saúde, 35% cumprem os afazeres domésticos (lavar, cozinhar, passar), 15% vão à rua para fazer a feira, 15% vão à igreja e 5% trabalham meio turno. Foi perceptível que a maioria julga o lazer como uma atividade rotineira, como cozinhar, passear e assistir televisão, como pôde-se comprovar. Os idosos demonstraram não compreender o fato de o lazer ser um aspecto de grande importância em suas vidas, visto que não vivenciam devido à falta de condições e também de oportunidades.

No que tange ao engajamento social, em Cachoeira, constatou-se que 80% dos idosos não participam de nenhuma associação comunitária ou grupo de moradores, por dois motivos principais, a saber: porque na maioria dos bairros não há essas associações ou porque eles não têm interesse e os 20% participam da Colônia (Associação de Marisqueiros/Pescadores) ou de associações de bairro. Já em São Félix: 90,9% não participam de nenhuma associação e 9,1% participam da associação do bairro. Os dados revelam que os idosos dispõem de pouca ou quase nenhum opção de lazer e alguns não usufruem da mesma, devido a problemas de saúde ou mesmo por falta de tempo, diante das responsabilidades que possuem no seu dia-a-dia.

¹⁷ Dados do Censo Demográfico 2000, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtml>

Estudos em âmbito nacional e internacional são unânimes em afirmar que a categoria saúde representa um ítem-chave para a qualidade de vida do ser humano. Para o idoso, essa categoria possui valor redobrado no que tange ao aspecto do bem-estar. A avaliação subjetiva da própria saúde representa um dado importante quanto à saúde objetiva da pessoa idosa, dada a íntima relação entre auto-relato de saúde e bem-estar.

Questionados quanto às condições de saúde, 82,5% dos idosos de Cachoeira informaram que apresentam problemas, dos quais 40% são pressão alta, 12,7% corresponde a problemas coronários e 9,1% sofrem de problema na coluna vertebral. Percebeu-se que grande parte dos idosos apresenta pelo menos um problema de saúde, dados esses que não diferem dos encontrados em âmbito nacional. No que diz respeito ao uso de medicamentos, 80% dos entrevistados informaram que faz uso contínuo e tem acompanhamento médico periodicamente, outros 20% só vão ao médico quando precisam, 52,5% vão todo mês e 15% de seis em seis meses. 92,5% dos idosos informaram que recebem visita de agente comunitário de saúde, sendo 15% toda semana, 15% de 15 em 15 dias e 50% todo mês. No geral, pode notar-se que há um acompanhamento periódico da saúde dos idosos, sobretudo graças ao programa saúde da família.

Do total dos entrevistados de São Félix: 95,5% afirmaram que apresentam problemas de saúde, sendo que 45,5% têm pressão alta, 6,1% asma, 6,1% colesterol, 9,1% diabetes e 9,1% coração. Quanto ao uso de medicação, 95,5% fazem uso contínuo de medicamento e 4,5 às vezes. 90,9% afirmaram que vão ao médico periodicamente, 50% vão todo mês, 13,7% uma vez por ano, 9,1% toda semana. Estudos demonstram que a grande maioria (mais de 85%) dos idosos no Brasil apresenta pelo menos uma enfermidade crônica e cerca de 15%¹⁸ têm pelo menos cinco dessas doenças, como a hipertensão e as diabetes, o que justifica uma maior procura e utilização de serviços de saúde, bem com a um elevado consumo de medicamentos.

3.4 O Programa Bolsa Família e o Idoso Beneficiário

No que tange à administração do benefício, em Cachoeira, averiguou-se que 85% dos idosos detém a posse do cartão magnético, outros 15% não ficam com o cartão. Desses, 50% disseram que a posse do cartão está sob a responsabilidade do (a) filho (a), pois não podem sacar a renda por motivo de doença. 16,7% informaram que os netos são responsáveis

¹⁸ In: FITZGERALD, James. “O contexto da saúde do idoso no Brasil.” Disponível em <http://www.nosrevista.com.br/2008/01/07/o-contexto-da-saude-do-idoso-no-brasil/>.

por sacar a renda, visto que uma parte da renda vai para eles e 33,3% disseram ainda que a filha recebe a renda, mas passa-a de volta sem nenhum problema. Observa-se que, muitas vezes, os familiares responsabilizam-se pelo cartão magnético, diante da baixa escolaridade dos idosos ou por problemas de saúde, que, por conseguinte, apresentam dificuldades em lidar com essa tecnologia. Em São Félix, dos beneficiários, 77,3% administra o cartão magnético para perceber o benefício e 22,7% não. Dos que não administram o cartão, 40% estão sob a responsabilidade do filho, 40% não o faz por motivo de doença, outros 20% afirmou que a esposa o faz, porque trabalha durante o dia e por questões práticas têm mais condições de fazê-lo.

Quanto ao acompanhamento dos beneficiários de Cachoeira por parte dos órgãos locais, 80% dos entrevistados afirmaram que a prefeitura faz mobilização para que mantenham o cadastro atualizado e 20% afirmaram que não acontece nenhum tipo de acompanhamento (idosos da zona rural) e alegaram que se eles mesmos não procurarem obter informações sobre o cadastramento, pode ocorrer o cancelamento e/ou até mesmo a perda absoluta do benefício, já que “ninguém nunca vai lá”. Ao serem questionados, quanto ao grau de satisfação em relação ao benefício, 12,5% declararam estar muito satisfeitos, 50% satisfeitos e 37,5% acham que poderia ser melhor. Em São Félix: 81,8% afirmaram que a prefeitura realiza mobilizações para manter o cadastro atualizado. Em relação ao grau de satisfação com relação ao Bolsa Família: 45,6% estão satisfeitos com o que tem sido desenvolvido e 54,4% acreditam que poderia ser melhor.

Questionados acerca de como era a vida deles antes de receber o benefício, em Cachoeira, destaca-se: 7,5% declararam que passavam por muitas dificuldades e até mesmo passavam fome. Outros 15% disseram que era mais difícil antes de perceber a renda do PBF e 12,5% que não dispunham de nenhum tipo de renda, logo a dificuldade era maior e o benefício significou muito para o seu dia-a-dia, sobretudo no que diz respeito à questão da fome, dentre outros. Em São Félix: 9,2% afirmam “a vida era bem pior, passava dificuldade e viviam apertados”, outros 9,2% disseram que “era mais ruim” e 9,2% viviam só da pensão.

Os idosos foram ainda indagados se o fato de terem sido incluídos no programa trouxe ou significou alguma mudança na vida deles e/ou de seus familiares. Dos cachoeiranos: 10% responderam que a vida mudou (pois agora tem dinheiro para alimentação e de onde prover para suprir os gastos) e que estão satisfeitos com o programa. 7,5% disseram que melhorou, porque antes não tinham como pagar os recibos e hoje isso já é bem diferente. 15% falaram que não mudou muita coisa na vida deles e dos seus, diante do extremo baixo valor do benefício. Dos são felistas: 18,4% explanaram que tem sido importante, pois tem

ajudado para pagar algumas despesas, já que “pelo menos dá para algumas coisas”; 9,2% afirmaram que trouxe mudança, porque quando recebem o dinheiro compram “as coisas que faltam”, além de poder comprar fiado e depois pagar. Os 9,2% restante afirmaram que melhorou, porque não tinham como “comprar as coisas para os meninos irem para o colégio”.

Solicitados que indicassem alguns aspectos positivos do Programa Bolsa Família, 15% dos entrevistados de Cachoeira afirmaram que é o mesmo é ótimo; 27,5% que “ajuda a quem não tem nada”; 10% que todo mês o dinheiro vem certo e 12,5% que “é pouco, mas serve”. Já quanto aos negativos, 50% não acham nada de ruim e 37,5% que “o dinheiro é pouco, poderia aumentar”. Os aspectos positivos destacados pelos idosos de São Félix foram os seguintes: 36,4% acreditam que ajuda tanta gente que não tinha nada (no Brasil todo), 27,3% expuseram que é “um dinheirinho certo” (tem data certa para receber) e 18,3% abordaram que é bom, pois ajuda a ter uma renda. Já os negativos levantados foram os seguintes: 40,9% informaram que não vêem nada de negativo, 31,9% consideram o valor pouco, e que poderia ser mais alto; e 9,2% acham-no ruim, pois suspendem o benefício, sem que os mesmo sejam avisados previamente.

Logo, nota-se que os beneficiários, mesmo reconhecendo os limites do programa, sobretudo no que tange ao ínfimo valor repassado, apresenta uma certa dificuldade em apresentar aspectos negativos para além do valor mínimo repassado. Nesse sentido, não questionam as condicionalidades impostas (controle escolar e da saúde de crianças e adolescentes), as quais são tidas por alguns teóricos como bastante negativa no que diz respeito à proteção social na perspectiva dos direitos humanos, uma vez que não atendendo as mesmas, os beneficiários podem ter a renda cancelada.

4. Considerações Finais

Os programas de transferência de renda são importantes estratégias para o enfrentamento da pobreza. O benefício associado às condicionalidades, desenho do Bolsa Família, objetiva incentivar às famílias beneficiárias a acessarem os serviços sociais básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social dos municípios, o que impacta de maneira positiva sobre sua condição de pobreza. Isso se comprovou, pois do total de 62 entrevistados (em ambas as cidades), 83,9% dos beneficiários afirmaram que freqüentam periodicamente postos de saúde, são acompanhados pelos profissionais da área, os filhos/netos estão devidamente matriculados e freqüentam a escola entre outros.

Através da análise de dados, percebeu-se que 90,3% das famílias residem em domicílios próprios, porém estes não apresentam uma estrutura muito boa, devido às condições precárias de infra-estrutura, além da maior parte dessas famílias residirem em bairros considerados “periféricos”. Um dado relevante é que nenhum entrevistado frequenta religiões africanas que são presente na região nordeste, em especial no estado da Bahia. De acordo com dados do IBGE (2000), da população do nordeste, 22.844 pessoas frequentavam o candomblé e 27.796 denominavam-se umbandas, sendo estas religiões de matrizes africanas.

Quanto ao tamanho das famílias, confirmou-se a imagem de famílias numerosas, com elevado número de filhos, netos (39,1% e 47,1%, respectivamente) e também com a presença de outros membros. Percebe-se que em ambas as cidades as condições de emprego são precárias, pois quem não trabalha na prefeitura concursado (geralmente pessoas de outras localidades), trabalha por contrato ou terceirizado, no comércio, sem carteira assinada ou faz bicos. Um dado preocupante é a reduzida participação dos jovens no mercado formal de trabalho, como se pôde comprovar que apenas 8% trabalham com carteira assinada e 80,6% fazem bicos.

O Programa Bolsa Família (PBF) representa um grande avanço na política social brasileira e, como tal há um impacto positivo dele na vida dos idosos beneficiários residentes nos municípios supracitados. Cabe enfatizar que a inserção dos idosos no programa trouxe mudanças significativas em suas vidas e na de suas famílias, pois, com muitos afirmaram, às vezes eles não tinham “o que comer, nem como comprar material escolar para seus filhos/netos, nem de onde prover o dinheiro do gás, da água ou luz, e, caso precisassem nem como comprar medicações que não encontravam no posto de saúde”. Percebe-se ainda que o percentual de famílias que vivem sem rede de esgoto, iluminação pública e água tem diminuído, elas têm tido acesso a esses serviços.

Contudo, percebe-se que apesar dos idosos, muitas vezes, reconhecerem que o valor do benefício é baixo, seria muito pior se não recebessem “essa ajuda do governo”, pois é assim que concebem o benefício, como uma ajuda oferecida pelo governo (principalmente por Lula, muitos afirmam ser gratos a ele) que se preocupa com a sua situação. Outro aspecto relevante diz respeito ao aumento do poder de compra dos idosos. Esse fato pôde ser comprovado quando alguns idosos afirmaram que podem comprar “fiado”, pois os comerciantes locais confiam neles, uma vez que agora eles têm um “dinheirinho certo”.

Logo, os mecanismos de proteção social (BPC, previdência pública, transferências de renda) são de suma importância para a redução da miséria, da pobreza e da desigualdade no Brasil, visto que estes programas tendem a melhorar as condições socioeconômicas dos

idosos e, conseqüentemente, a de seus familiares, além de refletir avanços nas condições gerais de vida dos idosos.

A guisa de conclusão, os dados coletados revelam que os idosos de Cachoeira e São Félix encontram-se em situação semelhante aos idosos em situação de pobreza em âmbito nacional, os quais, em linhas gerais, apresentam baixa escolaridade, baixa renda, residem em domicílios precários e, apesar de tantos entraves “dividem” sua renda fixa com os demais membros familiares, o que mais uma vez comprova a importância dos idosos no que tange à chefia familiar e ao cuidado financeiro e emocional para com seus familiares, pondo em xeque a tese de que os idosos são apenas dependentes de cuidados de seus familiares. Cada vez mais se tem comprovado a importância dos idosos no que diz respeito à redução da pobreza entre os seus.

5. Referência

BRASIL. “Estatuto do Idoso”. Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2003 (nº 3.561, de 1997, na Casa de origem).

BRASIL. Lei nº 10. 836, de 09 de Janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentosocial.rp.gov.br>>, acesso em 14 de novembro de 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. “Política Social: *fundamentos e história*”. 5. ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2008.

CAMARANO, Ana Amélia e EL GHAOURI, Solange Kanso. (1999) Idosos brasileiros: *que dependência é essa?* In: CAMARANO (org). Muito Além dos 60: os novos idosos brasileiros, IPEA, Rio de Janeiro, (1999), pp.281-306.

DIAS, Viviane Kawano; SCHWARTZ, Gisele Maria. “O lazer na perspectiva do indivíduo idoso”. In: Revista Digital - Buenos Aires, ano 10, n. 87, agosto de 2005. Extraída do site: <http://www.efdeportes.com/>, acesso em 10 de julho de 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. “A política social brasileira no Século XXI: *a prevalência dos programas de transferência de renda*”. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sônia Maria Teixeira. “Os direitos (dos desassistidos) sociais”. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SUARÉZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. “O impacto do Programa Bolsa Família: *mudanças e continuidades na condição social das mulheres*”. In: Avaliação de políticas e programas do MDS – resultados. Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007, p.119-204.

ZIMMERMANN, Clovis Roberto. “Combate à Fome e o Direito Humano à Alimentação no Brasil: *O Programa Fome Zero do Governo LULA*”. Da Fian Brasil. Passo Fundo. Passografia, 2004.

DOS SIMPATICÍSSIMOS AOS INCIVILIZADOS: NOTAS SOBRE CONFLITOS SOCIAIS, RACIAIS E DE NACIONALIDADE NO FUTEBOL LEGISLADO DE SALVADOR 1901 - 1933

Lucas Santos Café¹

A finalidade deste trabalho é explanar mesmo que de forma embrionária, o processo de constituição e consolidação do futebol legislado da cidade Salvador dando ênfase aos conflitos que ocorreram entre os diversos grupos sociais que participaram do mesmo. Para isso, tentaremos apresentar o cenário e o sentido futebolístico da capital baiana, destacando algumas erupções que revelem a presença de conflitos sociais, raciais e de nacionalidade no futebol de Salvador. Para a consumação deste trabalho foi realizado um estudo de fontes variadas, como jornais e revistas da época, relatórios e estatutos de clubes e ligas, almanaques esportivos e entrevistas a memorialistas do futebol da cidade.

Determinadas inquietações me fomentaram a realizar este estudo, no entanto, a inquietação capital emergiu da ausência de uma historiografia que se enverede pelos caminhos do estudo do futebol na Bahia. A historiografia que se dedica ao estudo do futebol no Brasil concentra-se principalmente no sudeste, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Neste sentido, estas produções, em sua maioria de caráter regional, se difundiram pelo Brasil como a história do futebol brasileiro, ou seja, a história do futebol brasileiro resumia-se a história do futebol paulista ou carioca.

Nos últimos anos, os surgimentos em locais variados do Brasil de alguns trabalhos de caráter regional fizeram um contraponto à historiografia paulista e à carioca sobre a história do futebol no Brasil². A análise destes trabalhos nos permite perceber que cada Estado ou Região tiveram suas particularidades no processo de formação do futebol. Seguindo o caminho trilhado por estes pesquisadores regionais e acreditando que a história não pode ser entendida a partir de generalizações, ou seja, que a história do futebol do Rio de Janeiro ou de São Paulo, não são suficientes para explicar a história do futebol no Brasil e na Bahia, resolvi me enveredar nesta pesquisa.

A Revolução Industrial e em seguida a instauração hegemônica das relações capitalistas acabaram por dissolver as antigas formas de socialização existentes entre os grupos

¹ Estudante do Curso de História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Pesquisa realizada sob orientação do Prof. Dr. Antonio Liberac Cardoso Simões Pires. Email: lucascafe2000@yahoo.com.br

subalternos da Europa. Com isso, as camadas populares procuraram formular novos hábitos de socialização e novos espaços de convivência, onde pudessem compartilhar suas experiências e suas práticas cotidianas. Segundo Edward Thompson, a Revolução Industrial alterou drasticamente a relação que as pessoas tinham com o tempo e com o trabalho, e estas mudanças interferiram diretamente nas práticas sociais e na vida cotidiana das pessoas, principalmente nas práticas do lazer³.

Durante a passagem do século XIX para o XX, período da consolidação do sistema capitalista de produção e da proliferação das idéias liberais, o mundo sofria os efeitos da Revolução Científico-Tecnológica que alterou as relações sociais e o cotidiano das pessoas de forma nunca vista antes⁴. Segundo Nicolau Sevcenko, essas transformações drásticas na vida das populações, foram fruto da Segunda Revolução Industrial, e aconteceram não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, concentrando-se entre a última década do século XIX e as primeiras do século XIX⁵.

Neste momento, segunda metade do século XIX, o futebol, era um esporte praticado pelas elites nas universidades e nos clubes da Inglaterra, e também já era considerado um vício entre as camadas populares⁶. Para os populares, o futebol aparece como um espaço de integração social, identidade e solidariedade coletiva, pois possibilitava a criação de novas relações de parentesco⁷. Segundo a interpretação de Eduardo Galeano sobre o futebol na Inglaterra na segunda metade do século XIX, identificamos que havia um futebol considerado oficial, legislado, praticado nas universidades, que era feito para as elites e excluía a participação de pobres, e havia o futebol popular, praticado pelas camadas subalternas.

Oficializado na Inglaterra em 1863⁸, o futebol se espalha pelo mundo como reflexo do próprio imperialismo Inglês⁹. Segundo a versão oficial¹⁰, defendida pela maioria dos estudiosos, o futebol chegou ao Brasil em 1894, através de um filho de ingleses, que vieram

³ Ver melhor em THOMPSON, Edward. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”. In: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁴ Ver melhor em SEVCENKO, Nicolau. “Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada do Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1998.

⁵ Idem.

⁶ Ver melhor em GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre: L&PM, 2004.

⁷ Ver melhor em SEVCENKO, Nicolau. “Futebol, metrópoles e desatinos” In: **Revista USP: Dossiê Futebol**. Número 22, 1994.

⁸ Ano da criação da *Foot-Ball Association*, federação de clubes ingleses que formularam as regras que caracterizaram o esporte. Ver em GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

⁹ Ver melhor em GALEANO, Eduardo. **Futebol sol e a sombra**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

¹⁰ Ver melhor em MÁXIMO, João. **Memórias do futebol Brasileiro**. Estudos Avançados 13 (37), 1999.

trabalhar em São Paulo em uma das várias indústrias inglesas instaladas na cidade.¹¹ Aos 9 anos de idade, ele teria ido estudar na Inglaterra, e estando lá teve contato com o esporte, chegando a fazer parte do time da universidade local e ao retornar trouxe consigo uma bola e os materiais necessários para a prática do esporte que anos mais tarde se tornaria o mais popular do Brasil.

Assim como na Inglaterra, o futebol oficial em sua fase inicial no Brasil era praticado pelas elites, que valorizavam a estética e a honra dos seus praticantes. O esporte chega ao Brasil num momento em que o país está passando por uma série de transformações, tanto na esfera política, como na social. Na esfera política, podemos citar como principal evento o advento da República como nova forma de governo do país e seus ideais de progresso e civilização que atendiam apenas parte da população brasileira, segregando a grande maioria dos “cidadãos”¹². Na esfera social, a principal mudança foi o fim da escravidão em 1888, que contribuiu significativamente para as alterações das relações existentes na sociedade. Uma das tarefas da recém criada República brasileira era modernizar o país, civilizá-lo, torná-lo atraente aos olhos dos que vinham de fora. Era necessário tirar das ruas tudo que lembrasse escravidão, Império, doença, pobreza, delinquência, vadiagem, promiscuidade, vagabundagem, misticismo e degeneração. Era necessário remodelar o Brasil aos moldes franceses, transformar e civilizar a população. Tudo que vinha das classes populares tinha que ser regulado ou até mesmo reprimido, para que enfim o Brasil entrasse verdadeiramente nos tempos modernos.¹³

O Futebol aparece neste momento como um aliado das elites no processo de civilização e modernização do país. Além de possibilitar um espaço de socialização entre as elites, mais tarde o futebol influenciaria o processo de urbanização das principais cidades do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo. A influência do futebol no processo de urbanização e no projeto modernizador estava para além da construção de campos, praças e estádios destinados a prática do esporte, sendo que os próprios clubes desempenharam um papel importante neste processo, que era o de estabelecer um distanciamento entre as elites e as camadas populares.¹⁴

Neste momento, o futebol no Brasil é representado como uma sociedade hierarquizada, com barreiras quase que intransponíveis, onde era proibida a participação de pobres,

¹¹ Ver melhor em PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: uma História Social do futebol no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

¹² Ver melhor em CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados: Escritos de História e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

¹³ Idem.

¹⁴ Ver melhor em SANTOS, Ricardo Pinto dos. **Uma breve história social do Esporte no Rio de Janeiro**. <http://www.cafyd.com/HistDeporte/htm/pdf/4-14.pdf> 30/04/2010 – 11:27.

desempregados e de negros. A questão mais intrigante, é que se as elites tinham um projeto civilizador, e o futebol seria um dos seus aliados, porque excluir os populares dessa prática? É uma questão que ainda necessita de respostas. Porém podemos afirmar, que a causa da exclusão era a necessidade de distinção social entre as diversas camadas.¹⁵

Suas regras eram criadas com base nas regras inglesas para excluir as particularidades da sociedade brasileira, funcionando como um verdadeiro mecanismo de distinção social. As altas taxas de mensalidades e a obrigatoriedade da alfabetização excluía o ingresso de grande parte da população (na maioria negros), nos clubes e nas associações competentes.¹⁶

O esporte oficial se posicionava de forma racista¹⁷, pois excluía a participação de negros, e era concebido como uma forma de organizar e moralizar a sociedade, acompanhando os ideais de modernização e progresso. Porém, mesmo de forma não imediata, o futebol apareceu como uma alternativa de socialização para as camadas populares. Apesar da resistência das elites, o futebol se popularizou pelo país, principalmente pelo seu caráter integrante, e por não exigir muito dispêndio econômico para sua realização, em comparação com outros esportes praticados na época, como o remo. Ele tornou-se um espaço de socialização e de troca de experiências entre as camadas populares, podendo ser entendido como um movimento social e um espaço de integração da sociedade, transformando-se em alvo de estudos e de investigações históricas e sociais. Uma das questões que ainda precisa ser mais investigada é como e porque se deu este processo de apropriação das camadas populares, por um esporte que era praticado pelas elites.

Da mesma forma que aconteceu nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, o futebol aportou em Salvador pelas mãos de um componente de uma família abastada que tinha sido mandado para a Europa para realizar seus estudos, pois a educação do Brasil não seria apropriada para atender as demandas que a família esperava. Se a história deu a Charles Muller a honra de ter introduzido o futebol em São Paulo, e no Rio de Janeiro este papel coube a Oscar Cox, na Bahia, mais precisamente em Salvador, o “privilegiado” foi Zuza Ferreira, no ano de 1901¹⁸.

Segundo Thomaz Mazzoni, em seu livro *História do Futebol no Brasil (1894 – 1950)*¹⁹, Zuza Ferreira teria sido o primeiro a introduzir o esporte em Salvador, fomentando as

¹⁵ Ver melhor em SANTOS, Ricardo Pinto dos. **Uma breve história social do Esporte no Rio de Janeiro**. <http://www.cafyd.com/HistDeporte/htm/pdf/4-14.pdf> 30/04/2010 – 11:27.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Isto pode ser percebido nos estatutos dos primeiros clubes, e também das federações, por exemplo, a federação carioca.

¹⁸ Ver melhor em MAZZONI, Thomaz. **História do Futebol no Brasil (1894 – 1950)**. São Paulo: Edições Leia, 1950.

¹⁹ Livro consultado no CEDIC, na Fundação Clemente Mariani.

primeiras partidas, junto com seus amigos da alta sociedade da cidade. O fato de o futebol ter chegado à capital baiana justamente pelas mãos de Zuza Ferreira não foi algo aleatório. Ele era filho da alta sociedade baiana. Seu pai era funcionário de alto escalão de um banco inglês na cidade de Salvador. Nascido em uma família de posses, diferente da maioria da população baiana, Zuza Ferreira tinha a oportunidade de realizar seus estudos nas melhores escolas da Europa. Como o futebol ainda engatinhava no Brasil, sendo que poucas cidades tinham tido contato com o esporte, a maior probabilidade do futebol chegar na cidade de Salvador, seria através de um indivíduo oriundo das elites, pois estes tinham posses suficientes para irem a Europa estudar, e estando lá ter contato com o esporte, para quando retornar difundir-lo por terras baianas.

Thomaz Mazzoni afirma que o futebol chega a Salvador em 1901 pelas mãos de Zuza Ferreira, sendo o primeiro estado do norte/nordeste do Brasil a ter contato com o esporte. Os primeiros *matches* foram disputados por elementos das elites baianas, principalmente por estudantes das famílias ricas da cidade, que compartilhavam o mesmo universo cultural de Zuza Ferreira. Para Thomaz Mazzoni, o futebol começou a ser difundido entre os jovens e os *sportmans* da capital. Além de Zuza Ferreira e seus amigos, outros filhos das elites de Salvador, que estavam voltando de seus estudos na Europa, principalmente da Inglaterra e da Suíça, por vim mestres na prática do *association*, foram os responsáveis pela divulgação do esporte na capital²⁰. Percebemos que no momento da introdução do esporte na Bahia, não havia a participação de negros e pobres, pois devido aos espaços que estes ocupavam na sociedade baiana, não poderiam ter as mesmas oportunidades que os membros das elites soteropolitanas, que os levaram a ter contato com o esporte. Podemos afirmar que era inexistente a presença de negros e pobres nos primeiros clubes de futebol de Salvador, pois os membros destes clubes enxergavam o futebol como um mecanismo de diferenciação social. O pensamento da alta sociedade era que o futebol deveria ser praticado em espaços adequados, apenas por jovens e *sportmans* educados e civilizados. Era condenada a prática do futebol por populares, tanto nos espaços reservados pelas elites, como nos espaços improvisados como as ruas e as praças.

Vejamos agora um importante relato sobre a introdução do futebol na Bahia. Na seção esportiva do jornal Baiano ETC, do dia 9 de julho de 1930, o cronista ao prestar uma homenagem ao *foot ball association*, afirma que o futebol chegou na Bahia “(...) em 1903, graças aos esforços de Arthur de Moraes, Zuza Ferreira, Álvaro e Juvenal Tarquínio, Gleig.

²⁰ Idem.

May, e muitos outros, foi elle introduzido triumphalmente na Bahia”²¹. Percebemos a partir da análise de alguns dos nomes citados pelo autor, em almanaques, jornais e produções bibliográficas recentes, que os principais responsáveis pela prática do esporte em Salvador eram todos membros das famílias abastadas da sociedade. Segundo o Almanaque Esportivo da Bahia (1944), Zuzá Ferreira era filho de um tesoureiro do British Bank na cidade de Salvador.²² Os irmãos Álvaro e Juvenal Tarquínio eram filhos de um grande industrial baiano, Luiz Tarquínio²³.

O relato do cronista do ETC não revelou apenas que o futebol foi introduzido e difundido por membros da alta sociedade. A partir de uma análise mais ampla, este relato pode nos revelar mais informações. Percebemos que todos os nomes citados pelo cronista são membros da alta sociedade baiana. Porém existem algumas diferenças entre os indivíduos citados pelo cronista acima. Se eles compartilhavam da mesma posição social na sociedade baiana, tinham diferenças raciais e de nacionalidade. Enquanto Zuzá Ferreira e Arthur de Moraes eram jovens brancos da elite baiana, Álvaro e Juvenal eram filhos do mulato Luiz Tarquínio, grande empresário da cidade Salvador. Serem filhos de um mulato, não impedia que Álvaro e Juvenal tivessem livre acesso aos clubes futebolísticos de Salvador. Apesar de serem afro-descendentes os irmãos Tarquínios compartilhavam dos mesmos espaços de socialização dos filhos das elites brancas de Salvador, isto devido a posição econômica da família Tarquínio na sociedade baiana.

O nome de Gleig. May na lista dos que contribuíram para o sucesso do futebol na Bahia, representa um grupo que teve presença maciça no processo de formação do futebol legislado de Salvador: os estrangeiros. Este grupo contribuiu de forma significativa para a consolidação do futebol na Bahia, e principalmente para elitização deste processo. Eles fundaram clubes e ligas, participavam de campeonatos e festas no intuito de promover o esporte, e assim como a elite branca nascida em Salvador, condenavam a participação de populares nos eventos futebolísticos da cidade.

Não aparece nos jornais e revistas da época (consultados até esse momento da pesquisa) referência à participação de pobres e negros nestes primeiros anos do futebol em Salvador. Fica claro, então, que a prática do esporte na capital baiana, nos primeiros anos, estava reservada aos brancos da alta sociedade, brasileiros e estrangeiros que se enfrentavam sempre

²¹ ETC. Salvador: 7 de julho de 1930.

²² Ver melhor em MAIA, Haroldo. **Almanaque Esportivo da Bahia**. Salvador, 1944.

²³ Ver melhor em SANTOS, Henrique Sena dos. **Futebol e Cultura popular em Salvador, 1905 – 1915**. In: V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2009, Salvador. Anais do V Enecult. Salvador : Ritos produções, 2009. v. 1.

que podiam nos espaços reservados para a prática do esporte, como o campo da pólvora²⁴. A presença de populares nos primórdios do cenário futebolístico de Salvador era barrada pelos estatutos e regulamentos, mais principalmente pelo abismo social existente na sociedade da capital baiana no início do século XX.

Vários esportes ganhavam destaque nos jornais e revistas da época, que sempre exaltavam a “honra”, a “glória” e o “empenho” de seus representantes, e eram o verdadeiros orgulhos da “sociedade” baiana, pois estavam sempre lutando para levar o nome da Bahia aos lugares mais honrosos. Sendo assim, o futebol não era apenas uma alternativa de lazer para a alta sociedade, mas executava uma função social para aquela “sociedade”. Ele deveria principalmente contribuir para a formação cívica e moral de seus participantes.

Os sports eram fundamentais na construção de um caráter idôneo de um homem “civilizado” e de um cidadão preparado para contribuir aos avanços da sociedade, disposto a lutar contra todo e qualquer comportamento contrário, ou seja, contra os comportamentos que questionavam a ordem estabelecida e ofendessem os padrões de civilização que as elites pretendiam implantar. Neste sentido, os comportamentos das camadas subalternas eram colocados em paralelo com os comportamentos dos sportmans. Enquanto as práticas populares como a capoeira, os jogos de azar, as manifestações religiosas e a socialização em bares e tabernas eram condenadas pelos meios de comunicação, os sportmans e suas práticas eram exaltados, apontados como heróis e mártires da sociedade.

Aparecem em revistas muitas homenagens aos sportmans baianos, e sempre apareciam as ocupações dos mesmos. Destacavam-se na prática de esportes advogados, médicos, militares de alta patente, estudantes e principalmente comerciantes. Dentro da pouca documentação averiguada, como revistas, jornais, estatutos e relatórios, não foi possível observar a participação de populares no esporte oficial ou legislado da cidade Salvador nos primeiros anos. É possível que houvesse a participação de pobres e negros no sport legislado de Salvador, porém os jornais estão preocupados em mostrar apenas as ações das elites, pois estavam a mercê da conduta da alta sociedade.

As classes populares eram excluídas do projeto de sports das elites, e esta exclusão pode ser observada com facilidade nos meios de comunicação. Na Folhinha d’o Annuncio, publicada em 1908, onde encontramos muitas referências e informações sobre prática de esportes em Salvador, observamos que na contra-capá os editores da revista informaram claramente quem era o público a que a revista estava destinada. Lê-se na revista, nas suas

²⁴ Ver melhor em MAZZONI, Thomaz. **História do Futebol no Brasil (1894 – 1950)**. São Paulo: Edições Leia, 1950.

primeiras páginas, a frase: “Á distincta classe comercial”, endereçando quem deveria ser os leitores da revista²⁵. Na edição de 8 de junho da Revista do Brasil, que é outra revista consultada por nós, ao tratar de uma regata inicial do 1º Campeonato Baiano de Regatas, o redator afirmar que “(...) *regorgitavam de povo*”, porém seu destaque nas arquibancadas era especialmente para o “(...) *crescido numero de senhoras e senhoritas da elite da sociedade baiana, trajando todas custosas e ricas toilettes em quaes destacavam-se garridamente, as cores symbolicas das suas sympathias sportivas*”²⁶. Na mesma edição da revista, o editor afirma que aos distintos moços do Itapagipe, foram entregues medalhas de ouro no dia 27 de maio de 1906, por gentis senhoritas que eram suas adeptas. Na coluna reservada ao Foot Ball, o editor informa que “*Ainda em 27 do mez predito e em presença de selecta multidão, disputaram mais uma partida de foot-ball os valentes clubs S. Salvador e Internacional*”²⁷. Através do discurso apresentado nas informações acima, percebemos quem era a parte da população de Salvador que estava envolvida no projeto das práticas esportivas, e qual parte era excluída do processo.

O futebol foi ganhando muitos adeptos na Bahia desde a época em que foi implantado. Um dos estudiosos do futebol na Bahia, o historiador Henrique Sena dos Santos, defende que o futebol não demorou a ganhar adeptos na cidade de Salvador, e que apesar da tentativa das elites de excluir as camadas subalternas da prática do futebol oficial, o esporte rapidamente se popularizou na cidade, e o motivo apresentado por Sena dos Santos, é que não era necessário ter um poder aquisitivo para jogar futebol²⁸. O autor identifica em suas pesquisas, a formação de uma cultura futebolística popular em Salvador, existente paralelamente à cultura oficial. O futebol popular seria o praticado por aqueles que eram excluídos do futebol oficial, como moleques, pobres e negros, e era praticado tanto nas ruas e em outros espaços improvisados por seus praticantes²⁹.

Concordo com Henrique Sena dos Santos quando afirma que não era necessário ter um poder aquisitivo para se praticar futebol na cidade de Salvador, desde que seja o futebol popular identificado por ele em suas pesquisas, pois as fontes nos revelam que para entrar legalmente no mundo do futebol legislado de Salvador, era necessário ter recursos para cobrir os custos do esporte, que não eram tão altos como os exigidos no remo, mas que poderiam ser

²⁵ Folhinha d’o Annuncio, 1908.

²⁶ Revista do Brasil, 8 de Julho de 1906.

²⁷ Revista do Brasil, 8 de Julho de 1906.

²⁸ Ver melhor em SANTOS, Henrique Sena dos. **Entre negros e brancos: considerações sobre a formação da cultura futebolística em Salvador, 1901-1920**. Recorde: Revista de História do Esporte, Volume 2, número 1, junho de 2009.

²⁹ Idem.

elevados o suficiente para poder impossibilitar a participação da população comum da cidade nos eventos oficiais.

Percebemos nos jornais que os materiais obrigatórios na prática do futebol legislado em Salvador, eram vendidos a altos custos nas lojas da cidade, e na maioria das vezes, eram importados da Europa, o que acabava elevando ainda mais o preço dos mesmos. Além da aquisição de acessórios para a prática do futebol, observamos que as ligas cobravam pesadas taxas para que os clubes pudessem se tornar filiados e aptos para participarem dos campeonatos, e somando-se a isto, tinham as mensalidades que teriam que ser pagas rigorosamente pelos clubes filiados, sob a ameaça de serem expulsos caso não honrassem o pagamento³⁰. Nos estatutos das ligas, mesmo das ligas consideradas mais tolerantes³¹, que começaram a surgir na década de 20, haviam imposições à entrada de pessoas populares, pois proibiam a filiação de pessoas que não tivessem uma “ocupação digna” e barravam a entrada de desempregados, para que a honra da liga não fosse abalada. Era também proibido que os clubes contratassem jogadores para jogar em suas equipes, sendo proibida a profissionalização do esporte, para que não degenerasse o esporte das elites³².

No ano 1906 aconteceu na Bahia um episódio envolvendo as elites e as camadas subalternas no futebol de Salvador, que foi bastante explorado pela imprensa da época. Este episódio revela claramente os conflitos sociais, raciais e de nacionalidade existentes no processo de formação do futebol de Salvador. Em uma peleja entre os clubes Vitória e Internacional, match válido pelo 2º campeonato baiano de futebol, que era disputado por clubes das elites de Salvador, a platéia formada por mais de seis mil pessoas, segundo os jornais da época, não pouparam o time do Internacional, vaiando seus jogadores do início ao fim da partida. A questão é que o time do Internacional era formado por ingleses, ou seja, um time de estrangeiros, que a população comum de Salvador não se identificava, os retaliando durante a partida³³.

O problema é que as elites de Salvador não ficaram nada satisfeitas com o comportamento das camadas populares, e despejaram toda sua indignação nos meios de

³⁰ Informações obtidas da análise do **Estatuto da Liga Bahiana de Despostos Terrestres**, 1924. Consultado no CEDIC, na Fundação Clemente Mariani.

³¹ Ver melhor em SANTOS, Henrique Sena dos. **Entre negros e brancos: considerações sobre a formação da cultura futebolística em Salvador, 1901-1920**. Recorde: Revista de História do Esporte, Volume 2, número 1, junho de 2009.

³² Informações obtidas da análise do **Estatuto da Liga Bahiana de Despostos Terrestres de 1924** e do **Relatório da Directoria da Liga Bahiana de Despostos Terrestres de 1923**, Consultado no CEDIC, na Fundação Clemente Mariani.

³³ Ver melhor em MAIA, Haroldo. **Almanaque Esportivo da Bahia**. Salvador, 1944.

comunicação. Vale lembrar, que neste momento ainda não era proibido que os populares assistissem aos jogos nos locais públicos. O time do Internacional ameaçou deixar o campeonato devido ao incidente, o que causou um grande constrangimento para todos os financiadores do esporte. Jornais e revistas criticavam em peso o comportamento dos populares, tentando colocar como um ato de barbárie, de pessoas que eram contrárias a civilização, e queriam viver no atraso e na imbecilidade. Os meios de comunicação queriam deixar claro que a prática vista pelos populares não tinha nada a ver com o projeto de civilização das elites. Na seção esportiva da Revista do Brasil de 26 de junho de 1906, após fazer elogios e homenagens aos ingleses que contribuíram para a difusão de vários esportes em Salvador, e explanar todos os benefícios que os esportes tinham trazido para Salvador, o cronista afirma que:

(...) quando tudo em bom caminho; quando já as sociedades contam no seio para mais de mil jovens que se dedicam ao Sport, contando sempre com o valioso concurso daquelles que são e devem ser considerados o PAES DO “SPORT” na Bahia, surge de um centro vicioso e immundo, a querer contestar os nossos foros de civilizados, uma sucia de indivíduos da mais baixa estirpe, para vaiar o brioso team do “Club Internacional” dando assim um attestado irristissimo de que esses individuos não conhecem os mais rudimentares principios de civilidades.

(...) De alguma fórma, porém, o procedimento condemnavel daquelles individuos trouxe algum embaraço ao actual campeonato de “Foot – Ball,” porque os distinctos socios do “Sport Club Bahiano,” num rasgo eloquente de solidariedade que diz altamente dos seus brios de moços de fina educação, recusaram continuar a jogar no campeonato actual, caso deixasse de tomar parte o “Club Internacional.”³⁴

A partir deste episódio, podemos perceber de forma explícita conflitos envolvendo questões raciais, sociais e de nacionalidade. Sidney Chalhoub em seu livro *Trabalho, Lar e Botequim*, aponta que para além de conflitos sociais e raciais no fim do século XIX e início do XX no Rio de Janeiro, havia também os conflitos de nacionalidade, envolvendo brasileiros e estrangeiros, e até mesmo estrangeiros e estrangeiros de nacionalidades diferentes³⁵.

Percebemos a partir da análise deste episódio, que a manifestação da população não foi por questões sociais ou raciais, já que todos os jogadores do Vitória eram pertencentes às elites de Salvador e todos eram brancos iguais aos ingleses. A população se manifestou contra o Internacional especialmente por que era um time formado por jogadores ingleses. E esta visão de que os ingleses foram hostilizados simplesmente porque eram estrangeiros, foi muito compartilhada pelos jornais e revistas da época. A questão que se coloca no momento, e que ainda precisa de respostas, é a causa da identificação das camadas populares, composta

³⁴ *Revista do Brasil*. 26 de junho de 1906.

³⁵ Ver em CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

por negros e pobres, com o time do Vitória composto por jogadores brancos da elite de Salvador.

O ideal para as elites soteropolitanas era que o futebol fosse sinônimo de progresso, civilidade, avanço e modernidade. Todas as tentativas eram feitas para que o futebol barrasse as camadas populares, e rendesse lucros simbólicos, educativos, morais e materiais para a cidade. Estes atos acabaram gerando diversos conflitos entre os diversos grupos que fizeram parte do processo, tanto de forma direta como de forma indireta.

Muito ainda deve ser pesquisado e discutido sobre o processo de formação do futebol baiano. Os conflitos existentes entre as elites e as camadas populares, apesar de latentes, ainda precisam ser analisados com cuidado, para que equívocos não sejam cometidos. As fontes sobre as primeiras décadas do futebol na Bahia são escassas em demasia, principalmente por não ter restado quase nada dos arquivos dos clubes, que não maioria já foram extintos. Porém muito trabalho ainda pode ser realizado, e é importante que seja feito com denodo, para que se possam atingir resultados responsáveis sobre este processo, e que injustiças não sejam cometidas nesta empreitada.

Referências

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados: Escritos de História e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

GALEANO, Eduardo. **Futebol sol e a sombra**. Porto Alegre: L&PM, 2004.

HELAL, Ronaldo, SOARES, Antonio Jorge e LOVISOLO, Hugo. **A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2001.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **E a Bahia Civiliza-se...: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana: Salvador, 1912- 1916**. Salvador: 1996. Dissertação (Mestrado em História) — FFCH, UFBA, 1996.

MAIA, Haroldo. **Almanaque Esportivo da Bahia**. Salvador, 1944.

MÁXIMO, João. **Memórias do futebol Brasileiro**. Estudos Avançados 13 (37), 1999.

MAZZONI, Thomaz. **História do Futebol no Brasil (1894 – 1950)**. São Paulo: Edições Leia, 1950.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: uma História Social do futebol no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

RODRIGUES FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SANTOS, Ricardo Pinto dos. **Uma breve história social do Esporte no Rio de Janeiro**. <http://www.cafyd.com/HistDeporte/htm/pdf/4-14.pdf> 30/04/2010 – 11:27.

SANTOS, Henrique Sena dos. **Futebol e Cultura popular em Salvador, 1905 – 1915**. In: V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2009, Salvador. Anais do V Enecult. Salvador : Ritos produções, 2009. v. 1.

SANTOS, Henrique Sena dos. **Entre negros e brancos: considerações sobre a formação da cultura futebolística em Salvador, 1901-1920**. Recorde: Revista de História do Esporte, Volume 2, número 1, junho de 2009.

SEVCENKO, Nicolau. “*Futebol, metrópoles e desatinos*” In: Revista USP: Dossiê Futebol. Número 22, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. “*Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*”. In: (org) SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada do Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1998.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FOUCAULT, GENEALOGIA E PODER

Lucas Santos Café¹

O que seria o poder para Foucault? No que se compreende este fenômeno? Será que poderia ser compreendido como algo que pudesse ser criado, com origem, meio e fim? Com demarcações e delimitações possíveis? Como uma teoria global, baseada em modelos universais, rígidos e inquestionáveis, com bases sólidas, que pudessem ser apalpadas, vistas nitidamente e materializadas no interior das instituições? É justamente esta questão que tentaremos trabalhar e achar, se não uma resposta, pelo menos uma compreensão viável ao longo deste texto.

Em primeiro lugar, devemos apontar uma característica importante em relação à compreensão de poder em Foucault. O que deve ser colocado é que Foucault não se especializou ou buscou em suas pesquisas uma definição ou explicação para o poder. Até porque o poder em Foucault foi algo novo e recente em seus trabalhos, algo que, como ele mesmo disse, surgiu do acaso. Como relata Roberto Machado, na introdução da *Microfísica do Poder*, o poder não era uma preocupação de Foucault. Este surge em Foucault justamente quando ele estava desenvolvendo e defendendo questões ligadas ao método e a pesquisa, principalmente com as inovações trazidas em a *História da Loucura*. Essas próprias inovações metodológicas vão oferecer fundamentos para a realização das pesquisas sobre poder, que mais tarde o autor iria desenvolver.

Então, podemos afirmar, com toda convicção, que não existe uma teoria global do poder em Michel Foucault, até porque, segundo ele, não seria possível a formulação da mesma. Para Roberto Machado, Foucault identificou que o poder não oferece as condições necessárias para a formulação de uma teoria com tal pretensão. Existe em Foucault, um ceticismo no que diz respeito a uma formulação de uma teoria que possa explicar qualquer coisa que seja, e não ia ser diferente em relação ao poder. Não existe uma essência universal, em que se possa delimitar o poder. Poder é algo que se transforma que se ramifica, que se espalha, que se exerce. Ele não é medido, nem preso a algo ou delimitado.

É a partir dessas idéias que Foucault vai de encontro e questiona dois mitos em relação ao poder. O primeiro é de que este poder está preso e relacionado diretamente ao Estado, e este o controla, e o usa contra a sociedade através de seus mecanismos e sua aparelhagem,

¹ Estudante do curso de História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Pesquisa realizada sob orientação do Prof. Dr. André L. M. Itaparica. Email: lucascafe2000@yahoo.com.br

contra a população, que pouco pode fazer contra estas forças vindas do alto, de cima para baixo. O outro mito, é que este poder, é algo repressivo, ruim, mal, que nada pode produzir de bom para a sociedade. Segundo esse mito ele apenas maltrata, abate, reprime, destrói, acaba, tritura, que ele não tem capacidade de criar, de realizar, de produzir, de fazer conhecer, de construir saber.

É neste sentido, questionando a visão de poder unitário, restrito e totalitário que Foucault vai analisar o poder a partir de outros pressupostos, vendo o poder no lugar onde ele se exerce e se multiplica. Com isso, ele vai desenvolver suas teorias do micro-poder e do sub-poder, buscando ver o poder em lugares que inimagináveis até então, vendo uma autonomia em relação do poder as instituições, o enxergando no nível capilar, independente do Estado. Já que o poder é algo muito mais amplo e mais complexo, algo que não se pode ser teorizado numa teoria global e que não pode ser medido nem demarcado, compreendemos que ele não pode ser controlado ou está preso nas mãos do Estado. O Estado não é o dono do poder e sim se configura como um instrumento ou mecanismo único de um entrelaço de poderes, é algo que funciona dentro das relações dos vários poderes.

Nos escritos de Foucault, percebemos que ele critica os teóricos tradicionais em relação à dinâmica Estado-Poder, estando diretamente ligada a crítica a idéia que entende o Estado como possuidor, dono absoluto e irrestrito do poder, ou seja, o Estado é colocado como elemento central e único do poder. Foucault discorda desta idéia, pois, segundo ela, qualquer poder existente na sociedade seria proveniente do Estado, ou um tentáculo ou ramificação de sua existência. Foucault enxerga inúmeros poderes dentro das relações, que são autônomos, e existem independentes do Estado, o que bate de frente com esta posição. A questão de Foucault observar o poder a partir de outro ângulo ou de outro método, faz com que busque analisar o Estado, a partir do objeto para centro, ou seja, como diz o próprio Foucault, entender o poder onde ele é exercido, onde ele se ramifica, nem no início, muito menos no fim, mas no meio. Entender o funcionamento dos micro-poderes e como estes se relacionam com o poder do aparelho central. Este tipo de análise, ele denomina de análise ascendente, pois parte do menor para o maior, do pequeno para o grande, ao invés de ir no centro e analisar seus efeitos nas ramificações.

De fato, Foucault entende que o poder não existe por si só. O poder está ligado a uma rede, que só existe no momento em que ele é exercido. Em outras palavras, o poder não existe, existindo apenas práticas deste poder, ou seja, existem as relações deste poder. Este poder inexistente, que aparece apenas nas relações, não pode ser controlado ou preso a algo que se torne dono. Ele existe em todas as camadas, em todos os grupos, em qualquer esfera

da sociedade, pois ele aparece nas relações. Com isso, dele não se pode fugir, ninguém pode escapar do poder, todos são por eles afetados. Porém, todos resistem a este poder, pois automaticamente, onde existir poder, vai existir também a resistência. Não existe poder que não seja acompanhado de um contra-poder, pois o poder é algo que se exerce e que se disputa.

Já elucidada a questão do mito existente entre o Estado e o poder, vamos para o outro mito. A questão do poder enquanto sinônimo de repressão. Foucault, em seus estudos, vai mostrar uma outra visão em relação a esta questão. Para ele, o poder não se apresenta ou se configura apenas como repressão ou algo ligado ao direito. O poder não é algo que se dá unicamente como é apresentado pelos teóricos do direito e das leis. O poder tem seu lado benéfico, seu lado construtivo, seu incentivo ao saber e ao conhecer. O poder não existe apenas para acabar, reprimir, pelo contrário, o poder era utilizado para gerir, administrar, controlar de maneira que atendesse a objetivos econômicos e políticos. Idéias que ele vai desenvolver com mais precisão em *Vigiar e Punir*. Para Foucault, o poder se dá de tal maneira na sociedade, que está imbuída de poder, agindo de forma mútua, existindo um com o outro.

Como já foi dito antes, o poder foi algo que apareceu posteriormente nos escritos de Foucault, não sendo a preocupação primordial de seus estudos. Porém, em algumas obras e textos do autor, podemos enxergar sua compreensão sobre o poder. Sem dúvida, as obras em que Foucault mais trabalha a questão do poder são em *Vigiar e Punir* e no tomo 1 da *História da Sexualidade*. A partir desta compreensão, faz-se necessário aqui esboçar como para Foucault o poder se apresenta em cada obra, apresentar como se construiu sua idéia de poder e como se relacionam à questão do sexo e da criminalidade.

Na *História da Sexualidade*, Foucault vai trazer algumas questões interessantes, que, apesar de serem independentes da questão do poder, ao mesmo tempo estão em um diálogo inseparável. Uma das indagações de Foucault é justamente o porquê da importância dada ao sexo nos últimos anos e nos dias atuais. O que ele vai questionar é a causa da avalanche de produções a respeito do sexo, e no interior dessa pesquisa, há a busca por enxergar como é empregada a questão do poder em relação ao sexo.

Em primeiro lugar, devemos entender no que se compreende a história da sexualidade. Sobre esta questão, Foucault nos delimita de forma clara em seus estudos, afirmando que a história da sexualidade é na verdade um estudo sobre o poder e suas relações com o sexo, ou seja, “*são estudos sobre a relação histórica entre o poder e o discurso sobre o sexo*” (FOUCAULT: 2007). Dois aspectos podem apontar desta definição de Foucault. O primeiro

ponto é o método histórico e o segundo é a questão sobre o discurso. Sobre o método histórico, esta sempre foi uma preocupação central em suas análises, pois, para ele, o método é algo que interfere e define diretamente no resultado da pesquisa. A história da sexualidade nada mais é do que uma pesquisa histórica que deve ser realizada a partir de métodos históricos. Uma genealogia do poder deve estar atenta para as armadilhas e as especificidades de cada caso e as mudanças de tempo. Foucault mesmo realizou uma análise metodológica da genealogia de Nietzsche, afirmando que Nietzsche foi cuidadoso em sua obra, certificando que o filósofo alemão soube agir da maneira certa em sua genealogia, pois o que se encontra nas origens não é uma identidade ainda preservada, não é a verdade, e sim uma “discórdia entre as coisas, um disparate” (FOUCAULT: 2006). Foucault não está em busca de verdades, e sim de momentos de preponderância e de aceitação de certos discursos.

Em relação ao método genealógico de Nietzsche, Michel Foucault apontou a sua importância para a história. Foucault, mencionando Nietzsche no prefácio à *Genealogia da moral*, afirma que a genealogia é cinza, fazendo uma alusão ao seu caráter documental. A construção de uma genealogia depende de uma série de escritos e documentos que devem ser pacientemente analisados. Para Foucault, uma história da sexualidade deve ser permeada por documentos e que a sustente historicamente. O que deve ser salientado é que Foucault não realiza uma história baseada em métodos seriais, factuais ou quantitativos, e sim uma história interpretativa.

O outro ponto que se coloca é a questão do discurso. Se a história da sexualidade está ligada a uma série de discursos sobre o sexo, automaticamente este poder está ligado a uma produção, a um saber. Então o poder estará longe de ser um poder totalmente repressivo, e sim um poder positivo, que está ligado a uma relação constante com o saber. Existe uma oposição à ideia negativa que é costumeiramente relacionada ao poder.

O estudo de Foucault da história da sexualidade funda suas bases e interpretações sobre o tema, a partir da análise da moralização da era vitoriana no século XIX. Essa moralização da sociedade reduz o sexo apenas ao quarto dos pais, lugar único e apropriado para a difusão deste fenômeno. No mais, o sexo está apenas relacionado aquilo que gere lucro, ou que seja rentável economicamente, mas que está à margem da sociedade. Para Foucault, a repressão em relação ao sexo foi algo presente nessa sociedade. Ela fazia parte de uma série de técnicas da burguesia para controlar e educar a sociedade conforme os seus interesses. Se existe um controle, e existe uma repressão, de forma simplista, esta repressão estaria ligada a uma ideia negativa do poder. Porém Foucault vai mostrar que mesmo nessa

relação de repressão, existe uma relação entre poder, saber e sexualidade, apontando um lado produtivo deste poder.

Então, o interesse de Foucault, de fato, vai se voltar para explorar um aspecto em relação à sexualidade que ninguém atentara até o momento, que é ver o lado positivo deste poder. Neste caso, ele vai analisar a questão do poder-saber-prazer, que é o sexo em discurso, um turbilhão de discursos, uma construção intensa de um saber por um poder. Não pretende negar a repressão, nem a interdição do sexo, mas enxerga algo a mais que isto. Enxergar o sexo em discurso, na produção de poderes e saberes, dentro das técnicas de poder, e na vontade de saber.

O interessante na análise de Foucault é que ele vai achar o lado positivo do poder em relação ao sexo justamente do momento da repressão, ou seja, ao lado da hipótese repressiva. O início da repressão burguesa acontece no século XVII, e essa repressão é visível até nos dias atuais. Porém esta repressão foi a causa principal de uma produção exagerada sobre o sexo, uma avalanche de discursos, com uma aceleração maior a partir do século XVIII, isso tudo nos próprios campos onde o poder é exercido. Então, essa produção surge do lugar onde ninguém esperava, ou seja, campos que até então eram vistos apenas como destruidores, em Foucault aparecem como construtores. Mesmo que esta produção seja permeada por vocabulário específico, rígido, limitado, mesmo que haja a censura da palavra nesses discursos, não se pode negar a existência dos mesmos, e não enxergá-los como uma produção de um saber, promovido por um poder.

Foucault mostra, em seu livro, que o sexo no ocidente sempre foi bastante comentado, sempre se falou dessa temática no ocidente. As próprias confissões, elementos da liturgia católica, serviam como incentivo para a produção de um discurso sobre o sexo, pois era necessária a construção de uma verdade sobre o sexo, e uma verdade que fosse aceita pela população. Porém, sua ênfase vai cair para o século XVIII, onde ele identifica uma incitação política, econômica, técnica, ao tratar do sexo, ou seja, a criação de um discurso racional sobre o ele. Este discurso de racionalidade sobre o sexo, para Foucault, só ocorreu nas sociedades ocidentais; só no ocidente o sexo vira caso de polícia, transforma-se em problema político, existindo uma preocupação para com a conduta sexual da população. Todos estes aspectos fazem parte da moralização burguesa, mais simultaneamente, ocorreu uma produção sobre o sexo por estes campos de ação.

Então para Foucault, o “sexo” não desaparece, não se para de falar de sexo, continua-se muito a falar de sexo, e falar-se como nunca antes. Porém, esta forma de falar é diferente, fala-se do sexo de outra maneira, este sexo vai aparecer agora nos discursos dos médicos, dos

pedagogos, dos psicólogos, dos professores, dos moralistas, dos políticos, ou seja, existe uma outra forma de se falar sobre o sexo, uma nova corrente de produção de saberes, associados às relações de poderes.

Para Foucault, este momento foi também um momento ou uma época de heterogeneidade sexual, o período de um erotismo discursivo generalizado. Os três grandes códigos que regiam o sexo enxergavam uma loucura moral na população, a burguesia falava em degeneração da raça, o fim da família, um fim do amor. Martine Segalen, fazendo uma análise da família e do papel da mulher neste momento vai afirmar que este comportamento realizado pela população, principalmente em relação à sexualidade, não era uma degeneração, ou significava o fim da família e sim formas de resistências e de adaptação. A autora afirma que com a Revolução Industrial surgiram vários tipos de família, e que estes tipos ou modelos, estavam ligados diretamente às condições materiais, principalmente a renda que a família adquiria. E na criação destes novos tipos, as famílias mostraram grande capacidade de resistência e de organização, mostrando que foi capaz de se adaptar ao processo de forma racional. Voltando à Foucault, ele afirma que é justamente neste momento de moralização, que vai ocorrer uma proliferação das chamadas sexualidades periféricas, que feriam a moral burguesa e que agredia os códigos, mas que geravam uma vasta produção sobre os mesmos.

Para Foucault, essa moralização burguesa, além de se valer de velhas proibições sobre o sexo, como condenação e repressão aos homossexuais, às relações consanguíneas, ao onanismo, elas se valeram de outros atributos, de novos mecanismos, e principalmente em novos campos de poder. Para Foucault, essa repressão da sexualidade acaba criando uma série de elementos que não existiam antes. A caça das sexualidades periféricas acaba criando a idéia de perversão e outros indivíduos que não existiam, como o homossexual. Essas novas formas de poder agem de forma diferente, de forma mais próxima e curiosa, ele é um poder vigilante que ganha impulso pelo seu próprio agir, que tem prazer em ser exercido, mas que vai utilizar mecanismos ou dispositivos de saturação do sexual, mas que muda apenas a dinâmica em relação ao sexo, não o acabando. Para Foucault, a sociedade ocidental moderna industrial, não foi um momento de repressão do sexo, mais de divulgação e explosão de conhecimento sobre ele.

Uma questão que Foucault vai colocar em evidencia é o nascimento da chamada *scientia sexualis*, que é uma análise científica sobre o sexo, o sexo dentro do discurso da biologia e da medicina, ou seja, o sexo como objeto de ciência, sujeito e métodos e experimentação, o sexo como alvo a ser estudado e pesquisado. Essa ciência sobre o sexo, surgiu a partir dos próprios discursos sobre o sexo. Ela foi possível, com a produção

acelerada de conhecimento sobre o sexo. Surge então um conhecimento científico sobre o sexo, uma verdade científica sobre o sexo, totalmente oposta à arte erótica desenvolvida em outras sociedades, como as chinesas, japonesas e a antiguidade clássica. Enquanto na arte erótica existe uma produção sobre o próprio prazer, sobre a própria prática sexual, a ciência sexual vai analisar o sexo totalmente fora do ato, longe do prazer. A sociedade ocidental é a única que tem a *scientia sexualis*, em nenhuma outra sociedade o sexo foi analisado a partir de um viés científico.

Para Foucault, o próprio ato de confissão é algo bastante singular, e que, em relação ao sexo, contribuiu para a criação de toda uma tradição sobre o sexo. A confissão estava entrelaçada com as relações de poderes. O que acontece nas sociedades modernas, é que a confissão agora aparece em um discurso científico, e é em cima destes discursos que se pode fazer uma história da sexualidade, pois ela não é nada mais do que a história dos discursos sobre o sexo. O que se deve observar, é que com a análise destes discursos, pode-se entender como, dentro das relações de poderes, a burguesia produziu todo um aparelho para criar discursos verdadeiros sobre o sexo, utilizado-os para benefício próprio. Para isso, o sexo teve que se transformar em objeto de grande pesquisa. Mas vale lembrar que, apesar da oposição entre a ciência do sexo e a arte do sexo, a *ars erotica* nunca desapareceu da sociedade ocidental.

Eis que agora chegamos no momento crucial, que é como de fato se deu a relação entre o poder e o sexo. Foucault afirma que em suas análises observou que o poder jamais estabelece uma relação que não seja de modo negativo. “(...) *O poder não ‘pode’ nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não; se produz alguma coisa, são ausência e falhas; elide elementos, introduz descontinuidades, separa o que está junto, marca fronteiras.*” (FOUCAULT: p. 93, 2007). O poder seria, em sua essência, o que a lei dita, tratando-se de sexo. O sexo fica limitado por ele, e é inteligível e decifrável através dele. Este poder é exercido por interdições, e o sexo renuncia a si mesmo para não desaparecer, e esta interdição se dá pela censura, afirmando que não é permitido, impedindo que se diga e negando que exista, agindo dessa forma do mesmo modo sobre todas os níveis, dos mais altos para os mais baixos. É poder que existe sem tomar como modelo ou código o direito, e é nessas relações entre o poder e o discurso sobre o sexo que se constrói a história da sexualidade, um poder que não é em hipótese alguma negativo. Um poder diferente que não significa um conjunto de agregações e mecanismos que submeta o povo a um poder central, não entende com um sistema geral de dominação

Para Foucault, são necessárias quatro regras metodológicas para entender o diálogo existente entre as relações de poder e os discursos sobre o sexo. Não cabe analisar o poder de uma forma tradicional, como se tivesse ligado a algo, com uma certa direção, e com uma finalidade. Deve-se fazer brotar os discursos sobre o sexo dentro das relações de poder. A regra da imanência defende que não se deve considerar que exista um domínio sobre a sexualidade por parte da ciência, e sim entender que exigências de poder se valeram dos mecanismos de proibição. Foi a partir das relações de poder que a sexualidade se constituiu como objeto de pesquisa, pois esta tornou possível, investir em técnicas de saber e de procedimentos discursivos.

A regra das variações contínuas defende que não se deve procurar quem tem o poder, até porque ninguém é dono do poder, deve-se buscá-lo onde ele é exercido, dentro das correlações de força, dentro das produções de saber e dos jogos de poder. Essas relações não são formas estabelecidas de repartição, mas sujeitas a transformações constantes. O duplo condicionamento quebra idéia de continuidade, e coloca uma relação dúbia. Ocorrendo uma interrelação entre aspectos estratégicos (gerais) e táticos (específicos) na efetivação do poder. Então, a família não espelha a sociedade, mas é um espaço em que um poder pode se realizar em vista de efeitos sociais. A regra da polivalência tática dos discursos defende que os discursos sobre o sexo não devem ser vistos como uma simples refração dos mecanismos de poder, pois são justamente nos discursos que se é possível enxergar a articulação existente entre o poder e o saber. Trata-se de abandonar a visão tradicional do poder ligado à lei, à soberania, e à interdição, e observá-lo dentro do campo móvel e múltiplo das correlações de força.

Então, em linhas gerais, o que Foucault vai buscar abordar em seus escritos sobre a sexualidade é enxergar o que ele chama de supersaber, onde todos só viam destruição. Porém, para que se possa ter esta compreensão, é necessário que se entenda o próprio poder de maneira diferente. E este saber é um saber diferente, uma análise distinta da tradicional, pois o problema é retomar um *“saber sobre a sexualidade que a partir não do desconhecimento pelo sujeito de seu próprio desejo, mas da superprodução de saber social e cultural, o saber coletivo sobre a sexualidade”* (FOUCAULT: p. 60, 2006). É buscar também como este saber se formulou em forma científica, fundamentado em bases diferentes da arte erótica, que buscava discursos com a finalidade de aumentar o prazer sexual. É minimizar a importância que é dada ao cristianismo e sua moral na repressão sobre o sexo, pois outras sociedades conheciam aspectos morais semelhantes ao do cristianismo, e mesmo assim, mantiveram um outro relacionamento com a sexualidade.

Devemos entender que Foucault deixa claro em seus estudos sobre a sexualidade que ele não é o primeiro a tentar estudar o poder sem querer buscar sua origem, seu fundamento, sua legitimidade ou suas formas e modelos globais, porém, ele é o primeiro a ver o poder de forma positiva. Para Foucault, seus estudos não devem ser considerados verdades absolutas ou resultados inquestionáveis, pois, para ele, o que o realizou não passaria de hipóteses, onde nada é certo, apenas análises parciais, fragmentos, longe de estabelecer uma teoria geral do poder. Pois, em Foucault, o interessante é ver o poder onde ele é exercido, não sobre de onde ele vem, ou para onde ele vai. É entender o poder longe do Estado, é uma análise empírica do poder, dentro dos entrelaços na sociedade.

Como o próprio Foucault afirma em *Vigiar e Punir*, ele não busca criar uma teoria geral do poder, e sim o poder de forma empírica, onde ele é exercido. Buscaremos apontar, aqui, o interesse de Foucault nessa obra, seu objetivo e como aparecem outras relações de poderes na sociedade, sempre dialogando com a visão do autor sobre o poder, já apresentada e discutida quando tratávamos da história da sexualidade parágrafos atrás.

Assim como em seus estudos sobre a história da sexualidade, Foucault busca nestes estudos sobre o sistema penitencial, investigar os discursos. Essa história é mais uma vez a história do que foi produzido. Como para Foucault uma genealogia do poder deve mesclar o conhecimento e o discurso erudito com outros discursos, ele vai buscar investigar os discursos sobre a prisão, vindos de fora dela, os produzidos por ela, e também os manufaturados de dentro dela. Observar os saberes que foram sepultados e aqueles que foram desqualificados. Foucault vai buscar entender como novas técnicas, novos discursos, um novo saber surgiram e se entrelaçaram com a relação entre poder e punição na sociedade industrial. Sua busca é por observar com se formou a idéia de suavização da pena e como foi possível o aparecimento de discursos inéditos sobre a aplicação da punição, ligado à produção de um saber, dentro das relações de poder.

Em outras palavras, o que Foucault pretende analisar nestes estudos é como se constrói a idéia da sociedade ocidental industrial de que é melhor se vigiar o indivíduo do que punir, ou seja, quando se deu maior importância à vigilância do indivíduo do que à punição, e dessa relação vai surgir sua interpretação sobre o poder capilar e o poder disciplinar. É entender como a prisão esteve ligada a um projeto de transformação dos indivíduos, mesmo que ela se caracterizasse como uma fábrica de delinquentes. Entender também, como e por que tentou-se acabar com a tolerância que havia com os criminosos por parte da população, mesmo com existindo uma selvageria nas punições como ele mostra nos casos dos suplícios. Entender como a sociedade burguesa, utilizando-se de um poder-saber, criou os mecanismos

e as técnicas para a proteção de sua riqueza a partir de uma via moral rigorosa, o que explica também todo o processo de moralização da população no século XIX. O que explica toda a racionalização do setor produtivo, o que implica uma inovação técnica e uma nova correlação de poder, e a própria questão da moralização sexual.

Foucault vai buscar enxergar, como foi criado, além de novas técnicas de punição, novas leis para condenação, um novo discurso para que a população se afastasse daqueles que eram tidos como delinquentes, mesmo que a maioria dos delinquentes fossem filhos das classes inferiores, da qual a maioria da população fazia parte. Neste ponto, Foucault aponta que esta moral criada no século XIX está cada vez mais se desintegrando. Segalen afirma que esta moral burguesa começou a declinar a partir do pós-guerra, quando novas formas de relacionamentos e de socialização apareceram na sociedade. Um outro ponto que Foucault aborda é se a prisão era uma fábrica de delinquentes, para que servia então a manutenção deste sistema? Foucault vai enxergar a resposta para esta questão, observando os aspectos econômicos que esta relação proporcionava. Se não servisse para outra coisa, a delinquência servia para vigiar a delinquência, e para isto era necessária a criação de todo um aparato técnico e especializado, ligando uma produção de saber dentro das correlações de poderes, que geravam uma economia em torno dele, ligado a um sistema penal.

Assim como fez na história da sexualidade, Foucault afirma que para realizar um estudo da alma moderna em julgamento é necessário que se crie algumas regras. 1º ponto é nunca centralizar a pesquisa dos mecanismos punitivos somente em seus efeitos de repressão, censura ou sanção, e sim os retomar dentro da série completa das conseqüências positivas que estes podem gerar. 2º ponto é investigar os métodos de punição como técnicas que têm sua especificidade no campo mais geral dos outros processos de poder, afastando de tê-los como uma conseqüência simples de regras de direito ou como indicadores de estruturas sociais. 3º ponto botar a tecnologia do poder na idéia de conhecimento do homem quanto da humanização da penalidade. 4º ponto é observar o adentramento da alma moderna no cenário da justiça penal, junto com a inserção na prática jurídica da criação do saber científico.

Nestes estudos Foucault vai buscar como eram tratados os corpos dos condenados, como era realizada a punição, como a dor e o teatro dos suplícios estavam ligados numa relação de poderes. Com isso ele vai descrever punições, execuções, regulamentos de prisões, buscando diferenciar o sistema penal tradicional para o sistema penal criado na sociedade industrial. Por isso, está apresentado fontes que comprovem estas mudanças e essas diferenciações, como as que explanam casos de suplícios, que estariam ligados à velha forma

e fontes que expliquem a nova forma de enquadrar os presos nas prisões, com novas formas de utilização do tempo e espaço, ou seja, esse poder de disciplinar os corpos.

Em seus estudos, observamos que, para Foucault, existe uma mudança drástica na segunda metade do século XVIII na justiça penal, principalmente no que diz respeito ao castigo. Estas mudanças fizeram desaparecer os suplícios, tão comuns na Idade Média, pois agora não interessa mais punir os corpos. O corpo deixa de aparecer como alvo principal da repressão penal dos castigos. Ao invés de trazer benefícios, com a mudança nos discursos, a execução pública aparece agora com um crime que incentiva a violência, e não traz a segurança que a sociedade burguesa desejava. Qual é o interesse da justiça então? A justiça não quer mais punir, e sim educar, ensinar, abolir a dor, anular a dor, dizer não à morte, construir o indivíduo. O fim do teatro, o fim da dor, não significa dizer fim do poder, houve apenas uma mudança nesta relação, o poder agora se dá por uma outra forma, para atender a outros objetivos. Como diriam os teóricos do sistema penal, a punição não deveria ser mais no corpo dos indivíduos, e sim na alma.

Novas técnicas, novos mecanismos, surgiram junto com estes discursos. Até a guilhotina e sua sobriedade punitiva foram necessárias nessas mudanças. Mudaram os próprios julgamentos, aparece a figura do louco, e a loucura vai trazer uma nova onda de interpretação para os crimes. A Arte de julgar vai se tornar complexa e cheia de novos elementos. Cria-se um novo sistema penal, um novo aparelho judiciário que visa não mais à morte e à dor, mais sim à cura. Isto tudo, vai nos mostrar, segundo Foucault, uma total interação entre poder e saber, e saber e poder, mostrando que eles são inerentes um ao outro.

No antigo sistema judiciário, havia várias formas de punir, porém a mais utilizada delas era o suplício, que se traduz aqui como uma pena corporal, dolorosa, selvagem e atroz. Estes suplícios tinham o objetivo de trazer o crime à luz da verdade, revelar tudo aquilo que o sistema judiciário, com suas provas e penas, com sua aritmética penal, tinham realizado. Cabia ao sistema judiciário o controle do poder, e com isso o controle do saber, e a produção da verdade sobre o crime. Elementos como a confissão, o interrogatório, a tortura, e os rituais do suplício faziam parte deste sistema jurídico. Estavam ligados à exposição pública, à aceitação do crime e à aceitação da pena. Da tortura à execução, o corpo deveria produzir uma verdade sobre o crime. Deveria ser criada a idéia do direito de punir, da vingança da sociedade, dentro das afirmações de poder. Uma relação contundente entre o direito legal e o direito físico. O suplício reflete-se como o triunfo de um poder, o triunfo da lei. Foucault vai enxergar relações de poder até mesmo na relação entre o carrasco e o criminoso, pois estes estavam ligados a uma correlação de saber, que também estava incluído a própria presença da

população, que atuava de forma diversa, ora apoiando este tipo de poder, ora se rebelando e revoltando contra ele. Para Foucault, o papel dos sentimentos humanos na extinção dos suplícios, foram quase nulo, pois esta mudança se deu muito mais por motivos técnicos, econômicos e políticos.

Para Foucault, é evidente que a partir da segunda metade do século XVIII surgem vários protestos contra o suplício dos corpos, acontecendo, então, o início e a implantação da suavidade no sistema penal. Com isso, houve uma própria mudança nos crimes, pois assassinatos diminuíram, e começou a aparecer a figura do criminoso por furto e roubo. Houve uma suavização das penas de assassinato e uma intensificação das penas de furto e crime, tudo isso ligado à idéia de proteção da propriedade instalada pela moral burguesa. Essa reforma gerou bastante discussão entre os teóricos do sistema penal, principalmente na tentativa de superar o poder público de julgar, e do poder soberano individual, colocando a sociedade como alvo desses criminosos, e ela com seus mecanismos legais, que deveria punir-los.

Foucault mostra que durante o século XVIII surge uma nova estratégia para o exercício do poder de castigar, pois a idéia de abolição da dor não é punir menos, e sim punir melhor, através de uma nova forma. Por isso, a conjuntura da reforma penal não sinaliza para uma sensibilidade, mas sim para a implantação de uma nova política em relação às ilegalidades. O que ocorre são mudanças na ilegalidade popular, uma mudança da ilegalidade de direito para ilegalidade de bens. Então, é necessário punir essa nova forma de ilegalidade, pois havia uma familiaridade com o delito por parte população. Era preciso criar mecanismos de controle e de codificação para todas as novas práticas ilícitas, pois a economia dessas novas ilegalidades se reestrutura com o desenvolvimento do capitalismo. Neste momento, o direito de punir deixou de ser uma vingança do soberano, e passou a ser a defesa da sociedade, com novas regras, novas penas, com novos sistemas que fossem capazes de aplicar leis fixas levando em conta as individualidades ou os indivíduos singulares.

Surge um novo arsenal das penas, onde esta deve ser pouco arbitrária. Porém Foucault vai afirmar que não existe crime natural, ele é fruto de uma concepção de uma determinada sociedade, a fim de contribuir para os seus próprios interesses; então as próprias penas não têm como serem arbitrárias. O castigo não quer punir, quer afastar o indivíduo do crime, pois este deve aparecer não como algo vantajoso, e sim ruim e punitivo. As penas deveriam agora ter a mesma natureza do crime. O poder não deixou de existir, ele aparece de forma escondida, camuflada. Este poder deve diminuir os desejos sobre o crime, acabar com a representação que anima o crime. Fazer entender que crime destrói, subtrai, pelas penas. E

estas penas vão ter uma outra relação com o tempo e a eficácia das mesmas, pois devem se tornar as penas úteis à sociedade, pois o crime foi contra a sociedade. Nesta conjuntura desenvolve-se toda uma economia da publicidade sobre o crime, que deveria inverter na sociedade o tradicional discurso sobre o crime, acabando com a glória e a fama que antes o crime trazia. O crime tem que ser visto como uma desgraça, um perigo contra sociedade. O castigo não pode ser uma vingança e sim uma lição. Por isso cria-se uma nova visão e uma nova função para as prisões e para as cadeias.

As prisões servem para reclusão do delinqüente da sociedade. Para isso, surgem varias discussões em torno delas, que variavam entre teorias, justificativas e objetivos para criação das mesmas. Vale lembrar que esta prisão também estava fortemente ligada a um caráter econômico. Ela deveria melhorar o destino do detento dentro e fora, deveria regenerar o homem que o Estado perdeu. Esta prisão foi formada a partir de influencias religiosas, que influenciavam também nas formas de detenções. Criaram-se deveres e regras para os detentos na prisão. A prisão surge como um aparelho de edificação da moral, o que reflete a criação de um saber sobre os indivíduos. A punição na prisão não tem intenção de apagar o crime e sim de transformar o individuo.

É neste momento que Foucault vai trabalhar sua idéia de poder disciplinar, quando existe a descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. As prisões refletem a arte de distribuir os indivíduos, a divisão dos espaços, o estreitamento do espaço, do grande espaço ao quadriculamento, ou seja, a organização dos indivíduos no espaço e a busca pela ordem. Para Segalen, esta divisão e estreitamento do espaço são refletidos na própria relação familiar e nas casas das pessoas, mostrando que neste momento, a uma mudança na relação da família com o espaço. Se antes uma família de 10 pessoas habitava em um sítio onde havia uma certa abundancia de espaço, agora 50 pessoas se apertam em casas nas periferias de Londres. É da nova organização do espaço que Foucault cria a idéia de poder celular, que vem destas micro-divisões no espaço. Para isto, surge um controle intenso da atividade, um controle e uma divisão do tempo buscando uma racionalização. Para Thompson, este controle é fruto direto do processo de industrialização e consolidação do sistema capitalista de produção. Porém, para Foucault existe uma grande influência da contribuição das ordens religiosas nas técnicas de se trabalhar com o tempo. Mas somente no capitalismo é que existe uma preocupação exorbitante com a utilidade do tempo. Existe a elaboração temporal para cada ato, no qual o corpo e o gesto devem está em correlação, uma articulação entre o corpo e o objeto. Este poder disciplinar reflete um entendimento das práticas e dos controles de dominação sobre os indivíduos.

Esta disciplina com sua racionalidade alcançou tanto sucesso, refletindo numa invasão do poder disciplinar. Esta disciplina vai evoluir ou passar por um processo de evolução justamente associada à vigilância, ou a arte de vigiar os indivíduos. É neste momento que a sociedade burguesa de fato percebe que é melhor disciplinar e vigiar do que punir, pois, enquanto a punição destrói e disciplina, a vigilância cria e produz. Esta fiscalização busca a ordem e a funcionalidade dos indivíduos nos espaços e no tempo, ou seja, a produção na sociedade. Até mesmo os castigos vão ter um sentido disciplinar, pois a função destes é disciplinar e reduzir os desvios. O castigo é visto como um exercício na aprendizagem.

Essa vigilância deveria ser baseada em um policiamento espacial estrito, ou uma inspeção compulsória, apoiada num sistema de registro que pretendesse o controle dos corpos, dos indivíduos, ou seja, a tradução a um esquema totalmente disciplinar. Por isso Foucault afirma que seu estudo é sobre o poder exercido, pois ele vai buscar o poder onde ele está. Neste momento que surge o panóptico com seus benefícios e seus efeitos, que consiste numa máquina de moldar corpos, uma arma eficaz do poder disciplinar. Ele é capaz de fazer experiências modificar o comportamento, treinar e retreinar os indivíduos. Um laboratório do poder, graças aos seus mecanismos de observação, e ele só foi possível dentro das transformações do programa disciplinar. Sua pretensão é aperfeiçoar o exercício do poder. Ele quer fazer crescer, multiplicar, ele quer construir, dentro do processo de inversão funcional da disciplina, das ramificações de seus mecanismos, e da estatização dos mesmos, ou em outras palavras a criação da sociedade disciplinar, que está ligada economicamente, juridicamente, politicamente e cientificamente.

Conclusão

Em linhas gerais, tanto nos estudos sobre a sexualidade e nos sobre o sistema penal, Foucault vai realizar uma história dos discursos. E é nestas análises, que ele vai apresentar suas hipóteses sobre poder. E podemos afirmar que o interessante em suas análises é que ele vai buscar mostrar como sua compreensão de poder se dá de acordo com à realidade. Por isso busca analisar o poder diretamente nos discursos tanto sobre o sexo como sobre as punições. E vendo este poder, sempre longe das mãos de algo centralizador como o Estado, mas dentro das relações existentes na sociedade, principalmente enxergando o poder como bom, produtivo, que gera, produz e cria, longe daquele poder repressivo e destrutivo, um novo poder, uma nova análise, uma nova relação de poder-saber e saber-poder.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução** – Hegel e o advento da teoria social. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SEGALEN, Martine. “A Revolução Industrial: do proletário ao burguês”. In: BURGUIÈRE, André ET alli (dir.). **História da família: o Ocidente: industrialização e urbanização**. Lisboa: Terramar, 1999, 4º vol., pp. 5 – 36.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

POLÍTICAS PÚBLICAS E OS SINDICATOS RURAIS DO BAIXO PARAGUAÇU: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Aldemir Rildon Carneiro¹

Resumo:

Este artigo tem por objetivo estudar o impacto das políticas públicas no âmbito da agricultura brasileira no que tange à melhoria das condições de vida. Pretende-se mostrar a importância dos programas sociais no combate à desigualdade, enfatizando o Programa Bolsa Família (PBF). Este é um programa de transferência direta de renda com condicionalidade, que beneficia as famílias em situações de pobreza. A pesquisa teve como foco a percepção dos sindicalizados dos municípios do Baixo Paraguaçu.

Palavras chave: Políticas públicas; Bolsa Família; sindicatos rurais.

1. Introdução:

Na execução da pesquisa foi levado em consideração o estudo sobre as políticas públicas e os programas sociais implementados pelo Estado brasileiro no meio rural. Para isso levou-se em conta a diversidade do rural, focalizando a categoria dos(as) trabalhadores(as) rurais, que inclui assalariados, pequenos e médios agricultores, parceiros, arrendatários, meeiros e pescadores artesanais.

Melhor dizendo, procurou-se definir a análise a partir das políticas públicas que são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Parte-se do pressuposto de que as políticas públicas objetivam reduzir a desigualdade social além de aumentar a produção de pequenos agricultores rurais dando melhores condições aos homens e mulheres do campo dos municípios estudados (Maragogipe, Muritiba, Cabaceiras do Paraguaçu, São Felix e Cachoeira-BA). Assim, a pesquisa objetivou dar uma melhor interpretação das intenções dos sindicatos, além de conhecer quais as políticas que estão sendo realizadas na agricultura familiar.

¹ Estudante do Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Bolsista PIBIC/ CNPq. Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural aldemirildon@hotmail.com Orientador: Prof. Dr. Clóvis Zimmermann

Concluindo, pretende-se levar aos leitores, sindicatos e associados uma análise da qualidade da agricultura familiar na percepção dos sindicalizados. Uma avaliação de instrumentos nas ciências sociais com dois objetivos, conforme destaca o pesquisador Amilcar Baiardi:

tendo o mesmo reunir texto inédito com elevado poder analítico e explicativo, escritos por conhecidos analistas do mundo rural, os quais têm em comum dois traços: Primeiro, a preocupação de entender processo de grande atualidade, e segundo de antecipar tendências².

Metodologia usada

O objeto de estudo foi a percepção dos sindicalizados do Baixo do Paraguaçu sobre o Programa *o Bolsa Família*. Objetivos propostos nas atividades de pesquisa tiveram inicialmente caráter participativo, sendo que os houve a aplicação do método qualitativo, quando se trabalhou com conceitos e categorias a serem aplicadas, com abordagens quantitativas, incluindo amostragem, organização de banco e tratamento estatístico dos dados.

Inicialmente foi feito um diagnóstico socioeconômico dos municípios, nos dando uma visão geral dos aspectos citados desta pesquisa, facilitando o desenvolvimento da aplicação dos questionários. Aplicamos 141 questionários nos municípios, sendo que 28 em Maragogipe; 40 em São Felix; 28 em Cabaceiras do Paraguaçu; 22 em Muritiba e 23 em Cachoeira. Foram usadas amostragens não probabilísticas e probabilísticas nos municípios com sorteio aleatórios. Os questionários visaram compreender como os sindicalizados percebem a importância das políticas públicas aplicadas pelo MDA (seguro especial da previdência) nos meios Rurais do Baixo Paraguaçu e os programas de benefícios sociais mediado pelo MDS (o Bolsa Família, auxílios maternidade e doença).

O Recôncavo Baiano

De acordo com Santos (1959)³, o Recôncavo Baiano se constituiu numa das redes urbanas mais antigas do Brasil, sendo um grande centro da economia colonial e importante

² BAIARDI, Amilcar: Neoprodutivismo, Neoassociativismo e Turismo Campestre: Outras faces do novo rural. In: CADERNO CRH, Salvador, n. 28, p. 11-25, jan./jun. 1998

região econômica, especialmente com a produção de cana-de-açúcar e fumo no Brasil Império, sofrendo um forte processo de decadência econômica e estagnação no desenvolvimento das cidades a partir do século XX.

Esses bens produzidos eram transportados, durante o império colonial e ainda tem sua importância via Rio Paraguaçu, que nasce no Morro do Ouro, Serra do Cocal, município de Barra de Estiva, Chapada Diamantina, segue em direção norte passando pelos municípios de Ibicoara, Mucugê e até cerca de 5km da Jusante da cidade de Andaraí, quando recebe o rio Santo Antônio, mudando de direção em seu curso para o oeste e leste, servindo como divisor entre os municípios de Itaeté, Boa Vista do Tupim, Marcionílio Souza, Itaberaba, Iaçú, Santa Teresinha, Antonio Cardoso, Castro Alves, Santo Estevão, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Conceição de Feira, passando pelos municípios incluso nas pesquisados de Muritiba, Cabaceira do Paraguaçu e as cidades de São Felix, Cachoeira e Maragogipe. Por fim, o Rio desemboca na Baía de Todos Santos entre os municípios de Maragogipe e Saubara⁴.

2. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através da observação empírica de campo observou-se que as pessoas que vivem da agricultura familiar destes municípios (os associadas) têm uma taxa de fecundidade média acima de quatro filhos por família, conforme podemos vislucrar na tabela abaixo.

Tabela 1. Número de filhos por entrevistados

Filhos/Cidade	S. Félix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceiras
Nenhum	0	1	1	0	0
1 filho	3	0	2	2	2
2 filhos	9	1	4	6	4
3 filhos	7	3	4	5	3
4 filhos	5	2	5	4	7
acima de 4	14	19	6	7	11
Total Respondidos	38	26	23	22	27
NR	2	2	0	0	1

³ WENDEL Henrique: CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA REDE URBANA DO RECÔNCAVO DA BAHIA: UMA ANÁLISE SOBRE CACHOEIRA; Departamento e Mestrado em Geografia; instituto de Geociências - Universidade Federal da Bahia.

⁴ [HTTP://pt.wikipedia.org/wiki/chapada_Diamantina](http://pt.wikipedia.org/wiki/chapada_Diamantina)

Fonte: Pesquisa de Campo 2009/2010

Fica evidenciado assim o alto número de casos em que os entrevistados figuram com mais de 4 (quatro) filhos, o que indica serem as famílias do mundo rural maiores que as da cidade. Este fenômeno está associado a baixos índices educacionais e também extratos de renda mais baixos. A distribuição da renda da população pesquisada pode ser vista na tabela abaixo.

Tabela. 2 Distribuição de renda da população investigada

	S. Félix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceiras
<510	16	9	2	5	17
510 – 800	16	14	9	11	5
800<	4	3	3	2	2
Total Respondidos	36	26	14	18	24
NR	4	2	9	4	4

Fonte: Pesquisa de Campo 2009/2010

Constata-se nessa tabela que a faixa 510-800 reais é a que apresenta maior incidência de respostas, o que provavelmente revela que os programas de distribuição de renda estão contemplando mais de um membro por família do mundo rural, à exceção do município de Cabaceiras do Paraguaçu.

Investigou-se também a finalidade: investimento, custeio, comercialização e manutenção do estabelecimento; e, ainda, os motivos pelo quais muitos produtores não obtiveram financiamento principalmente em Maragogipe, em que muitos associados não sabem como conseguir recursos para aumentar sua produtividade. Uma das causas é a própria burocracia para obter os financiamentos, falta de pagamento do empréstimo anterior, medo de contrair dívidas. Não se considerou o refinanciamento, isto é, financiamentos e empréstimos destinados a “outros tipos dívidas” contraídas em anos anteriores, os valores, ônus reais do estabelecimento agropecuário na data de referências, juntos aos bancos, ou seja, os agentes financiadores, cooperativas, empresas e outros órgãos competentes para esta natureza.

Portanto, observamos que os associados dos sindicatos dos trabalhadores rurais entrevistados no Baixo Paraguaçu, não possuem as informações adequadas para obter os recursos e como os podem conseguir, pois não tiveram um instrumento teórico e prático necessário (educação básica) para entender como funciona o sistema burocrático dos Ministérios de Desenvolvimento Sociais e Combate a Fome.

A pesquisa demonstrou que existe um alto índice de pessoas que não concluíram seu ensino fundamental, ou, até mesmo, não tiveram nenhum nível escolar, talvez por isto, muitos associados não conhecem as políticas públicas adequadas para ajudar no incentivo da produção da agricultura familiar. Isso talvez explique a importância dos sindicatos na intermediação dos recursos para o desenvolvimento da agricultura familiar. Os índices de educação podem ser visto na tabela 3.

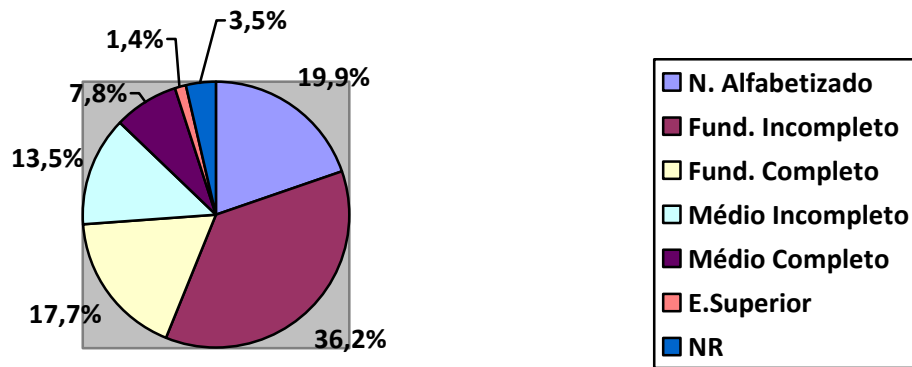
Tabela 3 Índices de Educação

	S.Felix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceiras
Não Alfabetizado	7	7	2	5	7
Fund. Incompleto	13	10	13	5	10
Fund. Completo	13	5	1	3	3
Médio Incompleto	5	4	2	5	3
Médio Completo	2	2	2	2	3
E. Superior	0	0	0	0	2
Total Respondidos	40	28	20	20	28
NR	0	0	3	2	0

Fonte: Pesquisa de Campo 2009/2010

Observa-se de acordo com a tabela 3 que a condição educacional de E. Fundamental incompleto é a de maior frequência. Observa-se também que esta condição é quase o dobro da condição de “não alfabetizados” e de F. Completo, o que sugere um índice de evasão elevado do Ensino Fundamental, que é uma condição frequente no mundo rural. Sendo assim, somando os não alfabetizados com os que tiveram seu ensino fundamental incompleto temos 56% das pessoas entrevistadas, ou seja, não concluíram o ensino fundamental. Isso pode-se vislumbar melhor no gráfico 1:

Gráfico 1: Índices de Educação nos municípios do Baixo Paraguaçu



Minha preocupação é acompanhar o que se vem fazendo nos municípios do Baixo Paraguaçu com relação à agricultura familiar, tentando auxiliar aqueles que estão com dificuldades de acesso aos programas de créditos fundiário⁵, e ao *Bolsa Família*. Parto do pressuposto de que esses recursos são de fundamental importância no fomento da sua produção no campo, promovendo desenvolvimento social para as famílias trabalhadoras rurais sem terra, minifundistas e jovens rurais. Dando sequência a este trabalho discutirei a seguir as políticas públicas desenvolvidas, sendo meu foco principal o Programa Bolsa Família no Baixo Paraguaçu.

O SURGIMENTO DO BOLSA FAMÍLIA E A PROPOSTA NOS MUNICÍPIOS DO BAIXO PARAGUAÇU

Segundo o governo Brasileiro, o *Programa Bolsa Família* (PBF) é um programa de transferência direta de renda cujo objetivo é o alívio imediato da pobreza, com condicionalidade (saúde e educação), visando beneficiar as famílias que estão em situações de pobreza com uma renda mensal por pessoa de R\$ 70 a 140 ou extrema pobreza que não

⁵ O Crédito Fundiário é um programa que possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, minifundistas e jovens rurais o acesso a terra por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais.

FONTE: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES. *Dados atualizados até BACEN: Até 06/2007; BANCOOB Até 12/2007; BANCO COOPERATIVO SICREDI: Até 11/2007; BASA: Até 12/2007; BB: Até 11/2007; BN: Até 12/2007e BNDES: Até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos a alterações.

tem renda nenhuma ou até 70 por pessoa, de acordo com a lei 10. 836. Em 09 de janeiro de 2004 foi criado O Programa Bolsa Família, sendo que o Decreto n° 5.209. de 17 de setembro de 2004 regulamenta as disposições complementares que venham a ser estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O PBF integra a estratégia do Fome Zero visando garantir o direito humano à alimentação adequada, promovendo segurança alimentar nutricional e o combate à desigualdade social para promover cidadania às pessoas que estão em situação de vulnerabilidade.

Com o passar do tempo foram feitas algumas mudanças no Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – MESA, instituindo-se o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, criado no ano de 2003 pelo governo Luis Inácio Lula da Silva. O MDS é responsável pelas políticas de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda mínima no país. Assim, esse ministério é responsável em tentar melhorar as condições de vida e de renda das famílias pobres e no desenvolvimento da segurança alimentar.

Nos municípios do Baixo Paraguaçu – Muritiba, São Felix, Cachoeira, Maragogipe e Cabaceira do Paraguaçu – pesquisados temos um total de famílias cadastradas no CadÚnico de 25.632 e no que concerne o perfil do bolsa família 22.844. Isso acontece pois o CadÚnico utiliza como critério de elegibilidade a renda per capita de ½ salário mínimo, enquanto que o perfil do Bolsa Família exige uma renda menor. O número de famílias habilitadas nos primeiros meses deste ano (de janeiro a 31 de março de 2010) foi de 2.446 famílias, chegando assim, desde que foi desenvolvido esta modalidade de programas sociais nestes municípios de 23.561. Estes números podem ser vistos na tabela 4:

Tabela 4: Total de famílias cadastradas no CadÚnico nos municípios do baixo Paraguaçu.

MUNICIPIOS	Total de Famílias Cadastradas ⁶	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família ⁷	Total de Famílias Cadastradas - Habilitadas ao Bolsa Família ⁸	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único ⁹	Número de Cadastros Válidos ¹⁰
MURITIBA	4.764	4.169	448	4.597	4.074
MARAGOGIPE	8.269	7.813	688	8.162	7.751
CACHOEIRA	6.175	5.751	1.087	6.078	5.624
SÃO FELIX	2.652	2.032	9	2.494	2.537
CABACEIRA	3.772	3.079	214	3.588	3.575
TOTAL=	25.632	22.844	2.446	24.919	23.561
DATA	31/3/2010	31/3/2010	31/3/2010	31/3/2010	31/3/2010

Fonte: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastro_unico/o-que-e-1

O Cadastro Único do Governo Federal – CadÚnico é uma ferramenta usada na coleta de dados e de trazer informações com o objetivo de registrar todas as famílias de baixa renda existentes no país. As famílias que são contempladas têm uma renda de até meio salário mínimo por pessoa. As famílias cadastradas deveriam ter acompanhamento de programas sociais implementados pela União, Estado ou Municípios. A Secretaria Nacional de renda e cidadania e o Ministério Desenvolvimento Social considera que o cadÚnico é:

“CADASTRO ÚNICO - O CadÚnico é um instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda (aquelas com renda familiar per capita menor ou igual a meio salário mínimo). Dessa forma, o número de famílias cadastradas no CadÚnico é maior que a quantidade de famílias beneficiadas pelo PBF”.¹¹

O número de famílias contempladas com o benefício do Bolsa Famílias nos municípios do baixo Paraguaçu podem ser vistos na tabela 5:

⁶ O total de famílias cadastradas poderá, conforme a legislação do CadÚnico, incluir famílias que tenham renda familiar per capita maior que meio salário mínimo (R\$ 232,50). Isso explica a possível diferença de valores entre o total de famílias cadastradas e o total de famílias com perfil Cadastro Único.

⁷ Famílias com renda per capita mensal de até R\$ 140,00.

⁸ Famílias elegíveis ao programa bolsa família que possuem informações cadastrais válidas e atualizadas, conforme consta na Portaria 341/2008.

⁹ Famílias com renda per capita mensal de R\$ 232,50 (1/2 salário mínimo em 2008), incluídas o total de famílias cadastradas - perfil bolsa família.

¹⁰ Famílias que apresentam todos os campos obrigatórios do Formulário do Cadastro preenchidos integralmente por todos os membros. O responsável legal, de 16 anos ou mais, deve apresentar pelo menos um documento com controle de emissão nacional. (CPF e/ou título de eleitor)

¹¹ Fonte: [HTTP:// WWW.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastro_unico/o-que-e-1](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastro_unico/o-que-e-1)

Tabela 5: Número de famílias contempladas do *Bolsa Família*

MUNICÍPIOS	Número de Famílias Cadastras no perfil Bolsa Família em 04/2010	Número de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família em 04/2010	Diferença entre cadastrados e beneficiados
MURITIBA	4.169	3.218	951
MARAGOGIPE	7.813	6.651	1162
CACHOEIRA	5.751	4.448	1303
SÃO FELIX	2.032	1.870	162
CABACEIRA	3.079	2.604	475
TOTAL	22.844	18791	4053

Fonte: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastro_unico/o-que-e-1

A tabela acima demonstra que em abril de 2010, havia 4.053 famílias excluídas do acesso ao Bolsa Família nos municípios do Baixo Paraguaçu. Essa diferença ocorre em virtude da existência de uma diferença entre o total de famílias cadastradas no perfil do Bolsa Família no Cadastro Único versus o número real de famílias beneficiárias pelo Programa. Ou seja, muitas famílias se enquadram nos critérios de elegibilidade do Bolsa Família, são cadastrados no Cadastro Único, mas não são beneficiadas pelo Programa em virtude da existência de um limite de famílias a serem contempladas em cada município¹². Dentre os municípios do Baixo Paraguaçu, Cachoeira apresenta o maior número de famílias excluídos 1.303, enquanto que São Felix apresenta o menor proporção com 162 famílias excluídas.

Em relação aos demais benefícios sociais, dentre os entrevistados encontramos os seguintes auxílios, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 6. Benefícios Sociais

Benefícios	São Felix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceira
B. Família	17	8	9	15	17
LOAS	0	0	0	0	0
Segurança Alimentar	0	0	0	0	0
Demais Auxílios	11	2	6	9	6
Total Respondidos	18	10	15	24	23
¹² Total Entrevistados	40	28	23	22	28

Fonte: Resultados da Pesquisa em 2009/2010. Os dados são mais próximos da realidade do que a Amostra de Domicílios do IBGE de 2006. Além disso, a realidade é muito mais dinâmica do que as amostras de domicílio realizadas.



No que concerne às políticas de benefícios sociais há uma maior incidência do programa Bolsa Família na região. Em segundo plano aparecem diversos tipos de auxílios, tais como Auxílio Maternidade e Auxílio Doença. Chama atenção a inexistência do acesso à política de Segurança Alimentar. Também merece destaque a inexistência de benefícios da LOAS/BPC, que provavelmente ocorre em função da acessibilidade do Seguro Especial Rural.

Também investigou-se de que forma a intermediação de políticas públicas aumenta o grau de confiança dos sindicatos. Em relação a esse quesito, temos os seguintes dados.

Tabela 7 Aumentou sua confiança no sindicato depois que ele começou a intermediar políticas públicas?

Respostas	S. Félix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceiras
NR	0	3	0	0	3
Não	3	2	3	1	2
Sim	32	21	18	18	21
Não soube avaliar	5	2	2	3	2

Fonte: Pesquisa de Campo 2009/2010

A tabela acima mostra que há um aumento da confiança do filiado ao seu Sindicato a partir do acesso às diversas políticas públicas no meio rural. A grande maioria dos filiados respondeu positivamente essa questão.



Conclusão:

A pesquisa constatou que muitas famílias ainda sobrevivem do *Bolsa Família*. Além disso, o valor do benefício ainda é irrisório, podendo o governo aumentar o valor para reduzir a desigualdade e garantir a sobrevivência digna, como colocam Zimmermann &, e Silva (2009)

Seguindo as reflexões acima, fica evidente que são necessárias a introdução de medidas de aprimoração acerca do Bolsa Família, sobretudo no que tange à política de acesso, elegibilidade, cobertura do programa e valor monetário repassado às famílias, para que de fato o mesmo possa contribuir de forma mais eficaz no combate à fome e à pobreza, aproximando-se cada vez mais dos princípios de justiça social e universalidade. Portanto, o valor monetário transferido pelo Programa Bolsa Família deve ser consideravelmente aumentado, além do Programa ser garantido a todos aqueles que dele necessitam. Desse modo, estaríamos sim contribuindo contra a barbárie social denominada “fome”, evitando a violação de um direito fundamental à existência humana. Por fim, urge introduzirmos políticas de auxílio-moradia aos beneficiários desse Programa, a fim de diminuir a exposição aos riscos sociais, aos quais esses cidadãos são constantemente expostos.

Percebi que as transferências de renda, especialmente *Programa Bolsa Família* tem sido de fundamental importância para garantir a alimentação do dia-dia de muitos trabalhadores e trabalhadoras da região. Os beneficiários desse programa pedem um montante maior de recursos mensais para melhorar a qualidade do benefício.

No que concerne aos sindicatos, percebemos também uma ação cada vez mais consistentes no espaço internacional visualizando a existência de uma sociedade civil globalizada realizando ações coletivas de mobilização e de natureza econômica-financeiras. Sendo assim, mostrando os dados gerais e a metodologia usada na pesquisa para o desenvolvimento do texto buscando que os sindicatos do Baixo Paraguaçu são de fundamental importância para melhorias no quadro social das famílias carentes de origem rural, chegando-se a este ponto de inflexão em que 78% dos entrevistados passaram a ter

mais confiança nos sindicatos rurais, possibilidade teórica de mutação para um modelo de crescimento na agricultura e nas melhorias das famílias de baixa renda.

Referência bibliográfica:

BAIARDI, Amilcar: Neoprodutivismo, Neoassociativismo e Turismo Campestre: outras faces do novo rural. In: CADERNO CRH, Salvador, n. 28, p. 11-25, jan./jun. 1998

[HTTP://pt.wikipedia.org/wiki/chapada_Diamantina](http://pt.wikipedia.org/wiki/chapada_Diamantina)

EUZÉBY, Chantal. A Inclusão Social: Maior desafio para os sistemas de proteção social. In: SPOSATI, Aldaiza (Org.). Proteção Social de Cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2004, p 33-55.

FILHO, José Brandt Silva, Engenheiro Agrônomo Especialização em Agricultura Tropical e Analista Técnico Rural - Banco do Brasil.

LAVINAS, Lena. Programas de garantia de renda mínima: Perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 1998, texto para discussão n. 596.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

WENDEL Henrique: CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA REDE URBANA DO RECÔNCAVO DA BAHIA: UMA ANÁLISE SOBRE CACHOEIRA; Departamento e Mestrado em Geografia; instituto de Geociências - Universidade Federal da Bahia

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; SILVA, Marina da Cruz . O Programa Bolsa Família: lições da experiência alemã. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico (Online), v. 9, p. 55-60, 2009.

A INDEPENDÊNCIA DA BAHIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: UMA IDENTIDADE AINDA EM CONSTRUÇÃO

Danielle Machado Cavalcante¹

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do milênio.

Eric Hobsbawn, 1995.

Resumo

Este trabalho pretende traçar uma breve análise de como a temática da Independência da Bahia aparece nos livros didáticos utilizados nas escolas públicas de algumas cidades do Recôncavo baiano. Considerando a necessidade de acentuar e entender inúmeras questões, neste caso - a consolidação do processo da Independência da Bahia como participação efetiva na Independência do Brasil - em um pequeno espaço de tempo, o livro didático é considerado como um grande instrumento pedagógico para o entendimento e assimilação dos conteúdos. Diante disso, o trabalho visa entender as formas com que o tema em questão aparece no livro didático, analisando questões como: autores, conteúdos, editoras e bibliografias. Em suma, é também nosso objetivo entender como o livro didático é usado para formação do indivíduo e como consequência desse uso como se dá a construção da memória e identidade nesse processo, e por fim compreender qual seria a importância e o papel do professor diante dessa questão.

Palavras-chave: *Educação, História, livro didático.*

¹Graduanda do curso de História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Pesquisa orientada pelo Ms. Sergio Armando Diniz Guerra Filho. E-mail: danielle_mcavalcante@yahoo.com.br.

Introdução

Sabemos que o conceito de identidade vem sendo abordado atualmente de forma bem significativa, esse conceito perpassa por inúmeros caminhos, como raça, etnia, gênero, religião, regionalidade, nacionalidade, entre outros. No entanto, para esse trabalho iremos abordar de forma sintética os dois últimos conceitos. Inicialmente torna-se necessário conceituar e entender o que de fato, seria a identidade nacional. Diante dessa questão, Circe Bittencourt² em uma de suas obras intitulada “*Identidade e ensino da história do Brasil*” acentua que a identidade associa-se aos conceitos de etnocentrismo, juntamente com relações etnorraciais e pluralidade.

Bittencourt acentua ao longo da sua obra que a disciplina história foi fundamentada por volta do século XIX, com a finalidade da construção de uma identidade nacional, isso por que outrora não existia tal disciplina, e sim, as ciências sociais, agregando a geografia e a história, portanto, tornar-se-ia justificável a sua permanência e obrigatoriedade nos currículos do Brasil. Faz-se necessário observar que no período do regime monárquico o modelo de sistema educacional brasileiro caracterizava-se, sobretudo, pelo âmbito hegemônico da cultura dos países europeus, isso por que, embora tenha existido o rompimento político esse fato não excluiu antigas ligações que antes era identidários. Vale ressaltar que ao longo desse tempo os estudos históricos perpassavam, principalmente pelo campo das guerras contra os estrangeiros, tal questão possibilitava o nascimento do sentimento da pátria. Por outro viés, no regime republicano o ensino da história nas escolas caracterizava-se, principalmente, pelo ensino cívico patriótico que cada vez ia se acentuando no decorrer dessa fase até atingir contornos de nacionalismo de caráter fascista no final da década de 1930.

Além da identidade nacional, existe uma preocupação em identificar o sentido mais amplo dos pertencimentos do conjunto da sociedade, seja de classe, etnia, gênero, de religião e de região. Essa abordagem tem colocado novos problemas para o ensino de história ao que se refere à identificação de conteúdos significativos. Diante dessa perspectiva um dos principais problemas a serem enfrentados no que diz respeito a uma identidade nacional é a identidade regional, ou seja, regionalismo. É diante dessa problemática que o nosso trabalho perpassa e se estende o número de debates a cerca da história regional tem crescido significativamente. A pesquisa em história regional começou por volta da década de 70, onde

² Ver: BITTENCOURT, Circe. Identidades e ensino da história no Brasil. In: **Ensino da história e memória coletiva**. CARRETERO, Mario. (Orgs). Porto Alegre: Artmed, 2007. pp 33 -52.

suas principais questões permeavam pela retratação das diferenças e da multiplicidade e de um maior aprofundamento no conhecimento sobre a história nacional.

Segundo Bittencourt, o ensino da história regional, sempre fora apresentado como proposta educacional nos currículos concêntricos, onde, os alunos dentro de uma determinada lógica de desenvolvimento, deveriam ser introduzidos em espaços, a princípio menores tais como: escola, bairro e família e mais adiante um espaço com maior amplitude, cidade, município, região e nação. Diante dessa questão, observa-se que tal ensino seja ele, local ou regional permeia por questões de um maior aprofundamento dos estudos de uma história social, cultural e política.

Para finalizar essa questão, a autora acentua que é de importância fundamental a relação entre os pesquisadores e professores diante dessa questão, pois, tornam-se vitais para que o processo de redefinição da constituição de identidades sociais se torne fragmentadas em apenas estudos de caso, tornando-se maniqueístas e dogmáticas igualando-se, em muito dos casos a constituição de uma identidade nacional elitista e excludente. Diante disso os estudos históricos nas escolas estão associados ao desenvolvimento intelectual dos alunos de diferentes níveis de escolarização. Sendo assim, o ensino de história perante essa perspectiva torna-se não só um formador de identidades como um construtor de valores aliado aos demais componentes escolares, situando, assim o perfil atual da disciplina.

Perante essa abordagem o objetivo deste trabalho é analisar como a temática da Independência do Brasil na Bahia - fato importante para a história da Bahia e para seu povo - é apresentado nos livros didáticos ao longo do ensino fundamental, especialmente, na 7ª série, quando o assunto é introduzido em sala de aula com mais especificidade. Tentaremos abordar ainda, a importância dos livros didáticos tanto na formação educativa, quanto na construção de uma identidade regional.

O livro didático e suas implicações

Analisando o processo de utilização do livro didático nas escolas, por aspectos históricos, Sonia Regina Miranda e Tania Regina de Luca, relatam que as ações do governo brasileiro em relação ao livro didático, remontam-se, sobretudo, no período do Estado Novo (1937-1945), quando se instituiu, pela primeira vez, uma Comissão Nacional de Livros

Didáticos, cujas atribuições envolviam o estabelecimento de regras para a produção, aquisição e uso do livro didático.³

Naquele contexto, existiam inúmeras variedades de projetos políticos e culturais, no entanto, reservava-se à educação o lugar privilegiado no desenvolvimento da nacionalidade, tarefa assumida pelo Ministério da Educação e Saúde. Nesse sentido, a educação constituiu-se um veículo privilegiado para introdução de novos valores e modelagem de condutas, principalmente, no material instrucional, dentre os quais o livro didático surgia como peça ideológica fundamental que desempenhava importante papel estratégico na transmissão dos valores apregoados pela ditadura varguista⁴.

Por outro viés as autoras analisam a questão da educação, sobretudo, dos livros didáticos no período do regime militar iniciado com o golpe de 1964. A questão da aquisição e distribuição de livros didáticos recebeu tratamento exclusivo do poder público em contextos diferentes, no entanto, todos marcados, pela censura e ausência de liberdades democráticas. Neste contexto em especial, destaca-se o peso da intervenção de pressões e interesses econômicos sobre a história lecionada, na medida em que os governos militares instigaram, por meio de incentivos fiscais, investimentos no setor editorial e no parque gráfico nacional que exerceram papel importante no processo de massificação do uso do livro didático no Brasil⁵.

No entanto, segundo as autoras só se tornou eficaz a avaliação pedagógica dos livros didáticos em 1996, onde já não existia a presença de um Estado autoritário:

(...) estipulou-se que a aquisição de obras didáticas com verbas públicas para distribuição em território nacional estaria sujeita à inscrição e avaliação prévias, segundo regras estipuladas em edital próprio. De um PNLD a outro, os referidos critérios foram aprimorados por intermédio da incorporação sistemática de múltiplos olhares, leituras e críticas interpostas ao programa e aos parâmetros de avaliação. (MIRANDA, Sonia Regina. e LUCA, Tania Regina de. 2004)⁶

³ Ver: MIRANDA, Sonia Regina, LUCA, Tania Regina de. *O livro didático de história hoje: um panorama a partir da PNLD*. Revista Brasileira de História Online, 2004, vol.24, n.48, pp. 123-140. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S01021882004000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. 13 de ago de 2010.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

Ressaltando questões relativas ao estudo do livro didático, encontra-se Margarida Maria Dias de Oliveira⁷, que em seu trabalho intitulado “*Livros didáticos de História: Pesquisa, ensino e novas utilizações deste objeto cultural*”⁸, abordam que os estudos inerentes aos livros didáticos e suas implicações, culminou no final da década de 70, após a redemocratização do Brasil. Tais estudos, realizados pelas Universidades, revestiam-se de grande importância, pois, segundo as avaliações empreendidas pelo Ministério da Educação, em meados da década de 90 do século XX, garantiu que chegasse às escolas livros sem erros, distorções ou falhas na sua editoração. Ou pelo menos, era essa a intenção.

Segundo Oliveira, as primeiras pesquisas voltadas para essa temática utilizou-se de experiências ditas alternativas em sala de aula, tais como: fontes primárias, músicas, filmes, teatro, produções de textos, entre outras. Com o aprimoramento dessas pesquisas, concentradas, sobretudo, nos programas de pós-graduação em educação, iniciam-se um novo aspecto. Esses estudos, ultimamente, estão sendo voltados para questões intrínsecas à sala de aula, diante dessa temática o aspecto mais estudado é a importância político-ideológica dos livros didáticos.

Os trabalhos direcionados aos livros didáticos enfatizavam, especialmente, denúncias de uma ideologia dita dominante, ausência de determinados assuntos, ou tratamentos considerados errados diante de alguns temas e fatos. No entanto, Oliveira, acentua que é necessário que a temática do livro didático direcione um viés diferente, pois, a questão do livro didático não só se restringe a questões inerentes a pedagogia, e sim, a aspectos como: econômicos, políticos, sociais e culturais.

Partindo para outro viés, Oliveira, acentua a questão do livro didático, não somente como um material impresso destinado à utilização num processo de aprendizagem, mas, também, como parte da história cultural da civilização, onde relacionam-se não apenas, o professor e aluno, mas também autores, editores e trabalhadores. Considerando essa relação, para autora, o livro didático possui uma ótica diferenciada para cada sujeito.

A autora enfatiza a respeito de uma melhor exploração e utilização dos livros didáticos pelos professores e adverte que o mesmo se constitui como uma complementação do

⁷Margarida Maria Dias de Oliveira é professora de Pós-graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem da PUC-SP. Pesquisadora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita – CEALE/UFMG e do CNPq.

⁸ Ver OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *Livros didáticos de História: Pesquisa, ensino e novas utilizações deste objeto cultural*. In: *A questão do livro didático*.

aprendizado do indivíduo. Oliveira relata baseada em um documento redigido pelo Ministério da Educação que existe a necessidade de abastecer as escolas com outros materiais didáticos, além do livro didático, tais como: Atlas históricos, CD-ROM de acordo com as respectivas disciplinas, coletânea de documentos históricos, jogos, entre outros materiais, que se tornam essenciais para a contribuição do ensino. (OLIVEIRA, p.41)

Por fim, Oliveira nos direciona quanto à importância da escolha do livro didático, acentuando que o principal não está contido somente nos textos, é preciso observar os aspectos até então, concentrados na Guia do PNLD. A partir das observações presentes na Guia do PNLD é que se tornam possíveis a escolha de um livro relacionado tanto com um projeto político-pedagógico da escola, quanto à realidade sobre a qual a mesma convive, não deixando de ressaltar as concepções de sociedade, educação e história que o livro implanta.

Por sua vez, o autor Nicholas Davies⁹, em *Livro didático: apoio ao professor ou vilão do ensino de história?* Aborda que o livro didático não pode ser compreendido fora do âmbito escolar e social. O livro didático é um produto cultural, no entanto, torna-se adaptável de acordo com a escola e a sociedade onde está inserido. Sendo assim, o mesmo não pode fugir da lógica que incorpora a sociedade. Davies caracteriza a sociedade brasileira como capitalista, sob regimento das classes dominantes e como tal o livro didático tende a agregar-se, servindo de capital e ao mesmo tempo como fonte de vincular visões aos quais lhe interessa e neutralizar possíveis aversões¹⁰.

Sendo assim, o livro didático tem, tanto uma dimensão econômica quanto político-ideológica. A dimensão econômica responde por cerca da metade do mercado editorial brasileiro. O político-ideológico define-se por conteúdos que, em várias disciplinas, veiculam uma visão de mundo favorável às classes dominantes.

Segundo Davies, o livro didático de História tem exercido a função de conduzir a ideologia das classes dominantes. Muitos deles veiculam um conteúdo dito factual, fragmentado, em que inexistente a idéia de processo, estrutura e temporalidades que não sejam a curta, episódica. Neste sentido, podem ser vistos como um instrumento de degradação do ensino de História. No entanto, partindo do pressuposto que existam professores com

⁹Nicholas Davies, Doutor em Sociologia, professor associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

¹⁰ Ver: DAVIES, Nicholas. *Livro didático: apoio ao professor ou vilão do ensino de história?* Disponível: <http://www.uff.br/feuff/index.php?option=com_content&view=article&id=34:textos-produzidos-pelo-professor-nicholas-davies-&catid=14:mural-de-trabalhos&Itemid=45>

formação teórica e política consistente, poderá trabalhar as limitações que o livro didático por si só possui.

Diante desse contexto, o autor considera como um equívoco descartar o livro didático, por conta dessas questões. Por que, se analisarmos as condições em que as escolas públicas e os professores se encontram o livro didático não pode ser descartados com base em suposições de que os professores e escolas darão conta de construir conhecimentos teóricos, metodológicos e financeiros para construir algo melhor. O autor alega que se o professor não tiver uma formação adequada, condições salariais e exercício profissional apropriado, novos materiais ou linguagens podem até surgir, no entanto, poderá apresentar os mesmos problemas que o livro didático tradicional.

Davies aborda questões inerentes ao peso que o livro didático possui para a formação do indivíduo, no entanto, é preciso se levar em consideração que o livro didático faz parte de todo um processo de ensino, onde o mesmo é apenas um componente. É interessante ressaltar que o problema não se encontra, sobretudo, no livro didático, mas sim no sistema escolar que dificulta um bom trabalho da escola. Diante dessa problemática Davies acentua que:

(...) O conhecimento pronto, fragmentado, neutro, sem uma perspectiva de totalidade, temporalidades curtas, episódicas, narrativas lineares, a construção de heróis, a difusão da visão de mundo das classes dominantes, a negação ou depreciação das classes populares, o racismo, o machismo, o individualismo, o nacionalismo, a justificação da desigualdade social, não são particularidades do LD [livro didático]. Ao contrário, são elementos difundidos pelos vários meios de que dispõem as classes dominantes e configuram um ensino de História que, fora dos muros da escola, nela adentram poderosamente ¹¹.

Sendo assim, o autor nos faz compreender que as questões pertinentes aos problemas do livro didático, não serão resolvidos com construções de escolas chamadas idéias ou com livros impecáveis que solucionem todos os problemas. É necessário entender que tanto o professor, aluno e a escola agregam uma sociedade de classe, cujo principal pensamento é a “constituição do indivíduo passivo, obediente, dócil, que encare a realidade atual como o “fim da História”. Um indivíduo que não se veja como sujeito do conhecimento e da história, que seja espectador da história, que não perceba a história em sua totalidade e temporalidades múltiplas”.¹²

¹¹ Idem. p. 3

¹² Idem p.3

Por fim, Davies conclui que o livro didático deve ser analisado como um dos elementos do processo de aprendizagem e que a sua finalidade, seja ela, positiva ou negativa, não implica apenas no conteúdo que é transmitido, e sim no modo de como é transmitido. As condições de ensino, a formação adequada de professores, a boa remuneração, a interdisciplinaridade, todos estes elementos contribuem de forma eficaz tanto para um novo sentido na utilização do livro didático, como para uma nova forma de aprendizagem.

A representação da independência nos livros didáticos: um estudo de caso.

As comemorações da Independência na Bahia figuram-se como um dos acontecimentos mais importantes da história deste Estado. Desde 2007, todo dia 25 de Junho, a histórica cidade da Cachoeira, conhecida, também, como cidade heróica, recebe o simbólico título de capital da Bahia, por sua importante participação nos acontecimentos que resultaram na independência da mesma. Neste dia acontecem desfiles com a participação de filarmônicas, escolas públicas e privadas e de toda a sociedade civil, no intuito de festejar este fato. São celebrados vários heróis populares como a cabocla e o caboclo, Maria Quitéria, Joana Angélica, dentre outros. Já no outro lado do rio Paraguaçu, na vizinha cidade de São Félix, acontece as comemorações referentes ao 2 de Julho, data em que oficialmente celebra-se a libertação da Bahia do julgo português.

Diante desse âmbito sabemos que as cidades do Recôncavo da Bahia tiveram importante participação nos eventos que iriam culminar no 2 de julho de 1823, a Independência da Bahia. Assim, vilas como Cachoeira, Maragogipe, Francisco do Conde, Nazaré das Farinhas, Jaguaripe, Muritiba, Santo Amaro, Santo Amaro e São Felix, foram de fundamental importância para a expulsão das tropas portuguesas que ainda insistiam em continuar no Brasil. Contudo, essa importância das cidades do Recôncavo no processo de independência política brasileira não é retratada de forma abrangente nos livros didáticos, ao contrário apresenta-se uma visão que privilegia os acontecimentos ocorridos, sobretudo, na região Sudeste.

Diante dessa perspectiva em entrevista à jornalista Mariluce Moura (Pesquisa Fapesp, janeiro de 2006) Luiz Henrique Dias Tavares advertia que:

“A Bahia saiu muito pobre da guerra, porque durante longo período ficou sem possibilidades de continuar o seu comércio, enquanto gastava recursos para formar tropas e apoiar o exército que chegaria, finalmente, do Rio de Janeiro. (...) Em 2 de julho de 1823, a única coisa que a Bahia tem é justamente o 2 de julho de 1823. Naquele quadro, que na época não se pode chamar de nacional brasileiro, pois o Brasil verdadeiramente não existe ainda, o Brasil é uma demorada e castigada construção dos brasileiros, a Bahia está sem nada. E é daí que os baianos orgulhosamente construíram o 2 de julho de 1823 como uma data da independência, que era da Bahia, mas que era também, e muito, do Brasil”¹³,

Em concordância, outro autor salienta a respeito dessa questão, desta vez o historiador Braz do Amaral acentua:

“Estas qualidades heróicas, no tempo da nossa emancipação política, só o povo da Bahia teve ocasião de as mostrar e as revelou, como uma superioridade, um denôdo, uma bravura (...), de modo que podemos dizer hoje (...) que para ter este país a sua liberdade, ninguém sacrificou nem lutou como os baianos.”¹⁴

Amaral e Tavares nos remetem por meio destas palavras o “peso”, a coragem e a importância que o povo baiano teve diante da independência do Brasil na Bahia. Diante dessa perspectiva os autores destacam com veemência a participação sofrida pela Bahia diante dos outros Estados e complementando a isso Amaral justifica o porquê do “atraso” baiano perante o desenvolvimento do centro-sul do Brasil. De acordo com isso o mesmo salienta que:

“A Bahia se sacrificou pelo Brasil, arruinando sua lavoura para manter a luta, como ainda devia acontecer quarenta anos depois, quando forneceu o maior contingente de homens para a guerra do Paraguai, desprendendo nestas duas ocasiões um capital de inestimável valor, por um altruísmo e o sentimento de generosidade patriótica que o Brasil não compreendeu e não reconheceu”.¹⁵

Complementando tais discussões que permeiam a participação do povo baiano diante da Independência do Brasil, o historiador Sérgio Armando Diniz Guerra Filho¹⁶, em entrevista concedida a UFRB/PROPAAE¹⁷, elenca que:

¹³ Dias Tavares. Entrevista. Disponível: <<http://www.jornalfeirahoje.com.br/materia.asp?id=19768>>. 2006.

¹⁴ AMARAL, Braz do. **História da Independência da Bahia**. p. 61.

¹⁵ Idem. p. 285.

¹⁶ GUERA FILHO, Sérgio Armando Diniz em entrevista concedida a UFRB / PROPAAE. Disponível: < <http://www.ufrb.edu.br/propaae/index.php/arquivo-de-noticias/164-entrevista-prof-ms-sergio-guerra-falando-sobre-o-2-de-julho-e-a-formacao-da-identidade-baiana>>. Jul de 2010.

¹⁷ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/Pró - Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis.

Não se faz uma guerra da proporção desta sem uma maciça participação popular. Trabalhadores e trabalhadores pobres livres libertos e libertas, escravos e escravas, índios e índias, e outros setores populares sustentaram a guerra. Trabalharam no front, mas também na retaguarda, fizeram doações de víveres e outros gêneros. Mas isso não quer dizer que esquecessem as tensões de classe que a Bahia possuía. Rebelaram-se contra as autoridades civis e militares, manifestando seu anseio político por um Brasil e uma Bahia com mais igualdade, liberdade e justiça social. Hoje, como por todo o tempo desde o século XIX, a população volta às ruas nos desfiles de 2 de Julho, para protestar, para manifestar-se, mas também para reverenciar os dois símbolos da festa: a Cabocla e o Caboclo.

Por sua vez Amaral ainda ratificar a importância da Bahia no processo de Independência do Brasil, o autor elenca que:

“Não foi ela [a independência] conseguida aqui por meio de abraços, como disseram o ano passado no Sul (...) comparando o que se passou na Bahia ao que se deu no Sul, não é possível deixar de notar, com altivez, que entre nós a independência foi ganha com muito trabalho e não feita pelo governo, conquistada nobremente, nas batalhas das à luz do sol, sobre as terras e as águas.¹⁸

Partindo do pressuposto das discussões teóricas acima discutidas que entrelaçam questões didáticas e históricas surge um questionamento. Diante da grande dimensão da Independência do Brasil na Bahia, das suas perdas e conquistas, o aluno em si, principalmente do Recôncavo, tem dimensão desse processo que ocorreu a Bahia? Partindo para o âmbito educacional, os livros didáticos têm contribuído para que essa visão seja realçada frente aos alunos?

Ao analisar os livros didáticos selecionados, podemos perceber o grande silenciamento e resistência que existe em torno dessa questão, a falta de um maior entendimento, o descuido ao favorecimento. Os livros que serão utilizados neste trabalho são referentes à 7ª série do Ensino Fundamental: *Saber e fazer História* do autor Gilberto Cotrim, *Nova História Crítica* de Mário Schmidt e *História e vida integrada* de Nelson Piletti e Claudino Piletti, respectivamente utilizados nas cidades de Muritiba, São Felix e Cachoeira.

O primeiro livro, *Saber e fazer História* do autor Gilberto Cotrim, é pertencente a Editora Saraiva, uma das maiores editoras do Brasil, tanto de livros didáticos quanto paradidáticos. Sobre o autor é importante destacar que trata-se de um historiador, com

¹⁸ AMARAL. pp. 463-4

mestrado em educação, que leciona história em escolas, e que tem publicado pela própria Saraiva vários livros didáticos.

Sobre independência do Brasil, assunto que os interessa aqui, ele é abordado no capítulo 9, intitulado “*Independência política do Brasil*”. Nele o autor aborda a Independência do Brasil como processo que se inicia no final do século XVIII com a crise do sistema colonial português. Nesse contexto, Cotrim, identifica e caracteriza três grupos sociais: os colonizadores, os colonizados e os colonos.

Com o passar do tempo o autor explica que a tensão entre os colonizadores e colonos, ganha proporções consideravelmente altas, causando com isso, vários conflitos e guerras como a Revolta de Beckman (1684), Guerra dos mascates (1710) Revolta de Vila Rica (1720) e no final do século XVIII a Conjuração Mineira (1789) e Conjuração Baiana (1798).

Cotrim explica mais detalhadamente estes dois últimos movimentos e logo em seguida aborda a vinda da família real para o Brasil e suas implicações políticas, econômicas, sociais e culturais, a exemplo da abertura dos portos em 1808, que configura o fim do monopólio comercial com a metrópole; e a elevação do Brasil a Reino Unido em 1815, o que significava na prática, autonomia administrativa do mesmo.

Outro aspecto é acentuado pelo autor, é a abordagem da Revolução Pernambucana, movimento que entre outras propostas desejava proclamar uma República inspirada pelos ideais da revolução Francesa: Igualdade, Liberdade Fraternidade.

Nesse contexto, Cotrim, destaca a importância da Revolução Liberal do Porto (1820), para o processo de independência, pois as cortes portuguesas desejavam limitar o poder de D. João VI e fazer com que o Brasil voltasse a ser colônia de Portugal, culminando, assim, no dia 26 de abril de 1821 quando D. João VI retorna a Portugal, mas deixa seu filho D. Pedro como príncipe regente do Brasil. Com o apoio dos grandes proprietários de terra e comerciantes, D. Pedro decide contraria o desejo das cortes e permanece no Brasil e no dia 7 de Setembro de 1822 é proclamada oficialmente a Independência do Brasil, e em 1º de dezembro do mesmo ano, D. Pedro é coroado como imperador do Brasil.

Já o segundo livro analisado, *Nova História Crítica*, foi publicado pela Editora Nova Geração, e utilizado por mais de 20 milhões de alunos das redes pública e privada por todo o Brasil. Este livro produzido por Mario Schmidt teve grande repercussão, principalmente, depois da reportagem do jornal Carioca o *Globo*, onde foi acusado de veicular propaganda ideológica de esquerda, além de conter imprecisões históricas.

A temática da independência do Brasil neste livro é abordada no capítulo 8 “*A independência do Brasil*”. Num primeiro momento o autor nos faz entender qual é o significado da Independência, em seguida ele explica sobre o processo de colonização que o Brasil sofreu e da submissão ao monopólio comercial, onde a colônia só poderia comercializar com a metrópole.

Segundo o autor, a Independência do Brasil foi proclamada oficialmente em 7 de setembro de 1822. No entanto o país não ficou independente de um dia para o outro, mas por causa de tudo o que vinha acontecendo na estrutura da sociedade. Esses acontecimentos foram se somando ao longo do tempo até que aconteceu a ruptura definitiva. Vale ressaltar que a Independência do Brasil não se deu exclusivamente por causa da ação de D. Pedro, ao longo do processo, percebe-se a importância dos interesses dos grandes proprietários, da burguesia inglesa, das camadas médias nas cidades.

Por último, destacamos o livro produzido por Nelson e Claudino Pilleti, dois professores de história que atuam na cidade de São Paulo. Contudo é importante salientar que ambos não têm formação em história, mas são especializados em educação. Os confeccionados pela Editora Ática, uma das líderes na distribuição de livros escolares. Segundo o relatório da mesma, a coleção a qual pertence o livro, configura-se como a coleção mais adotada no Brasil, tendo sido aprovada com louvor pelo MEC. Ainda de acordo com a editora, a presente coleção, articula de forma coerente passado e presente e realidade do aluno possibilitando discussões que certamente irão somar, no processo de ensino-aprendizagem. O volume trabalhado neste artigo é concernente como já dissemos a 7ª série do ensino fundamental e aborda principalmente questões inerentes aos séculos XVIII e XIX.

Neste livro a independência é abordada no capítulo “O Brasil conquista sua soberania” onde os autores ressaltam o ingresso da Família Real no Brasil como marco inicial do processo de independência. Com a instalação da Família Real, o autor elenca as várias transformações ocorridas, que vão desde o plano econômico, cultural e político.

Os fatos relatados neste livro, portanto, pouco diferencia-se dos demais, a não ser por um aspecto bem interessante. No capítulo 14, ao qual o autor aborda o Primeiro Reinado (1822-1831), eles destacam a participação das províncias brasileiras no processo de consolidação da Independência, dando um maior destaque a Bahia. Segundo os autores, esta província configurou-se como um dos principais focos de resistência dos portugueses. Por isso, eles destacam o 2 de Julho de 1823, data em que as tropas leais a D. Pedro venceram os portugueses, como data fundamental em todo esse processo. Sobretudo, os autores acentuam a

importância de Maria Quitéria, como uma das principais personagens nas lutas ocorridas na Bahia.

Considerações finais

Diante da breve exposição dos assuntos abordados nos livros didáticos podemos chegar a algumas considerações. De maneira geral os livros tratam da Independência do Brasil como um processo que se desemboca no 7 de Setembro. Este é um primeiro fator positivo que percebemos, pois, os autores fogem de uma visão historiográfica pautada nos grandes heróis abordando que a Independência foi realizada por grupos sociais. Contudo, os livros analisados permanecem com a visão bastante limitada desse fato, ou seja, segundo os autores a Independência foi, de fato, planejada, executada e consolidada pelas elites do Sudeste, sobretudo, do Rio de Janeiro e São Paulo.

O problema desta interpretação, a nosso ver, é negligenciar a importância de outras regiões do Brasil, como por exemplo, a Bahia. Em todos os livros, as datas elencadas como importantes são as já conhecidas, tais como: O dia do fico, 7 de Setembro, dentre outras. Entretanto, outras datas tão importantes quanto às destacadas são silenciadas ao longo dos livros didáticos, entre elas o 25 de junho (considerada como marco inicial da Independência da Bahia) e o 2 de julho (consolidação da Independência da Bahia). Vale ressaltar que, embora, todos os autores dos livros selecionados tenham acentuado em suas referências bibliográficas, estudiosos que se debruçaram a pesquisar o processo de Independência em outras regiões, isso não se reflete na escrita dos livros de forma clara, e sim de forma bem sucinta.

Sabemos que o professor é a figura chave diante do processo de ensino e aprendizagem. Diante desse contexto, surge o papel do mesmo como mediador entre o aluno e o livro didático e transformador de ideologias. Pois, a partir do momento em que o livro didático, negligencia ou até mesmo distorce fatos, o professor em sala de aula, tem como função primordial elencar e reestruturar os fatos frente aos alunos, para que assim, a deficiência que existe nos livros didáticos não venha se promulgar nos alunos também. Sendo assim, o professor não deve prender-se apenas ao livro didático, pois, um professor com capacidade crítica para se desenvolver diante dessa problemática torna-se diferente dos demais seguidores das orientações oriundas dos materiais didáticos, neste caso o livro

didático. Pois, como fora acima citado o mesmo compreende-se apenas como um complemento da formação educacional do indivíduo.

No entanto, embora inovadores e inúmeros recursos tecnológicos estejam disponíveis, ainda assim, o livro didático se constitui o principal recurso de direcionamento entre o professor e o aluno. Diante dessa perspectiva, vale frisar que o livro didático vem sofrendo inúmeros tipos de críticas, entretanto, é importante advertir que não basta apenas e somente levantar questões que critiquem o mesmo, e sim, elencar alternativas para que o livro didático torne-se a pequeno, médio ou em longo prazo um recurso difusor de conhecimento que abranja com veemência questões que perpassa pelo âmbito de gênero, etnia, das classes sociais, do multiculturalismo, do regionalismo e por fim, nacionalismo.

Embora, todas as editoras utilizem discursos de que se preocupam unicamente em estabelecer o diálogo entre o passado, presente e realidade do aluno, infelizmente, as mesmas, não se dão conta de que cada escola, cada comunidade vive uma realidade diferente, e partindo do pressuposto dos alunos, sobretudo do Recôncavo da Bahia, como entender essa realidade, já que os conteúdos contidos nos livros didáticos, não condizem com a realidade do aluno? Como lidar com essa situação? Já que grande parte da história do Recôncavo da Bahia não está contida nos livros didáticos, não só e somente da Bahia, mas, de outras regiões em que se dispusera em lutar contra os portugueses para ter um país totalmente independente.

Vale observar que a proposta do artigo não está em desmerecer ou silenciar o grande evento da Independência do Brasil, com suas lutas, perdas e conquistas, nem colocar a Independência da Bahia como um grande ápice, a parte da Independência do Brasil e das demais regiões que participaram desse processo. A principal intenção consiste em tentar entender o porquê do negligenciamento e da resistência em abordar essa questão diante de um fato tão importante - não só para a Bahia como para o Brasil - sabendo-se que ambas estão diretamente ligadas. E por conta disso entender como fica o posicionamento do professor diante dessa defasagem perante o aluno e como o mesmo pode construir senso crítico e como se identificar – professor e aluno– perante a essa questão.

Bibliografia

AMARAL, Braz do. **História da Independência da Bahia**. Salvador: Progresso. 1957.

BITTERN COURT, Circe. *Identidades e ensino da história no Brasil*. In: *Ensino da história e memória coletiva*. (Orgs) CARRETERO, Mario *et al* Porto Alegre: Artmed, 2007.

_____. In: *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2008.

DAVIES, Nicholas. *Livro Didático: Apoio ao professor ou vilão do ensino de História?*

Disponível:

<http://www.uff.br/feuff/index.php?option=com_content&view=article&id=34:textos-produzidos-pelo-professor-nicholas-davies-&catid=14:mural-de-trabalhos&Itemid=45>

Último acesso em 13 de ago de 2010.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **O povo e a Guerra: A participação popular nas lutas pela Independência da Bahia.** (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2004.

_____. Entrevista concedida a UFRB / PROPRAAE. Disponível: <<http://www.ufrb.edu.br/propaae/index.php/arquivo-de-noticias/164-entrevista-prof-ms-sergio-guerra-falando-sobre-o-2-de-julho-e-a-formacao-da-identidade-baiana>>. Jul de 2010.

MIRANDA, Sonia Regina, LUCA, Tania Regina de. *O livro didático de história hoje: um panorama a partir da PNL D.* Revista Brasileira de História Online, 2004, vol.24, n.48, pp. 123-140. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-01882004000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. 13 de ago de 2010.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *Livros didáticos de História: Pesquisa, ensino e novas utilizações deste objeto cultural.* In: A questão do livro didático.

PAVÃO, Antônio Carlos. Série: *“O livro didático em questão”*. Disponível: <www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/161240LivroDidatico.pdf>.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora, CAINELLI, Marlene. *Ensinar História.* São Paulo: Spicione, 2004.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia.** Salvador: EDUFBA, 2005.

_____. Entrevista concedida. Disponível: <<http://www.jornalfeirahoje.com.br/materia.asp?id=19768>>. 2006.

Fontes:

Sites eletrônicos:

www.editorasaraiva.com.br/ acessado em 29 de junho de 2010.

www.abrelivros.org.br/ acessado em 29 de junho de 2010.

www.atica.com.br/ acessado em 29 de junho de 2010.

Livros Didáticos:

COTRIM, Gilberto. *Saber e fazer história.* São Paulo: Saraiva 2002.

PILETTI, Nelson, PILETTI, Claudino. *História e vida integrada.* São Paulo: Ática, 2005

SCHMIDT, Mario Furley. *Nova História Crítica.* São Paulo: Nova Geração, 1999.

BALIZAS TRANSGRIDEM A HETERONORMATIVIDADE EM ESPAÇOS PÚBLICOS – UMA ANÁLISE DO 25 DE JUNHO EM CACHOEIRA

Caio Barbosa Conceição¹

Este artigo traz uma análise acerca do comportamento das balizas acrobáticas e mores que desfilam com as bandas marciais e fanfarras em Cachoeira na tradicional data do 25 de Junho. O trabalho nasce da observação da performance daqueles indivíduos em momento do desfile cívico bem como da leitura de uma reportagem publicada no site do Grupo Gay da Bahia (GGB), em julho de 2009. A reportagem versa a respeito do posicionamento da Associação de Fanfarras e Bandas da Bahia (AFAB) quanto à participação de balizas homossexuais em bandas e fanfarras. Nesse sentido, aqui neste trabalho, realiza-se uma breve reflexão sobre a função artística exercida pelas balizas, a partir da Etnocologia, e sobre a possível existência de reações preconceituosas contra as balizas não-heterossexuais, à luz da Teoria *Queer*.

Balizas - Etnocologia - Teoria Queer

Ponto de Partida

Numa primeira parte do trabalho, julgou-se necessário realizar um mapeamento do universo de bandas e fanfarras, para se criar as bases necessárias ao entendimento da função exercida pelas balizas acrobáticas e mores no contexto dos desfiles cívicos e competições. Num segundo momento, realiza-se uma breve análise a respeito do comportamento contemporâneo das balizas e da reação incitada no público por parte daqueles indivíduos.

Vale ressaltar que essa temática também serviu de base à confecção de um Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da UFRB, apresentado no semestre letivo 2010.1. Na ocasião, o autor do presente artigo e a graduanda Tamires Peixoto foram orientados pela Prof. Ms. Leila Nogueira na produção de uma série de grandes reportagens televisivas a respeito do tema das balizas.

¹ Estudante do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, no Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Orientação do Prof. Ms. Danilo Silva Barata. cainhobc@globo.com

Bandas Marcias e Fanfarras em Datas Cívicas Brasileiras

A formação de bandas e fanfarras na sociedade brasileira remete ao ensinamento jesuítico dos indígenas quando da colonização portuguesa. Na época, por conta do trabalho dos jesuítas, os índios tinham contato com as noções musicais europeias. Ali, os costumes próprios da cultura indígena não eram levados em conta.

O ensino musical se estendeu ao período escravocrata dos negros. “As bandas organizadas pelos senhores de engenho, conhecidas como bandas de fazenda eram compostas por músicos-escravos que tocavam em troca de sustento”. (CAMPOS, 2008: 105). Para além disso, os senhores de engenho viam as bandas também como fontes de renda. Os grandes engenhos de fumo e açúcar costumeiramente possuíam bandas que executavam peças domingueiras em troca de pagamento. A sociedade se interessava em assistir, uma vez que aquele, até então, poderia ser o único contato com a música.

Dessa informação, pode-se inferir que na região do Recôncavo Baiano, marcada historicamente pela concentração de engenhos, pode datar da referida época da escravidão negra a formação das primeiras bandas que culminariam nas fanfarras que hoje saem em desfile em datas cívicas na região.

Já em 1610, Pyrard de Laval, viajante francês, visitou a Bahia e, segundo Taunay (1921), registrou: “um rico dono de engenho possuía uma banda de música de 30 figuras, todos negros escravos, cujo regente era um francês provençal” (citado em “ Na Bahia Colonial 1610-1764” de Affonso de Taunay, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 90 – vol 144, 1921, p. 256). (PEDROSA, 2007: 90).

O estado da Bahia é comumente lembrado como palco de festejos civis nos quais se notavam a presença de bandas musicais.

Possivelmente, a primeira festa desse gênero (festa cívica) realizada no Brasil – anterior à chegada da corte – ocorreu na Bahia, em 1729, em comemoração ao duplo casamento dos infantes portugueses e espanhóis – D. José e D. Mariana Vitória, D. Fernando e D. Maria Bárbara. (PEDROSA, 2007: 91).

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808 intensificou a ocorrência de desfiles cívicos de bandas e fanfarras no país.

No momento em que o Príncipe Regente D. João desembarcou na Cidade do Salvador e, alguns dias mais tarde, no Rio de Janeiro, ao som da banda da Brigada Real que trazia consigo, chegava ao Brasil não somente uma banda militar famosa em toda a Europa, como também e mais importante ainda – uma tradição musical fecunda e mais do que trissecular. Iniciava-se, naquele momento, o que viria a ser o movimento musical mais importante e tradicional do Brasil e que dominaria e influenciaria durante um século e meio toda a música instrumental brasileira. A partir daquele instante, a banda da Brigada Real exerceu tão grande influência que, meio século depois da chegada da Corte, raramente era a cidade ou vila que não possuía pelo menos uma filarmônica. (SCHWEBEL *apud* PEDROSA, 2007: 87).

No entanto, até então as pequenas formações contavam com poucos instrumentos. A partir da proclamação da Independência é que a administração pública passa a investir de forma mais intensa na formação de bandas musicais, principalmente no setor militar.

De acordo com o dossiê *História da Música Brasileira* disponível na página virtual da UNIC (União Cruzeirense para Apoio Social e Desenvolvimento da Cultura)², 1889 marca o ano de

(...) apogeu das bandas e fanfarras da República Velha, como a Banda do Corpo Policial da Província do Rio de Janeiro, a Banda do Corpo de Marinheiros, a Banda da Guarda Nacional, a Banda do Batalhão Municipal, a popular e sempre simpática Banda do Corpo de Bombeiros (dirigida por Anacleto de Medeiros [1866-1907]) e a Banda do Batalhão Municipal. (UNIC).

Contudo, o início do Período Republicano finda a obrigatoriedade da formação de bandas e fanfarras nos movimentos militares. A prática seria então retomada na Era Vargas (1930-1945), marcada pelo ensino musical na escola.

Do período colonial ao momento da República, os motivos para a saída de bandas e fanfarras nas ruas das cidades brasileiras se perpetuaram e se multiplicaram. Na monografia *Bandas e Fanfarras: Balizas, Bailarinas ou Ginastas?*, Gleciana Marcela Veronesi aponta um concurso promovido pela Rádio Record em São Paulo em 1956 como impulsionador na constituição de futuras competições a nível municipal, regional e nacional de bandas e fanfarras de colégios que saíam em desfile nas ruas em datas cívicas, como o Sete de Setembro.

² Disponível em: < <http://www.unicruzeiro.org.br/1294/146701.html> >.

Nos desfiles cívicos, estão presentes bandas marciais e fanfarras. O regente João Severino, da Fanfarra do Colégio Estadual Romulo Galvão em São Félix, cidade vizinha de Cachoeira no Recôncavo Baiano, explica que a diferença entre as duas categorias está na sonoridade. O som da Banda Marcial se assemelha ao das marchas militares. Já as fanfarras utilizam cornetas, que permitem a adaptação de músicas populares.

A Banda Marcial do Colégio Estadual da Cachoeira é a mais antiga da cidade. Ela surgiu em 1938, com o objetivo de fazer parte do 25 de junho. A banda, além de conservar a tradição do desfile cívico na cidade, mantém viva a postura marcial.

O regente Rogério Almeida conta uma curiosidade da BANCEC. Ela é mais antiga que o próprio colégio. De acordo com Rogério, o Ginásio Estadual da Cachoeira só seria fundado em 1954. Até então, funcionava em Cachoeira apenas o Colégio Industrial. Nessa mesma época é que surgiu a banda marcial. Quando o Colégio Estadual foi fundado, a banda foi transferida.

Rogério já ocupa a posição de regente há 29 anos, sendo o quinto maestro da Banda Marcial. Ele acredita que a linha de frente tem a função de complementar o Corpo Musical e considera a baliza importante para o todo do grupo, já que ela leva graciosidade aos desfiles.

Vinte e cinco de Junho, a data magna de Cachoeira

Em Cachoeira, o dia 25 de junho é marcado pelas comemorações do ato heróico de participação de tropas cachoeiranas nas lutas na Bahia pela independência do Brasil, concretizada em 7 de setembro de 1822.

25 de junho de 1822. Reunidos na Câmara Municipal de Cachoeira, Antônio de Cerqueira Lima, José Garcia Pacheco de Aragão, Antônio de Castro Lima, Joaquim Pedreira do Couto Ferraz, Rodrigo Antônio Falcão Brandão, José Fiúza de Almeida e Francisco Gê Acaiaba de Montezuma anunciam o resultado da consulta feita ao povo, se concordava que se proclamasse dom Pedro de Alcântara regente constitucional e defensor perpétuo do Brasil. Mesmo sob ameaça de uma escuna militar portuguesa, fundeada no Rio Paraguaçu, a resposta foi “Sim!”.

Na comemoração, o povo foi alvo de tiros vindos da casa de um português e da escuna. Os cachoeiranos proclamam uma Junta Conciliatória e de Defesa para governo da cidade. O

primeiro combate foi pela tomada da embarcação, que, cercada, resistiu até a captura e prisão dos sobreviventes (28 de junho).

As vilas do Recôncavo e algumas localidades do Sertão vão aos poucos aderindo. Posições estratégicas são tomadas nas ilhas, em Pirajá e Cabrito. Itaparica, que já aderira, é bombardeada. Em Cachoeira, é organizado um novo governo para comandar a resistência, a 22 de setembro de 1822, sob a presidência de Miguel Calmon du Pin e Almeida. (AGECOM, Governo do Estado da Bahia, 2009)³.

O historiador cachoeirano Cláudio Nascimento conta que Cachoeira foi escolhida para concentrar o então governo provisório em função poderio político-comercial da região. Produtora de cana-de-açúcar e tabaco, dona de dezenas de engenhos de moagem, comercializava e exportava vários produtos, tornando-se o mais importante entreposto comercial da Província. Além disso, em função do rio Paraguaçu, Cachoeira era tida como uma área de fácil acesso a Salvador.

Em 2008, através da Lei 10.695/07, aprovada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo governador Jaques Wagner, foi decidido que, simbolicamente, Cachoeira seria a capital do estado por um dia. Desde então, no dia 25 de junho, o governador e seu secretariado participam das comemorações pela independência da Bahia, além de assinar atos e despachos da administração estadual, na cidade.

As comemorações são marcadas por um ato solene na Câmara de Vereadores e por desfile cívico de bandas e fanfarras escolares, filarmônicas e grupos folclóricos locais.

Estrutura das fanfarras, elementos e funções

As fanfarras são geralmente compostas pelo Corpo Musical e a Linha de Frente, onde estão localizados as balizas acrobáticas, os balizadores, os mores e o corpo coreográfico. A música tocada pelo Corpo Musical dita o ritmo da Linha de Frente, principalmente da baliza, que segue o compasso da música através da coreografia.

Na sua origem, em função da necessária portabilidade, os instrumentos incorporados às fanfarras eram relativamente pequenos, leves e de simples manejo. Por serem executados em espaços abertos, esses instrumentos requeriam grande potência sonora que possibilitasse

³ Disponível em: < <http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2009/06/19/cachoeira-volta-a-ser-sede-do-governo-estadual-em-25-de-junho>>.

um longo alcance, sobretudo, no caso de sinais [Comunicação tradicionalmente utilizada pelas tropas militares em momentos de confrontos]. (PEDROSA, 2007: 134).

Atualmente, as fanfarras utilizam diversos instrumentos para compor seu repertório. Entre eles estão: instrumentos de sopro, percussão, xilofone e bombos sinfônicos. Essa variedade instrumental aumenta a qualidade sonora da banda. A corneta e o tambor ganham destaque por possuírem firmeza no som, aumentando ou diminuindo o ritmo da música.

O Corpo Musical é composto, em sua maioria, por homens. Esta característica, em geral, se justifica pelo peso dos instrumentos e a provável força muscular masculina. Contudo, não apenas nesse segmento, as funções dos membros das fanfarras têm passado por transformações e a categoria de gênero à qual pertence o indivíduo termina por ficar em segundo plano na decisão de atributos. Numa análise da Fanfarra Gabriel Prestes (FAGAP), situada na região do Vale do Paraíba Paulista, Stella Pedrosa (2007) reconhece a presença cada vez maior de mulheres entre os membros do Corpo Musical.

O número de instrumentistas varia de acordo com a fanfarra, mas a média fica entre quinze e vinte membros. O traje acompanha as cores do restante do grupo, normalmente são roupas mais formais, optando-se sempre por calças e blusas de mangas longas.

A aquisição de instrumentos variados propiciou para a banda maior liberdade nas escolhas musicais, variando entre o estilo erudito e o popular. Além do avanço sonoro, o Corpo Musical desempenha atualmente uma função coreográfica dentro da fanfarra. Músicos tocam e desfilam sincronizados com a música e a Linha de Frente. Como aponta Gleiciane Veronesi (2006),

(...) essas técnicas, com os instrumentos percussivos, da atualidade, já são trabalhadas há muitos anos nos Estados Unidos, nas quais, os instrumentos de sopro (Brass Corp), os instrumentos de percussão (Drum Corp) e a “Linha de Frente” (Color Guard) trabalham juntos, em uma única Evolução Coreográfica. (VERONESI, 2006, p. 24).

As Linhas de Frente são dispostas à frente do Corpo Musical e servem para apresentar e identificar a fanfarra. Aí repousa a importância dessa categoria no conjunto do grupo.

Assemelham-se a algumas características das tropas de guerra (tropas militares), guardas reais, e atualmente, à Comissão de Frente das Escolas de Samba de Carnaval, pois trazem consigo, além da Indumentária, os Adereços manuais como: brasões, escudos, flâmulas, bandeiras, bandeirolas, espadas, estandartes. (VERONESI, 2006: 31).

Os componentes da Linha de Frente têm mais liberdade para ousar no figurino que os membros do Corpo Musical, isso porque esses últimos é que de fato possuem uma influência marcadamente militar. Assim, adereços nos pés, cabeças e mãos são usados de maneira recorrente pelos componentes da Linha de Frente. Por estarem representando a fanfarra, eles se preocupam com padrões de postura e elegância.

Gleiciane Veronesi (2006) chama a atenção para o fato de a Linha de Frente ter surgido após o Corpo Musical. “Nas Bandas e Fanfarras, anteriores à década de 1950, até, especificamente, o ano de 1959, não havia a Figura da “Linha de Frente”. Já em 1959, em uma das edições do “Concurso Nacional da Rádio Record”, essa Figura se estabelece, timidamente”. (VERONESI, 2006, p. 29).

Nas primeiras configurações, os membros das Linhas de Frente se apresentavam de maneira bastante discreta, realizando apenas os movimentos de marcha. Numa análise das bandas do interior de São Paulo, Veronesi (2006) aponta que, com o passar dos anos, trabalhos cênicos passaram a compor as apresentações. Essa marca da teatralidade se instituiu basicamente em momento da abertura política pós-ditadura. Até ali, obedecendo à rigidez da censura que permeava as iniciativas culturais e também aos ditames da educação escolar basicamente militar, as Linhas de Frente das fanfarras eram mais neutras.

Hoje, com uma forte tendência de profissionalismo dos membros, algumas Linhas de Frente ainda conservam posturas tradicionais. Contudo, é comum notar inovações a níveis regionais. O número de membros da Linha de Frente é geralmente inferior ao do Corpo Musical. E, normalmente, ela é composta por homens e mulheres.

Balizas, destaque nas Linhas de Frente

Entre os membros da Linha de Frente, destacam-se a figura da Baliza Acrobática ou Balizador, no caso masculino, e ainda do Mor. Eles costumam vir especificamente à frente do Corpo Musical.

As funções desses indivíduos se entrelaçam e, em alguns casos, é possível que se confundam os papéis por eles exercidos. Stella Pedrosa (2007) pontua que, em alguns

locais, a figura do Mor é chamada de Baliza. A observação de desfiles cívicos fez perceber que algumas fanfarras apresentam a figura do Mor e da Baliza Acrobática bem definidas. Outras trazem apenas um dos elementos e algumas, em menor número, trazem nenhum. Stella Pedrosa (2007) acredita que sobre o Mor ou Baliza pode-se pensar:

É o dirigente das fanfarras, precede a banda nos desfiles e apresentações, portando a maça, ou entre nós, baliza. Com ela, bastão que é de madeira nobre com remates e finas aplicações de ouro ou prata, realiza movimentos ornamentais espetaculares e que, originariamente, significavam ordens aos executantes das peças musicais executadas. (MEIRA e SCHIRMER *apud* PEDROSA, 2007: 142).

Sobre o verbete “baliza”, o *Novo Dicionário Aurélio* (1975) pontua:

Soldado que vai à frente da tropa, agitando uma arma ou vara, com a qual indica os movimentos que devem ser efetuados em conjunto. Indivíduo que, a frente dos blocos carnavalescos, desfiles esportivos, etc., faz evoluções acrobáticas e/ou maneja um bastão, ao qual imprime movimentos rítmicos.

No princípio, os homens, Balizadores, faziam em suas apresentações apenas gestos semelhantes ao do soldado militar, lançando com giros o bastão. Atualmente, em algumas localidades, assim como as Balizas femininas, eles executam coreografias inspiradas na dança, ginástica rítmica e artística.

Assim, a nomenclatura Balizador, a Baliza Masculina, não é tão usual em determinadas regiões. No caso de Cachoeira, por exemplo, fala-se em Baliza sendo o indivíduo do gênero masculino ou feminino. Neste trabalho, convencionou-se atribuir o nome Mor aos indivíduos que guardam ainda a performance militar em momento dos desfiles cívicos. E, Balizas ou Balizadores àqueles que se valem de acrobacias, com o uso, por exemplo, de outros instrumentos que não apenas o tradicional bastão.

As Balizas ou Balizadores começam a despertar a atenção do público quando roupas, coreografias e movimentos de dança ritmados ganham destaque em relação aos demais componentes da Fanfarra. Esse membro sempre traz novidades na apresentação, uso de bambolês, acrobacias, arte cênica, são alguns exemplos de inovação de Balizas e Balizadores. Eles, através da performatividade, empolgam a fanfarra e o público.

O Mor vem igualmente trajado de uniforme que atrai a atenção do público e a performance daquele elemento é também marcada por cadência. No entanto, não se aplica a ele a obrigatoriedade de coreografia. Sobre o Mor, o *Regulamento do XV Campeonato Baiano de Fanfarras e Bandas*⁴, de autoria da Associação Baiana de Fanfarras e Bandas (AFAB), pontua que:

Art. 59 – A avaliação do Mor deverá ser feita durante a sua entrada e saída, nos casos de fanfarras sem evoluções e nas com evoluções a avaliação deverá ser feita durante toda a apresentação.

Parágrafo Único – Para fanfarras sem evoluções, fica facultado ao Mor, desenvolver coreografia durante a apresentação da corporação junto com o corpo coreográfico, para o enriquecimento do mesmo, mas esta não será considerada para julgamento. (AFAB, 2009).

Em geral, para se tornar uma Baliza é preciso ter noções de dança, ginástica e arte circense. São justamente esses fatores que, quando bem desempenhados, proporcionam destaque à figura da Baliza em relação aos demais integrantes da Linha de Frente.

Ela se prepara, em todos os seus movimentos de dança, junto aos componentes da (...) própria Banda, pode até fazer movimentos solo em algumas partes da coreografia, mas seus movimentos com certeza serão mais elaborados, sua movimentação dentro da coreografia será bem maior, e seu julgamento mais brando e não mais solitário, pois fará parte de toda a coreografia, auxiliando seus colegas, com todo o seu conhecimento. (DUQUE *apud* VERONESI, 2006: 45).

Um aspecto importante na desenvoltura da Baliza e, inclusive, que a faz ganhar simpatia do público é a expressividade corporal. Neide Neves (2008) traz o conceito do corpo visto como um texto, “que estamos capacitados a ler, ele está sempre expressando algo, informando”. (NEVES, 2008: 43). Outra consideração importante é a da ligação entre o corpo e a cultura. “Tanto a constituição física e a maneira de funcionar do corpo influencia a expressão cultural, quanto as manifestações culturais são capazes de gerar respostas físicas, numa relação de interdependência e troca”. (NEVES, 2008: 52).

As fanfarras costumam seguir uma rotina disciplinada de ensaios antes das apresentações. Muitos deles acontecem em vias públicas, onde, posteriormente,

⁴ Disponível em: <http://www.afab-ba.com.br/docs/circulares%202009/AFAB%20CIRCULAR%2010-2009.pdf>.

acontecerão os desfiles. Balizas e Balizadores têm um tempo diferenciado de preparação. A coreografia geralmente é preparada antes mesmo dos ensaios com o todo da banda começarem. Nesses momentos, ocorrem apenas ajustes entre o ritmo do Corpo Musical e as performances acrobáticas idealizadas.

Performatividade das Balizas Contemporâneas

Para realização do trabalho, foram entrevistados membros de quatro fanfarras do Recôncavo Baiano - Banda Marcial do Colégio Estadual da Cachoeira (BANSEC - Cachoeira), Fanfarra do Centro Educacional Rômulo Galvão (FANFACERG - São Félix), Fanfarra do Colégio Estadual João Batista (FANJ - Muritiba) e Fanfarra São José de Santo Amaro da Purificação (FANSAJ - Santo Amaro). Três desses grupos trazem indivíduos do sexo masculino como representativos do papel de Balizas Acrobáticas. O referido papel esteve tradicionalmente ligado à figura feminina. Não se sabe precisar ao certo uma determinada época em que os garotos passaram a assumir o posto de Balizas Acrobáticas.

Essa imprecisão está pautada no fato de que, como justifica Stella Pedrosa (2007), “A Fanfarra é uma produção artística que está inserida na cultura e, portanto, na memória cultural (...)” (PEDROSA, 2007: 65); “Sua História desenvolve-se em diversos cenários e confunde-se com outras (...)” (PEDROSA, 2007: 65) e “Desse modo, reconhecemos em uma banda ou fanfarra práticas memoriais comuns a todas, mas também traços próprios a cada uma delas”. (PEDROSA, 2007: 65).

Nas primeiras formações, as Balizas Acrobáticas femininas não faziam parte da estrutura das fanfarras. Existia ali apenas a figura masculina do Mor, o comandante da tropa. Stella Pedrosa (2007) atenta para o fato de que a figura feminina passou a estar presente após a Segunda Guerra Mundial.

(...) quando os americanos levavam atrações para o entretenimento das tropas. Uma delas era uma apresentação com dançarinas que acompanhavam as músicas militares, fazendo evoluções inspiradas naquelas que os próprios militares realizavam. Talvez simulassem conduzir os músicos com um pequeno bastão, em alusão ao utilizado pelo regente-mor e ao poder que o próprio bastão simbolizava. Aos poucos esse elemento feminino foi incorporado às bandas civis e tornou-se presença quase obrigatória entre elas. (PEDROSA, 2007: 144).

A predisposição masculina em atuar enquanto Balizas Acrobáticas pode ser fruto dessa introdução da figura feminina num local onde antes se tinha apenas a figura do homem. A chegada da Baliza Acrobática no espaço antes ocupado apenas pelo Mor é que permitiu o enlace das funções daquelas figuras.

Uma das ferramentas que impulsionou a criação do presente trabalho foi a matéria jornalística "Nasce o Sol ao 2 de Julho - Balizas acrobáticas viram atração no 2 de Julho na Bahia", veiculada pelo site do Grupo Gay da Bahia (GGB) ⁵ que fazia referência a um possível decreto da Associação de Fanfarras e Bandas da Bahia (AFAB).

Segundo a reportagem, este decreto faria ponderações sobre o comportamento dos Balizas Acrobáticos homossexuais que se apresentam em momento do desfile cívico ocorrido nos dias dois de julho na cidade de Salvador. Os Balizas estariam proibidos a apresentar aspectos que os distanciassem do gênero ao qual “naturalmente” eles pertencem.

Em maio de 2010, a fato tomou proporções maiores, quando em assembléia, a AFAB ponderou a possibilidade dos homens estarem proibidos a ocupar o posto de baliza acrobática em concursos de bandas e fanfarras. José dos Santos, professor de ginástica rítmica e baliza oficial da Fanfarra Impacto do Colégio Estadual Severino Vieira no bairro de Nazaré em Salvador, denunciou o fato ao GGB e a entidade se mostrou disposta a buscar o apoio do Ministério Público. Contudo, uma assembléia que traria a decisão final da AFAB quanto à questão das balizas masculinas foi marcada para junho de 2010 e, então, a associação reconsiderou o caso, admitindo a participação dos garotos, com a ressalva de que eles passariam a ser julgados isoladamente das balizas femininas.

Relatos de atitudes preconceituosas

Everton Viana, 19 anos, popularmente conhecido como Sirilo, desfila há cinco anos na Fanfarra do Colégio Estadual João Batista (FANJ) de Muritiba. Sirilo é o responsável pela confecção do figurino, construção da coreografia e comando do pelotão coreográfico no momento do desfile. Ele se diz orgulhoso pelo trabalho que desempenha, mas afirma que já sofreu sérias agressões de alguns dos espectadores dos

⁵ Disponível em <http://www.ggb.org.br/balizas_acrobaticas_ameacadas.html>.

desfiles. Sirilo conta que, certa vez, um grupo de homofóbicos chegou a lançar contra ele e um companheiro uma lata de cerveja. Além disso, ele comenta que existe discriminação por parte de outros homossexuais da platéia. Ele alega que muitos gays têm inveja do lugar de destaque ocupado por ele nos desfiles cívicos.

A página virtual da ONG Cultural de Incentivo às Fanfarras e Bandas – Associação Paulista de Bandas e Fanfarras (OCIFABAN) conta com um livro de visitas, no qual os usuários cadastrados trocam mensagens que, geralmente, versam sobre os concursos de bandas e fanfarras.

Entre essas postagens, encontrou-se o seguinte depoimento de um usuário que se identifica como Alex Alexandre da Silva: “DIGA NÃO AO HOMOSSEXUALISMO EXPOSTO DENTRO DAS BANDAS E FANFARRAS”⁶. O 1º secretário da OCIFABAN, Arnaldo Neto, comentou o referido depoimento, alegando que o “homossexualismo” não é um problema em si, mas que ele particularmente se opõe aos “(...) EXCESSOS e a TENTATIVA DE SER O QUE NÃO É nos concursos de Fanfarras e Bandas”⁷. Ele elogia ainda a postura de balizadores e mores que se comportam “ (...)como manda o figurino, inclusive arrancando gritos de todos que os assistem”⁸, sem alegorias que façam referência ao gênero oposto, o feminino.

À luz da *Teoria Queer*, tanto a postura dos espectadores comentada por Sirilo como os relatos da página virtual da OCIFABAN são tidos como preconceituosos, uma vez que eles reprimem o comportamento de indivíduos que não se consideram inseridos no modelo heterossexual de conduta.

Balizas transgridem a heteronormatividade - Uma análise sob a Teoria *Queer*

Sobre a *Teoria Queer*, vale pontuar que esta é uma vertente de estudos gays que surge nos Estados Unidos a partir da década de 80. O termo *queer* não possui uma tradução exata para o português, mas, no ambiente norte-americano, ele era tido como um insulto aos homossexuais. No Brasil, as palavras “viado”, “bicha”, “mariquinha” e

⁶ Depoimento de 15/09/09, extraído do Livro de visitas da página da OCIFABAN, disponível em <http://www.ocifaban.com/site/index.php?option=com_easybook&view=easybook&Itemid=69&limitstart=5>. Acesso em 5 dez. 2009.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

outras, quando utilizadas pejorativamente contra indivíduos não-heterossexuais, podem ilustrar o significado do termo em português.

Esse termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. (...) *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressora e perturbadora. (LOPES, 2004: 38 e 39).

A principal crítica tecida pelos estudiosos *queer* se refere ao que eles chamam de heterossexualidade compulsória. Essa seria a norma social que praticamente impõe aos indivíduos a regra de pertencerem exclusivamente ao gênero masculino ou feminino, o que deve ser tido como um caráter naturalmente dado – o órgão sexual biológico do indivíduo seria, portanto, definidor das práticas sociais de gênero, sexo e afetividade.

Nesse sistema regulatório, os indivíduos que não se encaixam na norma binária heterossexista são apontados como deturpadores, desvalorizados, transgressores, marginais. A esses indivíduos, a sociedade punitiva heterossexista designa o lugar de abjeção. Sobre esse aspecto, Judith Butler, precursora de estudos *queer*, pontua que

Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito (...) (BUTLER, 2001: 155).

De acordo com os posicionamentos *queer*, as identidades de gênero, sexo e práticas sexuais são construções culturais e que, por isso, não podem ser tidas como categorias estáticas, findas, completas. Essas identidades são constantemente produzidas através da reiteração de normas.

Sobre normas regulatórias, Butler comenta que elas: “(...) trabalham de uma forma performativa para construir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual” (BUTLER, 2001: 154).

As Balizas Acrobáticas que desfilam no dia 25 de junho em Cachoeira podem ser tidas como representativas dessa idéia da perversão das normas regulatórias de

gênero, já que eles misturam nos trajes, na forma física e na performance aspectos dos dois modelos tidos como centrais na lógica heterossexista, o masculino e o feminino.

Em *Paródias de um espetáculo* (2010), Júlio César Sanches analisa, através de um ensaio fotográfico, as transgressões de gênero inferidas pela Baliza travesti artisticamente conhecida como Pâmela. No texto, Sanches faz uma análise das reflexões contemporâneas sobre construção de corpos/identidades. Ele pontua que “(...) a performance do universo ‘trans’ (da baliza travesti) existe numa lógica do espetáculo dos corpos que fogem das normas culturais do corpo” (SANCHES, 2010: 14). Sanches não chega a descrever exaustivamente, mas cita as possíveis reações frente ao espetáculo das balizas, “Performatividades transgressoras, risos reiterativos, gritos de glória ou xingamento... Essas são as percepções que divergem” (SANCHES, 2010: 14).

Ainda sobre questões de gênero, vale salientar os argumentos de Márcio Ferreira de Souza em *As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a(s) masculinidade(s)* (2009). Aproximando-se das reflexões da *Teoria Queer*, o autor atenta para o fato de que, na sociedade contemporânea, não há mais a possibilidade de se pensar num modelo de masculinidade hegemônico, findo e único. Pensando o gênero como uma construção social performativa, seria mais viável perceber a existência de masculinidades plurais que não necessariamente seriam compreendidas apenas quando confrontadas com noções de feminilidade. Márcio de Souza pontua que

As discussões sobre um “novo homem” se inserem a partir daí, permitindo estabelecer uma relação com a temporalidade, vista que a visão acerca deste “novo homem” está relacionada a uma noção de transformação geracional – se vivemos em um novo tempo, um novo padrão de comportamento calcado em bases não tradicionais e mais flexíveis, se faz emergente. (SOUZA, 2009: 133).

Dessa forma, é possível inferir que o comportamento das balizas tachadas de homossexuais não pode ser tido como atestado estrito do gênero nem da orientação sexual daqueles indivíduos. As performances por eles desempenhadas podem até chegar a fazer parte do conjunto de características que conformam a estrutura do que Márcio de Souza chama de "novo homem". Nesse caso, pode-se considerar mais viável pensar na configuração de novos homens, que mesclam aspectos que, numa lógica tradicional, estiveram rigorosamente divididos entre os ideais de masculino e feminino.

Balizas encenam em espaços públicos

Toda interação humana ocorre porque seus participantes organizam suas ações e se situam no espaço em função do olhar do outro. Assim, penso em todas as interações, as mais banais e cotidianas, nas quais, podemos compreender, todas as pessoas envolvidas agem, simultaneamente, como atores e espectadores da interação.

(BIAO, 2009: 35)

Executar a função de baliza também pode ser considerada uma ação artística. A Etnocenologia, que se dedica aos estudos de manifestações culturais, busca exatamente isso: identificar nas ações cotidianas uma cena. De acordo com o estudioso Ayron Heráclito, a performance das balizas pode ser compreendida como um espetáculo cênico que se dá não nos ambientes artísticos tradicionais, mas sim na rua.

É um espetáculo inteiramente aberto a cena. O figurino, a coreografia, a relação de recepção com o público, que ao mesmo tempo ovaciona, mas ao mesmo tempo promove achincalhamentos, depreciações públicas. Tudo isso se soma e está sendo apresentado na rua. Interfere no cotidiano das pessoas, inclusive, no cotidiano de uma fanfarra. (HERÁCLITO).

Ayron Heráclito pontua ainda que a Etnocenologia é uma disciplina nova, que advém dos estudos culturais, em resposta a uma noção de cultura etnocêntrica. Nesse sentido, as análises etnocenológicas vão se preocupar com manifestações populares que, à luz da alta cultura, são tidas como menores, folclóricas e sem relevância.

Considerações Finais

De início, o autor deste trabalho acreditava que a proibição da participação daqueles indivíduos em concursos e a coerção sobre o comportamento deles em desfiles cívicos eram atitudes taxativamente preconceituosas. No entanto, uma aproximação maior ao universo das bandas e fanfarras, bem como o aprofundamento de leituras a respeito do tema fizeram perceber que aspectos múltiplos devem ser levados em consideração para se pensar o referido problema.

O segmento de bandas e fanfarras carrega uma tradição que, apesar das configurações sociais contemporâneas, continua servindo de norte para a realização de concursos e desfiles. Nesse sentido, é que se justifica a postura da AFAB em tentar instituir normas de condutas para os indivíduos que participam das corporações.

No entanto, percebe-se que um contra-senso se forma quando se analisa a performance das balizas levando-se em consideração o aspecto da orientação sexual daqueles indivíduos. De acordo com a Teoria *Queer*, é possível afirmar que não existe uma linha tênue entre sexo biológico, gênero e prática sexual. Sendo assim, nada impede que um ser humano que nasça com o órgão sexual biológico masculino, por exemplo, adote uma performance de gênero próxima do que se entende por feminino.

Para além disso, há de se pensar que, no momento das apresentações em concursos e/ou desfiles cívicos, a orientação sexual das balizas não representa um aspecto relevante. Importam ali muito mais a performatividade e a precisão nas danças, movimentos e usos de instrumentos.

Dessa forma, acredita-se aqui que pensar na segregação de balizas a partir da orientação sexual daqueles indivíduos acaba realmente constituindo uma atitude preconceituosa. Vale ressaltar que, ao longo do trabalho, as balizas foram classificadas como homossexuais, visto que assim é feito pela grande mídia, pelos setores sociais envolvidos com a questão e pelas próprias fontes que foram visitadas para a realização das atividades. Contudo, esteve sempre em primeiro plano a idéia de valorização das performances das balizas.

Referências

ASSESSORIA GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, **Cachoeira volta a ser sede do governo em 25 de junho**, 19 de jun. de 2009. Disponível em: <<http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2009/06/19/cachoeira-volta-a-ser-sede-do-governo-estadual-em-25-de-junho>>. Acesso em 20 jun. de 2010.

ASSOCIAÇÃO DE FANFARRAS E BANDAS DA BAHIA – AFAB-BA. **Regulamento do XV Campeonato Baiano de Fanfarras e Bandas de 2009**. Disponível em: <<http://www.afab-ba.com.br/docs/circulares%202009/AFAB%20CIRCULAR%2010-2009.pdf>>. Acesso em 5 dez. 2009.

BIAO, Armindo Jorge de Carvalho. **Etnocologia e a cena baiana**: textos reunidos. Salvador: P&A Gráfica e Editora, 2009. Disponível em: <<http://etnocologia.org/pdf/ETNOLOGIA1.pdf#page=33>>. Acesso em 20 jun. de 2010.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151 a 172.

CAMPOS, Nilcéia Protásio. **O aspecto pedagógico das bandas e fanfarras escolares: o aprendizado musical e outros aprendizados.** *Revista da Associação Brasileira de Educação Musical*, número 19, março 2008, Porto Alegre: Associação Brasileira de Educação Musical, p. 103 a 111.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

GGB.ORG. **Nasce o Sol ao 2 de Julho:** Balizas acrobáticas viram atração no 2 de Julho na Bahia. *Ggb.org*, 01.07.09. Disponível em: http://www.ggb.org.br/balizas_acrobaticas_ameacadas.html. Acesso em 5 dez. 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo estranho.** Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NEVES, Neide. **Klauss Viana:** estudos para uma dramaturgia corporal. São Paulo: Cortez, 2008.

OCIFABAN.COM. **Livro de visitas,** 15.09.09, disponível em http://www.ocifaban.com/site/index.php?option=com_easybook&view=easybook&Itemid=69&limitstart=5. Acesso em: 5 dez. 2009.

PEDROSA, Stella Maria Peixoto de Azevedo. **Jovens de Fanfarra:** Memórias e Representações. 2007. 284f. (Tese de Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=10955@1 >. Acesso em 12 abr. 2010.

SANCHES, Júlio César. **Paródias de Espetáculo:** Notas de uma 'Performance Travesti' no Recôncavo Baiano. In: VI Encontro Multidisciplinares em Cultura, 2010, Salvador. Anais do VI ENECULT.Salvador: CULT, mai. de 2010.

UNIÃO CRUZEIRENSE PARA APOIO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DA CULTURA (Unic). Disponível em: <http://www.unicruzeiro.org.br/1294/146701.html> >. Acesso em 27 abr. 2010.

VERONESI, Gleiciane Marcelle. **Bandas e Fanfarras:** Balizas, Bailarinas ou Ginastas. 2006. 109f. (Monografia em Educação Física). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru. Disponível em: <http://www.fc.unesp.br/upload/Bandas%20e%20Fanfarras%20-%20Balizas,%20Bailarinas%20ou%20Ginastas.pdf>>. Acesso em 5 dez. 2009.

UMA REFLEXÃO SOBRE A *GREVE* DE EISENSTEIN: A MONTAGEM SOVIÉTICA COMO ESTRATÉGIA IDEOLÓGICA

Elen Linth Marques Dantas¹

Resumo: Este artigo propõe uma discussão sobre o conteúdo ideológico contido na obra *A Greve* (1945), de Sergei Eisenstein. Para tanto, este trabalho parte do entendimento das principais influências que motivaram o cineasta russo, com foco sobre a sua trajetória do teatro ao cinema e sobre a teorização de seu cinema intelectual, para a reflexão sobre a dimensão política no seu processo de criação. O objetivo é apreender como a *montagem de atrações* produzia o efeito ideológico a respeito da luta de classes e da aquisição de uma consciência histórica dialética. Assim, a partir de uma análise do filme *A Greve*, busca-se identificar como o cineasta russo utiliza a teoria da montagem para desconstruir a imagem do herói individual idealizado em detrimento da consciência de classe.

Palavras-chave: cinema intelectual - montagem soviética - ideologia.

Sergei Mikhailovitch Eisenstein (1898-1948) foi um homem entusiasmado pelo cinema, ligado a uma reflexão de esquerda socialista, com uma visão combativa e revolucionária da arte. Pertenceu a uma geração de artistas que recebeu forte influência das vanguardas europeias do início do século XX. Participou ativamente do processo inovador que incidiu no desabrochar de um movimento cinematográfico novo, com forte contribuição para a revolução das técnicas do cinema, que extrapolou os limites da União Soviética. Teorizando, desenvolvendo e aperfeiçoando a técnica da montagem como base para somar a um conhecimento da arte cinematográfica.

Neste sentido, o objetivo deste estudo é analisar através do filme *A Greve* (1945), de Sergei Eisenstein, os principais conceitos cinematográficos da montagem soviética, buscando compreender como tais conceitos esboçavam um conteúdo ideológico. Para que este objetivo seja alcançado, esta pesquisa divide-se estruturalmente em três momentos:

¹ Estudante do Curso de Cinema e Audiovisual. E-mail: cinema.elenlinth@gmail.com - (75) 9164-3313. Pesquisa orientada por Ana Paula Nunes e apresentada como trabalho final na disciplina Cinema I (Mundo), oferecida no semestre 2010.1.

Num primeiro momento, busca-se entender o caminho percorrido por Eisenstein. Apresentando brevemente as principais correntes artísticas, filosóficas e psicológicas que influenciaram as obras do cineasta, além de sua relação com o teatro de Emilevich Meyerhold.

O segundo momento procura destacar as principais reflexões sobre o fazer cinema de Eisenstein, destacando a *montagem de atrações*. Tendo como suporte teórico os estudos de James Dudley Andrew, Robert Stam, Jacques Aumont, e Leandro Saraiva.

A terceira e última parte é uma análise de *A Greve*, centrado na discussão de algumas sequências e cenas do filme. Neste momento, discute-se a relação dialética entre burgueses e proletários e o conteúdo ideológico contido nessa obra.

O motivo pelo qual se optou por tal tema se dá, num primeiro instante, pela curiosidade de como o cineasta russo conseguiu formar seu pensamento teórico e de como o pôs em prática. Depois, ao assistir ao filme, percebe-se uma série de elementos para uma análise a respeito da montagem e de como o mesmo a utiliza para fazer uma discussão política, enfatizando o confronto e o conflito de uma sociedade desigual.

O cinema de Eisenstein sofreu reflexos das transformações no cenário político da União Soviética e da atmosfera de controle e submissão ao Estado. Em que os cineastas não podiam escolher os temas de seus filmes e seus projetos de trabalho eram submetidos à apreciação do partido, seus roteiros eram analisados sob forte censura antes de liberados.

Sua filmografia é bastante conhecida, dentre as principais obras, destacam-se *A greve* (1924), *O Encouraçado Potemkin* (1925), *Outubro* (1927), *A linha geral* (1929), *Que viva México!* (1931) inacabado; *Alexandre Nevski* (1938); *Ivã, O terrível* (1944-1945) em duas partes.

Segundo Leandro Saraiva (2008)² em *História do Cinema Mundial*, Eisenstein rompeu relações com sua família e seus estudos de engenharia para manter-se na organização de espetáculos teatrais para os soldados do comumente conhecido Exército Vermelho (p. 109). Em 1920, abandonou o exército e ingressou na Academia Geral de Moscou onde se juntou ao Teatro Operário *Proletkult*³ como desenhista, cenógrafo e logo, tornando-se diretor. Depois de ganhar fama através do seu trabalho inovador na peça "O mexicano", Eisenstein

² SARAIVA, Leandro. Montagem Soviética. In: MASCARELLO, Fernando (org). *História do cinema mundial*. 4ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008 (p. 109-141).

³ *Proletkult* é um neologismo proveniente da junção de *cultura proletária*. Foi um movimento literário surgido na Rússia em 1917. Entre seus criadores estão o teórico Alexander Bogdanov e o poeta Mikhail Gerasimov.

inscreveu-se na oficina de teatro de Emilevich Meyerhold, e colaborou com diversas companhias de teatro vanguardistas, que compartilhavam entre si um desprezo pelas formas tradicionais de arte e pela chamada "cultura elevada" em geral. Conforme Saraiva (2008)⁴ em *História do cinema mundial*, o movimento teatral de Meyerhold

dava prosseguimento à dissidência em relação ao realismo psicológico do Teatro de Arte de Moscou, de Stanislavski (...) na década de 1910 desenvolveu um método novo de interpretação e, no início dos anos 20, lançaria sua proposta de revolução teatral encenando espetáculos para um público bem popular (...) o grotesco era mais que um estilo, era o princípio do método que em 1922 ele batizaria de 'biomecânica' (...) Apontava-se um caminho para a 'teatralidade', reconhecida e exposta como linguagem, e não como mimese que oculta sua construção (SARAIVA, 2008, p. 113-114).

A contribuição deste novo teatro para a causa revolucionária consistia numa destruição da velha arte e na criação de uma nova e mais democrática. Os jovens artistas soviéticos serviam-se das formas de cultura consideradas menos eruditas - o circo, o musical, os desportos, as atuações de feira - para educar a imensa multidão de russos\ num "verdadeiro" espírito comunista.

Portanto, a figura de Meyerhold aparece na história da arte soviética como expoente do movimento futurista russo, cujos representantes, fascinados com o progresso científico, o dinamismo e velocidade das transformações que viviam, passaram a defender uma arte voltada ao futuro, a um novo ser humano, o defensor de um outro teatro.

Também sofreu influência de um conjunto de artistas da vanguarda, entre os quais se destacam Mayakovsky, Malevich e Vladimir Tatlin. Eisenstein tomou parte na transformação e reavaliação das grandes correntes artísticas da sua época (o futurismo e o simbolismo, por exemplo), eles estavam envoltos por uma energia futurista, uma fascinação com as transformações sociais. Foi ainda no teatro que nasceu a sua concepção de *montagem de atrações*, "pois queria encontrar formas de expressão à altura da revolução em curso, capazes de mobilizar pessoas". (SARAIVA, 2008, p. 118).

Eisenstein participou também do movimento chamado "construtivismo", que se trata de um movimento das artes plásticas, do cinema e do teatro que ocorreu basicamente na Rússia, com importante papel no apoio à Revolução Russa de 1917. Esse movimento defende a arte funcional, que deve atender às necessidades do povo, pois para ele era justamente na atividade do "construir" que estava o trabalho artístico.

⁴ SARAIVA, Leandro. Montagem Soviética. In: MASCARELLO, Fernando (org). *História do cinema mundial*. 4ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2008 (p. 109-141).

O movimento construtivista russo foi caracterizado pela postura de negar a arte pura. Pautando-se sobre um princípio utilitarista da arte, desenvolveu trabalhos utilizando recursos naquela época, pouco convencionais, tais como a colagem, a fotomontagem, a tipografia, o design de objetos utilitários: primavam pelo uso de cores primárias.

Além disso, conforme Saraiva (2008)⁵ em *História do cinema mundial*, a expressão do lirismo não é o mais significativa na obra, destacando que a principal tarefa está significativamente em como essa obra é feita. Para isso se faz necessário um *artista-engenheiro* que possibilitará o conhecimento e a dominação da “fatura das experiências, a ponto de poder calcular as reações dos espectadores” (p. 114-115).

James Dudley Andrew (2002)⁶ em *As principais teorias do cinema: uma introdução*, aponta que, Eisenstein abomina o realismo, pois para ele arte não deveria imitar a vida, no sentido da “réplica fiel da realidade”. O autor descreve que, o que mais chateava Eisenstein nos filmes, era sua “ineficiência”, uma vez que, para o espectador, os eventos cotidianos não eram diferenciados dos acontecimentos cinematográficos, pois a realidade era reproduzida com uma enorme fidelidade.

A realidade para o cineasta deveria ser “material útil” nas mãos do diretor. Neste sentido, os construtivistas mostravam tal realismo de várias maneiras, uma vez que, essa forma levava

os vários aspectos do teatro para sua esfera, onde podiam ser recompostos de acordo com os desejos formais do diretor. Os cenários não deveriam ser uma cortina de fundo do diálogo, argumentavam os construtivistas, mas deveriam funcionar em igualdade de condições com o diálogo, quase em diálogo com o diálogo. O mesmo com relação à iluminação, à perucaria, aos figurinos e assim por diante, que deveriam coexistir em harmonia democrática, e não em uma hierarquia feudal (ANDREW, 2002, p. 48-49).

Por negarem a “função de representação do mundo”, Eisenstein se aproxima desse movimento e é bastante influenciado por essa visão de mundo, em que “os objetos construtivistas não são orgânicos: eles são feitos de fragmentos justapostos, pedaços do mundo que compõem um novo objeto”, como afirma Saraiva⁷ (2008, p. 115).

⁵ SARAIVA, Leandro. Montagem Soviética. In: MASCARELLO, Fernando (org). *História do cinema mundial*. 4ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2008 (p. 109-141).

⁶ ANDREW, James Dudley. *As principais teorias do cinema: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zaver Ed., 2002 (p. 46-71).

⁷ SARAIVA, Leandro. Montagem Soviética. In: MASCARELLO, Fernando (org). *História do cinema mundial*. 4ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2008 (p. 109-141).

Outra grande influência em seu trabalho vem das teorias psicológicas nos anos 20, pois Sergei tinha grande interesse pelos “processos de pensamento”, bem como pela “significação dos estímulos individuais” nos espectadores. Mas é com o psicólogo Jean Piaget que mais se estabelece relação entre seus pensamentos. James Dudley Andrew (2002)⁸ em *As principais teorias do cinema: uma introdução* aponta o *egocentrismo*, o *símbolo do toque primário*, o *raciocínio de montagem* e o *discurso interior* como os elementos da relação entre esses dois teóricos. O autor sugere ainda que, embora o cineasta não tenha incorporado o vocabulário de Piaget, não se pode negar familiaridade em seus discursos (p. 56-57).

Andrew (2002) evidencia que a escolha das imagens, pelo espectador, solidifica sua experiência anterior ao adquirir uma nova ideia. Eisenstein observa de muitas maneiras, que o conhecimento adquirido pela visão é uma “atividade egocêntrica”. Toma como base para este entendimento, as experiências de Piaget na observação de crianças entre dois e sete anos, quando estas, “realizam o pensamento pré-operativo no qual suas representações não podem ser diferenciadas delas mesmas”. Do mesmo modo, que Piaget expôs a prevalência do *símbolo do toque* como “operação organizadora”, isto é, em que os símbolos se relacionam com o caráter físico que simbolizam, este exemplifica com a história do parto de mulheres de um povo da Filipina⁹ (p. 56).

O autor citado acima descreve ainda, outra relação entre Piaget e Eisenstein, destacando uma descoberta do psicólogo quando percebe que as crianças medem o sentido, olhando a alteração entre “dois estados terminais de um processo sem prestar qualquer atenção aos estágios intermediários que os unem”. Andrew (2002) afirmar ainda, que este é um dos motivos, pelos quais o russo é avesso ao *plano geral*, uma vez que, Eisenstein

preferia filmar fragmentos estáticos de um evento, energizando-os com um princípio dinâmico de montagem. Para uma criança, pelo esquema de Piaget, e para uma plateia, pela teoria de Eisenstein, é mais significativo mostrar três leões em rápida sucessão, todos estáticos, todos ocupando uma posição diferente, mas juntos sugerindo uma excitação selvagem, do que mostrar um leão realmente preparando-se para luta (ANDREW, 2002, p. 56).

⁸ ANDREW, James Dudley. *As principais teorias do cinema: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zavarz Ed., 2002 (p. 46-71).

⁹ Andrew (2002) cita que este povo dava “apoio espiritual às mulheres durante o parto mediante a abertura de todas as portas da aldeia” (p. 56).

Do mesmo modo que, para fazer o *raciocínio de montagem*, Eisenstein parte da atenção aos “estágios terminais” de que fala Piaget. O russo compreende a disposição do cinema, em manifestar a sintaxe do *discurso interior*, ou seja, “uma sintaxe de choques e justaposição da imagem”. Para Piaget “as crianças operam num mundo de discurso interior feito de uma colagem de imagens”. Neste sentido, existe uma relação do *discurso interior* quando este confrontado com uma *situação exterior*, procedimento assinalado por diversos aspectos que fazem referência ao fazer cinema de Eisenstein. Andrew (2002)¹⁰, em *As principais teorias do cinema: uma introdução*, afirma que o *discurso interior* ocorre primeiro

no *movimento consciente* de uma sequência de imagens a outra sequência de imagens. Segundo, ele é *transdutivo* a partir do momento em que a criança atribui causa aos elementos associados visualmente pela justaposição. Finalmente, exibe um *sincretismo* básico que reúne numerosos elementos num único evento (ANDREW, 2002, p. 56-57).

Portanto, embora Eisenstein não incorporasse a linguagem de Piaget, como citado acima, a intenção do russo era que o cinema gerasse o *discurso interior*. No sentido, em que tal discurso, fosse motivado pela montagem e levado a uma emoção significativa pela justaposição da imagem.

Um aspecto particular da compreensão do cinema de Sergei Eisenstein, diz respeito ao modo, de como o russo discordava da linearidade da linguagem narrativa. O americano David Griffith é expoente de uma narrativa homogênea. Pois dá forma a regras de continuidade, que conduzem os estilos de apreensão de planos, para que a utilização da montagem possa criar um trabalho linear, coerente e homogêneo.

Contestando a esse estilo de narrativa clássica de Griffith, Eisenstein aparece para discutir e subverter, e por que não, revolucionar essa gramática. Os conceitos idealizados pelo cineasta russo indicam de modo metódico e teórico, recursos e alternativas para o ilusionismo do cinema norte americano. Segundo Jacques Aumont e Michel Marie (2009)¹¹ em *Dicionário teórico e crítico de cinema*, Eisenstein procurava um cinema em que a montagem

passasse, de modo deliberativo violento, de uma atração a outra, ou seja, de um movimento forte e espetacular, relativamente autônomo, a outro, em vez de procurar a fluidez e a continuidade

¹⁰ ANDREW, James Dudley. *As principais teorias do cinema: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zavarz Ed., 2002 (p. 46-71).

¹¹ AUMONT, MARIE, Jacques, Michel. *Dicionário teórico e crítico de cinema*. 4ª. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

narrativa. Trata-se de colocar as premissas de um cinema discursivo e político, oposto ao cinema narrativo burguês (AUMONT e MARIE, 2009, p.25)

Eisenstein sugere uma maneira de composição narrativa através da montagem. Seu estilo de montagem, que mais tarde ficou conhecida como *montagem intelectual*, rompe completamente com a finalidade ilusionista, a qual propõe o conflito-justaposição de planos significativos paralelos. Fundamenta-se, principalmente, na idéia de que “dois pedaços de filme de qualquer tipo, colocados juntos, inevitavelmente criam um novo conceito, uma nova qualidade, que surge da justaposição”, afirma Eisenstein (2002, p. 14) em *O sentido do filme*¹².

O termo *montagem de atrações*, em sua definição corrente, o do *music-hall* ou do circo, foi utilizado primeiramente no teatro e depois no cinema. Eisenstein toma nesta ocasião, o teatro como instrumento de agitação política. Seria justamente isso que o arrastaria à inquietação com essa *mente do espectador* e com as probabilidades artísticas de instituir um resultado sobre o pensamento. Sergei visava através da montagem e da noção de atração as ferramentas para chegar a essa sua finalidade.

A justaposição de planos conflitantes, isto é, planos que contenham elementos organizados de forma radicalmente irregulares, acabariam por gerar um novo sentido no espectador, ou seja, Eisenstein tinha a intenção de criar no plateia uma sensação não de alienação, mas de trazê-la para dentro do filme como participante ativo. Em *As principais teorias do cinema*, Andrew (2002)¹³ alega que, “Eisenstein, ao obrigar o espectador a criar a imagem, reunindo todas as relações entre atrações, dá ao espectador não a imagem completa, mas a experiência de completar a imagem” (p. 69).

Desta forma, a organização de um conceito não é produzida a priori ou ajustada de modo indiscutível, como incide no modelo griffitiniano. É revelada ao espectador, e é este que irá atingir a ação síntese das informações e, a partir disso, atingir seu próprio entendimento.

Desta forma, o interesse de Eisenstein era muito mais pela interpretação do conteúdo relativo ao filme do que pelo aspecto material de tal conteúdo. No ponto de vista de Aumont (2009)¹⁴ em *A estética do filme*, “o filme não tem como tarefa reproduzir o *real* sem intervir

¹² EISENSTEIN, Sergei. *O sentido do filme*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002

¹³ ANDREW, James Dudley. *As principais teorias do cinema: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zarar Ed., 2002 (p. 46-71).

¹⁴ AUMONT, Jacques (org). *A estética do filme*. 7ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2009 (p. 59-88).

sobre ele, mas, ao contrário, deve refletir esse real, atribuindo a ele, ao mesmo tempo, um certo juízo ideológico” (p. 79). Ou como se vê em Stam (2009)¹⁵, “a montagem era, pois a chave tanto para o domínio estético como ideológico”. O autor afirma ainda que, para Eisenstein, o cinema era antes de tudo “transformador”, uma vez que, era pela “prática social” e não pelo seu espetáculo de beleza, ao “submeter o espectador a um choque de consciência com relação aos problemas cotidianos”, que ele teria sua “forma ideal” (p. 58).

A questão ideológica é entendida neste trabalho como uma reunião da percepção intelectual e das crenças adequadas a uma transformação social. Eisenstein utiliza-se para a verdade de seu discurso as “leis do materialismo dialético e do materialismo histórico”, de acordo com Aumont (2009, p. 79)¹⁶. Do ponto de vista marxista, segundo Cabrera (2006)¹⁷ em *O cinema pensa*, o cinema poderia ser visto como um “tipo de linguagem essencialmente revolucionária ou pelo menos transgressora, subversiva, hipercrítica”. Para o autor, foi exatamente dessa maneira que a sétima arte foi vista por Sergei Eisenstein (p. 263).

Também é possível fazer uma relação desse conteúdo ideológico da obra de Eisenstein às várias metáforas presentes em seus trabalhos. Uma vez que, ao justapor duas imagens, que visivelmente não teriam qualquer relação, pela capacidade metafórica é possível criar uma relação entre as mesmas. Neste sentido, metáfora é “o resultado de uma operação altamente pessoal, em parte arbitrária, e que resulta de uma verdadeira interpretação”, segundo Aumont e Marie (2009)¹⁸ em o *Dicionário teórico e crítico de cinema*. Ainda, para os autores mencionados a cima, a *metáfora fílmica* pode ser entendida através da transferência de um componente relacionado ao filme por outro, obtendo uma mudança de significado (p. 185).

No caso de Eisenstein, sua intenção era que, antes do final do filme, o espectador comece analisar a relação de poder estabelecida pelo capital em detrimento ao trabalho. Neste sentido, pode-se dizer que Sergei lançou mão dos elementos da linguagem cinematográfica para aplicar seu ponto de vista ideológico. Ponto de vista da classe operária e um sentido de revolução.

¹⁵ STAM, Robert. *Introdução à teoria do cinema*. 3ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2009 (p. 54-63).

¹⁶ AUMONT, Jacques (org). *A estética do filme*. 7ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2009 (p. 59-88).

¹⁷ CABRERA, Julio. *O cinema pensa: uma introdução à filosofia através dos filmes*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006 (p. 261-286).

¹⁸ AUMONT, MARIE, Jacques, Michel. *Dicionário teórico e crítico de cinema*. 4ª. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

Levando em consideração que Eisenstein é um experimentador, buscava nas mais diversas correntes, bem como nos teóricos, elementos para sua reflexão e visão de mundo. Foi influenciado primeiramente pelo teatro, bebendo na fonte da arte e teorizando através da psicologia e sociologia que obteve subsídios para criar sua primeira obra, *A Greve* (1924), que aparece como uma inovação no cinema mundial.

A Greve (Stachka) estreou em fevereiro de 1925, foi filmado entre julho e outubro de 1924, e sua montagem concluída em dezembro do mesmo ano. Conta a história de um motim de proletários contra os patrões burgueses, ricos aristocratas de uma fábrica em Moscou.

Nessa fábrica da Rússia Czarista, o dia-a-dia parece calmo, pois os operários trabalham e a burguesia possui uma vida de privilégios. Contudo, essa paz não é verdadeira, uma vez que, há uma agitação entre os operários, tal agitação é comunicada a direção por pessoas de confiança. Logo a polícia é comunicada, que infiltra espiões na fábrica para acompanhar a movimentação dos operários.

Apesar dos apelos à greve pelo comitê, a revolta estoura quando um dos empregados da fábrica se suicida, por ter sido, falsamente, acusado de ter roubado umas das peças da maquinaria. Fato que provoca uma agitação no interior da fábrica que culmina numa grande greve daqueles trabalhadores. A partir daí os trabalhadores paralisam a fábrica e se organizavam para discutir suas reivindicações. Durante este processo de reunião dos operários, os patrões em união com a polícia tentam sabotar os trabalhadores com um incêndio em um depósito de vinhos, pois certos que os operários iriam saqueá-lo, por estarem passando fome. Todavia, o plano fracassou, pois os operários não aceitaram tais provocações. Como o plano não deu certo, a polícia “infiltrou” um dos trabalhadores, por meio de ameaças, no seio da luta grevista. No entanto, fracassado o intuito os grevistas foram massacrados num confronto impiedoso pela polícia. Apesar da tentativa aqui, de relatar a sequência narrativa deste filme, *A Greve* não conta propriamente uma história, mas mostra uma ideia – o quadro geral de uma greve.

Este filme refletia já a afeição não só de Eisenstein em se centrar no povo e a verdade é que neste filme não há um protagonista. Contudo, há vários que, em conjunto, lutam contra um opressor poderoso, trabalhando o filme como um intenso ensino dos ideais socialistas da época.

Em seu primeiro longa-metragem, os órgãos de crítica do Partido o receberam muito bem. Pois o efeito que Eisenstein obteve neste filme foi enorme para um diretor que acabara de sair do teatro, sem muita experiência com a arte cinematográfica. Contudo, é sem dúvida nenhuma, que sua marca essencial foi à utilização da montagem, para explicitar o conflito

dialético entre a massa operária e a burguesia, representada pelos patrões. Uma evidente valorização dos operários como protagonistas em substituição ao *herói individual e burguês*.

Os artistas jovens de vanguarda, após a revolução bolchevique, estavam vivendo um processo de enorme experimentação de sua arte. O tradicional havia sido rechaçado por estes, que clamavam pela liberdade das convenções estéticas de caráter burguês. O teatro foi um espaço propício, para a substituição do herói burguês, por uma leitura em que a ação deveria ser de massas e não individualizada, quebrando claramente com o modelo psicologista do cinema burguês.

A discordância artística do teatro, e que Eisenstein não localizava no cinema, referia-se ao controle e ao acesso sobre a emoção do espectador. Sobre a questão da influência sobre o espectador, Aumont (2009)¹⁹, em seu livro *A estética do filme*, diz que, modo de falar de Eisenstein sobre a atividade psíquica, embora tenha variado ao longo de sua carreira, leva em consideração “a suposição de certa analogia entre os processos formais no filme e o funcionamento do pensamento humano” (p. 85).

Eisenstein foi inserido no mundo de cinema pelo russo Kuleshov, que com suas experimentações a respeito da montagem, já havia evidenciado que, a edição teria a capacidade causar implicações de maior ímpeto sobre a audiência, do que a própria expressão gestual dos atores em cena. Então Sergei, observou quem em *A Greve*, podia também experimentar este princípio, como uma comprovação particular de que a arte cinematográfica seria seu principal instrumento para a utilização para a sua *montagem de atrações*. Entre as autoridades do partido comunista, tal empreitada de grande sucesso, aponta um resultado ideológico de luta contra um estado burguês.

No bojo do julgamento a respeito da arte dita “tradicional”, o filme de Eisenstein se apresentava na contramão do que era proposto por Griffith, pois os filmes produzidos pelo norte-americano evidenciavam o herói individual e idealizado e a narrativa linear, o que justamente, Eisenstein criticava e abandona no teatro.

O cineasta da montagem soviética não destacava as personagens de caráter individualizado, ao contrário enfatizava tipos gerais como o gerente, o espião, o trabalhador. Para Saraiva (2008)²⁰ em *História do Cinema Mundial*, o cineasta optava pela escolha de

¹⁹ AUMONT, Jacques (org). *A estética do filme*. 7ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2009 (p. 59-88).

²⁰ SARAIVA, Leandro. Montagem Soviética. In: MASCARELLO, Fernando (org). *História do cinema mundial*. 4ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2008 (p. 109-141).

personagens sem “dramas pessoais” pra não gerar “identificação psicológica do espectador” (p. 121).

A história de *A Greve* está dividida em seis partes, assinalando o rompimento de linearidade (ruptura de uma leitura linear), e esse corte vai desempenhar uma função de atração e transpor uma ideia de conflito para dá sentido a sua produção. Segundo Aumont (2009)²¹, em *A estética do filme*, conflito é para Sergei, o “modo canônico de interação entre duas unidades *quaisquer* do discurso fílmico”. Noção esta, que deriva do conceito de “contradição” da filosofia marxista (p. 83).

Como afirmado anteriormente, o filme não enfatiza minúcias de detalhes ligados a uma ação cronológica e raciocínio linear. Contudo, traz uma grande colagem, com sequências e cenas de uma greve, em que os trabalhadores saem em motim e são perseguidos por policiais, porém tais operários enfrentariam os infortúnios da paralisação através da consciência de classes e da luta e reorganização política. Neste sentido, as ideias de tensão, conflito, contraponto são essenciais na estética de Eisenstein, pois o cineasta influenciado

tanto por Hegel como por Marx, a luta dialética dos contrários anima não somente a vida social, mas também os textos artísticos. Eisenstein estetiza a dialética hegeliana e marxista, ainda que, de certa forma, temporalizando as justaposições fundamentalmente espaciais da colagem cubista (STAM, 2009, 58-59).

O indicador mais presente do filme é o uso de metáforas visuais. Por exemplo, a obesidade ressaltada do patrão capitalista em relação aos outros personagens; a analogia estabelecida entre os espões e os animais; as máquinas que param e os operários de braços cruzados; a mítica cena em que o patrão esmaga o limão no espremedor enquanto que os policiais, a cavalo, avançam sobre os operários revoltosos e suas famílias ou mesmo a clássica sequência fragmentada e intercalada entre a repressão ao movimento grevista e o matadouro de animais são evidências inconfundíveis. O processo de montagem, estabelecido por uma relação dialética, quer criar, ao mesmo tempo, um choque entre as imagens e produzir, como resultado, uma arma poderosa para emocionar o espectador.

Contudo, ao fazer o uso de metáforas visuais, o cineasta quis antes de tudo, através do raciocínio da *montagem de atrações*, causar um efeito ideológico sobre a luta de classes e a obtenção de uma consciência histórica. Julio Cabrera (2006)²² em *O cinema pensa: uma*

²¹ AUMONT, Jacques (org). *A estética do filme*. 7ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2009 (p. 59-88).

²² CABRERA, Julio. *O cinema pensa: uma introdução à filosofia através dos filmes*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006 (p. 261-286).

introdução à filosofia através dos filmes, fala de um “discurso político de tipo persuasivo-transformador”, em que a linguagem cinematográfica é posta pelo cineasta no cinema político

a serviço de uma ideia, em prol de uma transformação, e não formulada como uma consideração meramente objetiva e distanciada a respeito de um objeto do mundo. A impositividade da imagem é utilizada não só em benefício de um sereno conhecimento do mundo, mas na busca da persuasão (CABRERA, 2006, p. 269).

As metáforas foram estabelecidas através da sobreposição de imagens justapostas umas às outras. E ao se utilizar desta ferramenta, Eisenstein convida o espectador a raciocinar, pois a mensagem do filme não era puramente comunicada, mas construída ao longo do filme. Neste sentido, *A Greve* apontava aos cineastas russos toda a capacidade da montagem e com isso mostra-se, de uma vez por todas, o estilo não naturalista da obra de Sergei.

O filme exhibe as imagens captadas em locais diferentes, mostrando que a montagem era capaz de induzir, através da utilização da metáfora visual, a imaginação do espectador. As relações psicológicas, instigadas com esta obra de Eisenstein, eram determinadas pelo contraste produzido pela justaposição das imagens, em que o espectador era levado a confrontar duas imagens. Um bom exemplo, desta questão, é a justaposição da imagem do homem com a coruja, pois o cineasta obtinha pela generalização entre as imagens, a ideia de um homem inescrupuloso e astuto.

Além da premissa construtivista de *A Greve*, outro fator que aparece no filme, é o aspecto fragmentado, pois suas imagens são ligadas de uma maneira muito rápida do início ao fim da obra. É possível, associar esta aparência fragmentada às premissas cubistas e, pela velocidade e ritmo aos futuristas, ou seja, este filme marca as posturas de Eisenstein diante da arte.

A associação com os socialistas é feita pelo clima da luta de classe e pelos conflitos e contradições que aparecem na obra, pois existe em Sergei um compromisso com a dimensão política e social, encarada em *A Greve* como a construção de uma nova sociedade. A percepção do espectador era convidada a centrar seu olhar sobre a *alienação do trabalho*²³, sobre o poder das forças produtivas e do capital, bem como a relação de classes estabelecida entre a burguesia e o proletariado.

Uma vez atraída a percepção do espectador através da montagem, o passo seguinte seria fazer com que este, estabelecesse relações de pensamentos sobre os temas abordados,

²³ Entendida aqui como a produção da atividade humana e do próprio trabalhador, transformada em algo alheio a sua própria existência.

puxando os operários a uma posição de participantes ativos da obra, ou seja, ele retirava o espectador da zona de conforto e problematizava as questões com a ajuda da plateia. Pois a imagem da fábrica nos mostra a dimensão da produção e do trabalho no mundo capitalista, é como se Eisenstein objetivasse que o espectador internalizasse algo sobre a organização do trabalho no mundo capitalista pré-revolucionário e apontasse, em oposição dialética, o processo revolucionário. Eisenstein estabeleceu deste modo, um conteúdo ideológico, que enfatiza aspectos aplicados às finalidades socialistas.

Portanto, Eisenstein associa ideologia e montagem. O cineasta soviético considerava que na montagem se encerram as formas ideológicas e um filme novo não poderia prescindir de uma forma nova de construção. Esta tese foi levada às últimas consequências pelo próprio cineasta que acabou inaugurando um método de montagem para tratar os conflitos de forma dialética e deixá-los explícitos em seus filmes.

O surgimento da vanguarda desse novo modelo cinematográfico contribuiu para apresentar de forma autêntica a construção de uma prática artística consciente de seu papel histórico de conscientização e transformação social.

O processo teórico de Eisenstein será sempre uma ferramenta no que se refere à ideias mais radicais no cinema mundial. Uma vez que, sua teoria inaugura uma nova maneira de ver o cinema, bem como, rompe com elementos conservadores. Por isso e por outras questões, o trabalho do russo Eisenstein, seja nas obras cinematográficas, bem como na sua reflexão teórica apurada ao longo de anos, influenciou e continuará influenciando uma enorme gama de cineastas, escolas e pesquisas.

A *Greve* é, sem dúvida, um filme experimental em que um emaranhado de ideias inovadoras são colocadas em prática lançando as bases para suas demais obras cinematográficas.

Bibliografia

ANDREW, James Dudley. As principais teorias do cinema: uma introdução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002 (p. 46-71).

AUMONT, Jacques. A estética do filme. Campinas, SP: Papirus, 1995.

AUMONT, MARIE, Jacques, Michel. *Dicionário teórico e crítico de cinema*. 4ª. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

CABRERA, Julio. *O cinema pensa: uma introdução à filosofia através dos filmes*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006 (p. 261-286).EISENSTEIN, Sergei. *A Greve*. 1924.

EISENSTEIN, Sergei. Montagem de Atrações. In: XAVIER, I. (Org.) *A experiência do Cinema: antologia*. Rio de Janeiro: Graal: 2003.

EISENSTEIN, Sergei. *O sentido do filme*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002

SARAIVA, Leandro. *Montagem Soviética*. In: MASCARELLO, Fernando (org). História do cinema mundial. 4ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2006 (p. 109-141).

STAM, Robert. Introdução a teoria do cinema. trad. Fernando Mascarello. Campinas, SP: Papirus, 2003.

NOTAS TEÓRICAS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS: DOS PARADIGMAS CLÁSSICOS AOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Fred Igor Santiago Ferreira¹

Resumo:

O conceito de movimento social não é homogêneo no campo das ciências sociais, tendo em vista que existem inúmeras correntes teóricas interpretativas muitas das quais divergentes. No presente artigo, teremos como proposta realizar um mapeamento sobre as teorias explicativas dos movimentos sociais, expondo em linhas gerais os paradigmas clássicos norte-americanos, em especial ligados à escola de Chicago, adentrando nas conceituações teóricas dos Novos Movimentos Sociais, com as contribuições em particular de Alain Touraine e Alberto Melucci e findando a trajetória teórica desse conceito com o paradigma neomarxista. Ao discutirmos essas variadas matrizes teóricas, demonstraremos como o conceito é complexo e dinâmico, de forma que não existe uma única teoria interpretativa de tal fenômeno social, ou mesmo, um modelo cristalizado de concepção de movimento social.

Palavras-chave: Teoria – Movimentos -Sociais

Introdução

A noção de movimento social não é norteadada por uma definição homogênea no campo das ciências sociais. Tendo em vista tal complexidade conceitual, no presente trabalho, teremos como proposta fazer uma revisão de alguns dos principais paradigmas teóricos, de interpretação da realidade empírica dos movimentos sociais, tendo em vista, que o conceito é operacionalizado de diversificadas formas, a depender da matriz teórica que se pretenda seguir, ressaltaremos três desses paradigmas explicativos: o paradigma clássico norte – americano, a teoria dos novos movimentos sociais e por fim o paradigma neomarxista. Compreendemos que todo recorte por se só é arbitrário, entretanto, a surpreendente

¹ Estudante do Curso de História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, tendo como orientador o Prof. Dr. Diogo Valença.

quantidade e qualidades de teorias explicativas dos movimentos sociais, nos força a realizar recortes para uma melhor análise.

Primordialmente avaliaremos o modelo clássico norte – americano, atentando para as contribuições da Escola de Chicago, que além de contribuir para a construção de uma matriz teórica sobre ações coletivas (dentro das os movimentos sociais), foi um espaço acadêmico de relevância para constituição da sociologia como um campo autônomo, de investigação científica. Dando continuidade, vamos expor a formação do paradigma dos novos movimentos sociais, com as contribuições a partir da década de 60 de vários autores europeus, que passaram a criticar os esquemas explicativos utilitaristas e de matriz marxista ortodoxa. Findando o artigo, ressaltaremos a contribuição teórica do paradigma neomarxista, que revisou os modelos de análise marxistas, que prezavam até a década de 60, um modelo economicista e ortodoxa. No decorrer do artigo, sinalizaremos em linhas gerais, contribuições de alguns autores ligados às linhas teóricas aqui expostas.

A escola de Chicago e a contribuição de Blumer

Realizar uma sinopse da produção teórica sobre movimentos sociais, inevitavelmente é necessário passar pelas reflexões propostas pela Escola americana de Chicago², que fomentou uma surpreendente produção no campo das relações sociais, sendo responsável pelo surgimento da intitulada tradição do interacionismo. A escola surge em um determinado contexto histórico, de uma sociedade marcada pela idéia de reformas e progresso. Nas palavras de Maria da Gloria Gohn

Essa produção emergiu num contexto histórico marcado por grandes transformações sociais, impulsionado pela idéia de progresso. A Escola tinha a orientação reformista: promover a reforma social de uma sociedade convulsionada em direção ao que se entendia como seu verdadeiro caminho, harmonioso e estável (GOHN, 2008, p.27).

O paradigma explicativo que norteavam os princípios de análise da Escola de Chicago era baseado no princípio que os movimentos sociais, eram fruto de conflitos gerados na ordem natural da sociedade. No contexto de choque entre diferentes realidades e culturas, entretanto, para esse conflito ser produtivo, era necessário à figura de uma liderança, que

² A escola de Chicago foi fundada em 1892 por W.I.Thomas, e durante quarenta anos (1910-1950) foi de grande relevância para afirmação da sociologia enquanto campo de investigação autônomo e um grande centro de estudos das relações sociais , dentre essas investigações , o estudo de movimentos sociais.

equilibrasse as tensões para dirigir um processo de mudança, acomodação rumo a uma reforma na sociedade. Para resumir os pontos-chaves da teoria da mudança social da Escola de Chicago, Gohn utiliza a seguinte reflexão:

Os movimentos eram vistos como ações advindas de comportamentos coletivos conflituosos. A educação, como processo mais informal, que ocorria na própria vida urbana – a cidade moderna e seu contexto de luta pela sobrevivência seria a grande escola de conflitos e crises. Como na fábula: para aprender seria preciso queimar as patas ao tentar apanhar as castanhas. A solução de quaisquer problemas estaria na criatividade (GOHN, 2008, p.29).

Muitos foram os autores ligados a matriz teórica da Escola de Chicago, como Parsons, Turner, Rudolf Heberle, dentre outros, todavia ressaltaremos em linhas gerais a contribuição de Herbert Blumer, que nas décadas de 20 e 30 do século vinte, foi um dos pioneiros na análise de movimentos sociais, aplicando em seus trabalhos a perspectiva do interacionismo simbólico.

Blumer conceituou os movimentos sociais, na perspectiva de entendê-los como ações coletivas, que tem como proposta estabelecer uma nova ordem de vida. Eles surgiram em momentos de alterações sociais, de forma que aglutinariam desejos e esperanças para um novo programa de vida. Os movimentos foram divididos por Blumer em três categorias: genéricos, específicos e expressivos. Os genéricos se caracterizam por serem desorganizados e com vagos objetivos a se alcançar, os movimentos de emancipação feminina são caracterizados por Blumer nessa categoria analítica, entendendo tais movimentos como episódicos, com fracas lideranças e de fácil dissolução. O segundo tipo de movimento, os específicos, seriam formas evoluídas dos movimentos genéricos, com objetivos muito bem especificados, lideranças cristalizadas e reconhecidas dentro e fora do movimento, além disso, tal categoria de movimento possuiria um corpo de valores, regras, pensamento filosófico, de forma que tais movimentos, criariam verdadeiras “sociedades em miniatura”, com instituições próprias e dinâmicas. Os movimentos antiescravistas do século XIX se encaixariam nessa categoria, assim como movimentos reformistas e revolucionários. Por fim os movimentos expressivos, que não tem como proposta a mudança. Tais movimentos seriam atuantes nas áreas da literatura, da filosofia, das artes e eram caracterizados por Blumer como movimentos da moda, que influenciavam o comportamento dos indivíduos, entretanto, não atuavam no sentido de uma mudança na ordem social vigente.

O paradigma dos novos movimentos sociais

As novas abordagens teóricas sobre os movimentos sociais surgiram no decorrer da década de 60, do século vinte, em uma conjuntura intelectual de crítica ao paradigma tradicional marxista, que tecia críticas aos modelos explicativos que observavam os movimentos sociais como fruto das contradições internas, de um sistema econômico-social macro-estrutural, no caso o capitalismo. A partir desses pressupostos críticos, autores como Alberto Melucci, Alain Touraine, Laclau, dentre outros, passaram a investigar os movimentos sociais, a luz de esquemas interpretativos que enfocavam a cultura, a ideologia, as lutas do cotidiano, a solidariedade entre os grupos e a constituição de identidades coletivas, dando sentido a um novo paradigma teórico de interpretação dos movimentos sociais.

Tais mudanças no campo teórico vieram à tona em uma conjuntura histórica específica, principalmente a partir do pós-68. Um período de ascensão de novas formas de ações coletivas, que criticavam os modelos de reivindicação classistas, os programas dos partidos políticos e projetos globais de sociedade. Nesse contexto, que entram em cena as práticas políticas de movimentos sociais como o feminista, ecológico, negro, novo sindicalismo, dentre outros, que ampliaram a forma de se fazer e entender a política, criticando os projetos de sociedade homogenizadores e reivindicando uma perspectiva de sociedade que buscava a diversidade. É nesse momento que surge o novo paradigma de interpretação dos movimentos sociais, como elucida muito bem L.A. Gómez de Souza, ao prefaciá-lo livro redes de movimentos sociais, da autora Ilse Scherer-Warren,

A modernidade, como já indicava Max Weber, privilegiou teórica e praticamente dois espaços, o mercado e o estado, ou seja, as dimensões econômicas e política. A crise dessa mesma modernidade revela a enorme complexidade do real e faz presentes outros espaços, pelo menos tão determinantes quanto os anteriores. Também a crise dos modelos e dos programas políticos questiona o protagonismo dos partidos e traz a luz outras articulações de demandas e de propostas sociais. Não é por acaso, nem devido a modas passageiras, que uma atenção especial tem sido dada aos movimentos sociais. Eles são laboratórios de criatividade, nos quais se testam novas alternativas societárias. Não se trata de projetos globais de discutida aplicação, mas de experiências localizadas e concretas, talvez mais eficazes e com potencial efeito multiplicador. Ao lado dos movimentos tradicionais, surgem os novos movimentos – ecológicos, femininos, negros -, que ampliam enormemente as perspectivas de transformações sociais (Scherer-Warren, 1993, p.7).

O novo modelo teórico, que surgiu nessa conjuntura, tinha alguns pressupostos gerais. A negação da noção funcionalista de cultura, que entendia a mesma como um arcabouço fixo de normas, valores e práticas legadas do passado, passando a entender cultura de forma mais ampla e dinâmica. Crítica ao modelo marxista ortodoxo, que privilegiava a macro análise, compreendendo os movimentos sociais como frutos das contradições internas da estrutura organizacional capitalista e que privilegiava as ações dos movimentos de base discursiva classistas, como partidos políticos, mobilizações operárias e movimentos camponeses tradicionais. Outro aspecto que ganha centralidade no novo paradigma teórico dos movimentos sociais é a ênfase na dimensão política, que é redefinida, compreendendo que as práticas políticas estão nos variados espaços sociais e que as relações de poder estão muito além da relação entre Estado e sociedade civil, o poder, passa a ser entendido no âmbito das micro relações sociais, entretanto, sem negar as relações de poder estabelecidas em macro estruturas, como os aparelhos estatais. Outro aspecto de extrema inovação nesse novo paradigma interpretativo é a ênfase na formação de identidades coletivas, gestada no processo da própria dinâmica dos movimentos sociais, nesse sentido Gohn enfatiza em minúcias a importância do âmbito da identidade coletiva nas análises dos movimentos sociais,

Nos NMS a identidade é parte constitutiva da formação dos movimentos, eles crescem em função da defesa dessa identidade. Ela se refere à definição dos membros, fronteiras e ações do grupo. Jean Cohen (1992), ao estudar a questão da identidade coletiva, introduziu uma distinção entre identidade orientada e estratégia orientada para que pudesse entender por que os movimentos sociais se movem. Isto porque, segundo a autora, sem um entendimento do processo que dá conteúdo a esta identidade, mostra como é formada e quais paixões que motivam os diferentes atores sociais, fica difícil explicar a dinâmica dos movimentos sociais (GOHN, 2008, p.124).

Esse novo paradigma interpretativo, desenvolveu-se juntamente com mudanças empíricas nas formas de organizações dos movimentos sociais, passando a ser vividamente utilizado por variados estudiosos das ciências sociais e ciências humanas em geral, contudo, no artigo aqui exposto trataremos das obras de dois autores dessa corrente, Alain Touraine e Alberto Melucci, que foram responsáveis por importantes contribuições no campo da teoria interpretativa dos movimentos sociais.

As contribuições de Alain Touraine ao novo paradigma

Alain Touraine é um autor de referencial indispensável para o pleno entendimento teórico sobre movimentos sociais. Compreendendo que a análise dos movimentos sociais são de fundamental importância para a plena compreensão da sociedade moderna, na medida em que os mesmos são “as forças centrais da sociedade por serem sua trama, o seu coração” (Gohn, 2008), chegando a afirmar que a sociologia contemporânea teria como objeto de análise principal, o estudo dos movimentos sociais. Touraine rejeita a idéia de alguns marxistas, que analisam a sociedade através das possíveis contradições internas, existentes em um determinado sistema macroestrutural, além de ser um crítico veemente de idéias evolucionistas sociais, que compreendam que a sociedade é regida por leis e suas determinações, entretanto, não rejeita a idéia de dominação existente nas relações sociais. Adepto da análise da ação social, Touraine entende que uma teoria sobre movimentos sociais, deve ser balizada através das ações coletivas e das lutas de atores sociais. Além de ser interpretada através de uma teoria geral, a teoria dos conflitos, conflitos esses, que não se restringem ao acesso aos meios de produções, mas também ao controle de modelos culturais, nesse sentido, para Touraine um movimento social é um conflito social e uma luta pela legitimação de projetos culturais.

O Estado é um fator de relevância para a compreensão do paradigma teórico de Touraine, todavia ele discorda das definições tradicionais que vêem o Estado como aparato burocrático, que possui o uso legítimo da força, para Touraine, “Ele é também agente de transformação histórica por dirigir as mudanças organizacionais, que são também mudanças institucionais. Portanto, o Estado não é apenas o parêntese de poder. É um agente social de reação e transformação, uma força social de mudança histórica.” (Gohn, 2008). Nesse sentido, com a pressão social por parte dos movimentos sociais o Estado estaria aberto à mudança, institucionalizando novas formas de relações sociais. Ao analisar a contemporaneidade, Touraine ressalta que o conceito de movimento social tem que ser revisado, tendo em vista os efeitos da globalização, a crise das instituições tradicionais, as identidades como arena de conflito social o avanço das tecnologias e a elevação do conflito cultural como palco central dos conflitos. Nesse contexto, Everton Lazzaretti Picolotto, resume bem as preocupações contemporâneas do autor,

Em seus trabalhos mais recentes, Touraine retoma a questão do alcance dos movimentos sociais. O autor coloca-se, inicialmente, um questionamento acerca da existência ou não de um conflito

central na sociedade atual e responde positivamente: “Sim, existe um conflito central em nossa sociedade pós-industrial, programada, informatizada, ou seja, la como a chamemos; mais precisamente existe um ator central que luta por uma aposta de importância central” (2003:122). Touraine completa a resposta afirmando que assume posição central na atualidade o conflito cultural. (PICOLOTTO, 2007, p.7).

As contribuições de Alberto Melucci

Alberto Melucci é um autor fundamental para compreensão do novo paradigma teórico dos movimentos sociais, no sentido em que são dele as principais contribuições para o entendimento das identidades coletivas, gestadas no processo de continua formação dos movimentos sociais. Melucci faz uma análise focada nos níveis micro social das relações humanas, tendo em vista sua formação acadêmica, nas ciências sociais e psicologia clinica, direciona sua pesquisa, estabelecendo conexões entre as subjetividades dos sujeitos, mas sem desprivilegiar as conjunturas político-ideológicas dos contextos históricos, dessa forma se afastando drasticamente das concepções clássicas sobre movimentos sociais, como sintetiza bem Picolotto,

Alberto Melucci é um dos fundadores do paradigma da identidade coletiva. Seu enfoque situa-se mais no nível microsocietal, ao contrario de Touraine, por exemplo, que privilegia sistemas macro. Dada a sua formação e atuação profissional – nas ciências sociais e na psicologia clinica – combina a análise das subjetividades dos indivíduos com a análise das condições político-ideológicas de um dado contexto histórico (PICOLOTTO, 16, ver artigo).

Melucci entende que os movimentos sociais, são ações coletivas diferentes de outros fenômenos sociais como a delinquência, as reivindicações organizadas, comportamentos agregados, dentre outros. Tendo isso em vista Melucci conceitua movimento social como, “a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos” (Picolotto, 2007), entendendo a solidariedade como à capacidade dos atores sociais de formarem uma identidade coletiva, identidade essa, que é construída e negociada em um complexo de relações sociais, partilhadas pelos que constituem um movimento. Para Melucci, na contemporaneidade os movimentos sociais são de fundamental importância para uma renovação social, tendo em vista que sua existência por se só, já afetam “os códigos culturais e os sistemas dominantes” (Picolotto, 2007), influenciam na política, na maneira que a definem e praticam de forma mais vasta. Determinam novos modelos organizacionais e por

fim, produzem mudanças na própria cultura, no sentido em que influenciam na redefinição de moral, linguagens e valores.

O paradigma neomarxista

A investigação dos movimentos sociais, sob as orientações do marxismo, tem como principal entendimento que os movimentos são frutos de lutas sociais, com objetivos transformadores da realidade social vigente, no âmbito do combate as varias formas de opressão: econômica, sociopolítica e cultural. Luta essa que não é restringida as revoluções, mas almejando compreender o processo histórico de luta das classes e grupos sociais que se encontram em uma situação de subalternização. As revoluções são entendidas como constituintes desse processo, em um momento que há a o fim da opressão e quebra da hegemonia dos grupos dirigentes para com os subalternos.

O paradigma marxista, erroneamente é visto como sinônimo de análise de movimento operário. Algumas de suas correntes interpretativas colaboram com essa perspectiva, no entanto, a partir das décadas de 70 e 80 do século vinte, ouve uma renovação teórica nesse modelo explicativo, passando a abranger o entendimento de movimentos sociais, analisando, por exemplo, movimentos reivindicatórios de bens, de melhorias coletivas, camponeses, dentre tantos outros fora das camadas operarias. O paradigma teórico marxista, de interpretação dos movimentos sociais, possui uma vasta quantidade e qualidade de correntes, como por exemplo, a ligada aos escritos do jovem Marx e seus estudos de consciência, alienação e ideologia. Temos também as contribuições de marxistas, como Lênin e sua teoria da organização conspirativa, Rosa de Luxemburgo e a interpretação dos movimentos, a luz de conceitos como espontaneidade das massas e desenvolvimento gradual do capitalismo, além das contribuições inovadoras de Antonio Gramsci com as lutas por hegemonia e a noção de Estado ampliado³. Entretanto, no presente trabalho, ressaltaremos as contribuições de dois marxistas em particular, Eric Hobsbawm e E.P. Thompson, dois historiadores que se encaixam em uma conjuntura política e intelectual de renovação do marxismo, que contribuíram enormemente para interpretação dos movimentos sociais e para uma renovação dos princípios de análise marxista.

³ Maria da Gloria Gohn, entende que o conceito de Estado Ampliado, é de fundamental importância para compreensão do pensamento Gramsciano, ressaltando que Gramsci, compreende o Estado como o conjunto de relações existentes entre a sociedade civil e sociedade política. Ou seja, o Estado estaria muito além das concepções que o resumia a um simples aparato burocrático e possuidor do uso legitimo da força, sobre o serviço das classes dominantes.(GOHN)

Hobsbawm, historiador marxista, tem como principal intuito em suas obras acompanhar as condições de vida da classe trabalhadora, seus conflitos, movimentos e projetos de vida. Segundo Gohn, em 1959 Hobsbawm determinou uma diferença fundamental nas interpretações dos movimentos sociais, ao distinguir movimentos de caráter revolucionários, dos de perspectiva reformista. Entendendo os movimentos reformistas, como aqueles que aceitam a estrutura organizacional da sociedade vigente, pretendendo reformar algumas instituições do sistema social geral, já os movimentos revolucionários, teriam como proposta de ação, a transformação completa da sociedade ou sua substituição por outro modelo societário. Hobsbawm também analisou o surgimento dos novos movimentos sociais, a partir da década de 60. Para o autor, com o declínio dos movimentos operários na década de 60, novas forças sociais entram em cena, como por exemplo, os novos movimentos sociais, que teriam uma nova proposta de como fazer política. Ressalta que tais movimentos, recusam a idéia de universalismo, construindo uma política voltada para afirmação das identidades grupais, construindo nos dizeres de Hobsbawm, uma política de identidade, no âmbito da valorização das identidades étnicas, raciais, de gênero e outras minorias subalternizadas. Hobsbawm entende que “Tais movimentos eram mais gritos de socorro que portadores de programas-gritos pedindo um pouco de comunidade a que pertencer num mundo anômico” (Gohn, 2008), nesse sentido para Hobsbawm os novos movimentos sociais, estão na conjuntura de crise dos paradigmas políticos que universalizavam e de uma crise na modernidade.

E.P. Thompson renova a teoria interpretativa marxista, resgatando no materialismo histórico, a categoria analítica da experiência histórica e cultural dos sujeitos. Entendendo a experiência histórica, como o conjunto de valores, sentimentos, consciência, dentre outras experiências vivenciadas e acumuladas no âmbito da vivência pessoal e de grupo social. Para reflexão sobre movimentos sociais, Thompson analisa movimentos sociais populares, operários ou não, entendendo que os conflitos são gerados, para muito além da posse de meios de produção, mas também por questões subjetivas, fomentadas nas experiências do cotidiano. Um importante conceito, trabalhado por Thompson, para o entendimento de movimentos sociais é o de Campos de força, categoria analítica que resgatou da obra de Gramsci, tal conceito é esmiuçado por Gohn da seguinte maneira,

Situando a análise num quadro de lutas de classes, como um processo ativo e dinâmico, permeado de conflitos e contradições que emanam de pólos de interesses antagônicos, cria-se um campo de forças, Este campo tem a ver com a idéia de relação das forças sociais, políticas e militares, com as

possibilidades e os limites dos agentes de luta. Aas condições que configuram o processo de luta não são apenas econômicas, mas, fundamentalmente, políticas e culturais. A experiência vivida e percebida pelos agentes, enquanto um modo cultural determina também os valores e as ações (GOHN, 2008, p.205).

A proposta do artigo foi uma tentativa da reconstituição de algumas matrizes teóricas, de análises sobre movimentos sociais. Percebemos ao decorrer do texto, de como é heterogêneo e divergente tal campo de estudo, no sentido em que o conceito e modelo interpretativo de movimentos sociais, variam de acordo a corrente teórica que o pesquisador pretende seguir em suas pesquisas. Talvez, a única conclusão que permeia os paradigmas aqui expostos, seria que movimentos sociais são complexos, dinâmicos e historicamente localizados, de forma que as teorias explicativas que almejam estudá-los têm que atentar-se a essas características fundamentais.

Referências bibliográficas:

GOHN, Maria da Gloria. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. ed. 7°. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MARTINS, Carlos Benedito. *O que é sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. ed. 3°. Edições Loyola, São Paulo, 1993.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. (2007), *Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas*. Revista eletrônica de ciências sociais (CSOnline), n°. 2, ano I. (Disponível em: <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline> , acessado em 25/07/2010)

**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO SISTEMA DE PROTEÇÃO
SOCIAL BRASILEIRO: O CASO DO BPC NAS CIDADES DE CACHOEIRA E SÃO
FÉLIX-BA**

Fernanda Ferreira de Jesus¹

Resumo: Este artigo aborda a temática: políticas sociais e envelhecimento, dando enfoque ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). O intuito do trabalho consistiu em analisar o impacto do BPC na vida dos idosos residentes nas cidades de Cachoeira e São Félix – BA. Visando uma melhor compreensão acerca desse “benefício”, o presente texto aborda a forma como se deu a inserção dos Programas de Transferência de Renda no Sistema de Proteção Social Brasileiro, analisando de modo específico o caso do BPC. Por fim, é feita uma análise dos dados obtidos através de uma pesquisa quantitativa, mediante a aplicação de questionários nos municípios supracitados.

Palavras-chave: Programas de Transferência de Renda, Idoso, Benefício de Prestação Continuada.

1. Introdução

Dados do IBGE e outros institutos de pesquisa têm confirmado que o processo de envelhecimento no Brasil tende a se intensificar, tratando-se de um processo irreversível. Desse modo, temos que entre 1998 e 2008, a proporção de idosos aumentou de 8,8% para 11,1% (PNAD 2008). Diante desse quadro, é mais do que necessário intensificar o investimento em políticas sociais, principalmente em políticas públicas, capazes de garantir e assegurar uma velhice digna.

Considerando a reflexão acima, o presente artigo tem por objetivo analisar a importância do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para os idosos residentes nas cidades de Cachoeira e São Félix, no Estado da Bahia². É válido ressaltar que o BPC integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).

O texto é resultado da pesquisa quantitativa, de caráter participativo, realizada nos municípios anteriormente mencionados, realizada no período de fevereiro a março do ano de

¹ Bolsista PIBIC e Acadêmica do quarto semestre do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) – Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), Cachoeira - BA. Orientadora: Marina Cruz.

² Ressalte-se que existem no Nordeste 1.077.613 beneficiários do BPC, sendo a Bahia o Estado com o maior número de benefícios no Nordeste (290.424), contabilizando o BPC IDOSO (nesse cálculo não entram os benefícios destinados a deficientes) 141.930.

2010. O instrumento de coleta de dados consistiu num questionário, previamente elaborado e testado pela equipe de pesquisa. Foi feito um levantamento da quantidade de beneficiários existentes nas duas cidades, sendo o cálculo da amostra correspondente a 20% desse total. O pré-teste foi realizado com base na amostra de 10% do universo pesquisado.

Um dos atributos centrais da pesquisa foi traçar o perfil dos idosos³ beneficiários do BPC, a fim de conhecer o impacto deste em suas vidas. É importante ressaltar que não foi revelada a identidade das pessoas entrevistadas. Não foi utilizado nenhum aparelho de gravação de áudio, por respeito aos próprios entrevistados, estes que foram esclarecidos de todo o processo de coleta de dados e do objetivo de tal coleta.

O presente texto está estruturado em quatro partes. A primeira versa sobre o a inserção dos programas de transferência de renda no sistema de proteção social brasileiro, no qual se faz um apanhado geral sobre o mesmo. A segunda retrata o idoso na condição de cidadão e explica um pouco o surgimento e o funcionamento do BPC. A terceira parte trabalha o *impacto do BPC na vida dos idosos residentes nas cidades de Cachoeira e São Félix – BA*, expõe os dados obtidos através da análise das entrevistas realizadas nos dois municípios supracitados. E a quarta apresenta a conclusão da pesquisa em si.

2. A inserção dos Programas de Transferência de Renda no Sistema de Proteção Social brasileiro

Foi no início do século XXI que o combate a pobreza adquiriu destaque, possibilitando a evidência das políticas voltadas ao atendimento das necessidades básicas dos grupos mais vulneráveis. Nesse contexto, ganha proeminência a temática Renda Mínima, que tem sua primeira iniciativa em 1934 com a instituição do salário mínimo. A política de garantia de uma renda social mínima deve ser entendida como um direito social que possui um caráter não contributivo, podendo ser apontada como um novo padrão de Proteção Social no Brasil, o qual almeja a universalização dos benefícios sociais compreendido no SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

No Brasil, os Programas de Transferência de Renda foram incorporados à política assistencial. Vaitsman *et all.* (2009: 732) argumentam que:

[...] a disseminação dos programas de transferência condicionada de renda é parte dessas mudanças nos sistemas de proteção social, em que o próprio sentido da assistência social também

³Nesta pesquisa, são consideradas idosas as pessoas com 60 anos de idade ou mais de acordo com o Estatuto do Idoso. Lei nº 10.741

muda, adquirindo um espectro bem mais amplo, envolvendo a formação de capital humano e redução da pobreza de longo prazo, uma virada em relação à assistência social tradicional [...]

Portanto, os Programas de Transferência de Renda foram adotados no Brasil com condicionalidades, ou seja, com critérios que visam reduzir o número de beneficiários, e de modo focalizado nos mais pobres entre os pobres.

Silva *et al.* (2009) apontam que os Programas de Transferência de Renda são defendidos basicamente por três matizes teóricas, quais sejam: 1) **a de natureza liberal/neoliberal** que os defendem como mecanismo compensatório, eficiente no combate a pobreza enquanto uma política substitutiva dos programas e serviços sociais; 2) **a de natureza progressista/ distributiva** que os considera enquanto mecanismos de redistribuição da riqueza socialmente produzida e como uma complementação aos serviços sociais básicos; e 3) **uma perspectiva que considera os Programas de Transferência de Renda como mecanismo provisório** para inserir social e profissionalmente os cidadãos, numa conjuntura de pobreza. No caso dos programas brasileiros, seus fundamentos orientam-se nos dois primeiros vieses teóricos (liberal/neoliberal e progressista/ distributiva).

A partir de 2001, o Governo Federal começou a desenvolver uma “Rede de Proteção Social”, voltada para a população mais pobre do país, implementando os programas nacionais de transferência de renda, tais como: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à educação – “Bolsa-Escola”; Programa Bolsa Alimentação; Auxílio-Gás (Vale-Gás) e o Programa Cartão-Alimentação. Em 2004, houve a unificação do Bolsa-Escola, Bolsa Alimentação, Vale-Gás e Cartão Alimentação, resultando no Programa denominado Programa Bolsa- Família.

Atualmente, no Brasil, os dois principais Programas de Transferência de Renda são: o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e PBF (Programa Bolsa Família). Silva *et al.* (2009) salientam que a razão de ser de um programa de transferência direta de renda é reduzir a pobreza, e no caso deste acontecer de forma realmente eficaz, é erradicá-la, podendo ser a médio ou em longo prazo.

3. O Idoso e o BPC (Benefício de Prestação Continuada)

O processo de envelhecimento está cada vez mais intenso no Brasil. Dados do IBGE ratificam que a proporção de idosos, entre 1998 e 2008, aumentou de 8,8% para 11,1%. O crescimento desse contingente populacional é fruto de alguns avanços científicos,

especialmente no campo da saúde. Como consequência desse aumento surge uma necessidade ainda maior de políticas sociais, haja vista que essas devem se ocupar com o bem-estar dessa fração da população e com a garantia dos direitos sociais que já lhes foram assegurados por lei (Política Nacional do Idoso, Estatuto do Idoso etc).

No que tange ao marco legal, o Estatuto de Idoso, a Política Nacional do Idoso e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Esse conjunto de leis possibilita reconhecer o lugar social do idoso e identificar o significado da sua condição de cidadania. O Estatuto do Idoso de 1º de Outubro de 2003 (Lei nº 10.741) representa um avanço no sentido da regulação dos direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Nesse contexto, é válido lembrar que o Benefício de Prestação Continuada (que consiste no repasse de um salário mínimo mensal, dirigido às pessoas idosas e às portadoras de deficiência física ou psíquica com renda per capita inferior a ¼ de um salário mínimo) substituiu a Renda Mensal Vitalícia (RMV), que era um benefício situado no âmbito da Previdência Social, que concedeu de 1975 até 1996, uma renda às pessoas idosas e às com deficiência se enquadrassem em algumas exigências, tais como: cidadãos maiores de 70 anos (no caso dos idosos) ou com deficiência e que não exercesse nenhuma atividade remunerada, não auferissem quaisquer rendimentos, que não fossem mantidos por suas famílias, **mas que contribuíssem para a Previdência Social por, no mínimo, doze meses.**

Uma das críticas mais frequentes quanto aos critérios impostos para inclusão no BPC situa-se no campo da renda, a condição de que a renda familiar *per capita* seja de ¼ de um salário mínimo⁴, retrata o limite mínimo para a subsistência no período de um mês. Nesse âmbito Potyara Pereira (1998:128 apud Gomes 2001:116) argumenta se pagou um alto preço para a transição da assistência como direito: “o critério da elegibilidade nela contido inovou em matéria de retrocesso político. Nunca no Brasil, uma linha da pobreza foi tão achatada, acima de ficarem acima dessa linha cidadãos em situação de pobreza crítica”.

A observação de Potyara (1998) deixa explícito que a introdução do BPC no lugar da RMV⁵ exigiu uma “contrapartida” dos cidadãos. À medida que estes não eram mais obrigados a contribuir, por no mínimo doze meses, para ter acesso ao benefício, são obrigados porém a comprovar “*a miserabilidade da família, além de sua própria miserabilidade*” (Sposati: 2008).

⁴ O cálculo da renda é efetuado somando toda a renda familiar e dividindo pela quantidade de pessoas que habitam uma mesma casa. O resultado dessa divisão deve estar abaixo de ¼ de um salário mínimo, ou seja, abaixo de R\$ 127,50 (atualmente, com o valor do salário vigente em 2010 de R\$ 510,00)

⁵ Renda Mensal Vitalícia.

4. O impacto do Benefício de Prestação Continuada (BPC) na vida dos idosos residentes nas cidades de Cachoeira⁶ e São Félix⁷ – BA

A cidade de Cachoeira possui ao todo 127 beneficiários do BPC- idoso⁸. A amostra desta pesquisa foi feita com 20% desse universo, o correspondente a 28 pessoas. O pré-teste foi efetuado com 10% dos 20% da amostra, que corresponde a 3 pessoas. Na cidade de São Félix, o número total de beneficiários do BPC – idoso⁹ é de 51, sendo a amostra composta por 20% desse total, o equivalente a 10 pessoas, e mais um beneficiário que correspondeu ao pré-teste do questionário aplicado (ou seja, 10% dos 20% da amostra).

4.1 Perfil dos Idosos Beneficiários de Cachoeira e São Félix-BA

Dos 28 questionários aplicados junto aos idosos beneficiários na cidade de Cachoeira, percebe-se que 86% residem na Zona Urbana e 14% na Zona Rural. Dos 10 questionários aplicados junto aos idosos beneficiários, residentes na cidade de São Félix, nota-se que 90% residem na Zona Urbana e 10% na Zona Rural.

Quanto à variante faixa etária dos entrevistados de Cachoeira observou-se 14 deles estão na faixa etária de 65 a 70 anos, 6 (seis) entre 71 a 75 anos, mesmo número para a população entre 75 a 80 anos. O grupo etário de 81 a 85 anos é composto por dois dos entrevistados. Procedendo-se aos cálculos, obteve-se uma idade média dos entrevistados de 72 anos. Em São Félix, a faixa etária dos entrevistados varia entre: 10% têm entre 65 a 70 anos, 30% entre 71 a 75 anos, 30% entre 76 a 80 anos, 20% estão entre 81 e 85, sendo idosos com 95-100 anos apresentam 10% do universo. A idade média dos idosos entrevistados é de 78 anos.

No que concerne à renda dos idosos residentes em Cachoeira, 93% destes possuem o BPC como única renda, e apenas 7% exercem atividades complementares (3,5% costuram e 3,5% “trabalham na roça”). Em São Félix, 90% possuem o “benefício” como única renda e 10% exercem atividades complementares (carpinteiro).

⁶ Cachoeira, município brasileiro no estado da Bahia, está localizado na microrregião de Santo Antônio de Jesus. Situado as margens do Rio Paraguaçu, está distante cerca de 120 km de Salvador. De acordo com o IBGE, no ano de 2003 sua população era estimada em 31.071 habitantes. Informações disponíveis em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Cachoeira_\(Bahia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cachoeira_(Bahia))

⁷ São Félix, município brasileiro do estado da Bahia. Sua população estimada em 2004 era de 14 477 habitantes. Fica à margem direita do Rio Paraguaçu, a 110 km de Salvador. Informações disponíveis em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_F%C3%A9lix_\(Bahia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_F%C3%A9lix_(Bahia))

⁸ Dados referentes ao ano de 2008, disponibilizados pela Secretária de Ação Social do município de Cachoeira.

⁹ Dados referentes ao ano de 2008, disponibilizados pelo Centro de Referência de Assistência Social do Município de São Félix, com a autorização da Secretária de Ação Social do mesmo município.

Os dados, quanto à escolaridade dos idosos residentes em Cachoeira, não diferem muito dos dados nacionais para esse contingente populacional: Não-alfabetizado (31,5%), alfabetizados (28,8%), com ensino fundamental incompleto (24,5%) e ensino médio completo (15,2%). No caso de São Félix, observou-se o seguinte: 60% não são alfabetizados, 30% alfabetizados e/ou cursaram o antigo Mobral e 10% possuem o ensino fundamental incompleto. Esses dados revelam o baixo nível de escolaridade dos entrevistados e a importância do BPC para esses idosos, pois a grande maioria possui somente essa fonte de renda para prover seu sustento, e muitas vezes, o de seus familiares, entre eles, filhos e netos.

Se compararmos esses números à média nacional, observamos que os idosos nordestinos possuem uma média de escolaridade de apenas 2,7 anos de estudo, sendo a maior média de 6,6 anos, encontrada no Distrito Federal (PNAD 2008). Os idosos brasileiros, segundo a mesma PNAD, ainda mantinham altas taxas de analfabetismo, sendo que 32,2% não sabiam ler e escrever. Os idosos apresentam também altas taxas de analfabetismo funcional (menos de quatro anos de estudo), com um percentual correspondente a 51,7%.

Quanto à variável religião, os entrevistados, residentes em Cachoeira, 39,2% dos entrevistados afirmam que são cristãos/evangélicos; 46,8% cristãos/católicos; 3,5% são de religiões de matizes africanas (Candomblé) e 10,5% não souberam ou não quiseram prestar informação a esse respeito. Em São Félix, essa variável aponta respectivamente para o seguinte: 30% são cristão/evangélicos, 50% cristão/católicos e 20% não possuem religião ou não quiseram informar.

No que tange à variável cor, na cidade de Cachoeira, tem-se que: 35% dos idosos se consideram negros/pretos, 3,5% brancos, 30% moreno, 14% moreno claro, 3,5% moreno escuro, 7% pardo, 3,5% mulato e 3,5% não souberam ou não quiseram informar. Quanto à cor, os entrevistados em São Félix, declararam ser 30% de cor negra/preta, 10% branca, 20% morena, 10% morena clara, 10% parda e 20% não souberam ou não quiseram informar.

As famílias dos beneficiários, entrevistados em Cachoeira, que são compostas por 02 membros (incluindo o beneficiário) residindo numa mesma casa contabilizam 39,5%, enquanto as com 03 membros (incluindo o beneficiário) somam 18%, as com 04 (incluindo o beneficiário) 7%, as com 05 (incluindo o beneficiário) 3,5%, as com 06 ou mais (incluindo o beneficiário) 14%, e os beneficiários que moram só chegam a 18%. Em São Félix, esses dados variam entre as famílias que são compostas por 02 membros (incluindo o beneficiário) residindo numa mesma casa contabilizam 10%, enquanto as com 03 membros (incluindo o beneficiário) somam 10%, as com 04 (incluindo o beneficiário) 40%, as com 06 ou mais (incluindo o beneficiário) 10%, e os beneficiários que moram só chegam a 30%.

Dos beneficiários de Cachoeira que convivem com alguém, encontrou-se os seguintes dados: 45% são filhos, 32% netos, 2% bisnetos, 2% irmãos, 17% esposo(a) e 2% não possuem nenhum parentesco, mas relações de outro caráter como apadrinhamento. Em São Félix, encontrou-se o seguinte: 30% filhos, 50% netos (sendo 5% correspondente a esposa (o) dos netos), 10% bisnetos e 15% esposo (a).

No Brasil, a proporção de idosos que moravam com os filhos, segundo a PNAD 2008, era de 33,3%, sendo que nas regiões Norte e Nordeste o percentual é bem mais elevado, mais de 50% dos idosos viviam com seus filhos. A alta porcentagem de netos que moram com avós e avôs demonstra a responsabilidade que os idosos têm para com seus familiares.

No tocante à composição familiar em Cachoeira nota-se que apenas 18% dos beneficiários moram sozinhos, o que remete a conclusão de que 82% dos mesmos residem com pelo menos uma pessoa, a qual, em grande parte, não possui empregos assalariados, sendo os bicos (serviços alternativos e temporários) uma forma de ocupação predominante entre os membros familiares dos idosos, seguido do número de aposentados e pensionistas. Esse fato corrobora a importância do BPC para a vida dos idosos e seus entes familiares.

4.2 Condições de moradia dos beneficiários das cidades de Cachoeira e São Félix.

As análises das condições de moradia podem auxiliar na compreensão do perfil socioeconômico dos beneficiários. Quanto a esse elemento, encontramos em Cachoeira os seguintes dados: 86% residem em casas próprias, 3,5% em alugadas, 7% em cedidas e 3,5% se enquadram em outra forma. 100% dos domicílios são de bloco/tijolo. Em São Félix: 90% dos entrevistados residem em casas próprias, sendo 10% em cedidas (pelo governo). 100% dos domicílios são de bloco/tijolo.

Quanto à infra-estrutura, obteve-se em Cachoeira o seguinte: 17% dos domicílios possuem três cômodos, 22% quatro cômodos, 29% cinco cômodos, 17% seis cômodos e 15% oito cômodos. Em São Félix, esses dados correspondem ao seguinte: 10% três cômodos, 20% quatro cômodos, 60% cinco cômodos, e 10% seis cômodos.

Em Cachoeira, observou-se que 39% dos domicílios possuem piso em toda residência, 39% não possui em alguma parte da casa e 22% possuem somente em uma parte. 93% têm banheiro e 7% não. 100% das casas possuem luz elétrica. Em 71,5% dos domicílios o destino do esgoto é a rede de esgoto, 25% é fossa e 3,5% outro destino. Em 93%, o lixo é coletado, 3,5% queimado e 3,5% possui outro destino.

Em São Félix, 40% possui piso em toda residência, 40% não possui em alguma parte da casa e 20% possuem somente em uma parte. Todos os domicílios (100%) têm banheiro, sendo que em 10% das casas, este se encontra localizado do lado de fora das casas. 100% das habitações dos beneficiários têm luz elétrica. Em 90% dos domicílios, o destino do esgoto é a rede de esgoto, e em 10% é a fossa. Em 90% dos casos o lixo é coletado, e em 10% são queimados.

Os dados revelam a baixa infra-estrutura de moradia dos idosos, tendo um impacto direto na qualidade de vida dos mesmos, visto que com a chegada da idade, as pessoas tendem a passar mais tempo dentro do próprio lar, tendo limitada sua mobilidade.

4.3 Lazer e engajamento social dos idosos de Cachoeira e São Félix

A porcentagem das opções de lazer foi calculada de forma separada, ou seja, cada opção pode chegar até 100%, haja vista que a maioria dos beneficiários relatou fazer duas ou mais atividades nos seus tempos livres (questão de múltiplaescolhas). Nesse sentido, os idosos de Cachoeira apontam que: 38,5% fazem os afazeres domésticos, 21% fazem compras para casa, 52,5% assistem televisão, 17,5% vão à rua, 3,5% andam, 28,5% vão à igreja, 7% escutam música, 10,5% passeiam e viajam, 3,5% jogam dominó, 3,5% ficam em casa, 3,5% vendem doces para complementar a renda, 7% vão ao médico, 3,5% comem e dormem, 3,5% repousam e 3,5% costumam. Em São Félix as atividades citadas foram: 50% fazem os afazeres domésticos, 20% fazem compras para casa, 20% assistem televisão, 20% vão à rua, 10% andam, 10% vão à igreja, 10% escutam música, 10% passam a maior parte do tempo deitados, 20% passeiam e viajam, 10% cuidam dos netos, 10% limpam o quintal, 10% ficam em oficinas, 10% fazem barcos, 10% comem e ficam sentados, 10% vistam parentes.

No que se relaciona ao engajamento social dos idosos na cidade de Cachoeira, nota-se que apenas 7% dos entrevistados possuem algum engajamento, quantificando 93% os que não o possuem, dos 7% que são engajados, tem-se que 50% participam de associação de moradores e 50% de associação de bairros. O alto número de não participação foi justificado, algumas vezes durante as entrevistas, pela inexistência desses órgãos ou do não conhecimento da existência dos mesmos. Em São Félix, nota-se que 20% dos entrevistados possuem algum engajamento, quantificando 80% os que não o possuem. Dos 20% que são engajados, tem-se que 100% participam de associação de moradores. Bem como em Cachoeira, em São Félix o alto número de não participação foi justificado, algumas vezes durante as entrevistas, pela inexistência desses órgãos ou pelo não conhecimento da existência dos mesmos.

4.4 Trabalho e Renda em Cachoeira e São Félix

Nas residências dos entrevistados em Cachoeira verifica-se que 64% das demais pessoas que vivem com o beneficiário não possuem renda, sendo que em 14% dos domicílios trabalha uma pessoa, em 7% trabalha 2 pessoas, em 7% trabalha 3 membros, em 4% trabalha 4 integrantes da família e também em 3,5 trabalham 6 ou mais pessoas. Essa informação demonstra nitidamente a dificuldade das famílias que possuem um número maior de membros, em empregar todos. Fato esse que se agrava, levando em consideração as formas de ocupação relatadas daqueles que conseguem um emprego, na qual se tem: 7% de assalariados e 93% de fazem bicos.

Em São Félix, verifica-se que 60% das demais pessoas que vivem com o beneficiário não possuem renda, sendo que em 30% dos domicílios trabalha uma pessoa, e em 10% trabalham três membros da família. E dos que trabalham 16,7% são de carteira assinada e 83,3% fazem bicos (empregos instáveis/ prestação de serviços por conta própria). Esse é outro dado preocupante, considerando que em apenas 40% dos domicílios visitados nessa cidade algum membro da família trabalha, e a maioria (83,3%) possuem empregos temporários. Essa informação demonstra a importância do BPC para a manutenção da casa, haja vista que na maioria dos domicílios é a renda proveniente do benefício que mantém toda a família.

Quanto à renda do idoso de Cachoeira, constatou-se que 100% dos idosos possuem renda inferior a $\frac{1}{4}$ de um salário mínimo, quando contabilizada sem o benefício. Quando essa renda é incluída, obtém-se que 100% dos entrevistados passa a ter uma renda entre 1e 2 salários mínimos. A renda familiar, sem o benefício, é a seguinte: 32% menor que $\frac{1}{4}$ de um salário mínimo, 29% menor que meio salário mínimo e 39% entre 1-2 salários mínimos. Com o benefício, a renda familiar fica assim distribuída: 79% com 1-2 salários mínimos e 21% entre 2-3 salários mínimos.

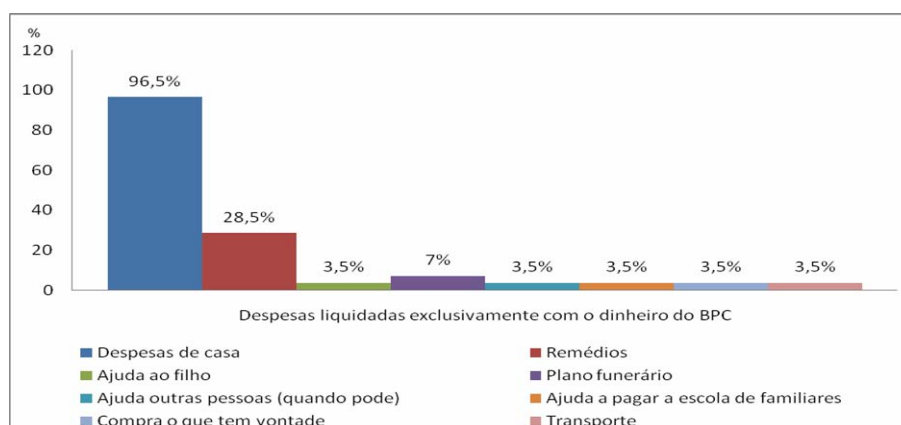
O idoso de São Félix apresenta renda semelhante: 100% dos idosos possuem a renda inferior a $\frac{1}{4}$ de um salário mínimo (sem o BPC), quando se inclui essa renda, todos os entrevistados ficam com 1e 2 salários mínimos. A renda familiar (sem o BPC) fica da seguinte forma: 40% dos entrevistados ganham menos que $\frac{1}{4}$ de um salário mínimo, 40% menos que meio salário mínimo e 10% entre 1-2 salários mínimos. Com o benefício, 100% dos entrevistados passa a perceber entre 1e 2 salários mínimos. Mesmo com a presença de outros membros da família que trabalham a renda familiar não ultrapassa dois salários

mínimos. Isso comprova a baixa empregabilidade e as difíceis condições de acesso ao trabalho. Quando se analisa o rendimento domiciliar dos idosos. Para o conjunto do País, a PNAD 2008 aponta que 11% possuíam uma renda média inferior a 1/2 salário mínimo.

4.5 O BPC e o Idoso Beneficiário de Cachoeira e São Félix

Dentre as principais despesas que os idosos de Cachoeira destaca-se que 3,5% dos idosos entrevistados pagam aluguel, 100% gastam com alimentação, luz e gás. 97,5% pagam água, 71% gastam medicação, 46% pagam algum tipo de transporte, 21% ainda têm despesas com lenha e 82% dos entrevistados possuem outras despesas. É importante atentar que essas despesas são liquidadas principalmente com o dinheiro do BPC, como veremos no gráfico a seguir.

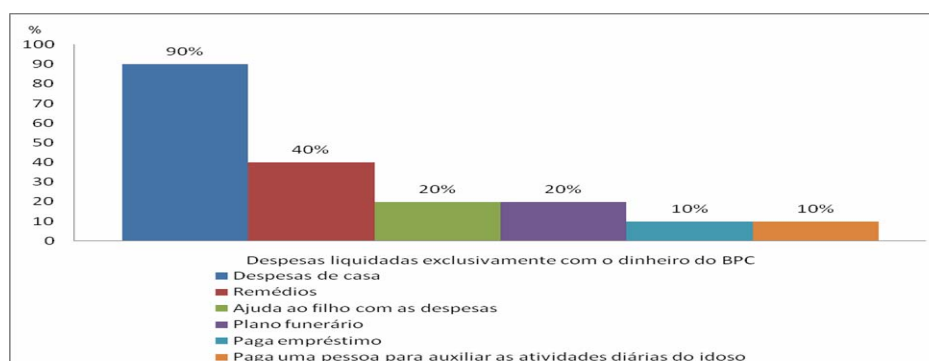
Gráfico 1: Despesas liquidadas exclusivamente com a renda do BPC em Cachoeira



Fonte: Coleta direta em Cachoeira através de entrevistas, no período referente a fevereiro a abril de 2010.

Os idosos de São Félix informaram que gastam suas despesas da seguinte forma: 100% com alimentação, água, luz e gás. 40% com transporte e outros 90% com medicação e 80% com outros gastos. Quanto às despesas que são liquidadas somente com o dinheiro do BPC, as mesmas estão distribuídas, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 2: Despesas liquidadas exclusivamente com a renda do BPC São Félix



Fonte: Coleta direta em São Félix através de entrevistas, no período referente a fevereiro a abril de 2010.

Quanto à posse do cartão para recebimento do benefício, 79% dos beneficiários de Cachoeira informaram que estão de posse do seu cartão e os outros 21% não, sendo que entre esses últimos, o mesmo encontra-se em posse de um filho, que, segundo o relatado, retira o dinheiro e o repassa para o idoso. Em São Félix, 50% dos beneficiários estão de posse do seu cartão, 50% não, encontrando-se o mesmo em posse de um filho. Esse dado nos remete à reflexão, de que muitas vezes, os filhos ficam com a posse do cartão magnético, levando em consideração questões como a baixa escolaridade dos idosos, problemas de saúde, motivos de segurança e dificuldades para lidar com a tecnologia.

A condição de vida dos idosos de Cachoeira, antes de receber o benefício, principalmente no que tange à renda, está assim distribuída: 21,7% dos entrevistados contavam com a ajuda dos filhos; 3,5% passavam fome por não ter renda alguma; 21,7% tinha uma vida bem mais difícil; 3,5% tinham a ajuda da madrinha, 14,6% trabalhavam, mas mesmo assim a vida era mais difícil - “*passavam mais apertado*”; 7% dependiam do esposo (a); 3,5% vendiam sucata e recolhia comida para se alimentar, mas mesmo assim era satisfeito; 3,5% viviam de fazer bicos; 3,5% tinham a ajuda da irmã; 3,5% tomavam dinheiro emprestado, porque não tinham renda certa; 3,5% trabalhavam, mas mesmo assim dependiam do esposo (a) e 10,5% viviam da pescaria.

Os idosos entrevistados de São Félix argumentam que a vida antes de receber o benefício, principalmente no que tange à renda, estava assim distribuída: Em 50% dos casos, os idosos trabalhavam, mas a vida era mais difícil, haja vista que a maioria deles, bem como seus familiares, atualmente, vivia de fazer bicos.

No que tange às mudanças ocorridas após a inclusão no benefício, os idosos de Cachoeira observa-se que: 24% relatam que aumentou o poder de compra; 7,5% disseram que ficaram mais independentes; 7,5% alegam que continuaram na mesma (não mudou nada); 7,5% melhoraram, porque podem ajudar nas despesas de casa; 7,5% agora podem pagar suas contas em dias; 7,5% declaram que podem pagar as despesas básicas; 7,5% afirmam que possuem mais crédito; 10% citam que pararam de trabalhar; 3,5% não passam mais fome; 3,5% confessam que não dá para os gastos básicos, mas que ajuda; 3,5% se sentem satisfeito; 3,5% alegam que melhorou um pouquinho; 3,5% afirmam que agora tem um dinheiro certo; assim como 3,5% disseram que antes não tinham dinheiro fixo e agora têm.

Os entrevistados em São Félix apontam como mudanças ocorridas após a inclusão no benefício: pararam de trabalhar (40%), ajudam nas despesas de casa (20%), alimentam-se melhor (10%), pagam uma pessoa para lhes auxiliar nas suas atividades diárias (10%) e além de pararem de trabalhar, ainda aumentaram seu poder de compra (10%).

Quando indagados sobre sua opinião em relação ao programa BPC em Cachoeira, 54,5% dos entrevistados o consideram bom; 7% disseram que ajuda muito, 14% que é ótimo, 3,5% que é pouco, 3,5% que ajuda, 3,5% estão satisfeito, “*porque pior é sem nada*”, 7% que é muito bom, 3,5% que é maravilhoso, e 3,5% argumentam que “*o pouco com Deus é muito*”. Com relação ao BPC em São Félix, 20% dos entrevistados o consideram bom; 20% que é ótimo; 10% que é bom, mas é pouco; 40% é bom/ajuda e 10% acreditam que pouco ou muito, Deus ajuda.

Entre as possibilidades de mudanças no programa, 25% dos entrevistados em Cachoeira afirmaram que não mudariam nada, 14% aumentariam o valor, 50,5% acrescentariam o 13º salário, 7% levantaram que a possibilidade de fazer empréstimo ajudaria, e 3,5% gostariam que aumentasse o valor e fosse acrescentado o 13º salário. Em São Félix, 20% não mudariam nada, 10% aumentariam o valor, 50% acrescentariam o 13º salário, 10% gostariam que aumentasse o valor e que fosse incorporado o 13º salário e 10% gostariam que aumentasse o valor e que pudesse fazer empréstimo. Entre um dos motivos apontados para o acréscimo do 13º salário está o fato de que no final do ano as mercadorias aumentam de valor, principalmente os gêneros alimentícios, além é claro, de ser natural a vontade de adquirir algo novo, seja uma vestimenta, seja um móvel para a casa.

Quanto ao que há de positivo no programa, 32% dos entrevistados em Cachoeira entendem que está tudo bom, 10,5% acreditam que o programa ajuda muita gente que não tinha nada, 50,5% apontam a garantia, o fato de ser um dinheiro certo, 3,5% acreditam que “*ruim com ele pior sem ele*” e 3,5% não informou. Já em São Félix, 10% acham que está tudo bom, 10% acreditam que o programa ajuda muita gente que não tinha nada, 80% apontam a garantia, o fato de ser um dinheiro certo

Entre os itens apontados como negativos no programa, os entrevistados de Cachoeira salientaram a ausência do 13º salário (10,5%), não poder fazer empréstimo (3,5%), valor irrisório (18%) e nada de negativo (68%). Os entrevistados de São Félix apontaram o seguinte: ausência do 13º salário e o fato de não conseguirem fazer empréstimo (30%), o empréstimo que o idoso fez e que está descontando (10%), não há nada de negativo (50%) e 10% argumentou que não entendiam muito dessas coisas.

É importante ressaltar que a questão dos critérios para ter acesso ao “benefício” (renda per capita inferior a ¼ de um salário mínimo, ter 65 anos) não foram citados como algo negativo, talvez porque muitos dos beneficiários entendem esse direito como uma benevolência do Estado e não como um mecanismo de redistribuição de renda ou até mesmo pelo baixo grau de escolaridade dos mesmos que os impede de fazer uma leitura mais crítica dessa situação.

4.6 As condições Subjetivas de Saúde dos Idosos Beneficiários em Cachoeira e São Félix.

As questões acerca das condições de saúde do idoso foram elaboradas, levando em consideração que a atenção a saúde é essencial a pessoa em qualquer idade, para o idoso, então, essa atenção é indispensável. Foram levantadas questões que são significativas para mensurar a qualidade de vida do idoso, bem como da sua família.

Os problemas de saúde apresentados pelos idosos entrevistados em Cachoeira foram: Varizes (7%), pressão alta (61%), prisão de ventre (3,5%), diabetes (7%), problema de coluna (7%), problema de estômago (10,5%), problema no esôfago (3,5%), tosse (3,5%), cistos (3,5%), problema na tireóide (3,5%), depressão (3,5%), problema no coração (7%), coagulo (3,5%), derrame (3,5%) e Acidente Vascular Cerebral – AVC (3,5%).

Em São Félix foram apontados os seguintes: Pressão alta (50%), Dor de cabeça (10%), Diabetes (20%), Acidente Vascular Cerebral – AVC (10%), Problemas de estômago (10%), Problemas nos ossos/ Artrose (20%), Problemas no coração/ Infarto (10%), Labirintite (10%). Uma questão a ser analisada, posteriormente, é o alto índice de pessoas com pressão alta, tanto em Cachoeira quanto em São Félix.

Dos idosos de Cachoeira, 78% fazem uso de medicação contínua e 22% não. 72% têm acompanhamento médico periodicamente, 28% não. As frequências de ida ao médico foram apontadas, conforme a seguir: 3,5% vão toda semana ao médico, 32% vão todo mês, 10,5% vão a cada dois meses, 7% vão a cada três meses, 3,5% vão a cada quatro meses, 10,5% vão uma vez por ano 29% só vão quando estão doentes ou precisando e 7% vão sempre. Já os idosos entrevistado em São Félix: 90% fazem uso de medicação contínua e 10% não, 80% têm acompanhamento médico periodicamente, 20% não. As frequências de ida ao médico foram apontadas como: 10% quando o médico do posto comparece ao domicílio; 10% vão de 15 em 15 dias; 50% vão todo mês; 10% vão a cada 3 meses e 10% só vão quando estão doentes ou precisando.

Mesmo tendo a maior parte dos idosos entrevistados, apontado para a existência de algum problema de saúde, percebe-se que a maioria deles tem acompanhamento médico, principalmente nas Unidades de Saúde da Família, onde têm fazem acompanhamento dos problemas relatados. Dentre os problemas de saúde mais recorrente, destaca-se a pressão alta, bastante comum em pessoas idosas.

5. Considerações Finais

Os dados coletados nas cidades de Cachoeira e São Félix revelam a baixa condição de vida dos idosos entrevistados. Idosos esses que precisam dessa renda para assegurar sua sobrevivência e a de seus familiares. Os dados apontam também que o valor do benefício repassado não é suficiente para assegurar aos idosos uma vida digna, sendo o mesmo apenas suficiente para suprir algumas despesas básicas, ficando os mesmos à mercê de familiares ou mesmo da própria sorte. Isso revela que os rígidos critérios para a concessão do BPC precisam ser revistos. Por último, os dados revelam ainda que é necessário investir em políticas públicas para melhorar a condição de vida dos idosos nas áreas de saúde, lazer, habitação e renda. O critério da renda para que se adquira o Benefício de Prestação Continuada, precisa ser, se não excluído do processo, no mínimo precisa ser repensado, pois condicionar ou deixar de condicionar um benefício a uma determinada pessoa, usando o critério da idade ou de determinada deficiência não condiz

Além disso, adotar um corte de pobreza extremamente rígido é fazer com que esse benefício chegue apenas para os mais pobres dentre os muitos pobres idosos existentes no país. Portanto, seria mais coerente redesenhar essa política pública nos moldes de uma política mais universal, capaz de atender aos idosos em situação de pobreza, adotando critérios menos rígidos de elegibilidade, tais como renda per capita de um salário mínimo ao invés de $\frac{1}{4}$ do mesmo, tendo em vista que os gastos em geral tendem a aumentar na velhice, sobretudo devido aos problemas de saúde, os quais são mais recorrentes entre idosos do que em qualquer outro contingente populacional.

Apesar de suas fragilidades, a pesquisa, realizada nos municípios de Cachoeira e São Félix, demonstra a importância do benefício para o sustento “apertado” do idoso e de seus entes, pois assim como a aposentadoria, o BPC aparece, para a maioria dos entrevistados, como a única fonte segura de renda. O baixo valor repassado compromete, no entanto, uma qualidade de vida digna condizente com a velhice, que requer maiores cuidados na área da saúde, tendo em vista o aumento com cuidados médicos, dentre eles, o consumo contínuo de medicamentos, que nem sempre, são fornecidos pelo sistema de saúde. Ademais, essa renda

ainda tem que ser dividida com os entes familiares, que em grande parte, encontram-se sem nenhuma outra fonte de acesso à renda. Portanto, seria mais viável adotar uma renda básica universal, a qual não se limitaria somente a uma pessoa, mas a todos os membros familiares, assegurando assim a redução da pobreza de fato e não apenas a mitigação da fome, como os programas a estilo do Bolsa Família e do BPC tem feito.

Referências

BRASIL. “**Estatuto do Idoso**”. Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2003 (nº 3.561, de 1997, na Casa de origem).

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>, acesso em 19 de novembro de 2009.

IBGE, **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**. Estudos e Pesquisas – Informações Demográficas e Socioeconômicas. 2009

GOMES, Ana Lígia. “**O benefício de prestação continuada: uma trajetória de retrocessos e limites**”. In: Serviço Social e Sociedade, Ano XXII, novembro, 2001.

LAVINAS, Lena. “**Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social**”. In: Ciência e Saúde Coletiva, 12(6):1463-1476, 2007.

PAUGAM, Serge. “**Fragilização e ruptura dos vínculos sociais: Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social**”. In: Serviço Social e Sociedade, nº 60, Ano XX, Julho de 1999.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. “**A política social brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**”. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sônia Maria Teixeira. “**Os direitos (dos desassistidos) sociais**”. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. “**Proteção Social de Cidadania: Inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal**”. 2. Ed. Aldaíza Sposati, (org.) – São Paulo: Cortez, 2008.

TORRES, Julio Cesar. “**O SUAS e a universalização da renda social mínima no Brasil**”. In: Serviço Social e Sociedade, n.92, ano XXVIII, novembro, 2007.

VAITSMAN, Jeni; ANDRADE, Gabriela Rieveres Borges de; FARIAS, Luís Otávio. “**Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988**”. In: Ciência e Saúde Coletiva, 14(3):731-741.2009.

A ESCRITA E A REESCRITA DO ROMANCE TOTAL DA AMÉRICA LATINA: DE *OS SERTÕES* A *GUERRA DO FIM DO MUNDO*

“Diferentes verdades aparecerão, variando segundo as concepções defendidas, as vinculações ideológicas e sociais de quem se propõem a rememorar”.

(MACEDO, MAESTRI, 1997, p. 106)

Leonardo Guimarães Leite¹

A história da Guerra de Canudos (1896-1897), nestes mais de cem anos, vem suscitando discussões e reflexões, por ter se tornado um dos acontecimentos mais impressionantes da história brasileira. Contudo um fato inegável pelos estudiosos deste episódio é que a obra *Os sertões* (1902), foi um dos principais responsáveis, por tornar os acontecimentos ocorridos no sertão da Bahia conhecidos no Brasil e no mundo. A contribuição da “obra-mestra” de Euclides da Cunha foi e continua sendo imprescindível, para os que se empenharem na árdua e prazerosa tarefa de estudar a história de Belo Monte, Antônio Conselheiro, e da maior guerra civil da história do Brasil republicano.

Através da influência arrebatadora de *Os sertões*, várias teses, estudos monográficos, livros acadêmicos e literários, foram produzidos, concordando ou discordando da interpretação de Euclides, o que o tornou um dos escritores brasileiros mais estudados de todos os tempos. Contudo é importante salientar, que a influência do “*livro vingador*”, não se limitou às fronteiras nacionais, atingindo vários intelectuais do mundo, como o escritor peruano Mario Vargas Llosa, que publica em 1981 *A guerra do fim do mundo*, um romance que pretende recontar os fatos da história da guerra de Canudos, a partir da reescrita desse clássico, sob uma nova perspectiva literária, *La nueva novela hispano-americana*, que começa a emergir a partir da década de 1960.

¹ Estudante do Curso de História na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Orientador: Prof. Ms. Nuno Gonçalves Pereira. Email: caloleo@bol.com.br.

Como se sabe, muitos fatos interessantes da Guerra de Canudos já foram exaustivamente bem debatidos, - por exemplo, as causas e conseqüências da guerra; se Belo Monte foi ou não um movimento monarquista, messiânico e milenarista- mas, um tema ainda pouco explorado pela historiografia canudense, e que merece mais atenção, diz respeito à memória histórica desse acontecimento. O objetivo desse trabalho é comparar as obras *Os sertões* e *A guerra do fim do mundo*, no intuito de entender como o escritor peruano, se apropria e reescreve a narrativa euclidiana, rememorando com isso a história de Belo Monte, e tentando a meu ver, dar continuidade ao projeto de escrita do *romance total* da América Latina. Quais foram suas motivações e significados, o que as obras de Euclides e Vargas Llosa têm em comum e de divergente, são alguns dos questionamentos que intentamos responder ao longo deste artigo.

A história de Canudos presa na “Gaiola de Ouro”: A escrita de *Os sertões*

Logo após o término da Guerra de Canudos, alguns contemporâneos se debruçaram para explicar e refletir sobre as causas e conseqüências daquele conflito. Todavia, a motivação mais contundente desses indivíduos, sem dúvida, era justificar as derrotas militares, bem como os crimes de guerra cometidos pelos soldados, principalmente no término do conflito².

Um dos primeiros indivíduos a se pronunciar publicamente sobre esse assunto foi o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues, que influenciado não esqueçamos, pelas teorias raciais amplamente compartilhadas por vários intelectuais da época, expôs no artigo *A loucura epidêmica de Canudos*³, escrito no contexto final da guerra, que para se compreender o movimento conselheirista, necessitava-se para isso, buscar explicações na psiquiatria. Conselheiro sobre esse ponto de vista, não passava de um “doente mental”⁴ e seus seguidores sertanejos, eram vistos como elementos passivos da sua “loucura”. Para Nina Rodrigues, Canudos era um

² Ver MACEDO, José Rivair, MAESRTRI, Mário. *Belo Monte: uma história da Guerra de Canudos*. São Paulo: Moderna, 1997. pp. 107-113.

³ Ver HERMAN, Jacqueline. *Canudos destruído em nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897*. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol 2, nº. 3, 1996, p. 82.

⁴ Sobre a interpretação de Nina Rodrigues sobre Conselheiro, e todos os seus argumentos, ver a tese de Flávio Costa, que defende a idéia, de que Conselheiro não tinha nenhuma anormalidade psíquica, e que seu comportamento era plenamente coerente com o seu papel de místico e que suas atitudes, representaram um esquema de vida bem sucedida. Ver Flávio José S. Costa. *Antonio Conselheiro Louco?*. Ilhéus: Editus, 1998.

exemplo claro das práticas que uma raça inferior – no caso os mestiços sertanejos - poderia executar⁵.

É importante salientar que os argumentos dos contemporâneos, não se limitaram somente a falar e a escrever contra o Conselheiro e sua gente. Surgiram também, aqueles que não estavam de acordo com o rumo tomado pela guerra no sertão da Bahia. O extermínio de vários brasileiros, mortos das formas mais cruéis que se podiam imaginar, causou a revolta, por exemplo, de vários jovens estudantes baianos, de alguns escritores e de uma parte da opinião pública⁶.

Em 1898, Afonso Arinos, um monarquista, transformou uma série de artigos publicados no jornal *O Comércio de São Paulo*, no livro *Os Jagunços*, que tinha como objetivo principal denunciar à população brasileira, as violências militares. Em 1899, é publicado outro livro, *O rei dos jagunços*, um romance histórico, escrito pelo jornalista Manuel Benício, no qual, ele narra o ambiente sertanejo e seus costumes. Esse livro também relata a grande chacina praticada pelo exército nos momentos finais da guerra. Nesse mesmo ano ainda, o deputado César Zama, escreve um contundente *libelo* contra o exército brasileiro⁷.

Mas é importante ressaltar, que o livro que mais suscitou discussões e denunciou de forma mais veemente as barbáries cometidas em Belo Monte\Canudos, foi sem dúvida, *Os sertões: Campanha de Canudos*, de Euclides da Cunha. Publicado em dezembro de 1902, esta obra se esgota em poucas semanas e se constitui num sucesso de crítica e venda. Os sertões revela detalhes impressionantes e até então inéditos sobre a geografia e o homem dos sertões da Bahia, para não falar da guerra, que toca Euclides profundamente e quase que por uma força “transcendental”, o leva a publicar o livro que se tornaria um dos maiores clássicos da literatura brasileira de todos os tempos.

O próprio Euclides quase que confirma sua “missão”, ao revelar numa caderneta sua encontrada e posteriormente publicada pela primeira vez na revista do grêmio Euclides da Cunha em 15 de Agosto de 1918, suas impressões:

Escrevi-o (Os Sertões) em quartos de hora, nos intervalos da minha engenharia fatigante e escura (...) Escrevi esse livro para o futuro. Levado por um conjunto de circunstâncias a que não pude

⁵ HERMAN, 1996, p. 82.

⁶ Ver MACEDO, MAESTRI, 1997. p. 107.

⁷ Idem, p.107.

ferrar-me, a assistir a um doloroso drama da nossa história e escrevendo-o com a mesma sinceridade estóica de Tucídedes ao traçar a história da Guerra do Peloponeso (...) ⁸.

Essa sua comparação com o grande historiador grego Tucídedes (460-396 A.C), é no mínimo interessante, pois ele afirma no mesmo diário citado acima, que os protestos ao seu livro não apareceriam porque os fatos eram inquestionáveis, afinal de contas, ele havia presenciado todos aqueles acontecimentos “*sem dar crédito as primeiras testemunhas que encontrei, nem as minhas impressões pessoais, mas narrando os acontecimentos de que fui expectador, ou sobre os quais tive informações seguras*” ⁹, igualmente como Tucídedes escreveu na introdução do seu livro *A Guerra do Peloponeso*. Assim Euclides faz questão de deixar claro que o seu livro, nada mais era do que a verdade “fidedigna” do que exatamente ocorreu naquelas terras distantes.

Nicolau Sevcenko atribui outra “missão” a Euclides: representar intrinsecamente um grupo social mais extenso, apesar de bastante restrito, “*localizado no interior da sociedade republicana*”. Outra característica importante desse escritor segundo Sevcenko seria fazer da literatura, ou seja, dos seus escritos, uma forma de manifestar suas idéias e propor mudanças para a sociedade. Para tal empreendimento, Euclides utiliza a ciência, por entendê-la como meio mais eficaz para a concretização dos objetivos almejados; já a literatura, tinha grande relevância, devido ao seu poder de alcance ¹⁰.

Visto todo esse contexto, percebemos que *Os sertões*, não tinha como não nascer um clássico: heterogêneo, aplaudido e elogiado por grandes nomes da intelectualidade brasileira da primeira metade do século XX. Entre estes vários nomes, podemos destacar José Veríssimo, Araripe Júnior, Gilberto Freyre e Paulo Dantas.

É interessante explicitar que por trás desse imenso sucesso, alcançado por *Os sertões*, a sua confecção é tão interessante quanto a própria historia do livro. Enviado pelo *Estado de São Paulo* como correspondente, Euclides era responsável não só para enviar notícias da guerra, mas estudar a região de Canudos “*sob o ponto de vista militar e científico*” com a finalidade de publicar um estudo que falasse da guerra, da terra e da cultura dos povos sertanejos. Além das incumbências citadas, Euclides também foi nomeado para servir “no estado maior” do ministro

⁸ Ver *Canudos: Diário de uma expedição*. São Paulo: Martin Claret, 2006. p.136; onde estão reunidos entre outros materiais: cartas, artigos e cadernetas escritos por Euclides.

⁹ Idem, p. 136.

¹⁰ Ver SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 185.

de guerra, o general Machado Bittencourt, fato que foi notícia em alguns dos principais periódicos baianos.

Antes de chegar à Bahia em Agosto de 1897, Euclides já tinha, na sua cabeça e nos seus cadernos um livro praticamente acabado, e que de grosso modo, o seu artigo “*Nossa Vendéia*” publicado no *Estado de São Paulo* em julho de 1897, pode ser considerado um esboço do que seria meses mais tarde sua obra-prima.¹¹ Nesse texto, O autor de *Os Sertões*, descreve as características geográficas em geral (clima, geologia, etc.) inspirado pelos escritos de vários teóricos como José de Carvalho, professor Caminhoá, Martius, Saint-Hilare, Humbold, Hegel e vários outros, e que pouco difere do conteúdo exposto na primeira parte de seu principal livro, *A terra*.

Em *Nossa Vendéia*, podemos perceber uma das primeiras opiniões exposta publicamente sobre Antônio Conselheiro, “*o mais sério inimigo da República*”, seguido conseqüentemente dos sertanejos habitantes do arraial de Belo Monte, que para Euclides não passavam de “fanáticos”¹². Conseguimos visualizar também, a partir da leitura desse escrito, muitos outros elementos que vão aparecer em *Os sertões*, como por exemplo, a idéia de que o homem sertanejo e a terra se completam: “*A mesma coragem bárbara e singular e o mesmo terreno impraticável aliam-se, completam-se (...)*”, a observação da natureza oscila entre a “*maravilhosa exuberância e a completa esterilidade, predominando infelizmente o ultimo aspecto*”¹³, o que revela em parte a ambigüidade do próprio Euclides, que ao chegar ao local da guerra percebe outra realidade, o que, leva-o a confirmar algumas idéias já antes internalizadas, e modificar outras, como a idéia de que Canudos era um movimento de cunho monárquico.

Contudo, um dos aspectos mais interessantes desse artigo se refere à comparação que o autor faz entre a Guerra de Canudos, e um episódio da Revolução Francesa, denominado Vendéia¹⁴. Nesse acontecimento as forças revolucionárias da França, derrotam, numa luta cheia de obstáculos de todos os tipos, os fanáticos da Vendéia “*que atrasaram o quanto puderam a vitória certa da República*”¹⁵. Esse artigo tem uma importância ímpar para a compreensão de *Os*

¹¹ *Nossa Vendéia* é o título dado a dois artigos publicados no *Estado São Paulo* nos dias 14 de março e 17 de julho de 1897, ambos escritos, antes de o escritor partir para Canudos.

¹² Idem, pp.124-5.

¹³ Idem p.125.

¹⁴ Ver a tese de doutorado de MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. *A nossa Vendéia: o imaginário social da Revolução Francesa na construção da narrativa de Os Sertões*. Campinas, SP: [s.n], 2007.

¹⁵ Ver *Canudos: Diário de uma expedição*, p. 124.

Sertões, pois podemos perceber as permanências e as mudanças das percepções e impressões de Euclides ao chegar a Canudos.

Analisando *Os sertões*, escrito por Euclides entre os anos de 1898 e 1900, quando este coordenava a construção de uma ponte na região de São José do Rio Pardo, podemos perceber que, apesar de sua explicação ancorada nas teorias raciais e evolucionistas de teóricos como Spencer, ele fica extremamente admirado com a capacidade de resistência sertaneja. Contudo, ele não deixa de assinalar, que o mundo sertanejo representa o atraso, e que estaria, portanto, fadado à extinção. Ainda de acordo com Euclides, o movimento de Conselheiro era reacionário e os seus seguidores “ignorantes” e “fanáticos”, visão aliás, que se expandiu como uma verdade quase absoluta ao longo do século XX.

Outro fato importante é perceber que Euclides, não tinha a pretensão de escrever uma obra que resgatasse a memória dos sertanejos- mas acaba fazendo “sem intenção”-. Fica patente que um dos seus objetivos principais é fazer uma denuncia contra o exército republicano

(...) Os soldados impunham invariavelmente a vítima um viva a República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta à garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, então mais expedito: varavam-na, prestes, a facão. (...) Tínhamos valentes que ansiavam por essas cobardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso, os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades.¹⁶

Por relatar todos esses acontecimentos a partir de um esquema de explicação aceitável na época, e sobretudo, pela sua forma de escrita que privilegia um rigoroso relato realista, mas sem perder o "brilho literário"¹⁷, *Os sertões* exerce influência tão forte na história da Guerra de Canudos que acaba formando uma espécie de “camisa de força” que prendia essa história cristalizando uma visão de que nada mais precisaria ser escrito. É dessa forma que o livro citado, torna-se uma espécie de “livro definitivo”, que prende a história desse episódio numa “gaiola de ouro”, como classificou o historiador José Calasans, pelo menos, até a década de 1950. Contudo, uma das missões de Euclides estava cumprida: verdadeiramente havia escrito um livro para o

¹⁶ Ver CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 400.

¹⁷ Sevcenko nos informa que a literatura de Euclides tinha algo de peculiar, que o afastava dos seus contemporâneos: “o realismo intoxicado de historicidade presente” p. 155. Outra particularidade de Euclides era “abdicar de toda ficção que envolvesse a imaginação de enredos literários tradicionais” SEVCENKO p. 156.

futuro, e sem sua vontade pelo menos explícita, contribuiu significativamente para tirar Belo Monte do esquecimento social.

Peter Burke, afirma que uma das principais funções do historiador seria lembrar as pessoas o que elas gostariam de ter esquecido¹⁸, desta forma Euclides age como tal, lembrando à população brasileira, principalmente do litoral, as barbáries cometidas pelos agentes civilizadores da República.

Na verdade, os fatos ocorridos em Canudos tornaram-se uma vergonha nacional, principalmente para o exército brasileiro. Não é de se estranhar, que em 1969, tempos de maior repressão do regime ditatorial, o açude de Cocorobó, tenha sido construído pelo governo militar, inundando o que tinha sido no final do século XIX, a comunidade mística de Belo Monte, uma forma bastante evidente de provocar uma amnésia social. Burke, explica a utilização deste processo de exclusão e repressão de um fato histórico, comentando que deve-se fazer a seguinte pergunta: *quem quer que esqueça o que e por que*¹⁹.

Na discussão historiográfica atual sobre a questão da memória, não podemos nos esquecer segundo Burke, que elas são produtos de grupos sociais, por isso tem determinados interesses ideológicos, políticos, sociais. Devido a isso, é que Burke chama atenção para os estudos do sociólogo Maurice Halbwachs, que desenvolveu o conceito de “estrutura social da memória”, sem querer afirmar com isso, que os indivíduos do mesmo grupo recordam da mesma forma.²⁰

Uma pergunta pertinente a se fazer neste momento é a seguinte: qual é a intenção e o sentido de um escritor peruano escrever sobre um fato tão brasileiro? Quais foram suas motivações políticas ou ideológicas?

Reescrevendo o já escrito

Em 1981, o jornal *Herald tribune*, um dos mais influentes jornais da Europa, escreve uma nota sobre o mais recente trabalho do escritor peruano Mario Vargas Llosa: “*é ao mesmo tempo, um grande trabalho literário, uma história de aventura e um drama histórico*”²¹. Referia-se com

¹⁸ Ver BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 89.

¹⁹ Idem pp. 85-86.

²⁰ Idem p. 70.

²¹ Ver matéria da revista Veja, *Canudos renasce com a guerra do fim do mundo*. São Paulo, n. 688, p. 84-92, 11 de nov. 1981.

isso ao romance *A guerra do fim do mundo*, que começou a ser pensado por Vargas Llosa, em meados da década 1970, a partir de um roteiro fílmico que não dá certo. (*La guerra particular* ou *Los papeles del infierno*) A partir disso, Vargas Llosa “enfeitiçado” pela temática da Guerra de Canudos e pela leitura de *Os sertões*, decide escrever um livro sobre um dos acontecimentos mais impressionantes da história brasileira.

Contudo, para Vargas Llosa, escrever sobre um tema tão caro à história brasileira, configurou-se em uma tarefa árdua e bastante complicada. Na construção de *A guerra do fim do mundo*, considerada pelo próprio autor como sua melhor obra, uma das maiores dificuldades foi recontar uma história que já havia sido contada várias vezes e de diversas maneiras. Mas essa nova tarefa, tinha um significado especial para o romancista peruano: escrever um romance que já planejava desde o início da sua empreitada como escritor: “*um romance de aventuras, em que a aventura fosse o principal- não a aventura puramente imaginária, mas com raízes muito fortes numa problemática histórica e social*”.²²

Esse empreendimento significou ainda, quatro anos de estudos, no qual ele teve que ler documentos históricos e uma centena de trabalhos confeccionados sobre o tema, além de se debruçar sobre um dos maiores clássicos da literatura brasileira: *Os sertões*.

Segundo o próprio Vargas Llosa, a leitura de *Os sertões*, lhe provocou uma grande emoção - só comparada à leitura de *Os três Mosqueteiros* na infância, e *Guerra e Paz* e *Madame Bovary* na fase adulta-, pois ele via naquele livro entre outros elementos, uma espécie de síntese da história da América Latina

(...) é como um manual de latino-americanismo, quer dizer neste livro se descobre primeiro o que não é América Latina. A América Latina não é tudo aquilo que nós importávamos. Não é tampouco a Europa, não é a África, nem é a América pré-hispânica ou as comunidades indígenas, e ao mesmo tempo é tudo isso mesclado convivendo de uma maneira muito áspera e difícil, às vezes violenta. E de tudo isso resultou algo que muitos poucos livros antes de *Os sertões* haviam mostrado com tanta inteligência e brilho literário²³

Outra importância da leitura do “livro vingador” de Euclides, para o intelectual peruano, foi o exemplo da concretude da escrita de um *romance total*, sua grande obsessão enquanto

²² Ver SETII, Ricardo A. **Conversas com Vargas Llosa**. São Paulo: Brasiliense, 1986. pp. 37.

²³ Idem, p.39.

literato. Segundo Gutiérrez, não conseguindo escrever o livro fundacional da história peruana, escreve o brasileiro, querendo representar com isso, a história do continente²⁴. Segundo Gutiérrez, desde criança, Vargas Llosa, já esboçava o desejo de dar prosseguimento as obras que lia. Quando adulto, começou a perceber que principalmente se tratando de América Latina, o já lido e o já escrito podiam ser tanto re-lidos como re-escritos²⁵.

Ainda segundo Gutiérrez, o romance total, seria uma das heranças do realismo francês do século XIX na obra vargalhosiana, ou seja, a pretensão de criar um texto que tente não só dar um panorama geral da sociedade em que ele se debruça, mas baseado em elementos muitas vezes contraditórios

(...) Esta ambição ou “voluntad totalizante” impõem uma natureza plural à obra, permitindo-lhe unir qualidades antinômicas -(...) tradicional e moderno, localista e universal, imaginário e realista- e, pondo em prática “el utópico desígnio” de escrever uma realidade total. Contendo início, meio e fim, o mundo que o romance total apresenta resolve-se em diferentes ordens: individual, coletiva, imaginária, legendária, histórica, cotidiana e mítica²⁶

Caracterizado como órfão e exilado da sua própria pátria e cultura, apesar de nascido em uma cidade com sólidas raízes regionais e nacionalistas, enxerga o mundo andino -porque não dizer latino americano- com um sentimento de distanciamento e fascínio. Muito dessa interpretação advém sem dúvida, da influência que seu exílio voluntário de 16 anos na Europa lhe proporcionou.²⁷ Deste modo, é importante ressaltar como nos explica Gutiérrez, que é fora de seu continente de nascimento, que Vargas Llosa percebe-se enquanto portador de uma identidade peruana e latino-americana. É na Europa que Vargas Llosa concebe a maioria dos seus romances, enfocando a realidade peruana, relacionada à sua experiência de vida.

A criação literária de Vargas Llosa é conseqüentemente afetada por essa distancia da sua terra natal, pois a partir da sua visão da realidade peruana, sob o ponto de vista do exilado, pode desenvolver e enriquecer sua memória, tentando anexar ao Peru aquilo que lhe faltava.²⁸

²⁴Ver GUTIÉRREZ Ângela. **Vargas Llosa e o romance possível da América Latina**. Fortaleza: Sette Letras, 1996. p.201.

²⁵ Idem p. 70-2.

²⁶ Idem p. 77-8.

²⁷ Vargas Llosa viaja para a Europa em 1958, quando ganha um prêmio literário, e têm a oportunidade de ficar na “cidade luz” durante o período de um mês, só que permanece morando na Europa até 1974. Reside em cidades como Londres e Barcelona, além de passar temporadas nos Estados Unidos e em porto Rico. Ver SETTI, p. 10.

²⁸ Ver GUTIÉRREZ, p.38.

Teorizando sobre a questão do exílio, Gutierrez explicita que, Pablo Antonio Cuatra entende que o exílio permite uma avaliação mais imparcial sobre a realidade, adicionando o olhar do estrangeiro, sendo que a visão do nativo está impregnada pela utopia. Segundo Gutierrez, esse “olhar duplo” é importante também na medida em que impede “*a tendência homogeneizante do olhar do estrangeiro com relação ao nosso continente*”.²⁹

Segundo a teoria vargalhosiana do romance, deve-se partir de uma realidade concreta, para criar a ficção. Esse elemento é claramente uma herança do escritor realista francês Flaubert, considerado por Vargas Llosa, como o pai do romance moderno com a publicação da obra *Madame Bovary*. O método flaubertiano de construção literária é formado entre outros elementos, por dois pilares básicos: investigação exhaustiva e observação da realidade, para com a junção destes componentes criar uma realidade ficcional, que por si mesma já não corresponde à realidade material, por ser feita por palavras.

Nesse mundo ficcional que aspira à soberania verdade e mentira são conceitos intercambiáveis: a ficção é mentira que deve parecer verdade ou ilusão de verdade. Assim, no modelo vargalhosiano, do desejo do escritor em ação resulta a soberania da literatura: soberania do texto com relação à história e ao real, soberania do ser escritor no direito de criar um novo mundo e soberania dos personagens desse mundo em seu direito à busca do prazer.³⁰

Outra característica importante na estética literária vargalhosiana, é a tentativa de recriar grandes painéis da sociedade, herança como já foi relatado acima dos escritores do século XIX, como Balzac, Dostoievski, Tolstói, Vitor Hugo, Euclides da Cunha e Sarmiento. É o que tenta realizar na obra *A Guerra no fim do mundo*, na qual o escritor tenta dar um panorama geral do Brasil no final do século XIX, focalizando as realidades tanto do sertão como da capital do Estado da Bahia, através de seus vários personagens e do recurso ao discurso polifônico; enfocando principalmente as lutas políticas que estavam sendo travadas como pano de fundo da guerra. É na tentativa de narrar à história a partir de vários pontos de vista, causando o efeito enigmático, ambíguo e misterioso, que mostra a complexidade de um determinado fato ou assunto, que Vargas Llosa se aproxima dos escritos do romancista Faulkner, que é um dos principais referenciais do escritor peruano.

²⁹ Idem, p. 38.

³⁰ GUTIÉRREZ, 1996, p.73-4

Em *A guerra do fim o mundo* a narração da história, é feita a partir de vários pontos de vista: dos fictícios Galileu Gall - o frenólogo anarquista estrangeiro que se desloca para o sertão baiano em busca de uma comunidade socialista-, Barão de Canabrava - que representa a visão das elites latifundiárias tradicionais da Bahia-, e do Jornalista míope – correspondente de um jornal da Bahia que acompanha a guerra a partir da expedição de Moreira César, e que faz um dos papéis de personagens-escritores de Vargas Llosa, representando desta forma, não só Euclides, como ele próprio.

Mas o ponto central que permeia *A guerra do fim do mundo* é a retomada da problemática norteadora do livro de Euclides: a dicotomia existente entre *civilização* e *barbárie*, que segundo Vargas Llosa, permanece na América Latina até os dias atuais. Mas o uso desta dicotomia no seu romance, não é simplesmente um empréstimo *ipsis litteris* do escrito euclidiano. Se Euclides queria chamar a atenção para uma oposição nítida entre o litoral, considerado como lócus da civilização, e sertão, identificado como lugar aonde os vestígios da barbárie se apresentavam de forma contundente, Vargas Llosa acredita que essa dicotomia não só faz parte da história da América Latina, como ainda persiste até os dias atuais, por esse motivo também, compreende que Euclides, é um escritor fundamental para o entendimento da história deste continente. Para Vargas Llosa, a obra desse escritor revela-se um manual de latino-americanismo na medida em que mostra a difícil convivência de culturas distintas no mesmo território. Vem daí sua definição de “cultura hermafrodita” quando se refere à cultura latina americana.

Porém, outro objetivo de Vargas Llosa ao evidenciar a questão *civilização X barbárie* no Brasil do século XIX, - momento em que o país passava por um grande processo modernizador-, era chamar a atenção de alguma forma, para o fato de que o Peru e algumas regiões da América Latina do final do século XX precisavam passar por esse processo de modernização. Por isso, seu retorno ao Peru em 1974 e sua posterior candidatura a presidência em 1990, portando o discurso de transformar o seu país em uma potência industrial, não se configura como surpresa e reforça nossa hipótese.

Considerações finais

Após a breve explanação das obras em análise dadas acima, intentamos nesta parte final do artigo, destacar as semelhanças e diferenças que percebemos, entre Euclides e Vargas Llosa. A primeira semelhança que podemos apontar refere-se ao binômio *civilização X barbárie* como estrutura norteadora dos dois livros. Tanto em Euclides quanto em Vargas Llosa, essa dicotomia tem lugar central no arcabouço da narrativa, embora os objetivos dessas suas representações tenham significados diferenciados –políticos e ideológicos– como mostramos acima.

Outra característica que aproxima as duas obras, diz respeito à estética do livro: ambos são romances que pretendem dar um panorama geral da sociedade latino americana. Este também foi um elemento que encantou profundamente a Vargas Llosa, pois, além da obra de Euclides ser esse mini-laboratório da história da América Latina, sua idéia de totalidade, motivou Vargas Llosa a reescrever *Os sertões* e continuar a escrita *romance total latino-americano*. É interessante perceber também que, tanto Euclides, como Vargas Llosa, cultivavam a idéia de que a modernização seria uma solução plausível e mais recomendada para resolver as mazelas das realidades em que estavam inseridos.

Podemos também, apontar algumas divergências que encontramos ao compararmos estas obras. Enquanto *Os sertões* é escrito em forma de ensaio-dividido em três grandes partes: A terra, o Homem, e a Luta-, *A guerra do fim do mundo* tem o caráter de novela composta por alguns ingredientes como: a aventura, o drama, o heroísmo, sem deixar de mostrar painéis da sociedade, através da fala de seus variados personagens. Em *Os sertões* são bastante explícitas as pretensões históricas, sociológicas, geográficas, antropológicas políticas e jornalísticas de Euclides; enquanto em *A guerra do fim do mundo*, além de não ter as pretensões de Euclides, Vargas Llosa faz questão de enfatizar que sua obra é uma ficção.³¹

Outro ponto que merece um estudo mais apurado e que faz parte das diferenças entre estas obras, refere-se às imagens de Conselheiro que são apresentadas. Enquanto no escrito euclidiano este personagem aparece como um louco, que só poderia ser entendido levando em consideração a sociedade que o produziu – atrasada, bárbara-; o Conselheiro de Vargas Llosa é apresentado como uma figura, misteriosa e que tem como principal característica o fanatismo, já apontado por Euclides em *Os sertões*. Conselheiro em *A guerra do fim do mundo* é apresentado como o

³¹ Ver GUTIÉRREZ, p.180.

fanático religioso, em contraposição a outras caracterizações de fanatismo, como Moreira César e seu fanatismo militar, ou Galileu Gall e o seu fanatismo político ideológico.

Não podemos nos esquecer que o “grande homem ao avesso” descrito por Euclides da Cunha, não pode ser compreendido, se não levarmos em consideração, as interpretações raciais do final do século XIX, compartilhada por muitos intelectuais brasileiros, inclusive Euclides.

Outra diferença marcante entre estes dois autores é o lugar em que ocupam em relação aos acontecimentos da campanha de Canudos: Enquanto Euclides é testemunha ocular daqueles episódios, e produz sua obra no “calor da hora”, Vargas Llosa, tem uma visão mais englobada, fruto é lógico, do enriquecimento natural que o fato ganhou de quase cem anos de outros olhares e interpretações.

Se para o escritor brasileiro, como nos mostra Sevcenko, a literatura é um meio eficaz de divulgar suas idéias políticas e ideológicas, e propor mudanças para a sociedade, devido à sua capacidade de alcançar as pessoas, como já foi falado, a visão de Vargas Llosa tem outro significado, para este, a sua vida política seria como um apêndice da vida literária. Podemos perceber aqui, outra fase da vida de escritor de Vargas Llosa, momento em que ele se afasta do modelo sartreano de literatura como compromisso político, e começa a se aproximar do modelo literário de Camus, uma literatura mais ligada à moral e à ética, e que por isso mesmo não podemos compreender como completamente afastada da esfera política.

A literatura significa para esse autor, a paixão primeira “*lo primero no era vivir sino escribir*”³², sendo esta, a vida que escolheu, mesmo com todas as dificuldades sofridas pelo escritor latino americano. Vargas Llosa hoje vive a condição de representante da “elite peruana”, devido a sua produção literária e o reconhecimento que ela lhe trouxe, configurando-se como uma espécie rara, de escritores que vivem de seu ofício na América Latina.

Euclides, apesar de hoje ser um dos maiores cânones literários brasileiros, enquanto vivo, teve que se dividir entre as ocupações de engenheiro, jornalista e professor. Evidentemente, devemos levar em consideração o contexto em que Euclides vivia, no qual o status e a importância da literatura tinham outro significado, diferente do final do século XX.

Segundo Gutiérrez, é através da literatura, que Vargas Llosa cria outra realidade, por não se satisfazer com a dada. Escrever e ler torna-se assim, “*formas de viver várias vidas que não*

³² Idem, p.199.

pôde viver na realidade”.³³ Desta sua insatisfação com o mundo real e seu desejo de criação do romance total vem sua caracterização enquanto deicida, ou luciferino, ou seja, aquele que deseja criar outro mundo, insatisfeito com o dado. Euclides diferentemente de Vargas Llosa, compreendia que era necessário “*abdicar de toda a ficção que envolvesse a imaginação de enredos literários tradicionais*”. Contudo, é importante ressaltar, que Euclides foi influenciado pelos escritos românticos de Vitor Hugo, e pelo determinismo e cientificismo de Comte e Spencer, mas como nos lembra Sevcenko, não deixa que um lado subsista em detrimento da morte do outro, “*Eram dois tempos, duas idades que se opunham pela própria raiz da sua identidade: o século XIX literário, romântico e idealista; e o século XX, científico, naturalista e materialista*”³⁴. No entanto, consideramos que Vargas Llosa também utiliza a literatura, para expressar suas inquietações e seus anseios políticos e sociais, e não como meramente uma manifestação artística.

Para encerrar esse pequeno texto, gostaríamos de ressaltar que entendemos estas duas obras como fundamentais para um estudo mais apurado e completo sobre as memórias e a escrita da história na América Latina. A obra de Vargas Llosa resgata não somente a memória histórica de Belo Monte, sua gente, e a terrível guerra de 1897, como também, reafirma a importância de *Os sertões* não somente enquanto livro fundamental para entender Canudos, mas também para a compreensão da própria América Latina, em outras palavras, um típico romance total.

O estudo da reescrita desta obra, nos faz refletir novamente sobre a idéia contida na pequena epígrafe com a qual iniciamos este artigo: o ato de lembrar está sempre associado a uma série de interesses políticos, ideológicos e sociais; constituindo-se toda a memória num inventário dos valores do grupo social que a produziu.

Bibliografia

BURKE, Peter. *Variedades de História cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAMPOS, Francisco Aparecido Copanuchum de. *A gazeta de notícias do Rio de Janeiro (1896-7) e La guerra del fin del mundo (1981) de Mario Vargas Llosa. Uma análise comparativa*

³³ Idem, p. 17.

³⁴ Ver SEVCENKO, 2003, p.154-9.

entre o discurso republicano e a (re) criação literária. Dissertação de Mestrado- Faculdade de Ciências e Letras de Assis- Universidade Estadual Paulista, 2007.

COSTA, Flávio José S. *Antonio Conselheiro Louco?* Ihéus: Editus, 1998.

_____. *Canudos: Diário de uma expedição*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

FILHO, Joaquin Antônio de Novaes. *A reconstrução da memória de Canudos no romance realista-fantástico*. In: IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH\ BA, 4., 2009, Vitória da Conquista. Anais Eletrônicos... Vitória da Conquista: Edições Uesb\ ANPUH \BA, 2009.

GUEDES, Rebeca S de Amorin. *Os Sertões e A Guerra do Fim do Mundo: a reescritura a serviço da memória*. In: VIII Reunión de Antropología del Mercosur (RAM)\ Buenos Aires. Anais Eletrônicos... Buenos Aires. site <http://www.ram2009.unsam.edu.ar/> última visita em 20\05\2010.

GUTIÉRREZ, Angela. R. M. de. *Vargas Llosa e o romance possível da América Latina*. Fortaleza: Sette Letras, 1996.

HERMAN, Jacqueline. *Canudos destruído em nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897*. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º. 3, 1996, p. 81-105.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MACEDO, José Rivair, MAESTRI, Mário. *Belo Monte: uma história da Guerra de Canudos*. São Paulo: Moderna, 1997.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. *A historiografia tradicional de Canudos*. Fortaleza. Revista do Instituto do Ceará, 1999. pp. 83-113.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. *A nossa Vendéia: o imaginário social da Revolução Francesa na construção da narrativa de Os Sertões*. Campinas, SP: [s.n], 2007.

MONIZ, Edmundo. *Canudos: a luta pela terra*. São Paulo: Global, 2001.

SETTI, Ricardo A. *Conversas com Vargas Llosa*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Fontes

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Canudos renasce com “A Guerra do Fim Mundo”. Veja, São Paulo, n. 688, p. 84-92, 11 de nov. 1981.

VARGAS LLOSA, Mário. *A guerra do fim do mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

PERCEPÇÃO DOS SINDICALIZADOS RURAIS DOS MUNICÍPIOS DE CACHOEIRA, SÃO FÉLIX E MARAGOGIPE – BAHIA –, NO BAIXO PARAGUAÇU, SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO RURAL

Gerinaldo da Silva Lima¹

RESUMO

A pesquisa avalia a eficiência do Estado brasileiro na aplicação de determinadas políticas públicas, como as agrícolas, agrárias, pesqueiras e de promoção humana ou desenvolvimento rural, implementadas por meio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, que engloba assalariados, pequenos e médios agricultores, parceiros, arrendatários, meeiros e pescadores artesanais. A avaliação se deu nos municípios baianos de Cachoeira, São Félix e Maragogipe, na região denominada Baixo Paraguaçu, e tentou mensurar os efeitos das políticas sobre os beneficiados, os sindicalizados, quanto à melhoria da qualidade de vida, ao aumento da produtividade e adoção de novas tecnologias. Trata-se de uma pesquisa empírica, utilizando questionários, com base em amostra de sindicalizados. Os dados sugerem que as políticas são compensatórias, no que se refere à renda e que não demonstraram eficiência no aumento da produção.

Palavras-chave: Políticas públicas; Desenvolvimento rural; Sindicatos.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas são intervenções feitas pelo Estado com vistas a promover o crescimento econômico e o bem estar, no seu sentido mais amplo. As políticas de aumento da produção, denominadas produtivistas, e de geração de bem estar e promoção humana no meio rural têm como formuladores os Ministérios da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural. Na medida em que são os sindicalizados rurais os beneficiários diretos das políticas públicas para o meio rural intermediadas pelas associações sindicais, é de absoluta pertinência a investigação do quanto estas políticas estão mudando seus sistemas produtivos e melhorando as condições de vida.

¹ Estudante de Ciências Sociais, bolsista PIBIC CNPq/UFRB (gerytutto@hotmail.com). Orientador: Prof. Dr. Amílcar Baiardi.

Surge assim a necessidade de verificar quais políticas públicas agrícolas, pesqueiras, agrárias e de promoção social têm sido ofertadas pelo Estado brasileiro, ao meio rural, tendo os Sindicatos como parceiros permanentes, principalmente a eficiência das mesmas no meio rural.

Para tal análise foi fundamental o diagnóstico socioeconômico dos municípios envolvidos na pesquisa, o que possibilitou uma visão geral dos diversos aspectos referenciais das políticas dos ministérios acima citados, pois ao iniciar-se a pesquisa empírica já se tinha visão de cada município na sua individualidade, e quais políticas públicas estão presentes em cada um deles.

Os Sindicatos Rurais por sua vez são organizações sociais, que se dedicam a defender os interesses de seus associados, interesses econômicos, culturais, públicos e sociais nas diversas esferas públicas. Seus principais interesses se voltam para a defesa da categoria a qual representa, pensando no bem comum e na organização coletiva.

Por meio dos Sindicatos Rurais, muitos dos programas e projetos do Governo Federal são aplicados ao meio rural, com vistas ao aumento da produção e obtenção de melhorias nas condições de vida de toda uma população que está em atividade no campo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na execução da pesquisa levou-se em consideração dois tipos de abordagem teórica: 1) estudos sobre as políticas agrícolas e agrárias e sobre a relevância dadas a elas pelo Estado brasileiro e 2) pesquisas recentes sobre a diversidade do rural, focalizando a categoria trabalhador rural, que inclui assalariados, pequenos e médios agricultores, parceiros, arrendatários, meieiros e pescadores artesanais.

No que toca à política pretende-se abordar as contribuições de Lafer, (1970) sobre o nascimento do Estado interventor no Brasil, bem como examinar a natureza do mesmo após a Revolução de 1930. Em continuação examinar-se-á a trajetória da intervenção voltada para o meio rural, por meio dos enfoques de Mellor (1967), Araújo, et alii (1983) e Paiva (1973).

Em continuação discutir-se-á as mudanças ocorridas no Estado interventor após a crise dos anos 80 com Offe (1984), continuando com Guimarães (1990), Affonso (1990) na análise do caso brasileiro. Serão objeto de reflexão as tentativas, na esteira da onda neo-liberal, de redefinir papéis do Estado, com Osborne e Gaebler (1994) . A visão da intervenção dirigida para o desenvolvimento agrícola nos anos oitenta será abordada em Delgado (1985), A leitura da

intervenção dirigida para o desenvolvimento agrícola nos anos noventa será feita via Kageyama, (1990), Baiardi (1966) e Finalizar-se-á a abordagem sobre políticas para o meio rural focalizando dos anos noventa até a contemporaneidade, marcada pela criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, as contribuições de Paulillo (1997), Barros (1998), Graziano da Silva (1998), Baiardi (1998) Abramovay, R e Veiga, J.E. (2001).

No que se refere à diversidade da pluralidade do rural, a abordagem inclui desde Chayanov (1974), Kautsky (1974) e Lênin (1973) buscando as raízes da natureza do trabalho familiar agrícola e sua inserção no mercado, passando por Tepicht (1970) até chegar a Abramovay (1992) focalizando os tipos contemporâneos no Brasil e no exterior de organização produtiva no capitalismo avançado. As contribuições de Angela Kageyama (1987), sobre a formação dos Complexos Agroindustriais, CAIs, cuja gênese e evolução passou a ser chamada 'caificação serão de utilidade porque na região predomina a verticalização na produção de aves

Os recentes trabalhos de Graziano (1997 e 1998) sobre o novo rural têm o grande mérito de apresentar, sistematicamente, aquilo que já era evidente para muitos analistas dentro e fora do mundo acadêmico e que já era captado pelas estatísticas dos órgãos oficiais: parte considerável da capacidade de trabalho da família rural está hoje comprometida com atividades não agrícolas.

Aprofundar este conhecimento e mostrar o potencial da pluriatividade nas várias formas combinantes da atividade agrícola com a pequena indústria, caseira ou não, com o artesanato, com serviços diversos e com o turismo rural compatível com a agricultura sustentável, ou o da tridimensionalidade (eco-agro-turismo), é missão de suma importância. Por meio dela é possível orientar as expectativas de amplos segmentos da população rural - produtores assentados e não assentados, trabalhadores sem terra organizados ou não no MST e uma ampla faixa de agricultores que operam na escala familiar, média e patronal – que vêm nesta diversificação rural não agrícola a possibilidade de ascender a estratos de renda mais elevados e, conseqüentemente, melhorar a condição de vida.

A adaptação à polivalência ou pluriatividade não se dá de forma igual entre os estabelecimentos integrantes desta ampla categoria que é a agricultura familiar brasileira Baiardi (1999). Dependendo de quanto mais articulada com o mercado esteja e do quanto menos imperfeito seja este mercado, a agricultura familiar tende a assumir fisionomia diversa. Este amplo esforço de revisão permitirá um rigor maior na conceituação e na representação da diversidade encontrada nos sindicatos

CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

A região do Baixo Paraguaçu é formada pelos cinco principais municípios banhados pelo rio antes da Foz, que são: Cabaceiras do Paraguaçu, Muritiba, São Félix, Cachoeira e Maragogipe. Do ponto de vista físico, é possível detectar os mesmos três ecossistemas: o denominado como de Mata Atlântica, hegemonico e caracterizado por vegetação remanescente densa e por um clima úmido, o Litorâneo de Manguezais e o de Transição para o Semi-Árido.

São Félix fica à margem direita do Rio Paraguaçu, sua população estimada em 2009 era de 16.208 habitantes e sua área territorial compreende 96 Km² (IBGE/2009). É bastante conhecida pela sua história que caminha de mãos dadas com Cachoeira. Sua principal atividade é agropecuária, a pesca é desenvolvida apenas como meio de subsistência para a população de baixa renda, principalmente no trecho estuário dado à presença de extensas áreas de manguezais.

Cachoeira fica a margem direita do Rio Paraguaçu, sua população estimada em 2009 era de 33.782 com área territorial que compreende 398 Km² (IBGE/2009). Bastante conhecida por seu valor histórico à cidade de Cachoeira tem como principal característica seus antigos casarões e sua principal atividade além do turismo são a pecuária e agricultura.

Maragogipe fica, exatamente, no ponto de encontro do Rio Paraguaçu com o Rio Guaiá, sua população estimada em 2009 era de 43.29 (IBGE/2009) e sua área territorial compreende 436 Km². É bastante rica no que diz respeito aos recursos naturais, apresentando um ótimo potencial para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo ecológico, rural e principalmente o turismo náutico, incluindo a pesca desportiva.

O território do Baixo Paraguaçu foi incorporado ao circuito internacional de comércio devido a atividades extrativistas, denominadas também de economia do saque. Estas atividades desenvolveram-se principalmente na Mata Atlântica e há registros de extração do “Pau Brasil” e de outros produtos vegetais, além de minerais e animais. O extrativismo é parte da participação das regiões periféricas no movimento mundial de acumulação de capital, mediante formas predatórias de captação de recursos naturais que são estabelecidas por agentes econômicos, financiados e ligados ao comércio internacional e sem compromissos com a economia futura (PEDRÃO, 1998).

Ao extrativismo, segundo Tavares (2001), segue-se a partir do século XVI a produção de açúcar, atividade que combinava a agricultura com o processamento industrial da cana,

constituindo o denominado complexo açucareiro. As demais atividades econômicas nesta fase colonial da história regional eram subsidiárias à produção açucareira, entre elas a criação extensiva de bovino, que se estendia pela zona de transição para o semi-árido, a mata fina ou agreste, e entrava no semi-árido. Raízes e tubérculos como a mandioca, frutas, poucos cereais e posteriormente fumo e algodão, estes últimos também se constituindo mercadorias do comércio internacional, integravam o elenco de atividades conduzidas no período pelos agentes econômicos que participavam do extrativismo, tinham aí obtido uma acumulação primitiva, e que utilizavam mão de obra escrava e por pequenos produtores independentes. Estas outras atividades não chegaram, contudo, a ter o peso da cana de açúcar, que pela sua hegemonia, moldou no Nordeste brasileiro relações de produção e uma sociedade que viria a ser a marca do Brasil, influenciando a construção do conjunto de instituições, de mentalidades e de valores.

Estes componentes da superestrutura, ou da base espiritual de uma sociedade, pesaram muito na formação da sociedade rural regional e na definição dos papéis sociais e produtivos, levando a que no Baixo Paraguaçu a classe patronal tivesse um entendimento diferente do que deveria ser a relação capital-trabalho após a abolição da escravidão, o que exigiu do nascente operariado rural e urbano uma longa batalha para obter direitos que já haviam se generalizado em outras partes do país. Tentativas de re-escravização, de servilismo e de controle racial com baixos salários foram as condutas mais comuns tomadas pela classe de senhores de engenho e pelos empresários de outros setores, não lhes ocorrendo buscar a viabilidade econômica na modernização produtiva, gerencial e em relações de produção estritamente capitalistas, é o que sugere Cunha (2004).

No momento ainda se percebe na sociedade rural traços da sociedade patriarcal escravista, sobretudo no distanciamento de uma mentalidade mais próxima à burguesa, em termos de assunção de riscos capitalistas e menor dependência do Estado. Os trabalhadores rurais do Baixo Paraguaçu, uma categoria ampla que engloba assalariados, pequenos e médios agricultores, parceiros, arrendatários, meieiros e pescadores artesanais ainda exhibe em termos de padrões culturais uma certa herança desse passado.

METODOLOGIA

A avaliação das políticas citadas anteriormente foi procedida por meio de uma pesquisa empírica com aplicação de questionários amostra probabilística e não probabilística de associados nos municípios selecionados.

A metodologia utilizada foi composta por sete passos principais como: a) Coleta da relação do rol de sindicalizados como a diretoria dos Sindicatos, constando apenas os nomes dos que mantêm em dias suas atividades junto ao respectivo sindicato. b) Contato inicial com os atores locais pesquisados, sendo feito levantamento dos seguintes dados: localização, telefone de contato, melhor forma de acesso e de comunicação preliminar, Nesta etapa também, foi melhor identificada cada localidade, verificando distâncias entre a sede e os principais espaços de concentração de sindicalizados c) Identificação dos Atores Locais em que se aplicariam as pesquisas, já definido antecipadamente neste caso os sindicalizados, d) Em seguida foram realizadas as entrevistas previamente selecionada pela estratificação utilizando o software Excel, e guiadas por um questionário estruturado, com espaço para coleta de dados por meio de um roteiro previamente construído e referenciado à teoria constante da literatura consultada. e) Após a realização das entrevistas foi feita a revisão e a formação do banco de dados utilizando planilhas do software Excel. f) Em seguida procedeu-se a transformação dos dados em tabelas e indicadores e validando os dados junto às comunidades pesquisadas. g) Finalizando foram construídos os relatórios finais e artigos em grupo.

Ressalta-se que previamente à elaboração dos questionários e dimensionamento da amostra a equipe aprofundou conhecimento da realidade por meio de trabalhos já elaborados e realizará leituras e re-leituras consideradas de utilidade para melhor entendimento do objeto e sua representação. Os questionários foram aplicados nos municípios que integram a área de estudo e com base na análise e coleta dos dados levantados que posteriormente constituiu um banco de dados que viabilizou ulteriores tabulações, tratamento dos dados e redação do relatório final.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As análises realizadas nestes municípios tiveram como principal foco a verificação da efetiva aplicação das Políticas públicas disponibilizadas pelo diversos Ministérios, assim como observação acurada da eficiência das mesmas, e em que medida tem sido mudada as realidades

destes produtores rurais, partindo o pressuposto que estas políticas possuem uma de melhorar significativamente as produções agrícolas e agrárias.

Coube ainda nesta análise, observar como estes beneficiários compreendem as potencialidades que podem lucrar muito mais, melhorando sua produção, assim como o incentivo à cooperação, pode-se notar que grande número de produtores eximiu-se de respostas sobre questões que indicariam a compreensão desta proposta.

Diversas políticas contemplam estes municípios, os Sindicatos são efetivamente os mediadores legais para que haja liberação, mas não se observou maior apelo à cooperação, são muito individualizados, o que sugere resultados pouco positivos na produção, assim como incentivo a criação de espaços de discussões permanentes de melhorias de aplicação destas Políticas.

As tabelas apontam de maneira mais definida os resultados, em diversos momentos a ausência de respostas, não favorece a leituras sobre a realidade encontrada e revelada pelos entrevistados.

Tabela 1. Números de filhos por entrevistado

Filhos/Cidade	S. Félix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceiras	Total	%
Nenhum	0	1	1	0	0	2	1,4
1	3	0	2	2	2	9	6,3
2	9	1	4	6	4	24	16,9
3	7	3	4	5	3	22	15,5
4	5	2	5	4	7	23	16,2
Acima de 4	14	19	6	7	11	57	40,1
NR	2	2	0	0	1	5	3,5
Total Respondido	38	26	23	22	27	136	99,9

Fonte: Pesquisa de Campo 2009/2010

Fica evidenciado pela tabela 1 um alto número de casos em que os entrevistados figuram com mais de 4 (quatro) filhos, o que indica serem as famílias do mundo rural maiores que as da cidade. Este fenômeno está associado a baixos índices educacionais, ausência de planejamento familiar e também extratos sociais de renda mais baixos.

Tabela 2. Distribuição de renda da população investigada dos municípios estudados

	S. Félix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceiras	Total	%
<510	16	9	2	5	17	49	34,8
510 - 800	16	14	9	11	5	55	39
800<	4	3	3	2	2	14	9,9
NR	4	2	9	4	4	23	16,3
Total Respondido	36	26	14	18	24	118	99,9

Fonte: Pesquisa de Campo 2009/2010

Constata-se nessa tabela, Tabela 2, que a faixa 510-800 reais é a que apresenta maior incidência de respostas, o que provavelmente revela que os programas de distribuição de renda estão contemplando mais de um membro por família do mundo rural, à exceção do município de Cabaceiras do Paraguaçu.

Tabela 3. Índices de educação

	S.Felix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceiras	Total	%
Não Alfabetizado	7	7	2	5	7	28	19,9
Fund. Incompleto	13	10	13	5	10	51	36,2
Fund. Completo	13	5	1	3	3	25	17,7
Médio Incompleto	5	4	2	5	3	19	13,5
Médio Completo	2	2	2	2	3	11	7,8
E. Superior	0	0	0	0	2	2	1,4
NR	0	0	3	2	0	5	3,5
Total Respondido	40	28	20	20	28	136	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2009/2010

Observa-se de acordo com a Tabela 3 que a condição educacional de obtenção incompleta do ensino fundamental é a de maior frequência. Observa-se também que esta condição é quase o dobro da condição de “não alfabetizados” e de fundamental Completo, o que sugere um índice de evasão elevado do Ensino Fundamental, que é uma condição freqüente no mundo rural.

Tabela 4. Condição como trabalhador

	S.Felix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceiras	Total	%
Assalariado	2	2	0	2	1	7	5
P. Produtor	26	18	17	15	24	100	71,4
Meeiro/Parceiro	3	2	4	1	0	10	7,1
Arrendatário	7	0	0	1	1	9	6,4
Pescador/ Marisqueiro	0	3	0	0	0	3	2,1
Condição mista	1	0	0	0	0	1	0,7
Outra condição	1	1	0	3	2	7	5
NR	0	1	2	0	0	3	2,1
Total Respondido	40	27	21	22	28	138	99,8

Fonte: Pesquisa de Campo 2009/2010

Os dados da Tabela 4 revelam que a condição de pequeno produtor destaca-se em relação às demais e que quando se soma essa categoria à de meeiro/parceiro conclui-se que a renda real da população, incorporando a produção própria seguida do alto consumo, é mais elevada que a renda nominal.

Tabela 5. Condição como Gestor

	S.Felix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceiras	Total	%
Líder	23	21	20	14	20	98	69,5
Liderado	9	1	2	8	7	27	19,1
Cooperante	3	0	0	0	0	3	2,1
Outros	5	0	0	0	0	5	3,5
NR	0	6	1	0	1	8	5,7
Total Respondido	40	22	22	22	27	133	99,9

Fonte: Pesquisa de Campo 2009/2010

A análise da Tabela 5 revela que entre os entrevistados na maioria absoluta se considera gestor ou responsável pelas atividades produtivas. A tabela revela também que são inexpressivos os casos de cooperação para produção, o que poderia sugerir baixa incidência de cooperação na produção, o que não significa inexistência de outros tipos de cooperação.

Tabela 6. Políticas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e Ministério do Desenvolvimento Agrário

	S.Felix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceiras	Total	%
Créd Fundiário	0	1	0	1	0	2	1,3
Créd Custeio	0	0	0	0	0	0	0
Créd Investimento	0	2	0	0	0	2	1,3
PRONAF	6	0	4	8	9	27	17,8
Difusão	4	0	0	0	3	7	4,6
SER	8	12	3	3	3	29	19,1
Aposentadoria (INSS)	4	6	3	2	3	18	11,8
Pensão	5	7	1	1	0	14	9,2
NR	17	6	12	7	11	53	34,9
Total de Políticas citadas	44	34	23	22	29	152	100
Total Respondido	23	22	11	15	17	88	

Fonte: Pesquisa de Campo 2009/2010

A Tabela 6 demonstra que entre as políticas de apoio à produção o maior destaque vem do PRONAF. Isto significa que é o MDA o maior provedor de políticas para essa categoria de homens do campo. Dentre as políticas de seguridade o maior destaque é o Seguro Especial Rural. Há que se levar em conta que sendo beneficiado pelo SER o pequeno produtor poderá subjetivamente e objetivamente estar sendo estimulado a investir na pequena produção.

Tabela 7. Benefícios sociais

	S.Felix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceiras	Total	%
Bolsa Família	17	8	9	15	17	66	66
LOAS/BPC	0	0	0	0	0	0	0
Segurança Alimentícia	0	0	0	0	0	0	0
Auxílios ¹	11	2	6	9	6	34	34
Total Respondido	28	10	15	24	23	100	100
Total Entrevistados	40	28	23	22	28	141	100

¹ Auxílio Maternidade e Auxílio Doença

Fonte: Pesquisa de Campo 2009/2010

No que concerne às políticas de benefícios sociais há uma maior incidência do programa Bolsa Família na região. Em segundo plano aparecem diversos tipos de auxílios, tais como

Auxílio Maternidade e Auxílio Doença. Chama atenção a inexistência do acesso à política de Segurança Alimentar. Também merece destaque a inexistência de benefícios da LOAS/BPC, que provavelmente ocorre em função da acessibilidade do SER.

Tabela 8. Variação da área cultivada e da renda após benefício de políticas pública (hc)

	São Félix		Maragogipe		Cachoeira		Muritiba		Cabaceiras		Total	
	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
Lavoura												
Fruteira	0,6834	0,6834	7,417	8,695	0	0	5,0116	5,4672	8,8842	2,5058	21,9962	17,35
Hortaliça	0	0	0	0	0	1,3668	0	0	0,6834	0,6834	0,6834	2,05
Cereal	2,278	2,278	0,4556	1,3668	2,278	1,3668	7,7452	9,112	14,5792	5,0116	27,336	19,13
Raízes/ tubérculo	24,1468	24,6024	15,4904	16,8572	10,9344	6,3784	5,9228	7,7452	16,8572	5,0116	73,3516	60,59
Flores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Área total	27,1082	27,5638	23,363	27,189	13,2124	9,112	18,6796	22,3244	41,004	13,2124	123,36	99,13
NR	20/40		16/28		17/23		8/22		15/28		76/139	

Fonte: Pesquisa de Campo 2009/2010

De acordo com a Tabela 8 observa-se que na população investigada as políticas de fomento à produção não repercutiram de modo esperado constatando-se até redução da área cultivada em Cachoeira e Cabaceiras do Paraguaçu, porém aumento ainda que pouco expressivo em Maragogipe. Esta informação está de certa forma condicionada ao elevado número de “não respostas”, o que pode relativizar esse entendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meio rural brasileiro evolui permanentemente, inclusive em consequência das diversas políticas públicas que vêm sendo implementadas há décadas, resultando em alguns casos em benefícios em termos de qualidade de vida e melhoria significativas na produção. Há em certos casos também o registro da adoção de novas tecnologias.

As intervenções do Estado brasileiro por meio de Políticas públicas específicas ao meio rural, principalmente programas como o PRONAF criado em 1995, remodelam a agricultura, especificamente os grupos de agricultores excluídos socialmente e que desenvolvem atividades

tipicamente familiares, que contribuem para manter as populações no campo reduzindo o êxodo rural e contribuindo para aumento da oferta de alimentos e matérias primas. Não fora estas intervenções do Estado certamente o quadro de carências e de pobreza seria maior do que é atualmente.

A intermediação sindical de alguma forma conferiu normas que atendiam requisitos para ter acesso a tais políticas, principalmente para se conseguir financiamentos. Nestes casos os sindicatos operaram como “avalistas” da condição de trabalhadores rurais, uma categoria ampla que engloba assalariados, pequenos e médios agricultores, parceiros, arrendatários, meieiros e pescadores artesanais.

O Sindicalismo Rural que foi instituído no Brasil no início da década de sessenta do século passado pelo Presidente João Goulart jogou e joga um papel essencial ao mediar estas políticas, se bem que não se pode excluir que esta intermediação também seja um fator de consolidação de grupos que se mantêm por tempo indeterminado á frente destas organizações. Infelizmente esta foi uma realidade detectada na pesquisa quando se verificou que algumas diretorias sindicais tentaram manter os associados inacessíveis aos entrevistadores.

A pesquisa revelou que cada município possui características peculiares de como estas políticas são aplicadas, e nem sempre seus resultados são alcançados de modo a justificar os recursos aplicados, cabendo se propor estudos mais minuciosos, na tentativa de compreender que fenômenos ou razões concorrem para se ter um quadro não tão favorável, em termos de retorno.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R e VEIGA, J.E. (orgs.) *A agricultura sustentável na Agenda XXI*, Documento Oficial do Governo Brasileiro, ainda inédito. 2001

ABROMOVAY. R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Editora HUCITEC/UNICAMP, 1992.

AFFONSO, R. *A ruptura do padrão de financiamento do setor público e a crise do planejamento no Brasil nos anos oitenta*, Planejamento e Políticas Públicas, n. 4 dez. 1990

ARAÚJO, P.F.C. et alii *Desenvolvimento da Agricultura*, São Paulo: Pioneira, 1983 (Capítulo V).

BAIARDI, A. *Modernização agrícola e o mecanismo de autocontrole em Ruy Miller Paiva*, Agricultura em São Paulo, V. 43, Tomo 3, 1966

BAIARDI A. Globalização, mercados e a situação da agricultura familiar no Brasil, In: MOTA, D. M. et alii *Agricultura familiar, desafios para a sustentabilidade*, Aracajú:EMBRAPA, 1998.

BAIARDI, A. A participação da agricultura familiar no desenvolvimento local sustentável, In: *Coletânea das Oficinas sobre Metodologias Participativas e Desenvolvimento Local Sustentável*, Brasília: SDR/MA, 1998.

BAIARDI, A. As Formas de Agricultura Familiar, à Luz dos Imperativos de Desenvolvimento Sustentável e Inserção no Mercado Internacional. In: *Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Foz do Iguaçu, PR, 1999.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CUNHA, S.H. P. *Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro, 1871-1902*. Campinas: Tese de Doutorado defendida no Instituto de Economia da UNICAMP, 2004.

ARAÚJO, P.F.C. et alii *Desenvolvimento da Agricultura*, São Paulo: Pioneira, 1983 (Capítulo V).

DELGADO, G. da C. *capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*, São Paulo; Ícone/Ed. UNICAMP, 1985 (Parte 1).

GRAZIANO da SILVA, J. Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro, In AGUIAR, R.D. e PINHO, J.B. *O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas*, Brasília: SOBER, 1998

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro, *Nova Economia*, Belo Horizonte, V. 07, nº 01, maio de 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro. In: AGUIAR D. R..D. e PINHO J.B. *O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas*. Poços de Caldas, SOBER, 1998.

GUIMARÃES, P.R. *O Leviatã encurralado: continuidade e mudança no papel do Estado na América Latina*, Planejamento e Políticas Públicas, n. 4 dez. 1990.

GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.

KAGEYAMA, A. (coord.) O novo padrão agrícola brasileiro, In: *Agricultura e políticas públicas*, Brasília: IPEA, 1990.

KAGEYAMA, A. et alii O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos CAIs. In: DELGADO, G. C. et alii *Agricultura e políticas públicas*. Brasília, IPEA, 1987.

KAUTSKY, K. *La cuestión agraria*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores S/A, 1974.

LAFER, B. M. *Planejamento no Brasil*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

LENIN, V.I. *El desarrollo del capitalismo en Rusia*. Buenos Aires, Ediciones Estudio, 1973

MELLOR, J.W. *O planejamento do desenvolvimento agrícola*, Rio de Janeiro: edições O Cruzeiro, 1967, Parte 1.

OFFE, C. A democracia partidária competitiva e o “Welfare State Keynesiano”: fatores de estabilidade e desorganização, In OFFE, C (org.) *Problemas estruturais do estado capitalista*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OSBORNE, D. e GAEBLER, T. *Reinventando o governo*, Brasília: Editora Comunicação, 1994 (caps.1- 5).

PAIVA, R.M. et alii *Setor agrícola no Brasil*, São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1973 (Parte III).

PAIVA, R. M. et alii. *Setor agrícola no Brasil, comportamento econômico, problemas e possibilidades*. São Paulo, Secretaria de Agricultura, 1973.

PAULILLO, L.F. Sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira: concepções clássicas e recentes, In: BATALHA, O. (coord.) *Gestão agroindustrial*, São paulo: Atlas, 1997.

PEDRÃO, F.C. Novos rumos e novos personagens. In: BRANDÃO, M. A . *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

PEDRÃO, F. C. O extrativismo e a periferia da produção: referências à experiência da Bahia desde o fim da escravidão. In: SZMRECSÁNYI, T. et alii (orgs.) *História Econômica e História das Empresas*, v. 1, 1998.

PRADO JUNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1966.

TAVARES, L.H. *História da Bahia*. Salvador: UNESP/EDUFBA, 2001.

TEPICHT, J. *Las complejidades de la economía campesina*. Santiago: Escolatina, 1970.

A PERFORMANCE NO RECÔNCAVO DA BAHIA: INTERCÂMBIOS ENTRE A PERFORMANCE-ART E A CULTURAL PERFORMANCE

Violeta Martinez¹

RESUMO

A arte da performance vem explorando diversos espaços, por ser uma arte em sua essência inovadora. No Recôncavo da Bahia encontramos alguns artistas que dialogam com o local-mundial através de seus trabalhos. Dentre os artistas mapeados encontramos Marepe, Ieda Oliveira, Ana Fraga, Tina Melo e o Grupo Mandu Performance-art. Ampliando os conceitos de performance, segundo a autora Regina Melim, este artigo propõe uma análise de algumas obras desses artistas - através de possíveis intercâmbios entre a performance-art e a cultural performance no Recôncavo da Bahia.

Palavras –chave: Performance-art; Cultural Performance; Recôncavo da Bahia.

Performance-art e cultural performance

O território denominado como Recôncavo da Bahia abrange vinte e um municípios, onde podemos encontrar inúmeras manifestações artístico-culturais praticadas até os dias atuais. Essas manifestações revelam um passado e uma tradição, de suma importância histórica e sociocultural.

Marcado pelo sincretismo religioso, o Recôncavo Baiano possui intensa presença negra, com inúmeras expressões performativas matriciais, como o candomblé, o samba de roda, a capoeira, as festas populares, etc. Expressões de caráter performático podem também ser identificados nos modos comportamentais dessa população, no cotidiano, no ritual, em sua estética, em seus modos de vida. Dessa forma, o conceito de cultural performance se faz presente, abarcando também essas práticas espetaculares e/ou culturais.

¹ Estudante do Curso de Cinema e Audiovisual da UFRB. Faz parte do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Arte, Audiovisual e Patrimônio (GAAP), num projeto intitulado “Performance-art e Matrizes Culturais do Recôncavo da Bahia: diálogos estéticos” com orientação do Prof. Ms. Ayrson Heráclito. É bolsista PIBIC/UFRB e integrante do Grupo Mandu Performance-art.

a performance (logo a prática de espetacular e/ou cultural) não é mais fácil de definir ou de localizar. O conceito e a estrutura se estendem para toda parte. Ela é étnica ou intercultural, histórica e não-histórica, estética e ritual, sociológica e política. A performance é um modo de comportamento, uma abordagem da experiência concreta; ela é um jogo, esporte, estética, divertimentos populares, teatro experimental, e mais ainda (TURNER, 1982)².

Por outro lado temos a performance-art, de caráter híbrido e transgressor, que vem desafiando todos os limites entre arte e vida. Regina Melim, em seu livro *Performance nas artes visuais*, propõe distender os conceitos de performance, a partir da discussão entre as novas propostas artísticas analisadas ao longo da história.

Pensaremos a performance como desdobramento da escultura e da pintura, e levaremos em conta as contaminações que tais procedimentos carregam das práticas interdisciplinares que agrupavam teatro, dança, música e poesia nos anos 1960, assim como os pontos de contato com a arte conceitual praticada nos anos 1970. A partir dessas referências, também é importante tentar substituir o estereótipo que associa a noção de performance a um único formato – tendo o corpo como núcleo de expressão e investigação, análogo à body art – por um viés bem mais distendido (MELIM, 2008, PÁG.8).

A partir de um mapeamento realizado no Recôncavo da Bahia, foram encontrados alguns artistas que trabalham com a performance-art como linguagem, considerando, como já citado, seu conceito distendido. Dentre esses artistas mapeados temos: Marepe, Ieda Oliveira, Ana Fraga, Tina Melo e o Grupo Mandu Performance-art. Foram realizadas também, entrevistas no intuito de compreender melhor o conceito das obras a partir de depoimentos dos seus próprios criadores.

Este artigo tem o propósito de trazer alguns resultados dessa pesquisa – ainda em andamento - para que possamos tentar discutir se há ou não relações entre a performance-art e a cultural performance nas obras analisadas. Para isso, foram consultados catálogos da Bienal do Recôncavo, catálogos dos Salões Regionais de Artes Visuais da Bahia, bem como uma pesquisa em bancos de dados de instituições culturais, tais como Diretoria de Artes Visuais da Fundação Cultural do Estado da Bahia e o Centro Cultural Dannemann. Essas consultas

² O conceito de *cultural performance* pode ser encontrado em PAVIS, Patrice. *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

foram realizadas a fim de obter telefones, endereços eletrônicos e/ou residenciais de artistas referentes a pesquisa. Houveram também outros colaboradores, indicados a partir da consulta pelos meios já citados anteriormente.

***Necessaire* e cotidiano na obra de Marepe**

A relação afetiva com a cidade natal se constitui uma forte influência no trabalho de Marepe. Nascido e residente na cidade de Santo Antônio de Jesus, Marepe, em sua poética visual, apropria-se das práticas dos trabalhadores informais como inspiração na realização de suas obras, além de transpor materiais do cotidiano que são re-significados para o espaço artístico de forma a remeter seu lugar de origem. Com influências da vanguarda, Marepe cria o conceito de *necessaire*, baseado em estudos sobre os *ready mades* do artista Marcel Duchamp.

Eu li sobre Duchamp, assimilei o conceito do *ready made*, dessa questão do objeto. De você tirar um objeto de um contexto e colocar em outro. Mas eu achava que tinha alguma coisa que faltava meio de humano no trabalho de Duchamp... porque o dele era uma coisa que falava mais da questão da indústria mesmo, do design. E eu tava tratando de objetos do cotidiano, objetos que cada um construía do jeito que queria, com seus materiais, com os materiais que tinham por perto. E foi na Paraíba justamente que eu conheci um pessoal e eles tinham uma loja de... (...) uma empresa de design, alguma coisa assim... E o nome era *Necessaire*, (...) é o que eu queria porque... tinha a ver com Duchamp, que era francês, e tinha muito a ver com essa coisa do necessário, da necessidade. Então são objetos, são bacias, são assadeiras, são objetos do cotidiano, usados no cotidiano, necessários para o funcionamento das atividades (MARTINEZ, 2010, s/p).

O objeto performático *Cabeça Acústica*, criado em 1996 foi construído com duas bacias de metal, uma dobradiça e uma assadeira de frango, materiais utilizados no dia-a-dia como utensílios domésticos. Este trabalho necessita da participação do público, sendo a experimentação uma necessidade básica. Ao colocar a cabeça dentro dessa espécie de caixa acústica, a voz se amplia e ao mesmo tempo mantêm-se presa, sem se projetar para o exterior.



Fig.1 – Objeto Performático *Cabeça Acústica* – 1996.

Muitos trabalhos criados por Marepe se iniciam por um longo processo de pesquisa, mobilizando pessoas em seus espaços comuns. A exemplo, temos o trabalho *Tudo no mesmo lugar pelo menor preço* (2002) - em que o artista retira um muro com a propaganda de um estabelecimento comercial de sua cidade - e o trabalho *Palmeira Doce* (2001), que desdobrou-se num outro intitulado *Doce céu de Santo Antônio*.

(...) pra tirar o muro não foi de uma hora pra outra, foi quase três dias ou quatro pra recortar aquele muro, pra fazer a moldura envolta (...). Então, tudo na frente das pessoas. É uma performance. (...) as pessoas viam todo o processo até conseguir guinchar mesmo e colocar ele em cima do caminhão. Como também o trabalho do algodão doce. Foi quase vinte e quatro horas de trabalho, porque começou sexta à tarde e terminou seis da manhã pra conseguir fazer esses dois mil saquinhos de algodão doce (MARTINEZ, 2010, s/p).

Palmeira Doce, foi realizada no dia 27 de setembro, dia de São Cosme e Damião. O artista montou uma instalação prendendo os algodões em uma palmeira imperial – símbolo de Santo Antonio de Jesus. As cores escolhidas para os doces foram as da bandeira brasileira, e tratava da discussão do império açucareiro na Bahia. Esta instalação se desdobrou em duas performances: uma do público, formado em sua maioria por crianças que acabaram comendo os doces, e outra pelo registro fotográfico do artista comendo um algodão doce como se estivesse comendo as nuvens de Santo Antônio de Jesus.

Em outro trabalho, a performance-instalação *Cada macaco no seu galho*, apresentada na Casa da Cultura do Mundo (Berlim, Alemanha), Marepe presta homenagem a Helio Oiticica, Lygia Clark e Chico Science. Marepe entrou com um macacão feito de papel beijo e uma sandália havaiana, batendo numa enchada com uma haste de metal, fazendo uma saudação a Lygia Clark. Essa roupa faz referência ao *Zambiapunga*, manifestação folclórica originária da

cidade de Nilo Peçanha, no Baixo Sul da Bahia, em que homens vestidos com roupas de retalhos coloridos e máscaras, saem pelas ruas do dia 1 de novembro, anterior ao dia de finados, tocando instrumentos de percussão, dentre eles a enchada. O artista trazia também três óculos do tipo para solda, com intensidades de escuridão diferentes, querendo provocar discussões sobre a questão do negro, da cor da pele que é mudada a medida que se trocam os óculos. Por fim, Marepe mastigou uma barra de sabão Phebo, provocando espuma na boca, fazendo referência ao trabalho “Baba Antropofágica” da artista Lygia Clark.

Marepe cria também trabalhos marcados pelas expressões populares como *Lasque um nome aí*. Esta instalação-performance consistia na montagem de uma barraca similar as barracas de camelô encontradas em muitas cidades do Recôncavo, onde eram postas roupas com impressões de palavras que são consideradas muitas vezes como insultos e feias de se pronunciar. As pessoas deveriam escolher uma roupa e rasgá-la ao mesmo tempo que gritavam a palavra escolhida. Notamos que a linguagem coloquial é posta em evidência, expressões usadas no dia-a-dia, utilizadas e transformadas pelo artista.

Memórias no trabalho de Ieda Oliveira

A artista Ieda Oliveira, natural de Santo Antônio de Jesus, tendo vivido muitos anos no vilarejo vizinho de Varzedo, possui muitas obras que partem do seu imaginário, das memórias da infância, das brincadeiras infantis, dos materiais populares, das expressões próprias do Recôncavo da Bahia. Essas influências, dos estratos populares com a arte contemporânea são quase que inevitáveis nesse contexto, e ao serem transportadas para o universo artístico ganham outras dimensões, interpretações, influenciando nas apreciações e/ou recepções.

Entre os muitos trabalhos produzidos pela artista destacamos alguns que possuem uma maior relação com a cultural performance. A performance *Compre sua sorte por apenas R\$ 1,0* (2004), realizada na cidade de Ubaíra, localizada na região do Vale do Jequiçá, onde os pais da artista vivem atualmente, foi feita numa noite de São João. Ieda Oliveira, vestida com uma roupa típica do São João, com o rosto pintado, chapéu de palha com um laço vermelho e tranças no cabelo, constrói inúmeras sortes para resgatar um costume antigo, já esquecido. A artista sai pela festa vendendo as sortes, trazendo a referência das festas populares religiosas para o seu trabalho. Outro exemplo é o trabalho *Jogo de Preá* apresentado em Taiwan e Salvador:

Nos dias de missa e festa da padroeira no interior da Bahia, essa brincadeira irradiava muita alegria. Fazem parte do trabalho uma mesa redonda e 25 casinhas numeradas e arrumadas em

círculo, sendo que a casinha que fica no centro da mesa não tem porta. Um preá e dezenas de prêmios, como: canecas, tigelinhas, sabonetes e latas de goiabada compõem a instalação. O público recebe fichas numeradas. A cada número corresponde uma casinha. Em seguida, a casinha do centro da mesa é suspensa. Nesse momento a preá sai correndo e entra em alguma casa do círculo, o candidato que tiver com o número correspondente é o premiado e o jogo segue com várias rodadas, despertando uma enorme vibração nos participantes (MARTINEZ, 2009, s/p).

Notamos que muitos de seus trabalhos necessitam também da participação com o público, lembrando os artistas neoconcretos como Helio Oiticica e Lygia Clark. Porém vemos que, a exemplo de *Jogo de preá*, a artista busca mais compartilhar um sentimento, resgatado de sua memória e fantasias de infância, procurando interagir com as pessoas de forma muito natural, pretendendo alcançar todo e qualquer tipo de público.



Fig.2 – *Jogo de preá* –Taiwan.

Outro trabalho interessante de destacar é *Milagres* (2002), idéia que surge a partir das recordações de fotos de famílias que faziam o percurso até a cidade de Nossa Senhora dos Milagres, na Chapada Diamantina. Todos os anos no mês de fevereiro esse trajeto era realizado como forma de mostrar a fé e devoção.

Foi no processo de construção desse trabalho que me vieram à mente fortes recordações do caminhão azul com sua carroceria cheia de bancos e uma estrutura de madeira que erguia uma lona ocre para nos proteger do sol e da chuva naquela viagem, que era tão alegre e louvada com cantorias em todo trajeto. A romaria é um ato religioso que une o povo simples em uma corrente de fé para agradecer as promessas alcançadas e passar o dia em penitência. Resolvi então voltar à cidade de Milagres. Queria mesmo rever aquele lugar que foi tão marcante na minha infância e tentar reviver um pouco o passado. Tudo não passou de uma doce ilusão. A cidade já vestia outra roupa, as casas antigas de portas gigantes não existiam mais. E lá eu não passava de uma pessoa

estranha e de difícil compreensão para aquele povo que relutou em ouvir os meus desejos de homenagear aquele lugar (MARTINEZ, 2009, s/p).

Na Galeria Goethe Institut Salvador, a artista cobre todo o chão com um gramado, e em uma sala, inúmeras melancias são postas no chão umas sobre as outras. Ieda monta também um espaço que lembra os cenários construídos para as pessoas tirarem fotos de recordação dos lugares visitados. Em outra sala, haviam cavalinhos de madeira espalhados e as pessoas podiam montar neles e assistir a exibição em slide de fotos antigas deromeiros mescladas com fotos tiradas no dia da exposição. Ieda Oliveira realizou uma performance que consistia no ato de cantar um repente criado por ela, contando a história dessas romarias na cidade de Milagres. Ela vestia uma roupa copiada de sua infância, e entrava com um megafone na mão, acompanhada por um sanfoneiro, um zambumbeiro e um tocador de triângulo.

A poética de Ana Fraga

Nascida em São Felix, Ana Fraga possui um trabalho onde se podem discutir problemas encontrados na região do Recôncavo da Bahia, assim como problemas encontrados no mundo todo. A artista, em seu processo criativo, parte de um tema, depois passa pela observação, o registro fotográfico, os esboços em desenhos da obra em construção, e também a pesquisa.

Normalmente às vezes eu começo partindo de um tema. Às vezes alguma coisa me inquieta e aí eu vou em busca disso aí. Eu leio, procuro ver como é que eu posso resolver. Às vezes eu durmo... todo mundo acha que vida de artista é ótimo, mas não sabe o diabo que é, o inferno que é a vida da gente. Porque a gente dorme com um problema, acorda, sonha com o problema, e passa o dia todo e não resolve o problema. Aí as vezes numa saída que a gente dá, a gente resolve logo o problema, e diz “poxa, mas eu não tinha pensado nisso!” (MARTINEZ, 2009, s/p).

Em um de seus trabalhos intitulado *Boneca #2, uma roupa*, apresentado numa exposição individual no Centro Cultural Dannemann (São Felix, 2008), Ana Fraga passa por uma dieta rigorosa para falar sobre o problema da anorexia. A dieta, que durou praticamente um mês, partiu da pesquisa em blogs de meninas com anorexia, e pela consulta com uma

nutricionista, que em dado momento não concordou com seu trabalho, devido aos riscos a sua saúde.

A obra partiu de desenhos feitos por Ana, de bonecas esqueléticas em poses sensuais, e consistia num vídeo-performance em que a artista, vestida com uma roupa branca que possuía uma calda, tentava caminhar, não podendo sair do lugar pois essa calda estava presa por um prego no chão. Além do vídeo, uma instalação foi montada, onde inúmeros seios de tecido, pendurados por ganchos de açougue, formavam um ambiente antagônico. Para acalmar as pessoas, foi colocado pó de cânfora, com um cheiro apaziguador frente à imagens que despertavam a inquietação.

É recorrente em muitas obras da artista a temática feminina. Na performance-instalação *A mesa posta*, tratou tanto da temática da violência contra a mulher, quanto da violência cometida por elas, preocupada em não colocar a mulher apenas como uma mera vítima. Apresentado na Aliança Francesa (2005), foram necessários trezentos pratos de louça para a realização da obra. Os pratos continham impressões de frases, encontradas principalmente em jornais, sobre o tema exposto. Uma mulher, que deveria começar a performance, induz o público, atirando os pratos dentro de uma caixa, buscando a destruição das frases.

Foi Bárbara Ferreira, que foi a menina que fez a performance, ela se vestia como se fosse uma boneca, entrava, saía. e foi conduzindo a performance, ela que quebrou primeiro. Aí depois que ela quebrou se fez uma fila enorme, o pessoal começou a quebrar, tinha gente que quebrava dois. Aí ninguém mais se concentrou em nada, e só foi quebrar. E as pessoas tanto quebravam como botavam de baixo do braço e levavam pra casa, botavam na mochila. Teve um rapaz que levou tantos, que meu marido quando passou no ponto de ônibus, tinha um com a mochila cheia dos pratos. Aí eu fiquei encucada, como é que as pessoas conseguiam levar uma coisa tão indigesta pra casa? Porque não eram frases bonitas (MARTINEZ, 2009, s/p).

Em entrevista com Ana Fraga, a artista fala também do *Projeto Tombado*, partindo de uma problemática de sua cidade natal. A artista pretende fazer um inventário das pessoas de São Felix, se permitindo, a partir de sua licença poética, tombar as pessoas com o intuito de resgatar e manter a memória. Com isso, traz a discussão do artista como um ser transformador, dotado de um poder que está acima de qualquer instância terrena.



Fig.3 – Instalação e Performance *A mesa posta* – Aliança Francesa, 2005.

Outro trabalho importante de ressaltar é o *Enciclopédico*, que trata sobre o analfabetismo. Ana Fraga, ao conviver com pessoas que não sabiam ler nem escrever, numa oficina realizada na zona rural, propõe alfabetizar as pessoas, bordando em uma colcha as letras das músicas cantadas à medida que bordavam. Nesse processo de convivência e aprendizagem mútua, a artista resolve criar um livro com impressões digitais dessas pessoas, trabalho este selecionado e premiado no Salão Regional de Artes Visuais da Bahia em Porto Seguro (2009).

Podemos notar que, apesar de Ana Fraga não trazer implícito em seu trabalho, influências da cultural performance, há nela uma preocupação e uma constante busca por apresentar questões que partem de seu universo matricial, sua cidade, dialogando constantemente com outras questões encontradas no mundo inteiro.

A construção do masculino e feminino na obra de Tina Melo

Tina Melo nasceu na cidade de Cachoeira, tendo contato com inúmeras manifestações culturais, como a Festa de Nossa Senhora D’Ajuda, de caráter performativo, onde as pessoas saem fantasiadas pelas ruas ao som de charangas. Tina iniciou seus estudos sobre performance na Universidade de Belas Artes (UFBA) em Salvador, com o professor Biriba, tendo antes experimentado diversas linguagens, principalmente a escultura, utilizando materiais perecíveis.

Em 2009 realizou a performance *Carne* na Bienal do Recôncavo, em que contratou um tatuador para fazer um desenho de um carimbo em seu corpo, escrito: “Inspeccionado, aprovado pelo Ministério da Agricultura”. Esse carimbo azul, ao qual faz referência, é encontrado nos mercados de carne que a artista costumava ver quando pequena em sua cidade, resgatando de seu imaginário, lembranças de sua infância. Esta performance pretende discutir a imagem da mulher na sociedade, uma crítica a banal exposição da carne, do corpo, aproveitado principalmente pela propaganda, com intuito de atrair o público para o consumo.



Fig.4 – Performance *Carne* – Bienal do Recôncavo, 2009.

Em outra performance feita anteriormente em Salvador, Tina Melo se veste como uma *Drag Queen*, trazendo mais uma vez a discussão de gênero em seu trabalho, se colocando como um objeto, realizando poucas ações.

Então eu coloquei na entrada um manequim feminino seminudo, e aí a performance era chegar e ficar sentada do lado desse manequim, então eu segurava a mão dela e encostava minha cabeça no ombro dela. Essa coisa toda, até que ponto quando essas figuras dos travestis buscam se colocar como feminino. Qual o tipo de feminino que eles buscam? E até que ponto eles não são femininos? Porque as pessoas as vezes falam “essa mulher é muito masculina, esse homem é muito feminino”, mas que limite é esse, né? Então eu comecei a observar esse tipo de coisa (MARTINEZ, 2009, s/p).

Podemos identificar neste trabalho questões sobre a beleza, o padrão do corpo magro associado ao manequim, além da discussão do que viria a ser o masculino ou feminino, pois quebra com o próprio conceito de *Drag Queen*. Trata-se na realidade de um estereótipo do que na verdade deveria está associado a um homem travestido de mulher, com roupas estilizadas e exageradas.

Grupo Mandu Performance-art: diálogos com as matricialidades do Recôncavo da Bahia

O Grupo Mandu Performance-art é formado por Violeta Martinez do curso de Cinema e Audiovisual, Tiago Sant'Ana e Júlio César Sanches, alunos de Comunicação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. O grupo se propõe à pesquisa sobre a performance-art e a cultural performance, além do estudo de técnicas e práticas em laboratório de processos criativos, que servem para construir um repertório baseado em ações do dia-a-dia que são trabalhadas e resignificadas para a arte da performance.

O grupo possui uma considerável produção, apresentadas em diversos eventos e exposições, que servem de base para o estudo dessas influências com as práticas performativas encontradas no Recôncavo da Bahia. O próprio nome Mandu, faz referência a um personagem típico, encontrado na festa D'Ajuda em Cachoeira. Esse personagem prega pela desconstrução do corpo, devido a sua veste inusitada composta por um cabo de vassoura preso pela cintura, levando um paletó velho por cima; um lençol amarrado pela cintura que vai até a cabeça, formando um imenso crânio; além do uso de anáguas e uma peneira.

Na Virada Cultural, realizada em 16 de abril de 2010 no Centro Cultural Dannemann, Tiago Sant'Ana e Violeta Martinez fazem uma performance *Proposições para o Recôncavo*, de caráter conceitual. São projetadas pouco a pouco numa parede branca inúmeras frases que provocam a imaginação do público. Enquanto isso Tiago Sant'Ana fica sentado, sem camisa e de costas para as pessoas. A primeira frase se projeta sobre suas costas: “Atravesse uma ponte de rapadura de São Felix para Cachoeira”.

Enquanto isso, Violeta Martinez, um pouco afastada da projeção, está vestida de branco, com uma luva preta na mão esquerda e uma vela de sete dias de cor branca, e um isqueiro na mão direita. A performer caminha em direção ao outro componente, se colocando de costas a seu lado, e este, ao sentir sua presença aproxima-se um pouco mais da parede. Violeta volta-se para o público, acende a vela e retorna a sua posição inicial. A seguir vemos uma nova frase “Jogue capoeira com Dona Canô de baixo de uma chuva de caldo de cana”.

Mais uma vez a performer se aproxima, Tiago se coloca mais uma vez perto da parede, e desta vez vemos Violeta jogar sobre suas costas pingos de parafina derretidos pelo calor. A performance consistia nesse jogo de tortura. À medida que surgiam novas frases, a tortura ao corpo do artista aumentava de intensidade e quantidade. Frases como “Dance o samba de roda

de Dona Dalva com tamancos de manteiga” ou “Jogue futebol com uma galinha preta amarrada no tornozelo” provocavam a reflexão e muitas vezes o espanto.



Fig.5 – Performance *Proposições para o Recôncavo* – Centro Cultural Dannemann, São Félix, 2010.

Esta performance trata do sadismo, o prazer em que se têm do sofrimento alheio. Um sofrimento não somente do corpo, representado no ato de jogar parafina quente nas costas do performer, mas também a um sofrimento mental, associado as frases perversas. Essas frases imperativas insistem que o público imagine coisas quase que impossíveis de acontecerem no mundo real, e totalmente perversas, se fossem capazes de se realizar.



Fig.6 – Performance *Bejé O Ró* – Largo D’ Ajuda, Cachoeira, 2009.

A frase “Chupe balas de mel para Cosme e Damião até sangrar a boca”, faz referência a performance *Bejé Ó Ró*, feita pelo grupo no Caruru dos sete poetas, realizado no Largo D’Ajuda no dia de São Cosme e Damião. A proposta do grupo era chupar cada um dos três,

um saco de balas de mel, em homenagem aos irmãos gêmeos, e por fim fazer uma saudação aos santos ibejis. Porém em dado momento da ação, a performer Violeta Martinez sangra a boca devido ao ato repetitivo.

Considerações Finais

Foram escolhidas algumas obras de cada artista para serem descritas brevemente, pois seria muito dificultoso desenvolver um apanhado que promovesse a compreensão total da obra completa de cada um. Ainda assim, a intenção não é saber tudo sobre esses artistas, mas sim eleger as obras que possuem características mais próximas com a performance-art e a cultural performance.

Uma das grandes dificuldades encontradas durante a pesquisa foi localizar pessoas que trabalham com performance no Recôncavo, pois a maioria dos contatos em catálogos das instituições estavam desatualizados. Além disso, todavia essas instituições não criaram um banco de dados completo para que possibilitassem mais facilidades de busca. Porém é importante ressaltar que dos artistas localizados, já é possível estabelecer discussões sobre as relações entre a arte contemporânea e as matricialidades encontradas no Recôncavo da Bahia.

Em algumas obras de Marepe e Ieda Oliveira, podemos identificar claramente um diálogo com a cultural performance, sendo este conceito bastante abrangente. Os trabalhos de Marepe *Palmeira Doce* e *Lasque um nome aí* trazem essa relação. O primeiro fazendo referência ao dia de São Cosme e Damião, que é comemorado tanto pela religião católica quanto pelo candomblé. A utilização do açúcar na feitura do algodão doce também trazem um significado histórico associado a escravidão na Bahia, principalmente no Recôncavo Baiano. E a distribuição dos doces as crianças evidenciam um costume sempre praticado nessa data.

No segundo trabalho identificamos em seu próprio título uma expressão nitidamente popular: *lascar um nome* como sinônimo de pronunciar um “palavrão”, ou seja, uma palavra imprópria. As palavras impressas nas roupas também partiram de uma pesquisa com as expressões consideradas feias pela população. Já o trabalho *Cada macaco no seu galho*, apesar de não ter relação com uma manifestação do Recôncavo e sim do Baixo Sul, ela traz em seu título também uma expressão popular.

Ieda Oliveira traz a sua subjetividade através da memória que quer ser compartilhada com o público. Os trabalhos citados como *Compre sua sorte por apenas R\$1,0*, *Jogo de preá* e *Milagres*, estão associados: primeiro a uma festa popular bastante importante, comemorada no Recôncavo, numa performance de resgate a uma tradição pouco ou quase não mais praticada; a segunda a um jogo infantil, com suas regras que devem ser respeitadas, portanto de caráter performativo; e o terceiro a uma prática performativa religiosa.

Ana Fraga e Tina Melo não possuem em suas obras demonstrações explícitas de um diálogo com a cultural performance. Porém no trabalho *A mesa posta*, além de um outro não citado intitulado *Vista-se NÃO Vista-se*, vemos a artista trabalhar com expressões ou frases bastante comuns de serem ouvidas sobre a violência feminina e sobre a mulher. Neste último trabalho a artista trata da questão do estupro, idéia que surge a partir de uma consulta a uma cartilha policial de como a mulher deveria proceder caso fosse vítima deste tipo de violência. São frases que estão no subconsciente de muitas pessoas, sendo que a artista também realizou uma pesquisa com a população do Recôncavo, reproduzindo essas falas para seu trabalho.

Em *Vista-se NÃO Vista-se*, Ana Fraga instalou numa espécie de arco, tipo mostruário, camisas de força com essas frases impressas, presas por ganchos típicos para prender carnes no açougue. Duas performers entravam com tesouras enormes e começavam a cortar as camisas, em seguida a artista entrava e elas começavam a cortar seu cabelo. Ana pretendia que o público destruísse seu trabalho, que cortassem as frases, demonstrando que elas nada significavam. Porém isso não aconteceu, o público deixou a maior parte do trabalho da maneira que foi apresentado.

Tina Melo possui em seu trabalho uma forte discussão sobre gênero. Em entrevista com a artista ela demonstra essa preocupação e suas influências com as festas populares de sua cidade. Essa necessidade de usar uma espécie de fantasia, como no trabalho em que ela se veste como uma *Drag Queen*, pode estar associado ao imaginário da artista, que via desde pequena pessoas travestidas na festa D'Ajuda em Cachoeira. Homens vestidos como mulheres e mulheres vestidas como homens, pode ser a raiz de sua profunda discussão sobre a construção de uma identidade feminina ou masculina.

O Grupo Mandu Performance-art possuem relações claras com a cultural performance, pois o grupo já parte do estudo dessas relações. Neste artigo, busquei citar o trabalho mais recente realizado pelo grupo, já que há um artigo falando exclusivamente sobre o Mandu, intitulado *Grupo Mandu Performance-art: uma experiência de intercâmbios estéticos*, de

minha autoria, a ser publicado na Revista ANPAP – Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. O grupo pretende sempre estabelecer diálogos com a cultural performance, com elementos principalmente associados ao candomblé e a cultura afro, de grande importância e marcadamente encontradas na cidade de Cachoeira, onde o grupo está estabelecido.

É interessante perceber como é possível sim, que a cultural performance possa estabelecer contaminações com a arte contemporânea da performance-art. Não há como o artista se distanciar da sua terra natal. O artista é um observador, e nada pode escapar a seu olhar e sensibilidade. O estudo e análise proposto sobre a performance no Recôncavo da Bahia, nos traz o conhecimento e reconhecimento da existência dessas obras e artistas, o que determinam a importância desta pesquisa de um modo geral.

Referências

CAUQUELIN, Anne. **Arte Contemporânea: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COHEN, Renato. **Performance como linguagem: criação de um tempo-espaço de experimentação**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

GLUSBERG, Jorge. **A arte da Performance**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

GOLDBERG, Roselee. **A arte da Performance: do futurismo ao presente**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LOLATA, Priscila Valente. **Marepe: Memória, Devaneio e Cotidiano na Arte Contemporânea da Bahia**. 2005. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MACIEL, Neila Dourado. **Metáforas cotidianas na obra de Ieda Oliveira**. 2005. Revista OHUN – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA, Ano 2, n. 2.

MARTINEZ, Violeta. **Entrevista com Ana Fraga**. São Félix: outubro de 2009.

MARTINEZ, Violeta. **Entrevista com Ieda Oliveira**. Cachoeira: outubro de 2009

MARTINEZ, Violeta. **Entrevista com Marepe**. Santo Antonio de Jesus: janeiro de 2010.

MARTINEZ, Violeta. **Entrevista com Tina Melo**. Cachoeira: outubro de 2009.

MELIM, Regina. **Performance nas Artes Visuais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

A EDUCAÇÃO JESUÍTA NO RECÔNCAVO DA BAHIA *O Regulamento e o Cotidiano do Seminário de Belém da Cachoeira*

Alfredo Pinto, Antonio Modesto e Robson Matos¹

Resumo:

A proposta deste trabalho é esboçar como se processou a educação jesuítica no Recôncavo da Bahia, mais especificamente, no Seminário de Belém da Cachoeira, fundado pelo Padre Alexandre de Gusmão no ano de 1686. Deste modo, o nosso objetivo com tal análise consiste em apresentar uma breve exposição a partir da analogia entre a proposta geral da educação jesuítica exposta no *Ratio Studiorum* e o que efetivamente se processou no referido Seminário, que possuía o seu próprio Regulamento. Assim, buscaremos observar como o caráter religioso da Companhia de Jesus influenciou na proposta educativa do Seminário de Belém, facilmente observada no seu cotidiano, e expressa veementemente pelo Padre fundador e Reitor do Seminário que afirmava que o objetivo central desta instituição seria “educar nas letras e guardar nos bons costumes”.

Palavras-chave: Seminário, Educação, Jesuíta, Belém, Padre Alexandre de Gusmão.

Ao iniciarmos este trabalho, que tem por finalidade apresentar um breve resumo de como se processou a educação jesuítica no Recôncavo da Bahia, mais especificamente no Seminário de Belém da Cachoeira, faz-se necessário, para uma melhor compreensão do tema abordado, apresentarmos um sucinto levantamento histórico do processo de formação da Companhia de Jesus e sua posterior instalação na colônia portuguesa da América.

Sendo assim, em tempos de expansão marítimo-comercial e em meio a Reforma Católica, na época do Renascimento, foi criada a Companhia de Jesus, fundada pelo espanhol Inácio de Loyola (1491-1556) e seis amigos seus: Pedro Fabro, Francisco Xavier, Simão Rodrigues, Nicolau de Bobadilha, Diogo Laínez e Afonso Salmerón. Esta Ordem religiosa tinha por objetivo auxiliar a Igreja Católica no combate aos hereges e na conversão dos infiéis, sendo que o seu fundador tinha como primeira intenção a retomada das Cruzadas para a Terra Santa.

¹ Estudantes do Curso de História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em pesquisa orientada pelo professor Leandro de Almeida.

No entanto, a Companhia de Jesus foi oficializada pelo papa Paulo III na bula *Regimini Militantis Ecclesiae* em 27 de setembro de 1540, e posteriormente referendada pelo papa Júlio III na bula *Exposcit debitum* (1550); estas bulas descreviam a Fórmula da Companhia, que compreendem seus principais votos e o fundamento de seu instituto.

Não obstante, desde que foi criada a Ordem, os jesuítas iniciaram um intenso trabalho apostólico tendo como base os *Exercícios Espirituais* elaborados pelo seu fundador Inácio de Loyola. Neste sentido, os Exercícios Espirituais e as Constituições da Companhia de Jesus, também por ele formuladas em 1556 formaram com o posterior *Ratio atque Institutio Studiorum Societas Iesu*, os três documentos que compuseram as principais diretrizes e garantiram a uniformidade da prática pedagógica dos jesuítas em toda a sua ação missionária.

Nesta perspectiva, ainda que observasse o mesmo estatuto e fórmula, a Companhia de Jesus atuou de forma diferenciada em cada região e adaptava-se às circunstâncias de cada contexto, firmando uma grande parceria com o projeto de colonização português, o que não significa afirmar que tenham reproduzido fielmente as políticas régias e os interesses dos colonizadores. Logo, por pretender propagar a fé cristã, os inacianos espalharam-se pelo mundo, desde a Europa até os novos territórios conquistados: África, Ásia e América.

Devido a importância adquirida pela Companhia de Jesus nos países europeus, fruto de sua fidelidade ao Papa e a Coroa, os Reis Católicos, imbuídos do interesse de expansão de suas possessões e também da “Santa Fé”, quiseram contar com a indispensável colaboração dos inacianos nesta dupla missão, principalmente nas suas possessões ultramarinas. Neste sentido, a Companhia de Jesus conseguiu atender aos interesses da Igreja e da Coroa portuguesa, como enfatiza a historiadora Gislene Raymundo:

A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé.²

Neste sentido, os primeiros jesuítas chegaram a Bahia em 29 de março de 1549, juntamente com o primeiro Governador-Geral do Brasil, Tomé de Souza. Mais especificamente, vieram na esquadra com o referido Governador os seguintes missionários: padre Manuel da Nóbrega, padre Leonardo Nunes, padre Antonio Pires, padre João de Azpilcueta Navarro, e dois irmãos: Vicente Rodrigues e Diogo Jácome.

² RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas**. 1998. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá. p. 43.

Deste modo, desde que a Companhia de Jesus chegou ao Brasil, preocupou-se em colaborar com o projeto colonizador da metrópole portuguesa, o que não significa dizer que esta Ordem posicionou-se a todo o tempo de comum acordo com o projeto dos colonizadores e colonos. Sendo assim, a Companhia não ocupou-se apenas da “salvação das almas”, mas preocupava-se também com a educação escolar. Desta forma, a estrutura escolar e pedagógica do ensino jesuítico implantado no período colonial brasileiro, adaptou-se ao momento histórico vivenciado na colônia, pois, teve que conformar-se ao projeto lusitano para a colônia, a própria estrutura social brasileira da época e, sobretudo, o modelo de homem necessário para a época colonial. Assim, os inacianos, com seu projeto educacional, juntamente com os portugueses que vieram para a colônia brasileira em busca de riquezas, exerceram papel fundamental na formação da estrutura social, político-administrativa, cultural e produtiva da sociedade que estava sendo formada.

Não obstante, não podemos desconsiderar que, embora o projeto educacional jesuíta tivesse subordinado ao projeto português para o Brasil, este possuía determinada autonomia, contribuindo significativamente para que o Governo lusitano obtivesse êxito no processo de colonização e povoamento da colônia brasileira. Porém, não podemos compreender o projeto educacional dos inacianos como sendo apenas um projeto de catequização, mas também um projeto de caráter bem mais amplo; na verdade, tratava-se de um projeto de transformação social, pois tinha como função propor e implementar mudanças radicais na cultura indígena brasileira.

Desta forma, devido ao seu caráter eminentemente missionário, a Companhia de Jesus tornou-se a mais importante Ordem religiosa nos primeiros séculos de ocupação portuguesa, fundando casas por todas as capitanias desta América e penetrando os sertões em suas missões. Todavia, é válido ainda salientar que a Companhia de Jesus não foi a única ordem religiosa a atuar na colônia luso-americana, instalaram-se também no Brasil outras ordens, tais como franciscanos, beneditinos e carmelitas; mas a Companhia de Jesus foi a que obteve mais destaque, sobretudo, no cenário da educação formal das primeiras décadas de colonização do Brasil.

Deste modo, como destacou o historiador Fernando de Azevedo, os inacianos devem ser considerados os primeiros educadores do Brasil colonial, conseguindo manter por determinado período um verdadeiro “monopólio do ensino”. Ora, segundo Azevedo, a atuação jesuítica na colônia brasileira pode ser dividida em duas fases distintas: a primeira fase, que corresponde ao período que abrange o primeiro século de atuação dos jesuítas na colônia, momento de adaptação e construção do árduo trabalho missionário de catequese e

conversão do índio aos costumes europeus. Já a segunda fase, que corresponde ao segundo século de atuação dos inacianos, foi um período marcado por grande desenvolvimento e extensão do sistema educacional implantado anteriormente pelos jesuítas.

Nesta perspectiva, é relevante lembrar que a metodologia pedagógica dos jesuítas era sistematizada pelas regras contidas no *Ratio Studiorum*, documento originariamente formulado por uma comissão de doze membros, orientada pelo padre Geraldo Cláudio Aquaviva e promulgada para todas as escolas da Companhia em 8 de janeiro 1599. As disposições expostas neste documento visavam a formação do homem de acordo com os princípios cristãos e estabeleciam o currículo, a orientação e a administração do sistema educacional a ser seguido pela Companhia de Jesus, com a finalidade de direcionar todas as ações educacionais, tanto na colônia quanto na metrópole, ou seja, em qualquer localidade onde os jesuítas desempenhassem suas atividades. Desta forma, as atividades educacionais ministradas pelos jesuítas envolviam desde as primeiras letras aos estudos Universitários, sendo que esta vocação pedagógica da Companhia de Jesus foi exaltada, no *Ratio Studiorum*, como um dos seus principais ministérios. Contudo, não devemos perder de vista que a doutrina dos inacianos influenciava bastante o seu projeto educacional, nunca deixando que os jesuítas abandonassem a sua preocupação missionária de ensinar as disciplinas escolares que pudessem favorecer o “conhecimento do amor do Criador”.

Entretanto, é válido salientar que o *Ratio Studiorum* tratava-se de um manual prático e sistematizado que apresentava as regras gerais e a metodologia de ensino a ser utilizada nos colégios da Ordem. Sendo assim, este manual instituía três opções de cursos: o Curso de Letras, o Curso de Filosofia ou de Artes e o Curso de Teologia. O Curso de Letras objetivava a aquisição de uma expressão oral e escrita correta e erudita, na língua latina e não na nacional, e dividia-se em três partes: Gramática, Humanidades e Retórica. O Curso de Filosofia ou de Artes era aplicado após o de Letras, no qual estudava-se, ao longo de três anos e sete meses, Dialética, Lógica, Física e Metafísica. Já o Curso de Teologia era o de mais elevado nível de preparação alcançada nos Colégios da Companhia de Jesus. Tinha a duração de 4 anos, e nele se estudavam Teologia Escolástica, Sagrada Escritura, Hebreu e outras línguas.

No entanto, mesmo que houvesse o *Ratio Studiorum* como o manual orientador geral da prática educacional jesuíta, no Brasil os inacianos elaboraram um projeto educacional que se adequou a realidade vivenciada na colônia naquele momento, logo, podemos concluir que o projeto educacional dos jesuítas utilizado no Brasil foi adaptado para atender as necessidades, especificidades e diversidades encontradas na colônia. E mesmo no Brasil, o

projeto educacional da Companhia de Jesus não foi aplicado de forma homogênea em todas as regiões da colônia, como melhor visualizaremos com a análise da implementação da educação jesuítica no Recôncavo da Bahia, mais especificamente, no Seminário de Belém da Cachoeira.

Ora, antes de nos aprofundarmos na análise do Regulamento e do cotidiano do Seminário de Belém, esboçaremos uma breve biografia do seu fundador, o padre jesuíta Alexandre de Gusmão. Nesta perspectiva, é relevante destacar que o padre Alexandre de Gusmão nasceu em Lisboa em 14 de agosto de 1629 e ainda muito jovem, desembarcou no Brasil em 1644, ingressando na Companhia de Jesus, no Rio de Janeiro, aos 17 anos, no ano de 1646. Em 1656, iniciou seus estudos em Filosofia e Teologia no Colégio da Bahia; concluído o curso, atuou como Ministro nesta mesma instituição entre os anos de 1659 e 1660. No dia 2 de Fevereiro de 1664 fez a profissão solene ordenando-se sacerdote e tomando os votos de castidade, pobreza e obediência.

Em 1686, por iniciativa deste jesuíta, iniciou-se a fundação do *Seminário de Belém* no Recôncavo da Bahia, dedicado à educação de meninos nas “letras e bons costumes”; do qual ele foi reitor por três períodos: de 1690-1693, de 1698 até data não identificada e de 1715-1716.

Quanto a sua produção literária, Alexandre de Gusmão, que era considerado um destacado membro da Companhia de Jesus no Brasil e renomado literato e educador em seu tempo, escreveu 13 obras, entre livros e sermões, dentre estes podemos citar: *Escola de Belém, Jesus nascido no presépio* (Évora, 1678), *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (Lisboa, 1685), *História do predestinado peregrino e seu irmão Precito* (Lisboa, 1682), *Sermão na catedral da Bahia de Todos os Santos* (1686), *Rosa de Nazaré nas montanhas de Hebron* (1709), dentre outros. Neste sentido, o historiador especialista no estudo acerca da Companhia de Jesus, Serafim Leite, assim descreve o fundador do Seminário de Belém:

Alexandre de Gusmão foi escritor asceta, administrador e pedagogo. O apostolado do ensino foi a maior preocupação da sua vida. “Talvez o mais notável” entre quantos, na Companhia de Jesus, em todo o mundo, se consagraram ao ensino da juventude. A isso dedicou 60 anos, não obstante os seus cargos de govêrno. A cátedra mais amada do seu magistério foi o Seminário de Belém. (...) na verdade, Belém foi a sua insígnia, e o Seminário o seu monumento.³

³ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, t. V, 2006, p. 198.

Não obstante, se analisarmos o contexto histórico do Seminário de Belém, observaremos que este estava inserido no processo de difusão escolar no período moderno. Entretanto, como enfatizou a historiadora Laís Viena de Souza, “difusão” deve ser aqui entendida enquanto multiplicação de instituições educativas, e não como democratização da educação formal, idéia que seria anacrônica se aplicada aquele contexto.

Como fora exposto pelo fundador e reitor, o Seminário de Belém, primeiro colégio interno do Brasil, embora não se voltasse à formação de padres e religiosos, tinha por objetivo educar os meninos desde a mais tenra idade nos “santos e honestos” costumes da fé cristã. Neste sentido, como podemos perceber no Regulamento, formulado pelo padre fundador do Seminário, este deveria ter por principal objetivo formar os meninos em santos costumes e, além deste, deveria também ensinar a “ler, escrever, contar, Gramática e Humanidades”. E havia também neste Seminário, duas classes de Latim, uma de Arte e outra de Latinidade e Retórica, além da classe da Solfa, que deveria ser ministrada por um secular; obedecendo as orientações especificadas no Regulamento que proibia que os membros da Ordem tocassem instrumentos ou lecionassem Solfa. Sendo que este fato nos permite observar que o corpo docente desta Instituição não era exclusivamente formado pelos padres e irmãos da Companhia de Jesus, mas contava com os serviços de professores seculares. Além disso, diferentemente do que instituía o Regulamento geral da Ordem – o Ratio Studiorum –, neste Seminário não seria aplicado o Curso de Filosofia.

Deste modo, ao analisarmos o Regulamento do Seminário de Belém, percebemos nitidamente que o caráter religioso da Companhia influenciava significativamente o seu projeto educativo e direcionava o cotidiano deste Seminário:

O fim dêste Seminário é criar os meninos em santos e honestos costumes, principalmente no temor de Deus, e inclinação às coisas espirituais, afim de saírem ao diante bons cristãos. Além disto, hão-de aprender a ler, escrever, contar, gramática e Humanidades, e não se lerá Curso de Filosofia; e nas doutrinas, que se fazem aos Domingos, se há-de procurar que aprendam os mistérios da fé com inteligência, e por isso não se estenda o Padre, que faz a doutrina, demasiado, nas exortações ao Povo; porque essas se podem fazer à parte nas festas do ano, e a obrigação de fazer a doutrina é maior.⁴

Nesta perspectiva, consideramos relevante descrevermos, sinteticamente, a rotina adotada pelo Seminário, pois um olhar mais aprofundado sobre o cotidiano desta Instituição nos revelará aspectos importantes do projeto educacional da Companhia de Jesus, fortemente

⁴ Idem, p. 180.

influenciado pelo seu caráter religioso. Neste sentido, é válido sublinhar que o Regulamento estabelecia minuciosamente a rotina do Seminário, que iniciava-se ao nascer do dia, com o toque da campa, em que o responsável pela tarefa de despertar os seminaristas, deveria bater à porta de cada quarto, acordando todos os que dormem, evitando que estes durmam mais que as oito horas estabelecidas pelo regimento. Após despertar, deveriam todos dirigir-se, em silêncio, à Igreja e rezar as preces matinais, antes de assistir à missa. Após a missa, os seminaristas deveriam se recolher aos seus quartos para estudar e fazer as lições até a hora do café da manhã, que era servido pontualmente às oito horas.

Sendo assim, cumpridas as obrigações religiosas e feita a primeira refeição do dia, os alunos deveriam se dirigir às aulas, que se estendia até a hora do almoço, que deveria ser servido, silenciosamente, em comunidade. Após esta refeição tinham uma hora de descanso, em um lugar designado previamente pelo Reitor; e logo em seguida, deveriam fazer uma breve oração e recolher-se novamente aos quartos para estudar. Às três horas da tarde, os alunos deveriam se dirigir à aula e, posteriormente para a lição de solfa (música). Desta forma, é perceptível que no cotidiano do Seminário imperava o silêncio, o cumprimento das obrigações e a pontualidade, sendo que o descumprimento de qualquer uma destas normas seria punido com castigos.

No entanto, de acordo com a rotina deste Seminário, após um breve momento de descontração, entre o fim da aula de solfa e a hora da Ave-Maria, os meninos deveriam rezar em coro o terço e louvar Nossa Senhora, recitar a ladainha e, por fim, jantar. Depois do jantar, havia um breve repouso e a lição espiritual, que consistia em um exame de consciência e a reza de preces noturnas, para finalmente se dirigirem aos quartos, silenciosamente, e dormir. Não obstante, aos domingos e nos dias santos, os seminaristas deveriam assistir à doutrina e, à tarde, teriam parte do tempo livre para recreação, embora tivessem que observar as orientações do Reitor. Por se tratar de um Colégio que adotava o regime de internato, os meninos teriam direito a férias duas vezes por ano; sendo que a primeira estendia-se da véspera do Natal até quinze de janeiro, e a segunda do dia do Espírito Santo (Pentecostes) até o dia da solenidade do Corpo e Sangue do Senhor. Entretanto, durante o período de férias os seminaristas podiam ir às suas casas, aonde deverão permanecer por três dias, sendo que aqueles que não voltassem para o Seminário no período previsto perderiam o direito de viajar nas férias seguintes.

Ora, é relevante sublinhar que o objetivo de se formar “bons cristãos” expressa no Regulamento do Seminário de Belém, mostra-se confluyente às regras dirigidas aos professores das classes inferiores no *Ratio Studiorum*:

Aos jovens confiados à educação da Companhia forme o Professor de modo que aprendam, com as letras, também os costumes dignos de um cristão. Concentre de modo especial a sua intenção, tanto nas aulas quando se oferecer o ensejo como fora delas, em moldar a alma plástica da juventude no serviço e no amor de Deus, bem como nas virtudes com que lhe devemos agradecer.⁵

Destarte, no Regulamento do Seminário de Belém, formulado pelo próprio Alexandre de Gusmão, foram definidas as regras gerais de funcionamento e organização desta Instituição. Deste modo, neste importante documento ressaltou-se a forma de sustento do Seminário, o currículo de ensino, as regras para a admissão dos estudantes, as vestes que estes deveriam utilizar e as minuciosas orientações que os professores deveriam seguir. E na última parte do Regulamento, intitulada *Ordem que se deve guardar no Seminário de Belém*, estabelecia-se o cotidiano escolar dos meninos, atentando para a sã doutrina, desde o nascer do dia às preces noturnas.

Nestes termos, o Padre Alexandre de Gusmão relatou que os seminaristas deveriam se comportar com suma obediência aos mestres do Seminário, assim o Regulamento desta Instituição estabelecia, no 14º parágrafo, que seriam expulsos os seminaristas envolvidos em escândalos sobre a castidade, os teimosos e desobedientes, os que ferissem alguém propositalmente e os que fizessem afrontas aos colegas e professores.

No *Ratio Studiorum*, de forma mais sucinta, na tentativa de estabelecer medidas punitivas voltadas aos alunos desobedientes, foi advertido que os alunos que não aceitassem castigos e fossem maus exemplos, deveriam ser despedidos dos colégios da Ordem. Desta maneira, nas recomendações para os padres e irmãos do Seminário de Belém a questão dos castigos era considerada muito importante, assim, os alunos deveriam ser julgados com prudência, principalmente os casos considerados mais graves, que seriam punidos com açoites. Sendo assim, de acordo com tais medidas, podemos inferir que o ideal de estudante da Companhia de Jesus seria aquele virtuoso, obediente e cortês.

Logo, os seminaristas não deveriam também riscar as paredes e nem os livros, tratando-os com asseio, “como convém a meninos bem criados”. Não obstante, considerando que o Seminário de Belém funcionava com um regime de internato fechado, foi expressamente recomendado no regimento que os meninos não saíssem das portas da clausura sem licença, e mesmo sob autorização não o fariam desacompanhados. Assim expresso no Regulamento deste Seminário:

⁵ FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas. O “Ratio Studiorum”**. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1952. p. 181.

10. O que riscar livro ou parede será castigado; tratem os livros com asseio, como convém a meninos bem criados. Não entrem nos cubículos uns dos outros, sem licença do Padre Reitor ou do Padre Mestre, pois não serve mais que de estorvar aos que estudam. Não falem na Igreja com mulher alguma ainda que seja parenta, sem licença do Padre Reitor, e quando alguém de fora buscar algum seminarista, o porteiro dará aviso ao Padre Reitor.⁶

Este caráter de clausura que teve o Seminário de Belém, se expressa até mesmo na escolha do sítio no qual este foi fundado, assim, o Seminário foi construído a aproximadamente 15 léguas da Cidade da Bahia (Salvador), e a apenas uma légua a nordeste do Porto da Cachoeira, no Recôncavo baiano. Eram admitidos neste Seminário meninos com idade entre 12 e 13 anos, e não deveriam permanecer nele por mais de 5 ou 6 anos. Neste sentido, de todas as partes da colônia surgiram pedidos de admissão por parte das famílias dos meninos, entretanto, os candidatos deveriam ser investigados acerca dos costumes e da pureza de sangue, excluindo-se aqueles que apresentassem “mácula” de sangue judeu, e não só, mas também aqueles que tivessem mistura de sangue da terra, tais como “índios, negros mulatos ou mestiços”. Todavia, o Regulamento deste Seminário estabelecia que se houvesse necessidade de os familiares dos estudantes se abrigarem no Seminário, por um pequeno espaço de tempo, deveriam ficar acomodados em quartos à parte para isso previamente determinado pela administração deste Colégio, evitando o contato deste com os seminaristas, não sendo permitido nem que tomassem as refeições no refeitório.

Com efeito, é válido salientar que o Regulamento não estabelecia o número máximo de seminaristas a serem admitidos, ficando esta atribuição a cargo do Padre Provincial, juntamente com o Padre Reitor deste Seminário. Todavia, merece destaque o fato de que no Seminário de Belém, não se admitia meninos nascidos “na Cidade da Baía”, ou que estudassem “nos Pátios do Colégio da dita Cidade”, pois o referido Seminário destinava-se aos meninos de fora, principalmente para os meninos que habitavam o “sertão” e partes remotas e desamparadas da colônia. Não obstante, o ensino jesuítico era caracteristicamente gratuito; contudo, o Seminário de Belém, pelo seu caráter de internato, distinguia-se deste padrão administrativo, pois cobrava uma pensão das famílias de seus seminaristas; deste modo, o custeio estabelecido para o sustento de cada seminarista era de aproximadamente 35.000 rs. anuais, os quais deviam ser pagos em dinheiro, embora, em alguns casos também se pudesse aceitar o pagamento em açúcar, farinha ou carne. No entanto, se houvesse atraso por seis meses no pagamento, o seminarista poderia ser expulso deste Colégio; havendo

⁶ LEITE, op. cit. p. 189.

também, em casos especiais, a possibilidade de admissão de seminaristas cujos pais não podiam arcar com este valor.

Como evidencia o historiador Serafim Leite, que mapeia o número de estudantes que passaram pelo Seminário de Belém desde a sua fundação, inclusive enfatizando que muitos alunos que estudaram neste Seminário, ingressaram em Universidades européias, principalmente, a de Coimbra, e também, devido a doutrina e cotidiano deste Seminário, muitos seguiram a carreira religiosa:

O Seminário abriu com 8 alunos, dos quais Jerónimo Martins, baiano, entrou na Companhia. (...) Em 1690, os alunos são 37. E mais seriam se o edifício estivesse concluído. Em 1693, são 50. Todos pagam uma pensão moderada. Mais tarde haverá sempre algum que a não pague, assegurado o seu sustento por subsídios a isso destinados. De tôdas as partes do Brasil, do Norte ao Sul, surgem pedidos de admissão. Em 1695 saem de Belém da Cachoeira, com os estudos de Humanidades concluídos, muitos alunos: uns embarcam para Portugal, a matricular-se na Universidade de Coimbra; outros entram em diversas ordens religiosas; outros são 11 admitidos na Companhia de Jesus. Aumentando o edifício, aumentam os alunos. Em 1696, são 80. No ano seguinte, perto de 100.⁷

Com relação a estrutura física deste Seminário, seu idealizador e fundador, Padre Alexandre de Gusmão, registrou suas impressões sobre este magnífico Seminário, que para ele tratava-se do “maior e mais formoso do Brasil”, tendo a capacidade de acolher cerca de duzentos meninos. A Igreja e a Sacristia eram segundo Gusmão, a “mais linda” e possuía as mais ricas peças do Brasil. E ainda segundo Alexandre de Gusmão, a imagem de Nossa Senhora de Belém que havia nessa Igreja era uma das mais belas e veneráveis que ele já viu, considerando que esta foi feita a partir do modelo da imagem da Madre de Deus de Lisboa. Desta forma, a partir desta descrição expressa pelo fundador do referido Seminário, cabe-nos indagar a estrutura física desta instituição, considerando que do antigo Seminário de Belém, somente a sua Igreja, sob a invocação de Nossa Senhora de Belém, resistiu até os dias atuais. E as principais informações que temos sobre o edifício deste Seminário, e de todas as suas acomodações internas e externas, conforme indicadas no projeto original da sua fundação – Residência dos Padres, Pátio dos Estudantes, Portaria, Casa de Hóspedes, salas de aula, refeitório, cozinha, rouparia, e biblioteca – foram minuciosamente descritas na ocasião do fechamento deste Seminário e expulsão da Companhia de Jesus das terras do Brasil.

⁷ Idem, pp. 177-178.

E guardando suas características de Colégio interno, o Seminário mantinha-se isolado da vida externa, por meio de um cercado e por um “valado fundo e largo”, que segundo Serafim Leite, havia sido construído em 1717 para servir de cerca protetora contra os ataques de animais e assaltos de ladrões. Além do mais, assim, os seminaristas estariam protegidos dos inúmeros perigos do mundo, e manter-se-iam conservados em uma atmosfera de religiosidade e moral cristã. Neste sentido, o Regulamento estabelecia que fosse evitado que os meninos tivessem contato com pessoas externas do Seminário, sobretudo mulheres. E assim, os seminaristas viveriam “guardados” em clausura, para serem educados nos “santos e honestos costumes”.

Não obstante, ao observarmos as disposições físicas deste Seminário, é possível evidenciar aspectos das suas práticas pedagógicas, do cotidiano e da religiosidade. Entretanto, é válido enfatizar que o simples detalhamento das acomodações não pode resultar em uma conclusão sobre o projeto pedagógico formulado pela Companhia de Jesus. Logo, para compreender o Seminário através da descrição destes espaços, devemos atentar para a relação entre a sua estrutura e os possíveis significados sócio-culturais de seus elementos e a forma como estão organizados.

Assim, como bem destacou o eminente historiador Serafim Leite, a existência da Igreja, era de fundamental importância para as atividades educacionais e pedagógicas do Seminário, pois como foi expresso no Regulamento desta Instituição, os seminaristas deveriam visitar a Igreja ao menos duas vezes ao dia. E ainda que este regimento estabelecesse que os meninos não deveriam aproximar-se de pessoas externas, certamente não lhes passava despercebida a presença de muitos fiéis que visitavam constantemente a Igreja de Nossa Senhora de Belém, sobretudo nos tempos de Natal e romarias, que acorriam a este templo de várias partes da colônia, para implorarem a “milagrosa” Senhora a solução de suas necessidades e buscando o “bem de suas almas”. Nesta perspectiva, circulava em torno deste Santuário um imaginário de exaltação aos milagres realizados por intercessão da Virgem de Belém. Esta crença era principalmente propagada pelo próprio Padre Alexandre de Gusmão, que em sua obra *Rosa de Nazareth nas montanhas de Hebron*, declarou que os milagres realizados neste Santuário colaboravam significativamente para a intensificação da fama deste Seminário, inclusive aumentando os pedidos de admissão neste Colégio por parte de pais de meninos – de várias partes da colônia – que tinham interesse de ver seus filhos ingressarem nesta tão famosa Instituição.

Entretanto, faz-se necessário considerarmos que a descrição destes milagres feita por Gusmão, não pode ser tratada como uma simples “jogada de marketing”, no intuito de atrair

mais estudantes para esse Colégio, pois até mesmo este acreditava piamente nestes milagres. Como podemos perceber através da descrição de um desses milagres feita pela historiadora Lais Viena de Souza:

De grande admiração para o padre, foi o caso de um menino filho único, que estava já muito doente, e sem mais esperanças de cura, que foi levado pelos pais à Igreja de Nossa Senhora de Belém. Esta mesma história, embora sem o mesmo detalhamento, foi destacada pelo Frei Agostinho de Santa Maria. Padre Alexandre de Gusmão narrou que no momento em que a família invocava a graça da Virgem misteriosamente “as cortinas que cobrem a Santa Imagem, se abrirão por si, sem ninguém as tocar”. Tomaram os pais este acontecido como sinal de “bom annuncio” e levaram o menino de volta para casa. Naquela mesma noite o menino faleceu. No dia seguinte, seguia o séqüito com o corpo amortalhado, e de repente, levantou o menino clamando por Nossa Senhora de Belém. Nas palavras do agostinho, ressuscitou o menino “por mercê, & favor daquela Soberana Senhora, sem saber dizer mais”. Padre Alexandre de Gusmão relatou que ele pessoalmente instou o menino para que lhe dissesse o que havia visto enquanto acreditavam estar morto, o qual lhe respondeu que havia visto uma Nossa Senhora igual à imagem de Belém.⁸

Sendo assim, por meio destas histórias e relatos podemos considerar que grande fama se espalhava por todo Recôncavo, por toda colônia e no mundo português acerca desta Igreja e de sua venerada Nossa Senhora de Belém; assim, o prestígio conquistado pelo Seminário de Belém, a se notar pelos relatos de autores contemporâneos de Gusmão, tais como Nuno Marques Pereira e Sebastião da Rocha Pitta, foi em boa parte construído em torno desta religiosidade, que expressa, na verdade, uma mentalidade da época e que certamente influenciava, em grande medida, as concepções e práticas pedagógicas dos inicianos.

Enfim, é relevante ressaltar que durante os seus 73 anos de atividade pedagógica, passaram pelo Seminário de Belém vários estudantes que posteriormente se tornaram pessoas eminentes na colônia e no reino português. Como por exemplo, Bartholomeu de Lourenço Gusmão (1685 ou 1686 – 1724), que ainda estudante de Belém demonstrou sua incrível e surpreendente capacidade criativa, criando um experimento sendo dessa forma considerado o precursor do balão moderno, o aeróstato, apelidado sarcasticamente de “passarinholá”, que muito encantou a Corte portuguesa no ano de 1709, essa engenhosidade entrou para os anais da história da aviação. Também merece destaque o seu irmão, afilhado e homônimo do fundador do Seminário de Belém, o diplomata Alexandre de Gusmão (1695-1753), que se notabilizou por ter ocupado o cargo de secretário de D. João V, e também por ter sido

⁸ SOUZA, Lais Viena de. **Educados nas letras e guardados nos bons costumes**. Os pueris na prédica do Padre Alexandre de Gusmão S.J. (séculos XVII e XVIII)/ Lais Viena de Souza – Salvador –BA: UFBA/ FFCH/ PPGH, 2008, p. 129.

membro da Academia Real de História e do Conselho Ultramarino e responsável pela renegociação do Tratado de Tordesilhas sobre os limites meridionais do Estado do Brasil com Espanha através do Tratado de Madri em 1750.

Destarte, como já enfatizamos, embora o Seminário de Belém não se destinasse à formação clerical, o caminho religioso parece ter sido a escolha de muitos seminaristas que por essa Instituição passaram. Neste sentido, seu fundador relatou em *Rosa de Nazareth nas montanhas de Hebron* que muitos estudantes por aqueles tempos já haviam saído para o clero secular e regular, e que apenas na Ordem dos Jesuítas ingressaram quase sessenta jovens. Assim, podemos mencionar outro insigne personagem, que entre os anos de 1752 e 1757 estudou no Seminário de Belém, o seminarista Antonio de Sant’anna Galvão (1739-1822), atualmente conhecido por “Santo Antonio de Sant’anna Galvão – o primeiro santo brasileiro”. Este jovem chegou a manifestar interesse para ser admitido na Companhia de Jesus, mas por aqueles anos deflagrou-se a perseguição e expulsão da Ordem no Império Português. Sendo assim, dirigiu-se para São Paulo, onde ingressou na Ordem Franciscana no ano de 1760, e devido a várias atribuições de milagres a este franciscano, foi canonizado pelo papa Bento XVI, no dia 11 de maio de 2007.

Deste modo, como já ressaltamos anteriormente, podemos perceber a partir dos exemplos acima mencionados, que o plano pedagógico do Colégio e o seu cotidiano de rígida observância aos preceitos cristãos, ainda que não se voltasse para formação de padres, a estadia no Seminário de Belém, por cinco ou seis anos, influenciou grandemente os seminaristas a ingressarem na vida religiosa secular ou regular, mostrando que o objetivo imposto no primeiro parágrafo do Regulamento era na maioria das vezes alcançado com êxito, pois muitos dos seminaristas saíram deste Seminário “bons cristãos”. Como bem observou Lais de Souza:

Formando perfeitos varões e religiosos virtuosos, o cerne do projeto do Seminário de Belém era que os meninos saíssem “ao diante bons cristãos”. Preocupação prescrita em seu regimento, no controle do cotidiano dos seus seminaristas, no dirimir suas atividades e “vontades”. Orientação expressa em sua estrutura de internato, em que a Igreja de Nossa Senhora de Belém foi planejada como seu centro, tanto em sua arquitetura quanto em seu cotidiano escolar. Vivendo como em clausura, guardados e educados nas “letras e bons costumes.”⁹

No entanto, já nas primeiras décadas do século XVIII, o Seminário sofreria um grande golpe, devido a morte de seu idealizador, o Padre Alexandre de Gusmão, que faleceu nas

⁹ Idem, p. 153.

dependências do Seminário que fundara, no dia 15 de março de 1724. Não obstante, 35 anos após a morte do seu fundador, o Seminário de Belém sofreria um golpe ainda maior, pois suas atividades foram bruscamente interrompidas. Assim, a partir da promulgação do Decreto-lei de 3 de setembro de 1759 – promulgado pelo rei D. José I (1714-1774) –, a Companhia de Jesus teve suas atividades suspensas na colônia brasileira. Neste sentido, com a promulgação desta lei, o Ministro de Estado, Marquês de Pombal, pretendia implementar reformas modernizadoras no Estado português, tirando das mãos da Companhia de Jesus o “monopólio” da educação e do ensino formal em suas possessões ultramarinas e assim, decidiu expulsar de Portugal e das colônias portuguesas a referida Companhia, confiscando para o Estado lusitano todos os seus bens materiais e financeiros. Desta forma, quando foi assinado o referido decreto pelo Marquês de Pombal, havia no Brasil cerca de 670 membros da Companhia de Jesus, incluindo noviços e estudantes, sendo repatriados para Portugal 417; e permanecendo no Brasil 253 membros, entre aqueles que ainda não haviam feito os votos da Ordem e os noviços que foram induzidos a abandonar a Companhia.

As conseqüências da promulgação deste decreto fizeram-se sentir também no Recôncavo da Bahia, principalmente no Seminário de Belém da Cachoeira, no qual a execução desta ordem concretizou-se de forma violenta, tanto para com os dirigentes da Instituição quanto para com os jovens seminaristas. Como explicitou o historiador Fabricio Lyrio Santos:

Quando chegou à Bahia a ordem de expulsão dos jesuítas, o desembargador Francisco Figueiredo Vaz ficou responsável pela prisão dos jesuítas residentes no Seminário. Segundo o padre José Caeiro, cronista jesuíta contemporâneo aos fatos, o desembargador “deu-se logo pressa de cumprir as ordens”. Dirigiu-se ao Seminário de Belém e pôs guardas em volta da Casa. Atirou para a rua os seminaristas. Contava os jesuítas duas vezes ao dia. Maltratou os padres por 13 dias, mandando-os finalmente para Salvador escoltados por um destacamento militar. Eram sete padres, incluindo o superior, Francisco Lago, além de dois escolásticos e dois coadjutores. O padre Francisco Marinho, que estava entre aqueles padres, foi um dos que renunciaram aos votos para não serem embarcados para Lisboa.¹⁰

Nesta perspectiva, segundo Serafim Leite, no dia 28 de dezembro de 1759, o funcionário público encarregado de expulsar os jesuítas do Seminário de Belém e fechar definitivamente as portas desta Instituição, Francisco Figueiredo Vaz, para realizar esta tarefa utilizou-se de extrema violência e “desumanidade” contra os jesuítas e os seminaristas que ali

¹⁰ SANTOS, Fabricio Lyrio. A **Presença Jesuíta no Recôncavo da Bahia**. In: Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras, vol.I, 2007, p. 34.

se encontravam, diferentemente do modo como se processou a expulsão em outras casas da Companhia de Jesus na colônia brasileira.

Por fim, após essa breve análise do Regulamento e do cotidiano do Seminário de Belém da Cachoeira, podemos concluir que, considerando que o Recôncavo da Bahia ocupava naquele período um papel fundamental na economia e na sociedade colonial, certamente esta região não escaparia a presença jesuítica; e assim, os inacianos se fizeram presentes também neste espaço, tanto como administradores de engenhos quanto como possuidores do “monopólio” da vida religiosa e da educação formal. Deste modo, os jesuítas foram os maiores responsáveis pela formação da elite nacional brasileira; pois, do período compreendido entre sua chegada em 1549 até a sua expulsão em 1759, os inacianos foram responsáveis pelo ensino formal dos habitantes do Brasil, inclusive dos jovens que se preparavam para ingressar em cursos superiores na Universidade de Coimbra e em outras Universidades européias.

Enfim, por ser o primeiro Colégio interno do Brasil, o Seminário de Belém da Cachoeira é, indubitavelmente, uma indispensável e interessante fonte de pesquisa sob vários aspectos, sobretudo, para a história da Pedagogia Brasileira.

Referências Bibliográficas:

- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas. O “Ratio Studiorum”**. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1952.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, t. V, 2006.
- NETO, Alexandre Shigunov e MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro**. In: *Educar*, Curitiba: Editora UFPR, nº 31, pp. 169-189, 2008.
- NUNES, Antonietta d’Aguiar. **Educação jesuítica na Bahia colonial: Colégio urbano, Internato em Seminário, Noviciado**. In: **ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN**. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.
- RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas**. 1998. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.

SANTOS, Fabricio Lyrio. *Te Deum Laudamus*. A expulsão dos jesuítas da Bahia. (1758-1763), Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

A Presença Jesuíta no Recôncavo da Bahia. *In:* Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras, vol.I, 2007.

SOUZA, Lais Viena de. **Educados nas letras e guardados nos bons costumes.** Os pueris na prédica do Padre Alexandre de Gusmão S.J. (séculos XVII e XVIII)/ Lais Viena de Souza – Salvador –BA: UFBA/ FFCH/ PPGH, 2008.

OS MÚLTIPLOS PAPÉIS DO SEGURO ESPECIAL RURAL NA REGIÃO DO BAIXO PARAGUAÇÚ¹

Edson Mendes da Silva²

Este trabalho intenta discutir a importância do papel do Seguro Especial Rural frente à Agricultura Familiar da região do Baixo Paraguaçu através de suas múltiplas facetas. Ao passo que apontaremos para os diversos papéis que o Seguro Especial desempenha no contexto cotidiano do pequeno trabalhador rural como fundamentais para manutenção não apenas das famílias beneficiadas, mas por vezes como impulso principal da economia local de pequenos municípios. Destarte, exporemos o caráter universalizante do benefício, bem como a característica emancipadora no que concerne ao sexo feminino. Dessa forma, fica evidenciado que as aposentadorias rurais enquanto recursos de proteção social estão cumprindo outras tarefas quando atuam como instrumento de desenvolvimento rural ou mesmo seguro agrícola.

Palavras – Chave: Seguro Especial Rural, Trabalhador Rural, Agricultura Familiar

Introdução

A princípio se faz necessário esboçarmos os conceitos que faremos uso durante o longo da exposição, de modo que temos como alvo desse trabalho a apresentação do Seguro Especial Rural³ no contexto da região do Baixo Paraguaçu, abordando suas

¹ Este trabalho é parte do projeto “Percepções dos sindicalizados rurais dos municípios do Baixo Paraguaçu sobre políticas públicas implementadas por representações sindicais”

² Estudante do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, bolsista CNPq/UFRB (mendes_ed@hotmail.com). Orientador: Prof. Dr. Clovis Zimmermann.

³ § 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei. (Constituição Federal, 1988)

interferências junto às famílias que, direta ou indiretamente, são atingidas por esse benefício.

Dessa forma, interessa-nos expor por meio de comprovação empírica e teórica a eficiência do benefício em questão enquanto política pública, cumprindo a premissa de conduzir os beneficiados às condições de melhor bem-estar. Bem como, observar a maneira como se dá essa interferência através da característica de poli-valência que o benefício vem demonstrando.

Assim, pelo conceito de Política Pública entendemos como a forma de interação do governo com a sociedade enquanto poder público. Ou mesmo, a sistematização, através de documentos, da orientação do uso de recursos públicos. No jargão político, “significa definir quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem.”

A Constituição de 1988, no seu artigo 194, trata da Seguridade Social através da tríade, Previdência Social, Assistência Social e Saúde. De tal modo temos como observação exordial, a figuração do Seguro Especial Rural, instrumento da Previdência Social, no papel de Assistência Social, além de outras funções abaixo elencadas. Diante o exposto, e acrescido do caráter inovador do benefício no que tange sua universalidade de alcance, nos damos conta da peculiaridade do seguro dos trabalhadores rurais justificando, assim, o presente trabalho.

Portanto, através dos dados a seguir, tentaremos comprovar a eficiência de tal seguro por suas características que vão além de Previdência Social, e evidenciar suas peculiaridades que interferem de maneira positiva nos indicadores desse grupo social nem sempre privilegiado, não obstante trazendo melhorias ao contexto no qual os beneficiados se encontram inseridos. Dessa maneira, têm-se percebido municípios que devem enorme parte da arrecadação e conseqüentemente o PIB ao dinheiro em circulação no comercio local por conta do Seguro Especial Rural.

A Região

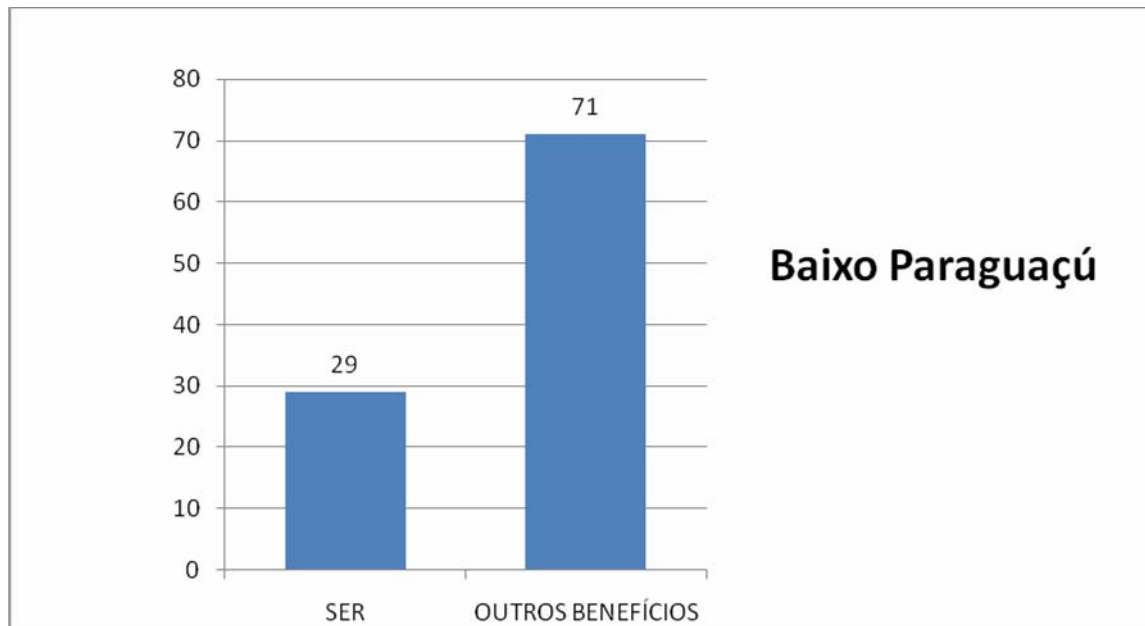
A região do Baixo Paraguaçu, alvo dos trabalhos da pesquisa de onde foram extraídos tais resultados é formada pelos cinco municípios banhados pelo rio antes da foz, a saber: Cabaceiras do Paraguaçu, Muritiba, São Félix, Cachoeira e Maragogipe. Do ponto de vista físico, é possível detectar nos mesmos, três ecossistemas: o denominado como

Mata Atlântica, hegemônico e caracterizado por vegetação remanescente, densa e por um clima úmido, o Litorâneo de Manguezais e o de Transição para o Semi-Árido.

No momento ainda se percebe na sociedade rural local traços da sociedade patriarcal escravista, sobretudo no distanciamento de uma mentalidade mais próxima à burguesa, em termos de assunção de riscos capitalistas e menor dependência do Estado. Os trabalhadores rurais do Baixo Paraguaçu, uma categoria ampla que engloba assalariados, pequenos e médios agricultores, parceiros, arrendatários, meieiros e pescadores artesanais ainda exibem em termos de padrões culturais certa herança do passado.

Uma vez contemplado esse contexto, os dados aqui presentes foram colhidos através da aplicação de questionários, assim como por meio da interação com os beneficiados. De sorte que a pesquisa tinha como universo os sindicalizados rurais da região, verificados mediante amostragem. O interesse desse trabalho se justifica, vez que os benefícios pagos aos idosos rurais, oriundos da Previdência Social Rural, têm se constituído em importante fonte de recursos que circulam nos municípios (BARBOSA, 2002). Em regiões economicamente frágeis, esse aporte de recursos torna-se ainda mais significativo. Sendo, diante essa importância, usado como uma espécie de “coringa”, atenuando as adversidades oriundas das lacunas deixadas pelas políticas públicas.

GRÁFICO 1: PERCENTUAL DE BENEFICIADOS DO SEGURO ESPECIAL RURAL NO UNIVERSO DOS SINDICALIZADOS DO BAIXO PARAGUAÇU.⁴



Fonte: Núcleo de Estudos Sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural

Com o gráfico acima temos a justificativa do trabalho, ocasião que de acordo com o mesmo 29% do sindicalizados rurais da região em questão são beneficiados diretamente com Seguro Especial Rural. Figuram entre os demais benefícios: Bolsa Família, PRONAF, Loas, dentre outros.

O SEGURO ESPECIAL RURAL

A Previdência Social Rural no Brasil atua por meio de dois modelos de benefícios, um primeiro que dá conta dos casos esporádicos, normalmente auxílios (doença, natalidade), e um segundo que diz respeito aos de atendimento continuado (aposentadorias e pensões), se encaixando nesses o Seguro Especial Rural. De modo geral, todos esses benefícios visam garantir a reprodução dos trabalhadores em situação

⁴ SER – Seguro Especial Rural

de risco. O aporte financeiro desse fundo previdenciário tem fonte em parte da poupança compulsória e do desconto da folha de pagamento de trabalhadores formais, num mecanismo de transferência de renda, além de complementada de outras formas pelo caixa do estado.

O Seguro Especial Rural tem início em 1988 com o que veio a ficar conhecido como universalização da Previdência Social Rural, quando por conta da Constituição do mesmo ano ficou definido que os trabalhadores em nível familiar seriam contemplados com seguro previdenciário apenas se comprovado a atuação enquanto agricultor familiar, parceiro, meeiro ou arrendatário rural. Tal comprovação pode se dá através de documentos que atestem 15 anos⁵ de exercício como trabalhador rural nos moldes familiares, ou por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, fazendo se uso da comprovação específica.

A instituição do Estatuto do Trabalhador, prevista em 1961 pode ser apontada como marco inicial para uma política oficial da classe. No entanto, somente em 1971 foi regulamentada a previdência social rural, por meio da regulamentação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL – com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRORURAL.

A partir da criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - PRORURAL, administrado pelo FUNRURAL, em 1971, estendeu-se a cobertura a pescadores e garimpeiros e a seus dependentes, pensão para viúvas e órfãos, auxílio-funeral e assistência médica. A aposentadoria era restrita ao chefe de família e correspondia a 30% do salário mínimo. Ampliou-se a cobertura de aposentadoria e pensão para idosos com mais de 70 anos que não correspondia aos requisitos estabelecidos para aquisição do benefício (Schwarzer, 2000).

Esse momento é tratado na literatura como a extensão dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, isto é, como uma ação estatal de atribuição de *status* de cidadania aos trabalhadores rurais expresso mediante política social de previdência, que a partir de então, passam a gozar de determinados benefícios sociais até então restritos aos trabalhadores urbanos.

⁵ A partir de 2011, a Previdência vem gradualmente aumentando o tempo mínimo de trabalho na terra, e culminará em 180 meses(5 anos). Para 2010 a carência é de 174 meses.

Fato que é pilar para nosso estudo diz respeito às diferenças com relação à Previdência dos trabalhadores urbanos quando comparada a Previdência Rural. Em primeiro plano não se tem a idéia contratual empregador-empregado, vez que o financiamento vem por outros meios indiferentes a tal relação. Outro ponto de interesse concerne ao modelo estrutural da Previdência prevalecente no país que se aproximava, e no caso urbano ainda se aproxima, do paradigma Bismarckiano, descaracterizado pelo propósito redistributivo do inovador Funrural, já que não há contribuição direta do trabalhador.

Além de tais características o Seguro Especial Rural veio trazer inovações no modelo social. Primeiramente pelo seu caráter universalizante, não discriminando grupos, e em segundo lugar sua peculiaridade igualitária no que concerne a gênero, o que já foi por vezes objeto de estudos. Assim, o Seguro Social Rural exerce papel importante na equalização dos direitos entre homens e mulheres no meio rural, algo até pouco distante.

O Seguro Previdenciário Rural e seus diferentes papéis

Assistência Social

O papel óbvio do Seguro Especial Rural se dá no âmbito da seguridade social, vez que esse surge como seguro social para o trabalhador rural que não contava com previdência própria. Assim, no intuito de igualar trabalhadores rurais e urbanos, a Constituição de 1988, inova com a garantia de que todo trabalhador rural em condição de agricultor familiar, terá direito a aposentadoria ao cruzar a idade prevista em lei (60 anos para homens e 55 para mulheres), sem a necessidade de que esses tenham contribuído para previdência.

Porém, além do objetivo primordial do seguro, de garantir condições dignas ao trabalhador que por anos trabalhou no campo. O seguro Especial Rural, vem trazendo melhorias aos indicadores de diversas localidades, se destacando em mais um item da seguridade social, ou seja, além da função de previdência social, veio desempenhar

fundamental papel enquanto instrumento de assistência social⁶. Isso por que ele atua em locais onde os braços do estado têm dificuldades de ir, a saber, pequenas localidades.

Nesse sentido, as análises dos efeitos socioeconômicos da universalização da Previdência Social Rural, em seus aspectos de combate à pobreza, impactos nos fluxos migratórios, e, sobretudo, no papel de reprodução ampliada da agricultura familiar, não devem perder de vista os objetivos e sentidos de uma política de proteção social e, no caso específico, de uma política de seguridade social. (BARBOSA, 2003)

Um ponto a se acrescentar no intuito de comprovar tal eficiência é o percentual de sindicalizados que recebem menos de um salário mínimo, 58%, de sorte que ao cruzarem a idade do Seguro Especial Rural vão se deparar com outra realidade. Agora, terão como certa a regularidade e segurança do salário mínimo mensal, que por seu turno exercem importante função de ampliar as oportunidades, melhorias da qualidade do bem-estar ou mesmo possibilitar excedentes comercializáveis da produção.

Poderíamos falar ainda do processo de urbanização, presente hoje no meio rural, o que antes possuía áurea mística, atualmente TVs e antenas parabólicas figuram com naturalidade nos telhados de casebres do meio rural. A distância entre a cidade e o campo também está menor graças à facilitação do acesso, favorecendo por vezes que um residente da zona dita rural, trabalhe na cidade, bem como é possível ao trabalhador rural residir na cidade. Caso que favorece também ao acesso a Educação. Esse cenário usado para se referir ao “rurbano”,⁷ aponta para as mudanças que o Seguro Especial Rural tem dado sua parcela de contribuição.

Seguro Agrícola

É intento neste momento sugerir o papel do seguro especial rural enquanto Seguro Agrícola e ou fundo de investimento da produção. Isso se dá quando por sorte de situações adversas o trabalhador rural tem dificuldades com a produção, seja por

⁶ Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS)

⁷ Essa expressão tenta dar conta da interseção entre campo e cidade, tanto física como no que diz respeito a hábitos e costumes. Normalmente cunhada ao se referir ao novo rural. (GRAZIANO,2002)

intempéries ou outros motivos, no tempo em que o Seguro Social se encaixa como um “coringa” na superação da adversidade.

Outra forma de se verificar a aplicabilidade do Seguro Especial Rural na produção familiar pode ser feita através dos números do PRONAF⁸, política voltada a assistir a produção da classe de trabalhadores rurais familiares. Pensando assim, muitos são elementos que dificultam o acesso do trabalhador rural ao PRONAF, dentre eles: i) as garantias exigidas, ii) carência de assistência técnicas, iii) projetos que não vislumbram as especificidades locais, iv) seletividade no modelo de investimento, v) entraves burocráticos. Por esses e outros motivos que dificultam os mecanismos de financiamento pelo trabalhador rural, fazem com que o Seguro Especial Rural desempenhe tal função.

TABELA 1. COMPARATIVO DOS VALORES MUNICIPAIS: PREVIDÊNCIA RURAL X PRONAF (2008).

	Cabaceiras do Paraguaçu	São Félix	Maragogipe	Muritiba	Cachoeira	Total
PRONAF	524.585,01	498.211,41	1.831.691,46	82.749,80	496.793,34	3.434.031
Previdência Rural	1.785.840	5.407.247	19.549.294	11.403.266	10.092.266	48.237.913

FONTE: www.fazenda.gov.br e <http://www.previdenciasocial.gov.br>

No quadro acima, temos os montantes por município referente a região em estudo, num comparativo entre os valores anuais do PRONAF e os valores da Previdência Rural. Fica assim evidenciado que os valores injetados nos municípios através da Previdência Rural são indiscutivelmente maiores se comparado ao PRONAF.

Embora não seja fácil dimensionar empiricamente a importância do seguro previdenciário na função explícita de seguro de renda agrícola, baseando-nos em

⁸ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. (http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/pronaf.asp)

pesquisas que abordaram especificamente o tema, estimasse que cerca da metade dos domicílios com beneficiados o usam como seguro. Isto porque a função clássica do seguro agrícola é a de minimizar ou desonerar o produtor dos altos riscos que inibem a atividade produtiva rural. Na prática, o seguro social previdenciário, quando associado à figura do responsável por estabelecimento rural, funciona como um seguro agrícola indireto, porque garante a subsistência familiar e até permite financiar sua pequena produção, ainda que não seja sucedâneo do seguro agrícola clássico. (DELGADO, 2000)

Política de Desenvolvimento Social

Como pode ser percebido acima, muitas são as funções e aplicações da Previdência Rural, a tempo que listaremos mais uma, o de política social de desenvolvimento. Ao observarmos a tabela abaixo é fácil perceber que a quantidade de dinheiro injetado pela previdência rural na região chega a ser superior ao valor do Fundo de Participação Municipal (FPM⁹), em casos como o município de Maragogipe, com ampla população rural, os valores são demasiadamente contrastantes.

TABELA 1. COMPARATIVO DOS VALORES MUNICIPAIS: PREVIDÊNCIA RURAL X FPM (2008)

	Cabaceiras do Paraguaçu	São Félix	Maragogipe	Muritiba	Cachoeira	Total
FPM	7.937.162	6.614.302	11.905.743	9.260.022	10.582.883	46.300.114
Previdência Rural	1.785.840	5.407.247	19.549.294	11.403.266	10.092.266	48.237.913

FONTE: www.fazenda.gov.br e <http://www.previdenciasocial.gov.br>

⁹ O Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b), composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A distribuição dos recursos aos Municípios é feita de acordo o número de habitantes. São fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual.

As aposentadorias e pensões oriundas do processo de universalização da Previdência Social Rural têm se constituído no principal recurso a circular na economia dos pequenos municípios, sobretudo, naqueles onde a base da economia é a agropecuária, tendo, por conseguinte, um número expressivo de beneficiários da previdência rural.

Assim, fica alicerçada a idéia de que mais do que promovedor de bem – estar em nível familiar, o Seguro Especial Rural atua em números macros interferindo na dinâmica econômica de muitos pequenos municípios, por vezes sendo responsável por grande fatia do PIB local. De maneira que não a toa, em algumas pequenas localidades se costuma chamar os dias em que os idosos vão à cidade retirar seus benefícios nas agencias bancarias de “dia dos velhos”, em referencia ao grande movimento comercial por conta dos idosos beneficiados.

Características Inovadoras do Seguro Especial Rural

Alguns pontos característicos devem ser notados sobre o Seguro Especial de maneira a corroborar sua importância junto ao homem do campo. A princípio podemos citar o caráter universalizante do benefício, vez que esse é fruto da Constituição de 1988, e traz em si a idéia universal de alcance.

De acordo com Zimmermann (2005), a previdência rural brasileira é inovadora ao universalizar o acesso da população rural brasileira ao benefício, sem que os beneficiários necessitem provar uma contribuição, mas apenas o exercício da atividade agrícola, aproximando-se assim do modelo Beveridgeano¹⁰.

Outro ponto marcante do Seguro em questão, diz respeito ao poder igualitário que reside no mesmo, uma vez que parte do princípio universalizante, assim sendo, contempla homens e mulheres da mesma maneira, possibilitando a emancipação do sexo feminino, historicamente desprestigiado. De modo que é possível às mulheres compartilharem o orçamento doméstico com os maridos, quando não são responsáveis pela manutenção do mesmo.

Esse aspecto igualitário entre gêneros surge providencialmente num momento em que cresce a demanda feminina por políticas públicas que dêem fim ao modelo do “homem

¹⁰ Modelo de políticas públicas que preza pela universalização do atendimento, contrastando com o modelo Bismarckiano no qual o beneficiado deve anteriormente ter contribuído.

ganhador do pão¹¹”, já não correspondente com a sociedade atual. Através do olhar de Esping-Andersen é necessário que a mulher, primeiro seja levada à roda do mercado, e assim em pé de igualdade com o homem, possa se dá o processo de desmercantilização.

“Se o conceito de desmercantilização pode talvez descrever de modo adequado a condição do trabalhador típico de sexo masculino, não é entretanto facilmente aplicável às mulheres, cuja função econômica é de fato em muitos casos não mercantilizada. A questão é que os Estados sociais, no pior dos casos, contribuem a manter as mulheres prisioneiras da sua condição de pré-mercadorias, e no melhor, faz pouco para aliviar o duplo peso do trabalho fora de casa e das responsabilidades familiares. O conceito de desmercantilização seria então inaplicável às mulheres, a menos que, para começar, os Estados sociais comecem a ajuda - las a tornarem-se mercadorias” (Esping-Andersen, 1999)

De sorte que, quer seja pelo simples fato de melhoria do bem-estar feminino, seja pela igualdade entre os homens e mulheres, ou observado de um ponto mais amplo cumprindo um passo rumo a desmercantilização proposta por Esping-Andersen, inconteste é que o Seguro Especial Rural veio a inovar nesse quesito, possibilitando a emancipação feminina.

Por fim, podemos citar a capacidade de “escoamento” do benefício, já que é característico das famílias de agricultores rurais em nível familiar que os filhos ao saírem de casa, por conta da maior idade ou casamentos, morem nos arredores da casa paterna, ou de maneira geral mantenham laços estreitos com os pais. Dessa forma, os beneficiados enquanto idosos e líderes familiares, “escoam” o benefício de modo a alcançar toda a família, incluindo filhos, netos, noras e genros, bem como agregados.

Isso, através da utilização do benefício na produção, como nos casos citados acima, ou mesmo no emprego da importância na melhoria direta da qualidade de vida dos membros da família. Inúmeras são as maneiras desse benefício atingir toda família, de forma que o importante é perceber que devido ao arranjo social dessas famílias e ao comprometimento entre os membros, esse benefício não se concentra nas mãos dos beneficiados, mas pelo contrario, atingem de maneira geral toda família.

¹¹ Do inglês, *male bread-winner*, se refere ao homem provedor da casa.

A hipótese aqui é que o valor do benefício da Previdência Rural, uma vez de posse da família vai sendo distribuído de acordo com as necessidades não apenas do indivíduo beneficiado, mas de toda família. Figurando outra característica importante desse benefício que é o alcance de um número maior de pessoas, por conta do arranjo social da família rural, que tende a ter próximos os filhos, mesmo quando esses deixam as casas dos pais.

Conclusão

Parece possível afirmar que o subsistema rural da Previdência social brasileira é, entre os casos conhecidos em países em desenvolvimento, um programa social excepcional quanto ao significativo grau de cobertura, à alta precisão do *targeting*, e, como resultante do anterior, parece formar um programa que tem uma efetividade inédita no combate à pobreza no meio rural brasileiro (Schwarzer, 2000)

O que intentamos, pois, nesses parágrafos foi nada mais do que corroborar a eficiência do Seguro Especial Rural, como dispositivo impulsionador da qualidade de vida do homem do campo. Assim, apresentamos tal benefício como instrumento de desenvolvimento no âmbito rural no contexto local do baixo Paraguaçu, por vezes desempenhando papéis que caberiam a outras ferramentas do Estado.

De sorte que podemos sugerir que seja observado o motivo pelo qual políticas tais quais PRONAF e outros financiamentos para pequenos produtores são preteridas, possibilitando que sua função seja cumprida pelo Seguro Especial Rural.

Somado ao caráter polivalente do benefício, tem-se ainda que observar o aspecto universalizante do benefício, quando esse indiscriminadamente alcança todos os trabalhadores rurais em idade coerente, sem detrimento de gênero, localidade, ou qualquer outra valor. Um único pressuposto exigido recai sobre a caracterização da ocupação enquanto trabalhador rural em nível familiar, e estar em idade prevista na Constituição. Nesse viés universalizante, atentamos para o detalhe igualitário do benefício, no que diz respeito à questão de gênero, uma vez que esse não distingue homem e mulher. Assim, com a atuação do benefício é possível perceber uma emancipação feminina no meio rural, que agora também participa ativamente do orçamento doméstico junto com a figura masculina.

Se aceitarmos a tese positiva de que o que há de efetivamente mais importante em termos de contribuição à renda e à subsistência das famílias rurais pobres no Brasil é a sua inclusão no setor de aposentadorias e pensões, teremos vencido a barreira da incredulidade com uma hipótese de impacto efetivo de política social, corroborável por um amplo conjunto de indicadores que apresentamos neste e em outros textos recém-elaborados. (Delgado,1999)

Desse modo, frente a diversos argumentos, podemos perceber mediante esforço teórico e principalmente empírico por meio do contato com o homem do campo do Baixo Paraguaçu, que o Seguro Especial Rural tem se tornado uma espécie de “coringa” para o trabalhador rural em nível familiar. De sorte que na pior das hipóteses esse benefício preencherá lacunas deixadas pela deficiência de algum mecanismo estatal de proteção social, ou mesmo não havendo tal deficiência, esse terá empenho máximo na melhoria da qualidade de vida. Seja como “excedente”, nos casos em que os idosos continuam a produzir, ou como atenuante do esforço, quando por conta do benefício os idosos optam pelo desacelerar da vida, gozando de descanso merecido. Em espírito conclusivo chegamos à máxima de que políticas sociais não compensatórias têm papel fundamental enquanto políticas de proteção social.

Bibliografia

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Campinas: UNICAMP, 1992. 275p.

ABRANCHES, S. H. Política Social e Combate à Pobreza. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Editor, 1987.

ARRETCHE, Marta. Estado Federativo e Políticas Sociais: determinantes da descentralização. São Paulo: Revan, 2000.

BAIARDI, A. A descontinuidade do tempo de trabalho na agricultura e as implicações sobre a estabilidade da empresa capitalista: uma análise da visão de Marx. Revista de Economia Política, São Paulo, V. 07, nº 02, abr./jun. de 1987.

_____. A moderna agricultura do Nordeste. Salvador, CED/UFBA, 1992.

_____. A penetração do capitalismo na agricultura e a Reforma Agrária. Reforma Agrária, V.12, nº 01, jan./fev. de 1982.

_____. Globalização, mercados e a situação da agricultura familiar no Brasil, In: MOTA, D. M. et alii Agricultura familiar, desafios para a sustentabilidade. Aracajú: EMBRAPA, 1998.

BARBOSA, R. S. UNIMONTES CIENTÍFICA. Montes Claros, v.5, n.1, jan./jun. 2003

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Paper presented at the XXII International Congress of the Latin American Studies Association (LASA), Miami, March 16-18, 2000.

DELGADO, Guilherme Costa. Previdência Rural: Textos para discussão. Brasília: IPEA, 2000.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso (org.). A Universalização dos Direitos Sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90: a experiência recente da universalização. Brasília: IPEA, 2000.

ESPING-ANDERSEN, GOSTA. As três economias do Welfare State. IN: Revista Lua Nova, n.24, São Paulo, CEDEC, 1991, P.85-115.

Social Foundations of Post-industrial Economies. Oxford, Oxford University Press, 1999. Apud: Cardoso Júnior, J. C. Fundamentos Sociais das economias pós-industriais: uma resenha crítica de Gosta Esping-Andersen, BIB, n. 56, São Paulo, 2003

GRAZIANO, José da Silva, O Novo Rural Brasileiro, Unicamp, Instituto de Economia, 2002, 2ª edição.

KAGEYAMA, A. (coord.) O novo padrão agrícola brasileiro, In: Agricultura e políticas públicas, Brasília: IPEA, 1990.

MARX, K O capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974

OFFE, C. A democracia partidária competitiva e o “Welfare State Keynesiano”: fatores de estabilidade e desorganização, In OFFE, C (org.) Problemas estruturais do estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHWARZER, Helmut. Previdência rural e combate à pobreza no Brasil – Resultados de um estudo de caso no Pará. Estudos Sociedade e Agricultura, n.14, abril/2000.

TELLES, Vera da S. Direitos Sociais: afinal de que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

ZIMMERMANN, Clóvis, A Previdência Rural Brasileira no Contexto das Políticas Públicas. Revista Espaço Acadêmico. N. 48, Maio, 2005.

POESIA MARGINAL (?): UM ARTEFATO DE REVOLUÇÃO, TRABALHO & LINGUAGEM

Maíra Castanheiro Magalhães de Moraes¹

Preâmbulos:

Este artigo compõe uma pesquisa que venho desenvolvendo sobre o universo da Poesia Marginal brasileira, enfocando os cenários do Rio de Janeiro e Salvador durante o período da abertura política (1980/1990). A documentação coligida reúne: jornais; panfletos e produção literária em geral. Apresento neste artigo um documento: o *Manifesto dos Poetas na Praça – Por - Poesia Revolucionária*, publicado em 1979 (Salvador-Bahia) no jornal *O Inimigo do Rei* (ver anexo). Devido às limitações espaciais deste artigo, pontuaremos apenas algumas questões e reflexões acerca dos discursos poéticos. Contudo, pretendemos através da própria produção destes poetas recuperar as relações entre arte, experiência e política, tais como eram vivenciadas pelos sujeitos envolvidos.

O presente artigo é um ensaio de palavras, problemáticas e ideias refletidas a partir das leituras das fontes. Apresento aqui uma ideia em construção: o de entender o universo da ‘Poesia Marginal’. Este artigo, apesar de eu o ter escrito é composto não apenas por mim, mas sim por diversas conversas informais e formais com outras pessoas, leituras e vivências. Muitas destas palavras digitadas foram proferidas por outros autores, que também proferiram palavras de outros autores e assim por diante. A história é construída por mãos e cabeças ilimitadas, no tempo e no espaço, ela vai sendo refeita a cada leitura e discussão, sejam pelos seus atores, sejam pelos *contadores* de história. Assim, a história permanece inacabada, em eterna construção. Aqui, ensaio um capítulo da História Cultural brasileira: a Poesia Marginal.

Em um breve levantamento acerca dos estudos sobre a Poesia Marginal pude constatar que a história pouco tem dado atenção a ela. A maioria dos estudos que encontrei é do campo da crítica literária ou da antropologia cultural, e em ambos se atentam sobre os anos 1970. Logo, esta pesquisa escolhe as décadas de 1980 e 1990 devido ao fato das fontes primárias corresponderem a este período². Nessas fontes

¹ Estudante do curso de História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, bolsista PIBIC 2008/2010. Orientador: Prof. Dr. Antônio Liberac Simões Pires.

² Em um levantamento da bibliografia sobre o tema encontrei muitas publicações na área da crítica literária, comunicação e antropologia cultural. Sobre a poesia marginal foram consultados os seguintes autores: Hollanda (2004); Glauco Mattoso (1981); Carlos Alberto

podemos encontrar temas como: descriminalização das drogas, legalização da maconha, repressão militar, racismo, feminismo, políticas de esquerda, políticas de auto-gestão, anarquismo etc.

Assim como o historiador Peter Burke, acredito ser de suma importância para o historiador *tentar escrever sobre essa história das conseqüências dos grandes acontecimentos culturais, tentando ver a inserção de tudo isso na vida cotidiana em vários livros (níveis)* ³.

Portanto, a pesquisa que desenvolvo tem a pretensão de contar a história desses poetas das praças, das estradas, dos hospícios, alternativos ou não, marginais por opção ou imposição, ou ainda como conseqüência de suas ideias.

O devir da poesia e do poeta:

Poesia não se faz em cima do muro de costa pro mundo ⁴.

Ao se pensar em “Poesia Marginal” logo nos vem os questionamentos: o que é Poesia Marginal? Quais são os preceitos que a caracterizam? Pensar a Poesia Marginal como um movimento ou como aquele poeta que produz seu próprio livro (a chamada “geração mimeógrafo”), ou ainda como uma nova proposta estética? *Antes de tudo, a produção poética da “geração mimeógrafo” tem o valor de um ato de resistência* ⁵.

Podemos entender a poesia Marginal sob diversos sentidos. A Poesia Marginal enquanto um produto, neste caso um livreto, um fanzine, um pôster-poema, um jornal, enfim, uma série de manifestações onde as ideias de um determinado grupo são representadas tanto na poesia (conteúdo), quanto na arte gráfica e em todo o seu

Messeder Pereira (1981); Leila Miccolis: Do poder ao poder. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987. Entre outros títulos. Utilizei-me também de alguns artigos disponibilizados na internet dos seguintes autores: Ademar Norek: “*Algumas observações sobre “poesia marginal em questão”, de Amador Ribeiro Neto*”. Disponível em: <http://www.cronopios.com.br/site/artigos.asp?id=3244>; Teresa cabanas:

“*A poesia marginal brasileira: uma experiência da diferença*”. Disponível em: <http://www.cisi.unito.it/Artifara/rivista5/testi/poesiamarginal.asp>; André Monteiro: “*A poesia marginal como potência do espontâneo*”. Disponível em: http://www.revistaetcetera.com.br/17/poesia_marginal/index.html, entre outros diversos.

³ BURKE, Peter. In: “*Culturas populares e cultura de elite*”. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/Rev_a01.htm.

⁴ Verso extraído do Manifesto Poetas na Praça: Por – Poesia Revolucionária. In: O Inimigo do Rei. Salvador, Bahia. 1979.

⁵ BRITO e HOLLANDA, 1974:81

processo: desde a sua produção até a sua distribuição e circulação, e o modo como o sistema é organizado e operado.

É sabido que muitos poetas ditos marginais se opuseram ao sistema editorial produzindo seu próprio livro, vendendo-o de mão em mão, de bar em bar. Diante das leis e requerimentos mercadológicos da indústria cultural a Poesia Marginal se torna um subproduto literário. De forma que esse mercado acaba sendo o grande vilão na qual a poesia resiste sem fazer concessões. Desta forma, *o poeta tem que pagar sua edição e ser o camêlo de suas palavras*⁶, ser o responsável por todo o processo: o da produção, da distribuição e circulação. Praças e ruas foram os cenários principais desses poetas, não só os marginais, mas aos poetas em geral, como mostra o autor Peter Burke: (...) *como no Brasil do século XIX, que teve poetas de rua ou de praça cantando para o povo e depois pedindo esmolas ou tentando vender seus folhetos*⁷.

Porém, podemos nos perguntar: o que leva a este poeta produzir seu próprio livreto? É por uma opção estética e política? Ou é por este estar à margem das editoras? O poeta Chacal em uma entrevista ao antropólogo Carlos Alberto Messeder Pereira responde a questão:

Por base, não sei nem se ideológica ou intuitiva, eu acredito que a gente não deva fazer jogo de editora. Primeiro porque a editora suga e se mantém em livrarias, e o povo não vai em livraria mais, certo? Quem vai em livraria são os livrófobos. Eu acho que não tem mais a ver com o que a gente está escrevendo, com a nossa batalha. Inclusive acho que nesse sentido a gente não é mais poeta, sabe? É livre-atirador, como falou o “Xico”⁸.

Esta produção artesanal utilizada por estes poetas acabava os diferenciando do design das editoras, dando um caráter mais personalizado ao livro, aproximando o leitor com o poeta. *Daí a atenção voltada para a matéria com que se opera o encontro entre “o mundo do texto” e o “mundo do leitor”*⁹. A estética poética e o design do livro representam um conjunto de pensamentos e ideais inseridos no processo histórico.

⁶ PEREIRA, 1981: 47.

⁷ BURKE, Peter. In: “Culturas populares e cultura de elite”. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/Rev_a01.htm.

⁸ MATTOSO, 1981: 75.

⁹ CHARTIER, 1991: 178.

Chartier em seu artigo *O mundo como representação* contribui para o debate em questão no que concerne na relação entre o texto produzido pelo autor com o leitor. Para Chartier, essa relação acaba por construir sentidos, interferindo tanto no texto do autor como na leitura do leitor. *É preciso considerar também que a leitura é uma prática encarnada em gestos, espaços e hábitos*¹⁰.

Chartier atenta para os “bastidores” da produção de um livro. O livro ao ser produzido tenta corresponder necessariamente às expectativas dos leitores, sejam eles *letrados de talento* ou ainda *leitores menos hábeis*. Portanto, as formas textuais e tipográficas são pensadas e produzidas dadas às condições culturais e econômicas dos autores e leitores. Logo, o historiador pode e deve esmiuçar essa relação entre o *mundo do texto e o mundo do leitor*, pois *no espaço assim traçado se inscreve todo trabalho situado no cruzamento de uma história das práticas, social e historicamente diferenciadas, e de uma história das representações inscritas nos textos ou produzidas pelos indivíduos*¹¹.

Vale ressaltar, que nem todo poeta que produz seu próprio livreto e vende-o é um Poeta Marginal. Ser responsável por todo o processo de produção, distribuição e circulação, não é suficiente para se tornar um Poeta Marginal. Outros escritores o fazem não por opção, mas por não terem meios e mecanismos de ser publicado por uma editora, seja pelo conteúdo, seja pela estética ou ainda por outros motivos.

Outra razão para caracterizar o Poeta Marginal seria sua estética: uma linguagem coloquial preocupada com as questões do cotidiano, com os problemas do *aqui agora*. Esta linguagem espontânea pretende aproximar-se da classe trabalhadora e da população de baixa renda. Daí então, a atenção deste poeta para com o povo, pois ele como povo também deve transitar no mesmo espaço dos empregados e desempregados. Em uma entrevista cedida ao jornalista Gilfrancisco, o *Poeta da Praça*¹² Geraldo Maia justifica o lugar da poesia na praça:

A tomada da praça foi um ato político-poético que possibilitou o exercício da crítica, do questionamento, da discussão em torno da visão de mundo das oligarquias dominantes e do regime militar, já na fase final do seu processo de mimetismo. Os poetas se reuniam na praça para

¹⁰ Ibid, ibid.

¹¹ Ibid. pp. 179.

¹² Os Poetas da Praça se referem ao Movimento Poetas na Praça ocorrido na cidade de Salvador, na Praça da Piedade, no ano de 1979 seguindo na década de 1980.

o ofício da vida, porque a mesma se encontrava ameaçada de extermínio. Guiados por uma aguçada sensibilidade e pela consciência de serem meros instrumentos do universo, saíram de suas tocas, dos antros onde a poesia era subterrânea e se juntaram na praça para contribuir na luta pela preservação da espécie ¹³.

Como podemos notar no depoimento acima, o Poeta Marginal se coloca como porta-voz do povo e usa a sua poesia, seja escrita ou falada, como um instrumento para alertar a classe trabalhadora e a população excluída da sociedade sobre as desigualdades sociais, a opressão e a exploração do homem sobre o homem. Pretende desta forma, incitar o povo a revolução.

A Poesia Marginal aparece como um desvio perante as ordens tradicionais, dos padrões cultos e letrados. Destarte, a estética está estritamente ligada com a questão política, usando uma linguagem que contrapõe as normas cultas, carregadas de palavreados coloquiais.

Freqüentemente, como já foi apontado anteriormente, ouve-se dizer que nesta produção poética está presente uma forte ligação entre poesia e ‘vida’, entre poesia e ‘cotidiano’ (daí, p.ex., a ‘linguagem coloquial’ atualizada nos textos); estes dados são, por sua vez, utilizados na marcação de uma oposição com relação às vanguardas (especialmente o Concretismo) e também em relação à poesia de João Cabral (mais ‘cerebral’, mais ‘racionalizada’); por outro lado, estes mesmos dados são também utilizados para a aproximação desta poesia com autores como Bandeira e, especialmente, com o modernismo de 1922 ¹⁴.

A Poesia Marginal se difere de outras vanguardas anteriores como o Concretismo e o CPC (Centro Popular de Cultura). O primeiro é uma vanguarda de caráter estritamente estético. A Poesia Concreta propõe uma estética valorizando a construção. Entre o universo acadêmico e a Poesia Concreta há uma aproximação. O segundo é de caráter estritamente militante, de uma arte engajada e panfletária. Uma arte que se propõe a levar as ideias de esquerda para o público, convidando-os para compor a luta por esta nova sociedade. A Poesia Marginal une a estética e política: uma linguagem espontânea, coloquial, pornô-gráficos, com palavrões, inseridos num conjunto de totalidade de

¹³ GILFRANCISCO, 2006: 23.

¹⁴ PEREIRA, 1981: 93.

práticas e experiências políticas. O próprio fazer poético justifica este ponto. Desde a produção, a distribuição aos recitais, o poeta está construindo uma estética e uma política a todo o momento, porque o poeta é poeta o tempo todo, logo sempre está dialogando com a arte, com a política, com a vida.

É necessário entender o universo da Poesia Marginal pelo seu caráter totalizador, pois é um conjunto de fatores que a constitui. O Poeta Marginal é aquele que produz e vende seu próprio livro, que une uma estética pautada na expressão, no espontâneo, com a crítica social. A Poesia Marginal coloca-se como *reflexiva e bastante consciente quanto ao uso da palavra*¹⁵.

Mas afinal, quem são esses poetas? Funcionários públicos, universitários, artistas, intelectuais, e simplesmente poetas, que buscam refletir sobre os problemas de seu tempo através da arte, cuja visão defendida é:

uma forma de arte / que não esteja vinculada à luta das classes
trabalhadoras / oprimidas / como forma de apoio / a nível de conhecer e
discutir / o aqui agora de sua realidade / e transformá-la / como apoio e
desordem / por uma nova ordem / onde não haja deuses / e estados /
explorados / e oprimidos / e ter mais / só para ter / a ilusão de que valeu ter
/ em troca de ser¹⁶.

E de onde vêm esses marginais? Em que espaço e tempo? Um olhar investigativo apoiado numa reflexão sobre as fontes nos apresenta uns rabiscos destes poetas e se os preenchermos com seus devidos traços e cores, estes rabiscos poderão vir a se tornarem desenhos mais nítidos. Para tanto, é necessário antes delinear os, dentro de nossas possibilidades, os espaços e tempos que conviveram e construíram os poetas marginais da década de 1980.

Compreender as ideias de um tempo é olhar para a sociedade presente em sua dinâmica histórica levando em consideração os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, uma vez que todos estes aspectos estão entrelaçados em suas esferas de relações. Logo, buscar a “origem do Poeta Marginal” implica em decompor a sociedade em seu tempo. O poeta e a Poesia Marginal não surgem de um dia para outro alheio às manifestações a sua volta. O processo histórico permitiu a edificação dessa figura e

¹⁵ Ibid., 65.

¹⁶ Trecho extraído do Manifesto – Por poesia revolucionária, do Movimento Poetas na Praça, publicado em Salvador/BA no ano de 1979.

linguagem. Não se trata de uma reconstituição da história da literatura, mas sim de mapear a construção dessa Poesia Marginal. E de como as ideias desse fenômeno estiveram representadas em suas manifestações poéticas / literárias e como se dava a circulação e distribuição do material produzido por estes autores.

O Poeta Marginal (não foi o único nem o primeiro) busca romper com os padrões estético-artísticos oficiais. Heloísa Buarque de Hollanda¹⁷ estabelece uma continuidade entre o Modernismo de 1922, o Tropicalismo da década de 1960 e a Poesia Marginal. Esses movimentos exerceram influência sobre o fenômeno, haja vista que estes trazem para a sociedade novas concepções de mundo e de arte. Onde o diálogo entre o novo e o velho; o erudito e o popular alimentam e dão sustentabilidade a tais manifestações. Para Hollanda, a diferença é que a Poesia Marginal surge de forma espontânea e inconsciente, enquanto o modernismo de 1922 surge de forma elaborada.

A Poesia Marginal se compõe necessariamente na nossa história contemporânea. O Poeta Marginal dos anos 1970 (essa década é referência para o fenômeno) tem uma atitude política e social diante da sociedade, usando a poesia como sua arma. Ao longo do século XX diversos artistas e intelectuais irão propor novas concepções de arte, linguagem e estética, que serão rediscutidas a cada geração num processo contínuo e dinâmico. Através de manifestos e outras expressões artísticas, os literatos usaram a palavra como um forte instrumento para propagandear ou contrapor a uma determinada visão de sociedade.

O manifesto *Pau-brasil* e o *Antropofágico*, ambos escritos pelo expoente Oswald de Andrade, marcam um lado parodístico, satírico e humorístico dos modernistas, tão próprio dos poetas brasileiros, que vão desde o poeta consagrado Gregório de Mattos aos poetas contemporâneos. Dessa maneira, Oswald de Andrade contesta a história e a arte dita oficial. Cria-se também o emblema “antropofagia”, onde este sugere que devemos sim comer as influências européias, mas não de forma arbitrária. Deve-se operar de forma crítica buscando adequar à realidade brasileira.

Constantemente encontramos na literatura a ideia de que os modernistas em suas múltiplas faces¹⁸ fundem a sua vida com a sua obra. A vida e a obra estão ligadas, são

¹⁷ HOLLANDA, 2004.

¹⁸ Sobre outras manifestações modernistas ver: Francisco Foot Hardman: *Nem pátria, nem patrão! : memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. João Paulo C. S. Rodrigues: *A geração boêmia: vida literária em romances, memórias e biografias*. In: Chalhoub, Sidney e Pereira, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *A História*

indissociáveis, uma faz a outra. Desta forma, o contato com a vida orgânica torna-se imprescindível para a criação da obra. Mais do que simplesmente viver, é preciso sentir as coisas da vida. E estas concepções estão expostas em seus manifestos, onde cada qual defende sua arte (o ser e o devir), sua identidade e propõe não só uma arte criativa, mas uma arte visceral, que vê e pode transformar a realidade. Uma arte feita do real propondo um outro real.

Este “ideal” presente nos movimentos aqui citados foi sendo retraçado no decorrer do século XX. Na década de 1960, movimentos como o *CPC* e o *Tropicalismo*, irão também ter uma premissa básica: vida e arte é uma relação necessariamente dialética¹⁹. Não há separação entre o artista e sua criação, pois a vida é um elemento de suporte para a construção do argumento.

Não podemos deixar de ressaltar que estes movimentos de vanguardas literárias e artísticas, de um modo mais amplo, surgem numa sociedade ditatorial. No Brasil e em grande parte da América Latina, ocorria uma ditadura civil-militar. Após o AI-5 em 1968, vários movimentos artísticos, sobretudo de esquerda, vão atuar na sociedade contra o golpe militar. Em prol da liberdade: políticas, sexuais e artísticas, diversos intelectuais vão compor a luta contra a opressão. Todo este quadro desenhado é marcado por repressão e torturas sofridas por artistas, intelectuais e militantes de esquerda por parte dos militares que detinham o poder, e acabaram por contribuir para florescer, não só os movimentos de esquerdas (nos moldes de Marx e Che Guevara) como as ‘vanguardas’ literárias, que uniam a arte engajada com uma arte criativa²⁰. Temos então, uma onda de ideias de esquerdas operando entre os movimentos sociais e artísticos. *Esta é uma geração cujos integrantes, não podendo reunir-se em grupos para criar movimentos de grande repercussão, tiveram que produzir sozinhos seu trabalho. E como o momento é de opressão, logo a poesia é (...) mas diretamente ligada aos problemas sociais enfrentados, sem se deixar cair no panfletarismo*²¹.

A estética também fazia parte do projeto revolucionário destas vanguardas, ou seja, a estética e os discursos inseridos eram pensados e criados numa premissa básica: a arte como um artefato de *revolução, trabalho e linguagem*.

contada: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁹ HOLLANDA, 2004.

²⁰ RIDENTI, 2003: 157.

²¹ PEREIRA, 1981: 65.

E os poetas marginais da década de 1980 dão continuidade a essa “tradição histórica” de uma arte engajada dentro de sua própria dinâmica. A década de 1980 no Brasil é marcada, mormente pela transição da ditadura militar a uma nova democracia, a *abertura política*. Ao contrário do que o autor Marcelo Ridenti afirma: *o intelectual militante, libertário, é substituído pelo intelectual passivo* ²², nos anos 1980 vários poetas vão lançar suas revoltas e práticas revolucionárias através da poesia.

A seguir veremos um produto que contesta *o enfraquecimento da arte política nos anos 1970 e, sobretudo nos 80 e 90* ²³: o Manifesto do Movimento Poetas na Praça, publicado em 1979 concomitantemente com a Fundação do Partido dos Trabalhadores. Este documento contradiz este tal *enfraquecimento da arte política*, uma vez que este está carregado de ideologias e práticas políticas.

²² Ibid, 160.

²³ Ibid, 163.

Poesia: um artefato de revolução, trabalho e linguagem:

O *Manifesto Poetas na Praça* é um testemunho histórico de sua época. Através da poesia podemos perceber os discursos críticos que nos farão entender a conjuntura sócio-histórica presente no período em que a Poesia Marginal versa em seu material produzido, escritos ou orais, os fatos do *aqui agora*.

O *Manifesto Poetas na Praça* se torna um importante documento onde revela a concepção de poeta, poesia, arte, política, de um determinado grupo delimitado em um espaço-temporal imbricados em valores e ideais políticos, econômicos e culturais.

Onze anos após o AI-5 no Brasil entra em “*vigor a lei da anistia aos condenados políticos pela ditadura*”²⁴ e também é criado no âmbito do ABC paulista o Partido dos Trabalhadores. Enquanto no Irã estoura uma revolução que abala não só o seu povo como os ocidentais. É com todo esse fervor, onde cada qual se manifesta por seu ideal, que o *Movimento Poetas na Praça* de Salvador se organiza a fim de popularizar a poesia: *queremos a popularização / da poesia / e dos seus meios de produção / queremos a popularização / de todas as artes.*



Em 1979, em pleno verão tropical, uns poetas resolvem se juntar diariamente na Praça da Piedade em Salvador, em frente à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia. Na hora sagrada da ave-maria: às 18 horas, com o badalar do sino da igreja lembrando à hora da missa, junto com os pedintes nas escadas da igreja e calçadas estreitas, com o pôr do sol e o fim do expediente, o trânsito engarrafado nas ruas apertadas da Avenida Sete de Setembro e Joana Angélica, os poetas soltavam o verbo na praça, agora além de ser da Piedade, é também desde já a sagrada *Praça da Poesia*. Batizada de tal maneira pelos próprios poetas.

A rotina do fazer poesia na praça foi agregando cada vez mais os poetas, os levando a se organizarem e a se autodenominarem como *Poetas na Praça*. Em novembro deste mesmo ano lançam seu manifesto: *Por – Poesia Revolucionária*.

O título do manifesto já explicita a compreensão de poesia que os poetas defendem. A poesia como instrumento de revolução, como uma linguagem mais acessível ao povo que coloca em discussão os problemas do “aqui agora”. Para os *Poetas na Praça*, o poeta e sua poesia se estabelecem numa relação interdependente, na qual a poesia está associada diretamente ao mundo do poeta, em outras palavras, o poeta se expressa a partir do que ele próprio vive, do mundo em que ele se comunica, é necessariamente um homem do povo. Este povo corresponde à classe trabalhadora e a população excluída, marginalizada, discriminada, da sociedade.

Além de ser vista como um instrumento de revolução, a poesia é também uma ferramenta de trabalho: *nós poetas na praça / vivemos do nosso trabalho / como qualquer outro trabalhador*. E assim querem ser reconhecidos: como trabalhadores da arte que se preocupam com os problemas sociais e cotidianos, e a poesia têm de estar a serviço da mudança social e cultural. *Não se pode conceber / uma forma de arte / que carregue em sua linguagem / a análise burguesa da sociedade / ou um substituto reformista qualquer*.

Na primeira estrofe o manifesto denuncia a classe dominante que detém os meios de produção – que só publica o que lhe convém, privilegiando a própria classe. O que estiver fora do padrão ou das *exigências éticoestéticas* é boicotado no mercado editorial. Vejamos um pequeno trecho que abre o *Manifesto*: *as classe dominantes detém / os meios de produção literária / e só publica e divulga / os seus protegidos / (...) Desse modo tudo que é criado / fora dessas classes de / privilegiados / é boicotado por não satisfazer as exigências éticoestéticas / dessas classes de medíocres*.

O *Movimento Poetas na Praça* também acusa a *Poesia Concreta*, a *Práxis* e o *Poema-Processo* de usarem a poesia como *simples papel de veicular os conceitos / do bom belo e verdadeiro*". Para os *Poetas na Praça*, estes vanguardistas pertencem à classe dominante e, contudo, desprezam o intelectualismo erudito dos concretistas e seus dissidentes.

Em *Por – Poesia Revolucionária* os poetas revelam a sociedade presente baseada num *capitalismo liberal selvagem* e sob a vigência de uma ditadura militar repressora e opressora. Diante disso, *o Movimento Poetas na Praça / existe / a partir de uma necessidade / concreta / de mudar essa realidade / porque ela não satisfaz as necessidades de cada ser humano / para viver como tal / em qualquer parte do mundo do universo.*

Os *Poetas na Praça* propõem uma sociedade sem Estado, contra o autoritarismo, a censura e a ditadura, em suma, uma sociedade anarquista sob os princípios mutualistas. Para tal intento é necessário a prática e ação da solidariedade e da coletividade. Entendendo que cada ser humano é responsável por si mesmo e se representa. *E o movimento de mudança / como é natural / só se inicia com ação / com luta / com todos / solidários e livres / abrir mão uma vez / da nossa verdade / imposta / e ser dúvida / duvidação / vidação / ação / vida.*

Os *Poetas na Praça*, todavia não compartilham com os partidos de esquerdas, acusando-os de reduzirem *a luta revolucionária / a uma simples luta / por ascensão de classe / mas não das ideias*, na qual a luta pelo poder permanece: *se uma classe se prepara / para tomar o poder / vira classe dominante.*

O *Manifesto* apresenta críticas à Fundação Cultural do Estado da Bahia acusando-a de usar mecanismos burocráticos para dificultar a comunicação / relação entre os *trabalhadores da arte* e o Estado e de contribuir para manter os privilégios da elite burguesa. A estética e a linguagem, a mensagem poética destes poetas, não correspondem aos valores estéticos do mercado editorial literário e muito menos se enquadram nas normas da "academia brasileira de letras". Portanto,

com esse objetivo / o movimento *Poetas na Praça* / propõe à comunidade / que a Fundação Cultural da Bahia / seja autogerida / pelos trabalhadores das artes / a fim de que nós possamos encontrar / por nós mesmos / as verdadeiras soluções / para as nossas necessidades / de vida e trabalho.

E assim, o Movimento Poetas na Praça pretendia continuar uma luta por uma sociedade libertária tendo como suporte principal a arte como um artefato de *Revolução, Trabalho e Linguagem*. Os integrantes deste movimento realizaram uma série de práticas pela promoção e incentivo da poesia. Uma poesia que representasse as angústias e as necessidades de um povo marginalizado.

Considerações Finais:

Por fim, o *manifesto* não se limita apenas às questões aqui apresentadas de forma reduzida. A leitura integral do *manifesto* e de outras fontes do mesmo caráter pode gerar diversas discussões e interpretações que contribuirão para uma outra visão histórica do período da ‘abertura política’ brasileira. Fica então uma série de questões sobre as quais pretendo refletir e analisar: qual a concepção de revolução que orienta as práticas destes poetas? Como se relacionam com os outros grupos que professam ideologias revolucionárias? Até que ponto suas ações nos anos 1980 dão continuidade ou alteram as práticas culturais das décadas anteriores? Como se dava a produção, circulação e distribuição dos materiais produzidos por estes poetas? E finalmente, como estes sujeitos vivenciaram a transição democrática e em que medida expressaram suas concepções éticas e políticas através dessa ‘estética marginal’?

DOCUMENTO CITADO:

Manifesto *Por Poesia Revolucionária*. Movimento Poetas na Praça. Publicado no Jornal *O Inimigo do Rei* em novembro de 1979, Salvador, Bahia.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

BRITO, Antonio Carlos de & **HOLLANDA**, Heloísa Buarque de. Nosso verso de pé quebrado. *Argumento*, Rio de Janeiro, ano 1, n° 3. Jan./1974. Editora Civilização Brasileira. pp. 81 – 94.

BURKE, Peter. In: “*Culturas populares e cultura de elite*”. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/Rev_a01.htm.

CHARTIER, Roger. In: “*O mundo como representação*”. Estudos Avançados 11(5), 1991. Universidade de São Paulo.

GILFRANCISCO. *Imprensa alternativa e Poesia Marginal, anos 70*. Editora: Faculdade Atlântico, Aracaju, 2006.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

MATTOSO, Glauco. *O que é poesia marginal?* São Paulo, Editora Brasiliense, 1982. 85 pp.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Retrato de época: poesia marginal. Anos 1970*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1981. 363 pp.

RIDENTI, Marcelo. “Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança”. In: Ferreira, Jorge e Delgado, Lucilla de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. pp.133-166.

O BAIANO NO DISCURSO DOS JORNAIS DO RECÔNCAVO

Evelin Lourena Moura¹

Resumo:

Este artigo pretende analisar as relações de poder que permeiam os processos formadores de identidade através dos jornais impressos dos séculos XIX e XX nas cidades de Santo Amaro da Purificação e São Félix, ambas situadas na região do Recôncavo da Bahia. A análise baseia-se na identificação das estratégias discursivas apresentadas por esses periódicos para moldar, configurar e determinar como deve ser o baiano dessa região através da utilização de termos que identificam e reforçam os mitos e arquétipos construídos em volta do termo baianidade e, com isso, situar o tipo de jornalismo dominante na época nessas tão importantes cidades do Recôncavo. Para tanto, durante 12 meses consecutivos, foram analisados 11 tipos de jornais impressos e 352 edições, resultando no total de 83 matérias selecionadas.

Palavras-chave: jornalismo impresso, identidade, Recôncavo

Introdução:

A proposta deste artigo é conhecer como o discurso jornalístico foi usado nos principais jornais impressos dos séculos XIX e XX nas cidades de Santo Amaro da Purificação e São Félix para produzir significados que ajudaram a moldar e classificar o indivíduo dessa região. O qual resultou na criação de uma identidade sócio-cultural caracterizada por estereótipos.

A fim de atingir tal meta, foi preciso definir inicialmente, os jornais impressos que circularam na região do Recôncavo baiano, especificamente nas cidades de Santo Amaro da Purificação e São Félix em época representativa de sua formação histórica. Assim sendo, foi possível selecionar os periódicos de mais destaques considerados a partir de parâmetros como periodicidade, tiragem e tempo de circulação.

Neste sentido, foram analisados os jornais: A Pátria (1892 e 1893); O Propulsor (1909); O Paraguassú (1909); A Paz (1911); A Defesa (1929-1931); Correio de São Félix (1934); A Defesa (1939) da cidade de Santo Amaro; Jornal do Massapê (1976); Mobraza (1980); Nicsa (1984) e Informativo Cultural Santamarense (1996).

¹ Estudante do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, orientanda do Professor Dr. José Pércles Diniz Bahia, e-mail: evelynlourena@yahoo.com.br

No primeiro momento da pesquisa serão apresentadas características do perfil de cada jornal, bem como o tipo de jornalismo praticado por cada um deles, através do levantamento das estratégias narrativas adotadas. Em seguida, os temas vão ser classificados em categorias para melhor definir o baiano dessa região no contexto histórico em que o conceito de baianidade estava inserido.

Representação social e discurso jornalístico

Segundo Santos (apud Hall, 2004, p.38), “a representação é uma prática central que gera cultura e atualmente é entendida como um momento chave no que é denominado circuito da cultura. Esse circuito liga representação, identidade, produção, consumo e regulação.” Desse modo, os meios de comunicação ao difundir e reproduzir informações para o seu público consumidor têm papel fundamental na formação das opiniões e comportamentos dos seus membros.

A mídia, tida com um meio de representação, é um importante agente socializador, pois através de suas representações e discursos, cristaliza valores. O acúmulo de informações veiculadas nos meios de comunicação de massa tem o poder de modificar estereótipos e de afirmar identidades.

Na medida em que a mídia passa a representar o indivíduo de uma certa maneira, mostrando características específicas e peculiares do seu comportamento, como sua maneira de vestir, seus gostos musicais e até mesmo os lugares que frequenta, ele passará a ser identificado através dessa identidade estigmatizada.

Equiparado a isso, os grupos sociais também sofrem severas influências da mídia. Se por acaso, um grupo social for representado pela mídia como festeiro é assim que passará ser conhecido.

Os meios noticiosos de informação, por exemplo os jornais, são fontes de credibilidade para a maioria das pessoas que neles buscam o conhecimento. Eles possuem também, através de suas representações, o poder de definir identidades e de marcar diferenças, isto é, dizem a quem pertence ou não aquela ou a esta identidade. Essa relação de incluído e excluído é assim explicada:

...dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem não pertence e sobre quem pertence, sobre quem está

incluído e quem está excluído. Afirmar identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. (SILVA, 2009, p.82)

O jornalismo é uma das formas de representação onde o homem e a sociedade são representados de diversas maneiras. Ele impõem valores e sentidos, cujo resultado é observado nas interações sociais cotidianas que envolvem as relações de poder.

De acordo com a teoria do espelho, através dos manuais de redação e códigos de conduta, o discurso jornalístico pressupõe, como se fosse possível, refletir a realidade através de um discurso neutro que apenas transmite informações. Segundo Diniz (2008) são os próprios jornalistas que estruturam suas representações do que acham ser a realidade. Neste sentido, ele contradiz a teoria do espelho e reforça ainda que o jornalismo possui um discurso institucional e autoritário em seu modo de funcionamento.

Diniz ressalta que o trabalho jornalístico não segue fielmente os códigos deontológicos expostos nos manuais de redação “Na prática, porém, isto não acontece: ao narrar fatos e reproduzir testemunhos, o jornalista não consegue simplesmente deixar de hierarquizar, discriminar, dimensionar, organizar, classificar e comparar” (DINIZ, 2008, p. 4) Logo, os jornalistas se apropriam dos discursos já existentes para a construção de sua própria narrativa.

Segundo Pena (2005), quando um jornalista decide o que será noticiado ou não, ele “agenda nossa conversa”, isto é, “ a mídia nos diz sobre o que falar e acaba pautando nossos relacionamentos”.

A mídia, ao nos impor um menu seletivo de informações como sendo o que aconteceu, impede que outros temas sejam conhecidos e, portanto, comentados ao decretar seu desconhecimento pela sociedade, condena-os à inexistência social. Nesse sentido, o menu da mídia, porque é único temário comum de agentes sociais em comunicação, é o que apresenta maior incidência nas comunicações interpessoais. (BARROS, 2003, p. 170).

A propósito das questões relativas ao discurso jornalístico as condições de produção em que o discurso foi produzido é o que sustenta o estudo do discurso dos jornais aqui analisados. De acordo com Simonetti (Apud Pêcheux, 1988 p.160):

As palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que vale dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...) nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a

partir de uma posição dada numa conjuntura dada, (...) determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

Assim sendo, as identidades culturais criadas através desses discursos linguísticos determinam a posição do sujeito classificando-o como pertencente ou não a uma determinada identidade.

Baianidade: características de um mito.

O mito tem como suporte narrativas que se fundamentam na história real, portanto, não é criado do nada. È definido por um discurso que se naturaliza ao longo do tempo.

O mito é uma fala escolhida pela História: não poderia de modo algum surgir da ‘natureza’ das coisas. Essa fala é uma mensagem. Pode, portanto, não ser oral; pode ser formada por escritas ou representações: o discurso escrito, assim como a fotografia, o cinema, a reportagem, o esporte, os espetáculos, a publicidade, tudo isso pode servir de apoio à fala mítica. (BARTHES, 2009, p.200)

Os discursos verbais ou icônicos apresentam-se como naturais, como aquilo que simplesmente é assim, os quais a maioria das pessoas aceitam sem discutir. Assim, “*o mito é vivido como uma fala inocente: não porque suas intenções estejam escondidas, mas porque elas são naturalizadas*” (Barthes, 2009, p.203).

O mito baiano, isto é, a idéia de *baianidade* é fruto da história afro-descendente, de uma população negro-mestiça dos tempos de grande desenvolvimento econômico vivido pela cidade de Salvador quando era então a capital do país.

O mito baiano foi alimentado pela beleza paisagista tanto natural como as erguidas. Praia, vales, ilhas, vegetação, misturam-se com construções de características barrocas e militares - os fortes, os casarios, as igrejas, etc – nas canções, poemas, crônicas, contos e romances de muitos autores de grande prestígio no cenário cultural brasileiro.

A raiz cultural africana também contribuiu para reforçar e afirmar ainda mais o mito da baianidade. A presença dessa cultura é sem dúvida significativa no cenário brasileiro, foi com a mistura do sagrado e do profano, da preservação da tradição às vanguardas culturais, das festas comemorativas, da mestiçagem e do sincretismo religioso que o mito da baianidade ganhou força e se consolidou nacionalmente.

E assim o mito foi se erguendo desde os tempos coloniais até os atuais. Elementos reais misturaram-se a fantasias exóticas, eróticas, sagradas e profanas. E dessa forma “o mito

não nega as coisas; a sua função é, pelo contrário, falar delas; simplesmente, purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade, dá-lhes uma clareza, não de explicação, mas de constatação.” (Barthes, 2009, p.235).

Resultados da pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada entre agosto de 2009 e junho de 2010, no acervo do Arquivo Público Municipal Dr. Júlio Ramos de Almeida, em São Félix, BA e Núcleo de Incentivo Cultural de Santo Amaro do município de Santo Amaro da Purificação, na Bahia. No total foram 11 periódicos impressos, em 352 edições analisadas, no período correspondente aos séculos XIX e XX. Deste universo, 83 matérias foram selecionadas.

O Jornal *A PÁTRIA* pertenceu à cidade de São Félix. Fundado em 1892, era um jornal republicano, cujos donos eram o intendente Geraldo Dannemann e o deputado Salvador Pinto. Publicado semanalmente, era o principal meio de informação para a população do Recôncavo, já que circulava em toda a região, além de divulgar os principais acontecimentos nacionais e internacionais. Cada edição era composta por quatro páginas, sendo a última destinada à propaganda. O jornal não trazia fotos, continha apenas algumas ilustrações, em geral na página quatro. Era impresso na tipografia instalada à Rua Dannemann, na casa de número 9, no formato de 6,6 cm de largura por 38 cm de altura em sua mancha gráfica.

Seu conteúdo era de natureza política, pois era órgão do Partido Republicano, com opiniões definidas em artigos longos e, muitas vezes, em estilo literário. Trazia também, uma coluna de variedades e anedotas intitulada *Secção Livre*, além de decretos, telegramas, atos oficiais, editais, discursos proferidos por autoridades, e prestação de serviços à comunidade, como as notas de falecimento e de casamento. Os artigos, as colunas e as notícias retratavam os costumes e os hábitos do povo recém inseridos no período político republicano da história do país.

O Jornal *O Propulsor* também pertencia à cidade de São Félix. Fundado em 15 de outubro de 1896 na cidade de Feira de Santana, foi transferido para São Félix em 1909. Publicado semanalmente, foi o periódico de maior circulação do Estado dessa época. Tinha como proprietário Demétrio Ignácio Pires de Araújo, sócio do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Possuía 3.000 assinaturas por trimestre, 6.000 por semestre, 12.000 por ano e 3.000 assinaturas avulsos. Seu conteúdo era de cunho partidário retratado nas editoriais e artigos. As características da elite dominante política desse período ganhavam destaques em suas manchetes. Era impresso na Rua Senador Themistocles, Nº 30.

Outro periódico que circulou na cidade de São Félix foi *O Paraguassú*. Fundado em 1909. Era um jornal republicano partidário cujo dono era o intendente municipal Rosalvo de Menezes Fraga. Publicado semanalmente, foi o principal meio de informação para a população do Recôncavo, já que circulava em toda a região. Sua assinatura custava 12\$000 por ano.

Cada edição era composta de quatro páginas, sendo a última destinada à propaganda. O jornal não trazia fotos, continha apenas algumas ilustrações em geral na última página. Era impresso na tipografia que ficava na Rua Largo do Progresso na casa de número 14. Seu formato era de 5,9cm de largura e 32,5 de altura. Seu conteúdo era de caráter político, noticioso e literário.

A *Paz* foi outro jornal que pertenceu à cidade de Santo Amaro da Purificação. Fundado no ano de 1907 pelo tenente coronel Antônio da Silva Serra, divulgava os ideais do governo municipal. Publicado semanalmente, tinha como coluna fixa: *Verdades; Sociedade; Tesouro Municipal da cidade de Santo Amaro*. Cada edição era composta por quatro páginas, com quatro colunas de 7 cm de largura e 39 cm de altura. Não trazia fotos, só algumas gravuras. Geralmente, quando apareciam, as propagandas ficavam na última página. As assinaturas custavam 1\$000 por série de quatro números para o município, 9\$000 por semestre para fora do município.

Já o jornal *A Defesa* pertenceu à cidade de São Félix. Fundado em 1929 era um jornal de cunho político partidário e tinha como proprietário Antydio Luiz. Funcionava na Praça Ignácio Tosta, na casa de número 7, em São Félix. Publicado semanalmente, tratava de assuntos como economia; política; arte; poesia; notas de aniversário, falecimento, cinema e batizados. Tinha como colunas fixas: *Mundanidade e Fatos Históricos*. Sua edição era composta por quatro páginas, a maioria delas apresentava propagandas e fotografias do tipo pousada. Era impresso no formato de 36,5 cm de altura e 23,7 de largura em sua mancha gráfica, possuía quatro colunas com 5,9 de largura em cada página. Sua assinatura custava 8\$000 por semestre e 15\$00 por ano, no próprio município.

Em 1931 a configuração do jornal foi modificada, bem como seu *slogan*. O jornal tinha inicialmente como *slogan* a frase “econômica, política, arte, informação”, depois da mudança passou a ser conhecido como o jornal “defensor das liberdades cívicas do Brasil”. Ocorreu mudança também em sua formatação que passou de 23,7 cm para 53 cm de largura e 36,5 cm para 31 cm de altura em sua mancha gráfica.

Um dos jornais de maior tempo de circulação que o município de São Félix teve foi o *Correio de São Félix*. Fundado em 29 de abril de 1934 por Antydio Luís, funcionava na Rua

Senador Temístocles, na casa de número 17. Publicado aos sábados, foi uns dos jornais de maior duração do Recôncavo, trazia em suas páginas notícias da região, nacionais e internacionais. Tinha como coluna fixa: *Mundanidade*, *Notícias de Muritiba*, *Lantejoulas*, além das eventuais notas de aniversário, falecimento e casamento. Seu formato apresentava 47 cm de altura e 28 cm de largura em sua mancha gráfica.

Cada edição era composta por quatro páginas, todas apresentando propagandas e fotografias. Por ser o jornal de grande duração (1934 a 1994), ele passou por modificações. A partir de 1980, o diretor do jornal e deixou de ser Luis Gonzaga e quem passou assumir o cargo foi Osmar de Azevedo Moura.

O periódico também intitulado *A Defesa* que pertenceu à cidade de Santo Amaro da Purificação, foi fundado em 29 de abril de 1939 por João Dácio Serra. Era um jornal de cunho político partidário. Começou funcionando na Av. Ruy Barbosa, na casa de número 134, publicado mensalmente em formato tablóide A4, tinha como coluna fixa: *Pode e não pode*; *“Não está certo”*; *Mexericos*; notas de falecimento, casamento e aniversário.

Inicialmente, cada edição era composta por seis páginas, sempre apresentando algum tipo de propaganda e fotografia. O jornal sofreu modificação ao longo dos anos em seu quadro de funcionários, como também em seu formato. Em 1988, ele passou a apresentar oito páginas e o diagramador passou a ser Jorge Neves, começou a funcionar na Rua Santos Dumont, 93. Nas primeiras publicações recebia C\$ 300,00 assinaturas anuais. Já na década de 80 chegou a custar Cr\$ 2010,00. O jornal apresentava seis colunas de 5,9 cm de largura e 32,5 de altura.

O jornal *Massapê* pertenceu à cidade de Santo Amaro da Purificação. Fundado em dois de fevereiro de 1976 por Nestor da Cosa Oliveiranicipal. Era publicado semanalmente e tinha como fixo as colunas intituladas: *Espaço dos Esportes*; *Coluna Chic*; *Política*; *Filatélica*; *O povo reclama*; *Ontem e hoje*.

Cada edição era composta por doze páginas com quatro colunas de 5cm de largura e 29 cm de altura. Trazia fotografias na maioria das páginas, propaganda de meia página e no rodapé. Editado pela Massapê Comunicação e Serviços S/C, com sede na Rua de São Bento, número 22. Chegava a publicar 3.000 exemplares de cada tiragem.

Em Santo Amaro o jornal *Mobrasa* foi fundado em primeiro de junho de 1980 por Alceu Pedreira. O jornal surgiu dando continuação às campanhas de alfabetização de adultos, que visavam conduzi-los a adquirir técnicas de leitura, escrita e contagem. Tinha como coluna fixa: as notas de falecimento, nascimento e casamento; *Piadas*; *Aniversário do mês*; *Data Comemorativa*; *Curiosidades*; *Poesias*; *Adivinhações*. Publicado em formato A4, possuía

duas colunas e funcionava no posto do Mobral de Santo Amaro, sob a supervisão e coordenação das professoras Marlene Santo e Ilka Figueredo. Trazia apenas gravuras nas páginas.

O jornal *do Nicsa (Núcleo de incentivo cultural de Santo Amaro)* pertenceu à cidade de Santo Amaro da Purificação. Fundado no ano de 1984, foi um jornal que divulgava as atividades culturais da Casa José Silveira e do município e era patrocinado pela prefeitura local. Com publicações bimensais, tinha como coluna fixa: *Galeria Santamarenses Ilustres (homenagem as pessoas que fizeram parte da história da cidade)*; as eventuais notas de casamento e aniversário; *Agenda do Nicsa*; *Frequência na Biblioteca*. Cada edição era composta por quatro páginas com duas colunas de 10 cm de largura e 26 cm de altura. Era impresso e composto na imprensa oficial de Santo Amaro.

O jornal *Informativo Cultural Santamarense* pertenceu à cidade de Santo Amaro da Purificação. Foi fundado em 13 de maio de 1996 por Raimundo Artur. O público alvo eram os professores da cidade, pois a finalidade do periódico era de cunho educacional. Tinha como coluna fixa: *Curiosidades*; *Velhos Históricos (seção que divulga as pessoas que tiveram destaque no cenário nacional)*; *Santo Amaro Cultural*; *Você Sabia que*; *Última Página*. Publicado em formato A4, possuía em cada edição quatro páginas com duas colunas de 29,5cm de altura e 9,2 de largura. Trazia fotografias e gravuras em suas páginas.

Assim sendo, os temas escolhidos para a análise foram os mais recorrentes nos discursos do conjunto de jornais pesquisados, a partir da utilização de termos que identificam e reforçam os mitos e arquétipos construídos em volta do termo baianidade.

Neste sentido, foi possível encontrar as ideias de Bahia e principalmente de baiano enquanto povo cordial, hospitaleiro, sedutor e miscigenado, tranqüilo mas ao mesmo tempo agitado e festeiro; de uma terra boa pra se viver e alegre por natureza, de um sanfelista e de um santamarense heróico e orgulhoso; e por um sincretismo religioso. Além de alguns estereótipos peculiares, como o da morena sensual, o da preguiça, a do mulato pretensioso da fala solta. A ortografia original, os destaques ou aspas inseridos pelos redatores de cada jornal foram preservados com o objetivo de comprovar a originalidade dos relatos.

Um dos temas mais recorrentes exposto nos jornais faz reverência ao corpo, e personalidade da mulher. Nas edições de 11 de janeiro do jornal *A Patria* e de 6 de outubro e 26 de agosto do jornal *Correio de São Félix*, os redatores buscaram descrever características físicas do gênero feminino. Nessas narrativas, a mulher é descrita pelos dotes sensuais, sexuais, capaz de desorientar os olhares dos homens.

Na espreita dos primeiros raios do sol, estava Ella com a fronte descansadas sobre a mão, deixando pelo arregação da manga do vestido de cambraia aparecer um bem carnudo e torneado braço, moreno como o seu collo observados pelo arredondado da roupagem – caprichosamente ligada no corpo encantador. (LETRAS SOLTAS, 1892, p. 1)

Andas catita provocando amores,
Irresistivelmente. Tens a alma de cigarra
- Vadia, cancionista, donairosa, festeira.
Flanando num verão eterno/ tresando, cantando, Como se a vida fosse um ritornelo.
Sempre fagueiro, sempre belo,
E desdenha o homem
- O teu louco e animado
Polichinelo (...). No século dezenove!
É enganadora, E sedutora morena (MORENA, 1951 p.4)

Ilka sambava, remexia-se, requebrava se e os dedos castanholavam como de uma espanhola. Era, no entanto, brasileira genuína, moça de truz, bahiana da gema.
(...) Não chegava a encantadora morena para quantos a queriam. Ella porém não dava preferência a nenhum. (MUNDANIDADE, 1960, p.2)

Outro tema que ganhava destaque nas narrativas dos periódicos eram a festas de caráter popular e religiosa. Das 80 matérias selecionadas, 30 faziam referência aos festejos da cidade, sendo que o carnaval, festa popular brasileira, foi retratado em maior número. As cenas carnavalescas eram descritas como sendo as propagadoras da alegria, do bem estar, do êxtase, de uma ideia em que nesse período tudo podia acontecer. “*Com o maior prazer vamos noticiar aos nossos leitores que o carnaval este anno vem proporcionar ao publico muita gargalhada gostosa*”. (CARNAVAL,1892a, p.1)

Isso também pode ser verificado nas edições de 3 de fevereiro do jornal *Correio de São Félix*, Março de 1984 do jornal *Mobrasa*.

E delírio também.
Folguedo, animação, entusiasmo,
Batucadas, tamborim,
Champagne perfumado com mulheres
No desfile da vida (...). O carnaval faz esquecer a morte
Chi!... para que falar disto em pleno carnaval? (PASSADISMO, 1951, p. 2)

O discurso também nos mostra que profano e o sagrado estão inseridos em um mesmo espaço de uma manifestação religiosa e cultural:

Lavagem – ferveção fugaz, dia pagão.
Fevereiro-procissão.
Tons da mesma emoção.
Um profano, levado no “samba do pé”.
Outro sagrado, elevado preito de fé.
Amores à solta, olhares vadios,
Beijos à toa, peitos ao vento,
Paixão e suor – loucura carnal. (FESTAS, 1984, p. 5)

Entretanto, a festa carnavalesca propagada por esses jornais inicialmente era o carnaval produzido pela e para a elite o chamado carnaval da burguesia como consta no jornal *A Patria*

Realmente, por mais variados e insistentes que fossem os boatos que anteriormente corriam sobre o luzimento e aparato dos dous clubs; por mais fidedignas e criteriosas que fossem as informações que tínhamos sobre o modo porque esperavam elles apresentar-se, nunca supposemos que a tão alto grão levassem o esplendor de taes festas, o capricho, o gosto, e o brilhantismo dos seus trajes, dos seus, carros de ideias, das suas criticas, de tudo em summa. (CARNAVAL, 1892, p.1)

O mesmo ocorre nas edições de 10 de fevereiro, 6 de março, 11 de fevereiro do jornal Correio de São Félix. Mesmo pertencendo ao mesmo jornal as edições se diferenciam pelo ano de publicação mostrando assim que o carnaval de rua foi ignorado durante muito tempo. “*O carnaval esse ano limitou-se quase que exclusivamente aos bailes a fantasia da Associação Atlética de São Félix (...) Festa de caráter popular, não houve, porque o povo, dada a falta de tempo, não organizou nada de iniciativa própria.*” (NOTÍCIAS, 1951, p.4). O discurso jornalístico exposto no jornal *Correio de São Félix* deixa claro que o poder público não oferecia nenhum apoio cultural a essa manifestação.

Manifestações populares que é bom mesmo para as classes humildes, não acreditamos que haja. Não há organizações e os clubes com situação de realizar alguma couza, voltam seus esforços para as comemorações internas. Cabia em parte, auxilio e estímulos das prefeituras, mas convenhamos que a oportunidade exige aplicação de recursos em iniciativas mais pozitivas. Contudo carnaval está aí. Quem quiser se divirta como puder. (CARNAVAL NAS TRÊS CIDADES, 1961, p. 4)

A religiosidade também ganha espaço significativo nas edições dos jornais, a devoção aos santos católicos se fazem presente nos discursos analisados, “*Majestosa Santa Bárbara, entrou a figurar no calendário religioso da cidade (...). A veneração aureolada pela fé, se completa nos festejos populares, não havendo o subtendido de celebrações profana quando a crença e a tradição se irmanam.*” (MUNDANIDADE, 1971, p. 2)

Entretanto, ser festeiro nem sempre significa alegria e descontração, pelo contrário, torna-se sinônimo de desacato e desrespeito às normas da igreja. Na edição de 8 de maio esse aspecto fica bem claro, na coluna intitulada *canto e contos*, o discurso da anedota retratava atitudes de preconceito, de condenação pública e até mesmo de perseguição pública demonstradas pelos fieis da igreja, bem como os próprios padres. O conto relata a história de um padre apaixonado por uma dança popular, que ao ouvi-la não se continha e começava a dançar.

Havia em certa parochia um padre, cuja paixão dominante era a chula” (...) A proposito da *chula* que, como todos sabem é uma dança popular(...) Na rua, no templo, debaixo do pallio, fosse onde fosse, ouvindo a chula, não lhe podia resistir, - desatava a dançar. Achavam os parochianos pouco decoroso o caso e resolveram ameaçar o parochio de que se queixariam ao bispo, se continuasse a dançar a chula. O padre pediu com as lagrimas nos olhos que tal não fizesse e prometeu não mais dançar a chula. (CHULA, 1892, p.2)

O progresso, a cidade, civismo e traços característicos dos nativos dessa região também compunham o discurso hegemônico dos periódicos. Os jornais faziam um forte apelo ao ideal político republicano de um possível progresso nacional.

(...) Lá estamos no Bêrço esplendido, para o gigante despertar. Na marcha do desenvolvimento, o Brasil não pode parar. Deixamos o berço esplendido, só para a hora de descansar. Ouçamos o Presidente Médice, que nos cogita a trabalhar. A era da evolução, ajudemos o Presidente Médice sacudir esta Nação. (NOVO BRASI, 1971, p.2)

As cidades ganhavam uma conotação de prestígio nas narrativas expostas nos diversos e diferentes tipos de jornais.

Minha Terra
Doce e Morena
De cana e canavial
De um passado distante
Dos negros a trabalhar
Terra de gente simples

Que sabe cativar
Recebe de braços abertos
Quem vem de trabalho (DOCE TERRA, 1986, p.2)

Considerações finais

Essas importantes cidades do Recôncavo da Bahia sofreram influências desde o início pelos ideais hegemônicos propagados pela imprensa regional. Sendo assim, foi fundamental considerar o contexto histórico que cada um dos periódicos se encontrava inserido quanto à produção e publicação. Neste sentido, foi importante também investigar os efeitos causados no público consumidor da época, para entender o jogo de poder que estava entrelaçado nas narrativas apresentadas em cada um dos jornais analisados.

Nos discursos estão presentes as representações do cidadão sanfelista e santamarense festeiro, o sincretismo religioso, a junção do profano e do sagrado em festas populares e religiosas, a idealização da mulher baiana, especificamente, as que moram no Recôncavo da Bahia, a qual passou a ser conhecida por ser possuidora de um caminhar gingado, de corpo dançante que exala um poder sedutor capaz de levar ao delírio aquele que a olha. Neste sentido, foi possível apurar também que mesmo distante da capital, os jornais propagavam a ideologia do grupo que se encontra no poder, sobretudo político.

Isso possibilita-nos identificar algumas práticas cotidianas que por muitas vezes reproduziram e reforçaram as desigualdades sociais e de status. Diante das análises feitas é possível compreender que o jeito baiano de ser propagado nos jornais das principais cidades do Recôncavo baiano, é o cidadão idealizado, ou seja, aquele imaginado, proposto pela mídia e seus interesses de mercado e ideologia.

Referências:

BARROS FILHO, Clovis de. **Ética na comunicação**. São Paulo, Summus, 2003.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Trad. Rita Buongermino, Pedro Souza, Rejane Janowitz. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Dielf, 2009.

CARNAVAL. **A Patria**. São Félix. 6 mar. 1892, p. 1

CARNAVAL NAS TRÊS CIDADES. **Correio de São Félix**. 6 de mar. 1961, p. 4

CHULA. **A Patria**. São Félix. 8 mai. 1892. p. 2

DINIZ, J. Péricles. **O papel do jornal na construção social de identidades**. Salvador, Enecult, 2008.

DOCE TERRA. **Nicsa**. Dezembro. 1986, p.2

FESTAS. **Mobrasa**. 1984. Março. 1984, p. 5

LETRAS SOLTAS. **A Patria**. São Félix. 11 jan. 1892, p. 1

MORENA. **Correio de São Félix**. 6 de out. 1951, p.4

MUNDANIDADE. **Correio de São Félix**. 11 de fev. 1971, p. 2

MUNDANIDADE, **Correio de São Félix**. 26 de agosto. 1960, p.2

NOTÍCIAS. **Correio de São Félix**. 10 de fev.1951, p.4

NOVA, Luiz. **A cidade estado, na Bahia, permanências mutantes**. Revista Cultura Visual: Salvador, N° 11, novembro/2008. Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcvisual/article/view/3375/2467>.

NOVA, Luiz & FERNANDES, Taiane. **Baianidade (Verbete)**. In: Mais definições em trânsito. Salvador: FACOM/UFBA, 2007. CD-Rom.

NOVA, Luiz, Miguez, Paulo César. **O mito baiano: Viço, vigor e vícios**. Trabalho apresentado no IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 28 a 30 de maio de 2008, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

NOVO BRASI, **Correio de São Félix**. 1971, p.2

PASSADISMO. **Correio de São Félix**. 3 de fev . 1951, p. 2

PENA, Felipe. **1000 perguntas Jornalismo**. Rio de Janeiro, Ed. Rio, 2005.

SANTOS, João Batista Nascimento dos. **O negro representado na revista raça Brasil: a estratégia de identidade da mídia étnica**. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5669/000429421.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 2 de agosto.2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**, Rio de Janeiro: Vozes Brasil. 2008.

SIMONETTI JR, João Carlos. **Jornalismo e identidade: uma abordagem discursiva**.

Anais do 24. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande/MS, set 2001 [cd-rom]. São Paulo: Intercom, 2001.

O LOBOLO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A ATUAL SOCIEDADE DO SUL DE MOÇAMBIQUE. TEXTOS DO WLSA E SEU OLHAR PARA AS QUESTÕES REFERENTES A MULHER MOÇAMBICANA

Flávia Palha¹

Criada em 1989, a WLSA (Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust) é uma organização não governamental regional (ONG), que faz pesquisa sobre a situação dos direitos das mulheres, em sete países da África Austral: Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabwe. Define-se como organização feminista por reconhecer que paira nas sociedades onde desenvolve trabalhos, injustiça para com uma parcela significativa de mulheres, que ainda não gozam de plena cidadania e acesso a recursos. Para a mesma, as relações de gênero, pautadas em sistemas onde se vigora a dominação patriarcal, estão fadadas a desigualdade na distribuição de poder entre homens e mulheres. Dessa forma a WLSA se coloca contra toda e qualquer ação que subordine a mulher, defendendo por sua vez caminhos de igualdade de gênero.

Até o ano 2000, a maioria de suas oficinas nacionais possuíam relação muito estreita com instituições de ensino superior, em Moçambique por exemplo a organização constituía um departamento do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, tornando-se independente da Universidade, passa a adquirir personalidade jurídica e reconhecimento oficial. Depois do registo como associação, de acordo com a legislação moçambicana, constituiu os seus órgãos sociais em Abril de 2003.

Seu viés marcadamente político, faz-se notório ante suas buscas por mudanças nas Leis e Políticas Públicas, além de pleitear o acesso a justiça e sua administração, no que se refere as praticas sociais. Para o WLSA intervenções são necessárias para que as mulheres tenham chances reais de portarem-se contra toda e qualquer forma de discriminação, o que só será possível mediante ao empoderamento destas mesmas mulheres.

¹ Estudante do 5º. Semestre de Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. Osmundo Pinho.

O WLSA contribui de forma substancial para que avanços ocorram rumo ao maior conhecimento da situação dos direitos humanos das mulheres em Moçambique, tomando como pressuposto teórico o fato das relações sociais entre homens e mulheres serem estruturadas por poderes que se sustentam ante a contínua subalternidade feminina. É dentro desta perspectiva que a WLSA tem desenvolvido pesquisa e contribuído para alteração do quadro legal, destacando-se nesta área de intervenção a participação ativa na elaboração, aprovação e divulgação da Lei da Família e na elaboração do Ante Projeto da Lei Contra a Violência Doméstica.

Se desde a independência (nos referimos neste momento aos anos 80) foi concedido e aceito o ingresso expressivo de mulheres junto as instituições de ensino, o que era marcado pelo discurso da FRELIMO de promoção de igualdade, emancipação feminina, mesma ênfase não foi dada a diversidades de homens ou mulheres, antes, papeis foram reforçados , em especial os que colocavam mulheres como mães ou educadoras. Uma igualdade que para as colaboradoras do WLSA é vista como formal, é suscitada, visto que na pratica o que é vivenciado por estas mulheres é a possibilidade de serem alfabetizadas, trabalharem e possuírem salários iguais (o que não corresponde a realidade de uma parcela significativas de mulheres), devendo as mesmas entretanto seguirem como mães e esposas. Impedimentos podem ser observados também na clara defesa das políticas do Estado Moçambicano, quando por exemplo interfere no uso de calças justas e proíbem expressões de carinho em público, atos com alto teor moralizante.

Nos anos 90, ante uma nova Constituição, maior intervenção das ONGS e da população, um número significativo de mulheres passam a ter maior poder de decisão, através do ingresso em órgãos de decisão, quer na administração pública, no bojo dos partidos, da Assembléia da Republica e do governo. O que não equivale dizer que estas mulheres advogam a causa das transformações das relações sociais de gênero. Serem quase 40% no parlamento não tornou o mesmo mais atento as causas das mulheres moçambicanas. Maria José Arthur , em seu artigo de 2008. A propósito da discussão da proposta de lei contra a violência doméstica: de que adianta um grande número de mulheres no Parlamento, narra que o encontro com a bancada das deputadas, deixou claro que as mesmas não defendem os interesses das suas eleitoras, e que não percebem a obrigatoriedade deste dever, antes deixam-se guiar pela “cultura moçambicana”,

designação que como a própria Maria José Arthur aponta, não foi aprofundada por nenhuma delas.

Como o artigo O caso das eleições legislativas de 2001. Uma análise de gênero, Conceição Osório, bem pontua que paira no discurso masculino ainda em 2005, quando o artigo é publicado a certeza que poder, sua representação e exercício, constituem-se como coisas natas ao homem, a mulher na política caberia o papel de mobilização e tolerância. Partidos de oposição por sua vez, incluem mulheres em suas fileiras desde que estejam cientes, que suas atuações serão tidas como complementares e estarão sujeitas as orientações dos partidos, sendo postas de lado as mulheres “diferentes”, as que debatem, são agressivas no sentido de possuir a capacidade de segundo a autora “ir até o fim”. Uma questão a ser posta é que mesmo a tendência que fala em discurso de igualdade, colocando a questão no plano da educação, da necessidade de ingresso de um número maior de mulheres nas redes de ensino, não discutem o modelo cultural, o que faz com que sigam defendendo a despeito do discurso de igualdade o ideal de complementaridade feminina, dessa forma o exercício do poder destas mulheres, mesmo as políticas, poderia ser exercido por meio do cuidar dos outros, algo para o mesmos essencialmente feminino.

Ante o discurso do que julgam ser essencialmente feminino, não se valoriza a diferença não se atenta para as reais experiências femininas, antes as subalternam mais uma vez, perde-se muito dessa forma em conquistas políticas.

Para o WLSA, como Conceição Osório bem assinala: “a democracia é indispensável, mas não é por si só suficiente para eliminar a estrutura da desigualdade de gênero.” A compreensão da amplitude desta frase se faz mais nítida, quando tomamos conhecimento que ao mesmo tempo em que defende a luta por igualdade na esfera política, civil e pública, a FRELIMO segue promovendo os moldes tradicionais de família, onde a hierarquia vigente impõe posições que relegam a mulher para o segundo plano. Opondo-se a isso o WLSA lança como proposta que os modelos sociais sejam revistos, independentemente da organização política, visto que fatores culturais ainda servem como pilar para que o exercício do poder se dê em função do sexo, sexo masculino.

Um dado curioso é que ao analisarmos os documentos emanados das organizações femininas dos partidos FRELIMO e RENAMO, constata-se que o que é defendido por estes partidos, nem sempre correspondem ao que é pregado por suas organizações de mulheres, dessa forma a Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM), pertencente a FRELIMO não ofertam a mesma ênfase que o partido na qual estão inseridas, dão aos idéias de igualdade de gênero. A Liga Feminina da RENAMO, por sua vez, apesar de qual seu partido defender os papéis tradicionais, inicia ações que indicam que passam a defender a busca por pelos direitos humanos das mulheres.

A WLSA Moçambique e o Fórum Mulher, numa publicação intitulada Lei da Família. Falemos de igualdade e justiça, de maio de 2003, responde uma questão que é colocada a todos e todas que realizam leitura sobre as relações de gênero e o discursos políticos em Moçambique: se a FRELIMO, defende a emancipação da mulher, por que tão grande é o atraso nas questões referentes a mulher, como no caso da revisão da lei da família que foi extremamente lenta, visto que em 1978 se empreende tentativa de revisá-la, o que só se deu em 1998, e ainda assim como inicio desde processo de revisão? Em resposta a este questionamento, o que se conclui é que os discursos da FRELIMO, não se concretizaram com a mesma intensidade, na realização e pratica dos mesmos, haja vista a pauta ainda atual da busca pelos direitos humanos das mulheres em Moçambique.

Percebe-se que um dos empecilhos a Lei da Família, é a ideia de o que é tratado por ela é tão somente de foro íntimo, privado. Muitos políticos não percebem ainda que o que ocorre nos lares, quando se ofende, fere ou prejudica alguém, torna-se questão de interesse de todos, passível de ser regida por leis, e o que se acordou em Convenções internacionais. O problema é que as relações entre homens e mulheres, ainda estão firmadas em praticas não igualitárias, que divergem do acordado em âmbito nacional e internacional. A WLSA nos diz que a tensão gerada pelo abismo do que se vive e o que é expresso nas leis, é denominada de confronto de culturas, dessa forma o Parlamento ao fazer uso desta, acusa a Lei da Família, de ser proposta a ir “contra a cultura”, o que evidencia que tanto a cultura, quanto a religião são utilizadas para legitimar a limitação dos direitos das mulheres, servindo com explicação para a violação dos direitos humanos. A cultura é alavancada assim ao posto do sagrado, e como tal torna-se algo a não poder ser alterado, a WLSA porta-se contra tal pensar, visto que para a mesma, cultura é algo que sofre mudanças, apresenta diversidade. Para a mesma não se descarta o legado dos que vieram antes, antes se valoriza a cultura em seu local de criatividade, movimento, concretude do dia a dia, ante a luta por sobrevivência, no ato de alimentar e cuidar dos filhos. Cultura para mulheres e homens, como algo a legitimar a humanidade comungada.

Desse modo, fazer uso da cultura para fins que desemboquem em repressão, torna-se ato criminoso, que traz a tona o velho problema das hierarquias que seguem sendo conservadas. Cultura como meio de controle e ferramenta injusta de poder, nada mais é neste contexto do que falho argumento para se negar direitos humanos as mulheres. Se o controle da cultura está na mão dos homens, ela é usada para justificar a opressão imposta as mulheres, algo que para o WLSA deve ser mudado visto que a visão das mulheres, seus pensares e praticas, também representam e estão inseridos na cultura de Moçambique.

Valuarda Monjane, integrante do WLSA, num belíssimo artigo seu, chamado Quando éramos meninas novas, publicado no site da WLSA, descortina aos leitores fragmentos do universo experimentado pelas mulheres moçambicanas, ela assim inicia seu texto:

Quando éramos meninas novas, a um dado passo de nossas vidas sempre sentíamos que por um motivo qualquer não éramos iguais aos nossos irmãos e só lentamente fomos entendendo por que: porque enquanto os homens tinham sido feitos para viver no mundo, as mulheres tinham sido feitas para servi-los e permitir-lhes uma vivência ainda mais tranquila.

“Porém, a mim o que mais me admirava, não era apenas essa constatação; o que mais me intrigava era como as coisas tinham sido construídas de forma tão perfeita de modo a justificar essa supremacia masculina...”

A autora traz a baila o modo como são engredadas as relações de gênero, que em suas palavras correspondem a um jogo antigo e por isso mesmo, enraizado de modo a parecer que se sempre foi assim, nada pode ser mudado, restaria as mulheres caminhos de conformação. A socialização destas mulheres estaria firmada então no ato de servir, serem pacientes e conformadas, visto serem tidas como fisicamente mais fracas e logo dependentes dos homens, em função de sua inferioridade psicológica. Os homens, estes seres que para elas seriam para estas mulheres, fortes e completos, percebemos mais vez que é negada a completude da mulher, vimos isso em relação a política, e agora no seio da família. A concepção da mulher como ser incompleto, faz com que recaia sobre ela desde cedo, a imposição de dificuldades para sua ida a escola, ingresso nas Universidades, o que não é visto com maus olhos pela maioria das famílias, visto que o apice da vida feminina, ainda está no casamento. O que muda neste cenário, é que cada vez mais mulheres passam a questionar seus papéis, ainda que sejam as mães destas, a possuírem papel decisivo na educação dos filhos, seguem como as maiores

disseminadoras do modelo patriarcal, o que move as feministas daquele país na atualidade, para a conscientização não só dos homens, mas das mulheres também.

Para traçarmos um quadro da realidade social de Moçambique, urge que nos apeguemos primeiro a questão da pobreza, e faremos isso em grande medida, pautadas no artigo Dinâmicas familiares e percepções de pobreza e gênero em Moçambique, de Ana Maria Loforte, cuja publicação se deu em fevereiro de 2008, o que evidenciará que os fatos apresentados, recentes o são. A frase emblemática que abre o artigo, diz que “as pessoas não são passivas da pobreza”, e isto por que as mesmas não são resignadas, antes elaboram estratégias que lhes garantam sobreviver. Faz-se importante dizer que melhorias ocorreram nos serviços prestados em Moçambique, principalmente em relação a educação, saúde e água, o que ainda assim não representou significativo impacto nas comunidades pobres. O curioso é que enquanto oitenta por cento dos chefes das famílias, afirmam que a pobreza segue devastadora, e isso em grande medida em função do declínio da produção agrícola, da diminuição dos trabalhos, do pouco acesso aos créditos, dentre outras coisas, entidades como a IDA (Associação Internacional de Desenvolvimento) atrelada ao Banco Mundial, tendo espaço mesmo no site do Governo de Moçambique, diz em seu relatório IDA em funcionamento de abril de 2007, que entre as principais conquistas daquele país está a retomada da agricultura junto ao crescimento da força de trabalho e as melhorias nos rendimentos agrícolas, afirmando ainda que o crescimento do país tem sido de 8 %, que a pobreza foi reduzida (quase três milhões de pessoas saíram da pobreza extrema entre 1997 e 2003)

Retornando ao texto do WLSA, fica claro que o modo como as relações de gênero são processadas, sendo o poder das decisões e responsabilidades delegado ao sexo masculino, evidencia uma desigualdade de poderes, fator importante no entendimento do desenvolvimento da pobreza e no combate a mesma. Apesar das vastas definições de pobreza, nos ateremos aos pontos comuns, como a ausência de bens essenciais, dinheiro, não acesso a recursos produtivos, serviços e infra-estruturas, o não possuir capulanas (veste tradicional feminina de Moçambique, elas são grandes cortes de tecido ricamente coloridos, que são usadas sobre as roupas), é visto como pobreza ainda o isolamento e a solidão (um homem ou mulher que não consegue casar nesta ótica, é muitíssimo pobre).

Outro problema a comprometer a realidade social de Moçambique são os altos índices de casos de AIDS, e a conseqüente imposição da culpa pelas contaminações as

mulheres. Teresa Cruz e Silva e Ximena Andrade, trabalham com esta questão em especial num artigo chamado “Feminização do SIDA em Moçambique”, onde estudam o fato com mais afinco na cidade de Maputo (capital de Moçambique) , Quelimane e o distrito de Inhassunge na província da Zambézia, cuja publicação se deu em fevereiro de 2005. Para as mesmas, a partir de um relatório da ONUDIDA de Novembro de 2004, nos é apontado que as mulheres são as principais atingidas pela infecção, principalmente as jovens entre 15 e 24 anos, isto em grande medida devido aos casos de violência sexual doméstica e sua posição subalternas nas relações de gênero. Ante a essa vulnerabilidade se percebe que aumenta o número de órfão maternos, de filhos de pessoas portadoras do vírus, de crianças que nascem com a doença. O WLSA entende que urge compreender e caracterizar as vivências sexuais e reprodutivas destes homens e mulheres, em seu contexto de moldes patriarcais.

Para se pensar em como se dá as práticas reprodutivas, é necessário entender o problema que assola suas mulheres através dos abortos, que não contam com as condições necessárias para sua efetivação. Nisto está o grande trunfo do texto de Fernanda Machungo, intitulado “O aborto inseguro em Maputo”, de maio de 2004, para ela o aborto inseguro é um problema de saúde pública, não só por matar muitas mulheres, mas também pelo que ocorre com as que sobrevivem que possuem os úteros lacerados em seu colo, graves infecções, hemorragias, perfurações uterinas, dentre outras coisas como dor pélvica crônica e a infertilidade , o que desemboca em perdas sociais para a mesma como a extinção da família e o ostracismo .

Se durante muito tempo uma lei do século 19, até pouco tempo apontava o aborto em qualquer circunstância como ato, era proibido e penalizado, tal proibição fazia com é as mulheres que desejavam abortar engrossavam as fileiras dos locais clandestinos, sem condições de higiene e segurança, que ceifaram a vida de muitas. Diante deste problema gritante o Ministério da Saúde passa a autorizar a interrupção de gravidez onde medidas contraceptivas não tenham logrado êxito, quando fosse alegado motivo socioeconômico, desse modo na atualidade qualquer gravidez até as 12 semanas pode ser interrompida, e isso ante um pedido feito pela mulher ou pelo casal, adolescentes até os dezoito anos precisam da autorização dos pais.

A questão em torno da necessidade do aborto deve ser situada no fato de que a maioria destas mulheres são jovens, não estão em uma relação estável, estando ainda em desvantagem em relação a educação, habitação e família, elas representam o extrato

social mais baixo. Como se não bastasse as mesmas em mais de oitenta por cento não possuem conhecimento de que poderiam recorrer a abortos em instituições públicas, sendo que a gravidez não desejada é maior entre as adolescentes, que entre os 15 e 19 anos já possuem um filho, o que pode ser explicado dentre outras coisas pela ausência de educação sexual nas escolas, o que impede que elas tomem conhecimento de métodos contraceptivos, e pelo fato de falar de sexo, ainda se constituir um tabu entre pais e filhos. Não recebendo informações em casa ou na escola, as mesmas ainda são obrigadas a deixar a escola em muitos casos. Como solução para a questão, a autora afirma:

“É fácil dizer que o empoderamento da mulher é uma condição para o exercício dos direitos reprodutivos. O que isto significa, na prática, é um longo e lento processo multissetorial ao longo de gerações, que inclui entre outros aspectos, a mudança de atitudes, a educação, o progresso socioeconômico e o desenvolvimento do poder financeiro e político das mulheres.

O progresso requer esforços de muitas forças e grupos sociais e sectores. Entre outros aspectos, há que promover maior educação pública sobre os problemas da saúde reprodutiva das mulheres, as suas causas e efeitos, promover a educação sexual nas escolas e promover maior e mais fácil acesso à contracepção e facilidades de aborto seguro nos casos de gravidez indesejada. Esforços nestas áreas podem começar a produzir resultados positivos a curto ou médio prazos”.

A guisa de conclusão, fazendo uso de um texto publicado no WLSA de 2002, chamado A situação legal das mulheres em Moçambique e as reformas atualmente em curso, de Conceição Osório e Maria José Arthur, onde as mesmas afirmam que a mulher no presente momento, entende que cidadania está para além do direito ao voto, antes cidadania diz respeito a igualdade de responsabilidades entre homens e mulheres. Cidadania evoca direito a educação, saúde e trabalho. Dessa forma cidadania está no direito ao controle pessoal do corpo e da sua sexualidade, assim como a possibilidade de acesso a terra. Cidadania emerge assim em grande medida como fruto do desempenho dos movimentos feministas e das agências internacionais das Nações Unidas, que auxiliam essas reivindicações ao trazê-las para o debate internacional, fazendo com que o Estado tenha compromisso mais explícito, na busca por fim da discriminação de gêneros, através das elaborações e ratificações de Convenções, e consequente adoção de mecanismos de execução. As autoras afirmam que vive-se no momento estágio em a

posição subalterna da mulher não é mais socialmente aceitável, o que fez pressão para que reformas legais que garantissem a igualdade de direitos, tivessem mais estímulo.

Desafios se colocam frente a estas conquistas ainda assim. Maria José Arthur bem discute sobre isso no artigo Lei da Família, ativistas e a cidadania das mulheres, de 2002, ao lembrar que assim como em muitos países da África Austral, o ato de conceder cidadania às mulheres, ainda é feito por meio do merecimento, naquilo que denomina de “ cidadania de mérito”, que seria aquela concedida as mulheres que tiveram participação na luta armada, portaram-se a favor da causa anti-colonial, a estas deveria ser dado utilizando a expressão da autora, ‘alguns direitos’. Nisso repousa a idéia da ideologia dominante, que cabe a mulher provar que merece o direito e que saberá usá-lo, ainda assim tais concessões para os mesmos só deveria ser dada a medida que as mulheres fossem adquirindo consciência. No entanto uma armadilha capciosa é imposta aos movimentos de mulheres que pleiteiam a por mais direitos, visto que lhes é pedido que provem que representam de fato todas as mulheres, invocando neste momento a diversidade presente entre as mulheres, o que não ocorre nas medidas políticas quando a proposta e a referência de mulher, é a de pertencente a uma categoria única e homogênea, essencial, natural e que não é passível de mudança. Infelizmente, para efeito das políticas oficiais faz-se implicitamente referência a uma categoria “mulher”, única e homogênea, que tem a ver com uma concepção essencialista sobre uma natureza feminina e imutável. Assim tal qual já bem mencionamos existem abismos entre os discursos políticos e a efetivação dos mesmos. A WLSA segue enquanto baluarte na África Austral e inspiração para o mundo, na luta pelo fim da subalternização da mulher.

.

Bibliografia:

CASIMIRO; Isabel. Feminismo e direitos humanos das mulheres. Publicado em “Outras Vozes”, nº 6, Fevereiro de 2004.

OSÓRIO; Conceição; ARTHUR; Maria José. A situação legal das mulheres em Moçambique e as reformas actualmente em curso. Publicado em “Outras Vozes”, nº1, Outubro de 2002.

ARTHUR; Maria José. Lei de Família, ativistas e a cidadania das mulheres. Publicado em “Outras Vozes”, nº 1, Outubro de 2002.

ARTHUR; Maria José. As mulheres não são de confiança. Publicado em “Outras Vozes”, nº 2, Fevereiro de 2003.

AFONSO; Irene. O crime de violação na legislação em Moçambique. Análise legal do disposto no actual Código Penal. Publicado em “Outras Vozes”, nº 2, Fevereiro de 2003.

Lei de Família: Falemos de igualdade e justiça. WLSA Moçambique e Fórum Mulher. Publicado em “Outras Vozes”, nº3, Maio de 2003

ARTHUR; Maria José. Assédio sexual e violação nas escolas. Recortes de Imprensa. Publicado em “Outras Vozes”, nº 3 , Maio de 2003.

LOFORTE; Ana Maria. Mulher, poder e tradição em Moçambique. Publicado em “Outras Vozes”, nº 5, Novembro de 2003.

ARTHUR; Maria José. Chiluva, nome de flor, de mulher e de... preservativo. Publicado em “Outras Vozes”, nº 5, Novembro de 2003.

OSÓRIO; Conceição. Algumas reflexões sobre a abordagem de género nas políticas públicas sobre o HIV/SIDA. Publicado em “Outras Vozes”, nº6, Fevereiro de 2004.

ARTHUR; Maria José. Violência contra as mulheres, percepções e estratégias. Perspectivas da sociedade civil. Publicado em “Outras Vozes”, nº 6, Fevereiro de 2004.

MACHUNGO; Fernanda. O aborto inseguro em Maputo. Publicado em “Outras Vozes”, nº 7, Maio de 2004

ARTHUR; Maria José; CABRAL; Zailda. Essas gravidezes que embaraçam as escolas. Violação dos direitos humanos das jovens adolescentes. Publicado em “Outras Vozes”, nº 7, Maio de 2004

LOFORTE; Ana Maria. Políticas e estratégias para a igualdade de género: constrangimentos e ambiguidades. *Publicado em “Outras Vozes”, nº 8, Agosto de 2004*

TEMBA; Eulália. O significado da viuvez para a mulher. Publicado em “ Outras Vozes”, nº 9, Novembro de 2004.

ARTHUR; Maria José. Mitos sobre violência doméstica e a proposta de lei. Publicado em “Outras Vozes”, nº 9, Novembro de 2004.

ARTHUR; Maria José.MEJIA;Margarita. Da agressão à denúncia: análise de percursos de mulheres. *Publicado em “Outras Vozes”, nº 12, Agosto de 2005.*

ARTHUR; Maria José. As boas meninas e as feministas. Publicado em “ Outras Vozes”, nº 12, Agosto de 2005.

OSÓRIO; Conceição. O caso das eleições legislativas de 2004, em Moçambique. Uma análise de gênero. Publicado em “ Outras Vozes”, nº11, Maio de 2005.

Comunicados pela “Eliminação da Violência Doméstica”. Fórum Mulher, WLSA, Moçambique, AMMCJ, MULEIDE. Publicado em “ Outras Vozes”, nº 13, Novembro de 2005.

OSÓRIO; Conceição. O abuso sexual no contexto da construção da sexualidade feminina. Publicado em “ Outras Vozes”, nº 13, Novembro de 2005.

ARTHUR; José. Violência contra as mulheres e cumplicidades masculinas.Opinião.Publicado em “Outras Vozes”,nº13, Novembro de 2005.

Comunicado do Fórum Mulher. Não é controlando o vestuário das mulheres que se pode travar a epidemia do SIDA. *Publicado em “Outras Vozes”, nº 14, Fevereiro de 2006*

OSÓRIO; Conceição. Sociedade matrilinear em Nampula: estamos a falar do passado?

Publicado em “Outras Vozes”, nº 16, Agosto de 2006

MONJANE; Valuarda. Quando éramos meninas novas. *Publicado em “Outras Vozes”, nº 16, Agosto de 2006*

MONTEIRO; Ana Cristina. Quando os políticos legitimam a violência doméstica...
Publicado em "Outras Vozes", nº 16, Agosto de 2006

ARTHUR; Maria José; MEJIA; Margarita. Instâncias locais de resolução de conflitos e o reforço dos papéis de género. A resolução de casos de violência doméstica. Publicado em "Outras Vozes", nº 17, Novembro de 2006.

OSÓRIO; Conceição. Identidades sociais/identidades sexuais: uma análise de género.
Publicado em "Outras Vozes", nº 17, Novembro de 2006.

LOFORTE; Ana Maria. Noções de sexualidade: respondendo às necessidades dos jovens em matéria de saúde sexual e reprodutiva. Publicado em "Outras Vozes", nº 19, Maio de 2007.

OSÓRIO; Conceição. A socialização escolar: educação familiar e escolar e violência de género nas escolas. *Publicado em "Outras Vozes", nº 19, Maio de 2007.*

MONTEIRO; Ana Cristina. Não reconhecimento da União de Facto: uma forma de discriminação contra as mulheres. Publicado em "Outras Vozes", nº 20, Agosto de 2007.

OSÓRIO; Conceição. Acesso e exercício do poder político pelas mulheres. Publicado em "Outras Vozes", nº 21, Novembro de 2007.

ARTHUR; Maria José. A propósito da discussão da proposta de lei contra a violência doméstica: de que vale ter um grande número de mulheres no parlamento? Publicado em "Outras Vozes", nº 22, Fevereiro de 2008.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NÃO É AMOR. BASTA! O que é que uma lei contra a Violência Doméstica deve garantir. Comunicado publicado no jornal Savana, no mês de Dezembro de 2007.

LOFORTE; Ana Maria. Dinâmicas familiares e percepções de pobreza e género em Moçambique. *Publicado em "Outras Vozes", nº 22, Fevereiro de 2008*

COSSA; Misete Getesemane. Persistência da desigualdade: quando é que as mulheres poderão decidir por si mesmas? Opinião. Publicado em "Outras Vozes", nº 23, Maio de 2008.

OSÓRIO; Conceição. Identidades de género e vida sexual. Publicado em “ Outras Vozes”, Maio de 2008.

SITHOE; Yolanda. Poligamia: tudo em nome da “tradição”. Opinião. *Publicado em "Outras Vozes", nº 26, Março de 2009*

LOFORTE; Ana Maria. Os movimentos sociais e a violência contra a mulher em Moçambique: marcos de um percurso. *Publicado em "Outras Vozes", nº 27, Junho de 2009*

CUMBI; Alberto. Mulheres com formação superior e emprego remunerado: mulheres emancipadas? *Publicado em "Outras Vozes", nº 27, Junho de 2009.*

DEIXANDO CAIR O VÉU... A violência doméstica contra as mulheres na comunicação social. *Publicado em “Outras Vozes”, nº 24-25, Fevereiro de 2009.*

ANDRADE; Ximena. Proposta de lei contra a violência doméstica: processo e fundamentos. *Publicado em “Outras Vozes”, nº 26, Março de 2009*

REGIONALIZAÇÃO DA RIQUEZA NO RECÔNCAVO DA BAHIA: CACHOEIRA (1837-1889)

Uelton Freitas Rocha¹

Este artigo busca apresentar, ainda de forma parcial, os resultados da nossa pesquisa de iniciação científica desenvolvida nos dois últimos semestres; concernente ao edital PIBIC 2009/2010. Destacaremos como temos buscado associar a análise das fontes primárias e da vasta contribuição da historiografia a fim de entender a dinâmica da riqueza privada dos cachoeiranos durante o segundo reinado brasileiro e, em certa medida, a da própria economia da região. Utilizamos como fontes primárias os inventários *post-mortem* que estão sob a custódia do Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) para os anos de 1837 há 1889, na sua totalidade; um *corpus* documental de, precisamente, 1336 fontes, das quais pesquisaremos 1286, tendo sido descartados 50 inventários deste montante, pois não correspondia a nossa região de estudo. Até o momento já pesquisamos, aproximadamente, 410 processos do total para o período.

Dentre as diversas preocupações dos estudiosos das fortunas - via de regra, estudos de natureza serial - talvez, a de mais difícil solução seja a questão metodológica. Dito de outra forma, qual caminho seguiremos, no universo vasto de informações, para estabelecermos critérios de classificação? A pergunta, de fato, não tem uma resposta simples, nem única. A literatura sobre a temática valeu-se de inúmeras maneiras para dar sentido aos dados encontrados e à própria narrativa histórica em suas respectivas pesquisas. Nossa proposta de metodologia seguirá duas frentes: a primeira se refere a coleta de dados e a sua organização classificatória seguiu, enormemente, a proposta colocado pela trabalho *Fortunas em Movimento* de autoria de Rita Almico, para a Zona da Mata Mineira.²

Os inventários, assim como os processos cíveis e criminais, são fontes cartoriais do Poder Judiciário. Eles permitem pensar e discutir a evolução do patrimônio e diferenciar os diversos níveis de riqueza³, mas não só isto. É possível retirada de

¹ Estudante do Curso de História. Orientadora: Rita Almico.

² ALMICO, Rita de Cássia. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora 1870/1914*. Unicamp, Instituto de Economia, 2001.

³ CANABRAVA, Alice P. *Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67*. In: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: FGV, out/dez 1972.

informações, das mais variadas, relativas não só ao estudo da História Econômica como as dívidas ativas e passivas. As questões de costumes são realizáveis, pois a descrição minuciosa de móveis, roupas, por exemplo, já servem para denotarmos isso. Neste documento, diferente dos inventários atuais, há uma descrição pormenorizada e, por isso, bastante qualitativa do indivíduo falecido. Em outras palavras, apresenta-se uma explicação, detida, desde um simples baú, caixas, cadeiras, mesas até os cativos, assim como, as dívidas adquiridas ou concedidas em vida pelo inventariado⁴.

As primeiras informações que encontramos no seu corpo, via de regra, são específicas ao indivíduo falecido, dentre elas estão: naturalidade, estado civil, filiação, ano da sua morte e, por vezes, a sua profissão. Terminado este primeiro processo, passa-se então para identificar a quantidade, característica e preço dos seus bens.⁵

Classificamos os bens, neste trabalho, respeitando a nomenclatura histórica. Os primeiros itens descritos, após a apresentação do inventariado, são, geralmente, os *Móveis* (catres, mesas, armários, caixas, baús, cadeiras, oratórios e muito outros), seguidos dos *Semoventes* (escravos e animais), *Bens de Raiz* (terras, casas, casas comerciais e benfeitorias). Na sequência, ainda, as *Joias*, *Roupas* e *Utensílios domésticos*. As peças “preciosas” são descritas levando em consideração seu peso, em oitavas, mas também, o seu acabamento e detalhe da fabricação; um simples colar com o mesmo peso de outro mais acabamento, custará menos. As roupas são apresentadas levando em consideração o material do qual é composto, se algodão, linho, seda. Além disso, esmiúça-se o seu aspecto físico, se velho ou novo. Por fim, os utensílios domésticos, são eles: bacias, tachos⁶, colheres, garfo⁷ dentre outros são detalhados sendo levado em consideração o peso e a condição de uso.

Na parte conclusiva do processo, temos as *Dívidas Ativas* (a receber) e as *Passivas* (a saldar). Apresentam-se as partes envolvidas neste processo creditício, ou seja, quem é o devedor e, por outro lado, o nome do credor. É comum o aparecimento do motivo desta relação de crédito, se por empréstimo a juros, por venda de mercadorias. No fim, temos o *Auto de Partilha*, onde são compilados e somados todos

⁴ Inventariado é o indivíduo falecido. O inventário pode conter mais de um inventariado, quando isto ocorre é comum o levantamento de bens do casal

⁵ MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfose da Riqueza, São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec/Prefeitura do Município de São Paulo/ Secretaria Municipal da Cultura, 1985. p. 27

⁶ Os tachos, bacia, assim como outros recipientes são de cobre, em sua maioria

⁷ Os talheres usados eram de prata, grande parte, sendo comum o uso em diversas camadas sociais, no entanto, os mais ricos têm conjuntos inteiros e mais trabalhados em detalhes.

os bens do inventariado e é posto, desta maneira, o seu *Monte-mor*⁸, sendo executada a partilha entre os herdeiros.

Acreditamos que os pertences das pessoas caracterizam, de forma singular, o tipo de vida que elas possuíam, além é claro, de versar sobre o seu universo social. Desta forma, apontaremos se sua profissão foi responsável pelo seu acúmulo de riqueza ou a sua bancarrota. Além de tudo, o passar dos anos reflete as marcas dos antepassados como denotou Zélia Maria Cardoso de Mello⁹:

A fortuna reflete a formação e acumulação de capital no curso da vida de um homem e muitas vezes a acumulação no de vidas pretéritas. É o resultado da atividade durante sua vida e de seus antepassados. Cada inventário contém gama enorme de notícias sobre a vida do indivíduo. Estudá-lo, significa conhecer cada pessoa em sua intimidade: como morava, os seus móveis, os livros e objetos de arte que por ventura possuísse, como se apresentava sua casa. Os bens móveis permitem precisar a diferença social no interior das sociedades, quais indivíduos possuem os mais confortáveis, mais ricos. Os bens imóveis, mais permanentes, indicam as possibilidades de rendimento; avaliados no local onde se situam, além de permitir a localização espacial da riqueza dos indivíduos, nos informam se suas receitas provêm da exploração agrícola – no caso de propriedades predominantemente rurais, se de aluguéis – quando urbanas - ou as duas coisas. Neste sentido, indicam as atividades dos indivíduos. Os valores mobiliários refletem a suscetibilidade dos indivíduos à inovação econômica, além de constituírem indicador da maior ou menor complexidade da economia. (p.28)

Portanto, os inventários dão uma vasta possibilidade de inserção neste cenário econômico. Este acaba por ainda revelar as transformações mais imediatas na economia, pois acreditamos que estas também se expressam através das fortunas privadas. Neste movimento teremos a constatação de mudanças sociais importantes, como foi o caso da obra citada anteriormente.

Em toda pesquisa as fontes merecem críticas e os inventários não são, por assim dizer, uma exceção a regra. Os indivíduos nem sempre morrem todos ao mesmo tempo, o que as vezes provoca uma grande quantidade de fontes para um determinado período, mas poucas em outro. Outra dificuldade é quando uma determinada pessoa mora durante toda sua vida em Cachoeira, por exemplo, portanto, enriqueceu e/ou

⁸ O Monte-mor é a soma de todos os bens inventariados. A partir dele se faz a partilha; divisão entre os herdeiros.

⁹ MELLO, Zélia Cardoso de. Op. cit. p.26-29.

empobreceu neste local, todavia morre em Salvador. Além, é claro, de recortar um pequeno número das pessoas que viveram em determinada região e período.¹⁰

A nossa segunda proposta metodológica foi possível graças ao número significativo de documentos analisados e a diversidade regional encontrada. A historiografia que se debruçou sobre o Recôncavo da Bahia nas suas mais variadas porções é eloqüente em afirmar a sua diversidade tanto social como produtiva.¹¹ A nós interessa perceber como esta estrutura, da região de Cachoeira, influenciou o padrão do acúmulo de bens. Assim, buscaremos evidenciar as várias regiões dentro de uma mesma cidade subdividindo-a.

É importante frisarmos que, a economia brasileira do final do século XIX segue a proposição colocada por João Manuel Cardoso de Mello¹², ou seja, ela é mercantil, escravista e nacional, portanto haverá, digamos assim, “padrões” comuns do engrandecimento dos montantes privados. Por outro lado, peculiaridades regionais devem ser levadas em consideração, pois elas influenciam na riqueza inventariada. A partir desta idéia sugerimos uma divisão da região de Cachoeira em três áreas com características muito próprias.

A primeira área compreende o núcleo urbano desta cidade que são: Cachoeira e o Porto de São Félix; zonas que têm suas riquezas eminentemente ligadas ao comércio, pois eram importantes centros de contato entre a produção do Recôncavo e do Sertão com destino a Cidade da Bahia, sendo o contrário também percebido. Como principais ativos nestas localidades estão os *Bens de Raiz*, notadamente, as moradas de casa (térrea e sobrado), casas comerciais e, mesmo, armazéns para estocagem de produtos como o açúcar e o tabaco, sobretudo. Como se tem aqui o núcleo urbano principal da zona estudada é marcante, portanto, a presença de comerciantes, sendo elemento fundamental da riqueza deste grupo social as dívidas ativas (a receber); enquanto que, a posse cativa frente as outras localidades, é mais diminuta. Os negociantes mais destacáveis são de fazenda, secos e molhados e de tecidos. É comum o aparecimento de profissionais liberais: médicos, advogados entre outros, na região mais urbanizada neste período.

¹⁰ Idem, ibidem. p.29.

¹¹ BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

¹² CARDOSO DE MELLO. João Manuel. *O capitalismo Tardio*. 2.^a Edição, São Paulo: Brasiliense, 1982.

A segunda região é a do Iguape a principal zona de produção de cana-de-açúcar da área delimitada. Esta parte do nosso espaço é a de morada, mas, sobretudo de ação produtiva, dos senhores de engenho. O solo de massapé permite o bom desenvolvimento da cana-de-açúcar. Aí se encontra a maior posse média de escravos, sendo assim o cativo um importante componente da fortuna. As terras aparecem como fator determinante, além das próprias benfeitorias, tendo em vista a necessidade de uma grande estrutura para montagem dos engenhos.

O último espaço é o mais diverso, pois congrega elementos de produção agrícola como o tabaco e a mandioca com a pecuária. São as freguesias de que circundam a cidade de Cachoeira: Muritiba, Outeiro Redondo, Cruz das Almas, São Gonçalo dos Campos, Santo Estevão do Jacuípe. Temos nestas porções de terra uma riqueza fruto da atividade produtiva e da criação, venda e abate de gado. As fortunas, portanto, concentram-se em terras, benfeitorias, cativos e animais.

Desta maneira, a diversidade econômica do Recôncavo é demonstrada nos inventários *post-mortem* pelas suas múltiplas atividades: sejam elas de comércio e/ou produção. Temos em um mesmo território elemento, notadamente, de um setor que poderíamos chamar de interno (pecuária e mandioca), com produção que tinham, em sua maioria, o mercado internacional como alvo como: é o caso do açúcar e tabaco além da própria dinâmica comercial do núcleo urbano de Cachoeira. Esta análise nos permite concluir, ainda parcialmente, que a riqueza de Cachoeira estava alocada nos seus principais produtos como o fumo, a mandioca e a cana-de-açúcar e na área citadina, sobretudo, havia um intenso fluxo comercial.

O estudo da riqueza no Brasil caracteriza-se, entre outros aspectos, pela diversidade de enfoques, bem como, pelo seu despontar em diversas regiões.¹³ Utilizamos estas obras para compor um cenário de como poderíamos pensar muitos destes aspectos, levantados pela historiografia, em nossa pesquisa para a região do Recôncavo da Bahia, vamos a eles.

A primeira obra, digna de nota, é o livro *Metamorfose da Riqueza, São Paulo, 1845-1895* de Zélia Maria Cardoso de Mello. Esta pesquisa, dentre outras dimensões, aponta para uma mudança no padrão da riqueza paulista promovida pelo café. Na pesquisa para o Oeste paulista de Zélia Cardoso de Mello foram analisados diferentes

¹³ Não esgotaremos neste trabalho os trabalhos da história da riqueza no Brasil, buscaremos apenas coligir uma série de estudos regionais a título da produção historiográfica nacional com o propósito de pensar o Recôncavo da Bahia

elementos na constituição da fortuna. Suas respostas foram colocadas em três faixas que vão de 0 a 33% de 33% até 66% e, por último, 66% a 99% estas refletem a composição da riqueza conforme os seus bens e a participação do ano em que se encontra. Esta metodologia responde bem as questões da pesquisadora, no entanto, ela dificulta a comparação entre os estudos nas mais variadas regiões.¹⁴

Rita de Cássia da Silva Almico, em seu mestrado, estudando a Zona da Mata de Minas Gerais, também em fins do século XIX, percebeu que a abolição da escravidão contribuiu para uma mudança modernizadora dos ativos, influenciada pela cultura da rubiácea.¹⁵

Em tese bastante inovadora incorporando pesquisas das suas respectivas teses de doutorado Manolo Florentino e João Fragoso publicam o *Arcaísmo como Projeto*. Este livro traz elementos da Antropologia para a análise da História Econômica destacando o quanto importante é compreender elementos não puramente econômicos numa sociedade com base de Antigo Regime, onde o *status* social é critério de distinção¹⁶. É também de João Fragoso a pesquisa da riqueza do Rio de Janeiro, no período denominado pelo próprio autor como período colonial tardio, ou seja, o fim dos Setecentos início do século XIX.¹⁷

Para a província de Minas Gérias há ainda a pesquisa de Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez, pesquisadora da região de Bonfim do Paraopeba, região Mineradora Central Oeste. Sua preocupação está mais centrada na composição e transformação da vida material dos bonfinenses. Sua tese congrega aspectos da História Econômica, Demográfica e da Cultura.¹⁸

Renato Leite Marcondes que se detém sobre o Vale do Paraíba paulista, mais especialmente, a região de Lorena entrecruza dados dos inventários *post-mortem* com as *listas nominativas*, a fim de observar em dois momentos distintos o processo de acumulação da riqueza. Este trabalho, portanto, traz elementos demográficos

¹⁴ MELLO, Zélia Cardoso de. Op. cit. p.70.

¹⁵ ALMICO, Rita de Cássia. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora 1870/1914*. Unicamp, Instituto de Economia, 2001.

¹⁶ FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁷ FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

¹⁸ MARTINEZ, Cláudia. *Riqueza e escravidão: vida material e população no Século XIX Bonfim do Paraopeba/MG*. São Paulo: Annablume; Fapesb, 2007.

importantes para analisarmos os caminhos da acumulação.¹⁹ Neste estudo tem-se a definição de uma área limitada que compreende os atuais municípios de: Lorena, Piquete, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Canas, e Silveiras, região do vale do Paraíba, demarcado cronologicamente no século XIX e como quadro explicativo o crescimento e o apogeu da economia cafeeira paulista. Segundo o próprio autor:²⁰

Neste contexto sócio-econômico de crescente dinamismo cafeeiro, procuramos compreender as transformações da região por nós estudada, inclusive as formas de acumulação de cativos e riqueza dos seus habitantes. Nesta busca, devemos considerar as diversas atividades destas pessoas, efetuadas com intensidade distinta. (p.25)

A obra divide-se em seis capítulos e duas partes principais e sua metodologia demarca algumas diferenças em relação a Zélia Cardoso de Mello. O autor demarca como fundamental o ano de 1829, onde terminam as informações relativas as listas nominativas, uma importante saída para responder aos questionamentos demográficos colocados pelo autor.²¹ Assim, passará utilizar com maior densidade os inventários no intuito de:

(...) compreender as transformações econômicas e demográficas vivenciadas pelos habitantes da localidade desde o momento da introdução da rubiácea até o apogeu da economia cafeeira. De outro lado, pretendemos contribuir com este estudo ao entendimento da acumulação de cativos e de riqueza e seus condicionantes ocorridos durante a afirmação da agricultura de *plantation* no vale do Paraíba paulista na fase da gestação da economia cafeeira, quando se verificou a existência de grandes fortunas oriundas das oportunidades abertas pela cafeicultura. (p.28-29)

Portanto, esta tese avança, no sentido de trazer elementos inexplorados com destaque mais fundamental para os dados demográficos para o estudo da composição das riquezas.

Mais recentemente também estudando São Paulo, porém a sua capital, Maria Lucília Viveiros Araújo, redimensiona a pobreza dos paulistanos da primeira metade do

¹⁹ MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba no século XIX*. São Paulo: Editora Stiliano, 1998.

²⁰ Idem, *ibidem*. pp.17-18.

²¹ Idem, *ibidem*. Capítulos IV, V e VI.

século XIX. Esta obra traz, ainda, imagens de móveis e lista de livros dos inventariados.²²

No Caso do Nordeste destacaremos três obras que se detiveram especificamente sobre a acumulação de bens. No caso da Bahia temos duas, uma dos fins do século XVIII e início do XIX de Maria José Rapassi Mascarenhas²³ e um capítulo da obra, grandiosa, da brasilianista Kátia de Queirós Mattoso que analisa a fortuna da Cidade da Bahia em todo o século XIX²⁴. Além dessas já citadas, destacando Estância oitocentista, Sheyla Farias Silva aponta que a riqueza estava alocada não só com os grandes produtores de cana-de-açúcar, mas também com homens de negócio que promoviam o comércio e dinamizavam o crédito estanciano, inclusive, com relações interprovinciais destacando como ponto de contato a Bahia.²⁵

Em comum todos estes autores têm o uso dos inventários *post-mortem* enquanto fonte basilar para as suas pesquisas, denotando o nível de importância deste tipo de documentação em estudos deste tipo. Assim, podemos verificar, neste breve apanhado historiográfico, que há um número crescente de pesquisadores interessados em discutir a aquisição de bens enquanto elemento de compreensão da realidade econômica, social e cultural do Brasil.

²² ARAÚJO, Maria L. V. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos*. São Paulo: Hucitec: Fapesb, 2006.

²³ MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elites e Riqueza em Salvador 1760-1808*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo.

²⁴ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

²⁵ FARIAS, Sheyla. *Nas teias da Fortuna: homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)*. Salvador-Ba, 2005. Dissertação de Mestrado em História Social. UFBA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALCÂNTARA MACHADO, J. *Vida e morte do bandeirante*. 2ª edição, São Paulo, Empresa Graphica da “Revista dos Tribunais”, 1930.

ALMICO, Rita de Cássia. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora 1870/1914*. Unicamp, Instituto de Economia, 2001.

BACELLAR, Carlos. *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfose da Riqueza, São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec/ Prefeitura do Município de São Paulo/ Secretaria Municipal da Cultura, 1985.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

CANABRAVA, Alice P. *Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67*. In: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: FGV, out/dez 1972.

CARDOSO DE MELLO. João Manuel. *O capitalismo Tardio*. 2.ª Edição, São Paulo: Brasiliense, 1982.

FARIAS, Sheyla. *Nas teias da Fortuna: homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)*. Salvador-Ba, 2005. Dissertação de Mestrado em História Social. UFBA.

FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

LEVY, Maria Bárbara. *A Indústria no Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca/ UFRJ, 1994.

MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba no século XIX*. São Paulo: Editora Stiliano, 1998

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elites e Riqueza em Salvador 1760-1808*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOREIRA, Virlene Cardoso. *Entre a Baía e os Sertões: a dinâmica comercial do Recôncavo Baiano: São Félix (1857-1889)*. Salvador-Ba, 2002. Dissertação de Mestrado em História Social. UFBA.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia da Letras, 1988.

DOGMA 95: UMA SUBVERSÃO NORMATIVA

Leandro S. Rodrigues¹

Introdução

No ano de 1995, por ocasião das comemorações do centenário do cinema na capital francesa, Lars von Trier apresentou ao mundo o *Manifesto Dogma 95*. Tratava-se de um documento que compunha uma nova fórmula que proporcionaria, conforme seus idealizadores, um retorno à “verdade” e ao “real”, resgatando o cinema de seu status “cosmetizado” em que se encontrava naquele momento. O texto foi assinado pelo próprio Lars von Trier e pelo também cineasta dinamarquês Thomas Vinterberg, e trazia ainda um conjunto de dez regras pragmáticas (os dez mandamentos) intituladas “*Voto de Castidade*”.

Manifesto Dogma 95²

O Dogma 95 é um movimento de cineastas, fundado em Copenhage na primavera de 1995. O Dogma 95 tem o compromisso formal de levantar-se contra uma “certa tendência” do cinema atual. O Dogma 95 é um ato de resgate!

Em 1960, tivemos o bastante. O cinema estava morto e invocava a ressurreição. O objetivo era correto, mas não os meios. A Nouvelle Vague se revelava uma onda que, morrendo na margem, transformava-se em lama. Os slogans do individualismo e da liberdade fizeram nascer certas obras por algum tempo, mas nada mudou. A onda foi jogada ao colo dos melhores convivas, junto aos cineastas, mas não era mais forte do que aqueles que a haviam criado. O cinema anti-burguês tornou-se burguês, pois baseava-se em teorias de uma concepção burguesa de arte. O conceito de autor, nascido do romantismo burguês, era, portanto... falso.

Para o Dogma 95 o cinema não é uma coisa individual!

Hoje, uma tempestade tecnológica cria tumulto. O resultado será a democratização suprema do cinema. Pela primeira vez, qualquer um pode fazer filmes. Mas quanto mais os meios se

¹ Estudante do Curso de Cinema e Audiovisual (UFRB). Orientado pela Prof^ª. Mestre Angelita Maria Bogado. E-mail: leos.rodrigues@yahoo.com.br

² O manifesto do Dogma 95 aqui transcrito foi extraído do trabalho de José Rodrigo das Neves Gerace (2006).

tornam acessíveis, mais a vanguarda ganha importância. Não é o caso que o termo vanguarda assuma uma conotação militar. A resposta é a disciplina... devemos colocar os nossos filmes em uniformes, porque o cinema individualista será decadente por definição.

Para erguer-se contra o cinema individualista, o Dogma 95 apresenta uma série de regras estatutárias intituladas “Voto de Castidade”.

Em 1960, tivemos o bastante. O cinema havia sido “cosmetizado” à exaustão, dizia-se. Dali em diante, todavia, a utilização dos “cosméticos” aumentou de modo inaudito. O objetivo supremo dos cineastas decadentes é enganar o público. É disto que nos orgulhamos? É a este resultado que nos conduziram cem anos de cinema? Das ilusões para comunicar as emoções? Uma série de enganos escolhidos por cada cineasta individualmente?

A previsibilidade (a dramaturgia) tornou-se o bezerro de ouro em torno do qual dançamos. Usar a vida interior dos personagens para justificar a trama é muito complicado, não é a “verdadeira arte”. Mais do que nunca, são os filmes superficiais de ação superficial que são levados às estrelas. O resultado é estéril. Uma ilusão de pathos, uma ilusão de amor.

Para o Dogma 95, o cinema não é ilusão!

Hoje em dia, arma-se uma tempestade tecnológica. Elevam-se os “cosméticos” ao status de deuses. Utilizando a nova tecnologia, qualquer um pode - em qualquer momento - sufocar a última migalha de verdade no estreito canal das sensações. As ilusões são tudo aquilo atrás do qual pode esconder-se um filme. Dogma 95, para erguer-se contra o cinema de ilusões, apresenta uma série de regras estatutárias: o Voto de Castidade.

Voto de Castidade

Eu juro me submeter ao seguinte conjunto de regras criado e confirmado pelo Dogma 95:

1. As filmagens devem ser feitas em locais externos. Não podem ser usados acessórios ou cenografia (se a trama requer um acessório particular, deve-se escolher um ambiente externo onde ele se encontre).

2. O som não deve jamais ser produzido separadamente da imagem ou vice-versa. (A música não poderá, portanto, ser utilizada, a menos que não ressoe no local onde se filma a cena).

3. A câmera deve ser usada na mão. São consentidos todos os movimentos - ou a imobilidade - devidos aos movimentos do corpo. (O filme deve ser feito onde a câmera está colocada; são as tomadas que devem desenvolver-se onde o filme tem lugar).

4. O filme deve ser em cores. Não se aceita nenhuma iluminação especial. (Se há luz demais, a cena deve ser cortada, ou então, pode-se colocar uma única lâmpada sobre a câmera).

5. São proibidos os truques fotográficos e filtros.

6. O filme não deve conter nenhuma ação “superficial”. (Em nenhum caso homicídios, uso de armas ou outros).

7. São vetados os deslocamentos temporais ou geográficos. (Isto significa que o filme se desenvolve em tempo real).

8. São inaceitáveis os filmes de gênero.

9. O filme deve ser em 35mm, standard.

10. O nome do diretor não deve figurar nos créditos.

Além disso, juro como diretor, renunciar a meu gosto pessoal. Não sou mais um artista. Eu juro renunciar à criação de uma obra, já que considero o instante mais importante que o todo. Meu objetivo supremo é arrancar a verdade de meus personagens cenários. Prometo fazê-lo por todos os meios à minha disposição e ao custo de qualquer bom gosto e considerações estéticas. Portanto, faço aqui meu voto de castidade.

Copenhage, 13 de março de 1995

Lars von Trier, Thomas Vinterberg

Os cineastas dinamarqueses propunham uma libertação do cinema, livrando-o da “superficialidade” através da subversão à estética imposta pela hegemonia da indústria hollywoodiana. O *Dogma 95* pretende, ao seguir (ou não) suas próprias regras, recriar a “verdade” dentro do cinema, arrancar dos personagens e da história que se pretende narrar toda a “verdade”, sem precisar recorrer aos efeitos especiais fartamente adotados pela indústria norte-americana. O texto do manifesto se opõe também a *Nouvelle Vague*, movimento francês do final dos anos 1950 que propiciou “um novo modelo de produção

independente”³, mas que, segundo Trier e Vinterberg, “baseava-se em teorias de uma concepção burguesa de arte”⁴.

Muito antes da apresentação do *Manifesto Dogma 95*, outros movimentos carregavam em si a responsabilidade de revolucionar a Sétima Arte, criando uma nova estética, distinta daquela amplamente divulgada pela indústria *hollywoodiana*. Assim foi o cinema de Dziga Vertov, cineasta russo que criou o *Soviet Troikh* (Conselho de Três) com o qual protestou veementemente contra o cinema comercial e sua forma de direcionar o olhar do espectador. Em 1929, Vertov lançou o filme *O homem e a câmera*, desvelando todo o processo de criação fílmica e escancarando o poder da câmera e da montagem no cinema.

Em meados dos anos 1940 o mundo conheceu um novo método de apropriar-se do “real”. Frustrados com a crescente onda de filmes *hollywoodianos* que “pervertiam” a realidade, alguns cineastas italianos começaram a produzir filmes capazes de “reproduzir” a real situação da sociedade italiana, num processo de reflexão sobre a situação da Itália no período pós Segunda Guerra Mundial. Tratava-se do *Neo-realismo italiano*⁵.

Todos os movimentos cinematográficos surgidos no século XX discutiram sobre a linguagem do cinema, oferecendo críticas ao modo “cosmetizado” hegemônico dos filmes *hollywoodianos* e estabelecendo novas formas de utilização dessa linguagem. Com o *Dogma 95* não foi diferente.

Com a concretização, em 1998, dos primeiros filmes do *Dogma*, essa subversão foi projetada nas telas. *Festa de Família* (*Festen*, Thomas Vinterberg) e *Os Idiotas* (*Idioterne*, Lars von Trier) concretizavam as propostas expressas no manifesto, apresentando uma estética inovadora que valorizava menos a técnica que a narrativa e o trabalho com os atores. Os dois filmes continham imagens tremidas e granuladas, o que proporcionou uma inovação no fazer fílmico pouco explorado anteriormente em filmes ficcionais de longa-metragem. Além disso, pela necessidade de se filmar com a câmera na mão, foram utilizados equipamentos mais leves, e para isso, os realizadores se valeram da tecnologia digital que possibilitou também o barateamento das produções. No ano de seu lançamento, o filme *Festa de Família* recebeu o *Prêmio Especial do Júri* no *Festival de Cinema de Cannes*.

³ MANEVY, Alfredo. 2006, p. 222.

⁴ GERACE, José Rodrigo das Neves. 2006, p. 73.

⁵ Uma análise aprofundada sobre o Neo-realismo italiano pode ser encontrada em Mariarosaria Fabris (2006).

Todo esse caráter subversivo do movimento ainda seria evidenciado através da distribuição de certificados do *Dogma 95* àquelas produções que cumprissem os “preceitos” elencados no “*Voto de Castidade*”, e cujos realizadores as colocassem sob a avaliação dos “irmãos-dogma”. A “democratização suprema do cinema”⁶ tornava-se, portanto, realidade.

O resgate do samurai em Mifune

Se para o *Dogma 95* a “ilusão” corrompe a “verdadeira arte”, então seria através do “*Voto de Castidade*” que o movimento criaria obras contra o cinema de ilusões. Os dois primeiros filmes eram a mostra do poder subversivo do movimento, com a câmera assumindo também um papel dentro da narrativa e gerando uma estética agressiva. Para formar uma “irmandade”⁷, outros dois cineastas foram convidados para realizar os dois seguintes filmes, que juntamente ao *Festa de Família* e *Os Idiotas* iriam figurar como o princípio do “novo” cinema imaginado por Lars von Trier e Thomas Vinterberg.

O terceiro filme foi lançado em 1999 e dirigido por Soren Kragh-Jacobsen. O título do filme foi inspirado no nome do ator japonês *Toshiro Mifune* (1920-1997), que interpretou um guerreiro no filme *Os Sete Samurais* (*Shitinin no samurai*, Akira Kurosawa, 1954). *Mifune* (*Mifunes, Sidste Sang*, Soren Kragh-Jacobsen) recebeu o *Urso de Prata* no *Festival de Berlim*. Segundo o diretor:

O dia em que vi o lugar e voltei à cidade e li que Toshiro Mifune havia morrido. Mifune me deleitou durante anos, é uma dessas pessoas que me fazem sentir que todos somos alguém sobre esta terra. A primeira vez que vi um filme de Kurosawa me pareceu incrível o bem que Mifune comunicava com o público. Tinha um aspecto distinto, falava outra língua e era inteligente, enternecedor, bonito. E todo mundo o entendia. E a cena crucial de *Os sete samurais* é quando o personagem de Mifune tem de admitir que é um interiorano; e aí começam a respeitá-lo de outra maneira e cresce por causa disto, pois não deve mentir mais. Me disse: Kresten tem o mesmo destino de Mifune em *Os sete samurais*. É um interiorano que foi à cidade para converter-se em um samurai de hoje em dia. Agora volta para defender sua aldeia. É a mesma história.⁸

⁶ GERACE, José Rodrigo das Neves. 2006, p. 74.

⁷ KELLEY, Richard apud SILVA, Sávio Leite e. 2007, p. 23.

⁸ KELLEY, Richard apud SILVA, Sávio Leite e. 2007, p.70-71)

Mifune começa apresentando a festa de casamento de Kresten e Claire. Já nesse momento é posta uma informação sobre o caráter de Kresten que, supostamente, não faz muita diferença dentro da sociedade em que ele acaba de se associar. Nas palavras do sogro:

Querido Kresten, faz uns anos você entrou na empresa e nos nossos corações. Só no mundo, sem família e sem passado, mas com uma vontade tremenda. Conto com você, Kresten. E espero muito de você, estou muito feliz em entregar Claire nos seus braços.⁹

O passado de Kresten não importava para essa sociedade, contanto que ele (o passado) permanecesse esquecido. Mas aos três minutos e meio do filme um telefone desperta o protagonista, fazendo-o lembrar de suas origens e cobrando sua atenção. O telefonema anuncia a morte de seu pai e a necessidade de procurar uma casa para abrigar seu irmão Rud, um deficiente mental. A alusão ao personagem interpretado por Toshiro Mifune vem de um jogo em que Kresten se fantasia, fingindo ser o ator japonês, e brinca com seu irmão. Antes dessa revelação, porém, vemos Kresten sonhando ser um samurai logo no início do filme, num dos mais belos planos da obra. Para Silva, “a razão oculta sob todo esse jogo de cena é ressuscitar e legitimar o cinema de idéias, através da postura estóica e romântica do manifesto [...]”¹⁰.

Kresten, então, vai à fazenda de sua família em Lolland para resolver seus problemas familiares e retornar à cidade e à sua vida burguesa ao lado da esposa. Contudo, ele encontra dificuldades para arranjar um abrigo para o seu irmão e coloca um anúncio em busca de uma empregada. É-nos apresentada Liva, uma prostituta que foge das constantes ameaças anônimas que recebe e que está em busca de uma nova vida. Os caminhos dos dois se cruzam num ambiente onde a atmosfera, de caráter bucólico, propicia um exame de consciência em favor da “verdade”.

A cena de apresentação de Liva traz consigo uma possível crítica ao “cinema de entretenimento”. Um grupo de amigas recita seus desejos por homens em frente a um espelho. Suas formas físicas são distorcidas pelo espelho. Entre as mulheres está Liva. Os pretendentes são, em sua maioria, atores que protagonizam filmes da indústria do cinema de massa. As mulheres entram nesse jogo como se estivessem diante um altar, encarando suas imagens

⁹ Diálogo do filme Mifune (*Mifunes, Sidste Sang*, Soren Kragh-Jacobsen, 1999).

¹⁰ SILVA, Sávio Leite e. 2007, p. 71.

colossais, mas o fazem num tom bastante jocoso e irônico. Seria, portanto, a elevação dos “cosméticos’ ao status de deuses”? Apesar da suavidade e poesia existentes em Mifune, comparando-o aos dois primeiros filmes *Dogma 95*, é preciso lembrar que ele está a serviço de um movimento que questiona a utilização exagerada de efeitos ilusórios em detrimento da linguagem cinematográfica. Os filmes do *Dogma 95* “apontam a degradação social (e a degradação do cinema comercial)”¹¹.

Para os personagens de Mifune, a ilusão não é o melhor caminho a seguir. Eles precisam encarar suas verdades e aprender a conviver com elas. Essa necessidade aproxima Kresten e Liva, que ao final do filme se beijam e dançam abraçados na sala da casa da fazenda, enquanto Rud e Bjarke, o irmão de Liva, os observam. Para Silva, “*Mifune* resgata os mesmos sentimentos de *Os Sete Samurais*, um exemplo de como uma história modesta pode transmitir tantas lições de coragem, dignidade, solidariedade e moral”¹².

O diretor optou pelo lúdico para tratar as desordens sociais e as críticas ao cinema comercial impressas no filme. A deficiência de Rud é contestada ao longo do filme pelas palavras dos personagens, que se referem a todos os outros como loucos, com exceção de Rud. A brincadeira e a cumplicidade entre Kresten e seu irmão revelam a dependência de um pelo outro. O acerto de contas entre Bjarke e Liva, dois irmãos que necessitam de atenção, merece o cuidadoso enquadramento que os põe sob o olhar de um casal de senhores numa fotografia pendurada na parede do quarto. “O mundo é uma grande merda”¹³, diz Liva. E a respeito disso, o diretor Soren Kragh-Jacobsen soube colocá-lo em seu devido lugar, dando-lhe o tempo nas imagens mais que necessárias para o filme.

A estética agressiva dos primeiros filmes do movimento foi contrastada pelas imagens mais nítidas e com movimentos mais suaves de Mifune, que foi rodado com câmera 16mm. Mifune é o primeiro filme *Dogma 95* que apresenta uma história de amor. Não apenas o amor que se revela entre Liva e Kresten, mas também o amor entre os irmãos e a cumplicidade existente entre eles.

Conclusão

¹¹ SILVA, Sávio Leite e. 2007, p. 20.

¹² SILVA, Sávio Leite e. 2007, p. 70.

¹³ Diálogo do filme Mifune (*Mifunes, Sidste Sang*, Soren Kragh-Jacobsen, 1999).

Quando a cinematografia mundial estava servindo as exigências do mercado, nada de novo era visto nas telas do cinema, mas apenas novos filmes reproduzindo as velhas fórmulas, um novo movimento surge para transgredir as normas. Em nome da subversão, o *Dogma 95* desferiu duras críticas aos “cosméticos” e ao “cinema burguês” e previu a “democratização” do cinema, algo que já se podia observar no final do século XX. Contra um “cinema individual”, o movimento estabeleceu dez preceitos que deveriam ser obedecidos para a produção dos filmes, algo para colocá-los “em uniformes”. Lars von Trier e Thomas Vinterberg, os idealizadores do movimento, elaboraram e distribuíram certificados do Dogma 95 a filmes do mundo inteiro que foram produzidos segundo o “Voto de Castidade” contido no *Manifesto Dogma 95*. Os quatro primeiros filmes ficaram sob a responsabilidade de cineastas dinamarqueses: Thomas Vinterberg (*Festa de Família*, 1998); Lars von Trier (*Os Idiotas*, 1998); Soren Kragh-Jacobsen (*Mifune*, 1999); e Kristian Levring (*O Rei está vivo*, 2000).

A partir do estudo do terceiro filme do movimento, *Mifune*, esse trabalho propôs um olhar sobre o caráter auto-reflexivo do *Dogma 95*. O filme dirigido por Soren Kragh-Jacobsen representou em imagens as palavras escritas no *Manifesto*. Mesmo não sendo um dos fundadores do movimento, Kragh-Jacobsen compreendeu a necessidade urgente de uma “onda” que despertasse o cinema do sono tranqüilo em que se encontrava, deitado sobre as convenções mercadológicas da indústria do entretenimento.

Os preceitos dogmáticos não engessaram o diretor, pelo contrário, propiciaram maior liberdade para a realização da obra, resultando no filme mais poético dentre os primeiros do movimento.

Referências Bibliográficas

FABRIS, Mariarosaria. *Neo-Realismo Italiano*. In: MASCARELO, Fernando (Org.). *História do cinema mundial*. Campinas: Papyrus, 2006. (Campo Imagético);

GERACE, José Rodrigo das Neves. *O cinema subversivo de Trier*. Trabalho de Dissertação (Mestrado em Artes da Escola de Belas Artes) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2006;

MANEVY, Alfredo. *Nouvelle Vague*. In: MASCARELO, Fernando (Org.). *História do cinema mundial*. Campinas: Papyrus, 2006. (Campo Imagético);

MIFUNES, SIDSTE SANG (filme). Soren Kragh-Jacobsen, 1999. 95min. son. color. Dinamarca;

SILVA, Sávio Leite e. *Dogma95: Tudo é angústia*. 2007. Trabalho de Dissertação (Mestrado em Artes da Escola de Belas Artes) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2007.

NAS TERRAS DA LIBERDADE: A PEQUENA PROPRIEDADE DE TERRA NO RECONCAVO BAIANO (1850-1890)

Clissio Santos Santana¹

O Recôncavo baiano, uma região conhecido pela potencialidade de fertilização de suas terras, possibilitou o cultivo de uma gama de culturas agrícolas, além do mais a proximidade com as águas calmas da Baía de Todos os Santos, facilitava o escoamento da produção e a comunicação com centros urbanos importantes, como Salvador e outras regiões do Brasil. Além das características geográficas, o Recôncavo baiano ficou conhecido pela forte presença de grandes contingentes de indivíduos escravizados durante todo o período escravista no Brasil. Por agregar esses fatores, geográficos, sociais e econômicos o Recôncavo, tornou-se um dos primeiros pólos de montagem do sistema de colonização e exploração da América portuguesa.

Desde o século XVI, quando os primeiros engenhos foram construídos no Recôncavo, até as últimas décadas do século XIX, formou-se entorno da Baía de Todos os Santos, uma sociedade complexa, hierarquizada e opulenta, sustentada pela mão-de-obra negra escravizada denominada por Schwartz de “sociedade do açúcar” (SCHWARTZ, 1988, p. 49).

A composição social tradicional nessa sociedade estava pautada fundamentalmente na mão-de-obra de homens, mulheres e crianças escravizados, na grande propriedade de terras e na produção de gêneros voltados para o mercado externo, principalmente a cana-de-açúcar para o fabrico e exportação do açúcar para o mercado europeu em larga expansão, ou seja, tomando esse prisma como lócus de análise, as características básicas do Recôncavo por mais de três séculos seriam o tripé: Latifúndio- Monocultura – Escravidão. Maria Yedda Linhares, criticando esse modelo explicativos das sociedades agrárias do Brasil, conceituou essa interpretação como sendo uma “visão plantacionista” (LINHARES, 1983, p. 748) que reduz as complexidades dos movimentos históricos, deixando de lado uma variedade de sujeitos históricos e todas as outras formas de sobrevivências e resistência que coexistiam lado a lado com o modelo dominante de organização social. Nas palavras do historiador norte americano Barickman, a visão plantacionista pode levar os historiadores a

¹ Estudante do Curso de História, bolsista de iniciação científica CNPq, com a pesquisa intitulada. A pequena propriedade de terra no Recôncavo Baiano: uma estratégia para a conquista da Liberdade e ascensão social (1850-1888). Orientador: Prof. Dr. Walter Fraga Filho.

dedicarem atenção quase exclusivamente à plantation a grande propriedade que empregava mão-de-obra escrava na monocultura de exportação (...) isso significou muitas vezes descrever o Brasil como uma vasta plantation - como uma economia limitada ao cultivo extensivo e em grande escala de alguns gêneros tropicais e ao comércio deste e como uma sociedade composta de duas classes: o senhores que possuíam as plantations, e os escravos que nelas trabalhavam (BARICKMAN, 2003, p. 27)

O modelo explicativo plantacionista macroestrutural, além de reduzir a complexidade historiográfica, exclui do itinerário histórico a importância de grupos subalternizados, como homens livres, libertos e escravos que transitavam entre o latifúndio, a escravidão e a monocultura. Esses sujeitos conseguiram através de diversos arranjos sociais e econômicos, criar e recriar estratégias de resistência, negociação e liberdade no dia-a-dia de uma sociedade escravista e excludente. Segundo Barickman, se utilizarmos a visão plantacionista como modelo explicativo para entendermos o Recôncavo baiano e conseqüentemente o Brasil, podemos deixar de fora das análises históricas:

Os grupos sociais e as atividades econômicas que não se encaixavam facilmente nesse quadro foram considerados “irrelevantes”, “periféricos”, “insignificantes”, portanto, sem nenhuma importância para compreensão da formação do Brasil (...) Os historiadores que lançaram seu olhar além dos limites da plantation demonstraram que a agricultura de exportação não dominava todo o Brasil rural (BARICKMAN, 2003, p. 27, 28).

De acordo com as críticas estabelecidas acima, este trabalho busca analisar a existência de pequenas propriedades de terra cultivadas por escravos no Recôncavo baiano. Essas roças cultivavam gêneros de subsistência e pequenos animais domésticos voltados para o complemento alimentar, visto que a dieta do cativo não ultrapassava a farinha de mandioca e a carne seca, ou seja, a ração diária oferecida pelos senhores aos seus cativos era insuficiente e de má qualidade. Caso a produção nas roças pelos escravos fosse suficiente para sanar as necessidades alimentares, o excedente poderia ser vendido aos próprios senhores ou nas feiras semanais, que faziam parte da geografia urbana das vilas e cidades do Recôncavo (FRAGA, 2006, p. 43). O cultivo dessas parcelas de terras possibilitava aos escravos que as possuíam acumular pecúlio em muitas vezes suficiente para concretizar seus projetos de liberdade e ascensão social. Em muitos casos essas pequenas roças, estavam inseridas nos territórios da própria propriedade senhorial, ao lado do canavial e do engenho escravos, libertos e livres trabalhavam também nas suas roças (SCHWARTZ, 2001, p. 99).

Recôncavo: uma Região plural

Ressaltar a existência e a importância dessas pequenas propriedades, não nos leva ao equívoco de negarmos a existência da grande propriedade pautada na mão-de-obra escrava com sua produção voltada para o mercado externo. O estudo de outras formas de relação e cultivo da terra faz parte de um esforço historiográfico de compreender que as sociedades que foram construídas ao longo de mais de três séculos no Recôncavo baiano, não pode ser reduzida a modelos homogenizadores, deixando de lado a pluralidade social, econômica e cultural que moldou a própria Região. Para a compreensão do Recôncavo enquanto uma Região plural e complexa faz-se necessário ultrapassar os conceitos geográficos e puramente econômicos. Urge a necessidade de lançarmos mão de conceitos mais elásticos que possibilitam uma análise mais minuciosa do que seria uma região socialmente e economicamente também diversa.

Ilmar Mattos tratando do conceito de Região, nos demonstra que a região:

Não deve ser reduzida a determinados limites administrativos, como o das capitanias. Ela não deve ter também como referência apenas a distribuição de seus habitantes em um determinado território, definido como uma área ecológica, pois não é o fato de um grupo de pessoas habitar um mesmo território que determina o estabelecimento de uma rede de relações sociais (...) A região a partir dos referenciais primários espaço e tempo, entendidos em sua dimensão social - só ganha significação quando percebida à luz de um sistema de relações sociais que articula tanto os elementos que lhe são internos quanto aqueles externos, é a partir dessa articulação por intermédio de um jogo de identidades e oposições, que se torna possível traçar os limites da região, que muito mais do que limites meramente físicos existem enquanto limites sociais. A região, assim, é uma construção que se efetua a partir da vida social dos homens (MATTOS, 1990, p.24,25).

A citação de Mattos é imprescindível para compreendermos as dinâmicas sociais, econômicas e políticas do Recôncavo baiano, desta forma o estudo das pequenas propriedade e roças cultivadas por sujeitos subalternizados e escravizados, torna-se parte integrante da dinâmica econômica e social do Recôncavo enquanto uma Região histórica e socialmente construída ao longo de séculos. Perceber o Recôncavo por esse prisma nos leva a entender a complexidade que as visões panorâmicas escondem na busca das fórmulas generalizantes. Entre terras férteis, águas calmas, mão-de-obra escrava e grande lavoura encontramos uma gama de sujeitos históricos ocultados pelos grandes modelos. Trabalhadores livres, libertos, escravos, brancos pobres, lavradores, roceiros e pescadores todos eles labutavam diariamente criando, recriando e reinterpretando formas para resistir e sobreviver no dia-a-dia das

sociedades escravistas (SILVA, 1989, p. 31). A Região entendida desta forma, enquanto espaço socialmente constituído, torna o Recôncavo um lócus privilegiado de análise das relações desenvolvidas entre os diversos indivíduos envolvidos nas redes sociais existentes.

No ponto de vista socioeconômico, podemos observar também a composição de um espaço econômico muito mais pluralizado e dinâmico que a esboçada pela historiografia panorâmica. A pluralidade das relações econômicas foi algo marcante no Recôncavo, além das áreas situadas ao norte da Baía, correspondentes nos dias atuais aos municípios de São Francisco do Conde, Santo Amaro e Cachoeira, ambas conhecidas pela quantidade significativa de engenhos e a grande quantidade de escravos trabalhando no cultivo da cana, outras áreas dentro da própria extensão territorial do Recôncavo, desenvolveram atividades voltadas para o mercado interno de subsistência simultaneamente (FRAGA, 2006, p.31).

Localidades como os atuais municípios de Maragogipe, Jaguaripe, Santo Antônio de Jesus e Nazaré das Farinhas tiveram destaque no século XIX, quando o assunto era a produção de fumo, mandioca e a criação de animais domésticos. Tanto o tamanho das propriedades quanto a quantidade de escravos nessas localidades diferiam completamente com o Recôncavo açucareiro. Muitos dos produtores eram libertos, escravos ou homens livres pobres que possuíam escravos em pequenos números (BARICKMAN, 2003, p. 185).

Para percebermos com mais acuidade essa pluralidade no plano socioeconômico, laçaremos mão das palavras de Ana Maria Carvalho Oliveira, quando se dedicou em sua dissertação de mestrado ao estudo do Recôncavo Sul na segunda metade do século XIX. Para Oliveira a variedades de sistemas produtivos garante ao Recôncavo, ser uma região plural social e economicamente multifacetada. Desta forma:

É possível identificarmos o Recôncavo canavieiro, o Recôncavo fumageiro, o Recôncavo mandioqueiro e da subsistência, o Recôncavo da pesca e o Recôncavo ceramista. Esses pequenos recôncavos revelam a diversidade, a não uniformidade do Recôncavo. Ao mesmo tempo, possibilita-nos pensar o Recôncavo como um grande conjunto composto de porções diferenciadas que, apesar de se integrarem, dão-lhe um caráter multifacetado (OLIVEIRA, 2000, p.49).

A economia direcionada ao mercado externo e a economia interna de subsistência ou microeconômica, quando respeitamos as suas especificidades, finalidades e os sujeitos nelas envolvidas, percebemos que ambas de alguma forma estavam interligadas, no entanto estabelecer hierarquias ortodoxas, baseadas do caráter de dependência da segunda perante a primeira, ou seja, conceber as formas produtivas baseada na subsistência como meros

apêndices da macroeconomia exportadora, exclui da análise a pluralidade da própria Região. Esse ato de segregar, nos leva ao esquecimento das minúcias e das complexidades de ambas as formas de produção e organização social, além disso, podemos deixar de lado as estratégias e os interesses dos indivíduos que estavam envolvidos em ambas as formas de organização produtiva, que muitas das vezes poderia ter visões e concepções de mundo antagônicas. Ao tratar deste tema Schwartz, destaca que “a agricultura de subsistência e de exportação, estavam intimamente ligadas numa relação complexa, multidimensional e em mutação histórica. Eram de fato, duas faces da mesma moeda” (SCHWARTZ, 2001, p.125). Neste caso segregar e hierarquizar pode sugerir uma simplificação do dinamismo dos processos histórico, o que por si próprio é complexo e dinâmico.

As roças como estratégia de liberdade

Discutir os projeto de liberdade e as trajetórias de indivíduos e grupos escravizados na Bahia na segunda metade do século XIX, o historiador Walter Fraga, aponta o cultivo de roças por escravos, como uma estratégia de extrema importância nos projetos de liberdade-alforria. De tal forma Fraga, ressalta que:

Como em outras regiões escravistas das Américas, os escravos do Recôncavo desenvolveram atividades independentes e alternativas à grande lavoura de cana. Sabe-se que muitos escravos tinham criação de animais, especialmente bois, porcos, galinhas para consumo próprio e para a venda. Muitos desses animais eram criados em pastos e terrenos dos senhores, ou em outras propriedades sob o sistema meia (FRAGA, 2006, p.41).

Por muito tempo a historiografia compreendeu que a existência de pequenas propriedades de terra cultivadas por escravos fazia parte apenas dos mecanismos de dominação senhorial (SILVA, 1989,22), ou seja, o direito de ter acesso a pequenas parcelas de terras dentro da própria propriedade senhorial ou até mesmo fora dela, estava de acordo com a ideologia senhorial de dominação e controle da população escravizada, deste ponto de vista as roças serviram para amenizar os conflitos oriundos da própria relação escravista funcionando como uma regalia oferecida pelos senhores aos seus cativos (SCHWARTZ, 2001, p. 155). No entanto esse quadro esta sendo revestido, mesmo que o direito de ter acesso a pequenas porções de terras fizesse parte da ideologia senhorial de dominação e controle da escravaria, as formas que os escravos interpretavam, utilizavam e reivindicavam esse direito foram variadas. “Os escravos lutavam tanto para manter quando para ampliar esse direito”

(SILVA, 1989, p.31). Tomando como parâmetro essa ótica analítica, o fenômeno de garantir acesso às roças a escravos desloca-se, ganhando novas funções na dinâmica da vida no cativeiro.

O acesso a terra torna-se parte de um jogo de negociação, conflito e resistência avanços e retrocessos entre escravos e senhores. Schwartz nos elucida nessa problemática, afirmando que a escravidão era um “sistema adaptável” (SCHWARTZ, 2001, p. 155). A escravidão possuía um grau de variação nas formas de organização e nas estratégias elaboradas para manter o controle das relações sociais no cativeiro, da mesma forma ocorria também variação e adaptações nas formas de resistir do jugo senhorial por parte da população escravizada. Partindo desta compreensão, para Schwartz a escravidão

era um sistema notavelmente adaptável e os senhores de escravos combinavam força e incentivos segundo sua personalidade, os costumes locais, a situação econômica regional e mundial e os imperativos morais ou culturais numa série de combinações (...) Mas dizer que o sistema era adaptável, também é reconhecer o papel que os próprios escravos podiam ter nele. Os escravos eram criativos na manipulação das variações para adequá-las à suas percepções de vantagem. O que os agricultores ofereciam como incentivos para alcançar seus objetivos podia ser interpretado pelos escravos como uma oportunidade que talvez lhes melhorasse a vida, e tais incentivos poderiam assumir uma importância que os agricultores não pretendiam (SCHWARTZ, 2001, p. 104).

Podemos ver que o acesso a terra ultrapassava os desejos senhoriais. Possuir suas próprias roças garantia aos escravos agregar novos elementos alimentícios a sua pobre dieta e a acumular pecúlio vendendo o excedente ao próprio senhor ou durante a realização de feiras, para que assim pudessem conseguir a sua própria manumissão ou de um familiar próximo (FRAGA, 2006, p. 43). As formas e maneiras que os indivíduos subjugados ao regime do cativeiro reinterpretabam as determinações, em muitos casos, estavam distante dos objetivos senhoriais, isso prova que a complexidade das relações escravistas, ultrapassava o binômio dominado e dominador, ou seja, os escravos mesmo não possuindo liberdade suficiente para determinar suas atitudes plenamente, elaboravam estratégias e projetos de vida, com base nas brechas e contradições que o próprio sistema escravista criava.

Estudando a complexidade das relações escravistas no Recôncavo baiano nas últimas décadas escravistas, Fraga nos alerta para o grau de importância que o acesso a parcelas de terras tinha para os escravos na construção dos seus projetos de liberdade e cidadania.

O acesso às roças e outras atividades desenvolvidas no interior dos engenhos, ainda sob a escravidão, serviram para moldar expectativas de liberdade e determinados setores da população

escrava. Depois de abolida a escravidão, os ex - escravos que tinham acesso áqueles recursos buscaram assegurar o que haviam acumulado ao longo da vida cativa (FRAGA, 2006,p. 44).

As roças: uma faca de dois gumes

As roças escravas no Recôncavo eram cultivadas aos domingos, feriados e dias Santos, os escravos não abriam mão dos dias destinados para o cultivo de suas roças. Plantavam mandioca para o fabrico da farinha, alimento básico na dieta alimentar, feijão, milho, aipins, quiabos, bananas e hortaliças (SCHWARTZ, 2001, p.99). Criavam animais de pequenos portes direcionados ao consumo e venda, tais como galinhas, porcos e cabritos. Além das roças os escravos utilizavam o tempo considerado como livre para destinar a pesca e a atividade marisqueiras nas águas que compõem à Baía de Todos os Santos e os rios que fazem parte das passagens de todo o Recôncavo, essas atividades proporcionavam a formação de uma “microeconomia escravista” (CASTELLUCCI, 2008, p.156).

Os arranjos microeconômicos desenvolvidos por escravos e libertos eram fomentados ainda mais, pela grande carência de gêneros alimentícios de primeira ordem nas mesas de todo o Recôncavo, a escassez de alimentos foi algo constante na vida da população da região, principalmente a farinha de mandioca, elemento alimentício basilar. O Recôncavo além de ser umas das áreas mais populosas da Bahia, tinha a obrigação de alimentar um dos maiores centro urbanos do Brasil do século XIX, a cidade de Salvador (BARICKMAN, 2003, p. 89). Com essa necessidade voraz de alimento, a produção dos escravos roceiros ganhava destaque na comercialização do excedente nas feiras livres da região. O espaço das feiras ganhava dimensões maiores que o acúmulo de dinheiro e bens adquiridos através das transações de compra e venda.

Através dos contatos e acordos estabelecidos no ambiente de comercialização, característica marcante das feiras livres. Escravos, libertos, marinheiros e indivíduos livres firmavam acordos de amizade e comércio, esses vínculos além de facilitar o escoamento e vendagem da produção para outros centros urbanos, “poderiam ser acionados no momento em que decidissem fugir do domínio senhorial, para contestar a legitimidade de sua escravidão” (FRAGA, 2009, p.43).

Isso demonstra que os objetivos e projetos vislumbrados pelos escravos através do cultivo das roças e da venda e circulação nas feiras, ganhavam uma dimensão ampla para a população escravizada, transpondo os limites das relações travadas nos engenhos e nas grandes lavouras. Estabelecer vínculos com indivíduos fora da vigilância dos senhores e seus

capatazes, garantia ao escravo construir redes de sociabilidade com um ambiente exterior, podendo quando necessário, acessar essas redes nos momentos mais oportunos, principalmente em momento de fuga ou nas intermediações durante a compra das alforrias.

A existência de uma economia interna de subsistência escrava, criava benefícios para ambas as partes envolvidas, a partir do momento que o escravo produzia alimentos, animais e pescados direcionados para o seu consumo e do seu grupo, os gastos senhoriais com alimentação dos cativos diminuía significativamente. A permissão dessa atividade por parte dos senhores garantia também um controle maior da população escrava, da ótica senhorial o escravo que desenvolvesse vínculos com a terra, torna-se menos propenso a fuga, revoltas ou possíveis rebeliões. Entretanto tomando a ótica escrava como ponto de análise, o quadro pode ser invertido, ou seja, a economia escrava era entendida como uma estratégia utilizada pelos escravos para suportar o trabalho forçado os castigos tendo sempre em mente novas perspectivas de liberdade. Além da garantia de uma alimentação melhor e a possibilidade de acúmulo de dinheiro para a compra da alforria. Portanto, a economia escrava possibilitava os indivíduos escravizados traçar meios e formas para concretizar à tão desejada liberdade. O fenômeno das roças e de uma economia interna de subsistência escrava, torna-se uma faca de dois gumes, o que muda é o local social que o sujeito ocupa na sociedade, por isso seus objetivos, desejos, estratégias e ambições tornam-se distintos.

Neste contexto, o que entra em cena não é se as roças funcionavam como um mecanismo econômico de controle senhorial, visto que tanto os grupos senhoriais quanto a população escravizada percebiam as contradições presentes na existência de uma cultura econômica escrava. O que importa de fato nesse ambiente é compreender a importância das disputas e negociações presentes nesse fenômeno e os significados que cada grupo direcionava a partir das suas experiências, principalmente a população escravizada. Schwartz nos elucida com maestria esse debate.

Não resta dúvida de que a existência de oportunidades dentro do regime de trabalho e uma economia interna de subsistência escrava revertia em favor dos senhores. Escravos certamente reconheciam isso, mas também viam vantagens para si mesmos. A luta, então, era pelo equilíbrio relativo das vantagens que o trabalho por conta própria geravam (...) confiança em si entre os escravos era um risco potencial para o sistema (SCHWARTZ, 2001, p.104).

Desta forma, não nos resta dúvidas que as roças tiveram significados e importâncias diferentes tanto para escravos quanto para senhores, o acesso a terra abria um leque

interpretativo. No entanto neste queremos ressaltar o quanto as pequenas propriedades, foram de fundamental relevância no traçado dos projetos de vida da população escrava

Conclusão: nas terras da liberdade

Neste trabalho fizemos um esforço para demonstrar como roças cultivadas por escravos no Recôncavo baiano escravista foram utilizadas como estratégias de conquista de melhorias no dia-a-dia do cativo e na concretização dos projetos de liberdade da população negra ainda sob a dominação do regime escravista. Entendemos a escravidão enquanto um fenômeno histórico complexo, com múltiplas formas e estratégias de sobreviver e resistir. Por isso, o acesso a terras tinha valor significativo em uma sociedade rural. As roças eram mais que simples parcelas de terras dedicadas ao cultivo e a criação, pois, eram nessas roças que os sujeitos escravizados plantavam seus sonhos, desejos e projetos regados dia-a-dia com suor, esforço e coragem. Foram em pequenos pedaços de terra, espremidas entre a grande lavoura, o chicote e o cativo que homens, mulheres e crianças fizeram brotar frutos abundantes. Essas pequenas propriedades de terra funcionavam para os escravos como metáfora da liberdade, ou seja, eram as tão desejadas terras da Liberdade!

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARICKMAN, B.J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Até a véspera: o trabalho e produção de açúcar nos engenhos Baianos (1850-1889)*. Afro - Ásia, 21-22. Bahia, s.ed., (1998-1999).

CASTELLUCCI, Junior Wellington. *Pescadores e roceiro: escravos, forros em Itaparica na segunda metade do século XIX, 1860- 1888*. São Paulo: Annablume: Fapesp; Salvador; Fapesb, 2008.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Ao Sul da História: Lavradores Pobres na Crise do Trabalho Escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste do Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.

_____. *Histórias e Reminiscências da Morte de um Senhor de Engenho do Recôncavo*. Afro - Ásia, ed. 24. Bahia. 2001.

LINHARES, Maria Yedda. *Subsistência e sistemas agrários na Colônia: uma discussão*. São Paulo, Estudos Econômicos, USP, v. 13, números especial (1983), p. 745 -762.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.

_____. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795- 1824*. São Paulo: Alameda, 2009.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho. *Recôncavo sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*. Salvador, Ba: UFBA/Mestrado me história, 2000. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Lúcia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850*: Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

SILVA, Eduardo & REIS, João José *Negociação e Conflito. A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

(RE) TORNANDO À ESCOLA: ESBOÇOS DA VIDA UNIVERSITÁRIA

Mariana Leal dos Santos¹

Janice Ferreira da Silva e Silva²

Zenilda Nascimento Santana³

Larisse Miranda de Brito⁴

RESUMO:

Egressos da escola pública, estudantes universitários retornam a esse espaço e, atuando como agentes mobilizadores, realizam ações em que apresentam para alunos do ensino médio a possibilidade de prosseguimento de seus estudos. Visam aproximar o universo da escola pública da vida universitária. Este estudo descreve a experiência iniciada pelo Observatório da Vida Estudantil OVE UFBA-UFRB e, utilizando a abordagem etnográfica, esboça um quadro descritivo, buscando identificar o imaginário presente nesta escola em torno da instituição universidade e as possíveis dificuldades e possibilidades que os alunos encontram ou imaginam que encontrarão para consolidar uma vida escolar mais longa. Estudo de caráter qualitativo, a metodologia utilizada se apóia na elaboração de diários de campo, em entrevistas compreensivas e na observação participante direta dos atores em questão.

PALAVRAS-CHAVE: ensino médio, diário de campo, vida universitária.

¹ Estudante de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras e bolsista de Iniciação científica da FAPESB. Orientadora: Prof.a Dr.a Georgina Gonçalves dos Santos.

² Estudante de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras e bolsista de Iniciação científica do CNPq. Orientadora: Prof.a Dr.a Georgina Gonçalves dos Santos.

³ Estudante de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras e integrante do Grupo de Pesquisa Observatório da Vida Estudantil. Orientadora: Prof.a Dr.a Georgina Gonçalves dos Santos.

⁴ Estudante de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras e integrante do Grupo de Pesquisa Observatório da Vida Estudantil. Orientadora: Prof.a Dr.a Georgina Gonçalves dos Santos.

APROXIMANDO DO TEMA

Quando a professora nos propôs a pesquisa, a tarefa não parecia difícil, pois afinal era somente retornar à escola e motivar alunos secundaristas para que fizessem aquilo já havíamos feito: todas nós, afinal havíamos ingressado no ensino superior e ademais em uma universidade pública.

Registraríamos nossa ação através de uma espécie de ferramenta que não nos parecia de difícil manuseio, pois deveríamos registrar nossas observações em um diário de campo. E foi assim que começamos nosso trabalho.

Partíamos de uma suposição: haveria de fato uma distância entre a Universidade e a Educação Básica? Mesmo considerando os possíveis e futuros impactos positivos resultantes da criação de uma Universidade Pública na região, não poderíamos também nos deixar levar por um arrobo ingênuo e desconsiderar a eloqüência de dados estatísticos sobre a situação da educação no país:

- 41% dos alunos brasileiros não concluem o ensino fundamental: de cada grupo de 100 alunos que ingressam na primeira série do ensino fundamental, apenas 59 conseguem terminar a oitava série desse nível de escolarização. Os outros 41 param de estudar ao longo desse acidentado percurso.
- No ensino médio a expectativa de conclusão é maior: 74% dos alunos conseguem terminá-lo. Mas aqueles que concluem, sem interrupção, essa etapa educacional levam em média 10,2 anos para completar as oito séries do ensino fundamental e 3,7 anos para passar pelas três séries do ensino médio.
- Concluir o ensino fundamental e médio, separadamente, demonstra ser difícil, mas o caminho da primeira série do fundamental à terceira série do médio é ainda mais árduo: do total de alunos que entram no nível educacional obrigatório, apenas 40% concluem o ensino médio, precisando para isso, em média, 13,9 anos.
- A expectativa de conclusão da educação básica tem uma significativa diferença entre as regiões. Enquanto no Norte, dos estudantes que ingressam no ensino fundamental, apenas 27% terminam o nível médio, levando, em média, 15,1 anos para concluí-lo, no Sudeste esse índice é de 49%, e os alunos precisam de menos tempo: 12,7 anos.

- No ensino fundamental, 39% dos alunos têm idade superior à adequada para a série que cursam. No ensino médio, esse índice é de 53%. Conseqüência das elevadas taxas de repetência, a distorção idade-série é apontada por pesquisas nacionais e internacionais como um dos principais problemas da educação brasileira.
- É na quinta série do ensino fundamental e na primeira do ensino médio que se encontram os maiores índices de atraso escolar. Nestas séries, as taxas de distorção idade-série são de 50% e 56%, respectivamente, sofrendo igualmente os efeitos das desigualdades regionais: no Norte 52,9% e no Nordeste 57,1% dos estudantes do ensino fundamental estão com idade acima da apropriada para a série em curso. No Sudeste, o índice é de 24%, no Sul, de 21,6% e no Centro-Oeste, de 38%.
- Dos brasileiros na faixa etária de 25 a 34 anos, classificados como população adulta jovem, 24% concluíram o ensino médio e 6% terminaram o nível superior. Outros 70% têm, no máximo, o ensino fundamental, sendo que 5,5% não possuem qualquer grau de instrução.
- 12,1% dos jovens entre 18 e 24 anos freqüentam o ensino superior. O índice brasileiro está bem abaixo dos indicadores mundiais ou mesmo latino americano: a Argentina tem 47% e o Chile 21% dos jovens nessa faixa matriculados em universidades.

Apresentada ainda que de forma sumária a dificuldade brasileira em prover educação de qualidade e em todos os níveis para todos, não nos deixa qualquer dúvida: esta é a uma realidade que precisa ser superada. Mas, como abordá-la? De que maneira compreender as repercussões destes dados conjunturais na realidade da escola em que a pesquisa se realiza?

Do mesmo modo, era necessário confrontar a situação da educação básica com a discussão hoje em pauta nas universidades brasileiras. A crescente exigência sóciopolítico do processo de democratização no acesso e igualdade de oportunidade da universidade não acontece sem polêmica. Os argumentos contrários e/ou favoráveis se estendem quer seja na discussão e implementação das políticas de cotas nas universidades públicas, ou ainda em relação às medidas de expansão física, acadêmico-pedagógicas adotadas pelo atual governo através do Decreto de nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, conhecida como REUNI.

Em nossa iniciação como pesquisadora, do mesmo modo que tencionávamos refletir sobre as injunções da situação da educação básica, a questão do ensino superior deveria ser contornada como pano de fundo contextualizando os objetivos de estudo.

OS CAMINHOS: QUE MÉTODO?

O documento programa de nossa pesquisa indicava para nós um aporte teórico. Para segui-lo não havia outra saída que não fosse a de buscar (re) conhecer a educação básica (re) vivendo o cotidiano da escola. Deste modo, adotando a etnometodologia como referência teórica (Garfinkel, 1967; Coulon, 1993, 1996, 2005; Santos, 2007) e nos apoiaríamos na compreensão em que privilegia a idéia do social como trama produzida em interação.

Assumiríamos como atitude programa:

A idéia de um social que atua sobre os indivíduos adotando uma compreensão do social como trama produzida em interação. Ancorada no detalhe, nos fatos miúdos do dia a dia, a etnometodologia admite como política de pesquisa uma posição de análise micro social. (Santos, 2007)

Sem deixar de considerar, entretanto, que as interações sociais são entrelaçadas de aspectos micro e macro, nossa intenção era construir uma compreensão que superasse dualismos. Substituiríamos os estudos de causas e variáveis pela descrição. Interessava-nos (...) *as práticas pelas quais os atores do sistema educacional (re) produzem em interação, tais fenômenos reificados.*

Com esta abordagem imaginávamos apreender (...) *fenômenos que escapam as maneiras clássicas de fazer de pesquisa nesse domínio. Não nos interessa apenas a desigualdade já realizada, mas saber como esta se produz e se engendra no dia-a-dia, entre os parceiros do ato educativo.*

Para realização do estudo, um diário de campo vem sendo elaborado. Nele o registro de nossas ações na escola é permeado por reflexões sobre decisões a serem tomadas, ou sobre os caminhos e atalhos do método. Naqueles escritos refletimos sobre a nossa posição de ator/observador.

Contudo é necessário reconhecer o nosso estranhamento e a necessidade de continuar aprendendo a fazer uso da “ferramentaria” das ciências sociais. Tomando como ensinamento aquilo que Laplantine (1996) argumenta como a necessidade do etnógrafo de se impor uma atitude de impregnação e vigilância mobilizadora que transforma aquilo que é visto em escrita, transformando o olhar em linguagem.

Começávamos a nos aproximar e nos submeter às exigências e necessidade da etnografia neste espaço. Inspirávamos-nos nas indicações de André (1995:41) e buscando conhecer a escola de mais perto, colocávamos (...)

(...) uma lente de aumento na dinâmica das relações e interações que constituem o seu dia-a-dia, aprendendo as forças que impulsionam ou que a retêm, identificando as estruturas de poder e os modos de organização do trabalho escolar e compreendendo o papel de cada sujeito nesse complexo interacional onde as relações, conteúdos são construídos, negados, reconstruídos ou modificados.

O CAMPO

O local onde acontece a pesquisa é nomeado aqui de “Paraíso”, uma cidade situada no Recôncavo da Bahia que fica a 110 km da capital do estado. A região do recôncavo baiano tem aproximadamente 900.000.00 habitantes. Suas principais atividades econômicas baseiam-se no turismo, na pesca, na extração do petróleo, na produção agrícola e pecuária, tendo ainda tímidas incursões no setor industrial. Sua história é marcante no cenário do estado, devido ao desenvolvimento alcançado pela indústria fumageira, na segunda metade do século XIX. Hoje, a cidade tem sua economia fundada no comércio e conta 01 agência bancária, 01 banco postal, 01 hospital, 06 postos de saúde, 20 escolas municipais e 01 estadual.

O presente estudo acontece na escola estadual devido ao lugar estratégico que ocupa na comunidade onde está localizada, pois é a única que oferece as duas últimas etapas da Educação Básica: o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio¹.

¹A Educação Básica sofreu mudanças significativas desde a promulgação da Constituição de 1988. No seu artigo 205, preconiza a educação como direito de todos e o dever do Estado na sua garantia de forma qualificada e gratuita. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, lei nº 9394/96) veio como forma de ratificar esse direito constitucional. Constituída por três níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, sua função é garantir o desenvolvimento do aluno, assegurando-lhe a formação para o exercício de sua cidadania e meios para progredir no trabalho e nos

Funcionando nos três turnos da 5ª série ao 3º do ensino médio, a população da escola é de aproximadamente 1.279 alunos, dividido em 462 alunos no fundamental II e 817 alunos do ensino médio, distribuídos da seguinte maneira: 307 alunos no 1º ano com 03 turmas pela manhã, 01 pela tarde e 03 turmas à noite, na sede, 01 pela manhã e pela tarde no anexo; 235 alunos no 2º ano, com 02 turmas pela manhã, 01 pela tarde e 02 à noite na sede, 01 pela manhã e 01 pela tarde no anexo; 196 alunos no 3º ano, com 02 turmas pela manhã, 01 pela tarde e 02 à noite na sede, 01 pela manhã e 01 à tarde no anexo. No último ENEM, a escola ficou em 8.743, com uma média total (prova objetiva + redação) de 532,43.

No que tange aos aspectos infra-estruturais necessários para a manutenção de um espaço educacional, a escola em estudo atende aos requisitos mínimos para o seu funcionamento: possui terreno com uma área de 5.742,5 m², sendo 2.109 m² de área construída. Nessa área encontra-se 15 salas de aula, uma biblioteca com sala de leitura integrada, sala de informática climatizada com computadores conectados a rede, quadra poliesportiva, sala de jogos, sala de vídeo e uma ampla área de convivência, além de dispor de recursos audiovisuais: TV pendrive, datashow, vídeo, retroprojeter, televisão e quadro branco. A escola ainda possui um anexo localizado na zona rural do município e conta com uma equipe de 14 professores no 2º grau.

O CAMPUS

Os recentes números da educação superior no país atestam a existência de uma maior concentração de estabelecimentos no interior do seu território. Segundo censos do INEP, para o período de 2008, de um total de 2252 instituições, 1441 se encontram no interior do país, enquanto 811 nas capitais. Mas os números deste instituto trazem também outra novidade: o aumento de matriculados em cidades do interior em instituições federais de ensino. Conforme o INEP, houve um crescimento da ordem de 10,1% nas matrículas fora das capitais brasileiras, se comparado ao período anterior, no ano de 2007.

estudos posteriores. Dentro do sistema de garantia à educação é também dever do Estado oferecer todo o aparato estrutural e funcional para o funcionamento das escolas, tais como quadro de funcionários que garantam seu bom funcionamento, tecnologia que dê suporte para o desenvolvimento das atividades e espaço físico.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB está representada por estes números. Resultado da política de expansão do ensino superior no país, esta instituição foi criada em 2006, como desdobramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia.

A UFRB tem uma estrutura multicampi, distribuída nas cidades de Cruz das Almas (Centro de Ensino de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas (CCAAB) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC), Amargosa (Centro de Formação de Professores (CFP)), Cachoeira (Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL) e Santo Antônio de Jesus (Centro de Ciências da Saúde (CCS), oferecendo, a princípio, 26 cursos.

Em 2007, esta universidade ofereceu 620 para seu processo seletivo, em 2008, projetou uma ampliação na ordem de 130%, passando a ofertar 1420 vagas. Terminado sua implantação esta universidade pretende ter 8.304 matriculados ofertando em seu processo seletivo, 1805 vagas. Atualmente a Universidade oferece 29 cursos de Graduação, 08 cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* (07 mestrados, 01 doutorado), 01 curso de Pós-Graduação *lato sensu* e desenvolve atividades de pesquisa e extensão. Após cinco anos de existência, a UFRB oferece mais de 2.500 vagas anuais nos cursos de graduação.

A partir de 2009, a universidade adotou as propostas e diretrizes do REUNI, aumentando o número de cursos e de vagas, tanto no turno diurno quanto no noturno, possibilitando o acesso de trabalhadores e estudantes das camadas populares no ensino superior, principalmente porque adota políticas de ações afirmativas e, por meio da sua Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), tem buscado desenvolver ações no sentido da permanência dos estudantes de baixa rentabilidade na universidade (via Programa de Permanência Qualificada).

PRIMEIROS RASCUNHOS

Estamos presentes na escola desde o final de 2009. As atividades realizadas ocorrem todos os dias da semana. Nas idas à escola, conversamos com os professores a respeito do projeto, seus objetivos e metas. Nestas conversas, foi possível perceber que alguns professores não vêem a universidade com bons olhos.

Realizamos ciclos de debates com os alunos bolsistas de iniciação científica júnior da FAPESB e do PIBIC a respeito de universidade, de políticas de ações afirmativas, sobre acesso, permanência e pós-permanência na universidade e, juntamente com os bolsistas, fomos às salas de aula conversar com os alunos do ensino médio e apresentar o projeto, buscando identificar o imaginário desses alunos a respeito da universidade. No momento estamos às voltas da organização do espaço cedido pela diretora para que possamos colocar em prática as ações do nosso grupo.

Nosso objetivo, conforme previsto no plano de pesquisa, é *promover uma vinculação duradoura entre a UFRB e escolas de ensino médio da região* para estimular nos alunos, professores, gestores e famílias a idéia da educação superior como projeto de continuidade de estudos, materializando a missão dessa instituição de conhecimento no que diz respeito à sua responsabilidade social e implicação com o desenvolvimento regional sustentável. Buscando atender a esse objetivo, retornamos à escola e desenvolvemos atividades com o intuito de divulgar a universidade como possibilidade de prosseguimento dos estudos e projetos de vida.

A partir da narração dos sujeitos presentes na escola, pudemos identificar a crise de legitimidade da universidade apontada por Almeida Filho & Santos (2008). Escritos dos diários de campo confirmam essa realidade:

O posicionamento de um aluno foi marcante. Ele afirmou que não tinha interesse na universidade porque sua vizinha cursou uma Faculdade e não conseguiu um trabalho melhor; outra se formou e está desempregada; além de ter um tio que trabalha, é bem remunerado e narrou que a pior coisa que havia feito na vida foi ter ido à universidade. Logo, o aluno concluiu que não precisava ir à universidade para “ganhar bem” (fragmentos de diário de campo).

Posicionamentos como estes vão sendo revelados ao longo da pesquisa. Alguns afirmaram: *“pra que estudar! Bom mesmo é trabalhar para ganhar dinheiro”!* Outros sinalizaram que *“a universidade, o vestibular e o ENEM são pura ilusão”* e *“não estudariam na UFRB porque lá só tem maconheiro”*. Outro fator que se destaca é a crise de hegemonia também apontada por Sousa Santos (2008) quando alguns alunos afirmaram que *“bom mesmo é estudar na faculdade particular porque a universidade pública é ruim”* (fragmentos de diário de campo).

Em contrapartida, outro aluno revelou que *“estudar é importante, dando como exemplo a situação irmã que fez universidade e passou no concurso”* (fragmentos de diário de campo). A seu depoimento somaram-se outros, levando-nos a concluir que muitos ainda têm interesse em acessar a universidade pública, mesmo que pareça uma realidade distante.

A partir desses pequenos fragmentos, é possível perceber o quanto a representação a cerca da universidade é diversificada. No entanto, as informações que os alunos têm sobre a universidade ainda são marcadas por juízos de valores que os distanciam ainda mais desse espaço educacional. Nesse caminho, entendemos a necessidade de fomentar mais discussões, principalmente sobre políticas de ações afirmativas, acesso, permanência e pós-permanência na universidade pública, no intuito de aproximar o universo da escola pública à vida universitária.

Esse processo de fazer pesquisa tem permitido uma aproximação profícua com a escola em estudo e nos possibilitou chegar às seguintes constatações: os alunos não têm informação sobre políticas de ações afirmativas que favorecem o acesso e a permanência de jovens oriundos de camadas populares e de escolas públicas nas instituições de educação superior públicas; a universidade ainda não se constitui em um projeto de vida para a maioria; a expectativa de concluir o ensino e trabalhar é mais evidente do que concluir o ensino e entrar na universidade; os que pretendem continuar a jornada estudantil inclinam-se em optar por instituições de caráter privado, pois as concebem como superiores em qualidade às de caráter público.

A escola e a família, obviamente, exercem grande influência nas decisões dos alunos. No entanto, os depoimentos descritos nos diários de campo deixam claro que a família e, principalmente, a escola não tem realizado um esforço no sentido de divulgar as possibilidades de prosseguimento do estudo, já que as universidades públicas estão se democratizando e abrindo as portas para os estudantes das camadas populares.

Com base nestas constatações, estamos desenvolvendo ações no sentido de mostrar aos alunos que acessar a universidade, em especial a UFRB, é uma realidade possível. Enquanto egressos de escola pública e hoje na condição de estudantes universitárias, buscamos revelar que a universidade também pode caminhar junto com as escolas públicas e superar uma realidade que ainda se faz presente no contexto atual: a entrada de um jovem de escola pública na universidade pública ainda é uma exceção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA FILHO, Naomar; SANTOS, Boaventura Sousa. A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova. Coimbra, 2008. Retirado de: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>> em 23 de julho de 2010.

ANDRÉ, Marli Eliza D.A. Etnografia da Prática Escolar. São Paulo: Papyrus, 1995.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Plano de Desenvolvimento da Educação. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais.** Brasília, 2007. Retirado de: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>> em 29 de julho de 2010.

COULON Alain. Etnometodologia. Petrópolis:Vozes,1995.

COULON, Alain. Etnometodologia e Educação. Petrópolis:Vozes,1995.

COULON, Alain A Condição de Estudante: a entrada para vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.

FINO, Carlos Manuel Nogueira. A etnografia enquanto método: um modo de entender as culturas escolares locais. Retirado de: <<http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/22.pdf>> em 29 de julho de 2010.

GARFINKEL, H. Recherches en Ethnométhodologie. Paris:PUF, 2007.

LAPLANTINE, F. *A descrição etnográfica.* São Paulo: Terceira Margem, 2004.

SANTOS, Georgina Gonçalves dos. L'implication dans l'action éducative des jeunes brésiliens à risques. *Esprit Critique Revue Intenationale de Sociologie et de Sciences Sociales.* Printemps. Vol. 9 N°. 1, p 113 – 121. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014**. UFRB: Cruz das Almas, 2009. Retirado de:<http://www.concursos.ufrb.edu.br/portal/index.php/documentos/cat_view/88888921-pdi-plano-de-desenvolvimento_institucional?limit=20&limitstart=0&order=date&dir=ASC> em 24 de julho de 2010.

DAMÁRIO DACRUZ, BIOGRAFADO A “TODO RISCO” – HISTÓRIA DO POETA E FOTÓGRAFO QUE CONTRIBUI SÓCIO- CULTURALMENTE PARA A CIDADE DE CACHOEIRA

Elton Vitor Coutinho¹

Resumo

Essa pesquisa faz parte do projeto *A construção social do corpo no Recôncavo Baiano*. Tendo em vista o corpo como representação e identidade, propõe-se aqui um resumo sobre a vida e a obra do poeta e fotógrafo Damário Dacruz. Essa pesquisa é baseada na importância que ele trouxe para as cidades do interior da Bahia e levou essa importância para fora do Brasil. A pesquisa tem um caráter teórico e prático, uma vez que o resultado desta foi a produção de um livro-reportagem do artista aqui apresentado, como Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo. Desta forma, o aporte metodológico utilizado veio, principalmente, dos estudos sobre biografia.

Palavras-chave: Damário Dacruz – biografia – corpo

Introdução

O livro-reportagem tem uma importância significativa na contemporaneidade, pois ele não se limita aos padrões tradicionais do jornalismo cotidiano e tenta reproduzir a realidade da forma mais completa possível. Sendo assim, estende a leitura do real, dando ao leitor outras maneiras de interpretar a realidade.

Para a construção da grande reportagem, existem algumas etapas que justificam o livro-reportagem enquanto meio ideal para ser trabalhado aqui. As etapas são: pauta, captação, redação e edição. Falando detalhadamente apenas dos dois primeiros, a pauta, no livro-reportagem, aparece de forma mais ampla, pois, entre outras coisas, não se limita a periodicidade. Dentro da pauta, existem tipos de liberdade que restringem ainda menos a maneira de como se trabalhar os temas – liberdade de angulação, temática, de fontes, temporal, do eixo de abordagem e liberdade de propósito. A segunda etapa, captação, é

¹ Estudante de Jornalismo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), pesquisador do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Arte e Patrimônio e bolsista PIBIC, vinculado à Fapesb, orientado pelo prof. Ms. Danilo Barata. Email: elton_vitor@hotmail.com. Cel: (71) 9253-9118

realizada de forma mais rica e precisa, através da interação nas entrevistas. Além destas, outro método de captação interessante, oriundo das ciências sociais, é a observação participante.

Dentro dos formatos e gêneros traçados no livro-reportagem, a biografia é que ocupa um espaço sólido no Brasil, sendo considerada como uma narrativa que tem por função contar a história de vida de uma pessoa.

Existe grande demanda no Brasil e no mundo em escrever biografias. Um dos motivos talvez seja o interesse do leitor em querer saber sobre a vida real e humana de determinado biografado, de se identificar com aquela história narrada ou até contrapor-se às suas idéias. Acredita-se também que as pessoas se interessam por biografias, pelo fato delas projetarem outra vida, outra história, outro contexto e novos destinos, levando o leitor numa viagem que tem volta e essa volta, muitas vezes, está mais próxima da sua realidade do que o próprio leitor imagina.

Por isso, escrever um livro-reportagem sobre a biografia de Damário Dacruz – o primeiro que contará sua trajetória –, vai além do traçar seu perfil, sua história e o seu olhar futurista sobre o Recôncavo Baiano, é dar destaque a um homem que contribui(u) sócio-culturalmente para Cachoeira e cidades vizinhas e aproximar o cidadão baiano ao poeta e fotógrafo aqui retratado.

Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia, pós-graduado em Comunicação e Mercado pela Universidade Salvador e Especialista em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo, Damário Dacruz nasceu no bairro de Santo Antônio Além do Carmo, Salvador-Bahia, em 27 de junho de 1953. Aos cinco anos de idade, já se interessava por manifestações artísticas, ingressando, desde cedo, no teatro. Foi poeta e fotógrafo. Suas fotografias, na maioria das vezes, expressam intimamente o que ele foi e o que sentiu. Ora um sonhador à procura de expressões artísticas, ora um enamorado de Cachoeira, cidade que lhe concedeu, por unanimidade, em 2005, o título de cidadão cachoeirano.

“Nunca sabemos quando viramos poeta. Sei apenas quando comecei a escrever poemas”. Foi assim que Damário Dacruz descreveu o seu marco como fazedor de arte. Entende-se Damário como uma personalidade cachoeirana, como uma pessoa que chegou à cidade logo após a enchente de 1989² e como um contribuidor social e artístico em nome da sua casa de

² Enchente que ocorreu em 24 de dezembro de 1989, inundando as cidades de Cachoeira e São Félix. O ocorrido deixou cerca de oito mil habitantes desabrigados, além de afetar a economia que, na época, era sustentada basicamente pelo turismo e pelo comércio. (Fonte: jornal *A Tarde* de 26 de dezembro de 1989)

cultura, Pousou da Palavra³. “Aprendi com Jorge Amado que ninguém vence sozinho. Por isso, o Pousou da Palavra não se chama Atelier de Damário Dacruz. Quero o Pousou com as mais diversas linguagens da arte e com artistas trocando idéias e contribuindo mutuamente na produção de uma arte inovadora e de qualidade”, relatou em entrevista.

No início da década de noventa, muitas pessoas não acreditavam na recuperação da cidade. A família de Damário, inclusive, achou na época, que a “loucura” dele tinha ultrapassado os limites, quando o poeta resolveu apostar na cidade. Enquanto muitos investiam na Linha Verde, Porto Seguro e Lençóis, por exemplo, a opção de Dacruz foi definitiva: comprar um sobrado na cidade em setembro de 1991 e criar o Pousou da Palavra.

Ele comentava que há mais de 15 anos dizia aos jovens estudantes ou a quem visita o Pousou, que Cachoeira não é mais uma cidade do passado. Afirmava que ela é uma cidade do futuro e a nossa responsabilidade é enorme nas questões sobre a Cultura e sobre o Ecossistema. “Quanto mais preservarmos Cachoeira da forma que ela é mais moderna ela será”, comentou Dacruz.

GLOBALIZAÇÃO

Quanto mais
sonho com Cachoeira,
mais amanheço
em Nova York.

“Globalização” é um pequeno poema que demonstra a revolta de Damário Dacruz em relação à rapidez das informações e às mudanças bruscas que ocorrem na cidade. Foi escrito em 1999 e exibido pela primeira vez em exposição na Fundação Hansen Bahia. Hoje percorre o mundo em camisetas mostrando o grande dilema do homem moderno sob os efeitos da globalização. “Afinal, onde estamos com tanta informação que nos chega com extraordinária rapidez? Sabemos hoje mais rapidamente quantos iraquianos morreram em Bagdá do que aconteceu ontem em Cachoeira”, desabafou.

³ Em 21 de setembro de 1991, Damário Dacruz comprou um sobrado em ruínas, em Cachoeira, e transformou seu amor pela cidade e pela poesia no Pousou da Palavra (espaço de arte, cultura e comunicação), inaugurado em 22 de junho de 2000 com o intuito de abrigar variadas linguagens artísticas. Integra o Pousou da Palavra, a produção poética e fotográfica de Damário Dacruz, com a produção de outros artistas prioritariamente do Recôncavo da Bahia, cidades vizinhas e da capital baiana. O espaço agrega também galeria de arte, acervo da poesia baiana contemporânea, café literário e o atelier de criação do idealizador Dacruz. Logo após dois anos de sua inauguração, o Pousou recebeu mais de quarenta mil visitantes e até hoje recebe um número significativo de pessoas.

Tendo em vista sua paixão por Cachoeira, além de sua influência social e cultural, Damário contribuiu para a cidade quando reacendeu a poesia no recôncavo e registrou, com seu olhar fotográfico, corpos que, de certa forma, reafirmam a identidade de Cachoeira.

O biografado passou por uma fase sensível da sua vida porque esteve com câncer no pulmão e, por isso, mereceu grande atenção por parte do biógrafo. É válido ressaltar que existiu uma preocupação em se distanciar criticamente do objeto de estudo e o assumir uma responsabilidade ética do biógrafo frente ao biografado. Pois, segundo Edvaldo Pereira Lima (2009), o autor jamais deve perder de vista que por toda a amizade que possa ter com o biografado, a relação com ele está ancorada numa relação de autor-personagem.

Segundo Sérgio Vilas Boas (2002), é comum que os biógrafos prefiram biografar um indivíduo que ao menos mereça seu respeito e estimule sua capacidade individual de investigação e é esse um dos motivos que levou o realizador desse artigo a pesquisar sobre Damário DaCruz, um homem comum (não celebridade mercadológica), mas com grande prestígio social e cultural.

Livro-reportagem, Biografia e o Novo Jornalismo

O jornalismo contemporâneo, como parte integrada da comunicação, tem por finalidade primeira reproduzir o concreto, numa tentativa de informar ao público, em diversas angulações da realidade social, sobre o que acontece no mundo. É a velha função de informar, explicar e orientar. Para reproduzir os fatos considerados atuais, o jornalismo se utiliza da notícia e, quando se quer aprofundar determinados temas, utiliza o instrumento da reportagem, a fim de ampliar os acontecimentos, apresentando várias perspectivas, em várias dimensões.

Foi em 1920 que a reportagem começou a se inserir em definitivo no jornalismo. Nessa mesma época, começou a ganhar espaço em periódicos de comunicação com o viés interpretativo. Para Edvaldo Pereira Lima (2009), a reportagem pode ser definida basicamente como um veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau mais amplo em relação ao tratamento tradicional nos meios de comunicação jornalística.

E é partindo do gancho da reportagem que se chega ao livro-reportagem. Este, por si só, já é interdisciplinar por agregar técnicas e conceitos oriundos de outras áreas de conhecimento como a história e a literatura, por exemplo, e também, segundo Lima (2009), um subsistema híbrido do jornalismo e da editoração. O livro-reportagem serve para ampliar o papel do

jornalismo contemporâneo-tradicional, buscando novas dimensões para o contexto da realidade como um todo. Além disso,

Universalidade, em jornalismo, significa variedade tanto no plano da abordagem de diferentes temas quanto da multiplicidade de aspectos que se aborda de um mesmo tema. (...) Portanto, um livro-reportagem isolado é dotado de universalidade, por sua vez, porque necessariamente capta e traduz várias facetas do objeto abordado. (LIMA, 2009, p. 49)

Mesmo no século XIX, na Europa, o livro-reportagem, como subgênero da literatura, já ter força, foi no século XX, principalmente nas décadas de 20, 30, 50, 60 e 80 que muitas coisas aconteceram e se ajustaram tanto no Brasil quanto no mundo. O marco se dá no final da Segunda Guerra Mundial, com a publicação do livro Hiroshima, de John Hersey. Já no Brasil, dois profissionais da imprensa marcam essa época: Euclides da Cunha e João do Rio. Depois deles, a revista *O Cruzeiro*, a *Realidade* e o *Jornal da Tarde*, seguiram com o jornalismo literário.

O livro-reportagem não só complementa a imprensa cotidiana, por abordar profundamente temas pouco trabalhados nela, como foge também de alguns preceitos do jornalismo convencional. Um deles é a atualidade. O jornalismo tradicional, por ser factual, só está interessado pelo o que acaba de acontecer. Seu tempo presente é efêmero e não-duradouro. Já o livro-reportagem se preocupa com a contemporaneidade, não do aqui agora, e sim com uma contemporaneidade mais extensa.

Mesmo se valendo de muitas características da literatura, o livro-reportagem, por não ser ficcional e por fazer parte do jornalismo, apresenta três características fundamentais deste: o conteúdo, o tratamento e a função. Em termos do primeiro, o livro-reportagem se preocupa com a veracidade e a verossimilhança dos fatos. É o real que está em pauta. Em relação ao tratamento, compreende a clareza e aceitação do leitor, atingindo, através da linguagem concisa, da montagem e da edição do livro, a comunicação. E, por fim, a função, que oferece informações relevantes da contemporaneidade.

Nos casos mais bem-sucedidos, o livro-reportagem apresenta tanto um aprofundamento extensivo quanto intensivo da realidade. Na abordagem extensiva, o número e a qualidade dos detalhes enriquece a narrativa, conduzindo-a para um grau de informação superior aos dos veículos cotidianos. Na intensiva, a verticalização dinamiza a compreensão do tema focalizado pela reportagem, inserindo-o precisamente no contexto contemporâneo. (LIMA, 1951, p. 29)

A grande reportagem em livro evoluiu bastante com o *new journalism*. Segundo Tom Wolf (2005), a literatura mais importante escrita hoje na América é de não-ficção. Essas reportagens especiais eram conhecidas como as matérias que fugiam do padrão tradicional do jornalismo e da notícia pura e simples e, por isso, foi rotulada de novo jornalismo.

Começou-se a falar em novo jornalismo na década de 60, mais precisamente final de 1966, e nunca foi considerado um movimento como outros que tinham na frente a palavra “novo”. Essa década foi marcada, nos Estados Unidos, por uma grande efervescência cultural, de transformações sociais e comportamentais, embebidas pela contra-cultura. Entretanto, alguns autores acreditam que o Novo Jornalismo não é tão novo assim. Muitos explicam que esse tipo de narrativa, com fonte inspiradora no realismo social, já era usado por autores como Honoré de Balzac, Charles Dickens e Daniel Dafoe, desde século XVII. Eles, já nessa época, usavam os recursos técnicos do ponto de vista, o registro fiel da realidade e a construção cena a cena.

Mas foi Truman Capote, ao lançar *A sangue frio*, que denomina seu trabalho como romance de não-ficção. Vários desses trabalhos que tinham como viés recursos técnicos da literatura ficcional, principalmente o uso do fluxo de consciência, foram combatidos tanto pela comunidade literária quanto jornalística. Porém,

O que me interessava não era simplesmente a descoberta da possibilidade de escrever não-ficção apurada com técnicas em geral associadas ao romance e ao conto. Era isso – e mais. Era a descoberta de que é possível na não-ficção, no jornalismo, usar qualquer recurso literário, dos dialogismos tradicionais do ensaio ao fluxo de consciência, e usar muitos tipos diferentes ao mesmo tempo, ou dentro de um espaço relativamente curto... para excitar tanto intelectual como emocionalmente o leitor. (WOLF, 2005, p. 28)

Existem vários métodos de captação (histórias de vida, documentação, visão multidimensional), mas se pretende, aqui, enfatizar apenas uma: a observação participante. Esse método teve seu auge nos Estados Unidos, na década de 60, também com o *new journalism*. Muitas coisas estão passando por transformação nessa época e o modo de captação do real não podia ficar de fora. Segundo Lima (2009) não há como retratar a realidade senão com cor, vivacidade e presença. “Isto é, com mergulho e envolvimento total nos próprios acontecimentos e situações, os jornalistas tentando viver, na pele, as circunstâncias e o clima inerente ao ambiente de seus personagens.” (LIMA, 2009, p. 122-123).

Ao escrever uma reportagem, o autor do livro começa um jogo tácito com o leitor. O autor tem um papel interessante de atrair o leitor, a fim de que este leia toda a obra numa mescla entre o mundo emocional e o real. A linguagem deve ser convidativa. A fruição pelo texto tem essa finalidade ao gratificar o leitor, conduzindo-o a narrativa. “Leva o leitor a uma nova desordem e permite que ele próprio constitua um reordenamento possível, para o qual o próprio texto oferece sua contribuição.” (LIMA, 2009, p. 139) E mais,

(...) tocar o leitor, sensibilizá-lo, estimulá-lo, movê-lo para que a comunicação se dê. Todo processo de comunicação causa um efeito no receptor, mas esse efeito só é eficaz, do ponto de vista do emissor, se antes há o contato comum, o elo de ligação que se transforma no portal conhecido pelo qual o leitor avança para o universo desconhecido que a obra propõe. Por associações de idéias, memórias, identificações e projeções – nos níveis intelectual, emocional –, o leitor pode sentir-se algo familiarizado com o mundo contido no livro, inclinado a penetrá-lo. (LIMA, 2009, p. 143)

O autor ainda propõe uma classificação para configurar os mais variados tipos de livro-reportagem existentes, sem esgotar outras possíveis modalidades. São: livro-reportagem-perfil, livro-reportagem-depoimento, livro-reportagem-retrato, livro-reportagem-ciência, livro-reportagem-ambiente, livro-reportagem-história, livro-reportagem-nova consciência, livro-reportagem-instantâneo, livro-reportagem-atualidade, livro-reportagem antologia, livro-reportagem-denúncia, livro-reportagem-ensaio e livro-reportagem-viagem.

Além disso, Lima também propõe ao jornalismo literário o alicerce da transdisciplinaridade: “Minha proposta nessa direção é o jornalismo literário avançado, que integra, uma síntese, contribuição de distintos campos de conhecimento, alavancando um novo conjunto de paradigmas para a compreensão do real.” (LIMA, 2009, p. 438)

Após perpassar pelo mérito da reportagem e do livro-reportagem, reservam-se aqui alguns parágrafos para retratar o que mais interessa ao realizador desse artigo, a biografia, também um gênero literário de não ficção, em componente híbrido, tratando-se de um trabalho duro, pessoal e subjetivo. O objetivo maior da biografia é justamente gerar conhecimento sobre o passado de alguma pessoa. “A verdade e a ficção tecem o realismo da biografia, e as formas de subjetividade contemporânea entrelaçadas na vida do biografado compõem um jogo de intervenções entre vários campos do saber: história, semiótica, filosofia, literatura, jornalismo e psicologia” (VILAS BOAS, 2002, p. 38).

Até metade do século XVIII quase não existia biografias em que o centro fosse apenas uma pessoa. Ao contrário, eram grupos de pessoas que estavam em destaque, principalmente

nobres, reis, pintores e até poetas. Isso era viável, pois o objetivo, na época, era traçar o perfil de alguém pela glória de Deus. Escritores como Samuel Johnson e James Boswell foram considerados os precursores da biografia moderna. Antes, a relação dos heróis biografados se limitava aos pais e amigos, e seu passado, sua infância, muitas vezes, não era reflexo do caráter de transição do indivíduo. Hoje já acrescenta a estes, família de um modo geral, parentes e, até mesmo, inimigos.

A historiografia está inserida na biografia de forma determinante, uma vez que ela “contempla pesquisa, interpretação e recursos normativos” (VILAS BOAS, 2002, p. 19). Além disso, pelo fato de um dos objetivos da biografia ser gerar conhecimento sobre o passado de alguém, a história é uma das fontes indispensáveis. Ao gerar esse conhecimento sobre o passado, algo começou a ser questionado pelos críticos literários: quais os direitos e até que ponto deveria revelar a vida privada de uma pessoa?

As biografias são classificadas em: biografias autorizadas, independentes, encomendadas e ditadas. Aqui merece destaque apenas a primeira, em que são escritas e publicadas com a autorização do biografado e dos entrevistados que ajudarão a compor o livro-reportagem. Alguns críticos enfatizam a importância das biografias independentes (as que são escritas sem o consentimento do biografado) por considerar que o acesso às informações autorizadas pode prejudicar a boa biografia quando, por exemplo, o biografado se sente no direito de suprimir trechos ou capítulos do livro. Entretanto, “insistir em narrar uma biografia independente pode significar não acessar arquivos importantes.” (VILAS BOAS, 2002, p. 49)

Ainda segundo Vilas Boas (2002), os biógrafos, por também serem autores, estão livres para escolher quem biografar. Entretanto, a maneira de como seguir na captação, na interpretação e na narração está sujeito a fatores que muitas vezes independem dele (do biografado). Por isso, o biógrafo tem de negociar com parentes, familiares, entre outras fontes. Daí a importância de se fazer uma biografia autorizada, pois, independente do contrato biográfico, não se pode esperar total independência. “Condição inevitável do trabalho biográfico é revolver a intimidade da personalidade. Portanto, o contrato autoral não é (ou não deveria ser) questão de fé ou malícia, mas de vigor interpretativo.” (VILAS BOAS, 2002, p. 49)

É notória como a biografia influencia o comportamento humano tanto do biografado quanto do biógrafo e, principalmente, do leitor. E quanto mais o biografado for uma “celebridade”, mais os leitores se interessam por sua vida, mesmo não se identificando com ela. Entretanto, é válido ressaltar que essa preferência por personalidades em destaque, principalmente do ponto de vista do autor, está cada vez mais diminuindo. Os homens vistos

como comuns estão entrando nesse cenário e ganhando destaque para serem biografados, que é o que acontece(u) com Damário Dacruz.

Damário Dacruz, o poeta da fotografia

Leonino, filho de Oxossi e gêmeo de Damari, Damário Matos Dacruz ou “Dam”, para os íntimos, foi pai de Damini e Dimitri Dacruz. Fez parte da entidade Hora da Criança, dirigida pelo arte-educador Adroaldo Ribeiro Costa. Com 21, iniciou suas viagens ao exterior, quando conviveu com guerrilheiros latino-americanos pela Bolívia e Peru.

Mas foi com 15 anos que surgiram os seus primeiros versos escritos. Ainda na sala de aula do ginásio, quando todos discutiam matemática, “algo em mim e além de mim me fez rebelde e parei de escutar a professora para obedecer apenas o meu desejo em criar”. Aqueles seus primeiros versos o deixaram mais feliz do que um dez no boletim. “A poesia me fez ir para as ruas colecionar ventos perigosos”, informou.

Filho e neto de comerciantes e caixeiro do armazém-empório Sulamericano aos nove anos, Dacruz falava de seu pai com certa tristeza na voz. Daniel Dacruz, já falecido, marcou a vida do poeta em dois momentos. O primeiro quando ele ainda tinha 17 anos, em que viu um “pai de família” ser demitido por seu pai. O segundo, quando seu pai o expulsou de casa por “Dam” ter escolhido fazer Jornalismo e não Engenharia. Mas nada disso fez com que ele deixasse de escrever os seus versos.

TODO RISCO

A possibilidade
de arriscar
é que nos faz homens.
Vôo perfeito
no espaço
que criamos.
Ninguém decide
sobre os passos que evitamos.
Certeza
de que não somos pássaros
e que voamos.
Tristeza
de que não vamos
por medo dos caminhos.

Durante sua carreira, Damário escreveu vários poemas, mas, sem dúvida, *Todo risco é o poema* mais conhecido dele. As quatro primeiras edições do livro venderam tanto nas livrarias de Salvador que foram suficientes para comprar o Sobrado. Já foi traduzido para várias línguas e foi também tema de vestibular da Universidade do Rio de Janeiro na década de 90. O texto circula em várias páginas na internet através de sites, blogs e artigos. Em setembro de 2008, o poema *Todo Risco* foi tema central do Congresso de Educadores da Universidade Federal da Bahia.

Segundo Dacruz, as fotografias, em comparação às suas poesias, apesar de complementares, são mais racionais. Ela começou, na observação do fotógrafo, quando do seu desejo, ainda na adolescência, em ter uma câmera daquela exposta nas vitrines de Salvador. Mas sabia que seus pais jamais dariam um presente. Daí, ele teve que aguardar a maioridade, ter o seu primeiro emprego e, nas primeiras férias, comprar a sua primeira câmera. Uma Yachica, lente fixa de cristal azulada, 35mm, 1.4. E foi com ela que viajou para Bolívia tirar suas primeiras fotos. E diante a tanta exuberância boliviana, exuberância de paisagens, Damário começou a fotografar pessoas. E foi ali, naquele momento, que ele entendeu que seria muito mais um fotógrafo de gente do que de paisagem.

Dacruz, criador da linguagem Fotopoema, em Brasília, em 1981, já publicou três livros. *Vela Branca*, em 1973; *Todo Risco, o ofício da Paixão*, de 1993, e *Segredo das Pipas*, em 2003. Além disso, foi o idealizador e coordenador-geral do Espaço de Arte, Cultura e Comunicação – Pousa da Palavra –, localizado em Cachoeira. Lá ele realizava atividades de divulgação das diversas linguagens artísticas da região, provocando a criatividade e ampliando o acesso da população.

Qual a importância de Damário Dacruz para Cachoeira e sua interferência na vida social e cultural da cidade? Essa é uma pergunta muito simples de responder. Primeiro Damário Dacruz contribuiu socialmente e culturalmente para a cidade de Cachoeira com a criação da casa de cultura Pousa da Palavra como já foi relatado. Além disso, através de sua obra – poesia e fotografia – ele mostrou Cachoeira para o Brasil e para o mundo e incentivou e divulgou artistas do Recôncavo Baiano.

“Sou soterocachoeirano, apesar de ter trocado o mar pelo rio. Considero o mar exagerado, incerto. Já o rio, tenho a certeza de que ele sempre seguirá para frente.” Ao chegar à cidade, Damário despertou curiosidade em muitos moradores. “Quando me estabeleci de forma mais concreta, em Cachoeira, alguns pensaram que eu tinha vindo para fazer política partidária, que a minha intenção era ser vereador ou prefeito”. Mas a cidade já era uma das suas paixões

desde os quinze anos de idade “e eu tinha certeza de que um dia ela retomaria a sua trilha de brilho”, concluiu Damário.

Descrição dos procedimentos utilizados

O objetivo central dessa biografia foi verificar a importância e a interferência sócio-cultural que o poeta e fotógrafo Damário Dacruz teve em Cachoeira assim que se instalou na cidade – dois anos após a enchente de 1989 –, tendo como foco principal suas poesias. Além disso, contou resumidamente a história de vida do artista baiano através de fontes orais (secundárias) tanto do biografado quanto de parentes, amigos e familiares e através de fontes primárias (gravadas e impressas). Na biografia, pontos da sua vida enquanto jornalista, fotógrafo e agitador cultural também foram narrados. Contextualizou-se sua história no tempo e no espaço e analisou-se o incentivo de produção e divulgação que Dacruz deu a alguns artistas do Recôncavo Baiano, que até então não tinham visibilidade no mercado artístico-cultural da região. Reproduziram-se algumas de suas poesias que têm como tema central Cachoeira. Da mesma forma, mostrou a visibilidade que Damário Dacruz deu à cidade quando levou, para vários países da Europa e América Latina, suas poesias e fotografias.

O cronograma de atividades se iniciou basicamente em dezembro de 2009. Nesse período, foram coletados os dados oriundos de revistas e jornais impressos, além de blogs. No mês seguinte, procedeu-se a leitura dos arquivos. Logo em seguida, análise dos dados e a pré-listagem das possíveis fontes entrevistadas. Em fevereiro, confeccionou-se a pauta, a lista definitiva dos entrevistados e iniciaram-se as entrevistas. No início de março, as entrevistas ainda estavam sendo finalizadas e a redação do livro sendo principiada. Abril e início de maio foram os meses integrais para escrever todo o livro. Final de maio, correção e revisão da biografia. Junho, revisão final, entrega do produto para o pacote gráfico e posterior impressão.

O modelo de análise central utilizado para as entrevistas (realizadas em Cachoeira, São Félix e Salvador), após a captação do áudio em formato mp3, foi a transcrição na íntegra. Em seguida, a edição e exame do que deveria colaborar ou não para a escrita da biografia. Colaboraram, assim, as entrevistas que realmente tiverem ligação com os objetivos do produto, além do que julgou ser interessante para compor a vida (poética) e obra do biografado. Apesar da existência desse método, isso não implicou na inflexibilidade do realizador-entrevistador em relação ao uso de outras técnicas. Algumas entrevistas, por exemplo, foram feitas via email, por conta da distância física e impossibilidades de alguns entrevistados. Outro fato foi a recusa de uma fonte a falar diante do gravador eletrônico. Nesse caso, utilizei apenas um bloco de notas.

As entrevistas significam justamente “ter de lidar com lembranças/recordação (por via oral ou escrita) de amigos, familiares e conhecidos que conviveram direta ou indiretamente com o biografado.” (VILAS BOAS, 2002, p. 60). Portanto, deve-se privar pela oralidade da entrevista aberta embebida de observação e diálogo. Cremilda Medina, por exemplo, sugere o que chama de “entrevista aberta”, onde quem toma a centralidade da entrevista é o próprio entrevistado, fazendo com que o diálogo flua mais facilmente.

O entrevistado principal foi Damário Dacruz. A partir das entrevistas com o ele, foram escolhidas, das cinquenta fontes consultadas, trinta e duas para relatar fatos delimitados da sua vida. Entretanto, dessas trinta e duas fontes, apenas dezenove foram realmente entrevistadas por questões de logística e, em especial, de recusa. Foram suas histórias, seus relatos da infância, juventude e fase adulta, suas lutas em movimentos sociais, sua chegada à Cachoeira, a criação do Pouso da Palavra, suas profissões, suas fotografias e o ofício de ser poeta, em excelência, que restringiram a escolha das fontes e delimitaram o contexto em que as entrevistas foram fundamentadas.

Os entrevistados secundários foram: os seus dois filhos biológicos, escolhidos para falar do Damário Dacruz enquanto pai. Sua ex-esposa, mãe dos seus filhos, para registrar momentos da vida conjugal, assim como o Damário na sua fase de mudança (juventude à fase adulta). Seu irmão caçula para cruzar relatos da infância de Damário. Da mesma forma, o melhor amigo do poeta, quando criança, que também o acompanhou na adolescência. Uma amiga da época da faculdade e dois outros da fase adulta. Foram entrevistados também, dois poetas que falaram sobre sua relação com Damário, dando ênfase em suas poesias. A funcionária da sua casa de cultura Pouso da Palavra. Dois artistas do Recôncavo Baiano que tiveram suas obras expostas no Pouso e que são gratos a Damário pela visibilidade que este deu às obras e, conseqüentemente, a eles. A atual Assessora de Comunicação da Hemoba (substituta do cargo de Damário) e o diretor da Fundação. O sócio do “Empório dos Sentidos” (segunda casa de cultura do poeta) e o dono do “Café com Arte Sebo Ana Néri” (casa de cultura incentivada por ele), também foram entrevistados. Além da última namorada do poeta e o médico oncologista que o acompanhou na fase da doença.

Para isso, ainda foi utilizado o método dedutivo, no qual partiu das teorias e técnicas acerca do produto (livro-reportagem – biografia), além de registros iconográficos e pesquisas em sites e periódicos sobre o biografado.

As técnicas para a coleta de dados e confecção do livro-reportagem consistiram, previamente, na elaboração da pauta, nas entrevistas jornalísticas, na observação participante e na documentação.

A pauta foi a definição de rumos do entrevistador/realizador, mas não algo fechado e inalterado. A partir dela, puderam ser descobertos novos ângulos de análise. Foi realizado também um bom planejamento de abordagem, a partir da pauta, para que houvesse a coleta de informações através de livros, revistas, gravações, entrevistas, etc, dando “voz” a várias fontes.

As entrevistas jornalísticas, em perfil humanizado, sob o método de compreensão do real, pretenderam-se trazer uma interação humana entre o realizador e o entrevistado. Dessa maneira, compreendeu, de forma ampla, o entrevistado em relação a sua vida, comportamentos, conceitos e valores. Nas entrevistas, o realizador se serviu tanto como ouvinte quanto interferiu na estrutura do relato.

Outro processo de captação de informações utilizado foi a observação participante e suas técnicas. O autor da biografia morou com o biografado durante três meses em sua residência, na cidade da Cachoeira, vivenciando precisamente o cotidiano de Damário Dacruz, observando-o com riqueza de detalhes seus modos, seus gestos, suas falas, seus padrões de comportamento, motivações, valores, causa e consequência das atitudes, hábitos, maneiras, costumes, estilos de móveis, vestes, decoração, comida, o cuidar da casa e os outros detalhes simbólicos que passaram a existir. Além disso, como sugere Cremilda Medina, a observação participante, do ponto de vista do observador, é uma forte aliada às entrevistas, já que se estabelece um maior grau de participação com o entrevistado, facilitando o diálogo e reduzindo os estranhamentos.

Através dos mais diversos meios (impresso, digital, por exemplo), foi utilizado, ainda como método de captação, a documentação, para coletar, examinar, classificar e usar os dados sobre o biografado. O autor também teve acesso ao arquivo pessoal e artístico do poeta, mediante acordo tácito, falado e escrito (Ver anexo). É válido ressaltar que, dentre o arquivo pessoal do poeta, o que se sobressaiu foram matérias impressas de jornais e revistas. Sendo assim, pelo fato dos jornais e revistas, por exemplo, construírem ou destruírem personalidades e imagens houve uma atenção dobrada acerca do veículo.

A oralidade esteve no centro das entrevistas e foi um recurso para elaboração de dados referentes à vida social do entrevistado. Prestou-se atenção ao valor da experiência em si e da cronologia dos fatos julgados importantes.

Referências bibliográficas

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 6ª ed., 1998.

- CAPOTE, Truman. **A sangue frio**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.
- LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literário**. Rio de Janeiro: agir, 1969.
- LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é livro-reportagem**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: editora Brasiliense, 1993.
- LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. São Paulo: Manole, 2004.
- MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente – narrativas do cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.
- VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- VILAS BOAS, Sergio. **Biografias & biógrafos – jornalismo sobre personagens**. São Paulo: Summus, 2002.
- VILAS BOAS, Sérgio. **Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida**. São Paulo: Unesp, 2008.
- VILAS BOAS, Sérgio. **Perfis**. São Paulo: Summus, 2003.
- WOLF, Tom. **Radical chique e o Novo Jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

A PERCEPÇÃO DOS SINDICALIZADOS RURAIS DOS MUNICÍPIOS: MURITIBA E CABACEIRAS DO PARAGUAÇÚ - BAHIA NO BAIXO PARAGUAÇÚ SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO RURAL

Gleidson Oliveira Santos¹

RESUMO

A pesquisa avalia a eficiência do Estado brasileiro na aplicação de determinadas políticas públicas, como as agrícolas, agrárias, pesqueiras e de promoção humana ou desenvolvimento rural, implementadas por meio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, que engloba assalariados, pequenos e médios agricultores, parceiros, arrendatários, meieiros e pescadores artesanais. A avaliação se deu nos municípios de Muritiba e Cabaceiras do Paraguaçu – Bahia, na região denominada Baixo Paraguaçu, e tentou mensurar os efeitos das políticas sobre os beneficiados, os sindicalizados, quanto à melhoria da qualidade de vida, ao aumento da produtividade e adoção de novas tecnologias. Trata-se de uma pesquisa empírica, utilizando questionários, com base em amostra de sindicalizados. Os dados sugerem que as políticas são compensatórias, no que se refere à renda e que não demonstraram eficiência no aumento da produção.

Palavras-chave: Políticas públicas, Desenvolvimento rural, Sindicatos.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais.

Sendo as políticas públicas são intervenções feitas pelo Estado com vistas a promover o crescimento econômico e o bem estar, no seu sentido mais amplo. As políticas de aumento da produção, denominadas produtivistas, e de geração de bem estar e promoção humana no meio rural têm como formuladores os Ministérios da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural. Na medida em que são os sindicalizados rurais os beneficiários diretos das políticas públicas para o meio rural intermediadas pelas associações sindicais, é de absoluta pertinência investigar o quanto estas políticas estão mudando seus sistemas produtivos e melhorando as condições de vida.

¹ Estudante do Curso de Ciências Sociais, bolsista PIBIC CNPq/UFRB (gleidson-oliveira36@hotmail.com 75 8202-9946). Orientador: Prof. Dr. Amílcar Baiardi.

Surge assim a necessidade de verificar quais políticas públicas agrícolas, pesqueiras, agrárias e de promoção social tem sido ofertadas pelo Estado brasileiro, ao meio rural, tendo os Sindicatos como parceiros permanentes.

Para tal análise é fundamental o diagnóstico socioeconômico dos municípios envolvidos na pesquisa, o que oferecerá uma visão geral dos diversos aspectos referenciais acima citados, pois ao iniciar-se a pesquisa empírica já se tinha visão de cada município na sua individualidade, e quais políticas públicas estão presentes em cada um deles.

Os Sindicatos Rurais são organizações sociais, que se dedicam a defender os interesses de seus associados, interesses econômicos, culturais, públicos e sociais nas diversas esferas públicas. Seus principais interesses se voltam para a defesa da categoria a qual representa, pensando no bem comum e na organização coletiva.

Por meio dos Sindicatos Rurais, muitos dos programas e projetos do Governo Federal são aplicados ao meio rural, com vistas ao aumento da produção e obtenção de melhorias nas condições de vida de toda uma população que está em atividade no campo.

O objeto de pesquisa parte de uma idéia maior que dá conta da avaliação que os sindicalizados fazem das políticas públicas agrícolas, agrárias, pesqueiras e de promoção humana geridas pelo Ministério da Agricultura, pelo Ministério da Pesca e pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e que são executadas com a intermediação da estrutura sindical rural. Esta avaliação se expressa na percepção de existência de mudanças no que se refere ao aumento da produtividade e adoção de novas tecnologias e em termos de padrão e qualidade de vida. Nesse trabalho em específico seguindo esse norte faremos um apanhado desse complexo em funcionamento.

Assim, trataremos do contexto encontrado por ocasião da pesquisa efetuada na região do Baixo Paraguaçu, que visa lançar luz sobre a percepção dos sindicalizados rurais dessa região quanto às políticas públicas implementadas através da representação sindical local.

REFERENCIAL TEÓRICO

É levada em consideração dois tipos de abordagem teórica: 1) estudos sobre as políticas agrícolas e sobre a relevância dada a elas pelo Estado brasileiro e 2) pesquisas recentes sobre a diversidade do rural, focalizando a categoria trabalhador rural, que

inclui assalariados, pequenos e médios agricultores, parceiros, arrendatários, meieiros e pescadores artesanais.

Em continuação discutir-se-á as mudanças ocorridas no Estado interventor após a crise dos anos 80 com Offe (1984), continuando com Guimarães (1990), Affonso (1990) na análise do caso brasileiro. Serão objeto de reflexão as tentativas, na esteira da onda neo-liberal, de redefinir papéis do Estado, com Osborne e Gaebler (1994). A visão da intervenção dirigida para o desenvolvimento agrícola nos anos oitenta será abordada em Delgado (1985), Arezzo e (1982) Martine (1990).

A leitura da intervenção dirigida para o desenvolvimento agrícola nos anos noventa será feita via Kageyama, (1990), Baiardi (1966) e Stédile, (1994). Finalizar-se-á a abordagem sobre políticas para o meio rural focalizando dos anos noventa até a contemporaneidade, marcada pela criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, as contribuições de Paulillo (1997), Barros (1998), Graziano da Silva (1998), Baiardi (1998) Abramovay, R e Veiga, J.E. (2001), Gasques (2001) e Bacha, 2004.

No que se refere à diversidade do pluralidade do rural, a abordagem inclui desde Chayanov (1974), Kautsky (1974) e Lênin (1973) buscando as raízes da natureza do trabalho familiar agrícola e sua inserção no mercado, passando por Tepicht (1970) até chegar a Abramovay (1992) focalizando os tipos contemporâneos no Brasil e no exterior de organização produtiva no capitalismo avançado. As contribuições de Angela Kageyama (1987), sobre a formação dos Complexos Agroindustriais, CAIs, cuja gênese e evolução passou a ser chamada 'caificação serão de utilidade porque na região predomina a verticalização na produção de aves

Os recentes trabalhos de Graziano (1997 e 1998) sobre o novo rural têm o grande mérito de apresentar, sistematicamente, aquilo que já era evidente para muitos analistas dentro e fora do mundo acadêmico e que já era captado pelas estatísticas dos órgãos oficiais: parte considerável da capacidade de trabalho da família rural está hoje comprometida com atividades não agrícolas.

Aprofundar este conhecimento e mostrar o potencial da pluriatividade nas várias formas combinantes da atividade agrícola com a pequena indústria, caseira ou não, com o artesanato, com serviços diversos e com o turismo rural compatível com a agricultura sustentável, ou o da tridimensionalidade (eco-agro-turismo), é missão de suma importância. Por meio dela é possível orientar as expectativas de amplos segmentos da população rural - produtores assentados e não assentados, trabalhadores sem terra organizados ou não no MST e uma ampla faixa de agricultores que operam na escala

familiar, média e patronal – que vêm nesta diversificação rural não agrícola a possibilidade de ascender a estratos de renda mais elevados e, conseqüentemente, melhorar a condição de vida.

A adaptação à polivalência ou pluriatividade não se dá de forma igual entre os estabelecimentos integrantes desta ampla categoria que é a agricultura familiar brasileira. Dependendo de quanto mais articulada com o mercado esteja e do quanto menos imperfeito seja este mercado, a agricultura familiar tende a assumir fisionomia diversa. Este amplo esforço de revisão permitirá um rigor maior na conceituação e na representação da diversidade encontrada nos sindicatos.

CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

A região do Baixo Paraguaçu é formada pelos cinco municípios banhados pelo rio antes da Foz, a saber: Cabaceiras do Paraguaçu, Muritiba, São Félix, Cachoeira e Maragogipe. Do ponto de vista físico, é possível detectar nos mesmos três ecossistemas: o denominado como de Mata Atlântica, hegemônico e caracterizado por vegetação remanescente densa e por um clima úmido, o Litorâneo de Manguezais e o de Transição para o Semi-Árido.

O município de Cabaceiras do Paraguaçu foi distrito de Muritiba até 13 de junho de 1989, data de emancipação. Sua população estimada em 2009 era de 18.569 habitantes e sua área territorial compreende 214 Km², banhada pelo Rio Paraguaçu que proporciona como meio de subsistência a pesca, além da agropecuária. Muritiba foi fundada em 8 de agosto de 1919, o município de tem como base econômica a agricultura, com a produção de mandioca, fumo, laranja e limão, sua população estimada em 2009 era de 27.755 habitantes e sua área territorial compreende 111 Km², possuindo ainda o distrito de São José do Itaporã.

O território do Baixo Paraguaçu foi incorporado ao circuito internacional de comércio devido a atividades extrativistas, denominadas também de economia do saque. Estas atividades desenvolveram-se principalmente na Mata Atlântica e há registros de extração do “Pau Brasil” e de outros produtos vegetais, além de minerais e animais. O extrativismo é parte da participação das regiões periféricas no movimento mundial de acumulação de capital, mediante formas predatórias de captação de recursos naturais que são estabelecidas por agentes econômicos financiados e ligados ao comércio internacional e sem compromissos com a economia futura (PEDRÃO, 1998). Ao

extrativismo, segundo Tavares (2001), segue-se a partir do século XVI a produção de açúcar, atividade que combinava a agricultura com o processamento industrial da cana, constituindo o denominado complexo açucareiro. As demais atividades econômicas nesta fase colonial da história regional eram subsidiárias à produção açucareira, entre elas a criação extensiva de bovino, que se estendia pela zona de transição para o semi-árido, a mata fina ou agreste, e entrava no semi-árido. Raízes e tubérculos como a mandioca, frutas, poucos cereais e posteriormente fumo e algodão, estes últimos também se constituindo mercadorias do comércio internacional, integravam o elenco de atividades conduzidas no período pelos agentes econômicos que participavam do extrativismo, tinham aí obtido uma acumulação primitiva, e que utilizavam mão de obra escrava e por pequenos produtores independentes. Estas outras atividades não chegaram, contudo, a ter o peso da cana de açúcar, que pela sua hegemonia, moldou no Nordeste brasileiro relações de produção e uma sociedade que viria a ser a marca do Brasil, influenciando a construção do conjunto de instituições, de mentalidades e de valores.

Estes componentes da super-estrutura, ou da base espiritual de uma sociedade, pesaram muito na formação da sociedade rural regional e na definição dos papéis sociais e produtivos, levando a que no Baixo Paraguaçu a classe patronal tivesse um entendimento diferente do que deveria ser a relação capital-trabalho após a abolição da escravidão, o que exigiu do nascente operariado rural e urbano uma longa batalha para obter direitos que já haviam se generalizado em outras partes do país. Tentativas de re-escravização, de servilismo e de controle racial com baixos salários foram as condutas mais comuns tomadas pela classe de senhores de engenho e pelos empresários de outros setores, não lhes ocorrendo buscar a viabilidade econômica na modernização produtiva, gerencial e em relações de produção estritamente capitalistas, é o que sugere Cunha (2004).

No momento ainda se percebe na sociedade rural traços da sociedade patriarcal escravista, sobretudo no distanciamento de uma mentalidade mais próxima à burguesa, em termos de assunção de riscos capitalistas e menor dependência do Estado. Os trabalhadores rurais do Baixo Paraguaçu, uma categoria ampla que engloba assalariados, pequenos e médios agricultores, parceiros, arrendatários, meieiros e pescadores artesanais ainda exhibe em termos de padrões culturais uma certa herança desse passado

METODOLOGIA

A avaliação das políticas foi procedida por meio de uma pesquisa empírica com aplicação de questionários por meio de amostragem não probabilística associada aos municípios Cabaceiras do Paraguacú e Muritiba.

A metodologia utilizada foi composta por seis passos principais como: a) Contato inicial com os atores locais, principalmente com os Sindicatos, b) Identificação dos atores Locais. Nesta etapa também, foi melhor identificada cada localidade, verificando distâncias entre a sede e os principais espaços de concentração de sindicalizados c) Em seguida foram realizadas as entrevistas de forma aleatória, com espaço para coleta de dados por meio de um roteiro previamente construído e referenciado à teoria constante da literatura consultada. d) Após a realização das entrevistas foi feita a revisão e a formação do banco de dados utilizando planilhas do software Excel. e) Em seguida procedeu-se a transformação dos dados em tabelas e indicadores e validando os dados junto às comunidades pesquisadas. f) Finalizando foram construídos os relatórios finais e artigos em grupo.

Ressalta-se que previamente à elaboração dos questionários e dimensionamento da amostra a equipe aprofundou conhecimento da realidade por meio de trabalhos já elaborados e realizará leituras e re-leituras consideradas de utilidade para melhor entendimento do objeto e sua representação. Os questionários foram aplicados nos municípios que integram a área de estudo e com base na análise e coleta dos dados levantados que posteriormente constituiu um banco de dados que viabilizou ulteriores tabulações, tratamento dos dados e redação do relatório final e de artigos.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:

As análises realizadas nestes municípios tiveram como principal foco a verificação da efetiva aplicação das Políticas públicas disponibilizadas pelo diversos Ministérios, assim como observação acurada da eficiência das mesmas, e em que medida tem sido mudadas as realizadas destes produtores rurais partindo o pressuposto que estas políticas possuem uma de melhorar significativamente as produções agrícolas e agrárias.

Coube ainda nesta análise, observar como estes beneficiários compreendem as potencialidades que podem lucrar muito mais, melhorando sua produção, assim como o

incentivo à cooperação, pode-se notar que grande número de produtores eximiu-se de respostas sobre questões que indicariam a compreensão desta proposta.

Diversas políticas contemplam estes municípios, os Sindicatos são efetivamente os mediadores legais para que haja liberação, mas observou-se um maior apelo à cooperação, são muito individualizados, o que sugere resultados pouco positivos na produção, assim como incentivo a criação de espaços de discussões permanentes de melhorias de aplicação destas Políticas.

As tabelas apontam de maneira mais definida os resultados, em diversos momentos a ausências de respostas, não favorece a leituras sobre a realidade encontrada e revelada pelos entrevistados.

Tabela 1. Números de filhos por entrevistado

Filhos/Cidade	S. Félix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceiras	Total	%
Nenhum	0	1	1	0	0	2	1,4
1	3	0	2	2	2	9	6,3
2	9	1	4	6	4	24	16,9
3	7	3	4	5	3	22	15,5
4	5	2	5	4	7	23	16,2
Acima de 4	14	19	6	7	11	57	40,1
NR	2	2	0	0	1	5	3,5
Total Respondido	38	26	23	22	27	136	99,9

Fonte: Pesquisa de Campo 2009/2010

Fica evidenciado pela tabela 1 um alto número de casos em que os entrevistados figuram com mais de 4 (quatro) filhos, o que indica serem as famílias do mundo rural maiores que as da cidade. Este fenômeno está associado a baixos índices educacionais, ausência de planejamento familiar e também extratos sociais de renda mais baixos. Apesar do alto índice de filhos foi notório que os mesmos já não trabalham mais na produção familiar, graças a incentivos como o Bolsa Família.

Tabela 2. Distribuição de renda da população investigada dos municípios estudados

	S. Félix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceiras	Total	%
<510	16	9	2	5	17	49	34,8
510 - 800	16	14	9	11	5	55	39
800<	4	3	3	2	2	14	9,9
NR	4	2	9	4	4	23	16,3
Total Respondido	36	26	14	18	24	118	99,9

Fonte: Pesquisa de Campo 2009/2010

Constata-se nessa tabela, Tabela 2, que a faixa 510-800 reais é a que apresenta maior incidência de respostas, o que provavelmente revela que os programas de distribuição de renda estão contemplando mais de um membro por família do mundo rural, à exceção do município de Cabaceiras do Paraguaçu.

Tabela 3. Índices de educação

	S.Felix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceiras	Total	%
Não Alfabetizado	7	7	2	5	7	28	19,9
Fund. Incompleto	13	10	13	5	10	51	36,2
Fund. Completo	13	5	1	3	3	25	17,7
Médio Incompleto	5	4	2	5	3	19	13,5
Médio Completo	2	2	2	2	3	11	7,8
E. Superior	0	0	0	0	2	2	1,4
NR	0	0	3	2	0	5	3,5
Total Respondido	40	28	20	20	28	136	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2009/2010

Observa-se de acordo com a tabela 3 que a condição educacional de obtenção incompleta do E. Fundamental é a de maior frequência. Observa-se também que esta condição é quase o dobro da condição de “não alfabetizados” e de Fundamental Completo, o que sugere um índice de evasão elevado do Ensino Fundamental, que é uma condição frequente no mundo rural. A condição educacional é relevante para os demais aspectos, principalmente a boa aplicação das políticas recebidas, diante dessa

condição insuficiência educacional o Sindicato Rural deve atuar como conselheiro na aplicação dos créditos e benefícios recebidos.

Tabela 4. Condição como trabalhador

	S.Felix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceiras	Total	%
Assalariado	2	2	0	2	1	7	5
P. Produtor	26	18	17	15	24	100	71,4
Meeiro/Parceiro	3	2	4	1	0	10	7,1
Arrendatário	7	0	0	1	1	9	6,4
Pescador/ Marisqueiro	0	3	0	0	0	3	2,1
Condição mista	1	0	0	0	0	1	0,7
Outra condição	1	1	0	3	2	7	5
NR	0	1	2	0	0	3	2,1
Total Respondido	40	27	21	22	28	138	99,8

Fonte: Pesquisa de Campo 2009/2010

Os dados da Tabela 4 revelam que a condição de pequeno produtor destaca-se em relação às demais e que quando se soma essa categoria à de meeiro/parceiro conclui-se que a renda real da população, incorporando a produção própria seguida do alto consumo, é mais elevada que a renda nominal declarada na Tabela 2.

Tabela 5. Condição como Gestor

	S.Felix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceiras	Total	%
Líder	23	21	20	14	20	98	69,5
Liderado	9	1	2	8	7	27	19,1
Cooperante	3	0	0	0	0	3	2,1
Outros	5	0	0	0	0	5	3,5
NR	0	6	1	0	1	8	5,7
Total Respondido	40	22	22	22	27	133	99,9

Fonte: Pesquisa de Campo 2009/2010

A análise da Tabela 5 revela que entre os entrevistados na maioria absoluta se considera gestor ou responsável pelas atividades produtivas. A tabela revela também que são inexpressivos os casos de cooperação para produção, o que poderia sugerir baixa incidência de cooperação na produção, o que não significa inexistência de outros tipos de cooperação.

Tabela 6. Políticas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e Ministério do Desenvolvimento Agrário

	S.Felix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceiras	Total	%
Créd Fundiário	0	1	0	1	0	2	1,3
Créd Custeio	0	0	0	0	0	0	0
Créd Investimento	0	2	0	0	0	2	1,3
PRONAF	6	0	4	8	9	27	17,8
Difusão	4	0	0	0	3	7	4,6
SER	8	12	3	3	3	29	19,1
Aposentadoria (INSS)	4	6	3	2	3	18	11,8
Pensão	5	7	1	1	0	14	9,2
NR	17	6	12	7	11	53	34,9
Total de Políticas citadas	44	34	23	22	29	152	100
Total Respondido	23	22	11	15	17	88	

Fonte: Pesquisa de Campo 2009/2010

A Tabela 6 demonstra que entre as políticas de apoio à produção o maior destaque vem do PRONAF. Isto significa que é o MDA o maior provedor de políticas para essa categoria de homens do campo. Dentre as políticas de seguridade o maior destaque é o Seguro Especial Rural. Há que se levar em conta que sendo beneficiado pelo SER o pequeno produtor poderá subjetivamente e objetivamente estar sendo estimulado a investir na pequena produção, um ponto importante, levantado por Rômulo Barbosa², é o duplo papel que o Seguro Especial Rural exerce figurando como seguro agrícola, já que parte desse benefício, por vezes, é usado na própria produção.

Tabela 7. Benefícios sociais

Total	40	28	23	22	28	141	100
Entrevistados	S.Felix	Maragogipe	Cachoeira	Muritiba	Cabaceiras	Total	%
Bolsa Família	17	8	9	15	17	66	66
LOAS/BPC	0	0	0	0	0	0	0
Segurança Alimentícia	0	0	0	0	0	0	0
Auxílios ³	11	2	6	9	6	34	34
Total Respondido	28	10	15	24	23	100	100

² BARBOSA, Rômulo S. Seguro Social e Seguro Agrícola: o duplo papel da Previdência Social Rural. Revista Unimontes Científica, v.5, n.1, jan./jun. 2003. Montes Claros.

No que concerne às políticas de benefícios sociais há uma maior incidência do programa Bolsa Família na região. Em segundo plano aparecem diversos tipos de auxílios, tais como Auxílio Maternidade e Auxílio Doença. Chama atenção a inexistência do acesso à política de Segurança Alimentar. Também merece destaque a inexistência de benefícios da LOAS/BPC, que provavelmente ocorre em função da acessibilidade do SER.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Graziano⁴ aponta que o meio rural brasileiro já não pode mais ser analisado apenas como um conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais, pois ganhou novas funções. Novos atores despontam desse novo ambiente, as famílias agora se apresentam pluralistas de modo que seus membros não estão limitados a serem apenas agricultores ou pecuaristas. Mas lhe são permitidos o trânsito livre entre o mundo agrícola e o não – agrícola. De forma que fazem uso dentro e fora de seus estabelecimentos de atividades urbano-industriais e prestação de serviços. Pelos fatores acima enumerados percebemos claramente que o meio rural já não é o mesmo, traço da velocidade que domina a cidade tem tomado também o meio rural.

É evidente que o novo rural brasileiro não é o paraíso a miséria e o isolamento de populações ainda são cartas fáceis. Mas o que se aponta aqui é a necessidade de um olhar aguçado para esse novo contexto, com novas regras e novos personagens onde as políticas públicas aparecem como incentivadora do trabalhador rural em se manter no campo e não migrar de vez para a cidade. Nesse contexto o Sindicato Rural passa a atuar como parceiro intermediando os benefícios, se tornando de certa forma um órgão atrelado ao Estado, que acaba reduzindo seu caráter reivindicativo e direcionando uma orientação assistencialista.

No Baixo Paraguaçu nota-se que as peculiaridades dos municípios acabam por dinamizar o uso das políticas públicas, contudo muitas delas acabam não sendo

³ Auxílio Maternidade e Auxílio Doença

⁴ GRAZIANO da SILVA, J. Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro, In AGUIAR, R.D. e PINHO, J.B. O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas. Brasília: SOBER, 1998.

aplicadas ou se desvia daquilo que seria essencialmente sua proposta. Outra questão alarmante gira em torno dos monopólios de poder das diretorias sindicais, que muitas vezes agem de forma ilícita. Um fator considerável, é a condição distante em que os associados se encontram, entenda se aqui como distante a característica de “alheios” à atuação dos Sindicatos.

Em tese a intermediação sindical acaba beneficiando uma ampla categoria de trabalhadores rurais que engloba assalariados, pequenos e médios agricultores, parceiros, arrendatários, meieiros e pescadores artesanais que outrora já foram desprezadas e no atual momento são contemplados por essas políticas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R e VEIGA, J.E. (orgs.) *A agricultura sustentável na Agenda XXI*, Documento Oficial do Governo Brasileiro, ainda inédito. 2001

ABROMOVAY. R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Editora HUCITEC/UNICAMP, 1992.

AFFONSO, R. *A ruptura do padrão de financiamento do setor público e a crise do planejamento no Brasil nos anos oitenta*, Planejamento e Políticas Públicas, n. 4 dez. 1990

ARAÚJO, P.F.C. et alii *Desenvolvimento da Agricultura*, São Paulo: Pioneira, 1983 (Capítulo V).

BAIARDI, A. *Modernização agrícola e o mecanismo de autocontrole em Ruy Miller Paiva*, Agricultura em São Paulo, V. 43, Tomo 3, 1966

BAIARDI A. Globalização, mercados e a situação da agricultura familiar no Brasil, In: MOTA, D. M. et alii *Agricultura familiar, desafios para a sustentabilidade*, Aracajú:EMBRAPA, 1998.

BAIARDI, A. A participação da agricultura familiar no desenvolvimento local sustentável, In: *Coletânea das Oficinas sobre Metodologias Participativas e Desenvolvimento Local Sustentável*, Brasília: SDR/MA, 1998.

BAIARDI, A. As Formas de Agricultura Familiar, à Luz dos Imperativos de Desenvolvimento Sustentável e Inserção no Mercado Internacional. In: *Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Foz do Iguaçu, PR, 1999.

BARBOSA, Rômulo S. *Seguro Social e Seguro Agrícola: o duplo papel da Previdência Social*

Rural. Revista Unimontes Científica, v.5, n.1, jan./jun. 2003. Montes Claros

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CUNHA, S.H. P. *Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro, 1871-1902*. Campinas: Tese de Doutorado defendida no Instituto de Economia da UNICAMP, 2004.

ARAÚJO, P.F.C. et alii *Desenvolvimento da Agricultura*, São Paulo: Pioneira, 1983 (Capítulo V).

DELGADO, G. da C. *capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*, São Paulo; Ícone/Ed. UNICAMP, 1985 (Parte 1).

GRAZIANO da SILVA, J. Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro, In AGUIAR, R.D. e PINHO, J.B. *O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas*, Brasília: SOBER, 1998

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro, *Nova Economia*, Belo Horizonte, V. 07, nº 01, maio de 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro. In: AGUIAR D. R..D. e PINHO J.B. *O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas*. Poços de Caldas, SOBER, 1998.

GUIMARÃES, P.R. *O Leviatã encurralado: continuidade e mudança no papel do Estado na América Latina*, Planejamento e Políticas Públicas, n. 4 dez. 1990.

GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.

KAGEYAMA, A. (coord.) O novo padrão agrícola brasileiro, In: *Agricultura e políticas públicas*, Brasília: IPEA, 1990.

KAGEYAMA, A. et alii O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos CAIs. In: DELGADO, G. C. et alii *Agricultura e políticas públicas*. Brasília, IPEA, 1987.

KAUTSKY, K. *La cuestión agraria*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores S/A, 1974.

LAFER, B. M. *Planejamento no Brasil*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

LENIN, V.I. *El desarrollo del capitalismo en Rusia*. Buenos Aires, Ediciones Estudio, 1973

MELLOR, J.W. *O planejamento do desenvolvimento agrícola*, Rio de Janeiro: edições O Cruzeiro, 1967, Parte 1.

OFFE, C. A democracia partidária competitiva e o “Welfare State Keynesiano”: fatores de estabilidade e desorganização, In OFFE, C (org.) *Problemas estruturais do estado capitalista*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OSBORNE, D. e GAEBLER, T. *Reinventando o governo*, Brasília: Editora Comunicação, 1994 (caps.1- 5).

PAIVA, R.M. et alii *Setor agrícola no Brasil*, São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1973 (Parte III).

PAIVA, R. M. et alii. *Setor agrícola no Brasil, comportamento econômico, problemas e possibilidades*. São Paulo, Secretaria de Agricultura, 1973.

PAULILLO, L.F. Sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira: concepções clássicas e recentes, In: BATALHA, O. (coord.) *Gestão agroindustrial*, São paulo: Atlas, 1997.

PEDRÃO, F.C. Novos rumos e novos personagens. In: BRANDÃO, M. A . *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

PEDRÃO, F. C. O extrativismo e a periferia da produção: referências à experiência da Bahia desde o fim da escravidão. In: SZMRECSÁNYI, T. et alii (orgs.) *História Econômica e História das Empresas*, v. 1, 1998.

PRADO JUNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1966.

TAVARES, L.H. *História da Bahia*. Salvador: UNESP/EDUFBA, 2001.

TEPICHT, J. *Las complejidades de la economía campesina*. Santiago: Escolatina, 1970

A SINCRONIA DO CORPO E O TEMPO NA SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DO FILME “O CURIOSO CASO DE BENJAMIN BUTTON”

Jamille Oliveira dos Santos¹

O presente trabalho visa analisar como o homem encara os processos pelos quais passam seu corpo, e ainda como este se relaciona com os outros membros da sociedade a qual pertence. Para tal, tomaremos a narrativa fílmica “*O Curioso Caso de Benjamin Button*”, dirigida por D. Fincher, e a personagem principal em sua jornada incomum, onde o seu nascimento e sua morte são dispostos de maneira contrária ao que é considerado normal à biologia. Enquanto o tempo transcorre, a personagem percorre o caminho inverso, rejuvenescendo, enquanto todos os outros envelhecem, o que implica numa reformulação dos aprendizados do corpo, e como são estabelecidas novas formas, pela a personagem, de encontrar mecanismos de interação social. Entender também, como as narrativas inscritas no tempo são dispostas na obra, e como essas narrativas são essenciais para o desenvolvimento da maturidade da personagem.

Palavras-chave: *tempo, corpo, interação social*

1. Introdução

“A vida só pode ser compreendida, olhando-se para trás; mas só pode ser vivida, olhando-se para frente.”

Soren Kierkegaard

A escolha deste tema envolve o fato de esta análise almejar apreender, a partir da perspectiva própria da história do filme, como as narrativas são construídas pela personagem principal, Benjamin Button, dentro de sua história inusitada e bastante peculiar, inscritas no

¹ Estudante do Curso de Ciências Sociais / UFRB, jamilleods@yahoo.com.br. Orientador Professor Doutor Osmundo Pinho

tempo de forma contrária, pois Benjamin nasce com características de um homem aos oitenta e poucos anos, e morre como um bebê, o que o leva a construir as suas memórias individuais de forma bastante particulares, e que dão origem a um diário, que é o instrumento com o qual é contada sua história na obra.

Por apresentar tamanhas particularidades, a personagem torna-se o diferente mesmo para os seus familiares e amigos, e dessa forma, suas relações com outros membros da sociedade tornam-se também diferenciadas, inclusive dentro de relações afetivas, e como exemplo, sua iniciação sexual, que mesmo acontecendo naturalmente e similar a qualquer outro jovem, o aspecto de seu corpo muda o contexto como esta ocorre, desconstruindo relações afetivas e de amizade, reafirmando desencontros aos que lhe eram como iguais, a entender os moradores do asilo aonde fora deixado por seu pai ao nascer. (BRAGA, 2009) ²

A partir dessa discussão é possível realizar uma ligação entre as relações atuais entre corpo, tempo e envelhecimento, como se dão as relações entre indivíduos de diferentes faixas etárias e como na narrativa fílmica o amor entre os protagonistas se transmuta em várias etapas, principalmente, por advindos provenientes de suas idades similares, porém, ao mesmo tempo, por seus corpos em estágios de amadurecimento tão desiguais, exceto pelo momento do encontro. E como os indivíduos adquirem “técnicas do corpo” aprendidas através da educação das crianças, e que por Benjamin foram experimentadas, em certo grau, igualmente as outras crianças, e em outros tão diferenciadamente. (MAUSS, 2005) ³

A investigação proposta irá prender-se no que tange a interação da personagem às questões da educação e aprendizado do corpo, e a socialização a ele impelida, iniciação sexual entremeada pela análise da afetividade, ou seja, do romance dele com Daisy, com quem ele mantém um vínculo afetivo mesmo quando estes estão em estágios de desenvolvimento do corpo opostos, e que se transforma ao longo de toda a trajetória apresentada no filme.

2. A relação do corpo com o tempo – o rejuvenescimento de Benjamin

Corpo e tempo se entrecruzam no devir do envelhecimento, e dessa forma todos os homens passarão por esse processo e este os influenciará de diversas formas, as chamadas múltiplas velhices, que podem ser mais ou menos intensas.

² BRAGA, Maria Alice

³ MAUSS, Macel

Este é um caminho irreversível para a biologia, e mesmo com o surgimento de técnicas estéticas avançadas para o retardamento da ação do tempo sobre o corpo, este ocorre e de forma perene. Em outras palavras, o fato de ser jovem ou velho, aparentemente tão simples para a consciência individual, passa a tornar-se fenômeno incerto quando percebemos que as noções de juventude e velhice sofrem sérias transformações ao longo de nossa existência, já que afinal de contas a população mundial envelheceu com o aumento da expectativa de vida proveniente dos avanços tecnológicos promovidos pelas ciências naturais, e com isso a concepção degradada do termo velho tal qual um agente “demonizador” do homem. (GOLDFARB, 1997) ⁴

Caminhando na contramão dessa sequência contínua, assistimos Benjamin nascer velho e com todas as debilidades de um corpo castigado pelo tempo, mesmo sem tê-lo percorrido até chegar aos oitenta anos, com remotas expectativas de vida e desenganado pela medicina, visto que nenhum outro caso tão extraordinário havia sido registrado pela ciência.

À medida que vive os anos seu corpo torna-se cada vez mais jovem, chegando ao desfecho de sua morte como um bebê recém nascido, após ter perpassado todos os estágios de desenvolvimento no qual se aglutinam as dificuldades apresentadas por seu corpo, e sua jovial noção do mundo no qual estava aos poucos, como uma criança, a ser socializado por sua mãe adotiva, enfermeira de um asilo. Este é o cenário onde Benjamin obtém suas primeiras experiências e aprendizados.

Ao assistir ao filme se tem como ponto de partida a rejeição sofrida pela personagem principal por ter inscrito no corpo traços de sua velhice precoce, o que não era esperada por seu pai, o senhor Button, que acreditava que seu primeiro filho, fruto de uma relação amorosa, fosse nascer “saudável”. Ao contrario, seu filho nasce com características senis e com o agravante da morte de sua esposa no parto, Benjamin fora rejeitado e abandonado num asilo da cidade de New Orleans, o que fora bastante importante em sua socialização.

O fato de este ter sido o ambiente onde crescera, deu a personagem a possibilidade de se desenvolver da forma como representada ao longo do filme, pois este tinha a curiosidade de uma criança, porém as habilidades e faculdades físicas de um senhor em idade avançada, e o contato com outros com as mesmas características que ele fora o que possibilitou um crescimento sem maiores dificuldades quanto à rejeição. O espaço social ao qual fora submetido o colocara em um lugar estabelecido na sociedade por possuir um capital próprio não de uma criança comum, mas de um órfão, adotada por uma mulher negra, e com

⁴ GOLDFARB, Delia Catullo

necessidades especiais relacionadas ao seu estado físico e mental. De certo todo esse arcabouço de características, que constitui o capital ao qual ele tem disposição o faz ter um lugar inferior no tocante a relação de forças que existe dentro das classes distintas. (BOURDIEU1998) ⁵

O indivíduo como um agente social detém diversas formas de interagir socialmente, e isso se desnuda através do corpo. E no caso analisado, o jovem velho Benjamin tinha no advento de sua forma física e psíquica únicas, as pressões sociais que seu corpo implicava por ser velho, junto às impossibilidades de andar e aprender como uma criança de sua idade normalmente se desenvolve. Esses fatores reunidos o colocaram em uma posição de marginalização frente as outras crianças, o que levava a personagem a um comportamento semelhante aos que estavam a sua volta, mesmo que estes possuíssem muito mais idade. E ao mesmo tempo, buscava atingir atividades próprias de sua idade, mesmo com a rejeição dos membros daquela sociedade. A exemplo, o momento em que Benjamin conhece Daisy, e a avó da menina o repreende por brincar a sós com sua neta. Ela não o reconhece como uma criança de idade similar a Daisy. Mais uma vez o corpo o pressiona a ocupar uma posição de adulto, mesmo este sendo uma criança. A criança em si, é considerada um futuro ativo, o velho não passa de um morto em sursis, e Benjamin experimentou as duas sensações em seu corpo ao mesmo tempo. (LIMA, 1998) ⁶

Daisy e sua avó o enxergavam de formas muito distintas, a primeira o encarava como uma criança encara outra, tendo a certeza que Benjamin não possuía a idade de sua avó, devido a seu comportamento que encorpava atitudes de um indivíduo aprendendo e sendo socializado aos poucos como ela. Por outro lado, assim como a maioria das pessoas, a avó da menina o encarava como um idoso, assim como todos os outros do asilo onde moravam, já que os comportamentos assimilados por Benjamin eram basicamente adquiridos por sua convivência com os demais. Ela o encarava como de algum modo os encaramos hoje, quando um idoso assemelha-se a uma criança que inspira cuidados, quando fragilizados por alguma doença. Talvez isso exprima uma característica de Benjamin, que é a essência de uma juventude que extrapola as limitações do corpo idoso/juvenil em suas transformações ao longo do filme, ou seja, é mais uma das demonstrações do caráter alegórico da narrativa que tentamos analisar ao longo de nosso trabalho.

⁵ BOURDIEU, Pierre

⁶ LIMA, Maria Auxiliadora V. P.

3. Transformações do corpo e da mente na trajetória de Benjamin - A importância do tempo na construção de sua narrativa.

“O seu corpo se deteriorou antes da sua vida começar”. Esta afirmação sentenciou Benjamin a viver a sua vida, tão incomum, como se a morte o esperasse a qualquer momento, um bebê prematuramente velho, para o qual não havia motivações de esperança para a sua longevidade. Na medida em que o tempo transcorre durante a narrativa contada no filme através de suas memórias depositadas num diário, seu corpo começa a se desenvolver de uma forma que nem a própria personagem conseguia entender, apenas percebia que mudanças ocorriam em sua estrutura, como ocorre com qualquer indivíduo, porém as que eram sofridas por Benjamin desafiavam toda a construção social sob a qual estava imposto, ele rejuvenescia e nem os seus próximos, nem a ciência conseguiam explicar o porquê.

“Eu convivía com pessoas que não se preocupavam com as inconseqüências da juventude”. Por ter crescido dentro de uma comunidade bastante própria, o asilo, a personagem adquiriu um tratar diferente quanto ao tempo. Estava cercado de pessoas que não se preocupavam com sua passagem, preocupavam-se com o dia em curso, não fazendo planos sobre o futuro, Benjamin crescera, em certo modo, com a mesma preocupação do presente. E ao mesmo tempo tornava-se visível sua inclinação as atividades ligadas a sua juventude mental. Quanto mais ele crescia, mais sentia a curiosidade de entender como funcionava a vida fora do meio onde estava, sentia necessidade de apreender como era ser um jovem, mesmo que seu corpo o impedisse de exercer a maioria das atividades pertinentes a sua idade real.

Encarava a morte com a naturalidade necessária a sua condição senil, crescera achando que a morte é algo inerente a um idoso, ou seja, voltado à noção de morte mesmo que em vida, como se o indivíduo velho estivesse apenas inclinado a esperá-la chegar, e numa visão preconceituosa atual, acaba por se tornar um corpo inativo, e não rentável à sociedade produtiva, localizando-o assim numa estrutura social definida. (LIMA, 1998)⁷

No seu corpo estava inscrito e demarcado a diferença das outras crianças de sua idade, e por esse fato, sofrera bastante preconceito. Na narrativa homônima do autor F. Scott Fitzgerald (2009)⁸, que inspirou a narração fílmica na qual focamos a nossa análise, o jovem Benjamin passara por estágios ainda mais demarcados, nascendo exatamente como um velho na casa dos oitenta anos, com estatura e consciência de tal, e dentro do conto é possível ver a

⁷ LIMA, Maria Auxiliadora V. P.

⁸ FITZGERALD, F. Scott

vergonha que os seus pais e familiares viviam em relação à sociedade a qual pertenciam e ainda em vários episódios o jovem/velho Benjamin é discriminado por sua forma física, de igual modo como acontece com a rejeição ao torna-se velho, ao envelhecer na nossa concepção ocidental, haja vista a busca acentuada por uma longevidade marcada cada vez mais por traços joviais, esta é a busca dos velhos de hoje, torna-se o principal objetivo da terceira idade no Brasil, por exemplo, o que impulsionam atividades físicas, alimentação adequada, e motivações para diversos tipos de entretenimento. (AREOSA, 2004) ⁹

Todas as histórias que ouvira dentro do asilo e fora dele, das outras pessoas que já foram fisicamente jovens, inscreviam na própria narrativa de Benjamin traços de aprendizado que este encaixava sobre a sua própria. O capitão Mike, a senhora que lhe ensinara a tocar piano, o homem que fora atingido por um raio sete vezes, e a própria trajetória da sua mãe adotiva, todos esses fragmentos de memória contribuiriam para o desenvolvimento da sua e para a criação da sua própria narrativa, com os fatos ficcionais necessários para preencher as lacunas de sua mente. Dessa forma, ganha corpo e importância todas as experiências vivenciadas pela personagem principal, desde o começo da narrativa, até o momento em que ele não possui mais memória.

4. Afetividade e a técnica do corpo: o amor de Benjamin e Daisy

“Crescer é uma coisa curiosa.”
Benjamin Button

Assim que Benjamin conheceu Daisy, apaixonou-se por seus olhos azuis. Certamente de forma terna, infantil, que refletia exatamente o que eram crianças, era também um sentimento que transcendia as impossibilidades impostas por suas diferenças. Quando se conheceram possuíam quase a mesma idade, porém, seus corpos transpareciam o oposto um do outro, toda a vivacidade e jovialidade da menina contrapondo-se as debilidades sofridas por Benjamin. Mesmo assim, essas diferenças não foram empecilhos para a amizade e o carinho que começara a crescer entre os dois, não havia preconceitos um com o outro, ao contrário de como a sociedade encarava a relação, representada pela avó da menina, que não enxergava com bons olhos a proximidade entre os dois.

⁹ AREOSA, Silvia Virginia Coutinho

Com o amadurecimento de ambos, seus corpos na adolescência ainda permaneciam em estágios de desenvolvimento muito distantes, o que conferia a eles uma espécie de elo afetivo extremamente forte, porém platônico por parte de Benjamin, enquanto Daisy vivia intensamente os anos tenros de sua juventude sendo uma prodigiosa bailarina internacional, bela e com amplos horizontes. Gozava de uma liberdade bastante intensificada por sua socialização diferenciada da experimentada por Benjamin, pois sua socialização foi vivenciada com outros jovens com características comuns a Daisy. Tudo era muito diferente entre os dois, as técnicas do corpo absorvidas por cada um deles serviriam para suprir as necessidades que seus corpos apresentavam, frente aos desafios da vida em sociedade e da melhor inserção social. Cada movimento apreendido e cada habilidade aprendida davam-lhes distância do encontro. Foram criados de formas diferentes e isso transparecia em seus corpos. (MAUSS, 2005)¹⁰

Benjamin obtém suas primeiras experiências sexuais em um bordel, lugar da “primeira vez” muito comum para diversos rapazes de sua idade real, porém até mesmo entre as cortesãs foi demonstrada uma rejeição referente ao jovem/velho por seu aspecto físico, e por sua aparente idade. Mesmo assim seu desenvolvimento sexual se deu aparentemente normal, culminando num romance alguns anos mais velho, com uma jovem senhora que conhecera na Europa, enquanto viajava trabalhando no rebocador do capitão Mike. Fora seu primeiro relacionamento sério. Nas palavras de Benjamin: “Ela fora a primeira mulher que me amou”. Ela o ensinou o que é afeição, companheirismo, cumplicidade, paixão. A partir dela, ele tornou-se maduro emocionalmente, e talvez preparado para o amor da sua vida.

O momento do encontro dos dois fora quase que exatamente no meio da vida, quando as idades se assimilavam tanto na mente quanto no corpo, e isto propiciou o ambiente necessário para que o amor dos dois em fim se desenvolvesse, a partir daí ambos tinham muita sintonia. O reencontro de Benjamin e Daisy ocorreu após muitos encontros e desencontros através de suas trajetórias particulares, sendo a de Benjamin acessível ao espectador de forma mais clara e profunda. Não podemos saber quem foram os amores de Daisy ou se Benjamin fora o único ao longo de sua vida, mas podemos ter certeza que para Benjamin a pequena Daisy de sua infância sempre fora seu grande amor. Jamais esquecido.

O reencontro dos dois personagens ocorrera no momento mais propício e o desenvolvimento desse amor é representado numa evolução da relação até um clímax, que poderíamos determinar como a concepção da filha dos dois. Nesse instante, diversas

¹⁰ MAUSS, Marcel

inquietações passaram a surgir para o casal, e principalmente para Benjamin, como criariam sua filha? De que forma o seu corpo chegaria à maturidade, como o de uma criança? E dessa forma, como sua filha encararia o seu pai tão criança quanto ela? Por outro lado, Daisy enfrentando o medo de envelhecer ao lado de um homem jovem, as pressões sociais que estes poderiam enfrentar as necessidades dele em teoricamente buscar uma mulher de idade compatível, o que na trama fica bem claro não ser o propósito de Benjamin. Perturbado com todas essas questões, o casal enfrenta uma ruptura que não poderá ser confundida como uma fuga da personagem, pois transparece ao espectador um distanciamento compactuado pelos dois, mesmo que inconscientemente por Daisy.

É interessante notar que a trajetória de Benjamin após esse momento fatídico evidenciará o ápice de sua jovialidade, e talvez seja o prelúdio de seu envelhecimento. O paradoxo constante entre juventude e envelhecimento que consiste no mote da narrativa fica explícito nesse momento de sua vida, e apesar do desfecho esperado, ou seja, a morte de Benjamin, o espectador finalmente toma conhecimento de todo o arcabouço alegórico da narrativa presente em sua trajetória. Se o fim da vida de todos nós é a velhice do corpo, para Benjamin corresponderia à infância do seu. Esse fato é compreendido por Benjamin e perceptível para Daisy, tal é a justificativa, e o que o leva a seu afastamento de seu amor e de sua filha. Já ciente de seu destino inexorável, Benjamin conheceria o fruto de seu amor com Daisy, a filha Caroline, como um último alento a Daisy.

Se em alguns trechos o espectador ao comparar o amor existente entre as personagens pode em alguns momentos concluir que o amor entre os dois é maior por parte de Benjamin, ao analisarmos o desfecho da trajetória de vida de Benjamin Button, chegamos a uma conclusão diferente e reveladora. Um dos últimos encontros entre os amantes apresenta-nos o amor de Daisy, forte e decisivo por Benjamin, no momento mais inusitado, a da infância/velhice de seu amado. Ela não o abandona até seus últimos momentos de vida, cuidando de seu corpo infantil ao longo de seu "rejuvenescimento".

Benjamin quando senil apesar de possuir um corpo jovem demonstra todas as fraquezas de um indivíduo em idade avançada. Daisy já idosa e amadurecida pela vida consegue cuidar de Benjamin até o derradeiro fim de seu corpo, agora pequeno, delicado e singelo como um bebê, perecendo aos braços de Daisy.

5. Conclusão

No desenvolvimento da análise proposta foram analisadas as características de Benjamin Button e suas narrativas desenroladas através de suas memórias, as quais demonstram todas as dificuldades enfrentadas pela personagem no tocante a sua socialização e a aceitação do seu corpo senil pela sociedade ao qual estava inserido. Benjamin era enxergado como um velho, por isso boa parte das relações sociais desenvolvidas em sua juventude foram determinadas por essa característica física. Porém, aprendia e tinha as necessidades de aprendizado de uma criança, apesar das faculdades físicas de um idoso aos oitenta anos. É dentro desse contexto de uma socialização idiossincrática que Benjamin conhece o amor de sua vida ainda criança, mas com seu corpo ainda senil.

Ao longo de sua trajetória Benjamin tem que aprender a lidar com as particularidades do seu corpo em constante transformação, característica comum a qualquer indivíduo, e também com a sua mente. As técnicas que o seu corpo é capaz de absorver e desenvolver segundo sua socialização específica lhe permite viver uma vida plena, que de modo alegórico traz a tona as relações entre o corpo x mente, juventude x velhice, vida x morte. Conforme nossa análise foi desenvolvida, comparamos as relações entre esses três pares dentro do objetivo alegórico da narrativa tentando dar cabo das percepções possíveis dentro da análise fílmica da obra “*O Curioso Caso de Benjamin Button*”.

6. Referências bibliográficas

AREOSA, Silvia Virginia Coutinho. O que pensam as mulheres e os homens idosos sobre o seu envelhecimento?. *Revista Virtual Textos & Contextos*, nº 3, dez. 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/978/758>> Acesso em: 01 de junho de 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz – 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAGA, Maria Alice. Tempo e memória em O Curioso Caso de Benjamin Button. Disponível em: <<http://guaiba.ulbra.tche.br/pesquisas/2009/artigos/letras/seminario/470.pdf>> Acesso em: 03 de maio de 2010.

FITZGERALD, F. Scott. *The Curious Case of Benjamin Button*. Tradução: Fernanda Pinto Rodrigues - 3ª edição, Lisboa, 2009.

GOLDFARB, Delia Catullo. *Corpo, Tempo e Envelhecimento*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

LIMA, Maria Auxiliadora V. P. Corporeidade e envelhecimento: as diversas faces do corpo quando envelhece. Disponível em:

<http://www.univag.com.br/adm_univag/Modulos/Connectionline/Downloads/art046.pdf>

Acesso em: 20 de maio de 2010.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Tradução Paulo Neves – 2ª.ed. São Paulo: COSAC NAIFY, 2005.

AS FACES DE JÚLIO CÉSAR: UM ESTUDO SOBRE IDENTIDADE POLÍTICA EM CÉSAR E PLUTARCO

Antonio Modesto dos Santos Júnior¹

RESUMO:

Quem foi César? Qual o seu comportamento perante o cenário político de Roma? Como se portava diante do seu exército? Qual a sua postura frente aos povos bárbaros? Essas são questões que surgem ao estudar o estadista romano, que, ao escrever seus *Comentários sobre a Guerra Gálica (De Bello Gallico)*, deixa explícita sua posição diante dos povos que encontrava em suas diversas campanhas pela Gália, como também sublinha seu desempenho em manter o respeito ao Senado Romano, mas sem deixar de firmar sua autoridade e supremacia frente às tropas.

Palavras-chaves: Júlio César; Roma; política; guerra

Introdução

Este trabalho visa discutir aspectos relacionados à construção da identidade política de Júlio César no *De Bello Gallico*, escrito pelo próprio César, e na *Vida de César*, escrita por Plutarco. Mais especificamente, esse projeto de pesquisa propõe-se a analisar como Júlio César constrói sua figura de liderança na narrativa da guerra gálica, obra do século I a.C., e como Plutarco elabora uma imagem de César na sua biografia. Temos, então, por um lado, uma auto-representação de César no contexto político do final da República e, por outro, a sua representação por um membro da elite provincial no século II d.C..

Cabe notar inicialmente que nessas duas fontes há variações na apresentação de César. A análise de César por Plutarco permite compreender como o exército muitas vezes respondia a César com lealdade, coragem e respeito, mas o uso de sua obra é, antes de tudo, um recorte para complementar o que César cita em seus livros. Com relação ao Senado, Plutarco apresenta uma relação mais tensa da parte de César, pois o Senado volta-se para cercear a legitimidade do comandante. As cartas de César mostram que várias decisões para serem adotadas deveriam ser

¹ Estudante do Curso de História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Bolsista PIBIC/Fapesb, sob orientação do Prof. Dr. Fábio Duarte Joly.

consultadas ao Senado, para não resultar em danos para a manutenção da Ordem Romana. Outra análise que pode ser feita é como os povos bárbaros são vistos pelos romanos, seus costumes, sua organização bélica e todos os demais aspectos. César descreve o que é incomum dentre esses povos e os romanos, sobretudo no tocante a técnicas militares.

César no *De Bello Gallico*

Nathan Rosenstein observa que the *Bellum Gallicum* and the *Bellum Civile* are classics in the literature of military history and unique documents for the study of ancient warfare.² Para o autor, o *De Bello Gallico*, composto entre 58 e 52 a.C., é um dos documentos fundamentais para o estudo da arte da guerra antiga. Plutarco cita que, nesses comentários, César proferia discursos que eram imediatamente transcritos por seus copistas, e tinham em seu conteúdo aspectos diversos, desde a exaltação do seu exército até a submissão dos povos conquistados. Suetônio demonstra que contemporâneos de César também teceram suas visões a respeito dos *Comentários*: o orador Cícero afirmava que César escreveu comentários que são inteiramente dignos de apreço, pois são encantadores e despidos de qualquer forma oratória; já Hércio dizia que os comentários são, de uma forma unânime, tão apreciados, que a razão para admirar tal obra está na pureza e na correção do estilo pelo fato de se saber que foi tão rapidamente redigida; por fim, Asínio Polião considerava-os com pouco respeito pela verdade, mas acreditava que César tinha interesse de escrevê-los como memórias³.

Nos comentários, ao apresentar seu perfil militar, César procura demonstrar como um líder guerreiro pode obter o sucesso, seja nas conferências com o adversário, seja nos discursos com as suas tropas ou ainda respeitando o Senado. Júlio César representava-se como um líder clemente e piedoso ao encontrar nas suas campanhas pela Gália alguns dos povos bárbaros, como também respeitava o princípio de reciprocidade muito utilizado por Roma e pelos povos das sociedades antigas, poupando dessa forma muito deles.

Os Héduos se tornam um exemplo dessa reciprocidade, por terem sido considerados amigos de Roma, título esse dado pelo Senado.⁴ César busca negociações com esse povo antes de batalhar.

² GRIFFIN, Mirian A *Companion to Julius Caesar*, ROSENSTEIN, Nathan *In: General and Imperialist* Blackwell Publishing Ltd 2009. p.85

³ SUETÔNIO. *A vida dos doze Césares. De Vita Caesarum* Trad. Pietro Nasseti Ed. Martin Claret, 2004. p. 49.

⁴ JULIO CESAR *De Bello Gallico*. Trad. Francisco Sotero Reis. São Paulo. São Paulo: Ediouro, s/d p.120.

Contudo, demonstra que o líder supremo dos Héduos, Vercingetórix, provoca uma batalha, de modo que os Héduos não são bem-sucedidos. César demonstra que Vercingetórix justifica ao Conselho dos seus que havia empreendido a guerra, não por interesse particular, mas pela liberdade comum. Ao batalharem contra os Héduos, os romanos liderados por César vencem as batalhas, as quais o Senado considera como uma das mais importantes, sendo que ao chegar a informação da vitória fazem suplicações públicas durante vinte dias.⁵ Enfim, o que podemos observar na relação de César com os Héduos é uma submissão ao Senado, denotada no ato da negociação antes da batalha explicitando assim o seu respeito com as autoridades de Roma. Outro acontecimento que torna perceptível a submissão de César frente ao Senado revela-se quando é decretado em Roma que todos os jovens deviam prestar juramento, destarte César resolve proceder ao alistamento em todas as províncias gaulesas que se encontravam em seu domínio.⁶

Quanto aos bárbaros, muitas vezes César vestia a roupagem de um grande inovador, pois apresentava muitas técnicas de guerra até então desconhecidas pelos seus inimigos, mas muitas vezes se surpreendia com as novidades encontradas em alguns povos, como os Vênedos, em quem observa a forte experiência com a navegação. César também acentua que eles excediam os outros povos na ciência e prática das coisas náuticas, e costumavam navegar para a Britânia.⁷

Nesse aspecto, o general romano inova, mas também transpõe a soberba e aceita novas técnicas do adversário, analisando a necessidade de construir barcos a remo. César apresenta-se ao seu exército um líder prevenido e que não se detém diante de uma ameaça, como a força naval de um povo. Ele lhes dá o título de senhores do mar, ao contrário dos romanos, que não tinham abundância de navios, e tinham contato marítimo apenas com o Mediterrâneo, não possuindo habilidades em mar aberto.⁸

As tropas, ao batalharem e vencerem os Vênedos absorve suas técnicas e implantam-nas no exército, como no caso do uso das galés na batalha contra os Bretões. César não chega com suas campanhas até a Britânia, mas já entende ser ela uma ilha e acredita serem seus povos muito desenvolvidos por possuírem portos, estradas etc. César enviou seu lugar-tenente Voluceno que, ao chegar à ilha, não aceita sair das galés, por não confiar em negociar com esses povos, pois eram considerados como traidores. Ele se apresenta ao exército como um líder que aceita enviar

⁵ SUETÔNIO, op. cit. 172.

⁶ Idem, p.135.

⁷ JULIO CÉSAR, op.cit. p.61.

⁸ Idem, p.61.

substitutos, adquirindo confiança dos seus subordinados, mas se torna claro que são enviados para as mais difíceis situações, como negociar ou batalhar com um povo desconhecido.

Na segunda campanha na Britânia, César parte pessoalmente e observa os costumes desse povo, como o modo de se alimentar e de se vestir. Ele cita que principalmente os britânicos sertanejos viviam de leite e carne e usavam peles de animais para se vestirem; observa também a parte física, notando que eles raspavam todo o corpo, exceto a cabeça e o lábio superior, usavam cabelos compridos, e todos eles, sertanejos ou não, “pintavam-se como pastel”, o que lhes dava uma cor azulada.⁹

Quanto à organização das tropas, é observado que quanto mais unido se encontrasse o exército, mais forte se tornaria, e os generais se reuniam para tomar decisões. Esses generais geralmente eram filhos de grandes famílias de Roma. Júlio César relata também, nos seus comentários de guerra, a bravura dos seus soldados como também engrandece suas ferramentas bélicas, quando cita o uso de pilos, que eram armas que os romanos levavam presos a si, comparando com a ausência de uma força bélica dos bárbaros, levando-os a se renderem facilmente.

Por fim, a última parte dos comentários do *De Bello Galico* trata de apresentar o domínio do derradeiro reduto dos gauleses que se encontra entre os Belovacos e Carnutes. Trata também de demonstrar ações memoráveis de César e a transposição feita pelo Senado das legiões dadas a César para as mãos de Pompeu, por causa da guerra contra os partos.

O César de Plutarco

Plutarco, ao escrever a *Vida de César*, cita que Júlio César, em uma batalha contra Pompeu, na guerra civil, consulta os soldados se eles querem guerrear. A resposta é dada com salvas unânimes.¹⁰ Essa análise feita por Plutarco da posição de César quanto ao exército sugere como o escritor grego apresenta-o como um líder prudente, que não toma a responsabilidade para si, consultando dessa forma os seus homens. Plutarco também apresenta o general como um homem de pele branca, franzino e frágil, pois sofria de epilepsias e enxaquecas, mas ao enfrentar as batalhas e campanhas de noites mal-dormidas em acampamentos, supera as dificuldades. Os escribas que lhe

⁹ Idem, *Ibidem* p.95.

¹⁰ PLUTARCO. *Alexandre e César Vidas Comparadas*. Trad. Hélio Veiga. São Paulo: Ed. Escala s/d. (Coleção Mestres Pensadores) p.109.

acompanhavam muitas vezes iam a outras batalhas com generais subordinados a ele, e descreviam aquelas regiões, como na primeira expedição a Britânia, onde ele não está presente.¹¹

Plutarco também acentua essa questão da passagem de informações por correios, que tinham o papel de levar cartas das legiões para ele. César analisa a falta de estratégia de alguns inimigos na hora da batalha, como os Helvécios, e demonstra essa falha na desordem da infantaria onde os infantes partiam para o ataque de qualquer maneira. Sendo assim, ele exalta a organização do seu exército, como ao se hastear o estandarte, que era uma pequena bandeira vermelha. Essa bandeira se içava sobre a tenda do general, quando havia batalha, como sinal para correr as armas. Ademais, usava-se uma senha, que não era proferida em voz alta, mas escrita em umas tabuinhas que os centuriões passavam de uns para os outros.

Pode se observar também o caráter muitas vezes crítico do general, observando sempre as faltas do adversário e exaltando as suas estratégias. O exército era composto de legiões e tinham no comando homens de plena confiança de César, acentuando assim a hierarquia, como em uma das batalhas que Tito Labieno permanece no alto da colina observando e enviando tropas para frente de batalha. Outro episódio que ressalta a autoridade hierárquica é quando César envia o lugar-tenente Sérvio Galba a Gália e deixa-lhe o poder de decisão sobre onde invernar.

Em várias batalhas Júlio César se apresenta aos Bárbaros como um inimigo que oferece chances para não ocasionar uma guerra, pois se diz consciente dos estragos que as batalhas oferecem. Ele sublinha esse fato na batalha contra os Gauleses, onde seu exército usa um aríete e o inimigo, ao ver aquela tão grande máquina, não acredita na capacidade deles de conseguir movê-la e ridicularizam os romanos. Mas logo isso tem fim, pois os gauleses, ao verem a máquina se locomover, deduzem ser os romanos enviados dos deuses e suplicam então perdão e César pede que entreguem as armas, gerando um clima de paz.

César, em muitos episódios de suas campanhas, mostra a reflexão que os povos conquistados faziam a respeito dos romanos, como o ato de beberem vinho que, para muitos deles, poderia vir a comprometer a virilidade, ficando a se embriagarem apenas com a cerveja. Aos povos conquistados ele escolhia um de seus chefes, que se tornava de sua confiança e oferecia o comando da cidade, como também oferecia um cargo no Conselho do seu exército, mantendo assim uma relação de submissão.

¹¹ “César que se achava a grande distância, informado do que acontecera, voltou precipitadamente: e tendo apenas reunido sete mil homens marchou aceleradamente para libertar Cícero”. Idem, p. 99.

Ele exigia trigo para alimentar as tropas e homens para o exército. Essa infiltração de bárbaros no exército tinha seu lado positivo para os romanos, quando se tratava de enviar cartas de um general de uma legião que estava distante. Um gaulês ao passar por meio das tropas inimigas passava despercebido, por conta de sua característica física, e geralmente as cartas eram escritas em grego.

O grande número de batalhas vencidas por César reveste-lhe de grande prestígio dentro de Roma e por quase toda a Gália, onde os líderes gauleses mandavam embaixadas pedindo proteção e auxílio. Plutarco escreve que os soldados de César permaneciam fiéis a ele, embora em algumas batalhas se sentissem cansados e com vontade de desistir. Mas os seus generais os encorajavam e os soldados obtinham a lealdade correspondida por ele. César afirma essa idéia na cidade de Brindisi, na qual se encontrava, enquanto algumas de suas legiões permaneciam do lado oposto. Ao sentir uma demora na vinda dessas tropas, utiliza um barco a remo e atravessa o mar trajado de escravo, não sendo visto pelos navios inimigos que se estendiam por todo o mar.¹²

César descansava o exército nos quartéis de inverno e várias vezes poupava-lhes do cansaço de uma batalha. Ele acentua essa forma de atentar com as tropas ao passar por perto de Bibracte, onde ele recua para ir buscar o trigo então prometido pelos Héduos, mas os helvécios ao verem as tropas recuarem acha que se trata dos romanos temendo a quantidade de homens nos seus exércitos, que era quase o triplo dos romanos, e partem para o ataque. César, no entanto, discursa com palavras de coragem: as legiões que vão para o contra-ataque vencem-nos sem muita dificuldade, deixando-o cada vez mais soberano da Gália.

Plutarco ao tratar da relação de César com o Senado demonstra um general preocupado com as deliberações dos senadores de modo que, ao ser atacado por Lucio Catulo, que o acusava de querer derrocar a República, César se justifica perante o Senado e seus admiradores e assegura lutar em favor do povo. Destarte o Senado concebe esperanças para César ainda mais fortes e os senadores discursam afirmando que César vencerá todos os rivais e ocupará o posto mais alto em Roma.¹³ Essa situação nos demonstra um Senado ambíguo, que ao mesmo tempo, que engrandece César, teme que a República “caia por terra”. Plutarco cita que depois de poucos dias de César ter se justificado ao Senado, “ele levantou com seus discursos violenta tempestade”, e pelo fato da assembléia se prolongar por muito tempo, a plebe cercou o Senado gritando para que César fosse logo liberado. Catão com medo que se estourasse uma revolta aconselha ao Senado para liberar

¹²Idem p.106.

¹³ Idem, Ibidem p.88.

César, e ainda providencie uma distribuição de trigo todos os meses para a plebe. O que podemos perceber, de acordo com Plutarco, é que o Senado vai além e concede a pretoria a César.¹⁴

Plutarco apresenta outra situação de subordinação de César ao Senado, que foi a permissão pedida por ele aos senadores às vésperas das eleições consulares solicitando o consulado por intermédio de seus amigos, mas o que acontece é que Catão um dos homens mais acatados de Roma, segundo Plutarco, se esforça em intervir na decisão do Senado, mais uma vez contra César. Contudo, César consegue o apoio de diversos senadores, entra em Roma e executa uma manobra pela qual todos, exceto Catão, são enganados. Ele procura unir Crasso e Pompeu, os quais Plutarco apresenta como os dois personagens mais poderosos de Roma. Plutarco aponta que a união destes dois homens fomentada por César foi o que levou à ruína da República.¹⁵ Pode-se observar a estratégia de César com relação ao Senado e os grandes homens, de maneira que se conota a consumação do que Catão havia alertado aos senadores: o fato de César estar arruinando a República com o consentimento dos próprios senadores.

Essa ambiguidade do Senado com relação a César pode ser entendida, de acordo com Plutarco, pela grande afeição que a plebe tinha por César, aspecto assinalado desde a inserção do militar romano na vida pública, quando ele concorreu ao cargo de tribuno militar: foi o primeiro eleito e recebeu prova ainda maior de afeição por ocasião da morte de sua tia Júlia, mulher de Mário. César mostrou sua audácia pronunciando no Fórum uma magnífica oração fúnebre e exibiu também as imagens de Mário, pela primeira vez trazidas a público, depois que Sila considerou Mário e todos os seus partidários inimigos da pátria. Plutarco demonstra que a ousadia de César levou a alguns gritos de protestos, mas o povo reagiu com palmas vivíssimas.¹⁶

Outro acontecimento que confirma essa ousadia de César é o discurso fúnebre que ele também pronunciou na morte de Julia, sua primeira esposa. Segundo Plutarco, desde a mais remota antiguidade, costumava pronunciar discursos em honras de mulheres falecidas de idade avançada, como no caso da esposa de Mário, mas não para mulheres jovens como a esposa de César. Porém, César introduziu esse ato e foi elogiado, ganhando a adesão da plebe que viu nessa sensibilidade um sinal de costumes honestos e suaves.¹⁷

César busca fazer aliança com Pompeu para se destacar em Roma, e lhe oferece sua filha Julia para casamento, a qual já estava prometida para Servílio Sepião, e promete para Sepião a filha

¹⁴ Idem, Ibidem p.89.

¹⁵ Idem, Ibidem p.93.

¹⁶ Idem, Ibidem p.87.

¹⁷ Idem, Ibidem p.93

de Pompeu, que Plutarco acentua que também não estava livre, por sua vez prometida a Fausto. Segundo Plutarco, essas atitudes de César satisfizeram Pompeu que encheu o Fórum de soldados e conseguiu a ratificação das leis de César com o apoio do povo, e obteve para César durante cinco anos o governo das duas Gálias: a Gália Cisalpina e a Transalpina e também o Ilírico. Contudo, Catão não cessava em criticar o Estado, que se “prostituíra” com esses casamentos. Plutarco demonstra que César se preocupa com as atitudes de Catão em pleno Senado e manda-o prender, o que causou ofensa na maioria dos senadores, que se retiraram das sessões no Senado, e apenas uma pequena parte acompanhava César.¹⁸

Embora os senadores tivessem dado início a repúdios contra César, Plutarco apresenta que as façanhas de César os colocaram acima de todos os heróis, ele cita que as guerras travadas por ele na Gália fizeram ele se mostrar um grande homem, hábil guerreiro que nenhum dos generais mais admirados pôde alcançar sua glória. Plutarco demonstra que César encontrou dificuldades nos lugares que guerreou, ora pela extensão da região, ou ainda pelo grande número encontrado e a força dos seus inimigos. Mas Plutarco acentua que César usou de sua brandura e clemência muitas vezes com os prisioneiros, e, em menos de dez anos de guerra, com a Gália expurgou mais de oitocentas cidades, dominou trezentos povos, guerreou em muitas batalhas campais contra três milhões de inimigos, matou um milhão destes, e fez mais de um milhão de prisioneiros.¹⁹

Conclusão

Pela breve exposição acima, percebe-se que Plutarco centra-se mais nas atividades de César em Roma perante o Senado, do que o próprio César que salienta suas empresas militares nas Gálias. Importava mais a Plutarco, escrevendo no contexto político do Principado, se deter nas relações políticas em Roma e suas conseqüências para a manutenção da ordem imperial. Cabe notar que tal dualidade também percorre a historiografia moderna sobre César, como indicam as obras de Luciano Canfora (2002) e Andrew Riggsby (2006). Canfora, ao escrever a obra *Júlio César, Um Ditador Democrático*, enfatiza as relações de César com a política de Roma, até o fim de sua vida.

¹⁸ Idem, Ibidem p.93.

¹⁹ Idem, Ibidem p.93

Ao abordar as relações com a Gália, apresenta-a de maneira breve, dedicando apenas três capítulos, dos 43 capítulos escritos sobre César. Já Andrew Riggsby, que escreve uma obra voltada para a Campanha na Gália, em que se serve dos discursos proferidos por Cícero e dos *Comentários*, não se preocupa muito com a relação de César com o Senado, instituição que legitima as ações de César na Gália.

Referências bibliográficas

CANFORA, Luciano. *Júlio César: o ditador democrático*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

JÚLIO CÉSAR. *Comentários sobre a Guerra Gálica*. Trad. Francisco Sotero dos Reis. São Paulo: Ediouro, s/d.

PLUTARCO. *Alexandre e César Vidas Comparadas*. Trad. Hélio Veiga. São Paulo: Ed. Escala, s/d.

RIGGSBY, Andrew M. *Caesar in Gaul and Rome: War in Words*. Austin: University of Texas Press, 2006.

ROSENSTEIN, Nathan. General and Imperialist. In: GRIFFIN, Mirian (ed.), *A Companion to Julius Caesar*. London: Blackwell Publishing, 2009, p. 83-99.

SUETÔNIO. *A vida dos doze Césares*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2004.

A RESIGNIFICAÇÃO DO TERMO REVOLUÇÃO ATRAVÉS DO DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF: DA LUTA NA ESQUERDA ARMADA À CANDIDATURA PARA PRESIDÊNCIA DO BRASIL

Murilo Pinto Silva Santos¹

RESUMO

Esta pesquisa objetiva a análise crítica, da resignificação do termo “Revolução”, proferido por Dilma Rousseff, em propaganda eleitoral, no qual, a mesma reduziu o seu significado a melhorias. A metodologia fundamenta-se na abordagem qualitativa, privilegiando a observação do discurso da candidata, confrontando com a historicidade que a envolve (da esquerda armada aos dias atuais). Além de possibilitar a revisão bibliográfica dos conceitos deste termo, por autores clássicos e contemporâneos, a exemplo de LENIN, TROTSKY, LUXEMBURGO, FERNANDES e PRADO JR.. O resultado observado indica desvio de conceito, com intuito de suprir interesses particulares. Conclui-se que o tempo e a conjuntura atual, possibilitam a mudança dos preceitos e convicções ideológicas da candidata.

Palavras-chave: Dilma Rousseff; Política; Revolução.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte da necessidade do entendimento, de como foi estabelecido e quais as motivações que levaram a resignificação do termo revolução pela candidata Dilma Rousseff, proferido em propaganda eleitoral exibida na semana entre os dias 02 a 08 de maio de 2010, que dizia:

¹ Estudante do Curso de Ciências Sociais. Orientador. Prof. Dr. Diogo Valença.

“O Brasil tem com Lula, um governo que sabe planejar, que sabe fazer, que apóia as empresas brasileiras, que promove o desenvolvimento de todas as regiões e o bem-estar de toda a população. É fundamental continuar neste caminho. O Brasil tem condições de fazer agora duas verdadeiras revoluções. A revolução na saúde e a revolução na educação”.

Este artigo não tem o intuito de desqualificar o discurso da candidata à presidente da república brasileira. É sim, a necessidade de compreender quais fatores a influenciaram na resignificação deste termo. É nesse sentido, que de forma sistemática e objetiva, tentarei apresentar como a influência do pensamento marxista, transpôs o tempo, adquirindo novos significados. De um período ditatorial brasileiro à presente democracia.

A metodologia utilizada fundamenta-se na abordagem qualitativa, que segundo MINAYO (2006, p. 21),

[...] A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. E que não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Esta abordagem privilegia a análise do discurso, a revisão bibliográfica e o estudo da resignificação conceitual. Os resultados observados indicam uma mudança no significado, do termo revolução por Dilma em seu discurso, que devido a interesses particulares e a atual conjuntura, na qual ela está inserida, além da interferência do fator tempo, nos ajuda a entender, o mecanismo de transformação de significado.

Os motivos que me levaram a optar por esse tema, é devido ao diálogo que venho estabelecendo com as obras marxistas, além do interesse pessoal com as discussões referentes a esquerda brasileira. O compromisso enquanto discente do curso de ciências sociais se consolida por entender que a linguagem exerce função de poder social, no qual, um discurso mal significado poderia mudar a concepção e o sentido de uma sociedade.

Para consubstanciar de forma teórica e metodológica a abordagem deste tema, busquei alguns autores que trazem contribuições e conceitos fundamentais, tais como, MARX; ENGELS (2007, 2008); LENIN (2007, 2010); LUXEMBURGO (2010); TROTSKY (2007, 2010); PRADO JR; FERNANDES (2007); entre outros.

2. UMA BREVE BIOGRAFIA DE DILMA ROUSSEFF

Dilma Vana Rousseff nasceu no dia 14 de dezembro de 1947, na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, é filha de Pétrar Rousseff, um imigrante búlgaro filiado ao partido comunista do seu país, naturalizado brasileiro, casado com a professora Dilma Jane Silva, brasileira e “filha de um fazendeiro de boas condições financeiras”. Dilma Rousseff teve sua formação escolar básica no Colégio tradicional Sion, “de influência católica” e aos 16 anos foi transferida para o Colégio Estadual Central, hoje com o nome de Escola Estadual Governador Milton Campos.

É no Colégio Central, que ela tem o primeiro contato com o movimento marxista, através da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, conhecida como POLOP, “formada por estudantes simpáticos ao pensamento de Rosa Luxemburgo e Leon Trotski”, como relata RODRIGUES (2010). Ainda nesse sentido RODRIGUES diz,

“Dilma recebeu sua primeira aula de marxismo, que foi lhes dada por Apolo Heringuer e, pouco depois, estava em sua mão o livrinho: ‘Revolução na Revolução’, de Régis Debray, francês que mudou para Cuba e ficou amigo do Fidel e mais tarde, acompanhando Guevara, foi preso na Bolívia”. (RODRIGUES, 2010)

Em 1967, no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, ingressou no COLINA (Comando de Libertação Nacional), “organização que defendia a esquerda armada”. Em 1969 os grupos COLINA e VPR se juntam formando o VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares). Essa organização segundo RODRIGUES (2010) *apud* Estatuto VAR-Palmares, se identifica da seguinte forma:

“Art. 1º A Vanguarda – Armada Revolucionária-Palmares é uma organização político-militar de caráter partidário marxista-leninista, que se propõe a cumprir todas as tarefas da guerra revolucionária e da construção do Partido da Classe Operária, com o objetivo de formar o poder e construir o socialismo”(RODRIGUES, 2010)

Durante a transição de Dilma, entre essas organizações, que era normal no período da ditadura, ela “participou ativamente na organização de assaltos a banco, cofre e unidades do Exército”. Tendo como codinomes “Estela, Luíza, Patrícia e Wanda”. É compartilhando das informações do passado revolucionário de Dilma, que nos induz a necessidade de entender

como os responsáveis por influenciar esses movimentos revolucionários militados por Dilma, compreendiam o termo revolução.

3. RESGATE HISTÓRICO DO CONCEITO DE REVOLUÇÃO

Partindo do pressuposto que a compreensão do passado é que nos leva a entender o presente. E entendendo que os fatos históricos não se explicam isoladamente, e sim, pela conjuntura na qual se inserem, articulando o passado com o presente, que vir na possibilidade de entender as possíveis mudanças conceituais, do termo revolução, partindo de concepção marxista de TROTSKY, LUXEMBURGO e LENIN, até apropriação por Dilma, da guerrilha à candidatura da presidência.

O termo revolução traz em sua essência, a mudança e a transformação na estrutura social, e que, em sua maioria, não se dar de forma natural, nem tão pouco pacífica. É neste sentido, que surge às seguintes indagações: qual a real pretensão da candidata Dilma ao citar revolução em seu discurso? Será que ela esta convocando a população para se armar, e reivindicar seus direitos? Será que simplesmente ela reduziu o significado a reformas? Será que ela esta propondo um novo entendimento do termo, que ainda não foi pensado? Poderíamos trabalhar com uma série de hipóteses, porém, o mais coerente, rege sobre a prerrogativa, em entender como se deu a construção político-social da candidata, possibilitando um entendimento com maior consistência.

Ao pensarmos em revolução como mudança na estrutura social, não teria como conceber estas transformações, pelo viés do pacifismo. Além de nossa história, não deixa-nos enganarmos. Pois se analisarmos as revoluções nos contextos históricos brasileiro, aos exemplos, da Revolução Pernambucana, Revolução Farroupilha, Revolução de 1842, Revolução Praieira, Revolução Federalista, Revolução do Juazeiro, Revolução Libertadora, Coluna Prestes, Revolução de 1924, Revolução de 1930, Revolução de 1932, Intentona Comunista, dentre outras, veremos que, nenhuma dessas revoluções vieram desacompanhas de derramamento de sangue.

Acredito ser de fundamental importância o entendimento do termo revolução, partindo da nossa própria realidade, ao invés, de atrelarmos a condicionais externos. Sei que os fatos históricos não estão desprendidos um dos outros, mais para possuir um melhor recorte na discussão, irei me concentrar aos fatores internos que influenciaram na formação de concepções ideológicas (aqui entendido como conjunto de idéias defendidas por uma pessoa ou um grupo) nas organizações revolucionárias brasileira.

Em relação à significação de revolução, FERNANDES diz:

“No essencial, porém, há pouca confusão quanto ao seu significado central: mesmo na linguagem de senso comum, sabe-se que a palavra se aplica para designar mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade. Daí o contraste frequente de ‘mudança gradual’ e ‘mudança revolucionária’ que sublinha o teor da revolução como uma mudança que ‘mexe nas estruturas’, que subverte a ordem social imperante na sociedade”. (2000, p. 47-48)

Ainda neste sentido, FERNANDES diz:

“No nível mais imediato, de luta pela transformação da sociedade brasileira no aqui e no agora, a palavra ‘revolução’ recebe um significado que não depende apenas do querer coletivo das classes trabalhadoras. Toda sociedade de classes, independentemente do seu grau de desenvolvimento capitalista, possui certas exigências econômicas, sociais, culturais, jurídicas e políticas. Certas ‘transformações estruturais’ (designadas separadamente como ‘revoluções’ pelos analistas: revolução agrária, revolução urbana, revolução demográfica, revolução nacional, revolução democrática) indicam as aproximações (ou os afastamentos e negações dessas aproximações) com referência a potencialidades de expansão da ordem burguesa”. (2000, p. 49)

Ao relacionarmos o discurso de Dilma, com o entendimento de FERNANDES, a respeito da construção teórica do conceito de revolução, se identifica uma grande divergência conceitual.

MARX e ENGELS viam na revolução a possibilidade concreta de mudança na estrutura social, onde o proletariado teria o papel de tomada do poder, com um propósito de construção de uma sociedade sem classes. “O que distingue o marxismo, a esse respeito, é a tentativa de compreender a revolução como fenômeno sociológico de classe”. SAMPAIO JR. apud PRADO JR. ao se referir sobre como é formada a teoria revolucionária brasileira, explica que:

[...] se constitui do complexo de transformações em cursos ou potenciais, que dizem respeito à estrutura econômica, social e política do país, e que, contidas e reprimidas pela inércia natural a toda a situação estabelecida, se desenrolam de maneira excessivamente lenta e não logram chegar a termo. Nem por isso deixam de estar presentes, e se revelam e fazem sentir através de perturbações que agitam a vida do país: desequilíbrios econômicos, desajustamentos e tensões sociais, conflitos políticos de maior ou menor gravidade e repercussão. Cabe precisamente à ação política revolucionária estimular e ativar aquelas transformações implícitas no processo histórico em curso e de que tais perturbações constituem o sintoma aparente e mais diretamente sensível. É

a programação das medidas necessárias ou favoráveis a esse fim que forma a teoria revolucionária. (2000, p. 126)

4. A REVOLUÇÃO PENSADA POR TROTSKY, LUXEMBURGO E LENIN

A teoria da revolução permanente, defendida por TROTSKY, se enquadra perfeitamente com o perfil que o Brasil vivia no período ditatorial militar, dizendo que:

“Para países de desenvolvimento burguês retardatário e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas tarefas democráticas e nacional-libertadoras só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas”. (2007, p. 205)

TROTSKY tinha na revolução um meio para que se alcançasse os fins almejados por uma determinada sociedade.

“A revolução socialista não pode se realizar nos quadros nacionais. Uma das principais causas da crise da sociedade burguesa reside no fato de as forças produtivas por ela engendradas tenderem a ultrapassar os limites do Estado nacional. Daí as guerras imperialistas, de um lado, e a utopia dos Estados Unidos burgueses da Europa, de outro lado. A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial. Por isso mesmo, a revolução socialista se converte em revolução permanente, no sentido novo e mais amplo do termo: só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o nosso planeta”. (2007, p. 208)

Para LUXEMBURGO (Revolução na Rússia, 2010), a necessidade de uma revolução, se dava no sentido de mudanças necessárias, porém, ela admitia que o viés destas mudanças, era pela luta armada. Como observado a seguir.

“Levou uma eternidade – ao menos quando medido com a impaciência revolucionária e com a agonia do povo russo – para o fogo da revolução se acender em uma chama brilhante sob os velhos séculos de cobertura gelada do absolutismo. Poderia, e certamente irá levar um longo período de terríveis lutas, alternando entre vitórias e derrotas populares, com inúmeras vítimas, antes da besta sedenta por sangue do absolutismo – que é perigoso ainda assim, mesmo parecendo que ele se contorce em sua agonia final – ser derrotada de uma vez por todas. Nós devemos nos preparar para

uma era revolucionária na Rússia contada em anos, não em dias e meses, semelhante à grande Revolução Francesa”.

Ao citar a gênese da Revolução Russa em seu texto, LENIN (Revolução na Rússia, 2010) nos apresenta uma série de reações desenvolvidas pela classe operária, dentre elas, estava a tomada do poder através da força. Consolidando mais uma vez a revolução por meios não pacíficos.

“A classe operária, que há muito parecia manter-se afastada do movimento de oposição burguês, levantou a voz. As largas massas operárias alcançaram, num relâmpago, a sua vanguarda, os social-democratas conscientes. O movimento operário de Petersburgo avançou nestes últimos dias com verdadeiros passos de gigante. As reivindicações econômicas dão lugar às reivindicações políticas. A greve torna-se geral, o que prefigura uma manifestação nunca vista; o prestígio do título imperial afunda-se para sempre. A insurreição estalou. A força responde à força. Combate-se nas ruas, levantam-se barricadas, os tiros crepitam, os canhões troam. Por todo o lado, rios de sangue; a guerra civil pela liberdade teve início. Moscovo, o Sul, o Cáucaso e a Polónia estão prontos para se juntarem ao proletariado de Petersburgo. A palavra-de-ordem dos operários passou a ser: a morte ou a liberdade!”

Como observamos a revolução na perspectiva marxista de TROTSKY, LUXEMBURGO e LENIN, mentores intelectuais, que influenciaram as organizações armadas contra a ditadura brasileira. Tinham na luta armada o sentido concreto para mudanças e melhorias das classes e estruturas sociais.

5. CONCLUSÃO

É notório que a mudança de significação do termo revolução, por Dilma Rousseff, não condiz com seu sentido histórico real. Sendo que a forma pensada e externalizada por ela, nos mostra uma ação tendenciosa, que visa ações de reformas nos setores citados. Pois a atual conjuntura que contempla a candidata, que pleiteia o cargo de presidente da república brasileira, não lhe permite uma postura de vínculo com o passado, titulado pelos militares de subversivo (ações contra o governo ditador).

Os roubos a banco, cofre de político e unidades militares, tinham um caráter de expropriar o Estado, mostrando sua vulnerabilidade diante de uma sociedade organizada, além da manutenção das organizações políticas armadas. Mais isso não parece motivo de

engrandecimento nem tão pouco orgulho por parte da candidata, que muitas das vezes, chegou a negar seu envolvimento nas ações revolucionárias.

Podemos então concluir que o tempo ao articular o passado com o presente, nos mostra que existe uma grande mudança, nos anseios, pensamentos e forma de agir de um indivíduo, que poderá levar a uma mudança conceitual coletiva, quando esse signo é difundido por uma pessoa detentora de grande articulação nos meios sociais. A preocupação neste sentido, se fundamentada, sobre a resignificação do termo revolução, devido à base histórica que este termo foi construído. Observamos a possibilidade concreta de perda do seu sentido material, que se estabelece na relação de mudança na estrutura social, único meio dos trabalhadores alcançarem a sua emancipação diante da submissão da burguesia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A Linguagem Escravizada. Língua, história, poder e luta de classes.** 2ª ed.. São Paulo. Expressão Popular. 2008. 147 p.

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER. **POLOP. Uma Trajetória de Luta Pela Organização Independente da Classe Operária no Brasil.** Salvador. CVM. 2009. 307 p.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** 2ª ed. São Paulo. Brasiliense. 2008. 128 p.

DE SOUZA, Luiz Eduardo Simões (org.). **Marx: da economia à revolução.** Série Economia de Bolso. São Paulo. LCTE. 2009. 80 p.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Dilma Rouseff.** Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/dilma-rousseff.jhtm>. Acesso em: 26 de maio de 2010.

JÚNIOR, Caio Prado; FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira.** São Paulo. 1ª ed.. 4ª reimpr.. Expressão Popular. 2007. 134 p.

JÚNIOR, Plínio de Arruda Sampaio. **Sete notas sobre a teoria da revolução brasileira.** In. Clássicos sobre a revolução brasileira. São Paulo. 1ª ed.. 4ª reimpr.. Expressão Popular. 2007. 125-134 p.

LABICA, Georges. **Democracia e revolução**. tradução: Tiago Saboga. 1ª ed.. São Paulo. Expressão Popular. 2009. 80 p.

LENIN, Vladimir Ilitch. **A Revolução Educa**. tradução: José André Lôpez Gonçalves. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/07/26.htm>. Acesso em: 05 de junho de 2010.

LENIN, Vladimir Ilitch. **A Revolução na Rússia**. tradução: José André Lôpez Gonçalves. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/01/10.htm>. Acesso em: 05 de junho de 2010.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**. [tradução revista por Aristides Lobo] 1ª ed.. São Paulo. Expressão Popular. 2007. 139 p.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Revolução na Rússia**. tradução: Juliana Danielle. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1905/02/08.htm>. Acesso em: 02 de junho de 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. transcrição: Fernando Araújo. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/index.htm. Acesso em: 02 de junho de 2010.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1ª ed.. São Paulo. Expressão Popular. 2008. 70 p.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **A ideologia alemã**. tradução: Frank Müller. Martin Claret. São Paulo. 2007. 147.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 26ª ed.. Petrópolis. Vozes. 2007. 108 p.

RODRIGUES, Antonio Paiva. **Biografia de Dilma Vana Rousseff Linhares**. Disponível em: <http://www.oartigo.com/index.php?/politica/biografia-de-dilma-vana-rousseff-linhares.html>.

Acesso em: 26 de maio de 2010.

RODRIGUES, Diego; NUNO, Fernando (coordenação editorial). Lexicografia Thereza Pozzoli. **Larousse escolar da língua portuguesa**. São Paulo. 2004.

TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. tradução: Hermínio Sacchetta. 1ª ed.. São Paulo. Expressão Popular. 2007. 216 p.

TROTSKY, Leon. **O que é uma situação revolucionária**. tradução: Pablo de Freitas Lopes. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1931/12/19.htm>. Acessado em: 06 de junho de 2010.

YOUTUBE. **PT na TV: O Brasil já encontrou o rumo certo. É hora de acelerar e ir em frente**. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=JBe_KQ6lMY0. Acesso em: 15 de maio de 2010.

ZIZEK, Slavoj. **Às Portas da Revolução: escritos de Lenin de 1917**. Tradução dos textos de Lenin: Daniela Jinkings. 1ª ed.. São Paulo. Boitempo. 2005. 350 p.

A RIQUEZA IMATERIAL E O PROCESSO PRODUTIVO DAS CERAMISTAS DE COQUEIROS - MARAGOGIPE /BAHIA

Queilane Salvador Santos¹

O presente artigo visa apresentar o riquíssimo patrimônio imaterial existente na comunidade de Coqueiros Maragogipe – Bahia, situada à margem do Rio Paraguaçu na Baía do Iguape, Recôncavo Baiano, através do Núcleo de Pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Políticas Sociais, no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Como objetivo contribuir para a preservação do patrimônio imaterial de Coqueiros, entendendo que a arte desenvolvida pelos ceramistas deste município é uma prática do saber-fazer da cultura local, que expressa uma memória coletiva, um aprendizado passado de gerações, uma identidade local e uma riqueza cultural composta de expressões materiais e espirituais que lhes constituem.

A constituição do artigo 216²

Vai estabelecer que constituem como Patrimônio Cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem: as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas dos diferentes grupos sociais brasileiros.

Os bens imateriais abrangem as mais diferentes formas de saber, fazer e criar, como músicas, contos, lendas, danças, receitas culinárias, técnicas artesanais, manejo ambiental. Incluem, ainda, os conhecimentos, inovações e práticas culturais de povos indígenas, quilombolas, e populações tradicionais, que vão desde formas e técnicas de manejo de recursos naturais até métodos de caça e pesca, e diversos outros conhecimentos.

¹ Estudante do Curso de Museologia pela UFRB e integrante do Núcleo de Pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Políticas Sociais da UFRB, que tem como Coordenadoras – Dra. Lúcia Maria Aquino de Queiroz (UFRB); Ms. Marina da Cruz Silva (UFRB) Ms. Patrícia Verônica Pereira dos Santos (UFRB), Ms. Ilzamar Silva Pereira (UFRB). lanesalvador@gmail.com

² HOMERO, Alder. **Patrimônio Imaterial: problema mal – posto**. 2006, p.99.

O Decreto nº 3.551³, de agosto de 2000, vai instituir o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, dividindo-os em quatro livros sendo estes: I- Livro dos Saberes, II Livro das Celebrações, III Livro das Formas de Expressão e IV Livro dos Lugares.

A comunidade de Coqueiros se enquadra no I - Livro de Registro dos Saberes, onde estão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano da comunidade. Por meio de suas técnicas artesanais de trabalhar o barro, adquirido de seus ancestrais e que devem ser passados aos descendentes. Essa comunidade é composta aproximadamente de 40 artesãs que sobrevivem da produção diária da cerâmica utilitária — pratos, painéis e outros utensílios domésticos, realizada principalmente por mulheres, constituindo uma ampla representação do patrimônio imaterial baiano.

O ofício do fazer cerâmica é um aprendizado passado de gerações, onde as mulheres artesãs de Coqueiros aprenderam muito cedo a modelar o barro, observando o trabalho de seus acedentes que ensinaram a arte de manusear o barro, assegurando dessa forma a manutenção de vida e tradição oral.

Essas atividades se traduzem a uma memória coletiva, como uma forma de construção social, envolvendo a sociedade e o indivíduo em face aos acontecimentos presentes. Segundo Maria Bergamaschi⁴ “[...]. A memória é constituída a partir do presente e tem como função principal manter a coesão do grupo, identificando-os como uma comunidade de memória” [...]. Como diz Le Goff⁵ acerca da memória “como um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”.

³ SANTILLI, Juliana. **Patrimônio Imaterial e Direitos Intelectuais Coletivos**. 2005, p.64.

I Livro do Registro dos Saberes, onde estão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades – II Livro de Registro das Celebrações, onde estão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social – III Livro de Registro das Formas de Expressões, onde serão inscritos manifestações literárias, músicas, plásticas, cênicas e lúdicas – IV Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

⁴ BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Narradores de Javé: a memória entre a tradição oral e a escrita**. P. 03.

⁵ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 1996.

Essa memória coletiva é construída em torno do social, onde selecionamos os fatos e momentos dos quais queremos lembrar, a partir dos anseios individuais e coletivos do presente. Na comunidade de Coqueiros esta memória coletiva está presente a partir dos relatos das ceramistas, por meio de fatos que marcaram suas trajetórias de vidas. Neste sentido, a memória nos permite apreender a partir dos depoimentos das ceramistas, elementos de suas vidas cotidianas de trabalho, seus momentos de dificuldades, os significados que atribuem às suas vivências e suas práticas sociais, com todos os seus costumes hábitos e valores.

A produção da cerâmica de Coqueiros é realizada durante todo o ano, nas casas das artesãs, sendo consideradas casas-oficinas, onde os utensílios de diversos tamanhos são produzidos, havendo momentos de alto e baixo, em função dos períodos de chuva, que impede a queima, como também, que as peças sequem de forma rápida, quando não levando embora quase, ou todo o barro que fica exposto na rua, acarretando assim, prejuízos aos ceramistas nesse período.

O barro, matéria prima principal para a confecção das cerâmicas é comprado em forma de caçambas, por conta própria de seus produtores ou dividido entre duas ou mais pessoas, e espalhado nas ruas pelos artesãos, para que seja desmanchado pelas passagens dos carros.

Segundo Carlos Etchevarne⁶ “Antes de usar esse recurso mecânico, a trituração era efetuada em pilões de madeira, o que significava mais uma etapa de trabalho e dispêndio de muita energia para as mulheres ceramistas”. Desta forma, a descoberta desse artifício, que as alivia de um bom esforço, é motivo de satisfação quando, sobretudo pode revelar a capacidade criativa delas em driblar as dificuldades

A compra deste barro é efetuada a cada três ou quatro meses, a depender da temporada e dos pedidos. Posteriormente o barro é peneirado, amassado e levado a casa ateliê de cada uma das ceramistas, onde serão confeccionadas as peças.

Sua modelagem é feita com as mãos, pois, as ceramistas não utilizam de nenhum tipo de utensílios mecânicos, onde o barro é trabalhando com todo sentimento e dedicação até adquirirem o resultado esperado.

⁶ ETCHEVAME, Carlos. **Sobrevivência de Técnicas Ceramistas Tradicionais no Recôncavo Baiano: um registro etnográfico.** 2003. P.08.



Figura 1: Dando forma ao vasilhame.
Foto: SANTOS, Queilane, 2009.

As peças depois de prontas são colocadas ao sol para secar, e antes de levá-las para a queima as peças passam pelo brunimento, que requer a utilização de outro tipo de barro, que é o barro Tauá — argila rica em óxido de ferro que dá uma coloração avermelhada às peças para ganhar o brilho. Essa argila utilizada para a pintura vermelha da cerâmica, o tauá, é conseguida nas colinas em frente ao povoado. Este é o único ofício em que ainda é visível a participação dos jovens.



Figura 2: As peças sendo brunidas.
Foto: www.ceramicanorio.com.

Após a secagem e o trabalho das brunideiras, tem-se a queimada, sendo mais uma etapa do processo da confecção da cerâmica, que pressupõe a coleta de lenha e o empilhamento da produção num grande forno a céu aberto.

O processo de queimada das peças, além de envolver custos e experiência, requer da contribuição do fator climático, pois o vento fraco ou forte influencia no resultado final das peças. O momento considerado adequado para a queima é aquela depois de meio dia, entre 13 e 14 horas em que começa a soprar um vento suave do sul,

avançando pelo Rio Paraguaçu. Depois de ir ao fogo, não é possível refazer as peças danificadas, o que, em algumas ocasiões, pode resultar em elevados prejuízos.



Figura 3: Queima dos vasilhames cerâmicos.
Foto: www.ceramicanorio.com.

O trabalho da cerâmica está tão integrado a vida destas pessoas que parece ser um ritual executado todos os dias. Pois, estas ceramistas trabalham em média doze horas por dia, chegando a fazer, a depender do tamanho e disposição, entre dez e quinze peças por dia. Mesmo aos domingos elas trabalham, ainda que a carga horária seja reduzida.

A carga horária de trabalho das ceramistas pode ser um dos fatores que tem desencadeia vários problemas de saúde, pois, dizem sofrer de dores no corpo, alergias e problemas circulatórios, seja pela posição em que elas trabalham, com a coluna sempre encurvada, os movimentos repetitivos, por trabalharem sentadas diretamente no chão, e por serem em sua maioria mulheres idosas.

É com muito trabalho e garra que a cultura de fazer cerâmica na localidade de Coqueiros se mantém e se revela aos seus parques visitantes que possuem a sensibilidade de reconhecer neles não apenas fontes de mercadorias, mas também a importância cultural que existe não só na arte de fazer cerâmica como também nas narrativas das adoráveis Senhoras.

A comunidade de Coqueiros se traduz como um patrimônio, composto de todas as expressões materiais e imateriais nos quais incluem modo de fazer, criar e viver. Uma riqueza transmitida de geração e de fundamental importância para a memória e a identidade local da região.

Como afirmou Marcia Sant'Anna em seu artigo '*A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização*'⁷ que "Preservar a memória de fatos, pessoas ou idéias, por meio de *construtos* que as comemoram, narram ou representam, é uma prática que diz respeito a todas as sociedades humanas"

Nesse sentido, a preservação do patrimônio imaterial do saber-fazer cerâmico de Coqueiros deve ser vista como uma prática social, digna de valorização da tradição e da identidade cultural, visando o incentivo ao artesão, enquanto protagonista dessa atividade artesanal, e à auto-estima de seus participantes, e na promoção da sustentabilidade do grupo. Pois, não há livros ou manuscritos que possam ensinar as técnicas aprendidas por estas ceramistas através de seus ancestrais.

Essa percepção justifica um dos objetivos centrais do Núcleo de Pesquisa Desenvolvimento Regional e Políticas Sociais em promover o reconhecimento e aproximação dos jovens com a cultura local, propiciando encontros intergeracionais, que facilitem a aprendizagem dos saberes dos mais velhos aos mais jovens e também, em conjunto com ideais e a realidade da comunidade, contribuir para a implantação de novas formas de gerenciamento, promovendo o associativismo, o cooperativismo, parcerias dentre outras formas de sustentabilidade deste grupo.

Referências Bibliográficas

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Narradores de Javé: a memória entre a tradição oral e a escrita.** Disponível em: <http://filmes.seed.pr.gov.br/modules/mylinks/viewcat.php?cid=1&orderby=titleD>. Acesso em: 20/06/2010.

ETCHEVARNE, Carlos. **Sobrevivência de Técnicas Ceramistas Tradicionais no Recôncavo Baiano: um registro etnográfico.** Habitus: Revista do Instituto de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás. Goiânia V 1, n 1: Ed. Da UCSAL, 2003.

HOMERO, Alder. **Patrimônio Imaterial: problema mal - posto.** Diálogos, DHI/PPH/UEM, v.10, n 3, p. 97-116, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

⁷ SANT'ANNA, Marcia. **A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização.** 1995. P. 47.

SANTILLI, Juliana. **Patrimônio Imaterial e Direitos Intelectuais Coletivos**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico, n 32, 2005.

SANT'ANNA, Márcia. **A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização**. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 52.

LAVOURA FUMAGEIRA DO RECÔNCAVO DA BAHIA: UMA TENTATIVA DE CARACTERIZAÇÃO (1773-1831)

Ana Paula de Albuquerque Silva¹

O fumo foi um importante gênero do comércio baiano durante boa parte do período colonial. Já no século XVI entrou para o cenário internacional atingindo os mercados europeus e asiáticos, no entanto, foi através do comércio com a Costa da Mina aonde serviu de moeda de troca por escravos, no tráfico transatlântico, que se consolidou entre os principais produtos de exportação. A planta é originária da América tropical, a sua produção abrangeu diversas regiões do Brasil, as principais zonas foram: Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Maranhão.² Em nosso artigo, nos dedicaremos a zona produtora da Bahia, região que ficou conhecida como *os campos da Cachoeira*, localizada no Recôncavo. O período analisado abrange os anos entre 1773 e 1831³. O que nos propomos aqui é evidenciar como as lavouras fumageiras estavam inseridas na economia. Aqui, faremos um balanço historiográfico buscando analisar como os autores têm tratado sobre o tema, e traçar o caminho que temos percorrido para, entre diversos aspectos, entender de que maneira encontravam-se estruturadas as fazendas produtoras, atentando-se à mão-de-obra empregada, as ferramentas de trabalho, a diversificação ou não da produção, o caráter mercantil, assim como, analisar o perfil dos agentes desta produção⁴. Desta maneira, para atingir o nosso propósito foram analisadas três fontes documentais: os inventários *post-mortem*, o *Rol de fazendas e lavradores do Recôncavo da Bahia* e a *lista de enroladores de tabaco de 1809*.⁵

O tabaco atende a algumas necessidades para o seu desenvolvimento. Apesar de preferir calor adapta-se a diversos tipos de climas, a melhor temperatura para o seu cultivo é entre 17°C e 27°C, a alta umidade é um fator relevante, o solo deve ser permeável e a terra arenosa, os solos argilosos também são bons. Cachoeira atende as

¹ Estudante do Curso de História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Orientada pela professora Dr.^a Rita de Cássia Almico.

² NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 36-50.

³ O recorte temporal que realizamos foi estabelecido por uma das principais fontes analisada que é o Rol de fazendas e lavradores do Recôncavo da Bahia, por ter sido feito apenas para este período estudado.

⁴ Entendemos por agente de produção, tanto o proprietário e lavrador das fazendas quanto os negociantes de tabaco.

⁵ As fontes já foram catalogadas e sistematizadas em quatro diferentes bancos de dados em formato EXCEL, realizados durante dois anos de bolsa Pibic FAPESB. A documentação encontra-se no Arquivo municipal da Cachoeira.

particularidades desta cultura.⁶ Quando falamos em Cachoeira, entre fins do século XVIII e início do século XIX, nos referimos a uma zona composta por diversas freguesias em sua localidade: além da vila, Cachoeira atingia ainda as freguesias de São Félix, São Pedro da Muritiba, Santiago do Iguape, Conceição da Feira, São José das Itaporocas (antigo nome de Feira de Santana), São Gonçalo dos Campos, Cruz das Almas, Outeiro Redondo, Santo Estevão do Jacuípe, Oliveira, Desterro, São Felipe e Maragogipe⁷. A análise do *Rol de fazendas e lavradores do Recôncavo da Bahia* e dos inventários *post-mortem* nos possibilitou saber que o fumo era produzido, sobretudo, nas freguesias de São Gonçalo dos Campos, São José das Itaporocas, São Pedro da Muritiba e a Vila da Cachoeira. Apesar de outras regiões ainda dedicarem-se a esse cultivo, em menor escala, entre elas estão: Cruz das Almas, Santo Estevão do Jacuípe e Outeiro Redondo.

Esta região está localizada no Recôncavo da Bahia, que é rico e complexo em todo o seu espaço. Área costeira, com pouco mais de 10.000 km² de terras emersas.⁸ Localizado em torno da Baía de Todos os Santos. Ficou historicamente marcado pela implantação da mão-de-obra escrava e do desenvolvimento agrícola, sendo suas principais produções, ao longo do período colonial, a da cana-de-açúcar, o fumo, a pecuária e a mandioca.⁹ Manteve estreita ligação com sua grande praça de escoamento Salvador e com o Sertão desenvolvendo o papel de entreposto comercial entre o interior e o litoral.¹⁰ O Recôncavo foi beneficiado pela sua vasta rede hidrográfica como o rio Paraguaçu, importante, principalmente, para o desenvolvimento de Cachoeira. Desde o início do século XVI, incrementou-se o povoamento e ocupação econômica desta região e adjacências com a agricultura e a pecuária. A vila e seu entorno muito representou para a Bahia, sobretudo devido a sua localização privilegiada. Compreende-se que desempenhou importantes funções comerciais ainda durante o século XVIII. Foi centro distribuidor de mercadorias regionais que tinham como destino a exportação e receptor de produtos importados, além de principal produtor de fumo do país até o início do século XX.

⁶ NARDI, Jean Baptiste. *Op. Cit.* pp.59-69.

⁷ NARDI, Jean Baptiste. *Op. Cit.* p36.

⁸ MATTOSO, Kátia. **Bahia, Século XIX: uma província Império.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p.53.

⁹ Os inventários *post-mortem* têm nos possibilitado perceber estas produções, que já haviam sido indicadas pela historiografia, como por exemplo o estudo realizado por Barickman. BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780-1860.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁰ TAVARES, L. H. **A história da Bahia.** Salvador: UNESP/EDUFBA, 2001.

Antes de nos deter um pouco mais aos nossos objetivos é necessário traçar um breve histórico do fumo, nosso objeto de estudo. O tabaco ainda no século XVI era bastante consumido pelos marinheiros e soldados e isto ajudou na difusão pela Europa, os corsários também foram pioneiros neste momento introdutório. O produto foi introduzido neste continente em um movimento “de baixo para cima”, ou seja, atingiu primeiro as camadas menos abastadas até chegar as classes mais altas da sociedade. Deve-se salientar que o tipo de tabaco utilizado pelos marinheiros e soldados não era o mesmo que a corte consumia. Enquanto as classes mais “baixas” utilizavam o fumo mascado ou de corda, os que faziam parte da corte utilizavam o reduzido a pó, que ficou conhecido com o nome de rapé, tinha melhor qualidade, passava por processo fabril e por isto de luxo. Atingiu elevados níveis de exportação através do comércio com a Costa da Mina.¹¹ Tornando-se cobiçado pelos negociantes devido o alto lucro que proporcionava, sendo de grande significância para as políticas mercantilistas européias. Com o contrabando existente desta mercadoria fez-se necessário o controle da comercialização por Portugal através, principalmente, da Junta Administrativa do Tabaco, impondo uma série de leis, disposições, resoluções, decretos com o objetivo de regulamentar a saída deste gênero da Bahia.¹² Não foi a toa que o tabaco se tornou monopólio do Estado.¹³

Os estudos sobre o fumo no Brasil ainda são poucos, porém encontramos importantes trabalhos pautados, principalmente, na sua produção, no seu comércio e nas questões administrativas. Durante anos a obra *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*, escrita por Antonil, foi a principal referência para historiadores e pesquisadores dedicados ao tabaco. O cronista descreveu a empresa colonial brasileira, em princípios do século XVIII, e seus relatos foram divididos em quatro etapas, compreendendo: a cultura do açúcar, do tabaco, a mineração e a criação de gado.¹⁴

A parte da obra dedicada a cultura do fumo recebe o título: *Cultura e opulência do Brasil na lavra do tabaco* e divide-se em 12 capítulos. A lavoura fumageira é descrita em seus pormenores, desde o princípio das suas plantações até o momento onde o produto se tornou valorizado e promotor de “capedais”. O autor busca relatar as etapas da plantação com seus respectivos procedimentos e as pessoas inseridas neste processo.

¹¹NARDI, Jean Baptiste *Op. Cit.* pp.23-28.

¹² Idem, *ibidem*, pp. 19-38.

¹³ Idem, *ibidem*, pp.95-161.

¹⁴ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. Versão PDF.

Por fim, aborda a saída do tabaco da alfândega da Bahia, seu valor, lucro gerado e o intenso contrabando existente, devido a alta lucratividade.¹⁵

Segundo Antonil, geralmente o cultivo do fumo dura quatro meses, seu processo inicial é realizado em canteiros com uso de bastante esterco, é um processo que exige cuidados já que a folha é delicada e o seu uso exige que esteja em bom estado, os cuidados devem ser também com os vários “inimigos” da planta: formiga, lagarta, pulgão e grilo, que a destroem. Primeiro prepara-se o canteiro e depois plantava as sementes nos primeiros meses, neste mesmo tempo ia preparando o terreno para a plantação final e colocava o gado para estercar o solo. O terreno era separado em regos para que as folhas se desenvolvessem o suficiente.¹⁶

Após a colheita era necessário ainda ter bastantes cuidados, pois qualquer dano à folha poderia prejudicar a sua venda. Para torcer a corda levam cerca de quinze dias, prontas, juntam de três em três cordas e formam as bolas que são envolvidas em um caldo do próprio tabaco com mistura de ervas, alfavaca e manteiga de porco com caldo de mel de açúcar. Até que chega o momento de enrolar para transformar em rolos, que são feitos por medidas de três palmos e envolvidos por folhas de urucuri, para que fiquem unidas. Concluindo esta etapa, os rolos são cobertos com folhas de caravatá, apertadas e recebem as marcas dos seus donos, cada rolo é despachado na alfândega com oito arrobas.¹⁷

José Roberto do Amaral Lapa¹⁸ já chamava atenção para a pouca importância dada pelos pesquisadores ao tabaco. Isto, segundo ele, pode ser comprovado na falta de trabalhos e nas muitas lacunas existentes. Entre os vários questionamentos feitos por este autor está a falta de pesquisas, relacionadas a questões do comércio com a Europa, África e Ásia, a forma de transporte, flutuações dos índices de consumo e suas determinantes. São ainda necessários estudos delineadores da mão-de-obra, desde a colaboração dos escravos, a do trabalhador livre e o regime de divisão do trabalho. O tamanho das propriedades e a forma de produção, não foram suficientemente estudados. Em seu artigo apontou o relacionamento entre tráfico de escravos e a produção uma

¹⁵ Idem, ibidem, p.67.

¹⁶ Idem, ibidem, pp. 67-68.

¹⁷ Idem, ibidem, p. 68-69.

¹⁸ LAPA, Amaral. **Esquema para um estudo do tabaco baiano no período colonial**. Afroasia, ed. 6, 1998. pp. 83-85.

janela fundamental de ser elucidada, assim como, as interferências e imposições postas pelos holandeses, franceses e ingleses neste comércio.¹⁹

Maria da Conceição Cheis realizou uma das pioneiras pesquisas sobre o tabaco brasileiro. Sua perspectiva foi abrangente, atinge como enfoques especiais o comércio, a organização da administração e arrecadação do tabaco. Não se debruçou sobre a produção na colônia, mas sinaliza para inovações na relação da pobreza dos lavradores de Pernambuco e na utilização da mão-de-obra indígena no Maranhão.²⁰

Catherine Lugar se dedicou ao perfil dos lavradores fumageiros, em *The Portuguese Tobacco Growers of Bahia in the Late Colonial Period*²¹ destaca, entre outros aspectos, o caráter social da vida dos fumicultores do Recôncavo baiano. Utilizou registros locais dos lavradores de tabaco em Cachoeira, mais especificamente o *Rol de fazendas e lavradores* do período entre 1798 até 1814. Esta autora não abordou a produção e as relações econômicas envolvidas nas fazendas devido ao limite imposto pela sua documentação. Neste sentido, o nosso trabalho pretende, com a utilização dos inventários *post-mortem*, compreender mais detidamente questões relacionadas à plantação e seus produtores, através dos bens inventariados dos produtores de tabaco.

Pierre Verger, em 1968, publica a obra *Fluxo e Refluxo*. Dedicou-se à uma das lacunas apontadas por Lapa, a questão da relação do fumo no tráfico transatlântico de escravos. Verger, em seu estudo aponta que a primeira razão determinante nas relações entre a costa da Mina e a Baía de Todos os Santos é que foram os comerciantes que encontraram saída para o fumo de terceira qualidade ou de refugo, o comércio desta categoria era proibido em Portugal. Assim, o tabaco foi o protagonista na relação entre essas duas regiões. Foi devido ao fumo que houve um importante vínculo comercial dos negociantes da Bahia que fugiam ao controle de Lisboa. Verger acha interessante o quanto o fumo desta qualidade inferior era levado a mediocridade e ao mesmo tempo tinha prioridade sobre as outras mercadorias ligadas ao tráfico. Por fim, aborda como se dava o controle realizado por Portugal sobre esta mercadoria, que se fazia,

¹⁹ Idem, ibidem, 83-85.

²⁰ CHEIS, Maria da Conceição J.F. **O tabaco do Brasil nos quadros da economia portuguesa no séc. XVII**. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967 (Dissertação de Mestrado em História).

²¹ LUGAR, C. **The Portuguese tobacco trade and tobacco growers of Bahia in the late colonial period**. In: ALDEN, Dauril; DEAN, Warren (ed.). *Essays concerning the socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*. Florida: University Press of Florida, 1977, p. 26-70.

principalmente, pela Junta Administrativa do Tabaco, dirigida pelo superintendente do tabaco.²²

Analisar aspectos políticos, econômicos e sociais, dedicando-se, principalmente, à agricultura, o comércio e a administração do tabaco em todo o Brasil é o objetivo de Jean Baptiste Nardi. O documento intitulado *O Rol de fazendas e lavradores da Cachoeira (1783-1799)* deu base à parte das afirmações realizadas em sua pesquisa para a região produtora do Recôncavo da Bahia. Esta fonte lhe possibilitou classificar uma série de informações sobre os produtores de tabaco: etnia, estado civil, estatuto da propriedade (arrendada ou própria), tipo de solo e uso de esterco.²³

Bert Barickman, em estudo sobre o Recôncavo, tem como principal tese afirmar que a *plantation* não inviabilizou a agricultura de abastecimento interno. Propõem reexaminar as generalizações realizadas pela historiografia como, por exemplo, a idéia da não existência de nenhum mercado rural no Brasil, sendo os próprios latifundiários produtores da sua subsistência²⁴. Através da comparação da posse da terra, da mão-de-obra escrava e das três lavouras: açúcar, fumo e mandioca, o autor mostra como tanto o grande, como o pequeno proprietário “adaptavam o uso da terra e as práticas agrícolas não só às exigências de lavouras específicas (...), mas também às condições locais e à expansão do mercado interno”.²⁵ Sua obra foi, em grande medida, influenciada pelo estudo denominado *Contrapunto cubano*²⁶ de Fernando Ortiz. As fontes utilizadas pelo autor foram os inventários *post-mortem*, censos manuscritos, registros de propriedades rurais, a partir de 1850, assentamentos cartoriais e a documentação do Celeiro Público do Estado da Bahia.²⁷

O brasilianista destaca a produção fumageira contrapondo-a com a açucareira. Essas duas lavouras tinham muitas diferenças entre si. Primeiro na quantidade de escravos, a lavoura fumageira exigia um número menor. Segundo, quanto ao local de produção, bem diferente dos engenhos, a produção do fumo muitas vezes era realizado em um anexo da casa do lavrador. Em terceiro lugar, trata-se dos investimentos realizados pelos lavradores fumageiros; eram bem menores que os dos senhores de engenho, pois era necessário na lavoura de fumo aderir apenas modestos equipamentos.²⁸

²² VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo**. São Paulo: Corrupio, 1987. pp. 19-38.

²³ Idem, ibidem, pp. 69.

²⁴ BARICKMAN, B. J.Op. cit. p. 30.

²⁵ Idem, ibidem, p. 31.

²⁶ ORTIZ, Fernando. **Contrapunto cubano Del tabaco y el azucar**. Ariel. 1973.

²⁷ BARICKMAN, B. J.Op. Cit. p. 30.

O autor conclui que, apesar de ter se desenvolvido na pequena propriedade, o fumo é um produto, principalmente, voltado para o mercado externo, porém isto não quer dizer inexistência de um intenso comércio interno. A lavoura fumageira não foi uma forma minimizada da lavoura açucareira, pois seguia outras formas de plantação. Em sua pesquisa, foi importante a utilização de parte dos inventários *post-mortem* dos lavradores de fumo²⁹

A partir de uma análise historiográfica Gustavo Acioli evidência caminhos de pesquisas ainda em aberto sobre o fumo no Brasil.³⁰ Para ele, o tabaco desenvolveu o papel de “primo pobre na historiografia nacional”, apesar de ter representado uma peça chave na reprodução da sociedade escravista. Seu trabalho se baseou em importantes estudos já realizados. Com base nessas obras, Acioli, tenta compreender o caráter “híbrido” do fumo, utiliza este termo tomando Gorender como base quando este combina mão-de-obra escrava e familiar.

A problematização central do trabalho é discutir como uma lavoura de pequenos produtores, considerados pobres, foi um dos pilares da acumulação escravista. Esta questão foi em parte, segundo o autor, respondida por Caio Prado ao demonstrar que os baixos custos exigidos possibilitaram a montagem da lavoura de fumo e beneficiamento ao agricultor familiar, porém não responde as condições desfavorecidas dos pequenos produtores, já que estavam envolvidos a um dos “canais de acumulação colonial”,³¹ mas não conseguiam ascender tanto socialmente quanto economicamente.³²

A partir de tais informações buscaremos aqui descrever um pouco mais dos nossos objetivos. A nossa metodologia se divide em três etapas principais: a primeira delas é visualizar como se organizava esta cultura na região estudada entre 1773 e 1831, ou seja, quais as principais regiões produtoras, perceber se estas localidades se assemelhavam na forma de produção ou comportavam-se de maneiras diferentes. A segunda etapa, busca saber como se constituía uma lavoura de fumo neste momento, se este gênero era ou não o único produto de uma fazenda, não sendo, buscar analisar se era o principal gênero ou o subsidiário, qual o tipo de mão-de-obra era empregada nesta economia, quantos trabalhadores havia em média por lavoura. Quais as ferramentas de trabalho utilizadas, o tamanho médio de uma propriedade, se eram próprias ou

²⁹ Idem, ibidem, p. 31.

³⁰ ACIOLI, Gustavo. **A ascensão do primo pobre: o tabaco na economia colonial da América portuguesa, um balanço historiográfico**. REVISTA DE HISTÓRIA [12]; João Pessoa, jan./ jun. 2005.

³¹ PRADO, Caio. Op. Cit. pp. 37-39.

³² ACIOLI, Gustavo. Op. Cit. p.33.

arrendadas, além de sua própria estrutura física, como os locais de produção e manufatura da mercadoria. Saber a produção média de uma fazenda por safra. As dívidas contidas nos inventários nos permite analisar ainda o caráter, existente ou não, mercantil do agente envolvido (produtor ou comerciante). E a terceira etapa consiste no intuito de traçar o perfil desses agentes, analisando sua etnia, seu estado civil e naturalidade. O seu perfil econômico através dos seus bens e do seu monte-mor, percebendo se havia ou não uma homogeneidade econômica neste grupo. A *lista de enroladores de tabaco de 1809* demonstrou que havia posicionamentos políticos por parte dos lavradores. Desta maneira, tentaremos saber quais foram estes posicionamentos, quais os seus objetivos e interesses e como estes atos estavam vinculados a sua posição econômica. Essa metodologia está sendo realizada de acordo com as fontes exploradas que listaremos aqui.

Existem dois *Róis de fazendas e lavradores do Recôncavo*, o primeiro compreende os anos de 1773 a 1799 e o segundo de 1799 a 1831. Esta fonte é uma espécie de censo. Até o momento catalogamos o primeiro Rol, onde foram identificadas um total de 1962 fazendas que foram analisadas uma só vez para todos os anos que o documento abrange. Neste documento encontramos um número de identificação para cada lavrador, onde este mesmo número será utilizado para identificá-lo nos rolos de tabaco produzidos, nas listas de transportes e exportação e na mesa de inspeção do tabaco. A localização da fazenda (a freguesia e o nome da propriedade). Apontam o estado civil e a etnia do proprietário. O tipo de solo, a utilização ou não de esterco de gado e o relato da terra ser própria ou arrendada. Realizamos um banco de dados aonde foram listadas todas essas informações, dividimos o *Rol* por freguesias. Os dados foram analisados por porcentagens. O primeiro *Rol* foi abordado no trabalho de Jean Baptiste Nardi, onde ele trabalhou com parte das fazendas listadas. Nós já catalogamos todas as fazendas e pretendemos trabalhar com seu conjunto. Após esta primeira etapa procuramos identificar cada um desses lavradores nos inventários *post-mortem* com o intuito de cruzar os dados. É ainda nosso interesse compreender por que este documento só foi realizado para estes anos em análise, por quem foi realizado e/ou qual instituição.

O inventários *post-mortem* trazem em seu corpo informações referentes a vida econômica e social do lavrador. Nos possibilitam dimensionar quem são esses proprietários, saber se são casados ou não, quantos membros compõem sua família, a sua residência, sua categoria econômica (pequeno, médio ou grande proprietário), seu Monte-mor, em que estavam investindo os seus bens, se a sua atividade era

diversificada, caso fosse, podemos saber se o fumo era a principal atividade e através das dívidas analisar ainda se havia um caráter mercantil.

Três etapas principais permeiam o desenvolvimento da coleta das informações. Na primeira buscamos dados correspondentes a localização do documento no arquivo: numeração, caixa e estante que pertence, assim como a data de abertura e o Monte Mor que corresponde quantia total que o inventariado acumulou ao longo de sua vida. Na segunda etapa buscamos os dados do inventariado, a naturalidade, endereço (rural/urbano), profissão, quantidade de filhos, a data da morte, e a qual categoria social pertencia. Por fim, na terceira parte, catalogamos e descrevemos os bens que o inventariado possuía: imóveis, móveis, semoventes (animais e escravos), plantações, equipamentos e máquinas, objetos pessoais e parte financeira como ações, debêntures, títulos e dívidas ativas e passivas. Nesta terceira etapa encontramos informações mais ligadas a questão da lavoura e da produção. Nos *Imóveis*, temos o valor da propriedade e suas descrições. Nos *Semoventes*, além do plantel de escravos, as suas especializações também são postas, nos dimensionando, em caso de mais de uma atividade, como a pecuária, por exemplo, quantos eram os cativos voltados para o trabalho com o fumo. Ainda nesta categoria encontramos os animais que possuíam os lavradores tornando possível a pesquisa traçar a relação ou não com a pecuária. As *Benfeitorias* trazem a maquinaria do produtor, as ferramentas de trabalho e as construções nas propriedades destinadas à produção. Outras informações referentes a vida econômica do proprietário, ainda são possíveis, como as suas dívidas ativas e passivas nos permitindo saber se havia ou não financiamento à lavoura através do crédito³³.

Dos 988 inventários disponíveis para o período analisado foram catalogados 400. Com esse total foi confeccionado um banco de dados que ficará disponível no Arquivo Municipal da Cachoeira, aonde foram reunidas o maior número de informações possíveis contidas nestas fontes. Com o objetivo de deixar disponível ao pesquisador visando a conservação destes documentos.³⁴

A partir disso, foi realizada uma pesquisa detalhada utilizando os inventários dos lavradores fumageiros, identificando as principais características da produção de fumo no período estudado. Dos 400 inventários 75 foram de lavradores e negociantes ligados

³³ A metodologia utilizada aqui foi baseada na metodologia utilizada por Rita Almico em sua dissertação de mestrado. ALMICO, Rita de Cássia. **Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora 1870/1914**. Unicamp, Instituto de Economia, 2001.

³⁴ Este trabalho realizado faz parte do projeto da nossa professora/orientadora Rita de Cássia Almico.

a esta cultura. Um banco de dados detalhando todas as informações referentes estes inventários foi realizado.

A terceira fonte analisada por nós foi a lista de *enroladores de tabaco de 1809*. Este documento relata um conjunto de lavradores da região analisada, que voluntariamente ofereceram a S.A.R em donativos, quantias que foram estipuladas individualmente. Estes valores variaram entre \$100 e 1\$000 por rolo aprovado ou refugado na Inspeção da Bahia. O documento inicia em primeiro de Janeiro de 1809 e segue durante a Guerra em Portugal. O objetivo é restituir e ajudar o trono Português a se recompor da Guerra. São 134 lavradores envolvidos neste ato. Este documento nos possibilita através do cruzamento com o *rol* e com os inventários saber quem eram os lavradores envolvidos nesta ação, nos ajudando a compreender os seus interesses, com os inventários e com a utilização de outras fontes, como a *lista de dízimo do tabaco*, que pretendemos analisar, poderá chegar ao total de doação realizada por cada um desses lavradores e a doação total. A fonte já está catalogada e sistematizada em um banco de dados.

Foram realizadas as catalogações das fontes que trabalhamos até o momento, porém, ainda nos falta a análise e o cruzamento destas informações. Até o momento, nos foi permitido alguns resultados parciais, como os bancos de dados ainda não foram estudados não traremos aqui resultados quantitativos. As fontes analisadas nos têm demonstrado que os produtores de fumo não tinham todos um mesmo perfil econômico, havendo uma divisão dentro da própria classe, sendo assim não podemos caracterizar todos como pequenos lavradores. O fumo, na grande maioria das fazendas não era a única atividade, havendo assim uma diversificação da produção. Empregava-se um significativo número de cativos nas fazendas fumageiras. Percebemos ainda que os lavradores de fumo se formavam em grupos políticos visando os seus interesses econômicos.

Bibliografia:

ACIOLI, Gustavo. **A ascensão do primo pobre: o tabaco na economia colonial da América portuguesa, um balanço historiográfico.** REVISTA DE HISTÓRIA [12]; João Pessoa, jan./ jun. 2005.

ALMICO, Rita de Cássia. **Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora 1870/1914**. Unicamp, Instituto de Economia, 2001.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. Versão PDF.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHEIS, Maria da Conceição J.F. **O tabaco do Brasil nos quadros da economia portuguesa no séc. XVII**. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967 (Dissertação de Mestrado em História).

LAPA, Amaral. **Esquema para um estudo do tabaco baiano no período colonial**. Afroasia, ed. 6, 1998.

LUGAR, C. **The Portuguese tobacco trade and tobacco growers of Bahia in the late colonial period**. In: ALDEN, Dauril; DEAN, Warren (ed.). *Essays concerning the socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*. Florida: University Press of Florida, 1977.

MATTOSO, Kátia. **Bahia, Século XIX: uma província Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

ORTIZ, Fernando. **Contrapunto cubano Del tabaco y el azucar**. Ariel. 1973.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

TAVARES, L. H. **A história da Bahia**. Salvador: UNESP/EDUFBA, 2001.

REFLEXÕES SOBRE ARTE E ARTESANATO EM CACHOEIRA-BA

Zaine Gabriela de Carvalho da Silva¹

RESUMO

O presente artigo pretende investigar quais os significados de “Arte”, “arte popular” e “artesanato” para “artistas” e/ou “artesãos de Cachoeira, apoiado no estudo das transformações históricas destes conceitos. O reconhecimento de uma mesma produção artística como arte se dá através de uma relação de poder. Aquilo que é classificado como artesanato pela cultura dominante, é percebido como arte para os sujeitos que os fazem. Essa divisão na produção cultural fundamenta a manutenção da hierarquização entre a cultura erudita e cultura popular. Ao compreender as concepções de artistas de Cachoeira em relação a essas categorias, pode-se questionar sobre a aplicação desses conceitos pela academia e pelo mercado de arte, que pressupõem uma divisão social do trabalho no campo artístico.

PALAVRAS-CHAVE: Arte; Artesanato; Cachoeira.

INTRODUÇÃO

Debater sobre culturas e artes não é uma tarefa fácil, tocar em suas superfícies é perceber que esta questão sofre ressignificações a todo instante. Raymond Williams² dedicou-se a revisar historicamente termos, mostrando as diferentes conotações que assumiram, principalmente na língua inglesa. Trabalhou os conceitos de cultura e arte, entre outros.

Para alguns seguidores do marxismo, como Williams, a cultura é um campo de disputa de poder, que se dá não apenas no mundo capitalista, alastra-se, penetrando em todas as estruturas governativas vivenciadas pelas sociedades. Sendo assim, para compreender a história atual, é preciso entender como as sociedades se organizavam e as diversas formas de produção que dialogavam com a cultura. A relação da cultura com a economia, em particular a confecção e a comercialização da arte e/ou artesanato, faz pensar no porquê da cultura ser dividida entre cultura popular e cultura erudita. A partir de quando a cultura sofreu essa ruptura? Enfim, por que arte e artesanato?

Estudar as “múltiplas e contraditórias acepções”³, acerca do que alguns intelectuais, leigos, artistas e artesões pensam a respeito de arte e artesanato é o nosso objeto de estudo.

¹ Estudante do Curso de Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Trabalho orientado pela Professora Suzane Pinho Pepe, lotada no Colegiado do Curso de Graduação em Museologia (UFRB).

² WILLIAM, Raymond. Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. 2007.

³ CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. 1995, p.179.

Acreditamos que este artigo possa contribuir para o debate sobre essas categorias. Para tal investigação utilizamos os dados das secretarias de Cultura de Cachoeira e São Félix (BA), dez entrevistas feitas recentemente pela autora, e as referências trabalhadas no quadro da pesquisa *Produção artística afro-religiosa em Cachoeira e São Félix-BA: meados do século XX – início do XX*⁴.

A DIVISÃO DA CULTURA

Norbert Elias⁵ descreve como durante o período medieval algumas medidas de higiene, individualização e “bons costumes” foram adotadas pela nobreza e pelo clero para legitimar uma distinção social das classes econômicas, uma vez que a nobreza desempenhavam o papel social dos representantes divinos escolhidos por Deus para governar, não poderiam se comportar socialmente como os demais indivíduos, portanto, deveriam adotar uma forma diferenciada se afastando dos hábitos e práticas das culturas subalternas. Todavia, para alguns teóricos a ruptura da cultura – se é que pode utilizar esta expressão que nos parece um tanto quanto forte porque as culturas transitam) –, se dá um pouco mais tarde na história, uns defendem que a transição o século XVII e XVIII é o período onde pode ter uma melhor visualização deste processo.

Roger Chartier⁶ foca o conceito de cultura do período que vai do século XI ao XIX e, posteriormente, sobre a divisão entre cultura erudita e cultura popular e a sua resignificação ao longo do tempo, contudo toma o século XVII, como marco inicial, pois este é considerado por ele como o período de maior ruptura na história da cultura européia.

Para o historiador francês “a cultura popular é uma categoria erudita”, tal menção se dá uma vez que os atores das culturas populares não se sentem representantes dela, mas sim da cultura. Visto que o termo cultura popular é referendado pelos acadêmicos, intelectuais, *scholares*, representantes em grande parte da cultura hegemônica e não por aqueles as produzem, contrapondo a cultura letrada.

Produzido como uma categoria erudita, o conceito de cultura popular tem trazido, nas suas múltiplas e contraditórias acepções, as relações mantidas pelos intelectuais (e, entre eles, os

⁴ Coordenada pela Professora Suzane Pinho Pêpe, iniciada em 2008, com a participação dos docentes João Carlos de Jesus Santos, Crispim Santos Quirino e Zaine Gabriela Silva.

⁵ ELIAS, Norbert. O processo civilizador, 1994.

⁶ CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico, 1995.

scholares) com uma alteridade cultural ainda mais difícil de ser pensada que a dos mundos “exóticos.”⁷

Peter Burke explicita sobre os dois movimentos que fragmentaram a cultura popular tradicional, “de um lado, o esforço sistemático das elites, e particularmente dos cleros protestante e católico” ambos com o intuito, de transformar “as atitudes e valores do resto da população e para suprimir, ou ao menos purificar, vários elementos da cultura popular tradicional e de outro, o abandono, pelas classes superiores, de uma cultura até então comum a todos”⁸.

Não é possível aceitar sem nuances a periodização clássica que vê na primeira metade do século XVII um momento de corte maior, de contraste muito forte entre uma idade de ouro, de onde a cultura popular teria sido viva, livre, profusa e em uma época regida pela disciplina eclesial e estatal a onde ela teria sido reprimida e subjugada.⁹

Assim os Estados absolutistas, juntamente com as Igrejas das Reformas Protestantes e Católica, trabalharam para desqualificar a cultura do povo de forma repressiva e aculturante.¹⁰ Stuart Hall menciona em *Da diáspora identidades e mediações culturais*, que durante a transição do capitalismo agrário para o capitalismo industrial, “houve uma luta mais ou menos contínua em torno da cultura dos trabalhadores, das classes trabalhadoras e dos pobres”. A pergunta que fica é por quê? Hall responde que como a economia passava por uma nova transformação, precisava conquistar a cultura dos trabalhadores, onde a cultura popular representava um espaço de resistência pelo qual o povo buscava a “reforma”. No entanto, precisavam ser “reeducados” para atender a lógica do mercado capitalista. A cultura popular, todavia, não deve ser vista como fosse vitimada, pois esta vive em uma dialética de conformismo e resistência.

Pense na enorme revolução na compreensão histórica que ocorreu quando a história da “sociedade refinada” e da aristocracia inglesa do século dezoito foi revirada pelo acréscimo da história do povo turbulento e ingovernável.

⁷ *Idem; Ibidem*, p.179.

⁸ CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico, 1995, p.180.

⁹ HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*, 2003, p.233.

¹⁰ O termo aculturante se apresenta anacrônico no início do século XXI, todavia ele conceituava uma sobreposição de uma cultura sobre outra. Prejulga que a cultura que sofreu a aculturação não tinha as suas matrizes culturais fortes o suficiente, daí a outra cultura ser “dominada”. Todavia a história justifica hoje que este procedimento não passou de uma política arbitrária com as culturas “aculturadas” ou “dominadas”.

O povo fabricava um suspense de revolta, uma vez que conseguia mudar o cenário da antiga política na França, expôs o quanto eram disciplinados, educados e reformadores. A Revolução francesa ficou marcada na história como o maior movimento de luta de classes, até então, de iniciativa do povo, “com uma disciplina ritual surpreendente”.

Entendemos, contudo, que o que hoje é classificado como erudito no passado já foi popular, a exemplo da música ou da pintura, porém a cultura popular de alguma forma sofreu outra resignificação e passou da categoria popular à erudita. Marilena Chauí¹¹ cita como no Brasil essa polarização se deu de forma contraditória. A música da metade do século XX, tida como MPB, ou seja, Música Popular Brasileira, foi e é produzida e consumida por outras classes sociais que não pertencem às “camadas populares” e, sim, por universitários ou intelectuais, autodidatas. Uma vez que no início do século XX, essa música era a música consumida lá no morro, correspondendo ao cenário das “camadas subalternas”.

CULTURA POPULAR É O NOVO MUNDO:

Néstor Garcia Canclini, em *As culturas populares no capitalismo*, situa a cultura como uma ferramenta política e econômica, um instrumento na luta de classes na Europa, um legado que foi herdado na invasão do Novo Mundo (América, África e Ásia). O choque da conquista por possuir estruturas sociais extremamente diferenciadas, acarretou uma alteridade radical aos povos “recém descobertos”, por conta da imposição dos europeus.¹²

Por muito tempo a cultura popular na América foi marginalizada, desqualificada, isto estava diretamente ligado à imagem dos povos primitivos no Novo Mundo. Se hoje na sociedade contemporânea, o mercado incentiva os rituais, o artesanato, as manifestações culturais populares, é porque este mercado se tornou favorável. O capitalismo não muda a sua lógica de exploração até encontrar outra. “Todas as culturas, por mais rudimentares que sejam, são dotadas de estrutura, possuem no seu interior coerência e sentido”.¹³

A cultura popular na América é só mais um dos elementos dos conflitos culturais, oriundo da expansão imperialista do capitalismo, que buscava a ampliação do mercado mundial no final do século XIX e início do XX, que colocou em contato sociedades diferentes, o que passou a se chamado de contato cultural ou aculturação.

¹¹ CHAUI, Marilena. Conformismo e resistência, 1985.

¹² CANCLINI, Nestor. *As culturas populares no capitalismo*, 1983.

¹³ *Idem. Ibidem*, p.12.

No Brasil os processos de industrialização e urbanização deram origem a uma gama de trabalhadores que formaram vilas operárias, bairros periféricos e favelas, as mudanças não ficaram restritas aos centros urbanos, elas ocorreram também no campo.

No recôncavo baiano, as manifestações culturais reconhecidas como populares pelo sistema, pelas elites, pela academia e por parte da comunidade são muito intensas. Em Acupe e Maragojipe ainda é preservada uma manifestação cultural chamada Nego fugido, um bom exemplo de como a cultura guarda a sua memória e se expressa através do teatro. Concordamos com Canclini e Chauí, ao pensar que a cultura popular nasce da necessidade que as camadas subalternas têm de documentar a sua percepção da sociedade em relação à sociedade em que está inserida e do papel que ela representa nesse contexto. Assim a representação do Nego fugido narra a captura de um grupo de escravos, que é pegado pelo capitão-do-mato e passam por toda a cidade sendo humilhados verbal e fisicamente, as crianças e adultos encenam com a língua pintada de anilina vermelha, mas no passado era utilizado papel colorido. Intensificam a cor da tez com tinta industrializada, mas no passado utilizavam carvão. O Nego fugido é uma:

Tradição mantida pela oralidade. Elaborado pela primeira geração de pescadores em algum momento após a Abolição da Escravatura em 1888, este teatro popular revelou-se pela qualidade de seu entretenimento e história oral. Antigos pescadores em saias de folhas de bananeira, rostos pintados com pasta de carvão e mascando papel vermelho saíram às ruas, nas tardes de domingos do mês de julho, brincando e mostrando suas impressões sobre a história de liberdade dos escravos. Alguns talvez tenham vivido, outros vivenciado e ainda aqueles que só ouviram falar sobre as experiências de vida escrava divertiam-se enquanto recontavam a história do fim do cativo. A representação começava quando um grupo de escravos, supostamente fugitivos, em círculo ao som dos atabaques, cantavam e dançavam numa das esquinas, na época, Vila de Acupe. Surpreendidos pelo capitão-do-mato, alguns eram capturados enquanto outros conseguiam fugir. (RAMOS, 1995).

ARTE E ARTESANATO EM CACHOEIRA

Abordamos o que os artesãos da cidade de Cachoeira e São Félix (BA) têm a dizer a respeito do conceito de arte e artesanato. Gostaríamos de entender se arte e artesanato são categorias opostas ou se é possível entendê-las como a mesma coisa? Cachoeira é uma excelente cidade para se pensar a questão arte da popular, pois possui uma tradição familiar

inovadora com Boaventura da Silva (Louco) e Clóvis Cardoso da Silva (Maluco), que iniciaram a tradição de esculturas em madeira no final dos anos 1960, ou ainda a família de Cândido Santos Xavier (Tamba) que criou a “barca dos exus”, em cerâmica. Interessante é que ambas as desenvolvem uma arte temática baseada nas tradições culturais e religiosas afrobrasileiras, que transcenderam o recôncavo baiano:

Essas cerâmicas ficaram tão famosas que, tanto que uns deles se tornaram capa do catálogo do Museu Afro-Brasileiro da UFBA e outros participaram do módulo “Arte popular” da mostra do Redescobrimto Brasil + 500, uma grande exposição de arte brasileira feita no ano 2000.¹⁴

Canclini relata que as feiras de artesanato no México, estavam relacionadas com uma nova fonte de renda no orçamento dos vilarejos, ela surge como alternativa, uma vez que o governo não resolvia algumas questões de ordem econômica. As terras comunitárias de má qualidade atendiam apenas à agricultura de subsistência, o pouco que era produzido era comercializado e nunca proporcionava ao pequeno camponês uma renda respeitosa. Assim o artesanato surge no mercado como um recurso complementar, tornando-se a principal fonte de renda.

Tradicionalmente artesanato é definido como atividade coletiva, anônima e em série e arte popular como atividade que, como o artesanato, é transmitida de geração a geração, sem que seus autores passem por academia, sendo que os trabalhos são assinados, e mesmo que os objetos sejam repetidos não há uma preocupação tão grande com a imitação.

A mesma lógica do que aconteceu no México pode ser transferida para inúmeras comunidades brasileiras, assim como as do recôncavo baiano, onde a sua economia estava relacionada com a pesca, agricultura e o principal produto exportado era o tabaco. Já os escultores de Cachoeira mencionados, autodidatas, ascenderam na segunda metade do século XX, num contexto em que Cachoeira começava a despertar o interesse público pelo seu patrimônio histórico arquitetônico e pela potencialidade turística, apesar desse ser um processo de retorno financeiro lento para a comunidade.

Em Cachoeira assim como em todo o recôncavo baiano, as manifestações populares são enraizadas à população local como manifestação de sua identidade, e nem sempre foi inserida à história oficial. Assim existem manifestações populares como as festas do Porto, de São João, da Boa Morte, D’ajuda dentre outras. Durante essas festas, as comunidades vizinhas

¹⁴ IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cachoeira: vivências e compreensões do patrimônio cultural, p.37.

se deslocam para oferecer seus produtos artesanais. Às vezes os vizinhos não são tão próximos assim, deslocando-se de outros Estados.

Em pesquisa de campo, percebemos o quanto os artesãos cachoeiranos se referiam aos seus trabalhos não como artesanato, mas como arte. Entendemos que essa não é uma preocupação da comunidade, muito mais voltada para a estética e a sobrevivência.

Para a artista plástica Ana Maria da Silva Granja (2010) a questão da produção voltada para o mercado desqualifica a arte, copiar aquilo que se vende mais, sobretudo os artistas que ainda não têm uma autonomia artística, um nome reconhecido no mercado. Sentem-se pressionados a produzir uma arte inovadora. Diz a mesma:

Eu vejo de um lado e vejo do outro, porque tem gente que faz qualquer coisa por dinheiro, faço meus quadros quando quero, porque não dar pra pagar as contas com os quadros que vendo, então eu trabalho, faço quando quero, não copio nada de ninguém. O artista nasce com aquilo dentro dele, quer sempre se aperfeiçoar, por isso não precisa fazer nenhuma faculdade. Mas eu acho que o artesanato não é menos trabalhado do que pintar um quadro, tudo é técnica.

Para os marxistas, o capitalismo atende a uma ideologia dominante que, por sua vez, influencia todo o sistema social (família, escola, trabalho, manifestações culturais etc.), porque tem o apoio daquele que é explorado, a “massa”, o “povo”, a população e para existir mudanças significativas na sociedade, é preciso existir uma mudança de pensamento por parte da população, que sofre o impacto direto dessa influência da classe dominante.

Claro que não se pode pensar na sociedade de forma estática, fixa, incomunicável de forma dual: classe dominante versus classe dominada, os elementos transitam nos mais diversos campos simbólicos, eles dialogam, são dinâmicos.

Esta ideologia está intrinsecamente em todos os setores da vida social, sobretudo, na vida educacional. Por tal motivo talvez que Steve Biko tenha afirmado que “a principal arma do opressor é a mente do oprimido.” Assim os marxistas elaboraram critérios utilizados pela classe dominante para manter a sua ideologia, conceitos como “a propriedade dos meios de produção e o conceito de mais-valia; o controle para a reprodução material e simbólica da força de trabalho e das relações de produção e o controle dos mecanismos coercitivos”, conceitos estes que podem e devem segundo eles, se adaptarem para que exista uma política hegemônica.

Embora o poder econômico exerça um fator para a manutenção do sistema, este precisa de mecanismo de coerção para garantir, a sua autonomia. No entanto “não existe

classe hegemônica que possa assegurar durante muito tempo o seu poder econômico apenas com o poder repressivo” entre esses dois poderes (econômico e político), opera-se um terceiro, o poder cultural. O poder cultural delimita as normas culturais e ideológicas, ele conduz as ações dos membros da sociedade a uma estrutura política e econômica é legitimado como “natural”, impõe e oculta a violência que é implantado, para a vida útil deste seguimento.¹⁵.

O Estado controla toda a vida social do indivíduo, é um processo arbitrário que muitas vezes é confundido como natural, por fazer parte da socialização do indivíduo. A opressão, que é internalizada, é aceita pelo eco social que gera no indivíduo, isto porque a sociedade criou o conceito de capital cultural no qual é democratizado, é de todos. O capital cultural é justificado pelas instituições sociais, ou seja, pelos aparelhos culturais que administram, transmitem e renovam os conceitos sociais/culturais.

Assim Canclini prossegue os “hábitos e as práticas” são também moldados, adquiridos a partir da percepção que cada indivíduo internaliza, por isso eles “são estruturados e estruturantes” determinando assim o estilo de vida que os indivíduos adotam. Estes comportamentos são “inconsciente de simbolização e sublimação que estão na base da produção cultural.

Segundo Walter Benjamin, cada obra tem uma áurea que é: “uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que esteja”. Assim, para Benjamin, a obra de arte tem um caráter de unicidade o que lhe atribui um sentido teológico, mágico religioso de “áurea”, quando uma obra de arte é reproduzida ela quebra a sua áurea, este conceito está ligado ao fato do tradicionalismo artístico, a originalidade. Entretanto afirma que:

Em sua essência, a obra de arte sempre foi reproduzível. O que os homens faziam sempre podia ser imitado por outro homem. Essa imitação era praticada por discípulos, em seus exercícios, pelos mestres, para a difusão das obras e finalmente por terceiros, meramente interessados no lucro.¹⁶

Será que o fato das “camadas subalternas” estarem dependentes do mercado capitalista não tenha influenciado na reprodução manual daquele objeto que vende mais? Será que a reprodução serial, de fato, acaba com a áurea da arte, do artesanato? A relação que os povos mestiços e indígenas têm com a arte é outra completamente diferente que os ocidentais lhe atribuíram.

¹⁵ CANCLINI, Nestor García. As culturas populares no capitalismo. 1983, p. 35.

¹⁶ BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte política: ensaio sobre literatura e história da cultura, 1994, p.166.

A classificação dessas categorias variam de acordo com o olhar de antropólogos, historiadores da arte, museólogos, críticos etc. Não tratamos aqui da expressão “cultura material”, o que seria objeto de um outro artigo. Artesanatos já se tornaram objetos de arte em museus internacionais e nacionais, migraram para a categoria de obra de arte, entretanto os museus etnográficos ainda existem em classificar objetos da cultura material estéticos como a arte sacra afrobrasileira como arte. Tanto artesanato quanto objetos da cultura material são apresentados de forma folclorizada ou inferiorizante.¹⁷

Na visão do artesão Tupi Sara, presidente da Fundação Verde Arte, artista de São Félix que entrevistamos, “quem usava o artesanato de macramê era mais marginalizado no passado, tido como coisa de hippie e associado a uma figura marginal, mas hoje, o artesão é tido como um artista mesmo que da cultura popular. Critica as autoridades que não investem tanto no setor cultural e se ocupam mais na construção de indústrias.

O setor cultural é um dos que mais têm crescido no Governo Lula, de forma democrática. As instituições culturais como a Funarte, Instituto Mauá, Ministério da Cultura, Itaú Cultural dentre outros disponibilizam editais específicos para a produção de incentivo à cultura popular e seus produtos, como forma de preservá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica nítido arte, arte popular e artesanato não são percebidos da mesma forma para todos os sujeitos sociais. Essa divisão na produção cultural fundamentada a hierarquização entre cultura erudita e cultura popular foi percebida nas entrevistas, pois praticamente a metade dos entrevistados consideraram-se artesãos. Ao compreender as concepções de artistas de Cachoeira e São Félix em relação a essas categorias, podemos questionar sobre a aplicação desses conceitos pela academia e pelo mercado de arte, que pressupõem uma divisão social do trabalho no campo artístico, apesar dos entrevistados.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte política**: ensaio sobre literatura e historia da cultura. São Paulo: Editora brasiliense, 1994.

¹⁷ CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Teatro de memórias, palco de esquecimentos: culturas africanas e das diásporas negras em exposições museológicas. 2006

- CANCLINI, Nestor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.
- CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. v. 8, n.16, 1995, p. 179-192.
- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Teatro de memórias, palco de esquecimentos: culturas africanas e das diásporas negras em exposições museológicas. Tese de Doutorado. PUC. São Paulo, 2006
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. v.I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cachoeira: vivências e compreensões do patrimônio cultural**. s.l., 2007.
- PÊPE, Suzane T. P. ; SANTOS, J. C. J. ; SILVA, Z. G. C. ; BARBOSA, G. O. Produção artística de temática afro-religiosa em Cachoeira e São Felix (BA): meados do séc. XX - início do séc. XXI. UFRB. 2008.
- RAMOS, Ana Maria de Aragão. **Acupe recontando história**. Texto baseado na Dissertação de Mestrado *Nego-Fugido, Memória e Representação da Liberdade Escrava no Recôncavo Baiano*, defendida na PUC, São Paulo, 1995. Disponível em:
<http://www.imagensefatos.com/anamaria.htm>.
- WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. Tradução: Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo Editorial 2007.
- ENTREVISTAS

REPRESENTAÇÕES SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS

NA COMUNIDADE DO CAHL

Lorena Santos Souza¹

Resumo

A pesquisa avaliou o posicionamento dos professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a respeito da utilização de políticas de ações afirmativas nas universidades públicas; buscou analisar o posicionamento dos docentes a respeito do sistema de cotas assim como perfil e desempenho dos alunos da instituição; conhecer a visão dos docentes acerca dos problemas sociais e raciais do Brasil. Foi realizada no Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), na cidade de Cachoeira – Bahia. Como metodologia para coleta de dados foram utilizadas entrevistas. Os dados sugerem que as ações afirmativas são vistas como uma medida importante por que minimiza questões sociais de acesso ao ensino universitário, mas é preciso investimentos na melhoria do ensino de base das escolas públicas.

Palavras-chave: Cotas; Universidade Pública; Ensino

Introdução

O artigo intitulado Representações sobre as ações afirmativas na comunidade do CAHL reúne o posicionamento de quarenta e dois professores do Centro e Artes Humanidades e Letras ao que diz respeito às ações afirmativas, mais propriamente a política de cotas raciais nas universidades públicas, como também o posicionamento dos respectivos professores sobre questões raciais e socioeconômicas. A opinião dos participantes foi expressa através de entrevistas elaboradas em um questionário contendo vinte e cinco perguntas.

A UFRB nasce inserida no contexto das políticas de ações afirmativas do sistema de cotas. Não só por aderir ao sistema mas, por ser uma universidade que vem atender as necessidades do recôncavo da Bahia, sendo a primeira Universidade Federal no interior do Estado. Até a implantação da UFRB a Bahia tinha apenas uma Universidade Federal (Universidade Federal da Bahia-UFBA), localizada na cidade de Salvador, capital do estado. A UFBA que tem seu começo em 1808 e como Universidade Federal, era a única oportunidade até 2006, para uma população de 14.637.364 habitantes (IBGE 2009). Com a UFRB, que se estabelece como universidade federal do recôncavo multi camp desde outubro

de 2006, a Bahia passa a contar com mais uma Universidade Federal, tendo quatro sedes espalhadas pelo recôncavo (Cruz das Almas, Cachoeira, Amargosa e Santo Antonio de Jesus).

1

O CAHL disponibiliza sete cursos, sendo que atualmente, três são ministrados em período noturno, o que também já se estabelece como uma política de inclusão.

Segundo Segundo Moehlecke (2002) as primeiras discussões a respeito de ações afirmativas no Brasil data de 1968 quando temos o primeiro registro em torno das ações afirmativas para negros no mercado de trabalho. Em 1980 é lançada a primeira formulação de um projeto de “ação compensatória”. Entre estas ações reserva de 20% das vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público e bolsas de estudos. No decorrer desse tempo outras medidas foram tomadas pelo governo para inclusão de negros no ensino superior, que é o caso do sistema de cotas.

As ações afirmativas, mais especificamente o sistema de cotas nas universidades públicas no Brasil, entraram em vigor no ano de 2002, sendo adotada primeiramente pelas universidades estaduais do Rio de Janeiro- UERJ e UNENF. Já na Bahia a UNEB é a precursora. Atualmente o governo federal tem como planos realizar a criação da Universidade Federal de Integração Luso-Afrobrasileira (Unilab), que tem como expectativas formar estudantes para atuar no desenvolvimento do continente. Serão distribuídas vagas tanto para alunos brasileiros como africanos. Sua sede será na cidade de Redenção, no estado do Ceará, primeiro município a abolir a escravidão. A nova configuração do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, também pode ser visto como uma medida do governo federal para aumentar a inclusão de estudantes nas universidades federais. Este programa ao aumentar o número de possibilidades que o estudante tem para ingressar nas universidades do país, podendo optar por cursos diferentes, lhe concede maiores chances. Depois de oito anos de adesão o Estatuto da Igualdade Racial, criado com a perspectiva de estabelecer diretrizes e garantir direitos para a população negra, retira a obrigatoriedade das universidades públicas instituírem o sistema de cotas. No entanto, obriga as escolas de ensino fundamental e médio, tanto públicas como privadas, a terem nos currículos o ensino de história geral da África e da população negra no Brasil.

¹ Estudante de jornalismo e orientanda da Professora Dra. Angela Figueiredo.

Mesmo depois de oito anos o sistema de cotas ainda é visto no meio acadêmico, mais propriamente o docente, tendo necessidade de ser discutido para que o processo seja compreendido como um todo.

Essa pesquisa busca analisar a postura dos professores perante as ações afirmativas num contexto de uma universidade situada no interior da Bahia, em uma cidade com aproximadamente 33.782 habitantes (IBGE 2009), com uma população visivelmente negra. Para uma universidade que desde seus primórdios visa inserir no meio acadêmico negros, indígenas e remanescentes de quilombo, parcela da sociedade historicamente segregada desde os tempos coloniais onde tínhamos uma economia baseada no escravismo e no mercantilismo, onde as identidades étnicas diferentes do colonizador eram suprimidas através do etnocídio e do genocídio numa ideologia sustentada pela igreja católica. Assim após a escravidão os negros foram jogados a sorte, em um país onde as terras já tinham donos. “Com a assinatura da Lei Áurea os negros alcançaram a liberdade, mas não obtiveram direitos. Não foi dado aos negros o direito à terra, à educação e nem sequer ao trabalho remunerado”(Estatuto da Igualdade Racial,2006). Os indígenas passam a aderir novas culturas européias, escravizados, extorquidos e vilipendiados.

É sabido que por muito tempo as universidades públicas do nosso país foram figuradas pelas elites brancas, detentora a muito tempo do poder econômico. Com a interiorização das universidades, com as políticas de ação afirmativas o perfil da educação universitária no país muda de cara, na verdade, misturam-se os perfis e as cores.

O olhar dos docentes

Para os professores do CAHL as ações afirmativas são importantes, principalmente na região do recôncavo, ao passo que possibilitam correções históricas, sendo que esta medida age diretamente no problema, inserindo novas pessoas no mercado de trabalho e diminuindo as desigualdades sociais, cumprindo um papel importante porque se aproximaria de uma democracia plena. Estas seriam medidas mais rápidas, ou seja, desenvolvidas a curto prazo enquanto o problema da educação pública de base não é resolvido. Para o professor Aryson Heráclito apesar das ações afirmativas serem uma estratégia que não resolve tudo, fez com que o ensino superior no Brasil deixasse de ser elitizado e tenta diminuir os problemas que envolvem as questões sociais, raciais e de gênero. Perante a atual conjuntura do país as ações afirmativas é o melhor mecanismo, ao que discorda a professora Rita Gomes quando diz que a discriminação de renda é maior que a discriminação racial pela cor da pele das pessoas. O

professor e vice-cordenador do curso de comunicação, Sergio Mattos, se coloca a favor de algumas ações afirmativas pois, outras se colocam de forma radical.

O sistema de cotas foi um sistema que ao meu vê foi pensando de maneira errada porque a gente ta discriminando no próprio sistema porque quando você diz assim: vamos fazer um sistema de cotas para negros você esta discriminando a população indígena a população amarela e outros, então a gente deveria pensar de maneira diferenciada mas, não da cor ao sistema de cotas.(Sérgio Mattos)

É sugerido que os alunos assistidos pelas políticas de ações afirmativas sejam engajados em projetos para que esta medida não tenha caráter assistencialista. Desse ponto de vista podemos entender que o sistema de cotas é visto como um favor ou um prêmio ganhado sem mérito que deve ser pago, quando sabemos (aqueles que se interessam pelo assunto) que os alunos cotistas, assim como os não-cotistas precisam alcançar um score mínimo para ingressar na universidade.

No contexto atual as ações afirmativas seriam uma boa maneira de combater as desigualdades sociais e raciais. Estas já apresentam bons resultados. Como relata Silva (2003)², em 2003 o ingresso de estudantes negros na universidade mudaria um fator estatístico que apresenta os pais e mães de negros como analfabetos e que em sua maioria não tem ensino superior. Essa seria nova realidade para a família, sendo até a primeira geração de negros universitários após a abolição. Isto pode ser verificado nas estatísticas elaboradas por Silva(2003), sobre o perfil socioeconômico de candidatos, negros(pretos e pardos) e brancos no vestibular de 2003 da Universidade Federal do Paraná (UFPR) onde aponta que 26,33% das mães de aprovados negros não tinham ensino fundamental completo e os pais eram somente 17,91%. Em contraposição, no grupo branco 43,69% dos pais tinha ensino superior e os pais negros 25,90%.

Alguns professores acreditam que as ações afirmativas seriam uma das formas de combater as desigualdades no acesso a universidade, mas que se devem pensar num conjunto de outras estratégias, pois esta faz seleção de grupos. Pelas estatísticas citadas no parágrafo acima podemos verificar que grupos são organizados a algum tempo- dos que tem chances e os que tem poucas chances de ingressar na universidade. Para combater as desigualdades as formas mais eficientes seriam: formação de movimentos sociais; o sistema tradicional do vestibular deveria permanecer ainda que com algumas mudanças, os professores do ensino de base deveriam ser qualificados para debater as questões étnicas e raciais; que não houvesse critérios de corte e seleção no acesso a universidade, como se faz na Argentina.

Na pesquisa realizada, os professores em sua maioria não descrevem o perfil dos alunos no geral, mas, sim das turmas que ensinam. Segundo o professor Heráclito, no início o CAHL apresentava, desde seu ingresso no campus, um perfil estadual, com alunos do interior da Bahia e do recôncavo mas, hoje o perfil se abre mais com a adesão da instituição pelo Enem. Os alunos são indicados como tendo um perfil diversificado. Alguns dizem que estes² são diferentes dos alunos das universidades particulares por estarem preocupados com a relação acadêmica. Segundo dados elaborados por Guimarães(2003)³ as condições econômicas influenciam na inserção de estudantes no ensino superior. Muitas vezes os estudantes universitários, assim como outros estudantes de ensino fundamental e médio, precisam trabalhar para o sustento próprio ou de suas famílias. O turno e o tipo de estabelecimento de ensino também é outro fator de influência.

Para os decentes os alunos possuem boa leitura, visão crítica, são de excelente nível e grande potencial. Como cada professor fala do perfil dos alunos do curso que ensinam, conseqüentemente com base na disciplina em que ensinam, surgem adversidades ao identificar os alunos com baixa carga de leitura, influenciados pela mídia e pelo senso comum. Apesar da predominância da cor branca, há uma maior inclusão da população negra e de alunos oriundos de escolas públicas. Verifica-se também que possuem caráter econômico baixo, alguns com experiência de movimentos sociais. Há uma mestiçagem grande, poucos alunos são de Cachoeira e São Felix. Para o professor Leonardo Reis os seus alunos, antes de mudar o sistema de seleção, eram o resumo dos habitantes da região mas, não apresenta predominância negra.

Citando os alunos do curso de serviço social, a professora Márcia Clemente diz que:

(...) são alunos interessados nas atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, alunos propositivos, percebo que alguns se vinculam a movimentos sociais, que é muito importante, e que nas suas expressões também falam da questão da dificuldade da permanência na universidade (Márcia Clemente).

² SILVA, Paulo Vinicius Baptista da, ET al. Sobre Políticas afirmativas na Universidade Federal do Paraná. In-Cotas raciais no Brasil: A primeira avaliação. Org André Augusto Brandão, Rio de Janeiro, DP&A, 2007.

³ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Ações Afirmativas para as populações negras. In-Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Org. Renato Emerson dos Santos, Fátima Lobato, Rio de Janeiro, DP&A,2003.

Para os professores as diferenças entre os cursos são acadêmicas e existem em toda universidade, pois são conseqüências das expectativas de cada curso. Os alunos apresentam perspectivas diferenciadas: uns buscam mais a teoria outros buscam mais a prática. Apesar de terem um perfil muito parecido, os alunos dos cursos mais concorridos são mais qualificados, assim, o vestibular já estabelecerá certa filtragem. Os professores que ensinam em só um curso apresentam dificuldade em identificar as diferenças. O professor Danilo Barata identifica a questão de gênero como uma diferença entre os cursos e cita o curso de Serviço Social exemplificando pela presença feminina que é maioria.

O sistema de cotas nas universidades não expõe quem são os alunos que foram selecionados pelo sistema. Porém a UFRB possui uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas Assuntos Estudantis (PROPAAE) mantendo um controle destes alunos para que haja políticas de permanência para os mesmos. Iniciativas como as bolsas de pesquisa voltadas para alunos assistidos pelo sistema de cotas e os de baixa renda, o PIBIC JR que desde o segundo grau tenta envolver o estudante com o meio acadêmico aproximando-o do ensino universitário.

Tendo em vista que a identificação dos alunos cotistas pode causar estigmas os professores dizem não ser necessário tornar público quem são estes alunos ao menos que seja para uma pesquisa do ponto de vista teórico, para se munir de dados para legitimar as ações afirmativas. Em salas de aula o professor pode criar possibilidades de melhorar o desempenho dos alunos mais necessitados, sem precisar distinção. O aluno tem que ser avaliado pelo que produz. Já para o professor Maurício Ferreira é importante saber quem são os alunos cotistas, fator que não teria motivos para ser escondido. Para ele os negros têm de assumir a sua condição de negro que foi discriminado a tempos e quanto mais isso ficar claro mais claro a idéia que as ações afirmativas tem que continuar.

Quando você se depara com uma UFRB negra, você percebe que as coisas estão mudando, que não estaria aqui se não fossem as Ações afirmativas. O vestibular exclui. Privilegia quem tem uma educação direcionada para o vestibular. Eu prefiro uma instituição negra com algumas carências no sentido de formação (Maurício Ferreira).

A professora Gerorgina Gonçalves diz ser importante como atitude política que os estudantes cotistas tomem pra si a discussão das cotas e não ser objeto de ação de uma política. Para ela isso seria importante como atitude de reafirmação.

Para melhorar o desempenho do aluno em geral é necessário rever metodologias de ensino, melhorias na qualidade do ensino de base, diminuir a carga horária dentro da

universidade para dar mais tempo para os alunos estudarem o que foi proposto e criação de mais balsas.

Não só a universidade tem parcela no desenvolvimento do ensino, as iniciativas surgem do corpo discente para transformar o seu curso, este tem que ter um compromisso com o saber. O aluno precisa ser mais pró-ativo na produção do conhecimento e ter mais habilidade na leitura e na escrita.

Para o bom desenvolvimento de um curso universitário deve ser investido em livros, equipamentos relativos a cada curso, e condições de permanência como moradia e restaurante universitários. É importante que os alunos estejam envolvidos em atividades de orientação, inseridos em grupo de estudos e possam desenvolver atividades de extensão. O suporte físico também é importante; sistema de ventilação, internet de qualidade. Pensando na carência adquirida desde o primário pelos estudantes já ingressos no ensino universitário, é sugerida a criação de uma disciplina de português instrumental para suprir a carência com a escrita e a leitura prolongando a disciplina de Oficina de Texto tornado-a mais “rígida”. Para Leonardo Reis o tempo é um aliado para a universidade se estruturar melhor.

A democratização do ensino

Segundo Marilena Chaui⁴ é a partir das revoluções sociais do século XX e com o desencadeamento das lutas sociais e políticas advindas destas revoluções que a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas de cidadania e, portanto, como direito do cidadão. O que só seria possível dentro de um estado democrático.

Para combater as desigualdades no acesso a universidade, sugerem os professores, é necessário melhorias no ensino público fundamental e médio, assim como ações compensatórios e políticas públicas,. Acabar com o vestibular e tornar as universidades públicas para estudantes de escolas públicas são também uma idéia sugerida. O PIBIC JR. é uma medida citada como forma de diminuir as desigualdades no acesso a universidade, pois aproxima o aluno da escola pública desde cedo à universidade. A possibilidade de permanência, o ensino noturno de qualidade, a interiorização das universidades também são medidas que visam democratizar o ingresso à universidade.

Outros programas citados com o objetivo de democratizar o acesso a universidade: Enem, que comparado as ações afirmativas tem a mesma importância, cursinhos populares, sistema EAD, no Espírito Santo a educação continuada, Prouni, FIES, Reuni, atividades de extensão, dar pontos para quem é de escolas públicas como é feito em São Paulo, nas

universidades particulares a distribuição de bolsas para quem pratica esportes como futebol, basquete, etc. As ações afirmativas para o professor Luis Fernando Saraiva, seriam a melhor das alternativas, perdendo só para a proposta de acabar com o vestibular, e para a professora Márcia Clemente as ações afirmativas são medidas mais avançadas.

Racismo e as desigualdades no Brasil

Temos orgulho de sermos o que somos, mas é vergonhoso vivermos em um mundo onde os negros são tratados como seres inferiores. Lamentamos pelo atraso e pelas marcas que esse tratamento, sinônimo de desumanidade, registram na história da nossa Nação (Estatuto da Igualdade Racial,2006).³

Classes sociais são relativas ao posicionamento do indivíduo dentro da sociedade. O que determina em qual classe o indivíduo vai se inserir é a posse ou ausência de capital. A depender, este pode ser caracterizado como burguês ou proletário. Segundo Aguiar(2007)⁵ no Brasil algumas hierarquias combinam com a classe, raça ou cor e que estão intimamente ligadas ao processo de formação de nossas diferenças sociais. O conceito de raça atualmente é cada vez mais questionado quanto a sua eficácia científica, pois não existem nenhuma pesquisa que comprove que a cor da pele, aspectos fisionômicos implicariam em atitudes, comportamento moral ou étnico.

Os seres humanos se pensam e se classificam enquanto pertencentes às raças. Sociologicamente poderíamos dizer que raça é uma construção social. Ou seja, a cor ou a raça de uma pessoa está associada a certo significado simbólico.(AGUIAR, 2007,p.84)

As desigualdades no Brasil são, sobretudo de natureza econômica, o poder aquisitivo seria uma forma de exclusão. Mas não se pode negar que existe um forte componente de desigualdade racial e que deve ser combatido. Para o professor Péricles Diniz as raízes das

⁴ CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de educação, 2003, p.05-15.

⁵ AGUIAR, Márcio Mucedelu. A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. Cadernos de Pesquisa, 2007, p.83-88

desigualdades no Brasil são de natureza racial, baseado no trabalho escravo sobre tudo na Bahia, no Recôncavo. Para a professora Maria Regina,

são de várias naturezas. A primeira é social. O Brasil não tem um racismo declarado o que talvez seja pior, com formas sutis de tratamento. Um (a) negro (a) de condições melhor e, se for conhecido e público, não passa por situações de preconceito.” (Maria Regina)

Outras desigualdades são identificadas como existente no Brasil como a regional, social, de gênero e sexualidade. O professor Sérgio Armando diz que são de naturezas históricas construídas pelos homens. Para professora Márcia a questão do trabalho é central.

Então quando a gente mudar as relações de trabalho, se a gente puder avançar do trabalho assalariado para o trabalho emancipado, as relações sociais elas mudam e, por conseguinte, a desigualdade social. (Márcia Clemente)

Os professores definem racismo como o modo de ver o mundo a partir de uma noção de raça, ações, estratégias ou pensamentos que classificam as pessoas pelos seus atributos físicos, principalmente a cor da pele ou atributos da fisionomia. Seria uma construção histórica de dominar para subjugar, intolerância diante da aparência do outro, violência em relação à população africana no Brasil, falta de intolerância sem fundamentos.

O preconceito racial no Brasil apresenta-se de forma velada, “caso não existisse não haveria necessidades de cotas” (Maurício Ferreira). Para Sérgio Mattos as mulheres são mais discriminadas que os negros na nossa sociedade. Porém o professor não relata o fato da mulher negra ser discriminada duas vezes no Brasil: por ser mulher e por ser negra como sugere Aguiar:

A mulher negra no Brasil é discriminada duas vezes: por ser mulher e por ser negra. Retomemos o depoimento da estudante negra, que ressalta claramente a interseção de vários fatores na construção das hierarquias associadas às mulheres negras. Há uma dimensão ligada à classe social. Ou seja, essas mulheres sofrem a discriminação associada à falta de recursos econômicos e à sua posição subalterna ligada ao trabalho manual. Para uma compreensão melhor dessa desigualdade não se pode deixar de acrescentar a dimensão étnico racial, as mulheres negras pertencem a um grupo social historicamente discriminado. Suas características físicas ligadas à negritude foram estigmatizadas. Pensemos no padrão estético. Numa cultura de forte viés eurocêntrico o

belo esta associado à pele branca, cabelos lisos e olhos claros. Nossos meios de comunicação, livros didáticos reforçam um padrão de beleza que coloca a mulher negra numa condição de inferioridade (AGUIAR, 2007, p.87).

Para Mattos as desigualdades no Brasil são mais econômicas que raciais e resolvendo o problema da educação, do emprego e da saúde acaba-se com o problema das desigualdades.

Conclusão

Chaui nos chama a atenção para a importância da educação não deixar de ser um serviço público e de direito do cidadão para se tornar um serviço privatizado. Atualmente observamos na mídia esta visão elitista quando periódicos de circulação nacional mostram todo seu preconceito e falta de escrúpulos dos seus profissionais ao tratar a questão da interiorizar da universidade no recôncavo baiano (ao que ela chamam de sertão) como mal utilização do dinheiro público quando o governo federal cria universidades em localidades onde a população não corresponde a demanda e por isso com altos índices de evasão. Como já foi dito no decorrer desse artigo a descentralização das universidades federais para o interior do estado é uma forma efetiva de política de ações afirmativas visando a inserção de uma maior parcela da sociedade ao ensino universitário

Não é negado, nem invisível, ao menos para os professores do CAHL que o ensino fundamental e médio público estão defasados, e precisam ser reformulados para que não sejam necessárias políticas de ações afirmativas no futuro. O sistema de cotas é uma medida imediatista, enquanto o problema do ensino de base não é resolvido, pois não se pode pedir que negros e negras esperem por mais anos ou até décadas para conseguir ingressar em uma universidade pública.

O governo deve atuar na manutenção das políticas públicas educacionais, pois a meu ver a educação de qualidade é um fator extremamente importante na formação humana, assim como a criação de medidas que auxiliem estudantes carentes, as políticas de permanência que ajudem ao estudante continuar os estudos quando se torna inviável para os seus lucros, pagar transporte, alimentação e muitas vezes moradia para continuar no que talvez transforme o seu futuro. Assim, como afirma a professora Georgina, é importante que a universidade se comprometa cada vez mais com ações no sentido de discutir não somente o desempenho dos alunos mas, que apresente mecanismo, possibilidades para os estudantes permanecerem na universidade. E ainda para esta é importante que os alunos cotistas se afirmem como tal para

desmistificar pesquisas que comprovam que esse processo ao qual chamamos de democratização do ensino, sejam vistos como massificação das universidades públicas, fator que comprometeria a qualidade das instituições de ensino público.

Referências consultadas

AGUIAR, Márcio Mucedelu. **A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade**. Cadernos de Pesquisa, 2007, p.83-88

CHAUI, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de educação, 2003, p.05-15.

Estatuto da igualdade racial 2006, disponível em:
http://www.cedine.rj.gov.br/legisla/federais/Estatuto_da_Igualdade_Racial_Novo.pdf

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Ações Afirmativas para as populações negras. In-Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Org. Renato Emerson dos Santos, Fátima Lobato, Rio de janeiro, DP&A,2003.

SANTOS, Sales Augusto. **Ação Afirmativa e mérito individual. In-Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Org. Renato Emerson dos Santos, Fátima Lobato, Rio de janeiro, DP&A,2003.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da, ET al. **Sobre Políticas afirmativas na Universidade Federal do Paraná**. In- Cotas raciais no Brasil: A primeira avaliação. Org André Augusto Brandão, Rio de Janeiro, DP&A, 2007.

A MONTAGEM CINEMATOGRAFICA E A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES PELO CINEMA SOVIÉTICO: O CASO DE VLADIMIR ILITCH LÊNIN

André Ricardo Araujo Virgens¹

1. Introdução

O cinema soviético, produzido nas décadas de 20 e 30, certamente, muito contribuiu para o desenvolvimento do que se convencionou chamar de “linguagem cinematográfica”, especialmente no que diz respeito à utilização de diferentes artifícios de montagem em seus filmes e a conseqüente produção de efeitos/significados nos espectadores conseguida através dessas diversas formas de compor as narrativas.

Entretanto, dentro do contexto que a União Soviética vivia naquele momento, esses avanços na linguagem cinematográfica tinham um objetivo muito claro: a mobilização das massas de trabalhadores e a utilização do cinema enquanto forma de legitimar o processo revolucionário em voga.

Entre o final dos anos 10 e início dos anos 20, a União Soviética vivia um período bastante agitado, e que viria a mudar, profundamente, a sua história. E o principal marco se deu em 1917, ainda durante a Primeira Guerra Mundial, quando o partido bolchevique, liderado por Lênin, toma o poder. Esse foi um período muito rico não só para a Rússia, mas para todo mundo, por conta do impacto que as transformações iniciadas na época trouxeram. Mudanças essas que não se restringiam ao campo da política, mas que atingiram as mais diversas dimensões da vida humana, incluindo a arte e a cultura.

Dentro desse campo, algumas das principais contribuições foram dadas, justamente, para a arte cinematográfica. Nas produções realizadas pelos principais diretores da época, tais como Serguei Eisentein, Dziga Vertov e Vsevolod Pudovkin, não cabia ao filme imitar ou dar uma sensação direta de realidade. Mas sim, através do choque entre planos e do recurso da associação, produzir novos sentidos nos espectadores. E tudo isso, como já dito anteriormente, com o objetivo de mobilizar a população para a causa defendida pelo Partido Comunista Russo.

¹ Estudante do Curso de Cinema e Audiovisual. E-mail: andre.arauj@gmail.com. Pesquisa orientada por Ana Paula Nunes e apresentada como trabalho final na disciplina Cinema I (Mundo), oferecida no semestre 2010.1.

Assim, dentro desse contexto, esse trabalho buscará observar como dois dos principais diretores soviéticos da época - Eisenstein e Vertov – se utilizaram dos diferentes artifícios da linguagem cinematográfica (que não se restringem, mas são ilustrados, especialmente, pelos recursos da montagem) para a construção de representações e sentidos. E, para ilustrar essa questão, tomaremos como exemplo o modo como os dois diretores construíram a imagem de um dos principais líderes da época, Vladimir Ilitch Lenin, a partir de duas produções: *Outubro* (Eisenstein) e *Três Canções para Lênin* (Vertov).

A escolha desses dois diretores, e dessas obras, se deu por dois motivos: em primeiro lugar porque, segundo a literatura especializada, eles representam os principais diretores da época, e que trouxeram algumas das principais inovações de linguagem para o cinema. E, em segundo lugar, por essas obras representarem, dentro de suas filmografias, exemplos de produções realizadas em fases mais maduras de ambos.

Para cumprir tal objetivo, esse trabalho divide-se em três etapas. Em primeiro lugar, é necessário apresentar alguns conceitos-chave, importantes para um melhor entendimento da linha seguida por esse trabalho, quais sejam: representação, linguagem cinematográfica. Em segundo lugar, será realizada uma breve apresentação da concepção de montagem desenvolvida na URSS. E, por fim, serão analisados, com maior profundidade, os recursos utilizados pelos diretores para a construção de sentidos.

2. Conceitos chave

2.1. Representação

A construção de representações é entendida como uma parte fundamental do processo em que os sentidos são produzidos e modificados entre os membros de uma cultura. Ele envolve o uso da língua, de signos e imagens que “pretendem dizer” algo (representar). Mas está longe de ser um processo simples e unidirecional.

Como apresenta Stuart Hall, a partir das idéias de Michael Foucault, elas surgem a partir da construção de discursos. Eles são entendidos como um “conjunto de asserções que permitem a uma linguagem falar – um modo de representar o conhecimento sobre – um

tópico particular em um momento histórico particular”². Além disso, elas devem possuir um alto grau de coerência interna para que possam se tornar hegemônico. Ou seja, partindo dessas noções, entendemos que é a partir de discursos, estruturados internamente de forma coerente, que as representações surgem.

E com o discurso cinematográfico não é diferente. Para que uma obra faça sentido, ela deve ser construída a partir de regras de coerência interna (que perpassam pela história, pela construção das personagens, pela montagem das sequências, etc.), de forma que os elementos da linguagem cinematográfica consigam dar unidade à mesma.

Entretanto, é importante, ainda, fazer algumas ressalvas sobre a noção de discurso, conforme apontou Foucault: em primeiro lugar, eles só “fazem sentido” dentro de determinados contextos históricos, sociais e culturais. Em segundo lugar, eles não se restringem a práticas lingüísticas, mas abarcam todo e qualquer processo de produção de sentidos. E, por fim, diferentes práticas discursivas podem fazer referência a um mesmo objeto e/ou evento construindo, assim, todos mais complexos, chamados de “formações discursivas”. Assim, partindo dessas noções, podemos entender *representação como a produção de sentidos através de práticas discursivas* (incluindo, aí, o discurso cinematográfico).

Essa noção de discurso é interessante de ser aplicada nesse contexto porque Foucault a utiliza, justamente, para problematizar como esses sentidos são construídos historicamente e como estão vinculados a práticas sociais e relações de poder. “São objetos de luta, regulados por uma ordem dizível, definido no interior de lutas políticas”³. Algo que, certamente, era compreendido pelos cineastas russos da época, e que faziam da linguagem cinematográfica um campo de batalha simbólico.

2.2. Linguagem cinematográfica, montagem e a construção de sentidos

As diferentes formas de fazer artístico vão, com o passar do tempo, tentando consolidar aquelas práticas e artifícios que fariam deste fazer um ofício único, singular. Essa diferenciação, e sua conseqüente demarcação, aparece como uma estratégia estética e política,

² HALL, Stuart. **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London: Sage Publications, 1997, p. 26. Traducido por Elías Sevilla Casas. Disponível em: <<http://www.cholonautas.edu.pe/modulos/biblioteca2.php?IdDocumento=0389>> Acessado em 25 mai 2010.

³ SARGENTINI, Os Estudos do Discurso e Nossas Heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault. **Revista Estudos Linguísticos**. São Carlos-SP: UFSCAR, 2006. p. 185.

que possa singularizar essa prática e torná-la um campo social autônomo. Essa é uma regra que vale tanto para a arte, como também para a ciência, guardando as devidas proporções para a comparação.

E com o cinema não foi diferente, especialmente num contexto em que as comparações com outras artes era bastante comum - seja com a fotografia, as artes plásticas e, especialmente, o teatro. Nesse sentido, Ismail Xavier⁴, a partir de idéias do filósofo Edgar Morin, aponta que, aos poucos, o cinematógrafo se transformou em cinema. Ou seja, uma simples técnica de duplicação (cinematógrafo) e projeção de imagens se configurou no cinema que temos hoje.

Um dos principais responsáveis por esse desenvolvimento foi o cineasta americano D.W. Griffith. Jean Claude Bernadet⁵ aponta que ele desenvolveu dois momentos básicos da linguagem cinematográfica, ainda no cinema mudo: a seleção de imagens na filmagem; e a organização das imagens numa seqüência temporal na montagem. Assim, passou a evidenciar que a linguagem cinematográfica é uma seleção de escolhas e enfatizou o cinema enquanto construção de uma outra realidade, possível a partir de diferentes artifícios. E tudo isso visando causar diferentes efeitos no espectador.

O mesmo autor complementa afirmando que “um salto qualitativo é dado quando o cinema deixa de relatar cenas que se sucedem no tempo e consegue dizer: ‘enquanto isso’”⁶, ou seja, quando ele consegue relativizar as noções de espaço e de tempo dentro da construção de suas narrativas. Além disso, outro fato que possibilitou o desenvolvimento da linguagem cinematográfica foi o deslocamento da câmera, a partir do momento que ela abandona sua imobilidade e passa a explorar o espaço.

Assim, aos poucos, foram se desenvolvendo outros elementos da linguagem cinematográfica, tais como os enquadramentos, a trilha sonora, a *mise em scène* dos atores, os movimentos de câmera, direção de arte, e todos os elementos que possam produzir significados e contribuir com sua unidade dramática. Elementos que não são exclusivos do cinema, mas que são apropriados de forma diferente por ele. Entretanto, retomando as noções apresentadas por Bernadet, é possível dar à montagem um lugar central diante de todos esses elementos.

⁴ XAVIER, Ismail. **O Discurso Cinematográfico**: A opacidade e a transparência. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1984. 2 ed.

⁵ BERNADET, Jean Claude. **O que é Cinema?** São Paulo, SP: Brasiliense, 1991.

⁶ BERNADET, Jean Claude. **O que é Cinema?** São Paulo, SP : Brasiliense, 1991, p. 17.

Mesmo sendo um recurso que, também, pode ser utilizado por outras artes (como a literatura e o teatro, a partir das diferentes formas de compor a narrativa), a peculiaridade da montagem cinematográfica veio da possibilidade de potencializar os efeitos de relativização do espaço e do tempo. Essa noção está ligada ao conceito de montagem defendido por Jean-Claude Carrière⁷, enquanto “a organização dos planos de um filme segundo determinadas condições de ordem e de duração”.

Nesse contexto, se por um lado, nos EUA, por influência de Griffith, desenvolvia-se a chamada decupagem clássica, também chamada de “montagem invisível”, que buscava minimizar, ao máximo, os efeitos de corte para o espectador, levando-o a imaginar a narrativa como um todo contínuo, na Rússia essa noção foi colocada em xeque. Na concepção de cineastas como Serguei Eisenstein, a montagem deveria gerar efeitos na platéia a partir do choque, e não da continuidade. E, aqui, para além de relativizar tempo e espaço, ou mesmo as possibilidades de “sugerir” ou “voltar atrás”, o propósito, como será aprofundado adiante, era fortemente político: o de mobilização da população soviética para a causa revolucionária.

De toda forma, independentemente da visão adotada, é praticamente um consenso que um dos papéis da montagem é gerar uma estrutura unificadora, um todo que produza sentidos, seja a partir da tentativa de se dotar a obra de um tom que “mascare” os cortes, dando maior idéia de continuidade (decupagem clássica), seja pelo uso abrupto e fora de sequência dos cortes. Assim, “a montagem constrói as cenas a partir dos pedaços separados, onde cada um concentra a atenção do espectador apenas naquele momento importante para a ação”⁸. Mas, como afirma o mesmo autor, o filme não pode ser entendido, apenas como uma coleção de cenas diferentes.

2.3. A Montagem Soviética

Foi na União Soviética, no período pós-revolucionário, que se desenvolveu muitos dos artifícios utilizados até hoje dentro da montagem cinematográfica. Entretanto, é incorreto afirmar que ela foi uma escola marcada por um pensamento unitário e/ou homogêneo. Conforme desenvolveremos a seguir, existia na Rússia diferentes visões sobre o papel da montagem, como aqueles que defendiam certos aspectos da montagem invisível, como

⁷ CARRIÈRE, Jean-Claude. **A Linguagem Secreta do Cinema**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 167.

⁸ PUDOVKIN, V. Métodos de Tratamento do Material. In: In: XAVIER, Ismail (Org). **A Experiência do Cinema**. Rio de Janeiro: Edições Graal; Embrafilmes, 1983, p. 61

Kulechov e Pudovkin; aqueles que defendiam uma cisão radical com essa forma de edição, como Vertov; e outros que tinham uma visão mais intermediária, mesmo não abrindo mão de utilizar a montagem enquanto “choque”, como Eisenstein.

Algumas das principais experiências em torno da montagem cinematográfica na Rússia foram realizadas por Lev Kulechov, cineasta que viria a ser o mestre dos dois diretores aqui estudados. Um dos seus principais experimentos, o efeito Kulechov, consistia na justaposição da imagem de um mesmo ator com diferentes objetos e situações. Ele concluiu, então, que essas diferentes associações geravam efeitos diferentes no público.

Conforme aponta Robert Stam⁹, “para a mentalidade prática de Kuleshov, [...] o que distingue o cinema de outras artes é a capacidade da montagem para organizar fragmentos dispersos em uma sequência rítmica com sentido”. Assim, ele já colocava a montagem num lugar central na arte cinematográfica.

Entretanto, numa comparação com Griffith, é importante afirmar que

o esforço de Kulechov foi o de construir uma impressão de naturalismo contínuo, mas ele fazia isso sem aderir à base melodramática de Griffith. Seu cinema buscava a emoção pela vertigem e pelo envolvimento na velocidade mais do que pela identificação psicológico-sentimental¹⁰.

Por outro lado, um de seus discípulos acabou rompendo fortemente com essa idéia. Eisenstein não costuma seguir algum tipo de linearidade na montagem de seus filmes. Pelo contrário, como ele mesmo defende, a montagem faria nascer uma idéia a partir do choque de elementos opostos. Essa seria a base do “cine-punho” defendido pelo diretor, um cinema fortemente comprometido com idéias políticas e que buscava atingir seus objetivos a partir destes choques.

Outra característica das obras do diretor, e que vincula-se a essa idéia, é constante uso de metáforas e associações - elementos que contribuem, fortemente, para a construção de determinados tipos de representações. Assim, como sintetiza Robert Stam,

⁹ STAM, Robert. **Introdução à Teoria do Cinema**. Campinas-SP: Papyrus, 2009, p. 54.

¹⁰ SARAIVA, Leandro. A Montagem Soviética. In: MASCARELLO, Fernando. **História do Cinema Mundial**. Campinas : Papyrus, 2008, p. 117.

em lugar de contar histórias através de imagens, o cinema eisensteiniano pensa através de imagens, utilizando o choque entre planos para provocar, na mente do espectador, chispas de pensamento resultantes da dialética de preceito e conceito, idéia e emoção¹¹

Além das inovações em seus filmes, Eisenstein foi um dos principais teóricos do cinema da época, levando muito de suas idéias enquanto pensador para suas obras e vice-versa. Num de seus principais esforços teóricos, criou uma categorização de cinco tipos de montagem, na qual buscou relacionar aspectos da teoria do cinema com a teoria musical¹².

Dziga Vertov, mesmo tendo uma significativa produção textual, acabou se configurando mais como um artista que escrevia manifestos a partir de seus posicionamentos estéticos-políticos, do que um acadêmico como Eisenstein. De toda forma, nesses escritos, e na prática de Vertov, é possível localizar alguns pontos de encontro e de distanciamento com as idéias defendidas pelo diretor de “O Encouraçado Potemkin”

Ele tinha um posicionamento mais radical em relação a uma quebra com o que chamava de “arte burguesa”. Segundo Leandro Saraiva¹³, “a estratégia de Vertov era outra: para ele, a revolução era um recomeço. Era preciso fazer uma tabula rasa do passado e aderir ao presente por meio de uma linguagem também contemporânea”. Assim, a partir de uma espécie de antropomorfização da câmera, postulava a exploração sensorial do mundo através do que chamou de “cine-olho”.

Dois aspectos são muito fortes nesse novo modo de fazer cinema proposto: o de, ao mesmo tempo, propor a reflexividade e a auto-reflexividade. O primeiro aspecto é registrado pelo seu forte caráter documental, buscando apreender e ressignificar cenas do cotidiano a partir de filmagens realizadas nas ruas, longe dos estúdios. E, o segundo, por sempre problematizar o lugar social ocupado pelo “homem com a câmera”. A figura do cineasta,

¹¹ STAM, Robert. **Introdução à Teoria do Cinema**. Campinas-SP: Papirus, 2009, p. 57.

¹² Eisenstein, dentro desse esforço teórico, propõe a seguinte divisão: a) Montagem métrica – Baseada no comprimento dos fragmentos (planos). A tensão poderia ser obtida, por exemplo, pela aceleração gerada pelo encurtamento dos fragmentos; b) Montagem rítmica – Baseada tanto no comprimento dos planos quanto na relativização da noção de tempo. Como exemplo é a utilização dos pés dos carrinhos e da marcha do bebê para dar diferentes ritmos à sequência da Escadaria de Odessa, em “O Encouraçado Potemkin”; c) Montagem tonal – Seria um estágio além da montagem rítmica, e iria além dos cortes. Trabalharia com as emoções da sequência, também utilizando elementos como luz e foco; d) Montagem atonal – Representaria o nível mais elevado da montagem tonal, a partir do conflito entre o tom principal de uma cena, e outro apresentado; e) Montagem intelectual – Surgiria pelo conflito-justaposição, metáforas e outros tipos de associações, que podem surgir tanto entre elementos imagéticos, como também entre vinculação entre som-imagem.

¹³ SARAIVA, Leandro. A Montagem Soviética. In: MASCARELLO, Fernando. **História do Cinema Mundial**. Campinas : Papirus, 2008, p. 133.

enquanto operário, era fortemente trabalhada, sendo bastante visível nessa que é a obra mais conhecida do diretor.

Assim, de forma sintética, Leandro Saraiva apresenta a arte de Vertov da seguinte forma:

O cinema de Vertov baseia-se num princípio de filmagem e num método de montagem. A filmagem é feita segundo o princípio do “cine-verdade”, ou seja, avesso a qualquer encenação. E, na montagem, o cine-olho reconstrói radicalmente as imagens-fato¹⁴

Por fim, é importante reforçar que, conforme aponta Robert Stam¹⁵, “a montagem, para Vertov, permeia todo o processo da produção cinematográfica” pois acredita que a escolha do ponto de vista do filme já está presente desde o processo de observação das cenas.

A partir das posições de Eisenstein e Vertov, podemos colocar que havia uma contraposição entre o “cine-punho” *versus* “cine-olho”. De um lado a utilização de recursos “tradicionais” do cinema, mas reconstruídos a partir de elementos complexos de montagem. De outro, uma captura do cotidiano entendendo as relações entre o olho humano e a objetiva da câmera, enxergando na segunda como um potencializador do primeiro. E valorizando, assim, experiências perspectivas e sensoriais a partir da exposição de aspectos da vida cotidiana nem sempre apreendidos por um observador comum.

3. Ensaio para Análise Fílmica

3.1. Contextualização das obras

Para ilustrar essa análise, foram escolhidas duas obras de dois dos principais diretores da época, tanto por conta do valor dentro de suas respectivas filmografias, quanto pela possibilidade de ilustrar diferenças e semelhanças dentro da construção de uma mesma personagem por ambos. A personagem em questão é Vladimir Lênin, um dos protagonistas da Revolução Russa e os filmes são “Outubro”, de Eisenstein, e Três Canções para Lênin, de Vertov.

¹⁴ SARAIVA, Leandro. A Montagem Soviética. In: MASCARELLO, Fernando. **História do Cinema Mundial**. Campinas : Papirus, 2008, p. 135.

¹⁵ STAM, Robert. **Introdução à Teoria do Cinema**. Campinas-SP: Papirus, 2009, p. 62.

O primeiro foi produzido dentro das comemorações pelos 10 anos da Revolução russa, entretanto, ele acabou não sendo finalizado dentro do prazo. Já o segundo, realizado por Vertov é, por si só, uma referência direta ao líder soviético. Ele consiste na união de três curtas, interdependentes, que foram baseados em três canções populares sobre Lênin e foi lançado em 1934.

Ambos abordam a imagem de Lênin, mas em diferentes contextos. Na obra de Eisenstein, a referência é feita dentro de um movimento mais amplo que é a Revolução de 1917. Certamente, é uma personagem que faz falta para dar ao filme um caráter mais verossímil ao filme. Vertov, por outro lado, realiza quase uma homenagem póstuma ao líder soviético, reforçando sua importância para a história do país.

Entretanto, ambas tem em comum algo que extrapola a diegese do filme. Durante o período de produção, eles sofreram cortes do então líder da União Soviética, Josef Stalin. No caso de Eisenstein, o filme acabou sofrendo cortes de cerca de 10 minutos, e as imagens retiradas foram, justamente, as que faziam maior referência à Lênin. Na obra de Vertov, a mesma censura se aplicou, entretanto, uma versão “não autorizada” do filme, juntamente com outros filmes proibidos pelo regime soviético, foram descobertos no início da década.

3.2. Análise do filme “Outubro”

Conforme dito anteriormente, o filme Outubro relata (com alguns elementos ficcionais) os acontecimentos que precederam e que culminaram com a Revolução de 1917. Na produção, existem apenas três cenas que fazem referência à Lênin, mas é uma delas, com duração de, apenas, um minuto e cinquenta segundos, que merece maior destaque.

A sequência é simples. Dentro de uma estação de trem, uma multidão de trabalhadores ouve o discurso inflamado de seu líder. Entretanto, é interessante perceber como, a partir dos elementos fílmicos, tenta-se fortalecer a imagem dele enquanto herói.

Inicialmente, exibe-se uma série de cenas mostrando trabalhadores aguardando algum acontecimento numa estação de trens. Pelo clima instalado, marcado pelo olhar de expectativa dos presentes, pelos focos de luz que se movimentam e por uma trilha sonora que, gradualmente, intensifica o seu ritmo, cria-se uma aura que prepara a entrada triunfal do protagonista. Cerca de 25 segundos são utilizados, apenas, para reforçar esse clima, com

planos gerais dos trabalhadores na estação sendo justapostos com outros que enquadram grupos menores.

Isso até que, num determinado momento, um trabalhador é escolhido para mostrar a mudança no ritmo da cena. É o processo de passagem de um estado de expectativa/tensão para a surpresa pela chegada de Lênin que marcará a transição no ritmo da sequência.



Momento 1



Momento 2



Momento 3

Num relance, um homem sobe num veículo ali estacionado, pega a bandeira de um dos presentes, e a surpresa do homem é transformada, rapidamente, na agitação de todos ali presentes. A bandeira que ele segura, antes parada, agora se movimenta freneticamente, como se a agitação das massas tivesse sido transferida para aquele objeto. E esse agito é justamente a cena que precede a aparição do “herói”, como se desse o ritmo da sequência que ali viria. “É ELE. ULIANOV. LENIN.”, diziam legendas em letras maiúsculas.

A multidão se agita, bandeiras tremulam, e, finalmente, Lenin aparece. Ele aparece em três tipos de planos diferentes. Em primeiro lugar, num *contra-plongee*¹⁶, retratando o ponto de vista dos trabalhadores. Ele aparece como uma figura superior, a bandeira que ele segura tremula sem parar e sua gesticulação é forte. Posteriormente, mantendo esse comportamento, ele surge num plano *plongee*¹⁷, primeiramente à direita e depois à esquerda.



Cena 01 – *contra-plongee*



Cena 02 – *plongee*



Cena 03 – *plongee*

¹⁶ *Contra-plongee* é o ângulo de filmagem em que o objeto é fotografado de baixo pra cima

¹⁷ *Plongee* é o ângulo de filmagem em que o objeto é fotografado de cima pra baixo

Nesses mesmos planos é possível ver o aplauso de alguns trabalhadores. Mas é nas cenas justapostas, que mostram a agitação dos presentes, que se teria uma maior idéia do efeito que Lênin causava nas pessoas.

Segundo a categorização de Eisenstein, poderíamos dizer que essa sequência possui elementos de montagem rítmica e de montagem tonal. Por um lado, é utilizado um recurso semelhante e que foi citado anteriormente, com os soldados descendo a escadaria de Odessa que, num paralelo com o carrinho de bebê, promove uma mudança no ritmo da cena. Já nessa sequência de “Outubro”, a mudança de ritmo é iniciada com os planos fechados no trabalhador, seguida pelo foco na bandeira tremulando com toda a força, e combinando com o discurso inflamado que Lênin profere. Entretanto, por ter outros elementos importantes para gerar o clima, como os focos de luz e a trilha sonora, acreditamos que seja um caso mais forte de montagem tonal.

Ao contrário de outros trechos do filme, ele acaba não lançando mão de elementos extradiegéticos¹⁸. Como afirma Robert Stam¹⁹, “Eisenstein interessava-se por uma diegesis truncada, disjuntiva, fraturada, interrompida por digressões e materiais extradiegéticos como os planos do pavão mecânico de Outubro, metaforizando a vaidade do primeiro ministro Kerensky”. Aqui, ele monta a representação de Lênin utilizando elementos presentes na própria cena, especialmente os trabalhadores e a bandeira.

Após essa cena, Lênin é referenciado apenas mais duas vezes. Em um momento, ele não chega a aparecer, mas é mostrado um lugar isolado no qual ele havia se escondido durante o período revolucionário. E, num terceiro momento, ele é reconhecido por líderes mencheviques durante a realização do II Congresso dos Sovietes, momentos antes da revolução.

Certamente, caso Stalin não houvesse ordenado os cortes no filme, o diretor nos daria mais elementos sobre a construção do mito de Lênin na URSS. Entretanto, com a curta sequência analisada, já podemos ter uma noção da força que a imagem dele tinha (ou que se pretendia construir/ consolidar), especialmente porque, em nenhum outro momento, outros personagens foram retratados da forma como ele foi filmado.

¹⁸ Elementos diegéticos, dentro da teoria da narrativa, fazem referência a elementos internos da realidade própria da narrativa. Já os elementos extra-diegéticos não participam, diretamente, do mundo ficcional criado mas são colocados ali para gerar determinado efeito nos espectadores, como por exemplo as associações bastantes recorrentes nas obras de Eisenstein.

¹⁹ STAM, Robert. **Introdução à Teoria do Cinema**. Campinas-SP: Papirus, 2009, p. 57.

3.3. Análise do filme “Três Canções para Lênin”

Ao contrário do filme de Eisenstein, *Três Canções para Lênin* coloca o líder russo como protagonista. Ele é dividido em três partes (as três canções que o título faz referência). A primeira intitula-se “Meu rosto estava numa prisão escura”; a segunda “Nós amamos ele”; e, a terceira, “Numa grande cidade de pedra”.

A primeira canção mostra imagens de uma Rússia pouco conhecida, com forte influência do Oriente Médio e da religião muçulmana. O tom documental, típico das obras de Vertov, é forte. E tenta-se mostrar, através de diferentes formas, as melhorias que Lênin teria promovido. A imagem dele só é mostrada ao final, mas os intertítulos não deixam de referenciá-lo, associando-o a realizações políticas que teria promovido. “Da escuridão ele fez luz, do deserto, um jardim, e da morte fez vida”, dizia uma legenda.

Assim, a partir do cotidiano de diferentes trabalhadores (especialmente agrários, mas sem esquecer as máquinas), ele tenta associar, nessa primeira canção, a figura de Lênin à prosperidade que o país estaria passando. Ao fim desta primeira canção, ele discursa para uma multidão agitada.

A segunda canção retrata a morte do líder, mostrando, especialmente, cenas de seu velório/ funeral. Inicialmente, as cenas do seu corpo são intercaladas com closes de pessoas que o observam, sempre com muita tristeza. Em seguida, uma multidão acompanha seu caixão, que segue de trem até Moscou.

Num intervalo, são mostradas cenas do cotidiano de Lênin. Entretanto, algo interessante é que se tem a impressão que as imagens aparecem como acessórias para reforçar determinados elementos do caráter de Lênin. Por exemplo, a legenda “ele trabalhou incansavelmente” é seguida de uma cena do mesmo trabalhando. Pra quem está acostumado com um outro tipo de montagem realizada pela escola soviética, inclusive em filmes de Vertov, certamente estranha em ver uma utilização pouco reflexiva das imagens no filme.

Daí em diante, a figura do líder político é reforçada a partir de imagens de arquivo. Certamente, a maior parte dessas imagens deve ter sido feita pelo próprio Vertov, cineasta favorito de Lênin. Os acontecimentos de 1917 são retomados, sempre o colocando com um papel central na condução desses episódios, tanto pelas imagens quanto pelas legendas.

Dessa segunda canção, a observação mais importante diz respeito a dois pequenos fragmentos, apontados por alguns especialistas como uma das causas para a censura do filme na União Soviética. Neles, são mostradas cenas de Josef Stalin durante o velório de Lênin,

com uma aparência, digamos, “não muito amigável”. Alguns críticos, dentre os quais Ismail Xavier, interpretam a fisionomia dele como se estivesse esboçando um tipo de inveja pela popularidade do seu predecessor. Uma imagem é fundamental para se inferir essa conclusão: Stalin é mostrado de perfil com Lênin, quase completamente desfocado (como uma sombra), ao seu fundo.



Stalin – Cena 01



Stalin (cena 02 (com Lênin ao fundo))

Uma multidão continua visitando o seu velório. Pessoas passam mal, outras se desesperam. Em seguida, todos seguem para a Praça Vermelha, próximo ponto onde o caixão fica exposto.

Próximo do final desta canção, um efeito interessante. Vertov apresenta, em sequencia, uma série de imagens de ações paradas no tempo, justapostas com rostos lacrimejantes daquele publico presente ao velório. A impressão é que a morte de Lenin fez o tempo parar na União Soviética, e o vazio sentido se reflete nas máquinas que não funcionam e com a multidão que não se agita mais. Os únicos movimentos vem dos olhos tristes que piscam, em rostos focados dentro de planos fechados.

Já a terceira canção, enfim, nos rememora o Vertov de “O homem com a câmera”. Mas, dessa vez, é um cotidiano mais amplo da Rússia que é retratado. Numa das primeiras cenas, o memorial onde Lênin está enterrado aparece em destaque diante de outros elementos importantes que compõem a cidade. Percebe-se, então, a importância que ele dá ao monumento a partir dessa perspectiva adotada.

Em seguida, ele passa a idéia de solidão/vazio a partir da utilização de algumas imagens como uma espécie de beduíno vagando sozinho pelo deserto, dunas de areia com vegetação rala, e o cume de montanhas. Entretanto, percebe-se, logo em seguida, que essa é uma preparação pro ato seguinte. O líder também reconforta da tristeza (caso se sinta triste, visite o Lênin, diz Vertov) e, a idéia de renascimento aparece com a natureza florescendo.

Essa idéia é complementada com pessoas sorrindo e dançando. A idéia explorada por Vertov, a partir desse momento, é que o líder não morreu e que todos estão seguindo o seu caminho.

Passa-se, então, a associar a figura do líder comunista com o progresso e a modernidade vividas pela sociedade soviética. Para isso, não faltam imagens de fábricas, trens, carros, aviões, barragens e usinas hidrelétricas. “Se Lênin pudesse nos ver agora”, é uma das frases repetidas nas legendas.

Nessa obra aparece algo, também, que Vertov não tinha utilizado até então: o depoimento de pessoas, algo que também só se tornou possível com o advento do cinema sonoro. O principal depoimento é o de uma trabalhadora que, mesmo após um acidente, retoma seu trabalho, conclui sua tarefa e é homenageada por Lênin.

Por fim, nas sequências finais que retomam a idéia de “como seria bom você ver nosso país hoje”, mostrando um país que “está dando certo”, essas imagens são intercaladas com a de duas estátuas de Lênin. Uma parece olhar o horizonte, reforçando um possível caráter visionário, que ante-veio (e ainda vê) o promissor futuro soviético e, a segunda, vista por um *contra-plongee*, retoma a idéia de grandiosidade do líder.



O memorial a Lênin em destaque no meio do plano, com outros pontos de Moscou ao redor



A estátua de Lênin observa o horizonte

Especialmente essa terceira canção retoma o que há de mais interessante na proposta estética de Vertov, e é onde ele explora, de maneira mais forte, os artifícios de edição, com suas fusões e variações rítmicas. Mas, sempre procurando, com isso, reforçar o caráter grandioso de Lênin.

5. Conclusão

Dentro de tudo o que foi abordado, as conclusões a que se podem chegar são relativamente simples. Em primeiro lugar, fica evidente a importância que a escola russa possui para entendermos como a linguagem cinematográfica se configurou do modo como a entendemos hoje, especialmente no que diz respeito aos aspectos da montagem

Em segundo lugar que, mesmo com algumas diferenças de forma, o objetivo de todos os realizadores do período, na Rússia, eram únicos: o de promover a legitimação do regime, estudando formas que rompessem (em menor ou maior escala) com a arte cinematográfica vigente e buscando formas de causar efeitos (mobilizadores) nos espectadores.

Por fim, fica evidente a importância histórica que ambos atribuem a Lênin. Apesar deles abordarem diferentes momentos da vida do líder soviético, ambos buscam associá-lo com o ideal de “grande herói nacional”. No caso de Eisenstein, a busca é por construir o líder que consegue mobilizar as massas. E, por isso, associa Lênin a duas imagens principais: a da multidão e a da bandeira tremulando com força (imagem que aparece, provavelmente não por coincidência, em outros momentos do filme “Outubro”).

Enquanto isso, Vertov busca associá-lo às imagens de grandes feitos que teria feito, e ao orgulho que teria em ver a situação na qual se encontrava a URSS. Nos dois casos percebe-se, também, uma valorização dos planos *contra plongee* para reforçar a idéia de superioridade.

Assim, fizeram jus à idéia difundida por Eisenstein²⁰, e que pode ser estendida para todos os realizadores russos do período, a de que um plano adquiria sentido, principalmente, em sua relação com outros planos no interior de uma sequência de montagem. A montagem era, pois, a chave tanto para o domínio estético como ideológico.

6. Referências Bibliográficas

BERNADET, Jean Claude. **O que é Cinema?** São Paulo, SP : Brasiliense, 1991

CARRIERE, Jean Claude. **A Linguagem Secreta do Cinema.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

EISENSTEIN, Serguei. **A Forma do Filme.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 1984.

EISENSTEIN, Serguei. **O Sentido do Filme.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

²⁰ EISENSTEIN, Serguei. **O Sentido do Filme.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HALL, Stuart. **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London, Sage Publications, 1997. Traducido por Elías Sevilla Casas. Disponível em: <<http://www.cholonautas.edu.pe/modulos/biblioteca2.php?IdDocumento=0389>> Acessado em 25 mai 2010.

PUDOVKIN, V. Métodos de Tratamento do Material. In: In: XAVIER, Ismail (Org). **A Experiência do Cinema**. Rio de Janeiro: Edições Graal; Embrafilmes, 1983.

SARAIVA, Leandro. A Montagem Soviética. In: MASCARELLO, Fernando. **História do Cinema Mundial**. Campinas : Papyrus, 2008

SARGENTINI, Os Estudos do Discurso e Nossas Heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault. **Revista Estudos Linguísticos**. São Carlos-SP: UFSCAR, 2006. p. 185.

STAM, Robert. **Introdução à Teoria do Cinema**. Campinas-SP: Papyrus, 2009.

VANOYE, Francis. **Ensaio sobre Análise Fílmica**. Campinas-SP: Papyrus, 2008.

XAVIER, Ismail. **O Discurso Cinematográfico: A opacidade e a transparencia**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1984. 2 ed.

O TRAJE DE BECA DA IRMANDADE DA BOA MORTE: SÍMBOLO IDENTITÁRIO E DE COMUNICAÇÃO DE VALORES SÓCIO-CULTURAIS

*Joseane Vitena dos Santos **

Resumo:

Este artigo pretende entender a roupa, em especial o traje de beca utilizado pelas mulheres da Irmandade da Boa Morte, como objeto cultural que abrange história, emoção e comunicação de valores, analisando a diversidade na formação da cultura brasileira ou afro-brasileira presente na sincrética confraria religiosa, que mantêm suas tradições em rituais públicos e privados. O objetivo é conhecer um pouco desta Irmandade e a relação significativa de sua indumentária como elemento de pertencimento e identificação de um grupo.

Palavras-chave: Indumentária, identidade, cultura e religião.

A Irmandade: símbolo da cultura afro-brasileira

Para falar sobre um dos aspectos representativos de uma Irmandade essencialmente negra, reconhecida e admirada pela sua peculiaridade de ser símbolo da resistência e da riqueza cultural e social da negritude, não poderia deixar de fazer uma breve referência acerca da história do Brasil, um país formado a partir de uma mistura de raças, onde a negra se faz presente de forma significativa. É neste sentido que, antes de tratar do assunto principal desse artigo, se faz oportuno, no contexto, refletir e conhecer a importância histórica da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e porque não da cultura afro-brasileira.

A cultura afro-brasileira vem sendo cada vez mais reconhecida como elemento marcante da cultura e sociedade brasileiras por todo o mundo. A expressiva participação negra na construção da história do Brasil se apresenta de forma marcante em diversos níveis. O modo de viver das pessoas, a idéia de terra da felicidade e da liberdade, das festas e da mistura de ritmos, cores, raças, chama a atenção do planeta e são divulgados como valores nacionais.

É curioso tentar compreender o papel do negro na sociedade brasileira. Apesar

* Estudante do Curso de Comunicação Social/ Jornalismo, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e bolsista PIBIC do projeto “A dimensão simbólica das vestes da Boa Morte”, sob a orientação da Prof.a Dr.a Renata Pitombo Cidreira. e-mail: josivitena@hotmail.com

de ainda ser discriminado enquanto indivíduo, suas práticas culturais são absorvidas de modo quase apaixonado, provocando um interesse quase exagerado. Tendo sido a cultura negra, durante muito tempo, uma cultura dominada, suas manifestações religiosas foram duramente perseguidas pelo poder hegemônico durante longos anos. A memória religiosa só se manteve às custas da transmissão de tradição oral. Como no caso da Irmandade da Boa Morte que mantém vivos elementos da cultura afro-brasileira, divulgados através da transmissão de conhecimentos, da prática de rituais religiosos, da indumentária, da culinária, do samba de roda.

No final do século XX cresceu significativamente a importância e consideração das religiões afro-brasileiras. E como bem lembra AMARAL (2001) “as religiões afro-brasileiras consolidaram-se como religiões de conversão universal, conquistando espaços de reconhecimento”. Brancos, negros, pobres, ricos, artistas, intelectuais, converteram-se a estas religiões. A Irmandade da Boa Morte, e depois de ter ganhado reconhecimento nacional e internacional, por suas características peculiares de uma confraria composta unicamente por mulheres negras, no ano de 2009 foi oficializada a proposta para o reconhecimento, pela UNESCO, da Irmandade como Patrimônio Imaterial da Humanidade, em reconhecimento da importância e legitimidade deste grupo na história e na cultura afro-brasileiras. MONTEIRO; FERREIRA e FREITAS já demonstravam em seu artigo a importância da Irmandade como patrimônio cultural:

Pensar a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte como patrimônio cultural é refletir sobre a sua riqueza de suas dimensões imaterial e material, uma vez que ela sintetiza diversos símbolos da herança cultural afro-brasileira. A discussão em torno da preservação do patrimônio cultural relaciona-se diretamente às dinâmicas sociais, no sentido de que as diversas práticas culturais são re-significadas no espaço e no tempo. O reconhecimento da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, como patrimônio cultural afro-brasileiro, passa pelo reconhecimento do trabalho secular de mulheres que souberam, e continuam sabendo, negociar com os mecanismos que a sociedade colonial e contemporânea lhes oferece (MONTEIRO; FERREIRA e FREITAS 2005, p. 17).

Apesar de algumas contradições entre autores, pesquisadores e admiradores, a história que mais se convencionou a respeito da Irmandade da Boa Morte é de que ela surgiu na Bahia no século XIX, mas precisamente no ano de 1820, organizada por mulheres negras, na época escravas libertas. O nascimento aconteceu na Igreja da

Barroquinha, na cidade de Salvador e, posteriormente, a Irmandade foi transferida para a cidade de Cachoeira, no Recôncavo baiano.

A Irmandade tem como objetivo a devoção e o culto a Nossa Senhora. Porém, uma das suas principais lutas (na época da escravidão) era pela liberdade e dignidade dos negros. Por isso suas ações são até hoje doações; em caso de falecimento das associadas, a responsabilidade pelos rituais do sepultamento é da Irmandade; e além disso a re-significação, manutenção e preservação das práticas culturais de matriz africana tem sido uma preocupação da confraria. Como citam MONTEIRO; FERREIRA e FREITAS (2005) apud BORGES (2004), as Irmandades Negras foram um espaço no qual essas mulheres tiveram um papel fundamental:

Deste modo, a constituição de uma cultura de resistência afro-brasileira foi, desde início, integrada religiosamente e a religião muito politizada. Na esfera religiosa, onde se constituíram hierarquias, valores e identidades alternativas, perpetuadas oralmente, as mulheres freqüentemente exerciam um papel fundamental. Além de assumirem lideranças religiosas e comunitárias as mulheres instituíram ainda sociedades secretas femininas [...]. (BORGES, 2004, p.11).

A Irmandade é um símbolo marcante no que diz respeito ao sincretismo religioso. A confraria é de caráter católico, possuem uma capela onde são celebradas missas para Nossa Senhora pelo padre, saem às ruas em procissão com andores de santos e ao mesmo tempo são servidas comidas típicas dos terreiros de candomblé. Outro fato que reforça esse modo sincrético religioso é que todas as irmãs são ligadas ao candomblé, sendo mães e ou filhas de santo. Nesta direção MONTEIRO; FERREIRA e FREITAS refletem o seguinte:

Relacionando a criação da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, de caráter católico, ao universo religioso afro-brasileiro, é possível encontrar laços comuns que remetem aos ritos de morte e vida, laços que remetem às Iabás (mães) no Candomblé: *Nanã* e *Iansã*, ligadas aos rituais de morte, o *axexê*, no culto afrobrasileiro; *Iemanjá* e *Oxum*, ligadas à fertilidade e à maternidade. Para a convivência no sistema religioso oficial, as irmãs da Boa Morte encontraram nesta dinâmica religiosa possibilidades de adaptações que propiciassem a realização de cultos semelhantes, uma vez que a igreja católica reverenciava os rituais relativos à morte e à assunção de Nossa Senhora. (p.12).

Atualmente, com a repercussão e a importância consolidadas, a Irmandade ganha reconhecimento merecido por ser um grupo de mulheres negras guerreiras, que até hoje preservam suas tradições religiosas, seus rituais e seus mistérios.

Comunicação através das Roupas

A comunicação que se estabelece através das roupas caracterizada pela forma não-verbal. Muitos autores que pesquisam sobre comunicação reconhecem que além da linguagem oral e escrita existe um vasto campo de comunicações não-verbais que dão sentido e organizam o meio social. Segundo EMERECIANO (2005) em *A Comunicação através das roupas: uma compreensão do design de moda além da superficialidade*, a comunicação é dividida em três grandes áreas de acordo com o seu tipo de suporte ou canal: comunicação facial e corporal, cujo suporte é o corpo; a comunicação mediante a distribuição espacial, a posição dos corpos no espaço, a relação entre eles e sua relação com o espaço; e a comunicação através de artefatos utilizados pelos indivíduos como jóias e roupas.

As roupas, além de sua função protetora do corpo, tornam-se símbolos identitários e identificador de valores sócio-culturais de indivíduos e grupos. O traje de beca, usado pelas irmãs da Irmandade da Boa Morte, é uma roupa que carrega em si um importante significado, tanto no que diz respeito a um elemento identificador e diferenciador da confraria, quanto para as próprias irmãs que cuidam e respeitam suas vestes. Em entrevista com algumas irmãs elas contam como aquelas roupas são importantes para cada uma das integrantes.

O traje de beca tem um destaque e um significado especial para a Irmandade, pois uma irmã só é reconhecida como tal após o recebimento da indumentária, que é entregue em um ritual interno. A beca constitui um dos principais símbolos da Irmandade. Como bem lembra as autoras do artigo *As roupas de crioula no século XIX e o traje de beca na contemporaneidade: símbolos de identidade e memória* disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>, o traje de beca é tão significativo para a Irmandade e para as irmãs que na sua sede, logo na entrada, existe uma vitrine onde está exposto um manequim com um traje completo.

A indumentária pode ser observada como um meio de expressão tanto de um indivíduo quanto de um grupo, assim como pode ser um elemento de identificação de uma sociedade, uma cultura, uma época. “A indumentária, em última instância, demarca

o tempo, o lugar e as pessoas enquanto constituídos numa ordem cultural, seja ela qual for” (CIDREIRA 1995). É interessante notar que as irmãs da Irmandade da Boa Morte, ao se vestirem com o traje de beca, expressam uma dimensão simbólica imensurável e a aparência das irmãs se destaca num ambiente onde estão presentes inúmeras pessoas.

Certamente sem a função distintiva, identificadora e agrupadora que a roupa tem as irmãs não viveriam com tanta intensidade momentos de imenso “glamour” como vivem nos dias da festa em louvor a Nossa Senhora, sendo fotografadas e filmadas por diversos ângulos e enquadramentos, reconhecidas e admiradas pelo público. Com uma roupa comum, provavelmente pouco seriam destacadas e se misturariam aos participantes, como acontece no dia-a-dia das irmãs. Elas viram “pessoas comuns” e se misturam a população, sendo na maioria das vezes irreconhecíveis como as tão “reverenciadas” Irmãs da Boa Morte. CIDREIRA ainda elastece a dimensão da simbologia da indumentária:

A moda consegue, em última instância, circunscrever determinados espaços sócio-culturais que acabam por constituir o que se reconhece hoje como tribos, instâncias estas que, no dizer do francês Michel Maffesoli, são territórios de referência em que as pessoas, os grupos são acolhidos. Adquirem, nesse sentido, um estatuto de segurança, um certo quê de familiaridade, de partilha afetual que torna a vida, de algum modo, mais tolerável. (CIDREIRA 1995 p.5).

Através da simbologia das roupas, nos dias dedicados a festa em louvor a Nossa Senhora da Boa Morte, as irmãs expressam sentimentos de tristeza, luto e de alegria. A Festa que acontece no mês de agosto, tem três dias principais consagrados aos rituais públicos. As roupas usadas pelas irmãs durante os dias da festa marcam os diferentes rituais que acontecem. Para cada dia é usada uma indumentária diferente.

No primeiro, o dia do anúncio da morte de Maria e da realização da missa em homenagem aos mortos, as mulheres trajam roupas todas brancas, sem jóias, simbolizando o luto (para os adeptos ao candomblé e também para os povos mulçumanos o branco significa luto). Esta roupa é composta por: camisu de crioula e bata, pano-da-costa e saia encorpadas, geralmente bordadas em richelieu. No segundo e no terceiro dia, as irmãs vestem o traje de beca, porém como o segundo dia é o velório, as irmãs também não utilizam jóias, apenas algumas contas, o pano-da-costa é colocado com o lado de cor preta em evidência e em vez de torço na cabeça, elas usam um lenço, que quase lhes cobrem o rosto, chamado de bioco. Enquanto que no terceiro dia, as

irmãs demonstram, não só com as roupas, onde utilizam muitas jóias e o pano-da-costa vermelho, mas com expressões nos seus semblantes a ascensão de Maria, o dia da Glória.

O traje de beca é composto pelas seguintes peças: saia plissada de cetim preto, camisu de crioula, bata, um torso e um lenço que é amarrado à cintura, todos brancos e bordados em richelieu, pano da costa que tem duas cores; um lado de veludo preto e o outro de cetim vermelho, e um sapato de couro branco chamado de chagrin. Além disso, a produção é finalizada com adereços, que são as jóias (ou imitação): correntões cachoeiranos, contas de Orixás, braceletes, pulseiras, brincos etc.

Alguns autores consideram o traje de beca como uma derivação da roupa de crioula. E pelos seus elementos em comum é possível notar que tal afirmação é muito relevante. Segundo LODY apud MONTEIRO; FERREIRA e FREITAS, “a beca notabilizou a roupa de baiana – devotas de catolicismo e dos terreiros de candomblé, marcando festa, opulência e ressaltando o papel da mulher em organização socio-religiosa na Bahia.” (LODY, 2003, p. 223).

Desta forma, é possível refletir sobre a marca identitária da cultura afro-brasileira que essas roupas carregam em si, baseado no fato de que as roupas representam a diversidade na formação da cultura brasileira, influenciada por culturas mulçumanas, islâmica, africana, europeia e asiática. É possível identificar influências mulçumanas e islâmicas no torço, em algumas jóias, nos chinelos, nas batas bordadas; influências europeias e asiáticas nas saias longas e rodas; e também influências africanas no camisu e no pano-da-costa. É interessante notar que um único traje é capaz de comunicar valores culturais diversos.

Roupas são produtos importantes para cultura material humana. Sua longevidade, que não está apenas na vulnerabilidade da matéria, na aparência e qualidade do tecido, mas na carga simbólica que carrega, possibilita-lhes percorrer diversos espaços e tempos. Para EMERECIANO (2005) o vestuário por se tratar de algo que está muito além da superficialidade é capaz de envergar diversos significados:

[...] a cobertura corporal – incluindo aqui desde os enfeites até o vestuário propriamente dito – tem sido utilizado desde o seu surgimento como instrumento de organização em várias sociedades. Serviu de alicerce para manutenção de tradições, elementos distintivos de classes e funções sociais, símbolos para ritos de passagem suporte para informações a respeito do indivíduo e do grupo a que pertence. O vestuário se tornou, em grande parte pelo seu caráter simbólico, a

primeira materialização do fenômeno de moda, juntamente com os costumes, que são a essência da cultura humana, as normas de convivência em sociedade, transmitidas ao longo das gerações. (p.10)

Ainda pensando na multiplicidade de funções, atribuídas ao vestuário em diferentes culturas e ao longo do tempo, a mesma autora afirma que:

[...] esta condição do vestuário como bem da cultura material humana, um produto resultante do trabalho do homem, compreendemos que ele se estabelece, como instrumento de comunicação em dois planos de articulação; representa tanto o processo técnico quanto um meio de integração entre os indivíduos e o grupo, dentro da cultura, como transmissão deste processo, e como posse do indivíduo como elemento de construção da sua identidade pessoal, perante o grupo e da identidade coletiva do grupo a que pertence. O vestuário é um substrato material portador de significado e como tal nos remete ao conceito do qual é a representação concreta, e ao mesmo tempo, à matéria e à técnica com as quais foi feito. Deste modo, podemos dizer que a origem do vestuário está na manifestação de um significado tanto individual quanto sócio-cultural. (p.11)

Segundo ANDRADE (2008) roupas, além de serem agenciadoras de sentidos e objetos densamente culturais, tem uma circulação social, em que sua longevidade, permite transitar entre guarda-roupas, vestir muitos corpos, habitar novos territórios socioculturais. Para ela, a comunicação expressa pela indumentária, apresenta formas sensíveis de vestir em que as roupas e não simplesmente as pessoas sejam protagonistas de sua trajetória.

No contexto da preparação para a Exposição “*As Vestes da Boa Morte*”¹ desenvolvida dentro do Projeto de Pesquisa “*As Dimensões simbólicas das Vestes da Boa Morte*”², foi possível, no processo de produção das fotografias que foram realizadas nas casas de algumas irmãs, notar quão grande é o zelo que as mesmas tem pelo traje, pois elas se mostravam receiosas em expor as roupas para serem fotografadas. Uma delas explicou a pesquisadora que “a roupa é sagrada”, pois ao morrerem serão enterradas com aquela indumentária. Desta forma, existe todo um ritual

¹ Exposição realizada em agosto de 2009, como produto da pesquisa *A dimensão simbólica das vestes da Boa Morte*, em que foram fotografadas peças e acessórios que compõe o traje de beca da Irmandade.

² Projeto de Pesquisa desenvolvido na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia pela professora doutora da Renata Pitombo Cidreira, juntamente com três bolsistas, cujo objetivo é observar, documentar e compreender a dimensão simbólica das vestes da Irmandade da Boa Morte.

para lavagem, costura e armazenamento. Porém, lembram MONTEIRO; FERREIRA e FREITAS (2005) “é importante lembrar que tal traje sofreu mudanças no decorrer do tempo, principalmente com relação aos tecidos com os quais eram feitas as peças, assim como os adornos, pois atualmente há poucas peças de ouro”. Todavia, como bem lembra CIDREIRA³, “mesmo remodeladas, feitas com outros tecidos e etc., estas vestes conservam uma memória das tradições da Irmandade”.

A memória que envolve a indumentária extrapola a dimensão da temporalidade e da história, ela transcende ao plano do sentimento, do pertencimento e do reconhecimento da riqueza afetiva existente nos tecidos transformados em vestimentas que marcam a evolução humana. “As roupas são preservadas; elas permanecem. São os corpos que as habitam que mudam” (Stallybrass, 2004).

Para Stallybrass (2004) pensar sobre roupas, significa pensar sobre memória, mas também sobre poder e posse. Autor do livro *O casaco de Marx: roupas, memória e dor*, ele chama atenção para os dois aspectos de sua materialidade a que o poder da roupa está associado:

[...] sua capacidade para ser permeada e transformada tanto pelo fabricante quanto por quem a veste; e sua capacidade para durar no tempo. A roupa tende, pois a estar poderosamente associada com a memória ou, para dizer de forma mais forte, a roupa é um tipo de memória. Quando a pessoa está ausente ou morre, a roupa absorve sua presença ausente. E eu quero tentar prestar atenção às diferentes formas pelas quais as roupas fazem parte de nossa vida e marcam as rupturas que nela ocorrem (p.14).

Algumas irmãs da Boa Morte mantêm em suas casas um enorme acervo de trajes e adornos. É fácil perceber como aquelas peças estão carregadas de memória. Nos depoimentos das senhoras, elas lembram o que cada peça representou, em quais momentos foram utilizadas. O curioso é que durante os dias da festa as roupas não podem ser repetidas. E algumas irmãs cultivam a tradição ritualística de terem as peças confeccionadas por elas mesmas ou por uma de suas companheiras de irmandade. Em uma das visitas à casa de uma irmã foi possível presenciar a confecção de um traje que seria usado por uma delas no dia da manifestação profana, que é a saia rodada estampada com fitas rigor na barra (o traje da baiana). As lembranças da irmã e seu sentimento de satisfação em poder, mesmo com as dificuldades emanadas pela idade

³ Em entrevista concedida a mim.

avançada, produzir as saias eram expressivas no semblante de uma mulher sábia e guerreira.

Considerações finais

É importante ressaltar que a Irmandade da Boa Morte soube, como poucas entidades de luta pela igualdade dos negros, comunicar seus valores. E uma das suas marcas, sem dúvida alguma, é sua indumentária expressiva e carregada de simbologia, que tem, ao mesmo tempo, muito a revelar e muito segredo guardado.

Referências Bibliográficas

MONTEIRO, Juliana ; FERREIRA, Luzia Gomes ; FREITAS, Joseania Miranda. **As roupas de crioula no século XIX e o traje de beca na contemporaneidade: símbolos de identidade e memória.** Mneme – Revista de Humanidades [Dossiê Cultura, Tradição e Patrimônio Imaterial, org. Helder Alexandre Medeiros de Macedo]. Caicó (RN), v. 7. n. 18, out./nov. 2005. p. 395- 414. Bimestral. ISSN 1518-339.

ANDRADE, Rita. **A biografia cultural das roupas.** Trabalho apresentado no Colóquio de Moda. Goiás, 2008.

TRONCA, Flávia Zambon. ROCHE, Daniel. **A Cultura das Aparências: uma história da indumentária (séculos XVII - XVIII).** São Paulo: SENAC, 2007. Disponível em http://www.ceart.udesc.br/modapalavra/edicao1/artigos/resenharoche_flaviatronca.pdf, acesso 15/02/2010.

EMERENCIANO, Juliana. **A Comunicação através das roupas: uma compreensão do design de moda além da superficialidade.** Revista Design em foco, Salvador, 2005. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/661/66120102.pdf>, acesso 15/02/2010.

MONTEIRO, Gilson. A metalinguagem das roupas. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/texto.php?html2=monteiro-gilson-roupas.html>, acesso 15/02/2010.

CIDREIRA, Renata Pitombo. **Os sentidos da moda.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____ **A moda enquanto manifestação simbólica.** In *O sentido e a época.* Salvador: Edufba, 1995.

CASTRO, Armando Alexandre Costa, **Irmãs de fé: tradição e turismo no Recôncavo Baiano.** Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas.** Tradução de maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FERREIRA, Luiza Gomes; FREITAS, Joseania Miranda; BORGES, Manuela. **Relação de alteridade e identidades: mandjuandades na Guiné Bissau e a Irmandade da Boa Morte.** Piracicaba, 2006.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx: roupas, memória e dor.** Tadução de Tomaz Tadeu da Silva, 2^a ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2004).